

Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Quotas Seniores do

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP IV

Classificação de risco das Quotas Seniores

"br A - " pela Standard & Poor's

Código ISIN Quotas Seniores: BRCESQCTF004

Cedente



SECRETARIA DE
SANEAMENTO E ENERGIA



O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP IV (o "Fundo") está ofertando 4.000 (quatro mil) quotas seniores, em série única, com valor unitário de emissão de R\$ 312.500,00 (trezentos e doze mil e quinhentos reais) (as "Quotas Seniores" e o "Valor Unitário de Emissão"), perfazendo o montante total de

R\$ 1.250.000.000,00

A distribuição pública das Quotas Seniores, no mercado de balcão não organizado (a "Oferta"), foi deliberada pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.066.670/0001-00 (o "Administrador"), em 22 de março de 2007.

O Fundo e a distribuição pública de suas Quotas Seniores foram registrados na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em 14 de junho de 2007, sob o n.º CVM/SRE/RFD/2007/031. O Banco Bradesco BBI S.A. (a "Instituição Líder"), o Banco Itaú BBA S.A., Banco Votorantim S.A., Banco ABC Brasil S.A. e Banco Fator S.A. (em conjunto com a Instituição Líder, as "Instituições Intermediárias") foram as instituições contratadas pelo Administrador e pela CESP – Companhia Energética de São Paulo (a "Cedente") para realizar a Oferta.

O Regulamento do Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, foi registrado no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, em 27 de março de 2007, sob o n.º 209.291, conforme posteriormente aditado e consolidado em 18 de maio de 2007 sob o n.º 210.316. O Fundo é regido pelas disposições do Regulamento e da Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, com a redação dada pela Instrução CVM n.º 393, de 22 de julho de 2003, pela Instrução CVM n.º 442, de 8 de dezembro de 2006, e pela Instrução CVM 446, de 19 de dezembro de 2006 (a "Instrução CVM 356") e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Adicionalmente às Quotas Seniores, serão emitidas, pelo Fundo, 72 (setenta e duas) quotas subordinadas (as "Quotas Subordinadas"), que serão subscritas e integralizadas exclusivamente pela Cedente. As Quotas Subordinadas não são objeto desta Oferta. Somente poderão participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, Investidores Qualificados. As Quotas Seniores serão registradas para (i) distribuição, no MDC – Módulo de Distribuição de Cotas de Fundos de Investimento integrante da CETIP e CBLIC, e (ii) negociação, no SFF.

Recomenda-se a leitura cuidadosa do Prospecto Preliminar e deste Prospecto Definitivo antes de qualquer decisão sobre o investimento nas Quotas Seniores. Os potenciais investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", nas páginas 39 a 48 deste Prospecto.

O registro da Oferta não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade do Fundo, bem como sobre as Quotas Seniores a serem distribuídas no âmbito da Oferta.

O investimento do fundo de investimento de que trata este Prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que o gestor da carteira mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o fundo de investimento e para o investidor.

O Fundo de Investimento de que trata este Prospecto não conta com a garantia do Administrador do Fundo, do Gestor da Carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

As aplicações do Fundo referidas no Prospecto e no Regulamento apresentam riscos para o investidor, incluindo, mas não se limitando, a não existência de seguro performance ou garantia similar para os Direitos Creditórios não performados. Ainda que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

As informações contidas nesse Prospecto estão em consonância com o regulamento do fundo de investimento, mas não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do fundo de investimento, bem como às disposições do Prospecto que tratam dos fatores de risco a que o fundo está exposto.

Este fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da quota se comparada à de fundos similares com prazo inferior. O tratamento tributário aplicável ao investidor deste fundo depende do período de aplicação do investidor bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. alterações nestas características podem levar a um aumento do IR incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.



Prospecto de acordo com o Código de Auto-Regulação da ANBID para os Fundos de Investimento.

Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para os Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das Quotas deste Fundo de Investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de seu Administrador ou das demais instituições prestadoras de serviços.

Instituições Intermediárias

Instituição Líder



Banco Votorantim



Administrador
BEM DTVM Ltda.

(Empresa do Grupo Bradesco)

Gestor



Bradesco
Asset Management

Custodiante e Agente de Recebimento



Assessor Legal



ÍNDICE

1. DEFINIÇÕES	5
2. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO FUNDO	15
3. SUMÁRIO	25
4. PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS SENIORES	31
• Regime de Colocação e Opção de Lote Suplementar	32
• Plano de Distribuição	33
• Encerramento da Distribuição	34
• Subscrição e Integralização das Quotas Seniores	34
• Cronograma Tentativo	34
• Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação	35
• Custos de Distribuição	35
• Demonstrativo dos Custos de Distribuição	36
• Relacionamento entre a Cedente e os Coordenadores	36
5. FATORES DE RISCO	39
• Riscos associados ao investimento no Fundo	41
• Riscos associados aos Direitos Creditórios	43
• Riscos associados à Cedente e ao setor elétrico, que podem afetar a originação dos Direitos Creditórios	46
6. OS DIREITOS CREDITÓRIOS	49
• Introdução	51
• Principais Características dos CCEARs Cedidos	51
• Principais Cláusulas dos CCEARs Cedidos	57
• Documentos Comprobatórios	61
• Cobrança dos Direitos Creditórios	61
7. A ESTRUTURA DA OPERAÇÃO	63
• Resumo da Estrutura	65
• Fluxograma da Operação – Após a Cessão	65
• Da Cessão dos Direitos Creditórios	67
• Da Apuração do Fator de Cessão	67
• Advento da Condição Suspensiva	70
• Política de Investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo	70
• Ordem de Alocação de Recursos	71
• Encargos do Fundo	71
• Reserva de Amortização e Resgate	72
• Custos Referentes à cobrança dos ativos do Fundo	73

• Eventos de Avaliação.....	73
• Critérios de Elegibilidade	76
• Eventos de Liquidação.....	76
• Procedimentos para a liquidação antecipada do Fundo	77
• Dação em pagamento dos Direitos Creditórios.....	78
• Assembléia Geral	78
• Metodologia de avaliação dos ativos do Fundo	81
• Critérios de divulgação de informações aos Quotistas.....	81
8. AS QUOTAS	83
• Características das Quotas Seniores.....	85
• Características das Quotas Subordinadas.....	85
• Emissão e integralização das Quotas	85
• Amortização e resgate das Quotas	86
• Distribuição e Negociação das Quotas.....	86
• Tributação	86
9. SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS FIRMADOS PELO FUNDO	89
10. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS DISTRIBUIDORAS CEDIDAS	93
• Principais Características das Distribuidoras Cedidas	93
11. UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS	131
12. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITOS DE INTERESSE	135
13. O ADMINISTRADOR, O GESTOR E O CUSTODIANTE	139
• O Administrador	141
• O Gestor.....	141
• Administrador e Gestor.....	142
• O Custodiante e Agente Escriturador.....	142
•	
14. VISÃO GERAL DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO	145
• Introdução	147
• Geração de Energia Elétrica no Brasil	148
• Distribuição de Energia Elétrica no Brasil.....	149
• Plano de Aceleração do Crescimento – PAC e o Setor Elétrico	150
• Histórico da Regulamentação do Setor Elétrico	151
• Principais entidades regulatórias.....	157
• Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico	159
• Tarifas e encargos de Uso dos Sistemas de Distribuição e Transmissão	167
• Incentivos para fontes alternativas de energia	168

• Encargos setoriais	168
• Universalização.....	170
• Mecanismo de Realocação de Energia – MRE.....	170
• Escassez de energia e racionamento	170
• Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	171
• Aspectos Concorrenciais	172

15. A CEDENTE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS – CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO

173

• Introdução	175
• Estrutura de capital e acionistas controladores.....	179
• Administração	180
• Atividades da Cedente	181
• Serviços.....	186
• Investimentos realizados e a realizar	188
• Concorrência.....	190
• Contratos relevantes.....	190
• Empregados	194
• Meio Ambiente	194
• Seguros.....	195
• Principais Contingências	195
• Informações financeiras e operacionais selecionadas.....	201

16. ANEXOS

205

• Instrumento de Constituição do Fundo.....	207
• Regulamento Consolidado.....	213
• Suplemento	335
• Contrato de Cessão	343
• Relatório da Agência de Classificação de Risco	447
• Modelo de CCEAR Cedido	459
• Relatório Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.....	581

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

1. DEFINIÇÕES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta Seção, no singular ou no plural, têm o seguinte significado:

ADINs	Ações Diretas de Inconstitucionalidade n.º 3090 e n.º 3100.
Administrador	BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Agência de Classificação de Risco	Standard & Poor's ou sua sucessora.
Agente de Recebimento	Banco Itaú S.A., na qualidade de agente de recebimento dos valores relativos ao pagamento dos Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.
Agente Escriturador	Banco Itaú S.A.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.
Assembleia Geral	Assembleia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo Dezenove do Regulamento.
Ativos Financeiros	Bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos Creditórios, que compõem o Patrimônio Líquido.
Bacen	Banco Central do Brasil.
BM&F	Bolsa de Mercadorias e Futuros.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social S.A.
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo.
CBLC	Companhia Brasileira de Custódia e Liquidação.
CCEAR Cedidos	Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR, firmados pela Cedente com as Distribuidoras Cedidas.
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
CDE	Conta de Desenvolvimento Energético, instituída pela Lei do Acordo Geral do Setor Elétrico.
CESP ou Cedente	CESP – Companhia Energética de São Paulo.
Cessão Incondicionada	Tem o significado que lhe é atribuído no item 2.1. da Cláusula Segunda do Contrato de Cessão.

Cessão sob Condição Suspensiva	Tem o significado que lhe é atribuído no item 2.1. da Cláusula Segunda do Contrato de Cessão.
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação.
CMSE	Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE.
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética.
CNPJ	Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda.
Código Civil	Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e alterações posteriores.
Conta Autorizada da Cedente	Conta corrente indicada pela Cedente para recebimento dos valores transferidos pelo Agente de Recebimento do FIDC CESP IV.
Conta Autorizada do Fundo	Conta corrente referida no item 7.1 do Contrato de Cessão.
Conta CCC	Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis.
Conta de Recebimento e Pagamento	Conta corrente do Banco Itaú S.A., como Agente de Recebimento, na qual são depositados os valores relativos ao pagamento dos Direitos Creditórios.
Contrato de Cessão	Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito Futuros e Outras Avenças, celebrado entre a Cedente e o Fundo, com a interveniência do Banco Itaú S.A.
Contrato de Colocação	Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Subscrição e Colocação de Quotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP IV, celebrado entre o Administrador, a Cedente, o Banco Bradesco BBI S.A., o Banco Itaú BBA S.A., o Banco Votorantim S.A., o Banco ABC Brasil S.A. e o Banco Fator S.A.
Contrato de Concessão	Contrato de Concessão n.º 003/2004 – ANEEL – CESP, firmado em 12 de novembro de 2004, entre a Cedente e a ANEEL, com a interveniência do Estado de São Paulo.
Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores	Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, celebrado entre a Cedente, o Fundo e o Agente de Recebimento.
Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas	Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP IV, celebrado entre o Fundo e a Cedente.
Contratos Iniciais	Contratos de suprimento de energia elétrica com preços e quantidades aprovados pela ANEEL, celebrados entre as concessionárias de geração e distribuição de energia elétrica, cujos montantes de energia e demanda de potência contratados são reduzidos à razão de 25% ao ano, a partir de 2003 terminando em janeiro de 2006, nos termos da Lei do Setor Elétrico.
Consumidor Livre	Consumidores com demanda igual ou superior a 3 MW, atendidos, em qualquer nível de tensão, por fornecedores não necessariamente conectados à distribuidora local, por meio de contratos bilaterais firmados no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira.
Critérios de Elegibilidade	Critérios definidos na Cláusula Quarta do Contrato de Cessão, atendidos pelos CCEAR Cedidos.
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
Custodiante	Banco Itaú S.A., responsável pelos serviços de custódia, e controle dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM 356.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
DAEE	Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo.
Data de Apuração	Cada data de apuração do Fator da Cessão dos Direitos Creditórios, conforme calculado nos termos da Cláusula 2.2. do Contrato de Cessão.
Data de Emissão	Data em que os recursos decorrentes da integralização de Quotas Seniores ou de Quotas Subordinadas, conforme o caso, são colocados pelos Investidores Qualificados e/ou pela Cedente, conforme o caso, à disposição do Fundo nos termos do Artigo 37 do Regulamento e que deverá ser, necessariamente, um dia útil.
Data de Início da Entrega	Primeiro dia útil seguinte à data de pagamento do Preço de Aquisição, nos termos do item 2.1. do Contrato de Cessão.
Data de Resgate	é a data em que se dará o resgate integral das Quotas, que deverá coincidir com a 111ª Data de Amortização das Quotas Seniores.
Datas de Amortização	Tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo Primeiro do Artigo 32 do Regulamento.
Direitos Creditórios	Direitos de crédito livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames que a Cedente detém e/ou virá a deter contra as Distribuidoras Cedidas, advindos da comercialização de energia elétrica, em conformidade com os respectivos CCEAR Cedidos, representados por Faturas Mensais de Energia Elétrica, cedidos ao Fundo por meio da Cessão Incondicionada e da Cessão sob Condição Suspensiva, nos termos do Contrato de Cessão. Os Direitos Creditórios compreendem o direito de crédito correspondente ao valor integral de cada Fatura Mensal de Energia Elétrica decorrente da venda de energia elétrica, e todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, além de todas as garantias outorgadas pelas Distribuidoras Cedidas à Cedente, bem como toda e qualquer multa compensatória e/ou indenizatória, penalidade e/ou indenização devida pelas Distribuidoras Cedidas à Cedente, inclusive, em caso de rescisão dos CCEAR Cedidos.
Diretor Designado	Diretor do Administrador designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas.
Disponibilidades	Recursos que o Fundo mantém em moeda corrente nacional ou investidos na forma do Artigo 14 do Regulamento.

Distribuidoras Cedidas	Concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica com as quais a Cedente firmou os CCEAR Cedidos, e que estão identificadas no Anexo I ao Regulamento e na Seção “Principais Características das Distribuidoras Cedidas deste Prospecto.
Distribuidora Cedida Inadimplente	Distribuidora Cedida que, nas datas de vencimento da Parcela da Fatura imediatamente anterior a tal Data de Apuração, não tenha pago a Parcela da Fatura vencida pontual e integralmente ou tenha efetuado pagamento de qualquer Parcela da Fatura a menor ou com atraso e que não tenha sanado a inadimplência até o 2º (segundo) dia útil anterior à Data de Apuração em referência.
Documentos Comprobatórios	Tem o significado que lhe é atribuído no item 1.4.1 do Contrato de Cessão.
Eletrobrás	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
EMAE	Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – EMAE
Empresa de Auditoria	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, ou sua sucessora no exercício de suas funções, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação e da atuação do Administrador.
Encargos do Fundo	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 29 do Regulamento.
EPE	Empresa de Pesquisa Energética – EPE.
Eventos de Avaliação	Eventos definidos no Artigo 51 do Regulamento.
Eventos de Liquidação	Eventos definidos no Artigo 52 do Regulamento.
Eventos de Revisão	Têm o significado que lhe é atribuído no item 11.1 da Cláusula Onze do Contrato de Cessão
Fator	Banco Fator S.A.
Fator de Cessão	Tem o significado que lhe é atribuído no item 2.2. do Contrato de Cessão.
Fatura Mensal de Energia Elétrica	Documento preparado na forma do Anexo III do Contrato de Cessão, emitida em razão da realização da venda de energia elétrica pela Cedente às Distribuidoras Cedidas.
FGC	Fundo Garantidor de Créditos, entidade privada, sem fins lucrativos, que administra um mecanismo de proteção aos correntistas, poupadores e investidores, que permite recuperar os depósitos ou créditos mantidos em instituição financeira, em caso de falência ou de sua liquidação, mantida com recursos constituídos por contribuições das instituições financeiras correspondentes a uma porcentagem dos depósitos.
Fundo ou FIDC CESP IV	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC CESP IV.
GCE	Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.
Gestor	BRAM Bradesco Asset Management S.A. DTVM.

Governo Federal	Governo Federal da República Federativa do Brasil.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IGP- M	Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
Índice de Cobertura	Índice obtido pela divisão do (A) somatório dos valores das Faturas Mensais de Energia Elétrica subtraído das Parcelas das Faturas Inadimplentes, pela (B) quantia correspondente ao montante calculado conforme alínea (d) do Artigo 40 do Regulamento, acrescido dos Encargos do Fundo, ambos referentes a um determinado Período de Disponibilidade, apurado no 6º (sexto) dia útil após o encerramento de tal Período de Disponibilidade a partir da Data de Emissão.
Instituições Autorizadas	Instituições financeiras, ou suas respectivas Partes Relacionadas: (i) Banco Bradesco BBI S.A., Banco Itaú S.A., Banco Votorantim S.A., Banco ABC Brasil S.A., e Banco Fator S.A.; e (ii) instituições financeiras com classificação de risco mínima “A”, atribuída pela Agência de Classificação de Risco, pela Moody’s Investors Service e pela Fitch Atlantic Rating.
Instituições Intermediárias	Banco Bradesco BBI S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Votorantim S.A., Banco ABC Brasil S.A. e Banco Fator S.A.
Instrução CVM 356	Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pelas Instruções CVM n.º 393, de 22 de julho de 2003, n.º 435, de 5 de julho de 2006, n.º 442, de 8 de dezembro de 2006, e n.º 446, de 19 de dezembro de 2006.
Instrução CVM 400	Instrução CVM n.º. 400, de 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores.
Instrução CVM 409	Instrução CVM n.º. 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores.
Instrumentos de Garantia	Instrumentos representativos das garantias, outorgadas ou contratadas pelas Distribuidoras Cedidas, já constituídos ou que venham a sê-lo, em favor da Cedente descritos de forma resumida no Anexo II ao Contrato de Cessão.
Intermediário	Corretora de títulos e valores mobiliários contratada como representante pelo Investidor Qualificado.
Investidores Qualificados	Pessoas definidas como tal pela Instrução CVM 409, e as pessoas autorizadas, pela legislação aplicável, a aplicar recursos em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios.
IOF/Títulos	Imposto sobre Operações relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE.
IR	Imposto de Renda.
IRPJ	Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

Itaipu	Itaipu Binacional, usina hidrelétrica detida em partes iguais pelo Brasil e pelo Paraguai.
Itaú	Banco Itaú S.A.
Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Lei de Concessões	Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e alterações posteriores.
Lei do Acordo Geral do Setor Elétrico	Lei n.º 10.438, de 26 de abril de 2002, e alterações posteriores.
Lei do Setor Elétrico	Lei n.º 9.648, de 27 de maio de 1998, e alterações posteriores.
Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico	Lei n.º 10.848, de 15 de março de 2004.
MAE	Mercado Atacadista de Energia Elétrica, sucedido pela CCEE.
MCSD	Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits
MME	Ministério de Minas e Energia.
MRE	Mecanismo de Realocação de Energia.
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico.
Parâmetro de Rentabilidade	Tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo Primeiro do Artigo 13 do Regulamento.
Parcela da Fatura	Cada parcela de cada uma das Faturas Mensais de Energia Elétrica vencíveis no referido Período de Disponibilidade (sendo cada parcela equivalente a 1/3 (um terço) do valor da Fatura Mensal de Energia Elétrica).
Parcela da Fatura Inadimplente	Para fins de cálculo do Índice de Cobertura, é uma Parcela da Fatura que não teve a totalidade do seu valor exigível efetivamente pago até o 3º (terceiro) dia útil anterior ao vencimento da Parcela da Fatura subsequente.
Partes Relacionadas	São (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) as sociedades sob controle comum com tal pessoa.
Patrimônio Líquido	Patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do Capítulo Vinte e Um do Regulamento.
Período de Capitalização	O intervalo de tempo medido em dias úteis, compreendido entre o 1º dia útil imediatamente subsequente a uma dada Data de Amortização (inclusive) e a Data de Amortização imediatamente subsequente (inclusive). Para o primeiro Período de Capitalização considerar-se-á como data de início o dia útil subsequente à Data de Emissão de Quotas.

Período de Disponibilidade	Cada período de tempo compreendido entre o dia 10 de cada mês, inclusive, e o dia 10, exclusive, do mês subsequente, a partir da primeira Data de Início da Entrega, inclusive, conforme definido na Cláusula 2.2. do Contrato de Cessão.
PIE	Produtor Independente de Energia
PIS	Contribuição ao Programa de Integração Social.
Plano Contábil	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela Circular 1.273 do Banco Central do Brasil, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável.
PND	Programa Nacional de Desestatização
Poder Concedente	Governo Federal.
Prazo de Duração	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 4 do Regulamento.
Preço de Aquisição	Preço de aquisição da totalidade dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, estabelecido no item 1.4.2 do Contrato de Cessão.
Programa de Racionamento	Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia, instituído pela GCE em 2001, que durou de junho de 2001 a fevereiro de 2002.
Proinfa	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, instituído pela Lei do Acordo Geral do Setor Elétrico.
Prospecto	Prospecto do Fundo e suas respectivas atualizações.
Quantidade Mínima Mensal	Tem o significado que lhe é atribuído no item 2.2. da Cláusula Segunda do Contrato de Cessão.
Quotas	Quotas Seniores e Quotas Subordinadas emitidas pelo Fundo.
Quota Seniores	Quotas seniores emitidas pelo Fundo.
Quotas Subordinadas	Quotas subordinadas emitidas pelo Fundo.
Quotistas	Titulares de Quotas.
Quotistas Seniores	Titulares de Quotas Seniores.
Quotistas Subordinados	Titulares de Quotas Subordinadas.
Rede Básica	Conjunto de linhas de transmissão, barramentos, transformadores de potência e equipamentos com tensão igual ou superior a 230 kV, ou instalações em tensão inferior definidas pela ANEEL.
Regulamento	Regulamento Consolidado do Fundo, registrado no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, em 27 de março de 2007, sob o n.º 209291.

Relatório de Faturas Mensais de Energia Elétrica	Relatório das Faturas Mensais de Energia Elétrica encaminhado pela Cedente ao Agente de Recebimento nos termos do Contrato de Cessão.
Relatório de Transferência de Direitos Creditórios	Relatório de transferência de Direitos Creditórios encaminhado pelo Custodiante ao Administrador nos termos do Contrato de Cessão, na forma do Anexo VII do Contrato de Cessão.
Reserva de Amortização e Resgate	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 41 do Regulamento.
RGR	Reserva Global de Reversão, instituída pela Lei n.º 5.655, de 20 de maio de 1971.
SFF	Sistema de Fundos Fechados, administrado pela CETIP.
Sistema Interligado Nacional	Sistema composto pela Rede Básica e demais instalações de transmissão que interliga as unidades de geração e distribuição nos sistemas Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil.
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.
Subestação	Conjunto de equipamentos de manobras, controle, proteção e/ou transformação, que ligam, alteram e/ou regulam a tensão em sistema de transmissão e distribuição.
<i>Take-or-Pay</i>	Cláusula contratual geralmente inserida em contratos de fornecimento de insumos, no qual o comprador tem a obrigação de pagar pelo insumos, independentemente do seu consumo efetivo.
Taxa DI	Taxa média diária do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP.
Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco	Documento preparado sob a forma do Anexo II do Regulamento.
TUSD	Tarifa de uso do sistema de distribuição.
TUST	Tarifa de uso do sistema de transmissão.
UHE	Usina Hidrelétrica.
UTE	Usina Termelétrica.
Valor Unitário de Emissão	Valor unitário de cada Quota Sênior ou Quota Subordinada na Data de Emissão de Quotas, calculado na forma dos Artigos 40 e 42 do Regulamento, respectivamente.

2. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO FUNDO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO FUNDO

Características Básicas do Fundo

O Fundo

Forma

O Fundo foi constituído sob a forma de fundo fechado em 27 de março de 2007.

Base Legal

O Fundo tem como base legal a Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.907/2001 e a Instrução CVM 356.

Administrador

O Administrador do Fundo é a BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.066.670/0001-00. O Administrador poder ser contactado pelo telefone n.º (11) 3684-4522 e telefax n.º (11) 3684-5645.

Gestor

O Gestor do Fundo é a BRAM Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.450, 6º andar, inscrita no CNPJ sob n.º 62.375.134/0001-44. O Gestor do Fundo pode ser contactado pelo telefone n.º (11) 2178-6600 e telefax n.º (11) 2178-6800.

Custodiante e Agente Escriturador

O responsável pela prestação dos serviços de custódia e controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM 356, é o Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.701.190/0001-04.

Direitos Creditórios Cedidos ao FIDC CESP IV

Os Direitos Creditórios são os direitos de crédito livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames que a Cedente detém e/ou virá a deter contra as Distribuidoras Cedidas, advindos da comercialização de energia elétrica, em conformidade com os respectivos CCEAR Cedidos, representados por Faturas Mensais de Energia Elétrica, cedidos ao Fundo por meio da Cessão Incondicionada e da Cessão sob Condição Suspensiva, nos termos do Contrato de Cessão. Os Direitos Creditórios compreendem o direito de crédito correspondente ao valor integral de cada Fatura Mensal de Energia Elétrica decorrente da venda de energia elétrica, e todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, além de todas as garantias outorgadas pelas Distribuidoras Cedidas à Cedente, bem como toda e qualquer multa compensatória e/ou indenizatória, penalidade e/ou indenização devida pelas Distribuidoras Cedidas à Cedente, inclusive, em caso de rescisão dos CCEAR Cedidos.

Distribuidoras Cedidas

As Distribuidoras Cedidas cujos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR foram cedidos ao Fundo são as seguintes:

- Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. – AES - SUL
- Ampla Energia e Serviços S.A. - AMPLA
- Bandeirante Energia S.A. – BANDEIRANTE,
- Caiuá Distribuição de Energia S.A. – CAIUÁ DISTRIBUIÇÃO,
- Ceb Distribuição S.A. – CEB DISTRIBUIÇÃO (antiga Companhia Energética de Brasília – CEB)
- Cemig Distribuição S.A. – CEMIG DISTRIBUIÇÃO,
- Celesc Distribuição S.A. – CELESC DISTRIBUIÇÃO,
- Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA,
- Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT,
- Companhia Energética do Maranhão – CEMAR,
- Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina – CATAGUAZES,
- Companhia Energética de Alagoas – CEAL,
- Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE,
- Companhia Energética da Borborema - CELB,
- Companhia Energética de Pernambuco – CELPE
- Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS,
- Companhia Energética do Piauí – CEPISA,
- Companhia Luz e Força Santa Cruz – CLFSC,
- Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA,
- Companhia Energética do Ceará – COELCE
- Companhia Nacional de Energia Elétrica – CNEE,
- Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN,
- Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL PAULISTA,
- Companhia Piratininga de Força e Luz S/A – CPFL PIRATININGA,
- Copel Distribuição S.A. – COPEL DISTRIBUIÇÃO,
- Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB,
- Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. – EDEVP,
- Elektro Eletricidade e Serviços S.A. – ELEKTRO,
- Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – ELETROPAULO,
- Empresa Energética de Sergipe S.A. – ENERGIPE,
- Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL,
- Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – ESCELSA,
- Light Serviços de Eletricidade S.A. – LIGHT, e
- S.A. de Eletrificação da Paraíba. – SAELPA.

Prazo de Duração

O Prazo de Duração do Fundo inicia-se na Data de Emissão de Quotas e encerrar-se-á no prazo de 120 (cento e vinte) meses ou na Data de Resgate, o que ocorrer por último, podendo ser estendido, sem prejuízo do disposto nos Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 4 e no Artigo 52 do Regulamento.

Requisitos de constituição e funcionamento do Fundo

O Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias da Data de Emissão de Quotas, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios.

Política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo

Os investimentos do Fundo em Direitos Creditórios e Ativos Financeiros se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observado o disposto no Regulamento. O Fundo deverá alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, sendo que o saldo remanescente poderá ser mantido em moeda corrente nacional ou aplicado em Ativos Financeiros autorizados pelo Regulamento. Para maiores informações relativas à política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo, vide Capítulo Seis do Regulamento.

Classes e Séries de Quotas

O Fundo emitirá uma série única de Quotas de classe Sênior e uma série única de Quotas de classe Subordinada.

Quantidade de Quotas Seniores e Valor de Emissão

A primeira e única emissão de Quotas Seniores do Fundo compreenderá o total de 4.000 (quatro mil) Quotas Seniores, com Valor Unitário de Emissão de R\$ 312.500,00 (trezentos e doze mil e quinhentos reais).

Quantidade de Quotas Subordinadas

A primeira e única emissão de Quotas Subordinadas do Fundo compreenderá o total de 72 (setenta e duas) Quotas Subordinadas, que serão subscritas e integralizadas exclusivamente pela Cedente, em moeda corrente nacional, e não serão objeto da Oferta.

Montante de emissão das Quotas Seniores

O montante total de emissão das Quotas Seniores é de R\$ 1.250.000.000,00 (um bilhão duzentos e cinquenta milhões de reais).

Data de Emissão

A Data de Emissão das Quotas será 18 de junho de 2007.

Procedimento e Prazo de Colocação da Oferta

As Quotas Seniores serão distribuídas sob o regime de garantia firme no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro da Oferta na CVM (o “Prazo de Colocação”). Para maiores informações, ver Seção “Procedimentos de Distribuição das Quotas Seniores” deste Prospecto.

Datas de Amortização

As Quotas Seniores serão amortizadas em 111 (cento e onze) parcelas mensais, no dia 7 de cada mês, ou, caso este não seja um dia útil, no dia útil imediatamente subsequente, (as “Datas de Amortização”), sempre que o Patrimônio Líquido assim o permitir, observado que, excepcionalmente, a 1ª Data de Amortização ocorrerá no dia 7 do 9º (nono) mês subsequente à Data de Emissão de Quotas.

Data de Resgate

A Data de Resgate das Quotas Seniores será 08 de maio de 2017.

Parâmetro de Rentabilidade

O Parâmetro de Rentabilidade para as Quotas Seniores corresponde à 100% (cem por cento) da variação da Taxa DI, acrescida de cupom prefixado de juros ao ano base 252 dias úteis, conforme apurado em processo de *Bookbuilding* conduzido perante os Investidores Qualificados, processo este que consiste na verificação da demanda pelas Quotas em diferentes níveis de cupom pré-fixado de juros, sendo que o cupom pré-fixado de juros efetivamente apurado no referido processo de *Bookbuilding*, foi de 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) que também constará do Suplemento, anexo a este Prospecto. Não há Parâmetro pré-determinado para as Quotas Subordinadas.

O Parâmetro de Rentabilidade das Quotas Seniores não representa nem deverá ser considerado, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa, obrigação, garantia ou sugestão de rentabilidade do Administrador aos Quotistas Seniores.

Classificação de Risco das Quotas Seniores

A classificação de risco das Quotas Seniores atribuída pela Agência de Classificação de Risco contratada pelo Fundo é "br A -".

Público Alvo

O Público Alvo da Oferta são os Investidores Qualificados.

Somente podem adquirir as Quotas Seniores do Fundo, os fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios, nos termos da Instrução CVM 409, bem como aqueles investidores considerados como qualificados nos termos da Instrução CVM 409, quais sejam: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros superior a R\$ 300.000,00 e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) Fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e (vi) administradores de carteira e consultores de valores imobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.

Procedimento e Prazo de Colocação da Oferta

As Quotas Seniores serão distribuídas sob o regime de garantia firme no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro da Oferta na CVM (o “Prazo de Colocação”). Para maiores informações, ver Seção “Procedimentos de Distribuição das Quotas Seniores” deste Prospecto.

Datas de Amortização

As Quotas Seniores serão amortizadas em 111 (cento e onze) parcelas mensais, no dia 7 de cada mês, ou, caso este não seja um dia útil, no dia útil imediatamente subsequente, (as “Datas de Amortização”), sempre que o Patrimônio Líquido assim o permitir, observado que, excepcionalmente, a 1ª Data de Amortização ocorrerá no dia 7 do 9º (nono) mês subsequente à Data de Emissão de Quotas.

Data de Resgate

A Data de Resgate das Quotas Seniores será 8 de maio de 2017.

Parâmetro de Rentabilidade

O Parâmetro de Rentabilidade para as Quotas Seniores corresponde à 100% (cem por cento) da variação da Taxa DI, acrescida de cupom prefixado de juros ao ano base 252 dias úteis, conforme apurado em processo de *Bookbuilding* conduzido perante os Investidores Qualificados, processo este que consiste na verificação da demanda pelas Quotas em diferentes níveis de cupom pré-fixado de juros, sendo que o cupom pré-fixado de juros efetivamente apurado no referido processo de *Bookbuilding*, foi de 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) constará do Suplemento, anexo a este Prospecto. Não há Parâmetro pré-determinado para as Quotas Subordinadas.

O Parâmetro de Rentabilidade das Quotas Seniores não representa nem deverá ser considerado, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa, obrigação, garantia ou sugestão de rentabilidade do Administrador aos Quotistas Seniores.

Classificação de Risco das Quotas Seniores

A classificação de risco das Quotas Seniores atribuída pela Agência de Classificação de Risco contratada pelo Fundo é "br A -".

Público Alvo

O Público Alvo da Oferta são os Investidores Qualificados.

Somente podem adquirir as Quotas Seniores do Fundo, os fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios, nos termos da Instrução CVM 409, bem como aqueles investidores considerados como qualificados nos termos da Instrução CVM 409, quais sejam: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros superior a R\$ 300.000,00 e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) Fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e (vi) administradores de carteira e consultores de valores imobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.

O investimento nas Quotas Seniores é recomendado para estes Investidores Qualificados que podem prescindir de liquidez, tendo em vista a possibilidade de ser pequena ou inexistente a negociação das Quotas Seniores no mercado secundário; e que estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresas do setor elétrico como forma de diversificação de seus investimentos.

Valor Mínimo de Investimento

O valor mínimo individual de aplicação por investidor interessado em adquirir Quotas Seniores no âmbito da Oferta será de R\$ 312.500,00 (trezentos e doze mil e quinhentos reais).

Divulgação de Informações

Os atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas serão divulgados por meio (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Gazeta Mercantil ou, na sua impossibilidade, mediante aviso prévio aos Quotistas em veículo de circulação e alcance equivalente.

Negociação das Quotas

As Quotas Seniores serão admitidas para negociação no SFF.

Empresa de Auditoria

A Empresa de Auditoria contratada pelo Fundo é a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Alexandre Dumas 1981 – Chácara Santo Antonio. A Empresa de Auditoria será responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação e da atuação do Administrador.

Agência de Classificação de Risco

As Quotas têm sua classificação de risco atribuída pela Standrd&Poor's, a Agência de Classificação de Risco especializada contratada pelo Fundo. A classificação de risco das Quotas será revisada trimestralmente e divulgada aos Quotistas na forma prevista no Regulamento.

Maiores Informações

Maiores esclarecimentos a respeito da Oferta, bem como cópias do Regulamento e deste Prospecto poderão ser obtidos perante as Instituições Intermediárias, o Administrador e a CVM, nos endereços a seguir indicados:

BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar

Osasco – SP

Telefone: (11) 3684-4522

www.bradescocustodia.com.br

Banco Bradesco BBI S.A.

Avenida Paulista, n.º 1.450 – 8º andar
São Paulo – SP
Telefone: (11) 2178-4800
www.shopinvest.com.br/ofertaspublicas

Banco Itaú BBA S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 5º andar
São Paulo - SP
Telefone: (11) 3708-8000
www.itaubba.com.br

Banco Votorantim S.A.

Av. Roque Petroni Jr., n.º 999, 16º andar
São Paulo - SP
Telefone: (11) 5185-1651
www.bancovotorantim.com.br

Banco ABC Brasil S.A.

Avenida Juscelino Kubitscheck, n.º 1.400 - 4º andar
São Paulo – SP
Telefone: (11) 3170-2279
www.abcbrasil.com.br

Banco Fator S.A.

Rua Doutor Renato Paes de Barros, n.º 1.017, 11º e 12º andares
São Paulo – SP
Telefone: (11) 3049-9152
www.bancofator.com.br

Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Rua Sete de Setembro, 111, 5º andar
Rio de Janeiro - RJ
ou
Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares
São Paulo – SP

CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação

Rua Libero Badaró, n.º 425, 24º andar
São Paulo – SP
Telefone: (11) 3111-1400
www.cetip.com.br

Declaração do Administrador

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, o Administrador declara, por seu Diretor Estatutário, Sr. Sérgio de Oliveira, que envidou os melhores esforços para assegurar que: (a) o Prospecto da Oferta (i) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (ii) contém as informações relevantes, necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta, das Quotas Seniores e do Fundo, e ao investimento nas Quotas Seniores, no contexto da Oferta, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) que as informações relativas ao Fundo prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Quotas Seniores no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes.

Declaração da Instituição Líder

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, a Instituição Líder declara, por sua Diretora Estatutária, Sra. Denise Pauli Pavarina de Moura, que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, para assegurar que: (a) o Prospecto da Oferta contenha as informações relevantes e necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Quotas do Fundo, da Cedente e das suas atividades, bem como dos riscos inerentes às atividades da Cedente e ao investimento nas Quotas Seniores, no contexto da Oferta; (b) as informações relativas ao Fundo são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (c) as informações fornecidas ao mercado durante a Oferta são suficientes, e permitem que os investidores tomem uma decisão fundamentada a respeito da Oferta.

3. SUMÁRIO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SUMÁRIO

O Fundo

O Fundo foi constituído, em 22 de março de 2007, sob a forma de condomínio fechado, com Prazo de Duração que se inicia na Data de Emissão de Quotas e encerrar-se-á no prazo de 120 (cento e vinte) meses ou na Data de Resgate, o que ocorrer por último, observadas as disposições do Regulamento, o qual foi registrado no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, em 27 de março de 2007, sob o n.º 209.291, conforme posteriormente aditado e consolidado em 18 de maio de 2007, sob o n.º 210.316. O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, pela Instrução CVM 356 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O Fundo e a distribuição pública de suas Quotas Seniores foram registrados na CVM em 14 de junho de 2007, sob o n.º CVM/SRE/RFD/2007/031.

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida no Capítulo Seis do Regulamento, valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo (i) dos Direitos Creditórios do segmento de comercialização de energia elétrica, em caráter definitivo, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados ao titular de tais Direitos Creditórios, tudo nos termos do Contrato de Cessão; e (ii) de Ativos Financeiros. O Fundo buscará atingir, para suas Quotas Seniores, Parâmetro de Rentabilidade correspondente à 100% (cem por cento) da variação da Taxa DI, acrescida de cupom prefixado de juros ao ano base 252 dias úteis, conforme apurado em processo de *Bookbuilding* conduzido perante os Investidores Qualificados, processo este que consiste na verificação da demanda pelas Quotas Seniores em diferentes níveis de cupom pré-fixado de juros. O cupom pré-fixado de juros efetivamente apurado no processo de *Bookbuilding*, foi de 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) que também constará do Suplemento, anexo a este Prospecto.

Política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo

Os investimentos do Fundo em Direitos Creditórios e Ativos Financeiros se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observado o disposto no Capítulo Seis do Regulamento. O Fundo deverá alocar, no mínimo, 50% de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, sendo que o saldo remanescente poderá ser mantido em moeda corrente nacional ou aplicado nos Ativos Financeiros autorizados pelo Regulamento. O quadro a seguir apresenta um resumo das possíveis modalidades de investimento e dos limites de composição da carteira do Fundo:

Composição da carteira e percentual máximo em relação ao Patrimônio Líquido	Mínimo	Máximo
a) Direitos Creditórios	50%	100%
b) Moeda corrente nacional	0%	50%
c) Títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen	0%	50%
d) Operações compromissadas tendo como contraparte as Instituições Autorizadas e tendo como lastro títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen	0%	50%
e) Fundos de investimento de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Bacen, e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas	0%	50%

São vedadas ao Fundo: (i) a aplicação de recursos em ativos de renda variável ou atrelados à variação cambial; (ii) quaisquer operações com instrumentos de derivativos; (iii) aquisição de cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS); e (iv) a realização de operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

O Fundo buscará atingir o Parâmetro de Rentabilidade para suas Quotas Seniores, mas este não representa, nem deverá ser considerado como uma promessa, obrigação, garantia ou sugestão de rentabilidade do Administrador aos Quotistas Seniores.

Os Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios são os direitos de crédito livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames que a Cedente detém e/ou virá a deter contra as Distribuidoras Cedidas, advindos da comercialização de energia elétrica, em conformidade com os respectivos CCEAR Cedidos, representados por Faturas Mensais de Energia Elétrica, cedidos ao Fundo por meio da Cessão Incondicionada e da Cessão sob Condição Suspensiva, nos termos do Contrato de Cessão.

Os Direitos Creditórios compreendem o direito de crédito correspondente ao valor integral de cada Fatura Mensal de Energia Elétrica decorrente da venda de energia elétrica, e todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, além de todas as garantias outorgadas pelas Distribuidoras Cedidas à Cedente, bem como toda e qualquer multa compensatória e/ou indenizatória, penalidade e/ou indenização devida pelas Distribuidoras Cedidas à Cedente, inclusive, em caso de rescisão dos CCEAR Cedidos.

As Quotas

O Fundo emitirá uma série única de Quotas, para captar os recursos necessários à aquisição dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, sendo esta dividida em 4.000 (quatro mil) Quotas Seniores e 72 (setenta e duas) Quotas Subordinadas, com Valor Unitário de Emissão de R\$ 312.500,00 (trezentos e doze mil e quinhentos reais).

Emissão e Integralização das Quotas

As Quotas serão emitidas por seu Valor Unitário de Emissão na Data de Emissão, ou na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo (valor da Quota de D + 0), exclusivamente por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED para a conta de titularidade do Fundo mantida na CETIP a ser indicada pelo Administrador, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

Amortização e resgate das Quotas

As Quotas Seniores serão amortizadas em 111 (cento e onze) parcelas mensais, no dia 7 de cada mês, ou, caso este dia não seja um dia útil, no dia útil imediatamente subsequente, observado que excepcionalmente, a 1ª Data de Amortização ocorrerá no dia 7 do 9º (nono) mês subsequente à Data de Emissão de Quotas.

As Quotas Subordinadas não terão amortização e serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores.

Negociação das Quotas

As Quotas Seniores serão registradas para negociação no SFF.

Crêditos de divulgação de informações aos Quotistas

Os atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas serão divulgados por meio (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Gazeta Mercantil ou, na sua impossibilidade, mediante aviso prévio aos Quotistas, em veículo de circulação e alcance equivalente. Demais comunicações previstas no Regulamento serão realizadas por meio de correio eletrônico enviado ao representante de cada Quotista, indicado no respectivo Boletim de Subscrição.

O Administrador

O Fundo é administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. O Administrador realizará a administração do Fundo cumprindo suas obrigações com a diligência e correção que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância da lei, das normas regulamentares, em especial as da CVM, do Regulamento e das deliberações da Assembléia Geral, bem como dos deveres de diligência, lealdade, informação aos Quotistas e salvaguarda da integridade dos direitos destes. Os deveres e obrigações do Administrador encontram-se detalhados no Regulamento (ver Seção “Anexos – Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP IV”).

Remuneração do Administrador e Custodiante

Taxa de Administração : (a qual inclui a taxa de gestão)	O que for maior, em cada mês após a Data de Emissão, entre: (i) 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Patrimônio Líquido, ou (ii) a quantia de R\$15.000,00 (quinze mil reais) mensais, quantia esta a ser atualizada anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IGP-M. A taxa de administração será calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior, e paga mensalmente até o 5º dia útil de cada mês calendário.
Taxa de Custódia	0,10% (dez centésimos por cento) ao ano incidente sobre o Patrimônio Líquido, a ser calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior, e paga mensalmente até o 5º dia útil de cada mês calendário.
Taxa de ingresso:	Não há.
Taxa de saída:	Não há.
Taxa de performance:	Não há.

A Cedente

A CESP é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, e concessionária de serviço público de energia elétrica, cujas principais atividades são o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e comercialização de energia elétrica. Constituída em 5 de dezembro de 1966, sob a denominação social de *Centrais Elétricas de São Paulo*, originou-se a partir da fusão de onze empresas do setor de energia elétrica, das quais cinco eram sociedades de economia mista.

A CESP possui um parque gerador instalado de 7.456 MW, totalmente de origem hidráulica, composto pelas usinas de Ilha Solteira, Três Irmãos, Jupia, Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), Jaguari e Paraibuna. A Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), com obras concluídas em outubro de 2003 quando entrou em operação a 14ª unidade geradora, totalizando assim 1.540 MW de potência instalada.

No período encerrado em 31 de dezembro de 2006, a receita líquida da CESP foi de, aproximadamente, R\$ 2.060 milhões e a geração operacional de caixa (EBITDA) foi de R\$ 1.371 milhões, o que representou uma margem operacional de 67 %.

Para maiores informações acerca da Cedente, ver Seção “A Cedente dos Direitos Creditórios - CESP - Companhia Energética de São Paulo”.

4. PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS SENIORES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS SENIORES

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, as Instituições Intermediárias deverão realizar a distribuição pública das Quotas Seniores conforme plano de distribuição adotado em conformidade com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, fixado nos seguintes termos:

Regime de Colocação e Opção de Lote Suplementar

O montante total de emissão das Quotas Seniores é de R\$ 1.250.000.000,00 (um bilhão, duzentos e cinquenta milhões de reais). As Quotas Seniores serão distribuídas publicamente pelas Instituições Intermediárias, em regime de garantia firme, desde que atendidas todas as condições precedentes do Contrato de Colocação, celebrado entre a Cedente, o Administrador e as Instituições Intermediárias.

Plano de Distribuição

Anteriormente ao registro da distribuição das Quotas na CVM, será disponibilizado ao público o prospecto preliminar de distribuição pública das Quotas Seniores, precedido da publicação do aviso de que trata o artigo 53 da Instrução CVM 400, o qual ocorreu em 22 de maio de 2007, e do qual consta data estimada para coleta de intenções de investimento e obtenção do cupom pré-fixado de juros ao ano, base 252 dias úteis, que compõe o Parâmetro de Rentabilidade das Quotas Seniores (*Bookbuilding*).

Nesse sentido, o procedimento de *Bookbuilding* consiste na verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Quotas Seniores de emissão do Fundo em diferentes níveis de cupom pré-fixado de juros que será acrescido a 100% da variação da Taxa DI. O cupom pré-fixado de juros será equivalente à menor taxa oferecida pelos investidores para as Quotas Seniores cujo somatório seja igual ou superior ao número total de Quotas Seniores ofertados ao público investidor.

Houve apresentações, realizadas conjuntamente pela Cedente e pelas Instituições Intermediárias, para os investidores interessados, a respeito das principais características do Fundo e das Quotas Seniores, com a utilização de material previamente protocolado na CVM.

Não haverá procedimento de recebimento de reservas antecipadas para subscrição das Quotas Seniores, nem existência de lotes máximos ou mínimos de subscrição.

Após a obtenção do registro do Fundo e da distribuição pública das Quotas, será publicado o Anúncio de Início da Oferta.

Encerramento da Distribuição

A distribuição das Quotas Seniores será encerrada até o final do prazo de distribuição, prazo esse que não será prorrogado por qualquer motivo e que não poderá ser superior à 180 (cento e oitenta) dias da data de obtenção do registro da distribuição pública das Quotas Seniores, quando se dará a publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta.

Subscrição e Integralização das Quotas Seniores

No ato de subscrição das Quotas Seniores, o investidor (i) assinará o boletim de subscrição, que será autenticado pelo Administrador; e (ii) receberá exemplar do Prospecto Definitivo e cópia do Regulamento, declarando, por meio da assinatura de Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da carteira do Fundo e à taxa de administração; e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

A integralização das Quotas Seniores deverá ser à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição. Ademais, a integralização das Quotas Seniores somente poderá ser efetuada por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED para a conta de titularidade do Fundo mantida na CETIP a ser indicada pelo Administrador, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação. Não são previstas ou oferecidas condições de financiamento para a subscrição das Quotas Seniores.

Cronograma Tentativo

A Oferta seguirá o cronograma tentativo abaixo:

Eventos	Datas Indicativas
Publicação do Aviso aos Investidores	22 de maio de 2007
Disponibilização do Prospecto Preliminar	22 de maio de 2007
Apresentações sobre a Oferta (<i>roadshow</i>)	22 de maio de 2007
Coleta de Intenção de Investimento nas Quotas Seniores (<i>Bookbuilding</i>)	06 de junho de 2007
Obtenção do Registro da Distribuição	14 de junho de 2007
Publicação do Anúncio de Início	18 de junho de 2007
Disponibilização do Prospecto Definitivo	18 de junho de 2007
Liquidação Financeira	18 de junho de 2007

Todas as datas previstas acima são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações e adiamentos.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação

O Fundo pode requerer que a CVM autorize a modificar ou revogar a Oferta, caso ocorram alterações posteriores, materiais e inesperadas nas circunstâncias inerentes à Oferta existentes na data do pedido de registro de distribuição, que resultem em um aumento relevante dos riscos a serem assumidos. Adicionalmente, o Fundo pode modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da Oferta poderá ser adiado em até 90 dias. Se a Oferta for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes.

A revogação da Oferta ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio do jornal Gazeta Mercantil, veículo também usado para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400 (o “Anúncio de Retificação”). Após a publicação do Anúncio de Retificação, a Instituição Líder só aceitará ordens no procedimento de *Bookbuilding* daqueles investidores que se declararem cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados 5 dias úteis de sua publicação, não revogarem expressamente suas ordens no procedimento de *Bookbuilding*. Nesta hipótese, as Instituições Intermediárias da Oferta presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

Em qualquer hipótese a revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Quotas Seniores, no prazo de 3 dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400, sendo permitida a dedução do valor relativo à CPMF.

Custos de Distribuição

Os custos relativos à distribuição das Quotas Seniores, tais como comissão de coordenação, colocação e prêmio de garantia firme serão de exclusiva responsabilidade da Cedente.

Os custos relativos à constituição do Fundo, tais como o recolhimento da taxa de registro para a CVM, despesas com registro em cartório de títulos e documentos, serão deduzidos do Patrimônio inicial do Fundo.

Demonstrativo dos Custos da Distribuição

A tabela abaixo demonstra os custos estimados da distribuição das Quotas Seniores de responsabilidade da Cedente:

Custos da Oferta	Montante	(%) sobre o montante da Oferta
Prêmio de Garantia Firme	R\$ 8.750.000,00	0,70
Comissão de Coordenação	R\$ 5.000.000,00	0,40
Comissão de Colocação	R\$ 3.750.000,00	0,30
Despesas Gerais*	R\$ 403.000,00	0,03
Empresa de Auditoria	R\$ 45.000,00	0,00
Agência Classificadora de Risco	R\$ 42.800,00	0,00
Taxa para Registro na CVM	R\$ 82.870,00	0,00
Total dos Custos	R\$17.872,870,00	1,43%

(*) Inclui despesas gerais de estruturação, tais como, dentre outras, despesas com Agência de Classificação de Risco, impressão de prospectos, taxa da ANBID, publicidade e apresentações a investidores (Roadshow) e Auditoria.

A tabela abaixo demonstra os custos estimados relativos à constituição do Fundo.

Preço por Quota Sênior (R\$)	Custo ^(*) por Quota Sênior (R\$)	(%) sobre o Valor Unitário de Emissão	Montante líquido para o Fundo (R\$)
312.500,00	6,75	0.002	1.249.973,00

(*) custos relativos a constituição do Fundo que serão deduzidos do Patrimônio inicial do Fundo.

A tabela abaixo demonstra os custos fixos recorrentes estimados, tais como, com Agência Classificadora de Risco e Empresa de Auditoria, que serão deduzidos do Patrimônio do Fundo anualmente:

Custos do Fundo^(*)	Montante	(%) sobre o montante da Oferta	(%) sobre o Preço da Quota Sênior
Total dos Custos			
Empresa de Auditoria	R\$ 45.000,00	0,00	0,00
Agência Classificadora de Risco	R\$ 42.800,00	0,00	0,00

(*) excluídos os custos variáveis recorrentes, tais como, taxa de administração, taxa de custódia e demais encargos do Fundo.

Relacionamento entre a Cedente e os Coordenadores

Banco Bradesco BBI S.A.

Além da presente Oferta, o Banco Bradesco BBI S.A. e seu controlador, o Banco Bradesco S.A., possuem relacionamento comercial com a Cedente de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro. Neste contexto, o Bradesco BBI S.A. participou da distribuição pública das quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP (na qualidade de instituição líder, além de outras empresas do seu conglomerado atuarem como administrador e gestor deste Fundo), do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP II e do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP III, cuja cedente é a CESP - Companhia Energética de São Paulo. Adicionalmente, o relacionamento do Bradesco BBI S.A. com a CESP decorre da prestação de serviços bancários diversos.

Banco Itaú BBA S.A.

Além da presente Oferta, o Banco Itaú BBA S.A. possui relacionamento comercial com a CESP de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro. Neste contexto, o Itaú BBA S.A. participou da distribuição pública das quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP II (na qualidade de instituição intermediária líder) e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP III (na qualidade de instituição intermediária líder), cuja cedente é a CESP - Companhia Energética de São Paulo. Adicionalmente, o relacionamento do Itaú BBA S.A. com a CESP decorre de prestação de fiança e contratos de serviços bancários diversos.

Banco ABC Brasil S.A.

Além da presente Oferta, o Banco ABC Brasil S.A. participou da distribuição pública de quotas seniores dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios CESP, Fundos de Investimento em Direitos Creditórios CESP II e dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios CESP III, cuja cedente é a CESP - Companhia Energética de São Paulo. Adicionalmente, o Banco ABC Brasil S.A. participou da distribuição pública primária de ações ordinárias e preferenciais classe B de emissão da CESP.

Banco Votorantim S.A.

Além da presente oferta, o relacionamento do Banco Votorantim com a Cedente decorre de serviços bancários em geral, como a cessão de direitos creditórios e apresentação de propostas para operações de renda fixa de mercado de capitais.

Banco Fator S.A.

Além da presente Oferta, o Banco Fator S.A. mantém, atualmente, contrato de prestação de serviços de *investment banking* (banco de investimento) com a Cedente, embora não tenha prestado tais serviços nos últimos 48 meses e não tenha recebido nenhum pagamento ou qualquer informação da Cedente relativa a este contrato no mesmo período. O Banco Fator S.A. ou empresas do mesmo conglomerado, foram remuneradas, nos últimos 24 meses, por serviços de distribuição de títulos ou valores mobiliários de emissão da Cedente. O Banco Fator S.A., ou empresas do mesmo conglomerado, (i) administram fundos de investimento que, nos últimos 24 meses, possuem, ou possuíram, em carteira, títulos ou valores mobiliários de emissão da Cedente, e (ii) possuem, ou possuíram, em carteira nos últimos 24 meses, títulos ou valores mobiliários de emissão da Cedente.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

5. FATORES DE RISCO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FATORES DE RISCO

Antes de decidir por aplicar recursos no Fundo ou adquirir Quotas, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e avaliar os fatores de risco descritos nesta Seção. Em decorrência dos riscos inerentes à própria natureza do Fundo, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos nesta Seção, poderá ocorrer perda ou atraso, por tempo indeterminado, na restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

Riscos Associados ao Investimento no Fundo

NÃO EXISTÊNCIA DE SEGURO DA PERFORMANCE DA CEDENTE.

Nos termos do Contrato de Cessão, os Direitos Creditórios cedidos e entregues ao Fundo são Direitos Creditórios futuros, a serem originados pela Cedente na consecução de seu objeto social. Não há contratação de seguro, pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, ou por suas respectivas Partes Relacionadas, que garanta a entrega de Direitos Creditórios, no caso de a Cedente interromper, por qualquer motivo, a entrega de energia elétrica às Distribuidoras Cedidas, e, conseqüentemente, a geração de Direitos Creditórios. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam entregues pela Cedente e devidamente pagos pelas Distribuidoras Cedidas, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante ou pela Cedente, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Modalidade de investimento recente e sofisticada.

O Fundo se enquadra em modalidade de investimento recentemente instituída em nosso País. Os potenciais investidores devem avaliar minuciosamente suas peculiaridades, tais como riscos de liquidez dos direitos creditórios, eventos de amortização das Quotas e de liquidação do Fundo, dentre outros. Estas peculiaridades podem eventualmente trazer conseqüências negativas ao patrimônio do Fundo, ou podem tornar o investimento ilíquido. A necessidade de avaliação criteriosa por parte do investidor é decorrente igualmente da sofisticação e complexidade inerente a uma operação de securitização, tal como a concretizada por meio do Fundo.

Limitação de ativos do Fundo.

A única fonte de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e/ou resgate das Quotas é a liquidação (i) dos Direitos Creditórios pelas Distribuidoras Cedidas; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas.

Amortização e resgate condicionado das Quotas.

O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros que compõem o seu Patrimônio Líquido e aos mercados em que estes são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de o Administrador alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os

Direitos Creditórios, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o Fundo somente procederá às amortizações e/ou ao resgate das Quotas na medida em que (i) os Direitos Creditórios sejam pagos pelas Distribuidoras Cedidas; e/ou (ii) os Ativos Financeiros sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes, tanto o Administrador, como o Custodiante, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas ou mesmo antecipadamente na hipótese de um Evento de Liquidação, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, ou por quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Risco de Mercado e Fatores macroeconômicos.

A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão causar oscilações nos valores dos Ativos Financeiros que compõem a carteira do Fundo e resultar em perda, pelos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.

Inexistência de rendimento predeterminado.

O valor unitário das Quotas Seniores será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos no Artigo 40 do Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas respectivas Quotas, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Administrador, do Custodiante, ou da Cedente, ou de quaisquer de suas Partes Relacionadas em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, em qualquer circunstância, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor das mesmas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.

Risco de Descontinuidade e Possibilidade de resgate ou amortização antecipada das Quotas.

Conforme previsto no Capítulo Dezesesseis do Regulamento, o Fundo poderá resgatar antecipadamente as Quotas nas hipóteses previstas no Artigo 52 (Eventos de Liquidação) do Regulamento. Deste modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade esperada e, ainda que consigam recuperar o capital investido no Fundo, terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

Risco de liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários.

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de valores mobiliários em geral, e de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Quotas que possibilite aos

Quotistas sua alienação caso estes assim decidam. Adicionalmente, em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos Creditórios, os Quotistas devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo. Dessa forma, os Quotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das Quotas no mercado secundário, sendo que o Fundo, o Administrador, o Gestor, o Cedente, o Custodiante e quaisquer de suas Partes Relacionadas, não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Quotas dos Quotistas que manifestarem intenção de resgatar os valores por eles investidos no Fundo.

Descasamento entre as taxas de atualização das Quotas Seniores e dos Ativos Financeiros.

O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios e, também, em Ativos Financeiros que comporão o Patrimônio Líquido. O preço dos CCEAR Cedidos adquiridos pelo Fundo serão atualizados de acordo com o IPCA, enquanto os Ativos Financeiros serão atualizados de acordo com o critério de remuneração da respectiva aplicação, sempre observado o disposto no Capítulo Seis. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será atualizado diariamente, sempre que o Patrimônio Líquido do Fundo permitir, utilizando-se a variação da Taxa DI, a qual é uma taxa pós-fixada, na forma do disposto no Artigo 40 do Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os parâmetros de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores. O Administrador não está autorizado a realizar quaisquer operações com instrumentos derivativos, inclusive para evitar o eventual descasamento descrito acima. O Administrador, o Gestor, Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor do principal de suas aplicações, em razão de tal descasamento.

Risco decorrente da precificação dos ativos.

Os Ativos Financeiros serão avaliados de acordo com os critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado (*marked-to-market*), poderão causar variações no valor dos Ativos Financeiros, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.

Quorum Qualificado e necessidade de aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas.

O Regulamento do Fundo estabelece quorum qualificado para a Assembléia Geral deliberar sobre a matéria de interesse dos Quotistas e, ainda, sobre a necessidade da matéria a que se refere o Parágrafo Terceiro, do Artigo 40, do Regulamento, depender da aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas, conforme disposto no Parágrafo Terceiro do Artigo 61. O quorum qualificado, bem como a dependência da aprovação da referida matéria pelos titulares das Quotas Subordinadas, em algumas circunstâncias, poderá acarretar limitações às atividades do Fundo.

Riscos Associados aos Direitos Creditórios

Risco de Liquidez e inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios.

Em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos Creditórios, e da conseqüente falta de liquidez dos Direitos Creditórios, os Quotistas Seniores devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.

Risco de Crédito das Distribuidoras Cedidas, em virtude da não existência de co-obrigação ou garantia da Cedente pela solvência das Distribuidoras Cedidas e/ou insuficiência dos mecanismos de garantia do Fundo.

A Cedente somente tem responsabilidade pela originação e formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência das Distribuidoras Cedidas. Ademais, os mecanismos de garantia de que dispõe o Fundo (tais como a Reserva de Amortização e Resgate, o Índice de Cobertura ou as garantias vinculadas aos CCEAR Cedidos) podem não ser suficientes para que o Fundo proceda às amortizações e/ou resgate das Quotas integral e/ou tempestivamente. Desta forma, o Fundo poderá sofrer o impacto do inadimplemento das Distribuidoras Cedidas, cujos mercados de energia elétrica apresentam diferentes níveis de demanda. Ressalte-se, ainda, que não foi realizada nenhuma auditoria independente nas Distribuidoras Cedidas, e que as informações disponíveis sobre cada uma das Distribuidoras Cedidas são e serão, durante o Prazo de Duração, aquelas disponíveis, de forma geral, ao mercado. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam entregues pela Cedente e devidamente pagos pelas Distribuidoras Cedidas, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Redução e Cessão do Volume de Energia Elétrica contratada pelas Distribuidoras Cedidas.

Os CCEAR Cedidos cujos Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo contêm dispositivo contratual que permite às Distribuidoras Cedidas reduzirem a energia elétrica contratada da Cedente nas hipóteses de (i) exercício da opção, por determinados consumidores, denominados consumidores potencialmente livres (aqueles cuja demanda é igual ou maior que 3 MW em níveis de tensão iguais ou superiores a 69 kV ou, no caso de novos consumidores que entraram no mercado a partir de julho de 1995, aqueles cuja demanda é igual ou superior a 3 MW em qualquer nível de tensão) de escolha de novo fornecedor de energia elétrica; (ii) variações de mercado da respectiva Distribuidora Cedida, limitado à redução de 4% (quatro por cento) da energia elétrica contratada por ano; ou (iii) em razão de acréscimos na aquisição de energia elétrica por parte das Distribuidoras Cedidas decorrentes de contratos celebrados até 16 de março de 2004, observado o disposto na Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. A redução da energia contratada deve ser precedida de mecanismo de compensação de sobras e déficits de energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, por meio do qual as Distribuidoras Cedidas poderão ceder a parcela da energia contratada que sofreu redução. Adicionalmente, os CCEAR Cedidos têm um mecanismo contratual, chamado sazonalização, que permite às Distribuidoras Cedidas determinar os montantes mensais de energia a ser consumida durante o ano numa variação de 15% (quinze por cento). Assim, caso a energia elétrica contratada no âmbito dos CCEAR Cedidos seja reduzida por uma ou mais Distribuidoras Cedidas, poderá haver uma redução de Direitos Creditórios a serem entregues ao Fundo, o que poderá comprometer a capacidade de pagamento do Fundo. Nestes casos, o Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam devidamente pagos pelas Distribuidoras Cedidas em montante suficiente para tanto, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Necessidade de Aporte de recursos para proceder à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros.

O Fundo somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, uma vez ultrapassado o limite de seu Patrimônio Líquido, caso os Quotistas Seniores adiantem os valores necessários para a sua adoção e/ou manutenção. Dessa forma, havendo necessidade de cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, os Quotistas poderão ser solicitados a aportar recursos ao Fundo, na forma prevista no Capítulo Dezoito, para assegurar a adoção e manutenção das medidas cabíveis para a salvaguarda de seus interesses. Caso quaisquer dos Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto, o Administrador não será responsável por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Quotistas em decorrência da não propositura ou manutenção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros ou à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas.

Regularidade dos Direitos Creditórios.

O Custodiante realizará verificação periódica dos Direitos Creditórios com base em análise por amostragem. Mesmo após a realização dessa auditoria, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios.

Riscos Operacionais e Manutenção dos Documentos Comprobatórios pela Cedente.

O envio das Faturas Mensais de Energia Elétrica pela Cedente, o recebimento, pelo Agente de Recebimento, do pagamento das Parcelas das Faturas, a transferência dos Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada para a Conta Corrente do Fundo, a troca de informações a respeito da caracterização da inadimplência das Distribuidoras Cedidas, dentre outras rotinas e procedimentos estabelecidos no Contrato de Cessão e no Regulamento, estão sujeitos a falhas operacionais nos mecanismos de comunicação entre a Cedente, o Custodiante, o Agente de Recebimento e o Administrador. Além disso, a Cedente será a responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios, na qualidade de fiel depositária, nos termos do Contrato de Cessão. A guarda destes pela Cedente pode representar uma limitação em uma eventual necessidade do Fundo ter que realizar a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios, caso estes não sejam pagos pontualmente pelas Distribuidoras Cedidas.

Inexistência de jurisprudência consolidada acerca da validade da Cessão sob Condição Suspensiva dos Direitos Creditórios em caso de insolvência da Cedente

A Cedente é uma sociedade de economia mista e não está sujeita à Lei n.º 11.101/05 (“Nova Lei de Falências”), nos termos de seu artigo 2º, inciso II. Não obstante esse fato, caso a Nova Lei de Falências venha, no futuro, a ser aplicada às sociedades de economia mista, o §1º do artigo 136 da Nova Lei de Falências estabelece que, na hipótese de securitização de créditos do devedor, não será declarada a ineficácia ou revogado o ato de cessão em prejuízo dos direitos dos titulares de valores mobiliários neles lastreados. Segundo a opinião dos assessores legais da Cedente e das Instituições Intermediárias, manifestada em pareceres escritos, tal regra se aplicaria aos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo. Contudo, como a cessão dos créditos ao Fundo tem por objeto recebíveis não performados, relativos à contraprestação por fornecimento de energia ainda não efetuado, e considerando, ademais, que não há jurisprudência sobre a aplicação da referida norma legal, os Quotistas devem analisar o risco de eventual contencioso judicial sobre a aplicação da referida norma aos recebíveis objeto de Cessão sob Condição Suspensiva ao Fundo.

Risco associado à eventual limitação do Contrato de Cessão.

O Despacho nº. 926, da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL (integra do despacho no Anexo IV do Regulamento), que dispõe sobre a anuência à cessão dos direitos creditórios ao Fundo, traz a seguinte redação: “(...)I - anuir com a dação de recebíveis até o limite de 8,16% da receita líquida anual da Companhia Energética de São Paulo - CESP, formada pelos direitos creditórios e garantias dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's, produtos 2007 a 2039, firmados entre a CESP e diversas distribuidoras para constituição do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, denominado "FIDC IV", no montante de até R\$1.250.000.000,00, com prazo de 10 (dez) anos e uma possível antecipação desses recursos no valor de até R\$ 500.000.000,00, junto ao Banco Bradesco S.A. (coordenador líder), "destinados ao equacionamento das obrigações financeiras da concessionária na forma e observados os termos e as condições estabelecidas no Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Futuros e Outras Avenças e no Regulamento do Fundo"; II - estabelecer que a destinação dos recursos deve estar estritamente vinculada ao objeto da respectiva concessão, sendo de exclusiva responsabilidade da concessionária a gestão quanto à necessidade, oportunamente, análise dos riscos e custo inerentes à captação dos recursos; III - ressaltar que a possibilidade de a concessionária oferecer os direitos emergentes da concessão está limitada ao montante que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação dos serviços; IV - registrar que esta manifestação não dará direito de qualquer ação contra a ANEEL, em decorrência de descumprimento, pela concessionária, dos seus compromissos financeiros; V - determinar que a concessionária apresente à ANEEL, versão definitiva da escritura do FIDC IV, bem como do prospecto de emissão, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e VI - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.” Tendo em vista tal despacho, caso venha a ser interpretado que o Contrato de Cessão está limitado a 8,16% da receita líquida anual da CESP, tal fato poderá, restringir, temporariamente e na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, o direito deste de receber parte do produto dos recursos advindos dos Direitos Creditórios.

Riscos associados à Cedente e ao setor elétrico, que podem afetar a originação e a entrega dos Direitos Creditórios

Término Antecipado da Concessão.

Em manifestação sobre a questão referente ao término antecipado do Contrato de Concessão, a ANEEL apresentou comentários nos quais reproduz o parágrafo 6º, do Artigo 38, da Lei de Concessões, que dispõe que, declarada a caducidade da concessão, não resultará para o Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da respectiva concessionária. Portanto, não há como garantir que, ocorrido o término antecipado da concessão da Cedente, o Fundo continuará recebendo o pagamento dos Direitos Creditórios.

A Cedente atua no mercado brasileiro, estando sujeita, portanto, aos efeitos da política econômica do Governo Federal.

Ocasionalmente, o Governo Federal intervém na economia realizando mudanças drásticas e repentinas em suas políticas. Medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, controles no consumo de eletricidade, alteração na política fiscal e tributária, dentre outras. Tais medidas podem impactar os negócios da Cedente e/ou das Distribuidoras Cedidas, bem como sua condição financeira, seus resultados operacionais e a originação e entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo.

A Cedente atua no setor elétrico brasileiro, o qual vem sendo reestruturado pelo Governo Federal. Os efeitos do novo modelo do setor elétrico para as empresas sujeitas às suas regras, como a Cedente, ainda são incertos.

Em 15 de março de 2004, foi promulgada a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico que promoveu profundas modificações na atual estrutura do setor elétrico, dentre as quais (i) a alteração das regras sobre a compra e venda de energia elétrica entre as empresas geradoras de energia e as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica; (ii) novas regras para licitação de empreendimentos de geração; (iii) a criação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; (iv) a criação de novos órgãos setoriais; e (v) a alteração nas competências do Ministério de Minas e Energia e da ANEEL. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico tem sua constitucionalidade contestada perante o Supremo Tribunal Federal, por meio das ADINs. Não existe ainda uma decisão sobre este mérito. Na data deste Prospecto, não é possível se prever os eventuais possíveis efeitos adversos da regulamentação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e do resultado do julgamento das ADINs no setor em que a Cedente atua e no cumprimento das obrigações da Cedente para com as Distribuidoras Ceditas, bem como na originação e entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo.

A geração de energia elétrica pela Cedente depende de condições hidrológicas favoráveis.

O setor elétrico brasileiro, muito concentrado em geração hidráulica de energia, enfrenta uma restrição natural à sua capacidade de geração. As usinas hidrelétricas não podem gerar energia além da capacidade possibilitada pelos recursos hídricos do País. Chuvas escassas, enchentes ou qualquer outro fator natural podem causar impacto na capacidade geradora da Cedente e das demais empresas geradoras de energia elétrica, aumentando ou reduzindo o nível de seus reservatórios. A limitação à capacidade de geração de energia elétrica pela Cedente poderá ter impacto negativo sobre os seus resultados e condição financeira e no cumprimento das obrigações da Cedente para com as Distribuidoras Ceditas, o que pode comprometer a originação e entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo.

O impacto de uma escassez e/ou racionamento de energia elétrica, como ocorrido em 2001 e 2002, poderá afetar de maneira adversa a geração de energia elétrica pela Cedente.

Em junho de 2001, devido à escassez de energia elétrica no mercado brasileiro, que poderia se agravar durante o período de inverno por falta de chuvas, o Governo Federal implementou um programa de racionamento. As medidas adotadas incluíam a suspensão do fornecimento de energia para fins ornamentais e de propaganda e para realização de eventos esportivos noturnos, regimes especiais de tarifação, o estabelecimento de metas de consumo e multas, além da possibilidade de corte no fornecimento caso os limites estabelecidos não fossem atendidos. Em fevereiro de 2002, o Governo Federal decidiu pelo fim do racionamento de energia elétrica. Com o fim do racionamento, os níveis de consumo de energia elétrica aumentaram, mas não voltaram aos patamares observados antes do racionamento. Adicionalmente, o nível de água dos reservatórios pode abaixar novamente, obrigando o Governo Federal a tomar novas medidas para redução do consumo de energia, que poderiam ter um impacto negativo na economia brasileira. Alguns analistas do setor acreditam que o nível dos investimentos direcionados para o setor de energia elétrica não seja o suficiente para acompanhar o crescimento econômico do Brasil e prevêem a possibilidade de nova crise do setor para o ano de 2009. Caso as projeções de consumo de energia elétrica feitas pelas Distribuidoras Ceditas quando da contratação dos CCEAR Ceditos não se verifiquem corretas ou caso novas medidas de redução de consumo de energia elétrica venham a ser impostas ao setor elétrico, a geração de receita operacional e a capacidade da Cedente de originação dos Direitos Creditórios da Cedente poderão ser negativamente afetados.

A Cedente, na qualidade de concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, está sujeita à regulação e à fiscalização da ANEEL, a qual pode impor sanções em caso de descumprimento dos contratos de concessão ou da Lei de Concessões, e, dependendo da gravidade do descumprimento, a caducidade da respectiva concessão.

A ANEEL pode impor penalidades à Cedente caso esta deixe de cumprir com qualquer disposição da Lei de Concessões. Dependendo da gravidade do descumprimento, as penalidades aplicáveis incluem: (i) advertências; (ii) multas, sendo que cada multa está limitada a, no máximo, 2,0% da receita da Cedente no exercício encerrado imediatamente antes da data da respectiva infração; (iii) embargo à construção de novas instalações e equipamentos; (iv) restrições à operação das instalações e equipamentos existentes; (v) suspensão temporária de participação em processos licitatórios de novas concessões; (vi) intervenção da ANEEL; e (vii) extinção da concessão por caducidade. Ademais, o Poder Concedente detém poderes para extinguir qualquer das concessões da Cedente antes do final de seu prazo, no caso de falência ou liquidação da Cedente, ou por meio de encampação. A Cedente, o Administrador, ou qualquer de suas Partes Relacionadas, não podem garantir que a Cedente não será penalizada pela ANEEL por descumprimentos dos contratos de concessão ou que as concessões de que a Cedente é titular não serão extintas no futuro. A indenização a que a Cedente tem direito na ocorrência de eventual extinção da concessão pode não ser suficiente para recuperar o valor integral de certos ativos. Caso qualquer das concessões da Cedente seja rescindida em virtude de descumprimento das obrigações da Cedente, o valor efetivo de compensação pelo Poder Concedente pode ser reduzido de maneira significativa por meio da imposição de multas ou outras penalidades. Por conseguinte, a imposição de multas ou penalidades à Cedente, ou a extinção de qualquer de suas concessões, pode afetar negativamente a originação e entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo.

Os equipamentos, instalações e operações da Cedente estão sujeitos à regulamentação ambiental, no âmbito federal, estadual e municipal, que poderá se tornar mais rigorosa no futuro, podendo acarretar aumento de responsabilidade e aumento de despesa de capital.

As atividades e instalações da Cedente estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Leis ou regulamentos adicionais mais rigorosos poderão ser aprovados e a aplicação, assim como a interpretação da legislação vigente, poderá tornar-se mais severa. Além disso, os órgãos ambientais poderão fazer exigências adicionais com relação às operações da Cedente, obrigando-a a despendar recursos em investimentos relacionados a questões ambientais, aumentando, assim, as despesas e, conseqüentemente, reduzindo o resultado da Cedente. As penalidades que poderiam ser impostas à Cedente, no âmbito ambiental, podem ser tanto de cunho reparatório quanto indenizatório, não sendo possível mensurar qual seria o exato custo, para a Cedente, no caso de autuação de caráter ambiental. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Cedente operar suas usinas em virtude de autuações ambientais poderá comprometer a originação e a entrega de Direitos Creditórios ao Fundo.

A Cedente está incluída no Programa Estadual de Desestatização do Estado de São Paulo.

A Cedente está incluída no Programa Estadual de Desestatização do Estado de São Paulo, instituído pela Lei Estadual n.º 9.361, de 5 de julho de 1996. Na data deste Regulamento, não há iniciativa oficial em curso do Governo do Estado de São Paulo, acionista controlador da Cedente, em promover a alienação de ações representativas do controle acionário da Cedente. A alteração do controle acionário da Cedente é um Evento de Avaliação previsto na alínea (d), do Artigo 51, do Regulamento, o qual enseja a convocação de Assembléia Geral. Os potenciais interessados nas Quotas Seniores devem levar em consideração tal hipótese na tomada de decisão de investimento nas Quotas Seniores.

6. OS DIREITOS CREDITÓRIOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

OS DIREITOS CREDITÓRIOS

Introdução

Os Direitos Creditórios são os direitos creditórios livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames a serem constituídos pela Cedente e que serão considerados entregues ao Fundo na data em que forem constituídos de acordo com o disposto na Cláusula Segunda do Contrato de Cessão, oriundos dos CCEAR indicados no Anexo I ao Contrato de Cessão, anexo a este Prospecto, tudo conforme o item 1.1. da Cláusula Primeira do Contrato de Cessão.

Os Direitos Creditórios compreendem o direito de crédito oriundo da venda de energia elétrica, pela Cedente, às Distribuidoras Cedidas, por meio dos CCEAR Cedidos, representados pelas Faturas Mensais de Energia Elétrica, bem como todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, além de todas as garantias outorgadas pelas Distribuidoras Cedidas à Cedente, bem como toda e qualquer multa, compensatória e/ou indenizatória, penalidade e/ou indenização devida pelas Distribuidoras Cedidas à Cedente, inclusive, em caso de rescisão dos CCEAR Cedidos e/ou Novo(s) Contrato(s) de Energia.

A Cedente obteve a aprovação da ANEEL para a realização da cessão dos direitos creditórios, por meio do Despacho do seu Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira n.º 926, de 3 de abril de 2007, retificado e publicado em 9 de maio de 2007. A Cedente encaminhou cópia do Contrato de Cessão àquela Agência, no qual estão estabelecidas os termos em que se dão a Cessão Incondicionada e a Cessão sob Condição Suspensiva, bem como cópia do Regulamento e deste Prospecto. Quando da solicitação da aprovação da ANEEL para a referida cessão dos direitos creditórios, a Cedente apresentou, nos termos da regulamentação da ANEEL, o comprometimento da sua receita em função da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo. No referido Despacho, a ANEEL ressaltou que a possibilidade de a Cedente oferecer em garantia os direitos emergentes da concessão (como a receita futura advinda dos CCEAR Cedidos, cujos direitos creditórios foram cedidos ao Fundo) está limitada ao montante que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação dos serviços objeto do Contrato de Concessão.

Encontra-se entre as obrigações do Administrador evidenciar que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação de carteira prevista no Regulamento e que as negociações foram realizadas em condições correntes de mercado, sendo certo que os direitos creditórios elegíveis serão adquiridos observadas as taxas de mercado.

Principais Características dos CCEARs Cedidos

Os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR's foram firmados entre a Cedente e as Distribuidoras Cedidas, em decorrência da realização dos leilões de energia elétrica promovidos

pela ANEEL e conduzidos pela CCEE em: 7 de dezembro de 2004 (Produto 2007-2014), 02 de abril de 2005 (Produtos 2008-2015 e 2009-2016), 11 de outubro de 2005 (Produto 2009-2016), 16 de dezembro de 2005 (Produto 2010-2039) e 29 de junho de 2006 (Produto 2009-2038). Os CCEAR's são contratos padronizados pela ANEEL firmados entre as geradoras vendedoras com todas as distribuidoras que participaram de um determinado leilão.

Após a conclusão do leilão, as geradoras e as distribuidoras celebraram os CCEAR's estabelecendo os preços e montantes de energia contratada. A Cedente contratou a venda de (i) 17,5 MW médios, ao preço de R\$ 77,70/MWh, para entrega a partir de 2007 até 2014; (ii) 163,8 MW médios, ao preço de R\$ 83,50/MWh para entrega a partir de 2008 até 2015; (iii) 117,5 MW médios, ao preço de R\$ 93,43/MWh, a partir de 2009 até 2016, (iv) 142,6 MW médios, ao preço de R\$ 116,00/MWh, a partir de 2010 até 2039, e (v) 80,8 MW médios, ao preço de R\$ 124,97/MWh, a partir de 2009 até 2038, totalizando 522,2MW médios vendidos. Os preços negociados vem sendo atualizados anualmente com base na variação do IPCA nas datas dos reajustes de cada distribuidora.

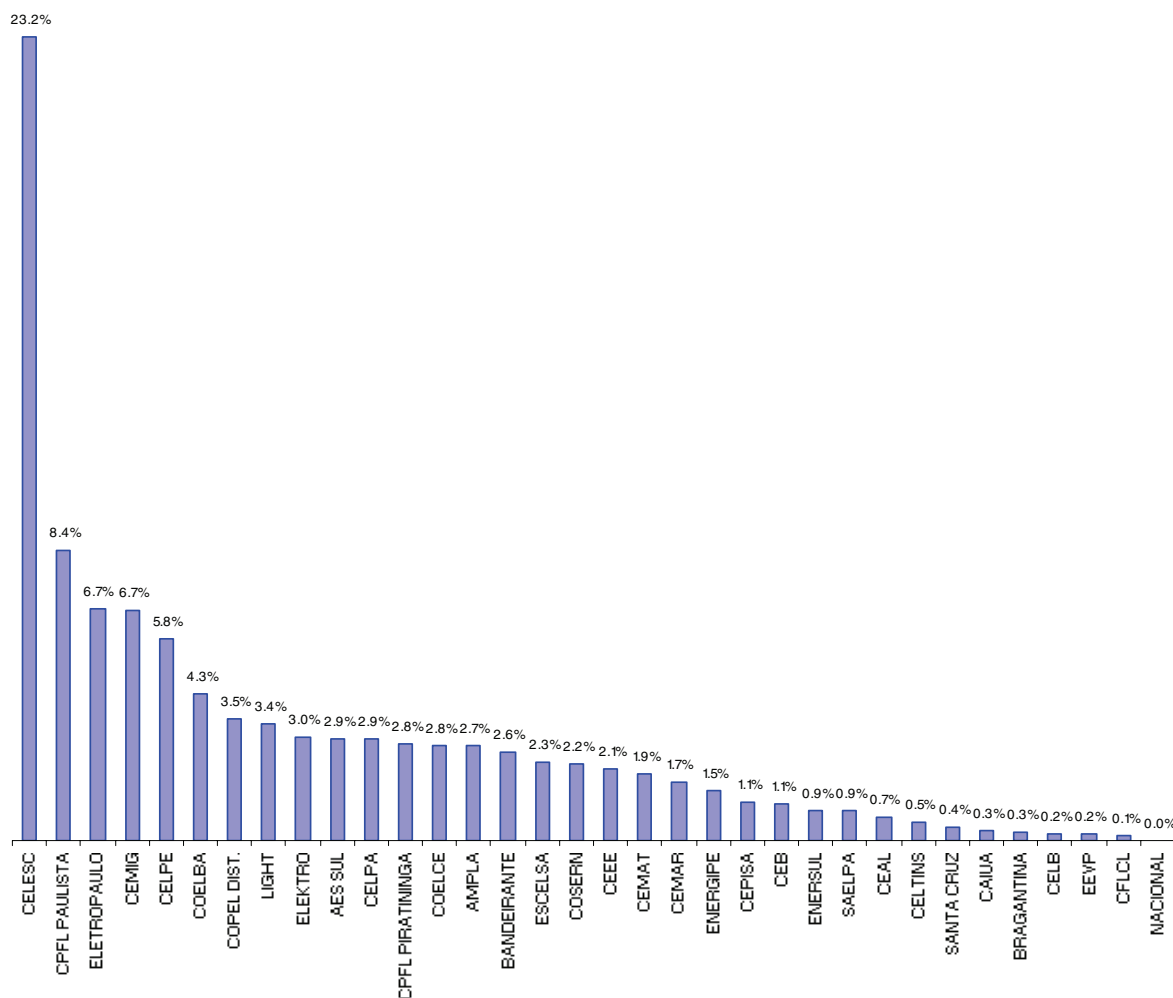
O pagamento mensal devido pelas Distribuidoras Cedidas é realizado em 3 parcelas, com vencimento (i) no dia 15 do mês seguinte ao mês de suprimento, (ii) dia 25 do mês seguinte ao de fornecimento e (iii) dia 5 do segundo mês seguinte ao mês do suprimento.

De acordo com os CCEAR Cedidos, as Distribuidoras Cedidas devem apresentar garantias financeiras do cumprimento de suas obrigações, podendo optar entre fiança bancária, vinculação de recebíveis em um montante equivalente a 100% da média do valor das últimas três faturas relativas ao CCEAR Cedido, vinculação de receitas e cessão de CDB – Certificado de Depósito Bancário. As garantias estão detalhadamente descritas no Anexo I ao Regulamento.

As Distribuidoras Cedidas são concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica sujeitas à fiscalização da ANEEL. As Distribuidoras Cedidas fornecem energia na maior parte das Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do país. As Distribuidoras Cedidas são controladas por diversos grupos do setor elétrico, nacionais e estrangeiros, e também por governos estaduais. As Distribuidoras Cedidas foram responsáveis pela distribuição de aproximadamente 242.472 GWh em 2006, que representaram cerca de 58% do consumo nacional. A energia vendida por meio dos CCEARs Cedidos que servem de lastro para o Fundo representam algo próximo a 3% da necessidade das Distribuidoras Cedidas. O gráfico abaixo mostra a concentração das Distribuidoras Cedidas com o percentual do total de energia contratada cedida ao Fundo dividida por períodos de acordo com as datas de início e encerramento dos CCEAR:

DISTRIBUIDORAS	Jan/2007 a Dez/2007	Jan/2007 a Dez/2008	Jan/2007 a Dez/2009	Jan/2007 a Dez/2010	Jan/2008 a Dez/2015	Jan/2009 a Dez/2016	Jan/2010 a Dez/2017
AES SUL	4.11%	3.09%	2.74%	2.94%	2.90%	2.88%	3.66%
AMPLA	3.55%	4.38%	2.25%	2.74%	2.71%	2.08%	2.94%
BANDEIRANTE	2.34%	3.17%	1.81%	2.57%	2.58%	2.33%	3.29%
BRAGANTINA	2.25%	0.47%	0.24%	0.25%	0.20%	0.16%	0.23%
CAIUA	2.05%	0.43%	0.26%	0.31%	0.27%	0.27%	0.38%
CEAL	8.60%	1.44%	0.77%	0.68%	0.47%	0.37%	0.53%
CEB	1.79%	1.58%	1.55%	1.07%	1.05%	0.86%	1.22%
CEEE	4.24%	2.61%	1.36%	2.05%	1.99%	1.83%	2.21%
CELB	0.10%	0.19%	0.23%	0.21%	0.22%	0.22%	0.19%
CELESC	0.00%	12.02%	30.56%	23.24%	23.86%	27.73%	14.99%
CELPA	7.43%	3.27%	2.45%	2.92%	2.81%	2.79%	3.53%
CELPE	5.28%	3.52%	6.32%	5.83%	5.85%	6.75%	5.35%
CELTINS	2.05%	0.70%	0.55%	0.55%	0.51%	0.49%	0.56%
CEMAR	4.53%	2.14%	1.35%	1.71%	1.64%	1.54%	2.18%
CEMAT	1.96%	2.98%	1.24%	1.91%	1.91%	1.48%	2.09%
CEMIG	0.00%	7.51%	4.80%	6.66%	6.84%	6.32%	8.92%
CEPISA	7.83%	1.52%	0.93%	1.10%	0.93%	0.94%	1.32%
CFLCL	0.68%	0.15%	0.06%	0.12%	0.11%	0.11%	0.15%
COELBA	6.26%	4.25%	3.08%	4.25%	4.20%	4.25%	5.66%
COELCE	4.43%	3.27%	2.13%	2.77%	2.73%	2.57%	3.41%
COPEL DIST.	0.00%	3.83%	1.60%	3.53%	3.62%	3.41%	4.81%
COSERN	1.96%	1.26%	2.01%	2.23%	2.24%	2.62%	2.74%
CPFL PAULISTA	2.15%	8.89%	12.28%	8.42%	8.59%	8.23%	6.28%
CPFL PIRATININGA	0.00%	2.66%	4.06%	2.78%	2.86%	2.84%	1.66%
EEVP	1.08%	0.25%	0.15%	0.19%	0.17%	0.17%	0.24%
ELEKTRO	3.72%	4.06%	2.55%	2.98%	2.96%	2.54%	3.38%
ELETROPAULO	3.23%	8.92%	4.99%	6.73%	6.82%	5.86%	7.64%
ENERGIPE	1.27%	0.81%	1.79%	1.46%	1.47%	1.73%	1.18%
ENERSUL	2.04%	1.16%	0.68%	0.87%	0.84%	0.75%	1.06%
ESCELSA	0.51%	1.53%	1.04%	2.29%	2.34%	2.59%	3.66%
LIGHT	11.93%	5.90%	3.01%	3.37%	3.14%	2.35%	3.32%
NACIONAL	0.88%	0.08%	0.03%	0.02%	0.00%	0.00%	0.00%
SAELPA	1.56%	1.17%	0.71%	0.85%	0.84%	0.73%	0.92%
SANTA CRUZ	0.20%	0.80%	0.42%	0.39%	0.39%	0.22%	0.31%

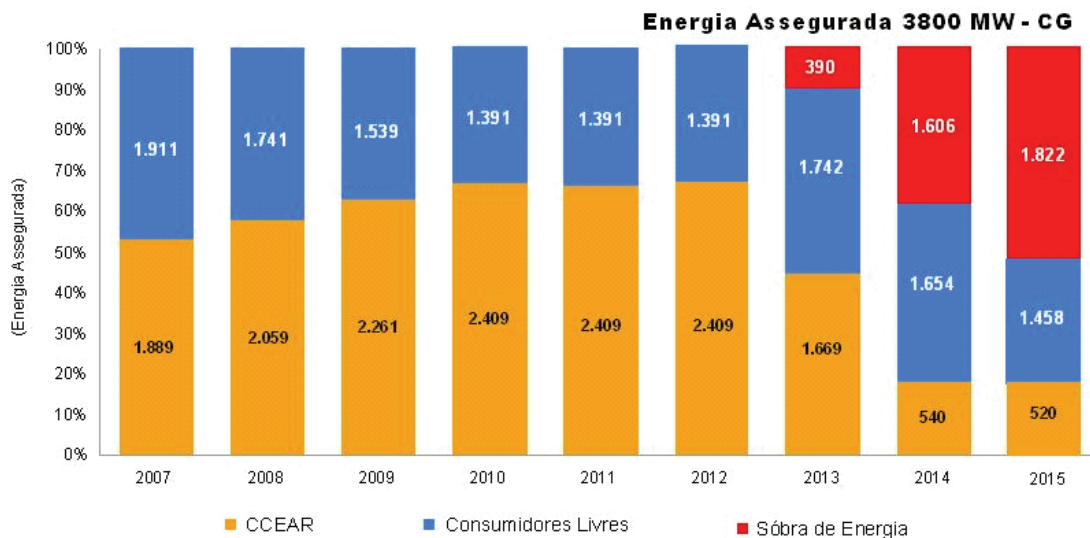
O gráfico abaixo representa a parte destacada da tabela acima, compreendendo o período no qual todos os CCEAR cedidos ao Fundo estarão em vigor:



Todos os CCEAR firmados pela CESP representaram 20,88% do total de energia comercializável da CESP no ano de 2005, passando a representar 49,39% no ano de 2006, tendo importância crescente em sua carteira. Destes CCEAR, por volta de 21,4% foram cedidos para o Fundo. O gráfico seguinte mostra a evolução de todos

os contratos de CCEARs firmados pela CESP (dados em MW Médios):

Evolução dos contratos firmados pela CESP – MW Médios



FONTE: CESP. Posição janeiro de 2007

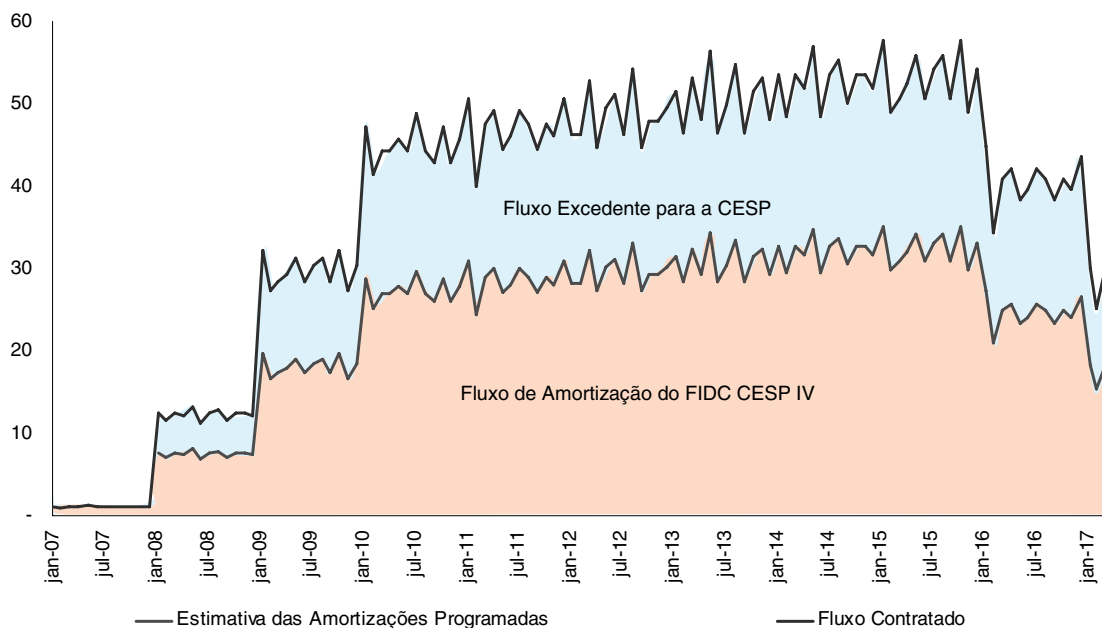
O gráfico abaixo traz a evolução dos preços históricos firmados pela CESP (R\$/MWh) de acordo com o contrato:

Evolução dos preços históricos de contratos firmados pela CESP – R\$/MWh



FONTE: CESP Base 01.01.2007

Os CCEAR Cedidos ao fundo referentes à energia contratada apresenta uma cobertura (receita esperada dos CCEAR Cedidos ao Fundo frente as obrigações representadas pela amortização estimada das Quotas Seniores), conforme o gráfico seguinte:



NOTA: No gráfico acima foi utilizado o cenário “contratado”, o qual considera o somatório das faturas de cada Distribuidora Cedida considerando os preços dos CCEAR Cedidos ao Fundo com correção pelo IPCA (4,00% a.a. para todos os anos) e valores mensais das amortizações considerando um cupom pré-fixado de juros de 1,75% a.a. corrigidos pelo CDI, segundo projeções de mercado. O consumo foi considerado em “MW Médios” previstos em cada CCEAR desconsiderando a perda de consumidores livres, sazonalidade, erro de previsão, racionamento e MCSD.

De acordo com os procedimentos de teste ou análise aplicados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, ver "Relatório Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes", Anexo 7 a este Prospecto, podemos destacar os seguintes resultados:

- (i) foram confrontados a quantidade total de energia sazonalizada de janeiro de 2007 com a quantidade contratual e não foram identificadas divergências;
- (ii) foram confrontadas as quantidades de energia sazonalizadas do período de janeiro de 2007 e aprovadas pela CCEE com as faturas emitidas e não foram identificadas divergências;
- (iii) foram confrontadas as faturas emitidas com os registros contábeis do período de janeiro de 2007 e não foram identificadas divergências;

- (iv) foram verificados o crédito dos valores de todas as parcelas das faturas emitidas de janeiro de 2007 nas contas bancárias da Cedente, atentando para possíveis recebimentos efetuados fora do prazo de vencimento, e não foram identificados recebimentos em prazos superiores a um dia em relação à sua data de vencimento;
- (v) foi efetuada a análise do "aging list", títulos vencidos e a vencer, do período de janeiro de 2007 não tendo sido identificadas faturas pendentes de recebimento;
- (vi) Para os meses de janeiro e fevereiro de 2006 os mesmos resultados acima descritos foram alcançados neste período.

Principais Cláusulas dos CCEARs Cedidos

Abaixo segue uma breve descrição das principais cláusulas dos CCEAR Cedidos ao Fundo.

Objeto

O objeto dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica é a compra e venda da energia contratada, com potência associada, realizada entre a Cedente e as Distribuidoras Cedidas, em decorrência dos leilões de energia ocorridos em 7 de dezembro de 2004 (Produto 2007-2014), 31 de março de 2005 (Produtos 2008-2015 e 2009-2016), 11 de outubro de 2005 (Produto 2009-2016) e 16 de dezembro de 2005 (Produtos 2009-2038 e 2010-2039).

Modalidade

Os CCEAR Cedidos foram firmados na modalidade de quantidade de energia elétrica com potência associada, sendo que os custos decorrentes dos riscos hidrológicos serão assumidos pela Cedente.

Sazonalização

As Distribuidoras Cedidas, desde que mantenham o consumo médio contratado para o ano, podem efetuar a sazonalização mensal da energia contratada, a fim de estabelecer a energia contratada para determinado mês, até os limites mínimo e máximo de 85% e 115% da média anual da energia contratada.

Mora no Pagamento e seus efeitos

Caso a Distribuidora Cedida deixe de efetuar o pagamento de qualquer Fatura Mensal de Energia Elétrica, o valor devido será atualizado pelo IPC-A, acrescido de multa de 2% sobre o montante do débito e juros de mora de 1% ao mês, calculados *pro rata die*.

Cessão e Redução da Energia Contratada e Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD)

De acordo com o artigo 29 do Decreto 5.163 de 30 de julho de 2004 (o "Decreto 5.163"), os CCEAR decorrentes dos leilões de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes deverão prever a possibilidade de redução dos montantes contratados, a critério exclusivo do agente de distribuição, em razão: (i) do exercício pelos consumidores potencialmente livres da opção de compra de energia elétrica proveniente de outro

fornecedor; (ii) de outras variações de mercado, hipótese na qual poderá haver, em cada ano, redução de até 4% do montante inicial contratado, independentemente do prazo de vigência contratual, do início do suprimento e dos montantes efetivamente reduzidos nos anos anteriores; e (iii) de acréscimos na aquisição de energia elétrica decorrentes de contratos celebrados até 16 de março de 2004, observado o disposto no art. 21 da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

Além disso, o exercício das opções de redução contratual terão caráter permanente e (i) deverão ser precedidos da utilização de mecanismo de compensação de sobras e déficits estabelecido na convenção de comercialização, hipótese na qual somente poderão ser reduzidas as quantidades de energia remanescentes; (ii) serão rateados proporcionalmente entre todos os CCEAR dos agentes de distribuição, conforme procedimentos de comercialização específicos; (iii) terão eficácia a partir do mês da efetiva aquisição de energia de outro fornecedor pelos consumidores potencialmente livres que não tenham firmado novos contratos ou prorrogado os contratos existentes.

Assim, em consonância com os dispositivos regulatórios, os CCEAR Cedidos (Produtos 2007-2014, 2008-2015 e 2009-2016) contêm dispositivo contratual que permite às Distribuidoras Cedidas reduzirem a energia elétrica contratada da Cedente nas hipóteses do artigo 29 do Decreto 5.163 de 30 de julho de 2004, observado o disposto na Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. Os CCEAR referentes aos produtos 2009-2038 e 2010-2039, por serem decorrentes de leilão de energia para novos empreendimentos de geração de energia elétrica, não prevêem a possibilidade de redução da energia contratada.

A redução da energia contratada para os CCEAR celebrados em leilões de energia existente, de acordo com o Decreto 5.163, deve ser precedida de MCSD de energia no ACR. Este mecanismo permite às Distribuidoras Cedidas ceder parcela da energia contratada que foi objeto de redução, mediante um termo de cessão com outra distribuidora que esteja com déficit de energia, a qual passará a ser compradora de energia da Cedente. A redução da energia contratada afetará proporcionalmente todos os CCEAR de que a respectiva distribuidora seja parte, não cabendo a esta optar em qual CCEAR incidirá a redução, uma vez que o M CSD seguirá procedimentos de comercialização estabelecidos pela CCEE.

Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente está obrigada a notificar as distribuidoras cessionárias que adquiram parcela da energia contratada dos CCEAR Cedidos de que os Direitos Creditórios a ela subjacentes foram cedidos ao Fundo.

Até 31 de dezembro de 2006, esse processo de ajuste das diferenças nos CCEAR foi realizado no âmbito da CCEE, e 24 distribuidoras declararam montantes de sobra, que somaram 109 MW médios, montantes estes provenientes de saída de grandes consumidores da base cativa das distribuidoras e parte destes relativos a desvios de mercado projetados pelas companhias, segundo informado pela CCEE.

Força Maior

Caso alguma das partes não possa cumprir qualquer de suas obrigações, por motivo de caso fortuito ou de força maior, nos termos do art. 393 do Código Civil Brasileiro, o respectivo CCEAR Cedido permanecerá em vigor, mas a parte afetada pelo evento não responderá pelas consequências do não cumprimento das obrigações durante o tempo de duração do evento e proporcionalmente aos seus efeitos.

Consequências da Rescisão

Os CCEAR Cedidos estabelecem uma multa rescisória para a parte que der causa à rescisão, em montante equivalente a 30% (trinta por cento) do resultado da multiplicação do preço da energia contratada pelo volume de energia mensal contratada remanescente em MWh até o final do período de fornecimento.

Responsabilidade e Indenização

A responsabilidade de cada uma das partes está limitada, em qualquer hipótese, aos montantes de danos a que der causa, inclusive danos morais ou qualquer outra modalidade de indenização dessa mesma natureza.

Solução de Controvérsias

As partes que firmaram os CCEAR Cedidos optaram por solucionar suas eventuais controvérsias por meio da arbitragem prevista na Convenção de Comercialização da CCEE.

Da Constituição de Garantias pelas Distribuidoras

Ao celebrar o CCEAR, as distribuidoras devem apresentar, nos prazos estabelecidos pela regulamentação da ANEEL, garantias financeiras de pagamento às geradoras vendedoras, podendo optar entre (i) fiança bancária, (ii) Contratos de Constituição de Garantias – CCG (dação de recebíveis ou vinculação de receita) e (iii) cessão de CDB – Certificado de Depósito Bancário.

Contrato de Constituição de Garantias – Dação de Recebíveis (o “CCG – Dação de Recebíveis”)

Nos termos dos Contratos de CCG - Dação de Recebíveis, no caso de inadimplência da respectiva Distribuidora Cedida, depois de decorrido o período de cura de três dias úteis subsequentes à data do vencimento, a Cedente instruirá o respectivo banco gestor para que acione o mecanismo de garantia.

O mecanismo de garantia consiste no bloqueio da conta corrente da respectiva Distribuidora Cedida na transferência de recursos para uma conta corrente especial de titularidade da respectiva Distribuidora Cedida, até o limite do valor informado, acrescido de juros de mora de 1% ao mês, calculados *pro rata temporis* e multa de 2%.

As Distribuidoras Cedidas que firmaram os Contratos de Constituição de Garantia têm a obrigação de manter nos bancos arrecadadores responsáveis pela sua arrecadação mensal um valor mínimo de 110% da média aritmética do valor das três últimas faturas do CCEAR.

O respectivo banco gestor deverá transferir os recursos disponíveis na conta corrente especial da Distribuidora Cedida para a conta corrente da Cedente, até o montante do débito informado pela Cedente. Caso o débito não seja quitado em cinco dias, a Cedente pode optar por acionar o mecanismo de garantia suplementar. O mecanismo de garantia suplementar constitui-se de garantias (depósito de moeda corrente nacional, títulos

públicos, ouro ativo financeiro, ações de companhias abertas admitidas à negociação em bolsas de valores ou cartas de fiança) em um volume de ativos depositados correspondente à 20% da receita mensal de um mês de faturamento do respectivo CCEAR Cedido. Este volume de ativos depositados passará para 40%, 50% e 60% caso o mecanismo de garantia suplementar seja acionado uma, duas e três ou mais vezes.

Contrato de Constituição de Garantias – Vinculação de Receitas (o “CCG – Vinculação de Receitas”)

Nos termos dos CCG – Vinculação de Receitas, para assegurar o cumprimento das obrigações de pagamento assumidas pelas Distribuidoras Cedidas nos CCEAR, é vinculada à Cedente, em caráter irrevogável e irretratável, até a final liquidação de todas as obrigações, parcela dos recursos resultantes do pagamento das Faturas Mensais de Energia Elétrica depositados na conta centralizadora da respectiva Distribuidora Cedida, que deverá corresponder a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos) vezes os valores indicados na referida fatura.

Em caso de inadimplemento da Distribuidora Cedida, os valores devidos serão transferidos da conta centralizadora da respectiva Distribuidora Cedida e depositados em conta vinculada constituída para este fim, conforme as condições e os períodos definidos entre a Distribuidora Cedida e o banco gestor. O pagamento integral das Faturas Mensais de Energia Elétrica só será caracterizado pela efetiva transferência da receita das faturas de energia elétrica da Distribuidora Cedida para conta corrente de titularidade da Cedente, complementada, se for o caso, com receita proveniente da conta reserva.

Para garantia do cumprimento das obrigações previstas no CCG – Vinculação de Receitas, e como indicativo de liquidez e capacidade de pagamento, a Distribuidora Cedida se obriga a manter, na conta centralizadora, um fluxo de recursos mensal no valor equivalente a 1,5 (um inteiro e cinco centésimos) vezes o valor das Faturas Mensais de Energia Elétrica. Caso não se verifique em determinado mês o fluxo estabelecido, condicionada esta ocorrência a uma única vez ao ano, haverá um período de carência de um mês para que a Distribuidora Cedida destine parcela suficiente de seus recursos para cumprimento desta obrigação do CCG – Vinculação de Receitas.

Caso na(s) data(s) de vencimento das Faturas Mensais de Energia Elétrica não existir saldo suficiente na conta vinculada para seu pagamento integral, o banco gestor deverá realizar a transferência do montante disponível na conta vinculada para a conta corrente de titularidade da Cedente e bloquear a conta centralizadora e manter o fluxo de recursos entre a conta centralizadora e a conta vinculada, até a quitação total da dívida, incluindo os encargos moratórios conforme definido no CCEAR.

Caso a Distribuidora Cedida tenha constituído conta reserva, e se na(s) data(s) de vencimento das Faturas Mensais de Energia Elétrica não existir saldo suficiente na conta vinculada para seu pagamento integral, o banco gestor deverá realizar a transferência do montante disponível na conta vinculada para a conta corrente de titularidade da Cedente, realizar a transferência do montante necessário da conta reserva para a conta corrente de titularidade da Cedente, e se não existir saldo suficiente na conta reserva, o banco gestor deverá bloquear a conta centralizadora da Distribuidora Cedida e manter o fluxo de recursos entre a conta centralizadora e a conta vinculada, até a quitação total da dívida e a recomposição do saldo da conta reserva.

Documentos Comprobatórios

Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente obrigou-se a manter os Documentos Comprobatórios, sob sua guarda e custódia, na qualidade de fiel depositária, nos termos e para os efeitos do artigo 627 e seguintes do Código Civil, responsabilizando-se pela sua guarda, por ordem e conta do Custodiante, pelo prazo exigível pela legislação fiscal, contados da data de emissão das Faturas Mensais de Energia Elétrica, obrigando-se, ainda, a entregar tais Documentos Comprobatórios ao Custodiante, em nome do Fundo, ou a quem este indicar, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, contado da data do recebimento da solicitação deste, sob pena de incorrer em multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). A Cedente perceberá a importância de R\$ 100,00 (cem reais) pela prestação dos serviços de depósito dos Documentos Comprobatórios, que serão pagos pelo Custodiante na Data de Pagamento do Preço de Aquisição, mediante crédito na Conta Autorizada da Cedente.

Cobrança dos Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo serão cobrados nos termos dos CCEAR Cedidos, segundo os quais a Cedente emite as Faturas Mensais de Energia Elétrica às Distribuidoras Cedidas, bem como do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, observado o disposto abaixo.

Observadas as disposições do Contrato de Cessão, a partir da Data de Início da Entrega, a Cedente está obrigada, em caráter irrevogável e irretratável, a entregar ao Fundo ou a quem for por este indicado para recebê-los em seu nome, tão logo sejam constituídos em cada mês durante o Prazo de Duração, os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, objeto da Cessão Incondicionada e da Cessão sob Condição Suspensiva, que deverão ser pagos pelas Distribuidoras Cedidas, na forma estabelecida no Contrato de Cessão.

Os procedimentos de recebimento e pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo serão efetuados pelo Agente de Recebimento e Pagamento de acordo com o disposto no Contrato de Cessão e no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.

Na mesma data do não pagamento de quaisquer Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, objeto da Cessão Incondicionada, a Cedente, na qualidade de agente cobradora da Distribuidora Cedida Inadimplente, função para a qual foi contratada pelo Administrador, em nome do Fundo, deverá tomar todas as providências necessárias para a cobrança dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo da respectiva Distribuidora Cedida Inadimplente e repassar ao Fundo, sem qualquer retenção, todo e qualquer pagamento por esta efetuado, sempre observados os procedimentos estabelecidos nos CCEAR Cedidos e nos respectivos Instrumentos de Garantia e demais disposições da regulamentação aplicável.

Todos os valores aportados pelos Quotistas ao Fundo nos termos do Regulamento deverão ser feitos em moeda corrente nacional, líquidos de quaisquer taxas, impostos, contribuições e/ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais valores, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte e de forma que o Fundo receba as referidas verbas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que o Fundo possa honrar integralmente suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

7. A ESTRUTURA DA OPERAÇÃO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTRUTURA DA OPERAÇÃO

Encontra-se nesta Seção descrição não exaustiva da estrutura da operação, que foi preparada apenas com a finalidade de oferecer uma visão global do Fundo, sendo que certos termos e condições, principalmente do Regulamento e do Contrato de Cessão, foram resumidos e/ou simplificados. Os potenciais investidores devem consultar as demais Seções deste Prospecto e o Regulamento antes de decidir por adquirir Quotas.

Resumo da estrutura

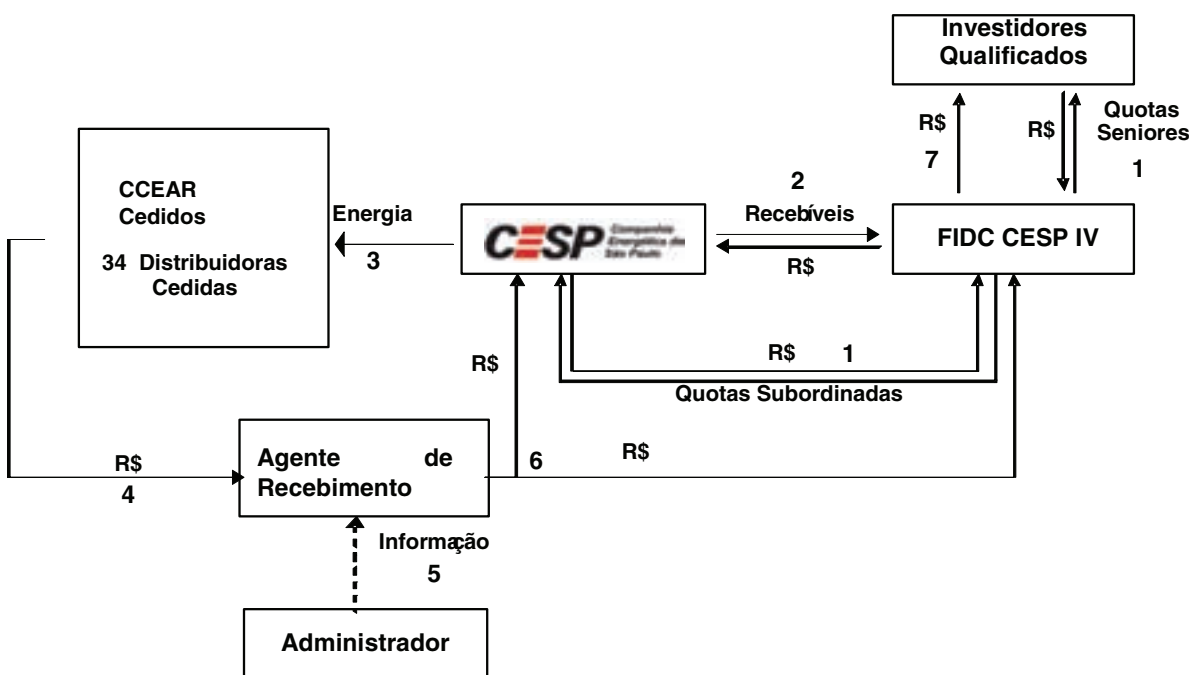
O Fundo foi constituído em 22 de março de 2007, sob a forma de condomínio fechado, com Prazo de Duração que se inicia na Data de Emissão de Quotas e encerrar-se-á no prazo de 120 (cento e vinte) meses ou na Data de Resgate, o que ocorrer por último, observadas as disposições do Regulamento, o qual foi registrado no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, em 27 de março de 2007, sob o n.º 209.291 e posteriormente aditado e consolidado em 18 de maio de 2007 sob o n.º 210.316.

Nos termos do Regulamento, o Fundo tem como objetivo proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida no Capítulo Seis do Regulamento, valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo (i) dos Direitos Creditórios, em caráter definitivo, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados ao titular de tais Direitos Creditórios, tudo nos termos do Contrato de Cessão; e (ii) de Ativos Financeiros.

O Fundo emitirá uma série única de Quotas, para captar os recursos necessários à aquisição dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, sendo esta dividida em 4.000 (quatro mil) Quotas Seniores e 72 (setenta e duas) Quotas Subordinadas, com Valor Unitário de Emissão de R\$ 312.500,00 (trezentos e doze mil e quinhentos reais).

Fluxograma da Operação - Após a Cessão

Abaixo, segue gráfico que demonstra o fluxo de recursos após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo:



1. Para obter recursos necessários para a aquisição dos Direitos Creditórios e para constituição parcial da Reserva de Amortização, o Fundo emite Quotas que são adquiridas pelos Quotistas.
2. Nos termos do Contrato de Cessão, a CESP cede os Direitos Creditórios ao Fundo, o qual efetua, nos termos deste contrato, o pagamento do Preço de Aquisição.
3. A Cedente entrega a Energia Contratada às Distribuidoras Cedidas conforme os termos dos respectivos CCEAR Cedidos, emitindo as Faturas Mensais de Energia Elétrica.
4. As Distribuidoras Cedidas efetuam o pagamento das Faturas Mensais de Energia Elétrica na Conta de Recebimento e Pagamento mantida no Agente de Recebimento.
5. O Agente de Recebimento recebe instruções do Administrador referentes ao pagamento das Faturas Mensais de Energia Elétrica para a Conta Autorizada do Fundo e/ou Conta Autorizada da Cedente.
6. O Agente de Recebimento processa destinação dos recursos conforme definido no item 5 acima.
7. Nas Datas de Amortização ou Data de Resgate, o Fundo realiza os pagamentos, conforme o caso, do valor da amortização ou do valor de resgate das Quotas Seniores aos Quotistas Seniores.

Da Cessão dos Direitos Creditórios

Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente cedeu ao Fundo a totalidade dos Direitos Creditórios, sendo que, uma parcela dos Direitos Creditórios Cedidos foi cedida de forma Incondicionada (“Cessão Incondicionada”) e a parcela restante sob condição suspensiva (a “Cessão sob Condição Suspensiva”).

A partir da primeira Data de Início da Entrega e durante 120 (cento e vinte) meses subsequentes consecutivos, ou até o pagamento da última parcela da amortização das Quotas Seniores, o que ocorrer por último, os Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada (que compreendem, inclusive, os Direitos Creditórios objetos da Cessão sob Condição Suspensiva que, em cada mês durante a vigência do Contrato de Cessão, se tornem, pelo advento de qualquer das condições suspensivas, Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada) deverão ser, em cada Período de Disponibilidade equivalentes ao somatório do produto do valor nominal de cada Parcela da Fatura, multiplicado pelo respectivo Fator de Cessão, conforme apurado em cada Data de Apuração, nos termos do item 2.2. do Contrato de Cessão.

Da Apuração do Fator de Cessão

Na Primeira Data de Apuração, correspondente ao Período de Disponibilidade i , o Administrador calculará, com base nas informações fornecidas pelo Custodiante e Agente de Recebimento, o primeiro Fator de Cessão dos Direitos Creditórios a ser aplicado sobre a referida Parcela (ϕ_{i1}), de acordo com a seguinte fórmula:

$$\phi_{i1} = \frac{QMM_i}{FT_{i1}}$$

Na Segunda data de Apuração, o Administrador calculará, com base nas informações fornecidas pelo Custodiante e Agente de Recebimento, o segundo Fator de Cessão dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo a ser aplicado sobre a referida Parcela (ϕ_{i2}), de acordo com a seguinte fórmula:

$$\phi_{i2} = \frac{QMM_i}{FT_{i2}}$$

Na Terceira Data de Apuração, o Administrador calculará, com base nas informações fornecidas pelo Custodiante e Agente de Recebimento, o terceiro Fator de Cessão dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo a ser aplicado sobre a referida Parcela (ϕ_{i3}), de acordo com a seguinte fórmula:

$$\varphi_{i3} = \frac{QMM_i}{FT_{i3}}$$

onde:

$$QMM_i = A_i + C_i + \Delta RA_i$$

$$\Delta RA_i = RA_i - DI_i$$

Observado que, para as fórmulas contidas acima:

i	Período de Disponibilidade em que há amortização de Quotas Seniores do Fundo.
φ_{i1}	Fator de Cessão a ser aplicado sobre a primeira Parcela da Fatura com vencimento no Período de Disponibilidade i. Se o Fator de Cessão apurado for maior que 1 ou menor que 0, o Custodiante deverá considerar o fator como sendo 1 ou 0, respectivamente.
φ_{i2}	Fator de Cessão a ser aplicado sobre a segunda Parcela da Fatura com vencimento no Período de Disponibilidade i. Se o Fator de Cessão apurado for maior que 1 ou menor que 0, o Custodiante deverá considerar o fator como sendo 1 ou 0, respectivamente.
φ_{i3}	Fator de Cessão a ser aplicado sobre a terceira Parcela das Faturas com vencimento no Período de Disponibilidade i. Se o Fator de Cessão apurado for maior que 1 ou menor que 0, o Custodiante deverá considerar o fator como sendo 1 ou 0, respectivamente.
QMM_i	Quantidade Mínima Mensal prevista no Período de Disponibilidade i, que deverá ser calculada e apurada pelo Administrador nas Datas de Apuração aplicáveis.
FT_{i1}	Somatório dos valores dos Direitos Creditórios correspondentes à primeira Parcela das Faturas com vencimento no Período de Disponibilidade “i”, desconsiderados os Direitos Creditórios contra Distribuidora Cedida Inadimplente (conforme abaixo definido).
FT_{i2}	Somatório dos valores dos Direitos Creditórios correspondentes à segunda Parcela das Faturas Mensais de Energia Elétrica com vencimento no Período de Disponibilidade “i”, desconsiderados os Direitos Creditórios contra Distribuidora Cedida Inadimplente (conforme abaixo definido).

FT_{i3}	Somatório dos valores dos Direitos Creditórios correspondentes à terceira Parcela das Faturas com vencimento no Período de Disponibilidade “i”, desconsiderados os Direitos Creditórios contra Distribuidora Cedida Inadimplente (conforme abaixo definido).
RA_i	Reserva de Amortização e Resgate no Período de Disponibilidade i, calculado em cada Data de Apuração, conforme definida no Artigo 41 do Regulamento.
DI_i	Disponibilidade (conforme definido no artigo 14 do Regulamento) no Período de Disponibilidade i, calculado em cada Data de Apuração.
ΔRA_i	Diferença entre a Reserva de Amortização e Resgate para o Período de Disponibilidade i e a Disponibilidade (conforme definido no Regulamento) no Período de Disponibilidade i, calculada em cada Data de Apuração.
A_i	Para o Período de Disponibilidade “i”, é o montante indicado na coluna A, do Anexo IX do Contrato de Cessão, a ser atualizado pela variação da taxa média diária do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “ <i>over extra-grupo</i> ”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Taxa DI”), calculada e divulgada pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”), acrescida de um <i>spread</i> , a ser definido nos termos do Parágrafo Primeiro, do Artigo 13, do Regulamento.
C_i	Custos mensais estimados dos Encargos do Fundo referentes à taxa de administração, despesas com a prestação de serviços do Custodiante, Empresa de Auditoria e Agência de Classificação de Risco, para o Período de Disponibilidade i.

O primeiro Período de Disponibilidade se inicia na Data de Início da Entrega, inclusive, e se encerra no dia 10 do mês subsequente à 1ª Data de Amortização, definida no Parágrafo Primeiro do Artigo 32 do Regulamento (o “Primeiro Período de Disponibilidade”). Durante o Primeiro Período de Disponibilidade, a Primeira Data de Apuração será um dia útil anterior ao vencimento da primeira Parcela de Fatura com vencimento após a Data de Início de Entrega, a Segunda Data de Apuração será um dia útil anterior ao vencimento da segunda Parcela de Fatura com vencimento após a Data de Início de Entrega e assim sucessivamente. Havendo mais de três Datas de Apuração no Primeiro Período de Disponibilidade serão aplicados com relação a tais Datas de Apuração o mesmo procedimento aplicável à Terceira Data de Apuração, nos termos tudo conforme as fórmulas acima.

Nas mesmas datas de recebimento, pelo Agente de Recebimento, do pagamento de cada uma das Parcelas das Faturas Mensais de Energia Elétrica na Conta de Recebimento e Pagamento, e uma vez apurada a quantidade de Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada por Parcela da Fatura em cada Data de Apuração, conforme as fórmulas acima, o Agente de Recebimento transferirá, nos termos do Contrato de Cessão e do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, por ordem do Administrador, para a Conta Autorizada do Fundo, recursos que sejam equivalentes ao valor financeiro dos Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada por Parcela da Fatura.

O valor que sobejar a quantidade de Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada por Parcela da Fatura, em cada Período de Disponibilidade será, na mesma data em que for recebido pelo Agente de Recebimento, transferido para a Conta Autorizada da Cedente.

Para fins de apuração do Fator de Cessão, o Administrador, após o recebimento das informações prestadas pelo Agente de Recebimento nos termos da cláusula oitava do Contrato de Cessão, não considerará em qualquer Data de Apuração os Direitos Creditórios a serem pagos por Distribuidora Cedida Inadimplente.

Advento da Condição Suspensiva

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão estabelecidos nas alíneas (a), (b), (e), (f), (g), (h), (i), (j), (k), (l), (m), (n) (o) e (q), do item 11.1. da Cláusula Onze do Contrato de Cessão, e após a determinação do Administrador, o Agente de Recebimento transferirá a totalidade dos Direitos Creditórios por Parcela das Faturas pagos na Conta de Recebimento e Pagamento diretamente para a Conta Autorizada do Fundo. Este procedimento perdurará até que o Agente de Recebimento receba determinação em contrário do Administrador, com novas instruções para a transferência dos recursos recebidos na Conta de Recebimento e Pagamento, observado o disposto no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento. Enquanto não ocorrer um dos Eventos de Revisão referidos acima, que caracterizam o advento da condição suspensiva, o montante dos Direitos Creditórios objeto da Cessão sob Condição Suspensiva serão transferidos pelo Agente de Recebimento para a Conta Autorizada da Cedente.

No caso do término antecipado do Contrato de Concessão, foi considerado que o Fundo poderá manter o direito ao recebimento do produto da cobrança dos Direitos Creditórios, inclusive aqueles Cedidos sob Condição Suspensiva.

Política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo

Os investimentos do Fundo em Direitos Creditórios e Ativos Financeiros se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observado o disposto no Capítulo Seis do Regulamento. O Fundo deverá alocar, no mínimo, 50% de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, sendo que o saldo remanescente poderá ser mantido em moeda corrente nacional ou aplicado nos Ativos Financeiros autorizados pelo Regulamento. O quadro a seguir apresenta um resumo das modalidades de investimento e dos limites de composição da carteira do Fundo:

Composição da carteira e percentual máximo em relação ao Patrimônio Líquido	Mínimo	Máximo
a) Direitos Creditórios	50%	100%
b) Moeda corrente nacional	0%	50%
c) Títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen	0%	50%
d) Operações compromissadas tendo como contraparte as Instituições Autorizadas e tendo como lastro títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen	0%	50%
e) fundos de investimento de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Bacen, e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas	0%	50%

São vedadas ao Fundo: (i) a aplicação de recursos em ativos de renda variável ou atrelados à variação cambial; (ii) quaisquer operações com instrumentos de derivativos; (iii) aquisição de cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS); e (iv) a realização de operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

Nos termos do § 1º do artigo 40-A da Instrução CVM 356, não será observado o limite previsto no *caput* do artigo 40-A da Instrução CVM 356, no que se refere à concentração de direitos creditórios e títulos de uma mesma pessoa jurídica ou instituição financeira e respectivas Partes Relacionadas no Patrimônio Líquido do Fundo, uma vez que os Direitos Creditórios advindos do CCEAR Cedido firmado entre a Cedente e a Celesc Distribuição S.A. – CELESC DISTRIBUIÇÃO ultrapassarão o limite de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido ao longo do Prazo de Duração do Fundo.

O Fundo buscará atingir, para suas Quotas Seniores, Parâmetro de Rentabilidade correspondente à 100% (cem por cento) da variação da Taxa DI, acrescida de cupom prefixado de juros ao ano base 252 dias úteis, conforme apurado em processo de *Bookbuilding* conduzido perante os Investidores Qualificados, processo este que consiste na verificação da demanda pelas Quotas em diferentes níveis de cupom pré-fixado de juros. O cupom pré-fixado de juros efetivamente apurado no referido processo de *Bookbuilding*, foi de 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) que também constará do Suplemento, anexo a este Prospecto.

Ordem de alocação de recursos

O Administrador, diariamente, a partir da Data de Emissão de Quotas e até a liquidação do Fundo, utilizará as Disponibilidades para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- b) formação de reserva equivalente ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- c) devolução aos Quotistas dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Capítulo Dezoito, por meio da amortização da série de Quotas Seniores específica;
- d) pagamentos dos valores referentes à amortização e resgate das Quotas Seniores; e
- e) formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades.

Encargos do Fundo

Constituem Encargos do Fundo, além da taxa de administração, as seguintes despesas:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;

- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- d) honorários e despesas devidos à Empresa de Auditoria;
- e) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- h) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação;
- i) taxa de custódia dos ativos do Fundo; e
- j) despesas com os serviços prestados pela Agência de Classificação de Risco.

Reserva de Amortização e Resgate

A partir da Data de Emissão de Quotas e até final do Prazo de Duração, o Administrador deverá constituir e manter a Reserva de Amortização e Resgate, nos termos do Artigo 41 do Regulamento, de forma que, em qualquer Data de Apuração, esta corresponda à soma dos valores estimados para a amortização das Quotas Seniores dos três próximos Períodos de Disponibilidade, de acordo com a fórmula abaixo, e ressalvado o disposto no Regulamento:

$$RA_i = A_i + C_i + A_{i+1} + C_{i+1} + A_{i+2} + C_{i+2}$$

Onde:

RA_i = é a Reserva de Amortização e Resgate para o Período de Capitalização.

A_i = Valor estimado da amortização das Quotas Seniores do Fundo na Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, subsequente à Data de Apuração *i*.

C_i = Custos mensais estimados dos Encargos do Fundo referentes à taxa de administração, despesas com a prestação de serviços do Custodiante, Empresa de Auditoria e Agência de Classificação de Risco, para o Período de Disponibilidade *i*

A Reserva de Amortização e Resgate será constituída com os recursos provenientes da subscrição e integralização das Quotas Subordinadas e com o produto do pagamento dos Direitos Creditórios, na forma da cláusula 2.2 do Contrato de Cessão.

Excepcionalmente, entre o período compreendido entre a Data de Emissão de Quotas e até o Período de Disponibilidade que se iniciará em março de 2010, a Reserva de Amortização e Resgate deverá corresponder sempre ao maior de: (i) a estimativa do total das amortizações compreendidas entre a Data de Emissão de Quotas e o total das amortizações previstas até o Período de Disponibilidade que se encerrará em maio de 2010, inclusive, ou (ii) a Reserva de Amortização e Resgate calculada de acordo com o disposto acima.

Custos referentes à cobrança dos ativos do Fundo

Nos termos do Capítulo Dezoito do Regulamento, todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas, não estando o Administrador ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos.

As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite do Patrimônio Líquido. A parcela que exceder ao Patrimônio Líquido deverá ser previamente aprovada pelos titulares das Quotas Seniores em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim e, se for o caso, será por eles aportada diretamente ao Fundo por meio da subscrição e integralização de série de Quotas Seniores específica, considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas em circulação, na data da respectiva aprovação, observado que os Quotistas dissidentes terão direito de recesso. Os recursos aportados ao Fundo pelos titulares das Quotas Seniores serão reembolsados por meio do resgate ou amortização da respectiva série de Quotas Seniores específica, de acordo com os procedimentos previstos no Regulamento.

Eventos de Avaliação

São considerados Eventos de Avaliação, a ocorrência de qualquer dos eventos a que se refere o item 11.1., alíneas (a), (b), (c), (d), (e), (f), (g), (h), (i), (j) e (k), da Cláusula Onze do Contrato de Cessão, conforme a seguir relacionado:

- a) utilização, por 2 (dois) Períodos de Disponibilidade consecutivos ou 3 (três) Períodos de Disponibilidade alternados num período de 6 (seis) meses, da Reserva de Amortização e Resgate que não seja recomposta no Período de Disponibilidade imediatamente subsequente (i) ao segundo Período de Disponibilidade consecutivo em que a Reserva de Amortização e Resgate tenha sido utilizada ou (ii) ao Período de Disponibilidade imediatamente subsequente àquele em que a Reserva de Amortização e Resgate tenha sido utilizada pela terceira vez no período de 6 (seis) meses;
- b) ajuizamento de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, bem como ajuizamento de pedido de falência por qualquer das Distribuidoras Cedidas cuja Fatura Mensal de Energia Elétrica represente, individualmente, valor igual ou superior a 4% (quatro por cento) ou, conjuntamente, valor igual ou superior a 20% (vinte por cento) do valor total das Faturas Mensais de Energia Elétrica no Período de Disponibilidade em questão;
- c) descumprimento, pela Cedente, de qualquer das obrigações de fazer e/ou não fazer decorrentes do Contrato de Cessão que não seja um Evento de Avaliação e que, a critério do Administrador, possa comprometer a capacidade do Fundo de cumprir com seus compromissos perante os Quotistas, desde que a Cedente tenha sido notificada para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- d) perda da atual situação de controle acionário, direto ou indireto, da Cedente;
- e) a efetiva rescisão, por qualquer das Distribuidoras Cedidas, de CCEAR Cedido(s) que represente(m), individualmente, valor igual ou superior a 4% (quatro por cento) ou, conjuntamente, valor igual ou superior a 20% (vinte por cento) do valor total das Faturas Mensais de Energia Elétrica no Período de Disponibilidade em questão;
- f) descumprimento, pela Cedente, da obrigação assumida nos termos do item 6.2. do Contrato de Cessão (relativa à obrigação de entregar as Faturas Mensais de Energia Elétrica), informada pelo Agente de Recebimento ao Administrador, não sanado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado da notificação que lhe tenha sido encaminhada pelo Administrador;
- g) vencimento antecipado e/ou inadimplemento de quaisquer operações de natureza financeira em que a Cedente seja mutuária ou garantidora, cujo valor presente das obrigações de pagamento seja superior a R\$ 22.500.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil reais), que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura do Contrato de Cessão, pela variação acumulada do IGP-M, ou o equivalente em outras moedas; para os fins desta alínea, são consideradas operações de natureza financeira, (i) quaisquer operações de empréstimo em moeda; (ii) financiamentos a projetos de investimento, ainda que não reconhecidos em seus balanços (*off-balance*); (iii) repasses de

empréstimos em moeda nacional ou estrangeira, registrados ou não no Bacen; (iv) operações de abertura de crédito em conta-corrente; (v) adiantamento a depositantes, na forma definida nas normas do Bacen; (vi) operações de arrendamento mercantil; (vii) emissão pública ou privada de debêntures ou de quaisquer outros valores mobiliários, no Brasil ou no exterior; (viii) concessão de garantias, pessoais ou reais, em operações de qualquer natureza, em especial as de natureza financeira; (ix) operações de adiantamento de receitas futuras, realizadas por meio de permuta, cessão, transferência parcial, venda à vista com compromisso de recompra em prazo determinado, venda a termo, emissão de opções de qualquer natureza ou desconto de títulos; (x) desconto bancário, com ou sem cláusula de corresponsabilidade; e (xi) qualquer outra espécie de negócio jurídico cujo efeito financeiro seja captação de recursos financeiros e/ou a antecipação de receitas decorrentes da consecução do objeto social da Cedente;

- h) caso a classificação de risco das Quotas do Fundo seja rebaixada pela Agência de Classificação de Risco para uma nota inferior a brA-f, ou equivalente, emitida por agência de classificação de risco de atuação internacional que eventualmente substituir a Agência de Classificação de Risco;
- i) caso, a partir do Período de Disponibilidade que se inicia em março de 2008, inclusive, o Índice de Cobertura seja por 2 (dois) meses consecutivos ou 3 (três) meses alternados em um período de 12 (doze) meses igual ou inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) no respectivo Período de Disponibilidade;
- j) adoção, por qualquer das Distribuidoras Cedidas, de quaisquer medidas judiciais, inclusive aquelas que tenham por objeto a discussão do preço de compra dos CCEAR Cedidos que possam, a critério do Administrador, comprometer o fluxo dos Direitos Creditórios dos respectivos CCEAR Cedidos; e
- k) término antecipado do Contrato de Custódia sem que uma nova instituição tenha sido contratada pelo Fundo para substituir o Custodiante.

Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Administrador, independentemente de qualquer procedimento adicional, convocará Assembléia Geral, a qual decidirá, de acordo com o *quorum* de deliberação de que trata o Capítulo Dezenove do Regulamento, se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação.

Caso a Assembléia Geral decida que o Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação (quorum de 50% mais uma das Quotas Seniores em circulação), deverão ser iniciados os procedimentos estabelecidos no Regulamento para a liquidação antecipada do Fundo. Caso contrário, o Administrador deverá adotar as medidas tomadas pelos Quotistas na referida Assembléia Geral para manutenção das atividades regulares do Fundo e eventual cura do Evento de Avaliação.

Critérios de Elegibilidade

Os direitos creditórios elegíveis são somente aqueles oriundos da venda de energia elétrica, pela Cedente, às Distribuidoras Cedidas, por meio dos CCEAR Cedidos, representados pelas Faturas Mensais de Energia Elétrica, cujo produto será transferido ao Fundo, observado o disposto no item 2.2.2. da Cláusula Segunda do Contrato de Cessão, pelo Agente de Recebimento, de acordo com os termos do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento e da notificação enviada a este pelo Fundo, conforme o disposto no Regulamento.

Durante o Prazo de Duração, o Fundo não efetuará a aquisição de outros direitos de crédito que não os Direitos Creditórios oriundos dos CCEAR Cedidos.

Na ocorrência de um Evento de Avaliação, a Cedente poderá, no prazo de 5 (cinco) dias contados do recebimento da notificação enviada pelo Fundo acerca da referida ocorrência, apresentar ao Fundo novos direitos creditórios oriundos de contratos de compra e venda de energia elétrica firmados pela Cedente, para consideração dos Quotistas Seniores reunidos em Assembléia Geral que deliberar sobre o Evento de Revisão. O(s) critério(s) de elegibilidade a ser(em) atendido(s) pelo(s) novo(s) contrato(s) de compra e venda de energia elétrica a ser(em) cedido(s) nos termos deste item pela Cedente ao Fundo serão definidos pelos Quotistas Seniores reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, contanto que tal(is) critério(s) de elegibilidade seja(m) passível(is) de verificação pelo Custodiante.

Caso a Cedente apresente novo(s) contrato(s) de compra e venda de energia elétrica para sanar o Evento de Avaliação, o Administrador deverá convocar uma Assembléia Geral para deliberar sobre os critérios de elegibilidade e eventuais condições precedentes para aceitação dos referidos contrato(s) de compra e venda de energia elétrica (quorum de 50% mais uma das Quotas Seniores em circulação), assegurando-se, no caso de decisão pela aceitação de novo(s) contrato(s) de compra e venda de energia elétrica, o resgate das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas dissidentes e a conseqüente saída destes do investimento.

Eventos de Liquidação

Na ocorrência de determinados eventos, denominados Eventos de Liquidação, o Fundo será liquidado antecipadamente. Os Eventos de Liquidação previstos no Artigo 52 do Regulamento são os seguintes:

- a) modificações estatutárias que alterem o objeto social preponderante da Cedente;
- b) ocorrência de qualquer das hipóteses de término da concessão da Cedente, previstas em lei;
- c) decretação de falência da Cedente, requerimento de autofalência ou protocolização de pedido de recuperação judicial ou extra judicial;
- d) decretação de intervenção da concessão ou declaração judicial da dissolução e/ou liquidação da Cedente;

- e) existência de evidências de que a Cedente tenha emitido ou, por comprovada negligência, tenha permitido a terceiros emitir Faturas Mensais de Energia Elétrica sem lastro e/ou em duplicidade;
- f) revogação, pela Cedente, dos mandatos outorgados ao Custodiante e/ou ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e do Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas;
- g) caso ocorra a rescisão do Contrato de Cessão;
- h) caso os Quotistas reunidos em Assembléia Geral deliberem que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- i) caso quaisquer dos titulares das Quotas não disponibilizem ao Fundo os recursos aprovados em Assembléia Geral para a adoção dos procedimentos referidos no Capítulo Dezoito do Regulamento, na forma ali estabelecida;
- j) caso os titulares das Quotas Subordinadas não aprovem o novo parâmetro de remuneração das Quotas Seniores conforme o disposto no Parágrafo Terceiro do Artigo 40 do Regulamento;
- k) término antecipado do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores; e
- l) caso não ocorra a substituição do Administrador nos termos do Parágrafo Único do Artigo 6 do Regulamento.

Procedimentos para a liquidação antecipada do Fundo

Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o Administrador deverá (i) notificar os Quotistas; (ii) reter 100% (cem por cento) dos Direitos Creditórios; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada abaixo descritos.

O Administrador deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral, a fim de que os titulares das Quotas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, assegurando-se, no caso de decisão pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, o resgate integral das Quotas detidas pelos Quotistas dissidentes, pelo seu respectivo valor, calculado de acordo com o Artigo 40, alínea (a) do Regulamento, e a conseqüente saída destes do investimento.

Observada a deliberação dos Quotistas na Assembléia Geral referida acima, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, o Fundo resgatará todas as Quotas compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições, observados os direitos e prerrogativas de cada classe de Quotas, e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas em circulação, observado o disposto abaixo.

Observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo Dezessete do Regulamento, quando os recursos disponíveis na Conta Corrente do Fundo forem equivalentes ao menor valor entre (i) o valor de resgate das Quotas; e (ii) R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), o Administrador debitará a Conta Autorizada do Fundo e procederá ao resgate antecipado das Quotas em circulação detidas pelos Quotistas dissidentes, no caso previsto no Parágrafo Segundo do Artigo 52 do Regulamento, ou da totalidade das Quotas em circulação, no caso da liquidação antecipada do Fundo.

As verbas pagas aos titulares das Quotas, a título de resgate antecipado de suas Quotas, deverão ser inicialmente imputadas, sem solução de continuidade, no pagamento dos rendimentos auferidos pelas mesmas e, posteriormente, no pagamento integral de seu valor nominal, sendo que os procedimentos descritos no Artigo 52 do Regulamento somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas.

Dação em pagamento dos Direitos Creditórios

Caso, 180 (cento e oitenta) dias após a data da realização da Assembléia Geral que deliberar pela liquidação antecipada do Fundo, este não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas, e desde que mediante aviso prévio aos Quotistas até 120 (cento e vinte) dias depois da data da realização da Assembléia Geral acima referida, o Administrador poderá realizar o resgate do saldo das Quotas mediante dação em pagamento (i) dos Direitos Creditórios; e/ou (ii) dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Fundo ou coobrigação deste, sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas em circulação.

Assembléia Geral

À Assembléia Geral do Fundo compete, privativamente, (i) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador; (ii) alterar o Regulamento; (iii) deliberar sobre a substituição do Administrador, do Custodiante e do Agente de Recebimento; (iv) deliberar sobre a nomeação de representante para exercer as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, nos termos do artigo 31 da Instrução CVM 356; (v) deliberar sobre a elevação da taxa de administração cobrada pelo Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento da que tenha sido objeto de redução; (vi) deliberar sobre a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo ou prorrogação do Prazo de Duração; (vii) deliberar sobre (a) os critérios de elegibilidade e aceitação de novo(s) contrato(s) de compra e venda de energia elétrica para aquisição pelo Fundo, se o caso, (b) a determinação sobre a nova taxa de atualização das Quotas Seniores, (c) conversão de um Evento de Avaliação em um Evento de Liquidação; (d) necessidade de aporte de recursos ao Fundo; e (e) a interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo.

Convocação

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias de antecedência, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de aviso publicado no jornal Gazeta Mercantil, ou enviado por meio de correio eletrônico aos representantes dos Quotistas, do qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.

A Assembléia Geral poderá ser convocada (i) pelo Administrador ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% das Quotas em circulação.

Instalação e Local

A Assembléia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número. Independentemente das formalidades previstas na lei e no Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral de Quotistas será realizada na sede do Administrador. Quando a Assembléia Geral de Quotistas não for realizada na sede do Administrador, as comunicações enviadas aos Quotistas deverão indicar, com clareza, o local da reunião, que em nenhuma hipótese pode realizar-se fora do município da sede do Administrador. A presidência da Assembléia Geral caberá ao Administrador.

Sem prejuízo do disposto no Parágrafo Quinto do Artigo 59 do Regulamento, o Administrador e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 15% (quinze por cento) das Quotas Seniores em circulação poderão convocar representantes da Empresa de Auditoria ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

O Administrador convocará os Quotistas por meio da publicação de edital de convocação de Assembléia Geral no periódico mencionado no Artigo 68 do Regulamento, sempre que os Quotistas mantiverem as Quotas custodiadas em entidade diversa daquela contratada para realizar a escrituração das Quotas Seniores ou do Administrador e a referida não fornecer ao Administrador a relação dos titulares das Quotas, ali custodiadas, após sua solicitação.

Independentemente de quem tenha convocado, o representante do Administrador deverá comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Quorum de deliberação

A cada Quota Sênior corresponde um voto, sendo admitida a representação do Quotista Sênior, sendo que toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Quotas Seniores presentes à Assembléia Geral, observado os seguintes quoruns qualificados:

- a) 90% (noventa por cento) das Quotas Seniores em circulação, para alteração dos Capítulos Dois (Do Prazo de Duração do Fundo), Seis (Do Objetivo do Fundo e da Política de Investimento, de Composição e de Diversificação da Carteira), Oito (Dos Direitos Creditórios e Critérios de Elegibilidade), Onze (Das Quotas e da Amortização e Resgate das Quotas), Doze (Da Emissão, Integralização e do Valor das Quotas e da Reserva de Amortização e Resgate) e Dezesesseis (Dos Eventos de Avaliação e dos Eventos de Liquidação), e das alíneas (a) e (b) do Parágrafo Primeiro do Artigo 61 do Regulamento;

- b) 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Seniores em circulação para: (i) a aprovação de alteração dos *quorums* de instalação ou deliberação estabelecidos no Regulamento, ressalvado o disposto na alínea (a) do Parágrafo Primeiro do Artigo 61 do Regulamento; (ii) deliberação a que se refere o Parágrafo Segundo do Artigo 52 do Regulamento (procedimentos de liquidação e resgate das Quotas dos Quotistas dissidentes); (iii) alterações dos Capítulos Quinze (Da Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo) e Dezessete (Da Ordem de Alocação de Recursos) do Regulamento; e (iv) aprovação da substituição do Administrador ou Custodiante; e
- c) 50% (cinquenta por cento) mais uma das Quotas Seniores em circulação para (i) deliberação acerca da conversão de um Evento de Avaliação em um Evento de Liquidação; (ii) deliberação a que se refere o Parágrafo Terceiro do Artigo 40 do Regulamento (hipótese da extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI); (iii) para definição dos critérios de elegibilidade e aceitação de novo(s) contrato(s) de compra e venda de energia elétrica nas hipóteses previstas no Parágrafo Primeiro do Artigo 25 do Regulamento; e (iv) demais matérias não previstas nas alíneas (a) e (b) do Parágrafo Primeiro do Artigo 61 do Regulamento.

Para efeito da constituição de quaisquer dos quoruns de deliberação da Assembléia Geral, serão excluídas as Quotas Seniores de titularidade da Cedente ou de suas Partes Relacionadas.

A deliberação a que se refere o Parágrafo Terceiro do Artigo 40 do Regulamento (hipótese da extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI) dependerá da aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas, reunidos em Assembléia específica, convocada pelo Administrador por meio de correspondência enviada diretamente aos titulares das Quotas Subordinadas.

Direito de Resgate Antecipado das Quotas Seniores de Quotistas Dissidentes

Caso o Patrimônio Líquido do Fundo não apresente liquidez suficiente para honrar o resgate antecipado das Quotas Seniores dos Quotistas dissidentes das deliberações previstas no Parágrafo Segundo do Artigo 25 e no Parágrafo Segundo do Artigo 52 do Regulamento, pelos titulares da maioria das Quotas Seniores presentes, deverão ser definidos na respectiva Assembléia Geral os procedimentos necessários para o resgate parcelado das Quotas Seniores, o qual não poderá ultrapassar 6 (seis) meses da data da publicação da ata da referida Assembléia Geral.

Os referidos titulares de Quotas Seniores dissidentes terão prioridade no recebimento dos valores correspondentes ao resgate antecipado de suas Quotas Seniores, sendo que os demais Quotistas somente terão suas Quotas amortizadas ou resgatadas após a conclusão do referido resgate antecipado e se o Patrimônio Líquido do Fundo assim permitir.

Metodologia de avaliação dos ativos do Fundo

Os Direitos Creditórios devem ser registrados pelo valor efetivamente pago, enquanto que os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Os Direitos Creditórios vencidos e não pagos, total ou parcialmente, integrantes da carteira do Fundo deverão ser provisionados no 10º (décimo) dia corrido contado da data do respectivo vencimento, sendo admitida a reversão da respectiva provisão, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou à sua constituição, limitada ao seu respectivo valor, acrescido dos rendimentos auferidos.

Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado (*marked-to-market*), observadas as regras e os procedimentos definidos pelo Administrador e aceitos pelo Bacen e pela CVM, aplicáveis aos fundos de investimento.

Crítérios de divulgação de informações aos Quotistas

Qualquer ato ou fato relevante que possa, direta ou indiretamente, influir nas decisões do Quotista quanto a sua permanência no Fundo, deverá ser ampla e imediatamente divulgado por meio de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Gazeta Mercantil, ou, na sua impossibilidade, mediante aviso prévio aos Quotistas, em veículo de circulação e alcance equivalente. As demais comunicações previstas no Regulamento, serão realizadas por meio de correio eletrônico enviado ao representante de cada Quotista, indicado no Boletim de Subscrição.

No prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, deverão ser colocados à disposição dos Quotistas, na sede e agências do Administrador, informações sobre: a) o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista; b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referir; e c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros do Fundo.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

8. AS QUOTAS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

AS QUOTAS

Encontra-se nesta Seção uma descrição não exaustiva das principais características das Quotas. Os potenciais investidores devem consultar as demais Seções deste Prospecto e o Regulamento antes de decidir por adquirir Quotas.

Características das Quotas Seniores

As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- i) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto no Regulamento;
- ii) Valor Unitário de Emissão de R\$ 312.500,00 (trezentos e doze mil e quinhentos reais);
- iii) seu valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 40 do Regulamento; e
- iv) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Senior corresponderá um voto.

Características das Quotas Subordinadas

As Quotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- i) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores, admitindo-se o resgate mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios; não haverá amortização de Quotas Subordinadas.
- ii) somente poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas pela Cedente e não serão transferíveis, observados os termos e condições do Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e do Regulamento;
- iii) Valor Unitário de Emissão de R\$ 312.500,00 (trezentos e doze mil e quinhentos reais);
- iv) seu valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 42 do Regulamento; e
- v) observado o disposto no Capítulo Dezenove do Regulamento, direito de voto restrito nas Assembléias Gerais.

Emissão e integralização das Quotas

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu Valor Unitário de Emissão, calculado na forma dos Artigos 40 e 42 do Regulamento, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados e/ou pela Cedente, conforme o caso, à disposição do Fundo (valor da Quota de D + 0), exclusivamente por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED para a Conta Autorizada do Fundo, indicada pelo Administrador, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

Amortização e resgate das Quotas

As Quotas Seniores serão amortizadas em 111 (cento e onze) parcelas mensais, no dia 7 de cada mês, ou caso este não seja um dia útil, no dia útil imediatamente subsequente, sempre que o Patrimônio Líquido assim o permitir e sujeito ao disposto no item 1.1. da Cláusula Primeira do Contrato de Cessão, observado que excepcionalmente, a 1ª Data de Amortização ocorrerá no dia 7 do 9º (nono) mês subsequente à Data de Emissão de Quotas.

O valor unitário das Quotas Seniores será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, sendo que o mesmo será equivalente ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em circulação, considerando os ajustes descritos na alínea (b), do Artigo 40 do Regulamento; ou (ii) o montante indicado na coluna X, do item (g) do Suplemento, a ser atualizado pela variação da Taxa DI, acrescida de um *spread*, a ser definido nos termos do Parágrafo Primeiro, do Artigo 13 do Regulamento.

As Quotas Subordinadas não terão amortização e somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores.

As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidação.

Distribuição e Negociação das Quotas

As Quotas Seniores serão registradas para distribuição (i) no MDC – Módulo de Distribuição de Cotas de Fundos de Investimento integrante da CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Quotas Seniores, ou (ii) na CBLIC, observada a responsabilidade das Instituições Intermediárias assegurarem que somente Investidores Qualificados adquiram Quotas Seniores do Fundo.

As Quotas Seniores serão registradas para negociação, (i) no MNC – Módulo de Negociação de Cotas de Fundos de Investimento da CETIP, a qual efetuará a liquidação da negociação e a custódia eletrônica das Quotas Seniores, e (ii) no SFF, observada a responsabilidade dos Intermediários assegurarem que somente Investidores Qualificados adquiram Quotas Seniores do Fundo.

Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas.

Tributação

O disposto nesta Seção foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual o Quotista deve consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

Para fins do disposto na Lei n.º 11.033, de 21 de dezembro de 2004 e da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 487, de 30 de dezembro de 2004, o Administrador envidará esforços para que a política de investimentos do Fundo seja caracterizada como de longo prazo.

Tributação aplicável aos Quotistas

IOF/Títulos

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate, inclusive amortização, liquidação, cessão ou repactuação das Quotas do Fundo, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 4.494/02, sendo tal limite igual a 0% do rendimento com operações com prazo igual ou superior a 30 dias. Outras operações não abrangidas anteriormente, realizadas com Quotas do Fundo, estão sujeitas, atualmente, à alíquota de 0% do IOF/Títulos. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% ao dia.

IR

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base 3 eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimentos ou ganhos e a sua conseqüente tributação: (i) resgate/liquidação de Quotas do Fundo; (ii) cessão ou alienação de Quotas do Fundo; e (iii) amortização das Quotas do Fundo:

(i) resgate das Quotas do Fundo: na situação de resgate/liquidação de Quotas do Fundo, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas do Fundo, sendo tributado na fonte conforme a seguir descrito.

A carteira do Fundo será avaliada como de longo ou de curto prazo, em observância do disposto na legislação pertinente.

Caso a carteira do Fundo seja classificada como de longo prazo, ou seja, cuja carteira de títulos tenha prazo médio superior a 365 dias, os Quotistas do Fundo serão tributados segundo as seguintes alíquotas decrescentes (a) 22,5%, em aplicações com prazo de até 180 dias, (b) 20%, em aplicações com prazo de 181 dias até 360 dias, (c) 17,5%, em aplicações com prazo de 361 até 720 dias, e (d) 15%, em aplicações com prazo acima de 720 dias.

Caso a carteira do Fundo seja classificada como de curto prazo, ou seja, cuja carteira de títulos tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias, segundo as seguintes alíquotas decrescentes (a) 22,5%, em aplicações com prazo de até 180 dias, e (b) 20%, em aplicações com prazo acima de 180 dias; e

(ii) cessão ou alienação das Quotas do Fundo: os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas do Fundo devem ser tributados à alíquota de 15%. Adicionalmente, para as operações realizadas em bolsa de valores, mercadorias e futuro e assemelhadas, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, há a incidência do imposto de renda na fonte, à alíquota de 0,005% (no caso das operações realizadas no mercado à vista, a incidência ocorre sobre o valor da alienação); e

(iii) amortização das Quotas do Fundo: no caso de amortização de Quotas do Fundo, o imposto deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota aplicável com base no prazo médio dos títulos componentes da carteira do Fundo, às alíquotas regressivas descritas quanto à hipótese de resgate/liquidação das Quotas do Fundo, definidas em função do prazo do investimento do respectivo Quotista do Fundo.

CPMF

A CPMF incide nas aquisições das Quotas do Fundo efetuadas com recursos detidos pelos Quotistas do Fundo

(i) nas contas correntes de depósito à vista, à alíquota de 0,38%; e (ii) nas contas investimento, à alíquota de 0%.

Tributação aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0%, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% ao dia.

IR

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do IR.

CPMF

As operações realizadas pelo Fundo, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira do Fundo e o pagamento realizado pelo Fundo no resgate das Quotas do Fundo, estão sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0%.

9. SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS FIRMADOS PELO FUNDO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS FIRMADOS PELO FUNDO

Abaixo segue uma descrição dos principais contratos firmados pelo Fundo com a Cedente e os prestadores de serviços abaixo descritos.

Contrato de Cessão

O principal contrato firmado pelo Fundo é o Contrato de Cessão, por meio do qual o Fundo adquiriu a totalidade dos Direitos Creditórios e contratou a Cedente para a prestação dos serviços de depósito dos Documentos Comprobatórios e cobrança das Distribuidoras Cedidas. Para maiores informações, ver Seção “Estrutura da Operação. – Da Cessão dos Direitos Creditórios.”

No Contrato de Cessão está definida a Quantidade Mínima Mensal de Direitos Creditórios que a Cedente deve entregar ao Fundo, bem como os Eventos de Revisão, que correspondem aos Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação do Fundo.

Contrato de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas

Por meio do Contrato de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas, a Cedente se comprometeu a subscrever e a integralizar as Quotas Subordinadas, em moeda corrente nacional.

Contrato de Colocação

Por meio do Contrato de Colocação, o Fundo e a Cedente contrataram as Instituições Intermediárias para a prestação dos serviços de distribuição pública das Quotas Seniores. Para maiores informações ver Seção “Procedimentos de Distribuição das Quotas Seniores”.

Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, o Fundo contratou o Banco Itaú S.A., como Agente de Recebimento, para prestação dos serviços de recebimento e pagamento de valores. O Agente de Recebimento é responsável, dentre outras atribuições, (i) pelo recebimento dos valores relativos ao pagamento dos Direitos Creditórios pelas Distribuidoras; e (ii) pelo repasse, para a Conta Autorizada do Fundo, dos valores relativos a Quantidade Mínima Mensal devida ao Fundo, calculada pelo Custodiante. Para maiores informações, ver Seção “Estrutura da Operação. – Da Cessão dos Direitos Creditórios.”

Custódia dos ativos do Fundo e escrituração de Quotas

O Administrador contratou o Custodiante, o qual será responsável pela prestação dos serviços de custódia qualificada e controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o Artigo 38 da Instrução CVM 356, conforme disposto no Capítulo Cinco do Regulamento. O Custodiante do Fundo é, ainda, o Agente Escriturador, responsável pelos serviços de escrituração das Quotas.

Agência de Classificação de Risco

As Quotas têm sua classificação de risco atribuída pela Standard & Poor's, a Agência de Classificação de Risco especializada contratada pelo Fundo. A classificação de risco das Quotas será revisada trimestralmente e divulgada aos Quotistas na forma prevista no Regulamento.

Empresa de Auditoria

A Empresa de Auditoria contratada pelo Fundo é a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, e pela análise de sua situação e da atuação do Administrador.

10. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS DISTRIBUIDORAS CEDIDAS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS DISTRIBUIDORAS CEDIDAS

As Distribuidoras Cedidas são as principais concessionárias brasileiras de distribuição de energia elétrica, detentoras de áreas de concessão que abrangem diversos Municípios em diversos Estados do Brasil. A prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica é feita por meio de redes de distribuição, ramificadas em toda a área de concessão das Distribuidoras Cedidas. Esse serviço é prestado diretamente pelas Distribuidoras Cedidas aos consumidores finais, subdivididos em várias classes de tensão e de consumo.

As Distribuidoras Cedidas atuam em ambiente altamente regulado pelo governo brasileiro, estando assim sujeitas aos efeitos de ações governamentais e regulação específica. Para detalhes sobre as ações governamentais e regulamentação específica às quais a Cedente e as Distribuidoras Cedidas se sujeitam, favor ver Seção “Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro”.

Nos termos do § 1º do artigo 40-A da Instrução CVM 356, não será observado o limite previsto no caput do artigo 40-A da Instrução CVM 356, no que se refere à concentração de direitos creditórios e títulos de uma mesma pessoa jurídica ou instituição financeira e respectivas Partes Relacionadas no Patrimônio Líquido do Fundo, uma vez que os Direitos Creditórios advindos do CCEAR Cedido firmado entre a Cedente e a Celesc Distribuição S.A. – CELESC DISTRIBUIÇÃO ultrapassarão o limite de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido ao longo do Prazo de Duração do Fundo.

A CELESC DISTRIBUIÇÃO, companhia aberta com registro na CVM desde 1973, sob o nº 2461, é concessionária de distribuição de energia elétrica no Estado de Santa Catarina. O CCEAR Cedido firmado com a Celesc Distribuição S.A. – CELESC DISTRIBUIÇÃO tem a mesma característica dos demais CCEAR Cedidos ao Fundo. Nos termos do item 6.2. do Anexo III - A da Instrução CVM 400, as Demonstrações Financeiras da CELESC DISTRIBUIÇÃO para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, arquivadas na CVM, são ora incorporadas por referência aos Prospectos Preliminar e Definitivo Para maiores informações sobre a CELESC DISTRIBUIÇÃO, ver os sites www.celesc.com.br ou www.cvm.gov.br.

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes realizou uma análise dos Direitos Creditórios oriundos dos CCEAR Cedidos, cujo relatório se encontra anexo a este Prospecto. Com relação aos Direitos Creditórios advindos do CCEAR Cedido firmado entre a Cedente e a Celesc, referido relatório apontou as seguintes características:

Apesar da distribuidora CELESC não estar incluída entre os 30 contratos vigentes em 2007, estaremos incluindo abaixo, apenas para conhecimento, o comportamento dos pagamentos desta distribuidora em 2006.

<i>Mês</i>	<i>Fatura</i>	<i>Valor (Em R\$)</i>	<i>Até o Vencimento</i>
<i>Janeiro</i>	<i>FAT OC/0047/2006</i>	<i>741.561,80</i>	<i>100%</i>
<i>Fevereiro</i>	<i>FAT OC/0179/2006</i>	<i>710.599,29</i>	<i>100%</i>
<i>Março</i>	<i>FAT OC/0330/2006</i>	<i>792.566,51</i>	<i>100%</i>
<i>Abril</i>	<i>FAT OC/0478/2006</i>	<i>732.140,49</i>	<i>100%</i>
<i>Mai</i>	<i>FAT OC/0638/2006</i>	<i>731.387,39</i>	<i>100%</i>
<i>Junho</i>	<i>FAT OC/0784/2006</i>	<i>719.466,33</i>	<i>100%</i>
<i>Julho</i>	<i>FAT OC/0925/2006</i>	<i>725.721,64</i>	<i>100%</i>
<i>Agosto</i>	<i>FAT OC/1057/2006</i>	<i>772.999,24</i>	<i>100%</i>
<i>Setembro</i>	<i>FAT OC/1186/2006</i>	<i>773.385,77</i>	<i>100%</i>
<i>Outubro</i>	<i>FAT OC/1310/2006</i>	<i>788.773,25</i>	<i>100%</i>
<i>Novembro</i>	<i>FAT OC/1483/2006</i>	<i>774.279,21</i>	<i>100%</i>
<i>Dezembro</i>	<i>FAT OC/1568/2006</i>	<i>778.418,49</i>	<i>100%</i>

Não foram disponibilizadas informações financeiras da Companhia Energética do Piauí – CEPISA, uma vez que tal companhia é uma companhia fechada e não divulga suas informações ao público. Adicionalmente, os Direitos Creditórios advindos dos CCEARs Cedidos firmados entre a Cedente e a CEPISA não ultrapassarão os limites de concentração de 10% e 20%, conforme estabelecido, respectivamente, nos itens 5.2. e 5.3. do Anexo III-A da Instrução CVM 400, razão pela qual não foram incluídas as suas respectivas Demonstrações Financeiras. Para maiores informações ver Seção "Os Direitos Creditórios - Principais Características dos CCEARs Cedidos".

Abaixo seguem informações financeiras e dados de consumo de energia das Distribuidoras Cedidas.



CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A. (*)
CONTROLADOR: ESTADO DE SANTA CATARINA

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS - R\$ Mil

ATIVO	1T07	12/2006	PASSIVO e PL	1T07	12/2006
Ativo Total	3.711.775	3.545.436	Passivo Total	3.711.775	3.545.436
Ativo Circulante	1.394.916	1.270.449	Passivo Circulante	1.010.912	960.595
Disponibilidades	265.080	129.463	Empréstimos e Financiamentos	59.224	68.827
Créditos	1.066.131	1.072.870	Debêntures	0	0
Estoques	25.412	25.304	Fornecedores	284.389	299.581
Outros	38.293	42.812	Impostos, Taxas e Contribuições	210.662	128.300
Ativo Realizável a Longo Prazo	807.243	827.585	Dividendos a Pagar	762	761
Créditos Diversos	807.192	824.409	Provisões	59.698	62.072
Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
Outros	51	3.176	Outros	396.177	401.054
Ativo Permanente	1.509.616	1.447.402	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.363.058	1.378.861
Investimentos	32.335	35.127	Empréstimos e Financiamentos	82.415	89.736
Imobilizado	1.477.281	1.412.175	Debêntures	0	0
Diferido	0	0	Provisões	402.269	403.599
			Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
			Outros	878.374	885.526
			Resultados de Exercícios Futuros	0	0
			Participações Minoritárias	0	0
			Patrimônio Líquido	1.337.805	1.205.980

DRE	1T07	1T06	2006
Receita Líquida	792.768	704.969	3.269.694
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(559.594)	(512.177)	(2.093.331)
Resultado Bruto	233.174	192.792	1.176.363
Despesas / Receitas Operacionais	(125.102)	(114.019)	(973.019)
Resultado Operacional	108.072	78.773	203.344
Resultado Não Operacional	85.866	3.884	30.039
Resultado antes Tributação / Participação	193.938	82.657	233.383
Lucro / Prejuízo do Período	131.825	55.124	213.646

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (2006)

	GWh	%	R\$ Milhões	%
Residencial	3.448,60	26%	1.415,09	33%
Industrial	4.955,03	38%	1.527,16	35%
Comercial	2.171,99	17%	830,51	19%
Demais	2.749,04	19%	552,03	12%
Total	13.324,66	100%	4.324,79	100%
Consumo Próprio				

(*) Em out/06 foi constituída a empresa CELESC DISTRIBUIDORA S.A. que substituirá a CELESC anterior como compradora de energia



CAIUÁ DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A
CONTROLADOR: GRUPO REDE

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (2006)

R\$ MIL

ATIVO		PASSIVO e PL	
Ativo Total	383.463	Passivo Total	383.463
Ativo Circulante	51.859	Passivo Circulante	84.365
Disponibilidades	1.948	Empréstimos e Financiamentos	48.502
Créditos	31.191	Debêntures	-
Estoque	3.009	Fornecedores	11.979
Outros	5.303	Impostos, Taxas e Contribuições	11.223
Ativo Realizável a Longo Prazo	68.897	Dividendos a Pagar	-
Créditos Diversos	48.110	Provisões	-
Créditos Com Pessoas Ligadas	2.002	Dívidas Com Pessoas Ligadas	-
Outros	4.955	Outros	2.834
Ativo Permanente	262.707	Passivo Exigível a Longo Prazo	200.625
Investimentos	-	Empréstimos e Financiamentos	127.225
Imobilizado	260.882	Debêntures	-
Diferido	82	Provisões	162
		Dívidas Com Pessoas Ligadas	22.978
		Outros	7.608
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Participações Minoritárias	-
		Patrimônio Líquido	98.473

DRE	
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	164.689
Custo de Bens e/ou Serviços	(97.421)
Resultado Bruto	65.497
Despesas/ Receitas Operacionais	(47.274)
Resultado Operacional	(9.619)
Resultado não Operacional	(167)
Resultado antes Tributação/ Participações	(9.786)
Lucro/ Prejuízo do Período	(6.651)

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (2006)

	MWh	%	R\$ milhões	%
Residencial	319.101	35%	110,3	42%
Industrial	203.270	22%	45,9	17%
Comercial	174.945	19%	54,6	21%
Demais	207.817	23%	52,6	20%
Total	905.133	100%	263,3	100%
Consumo Próprio	1.407			



CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A – CELPA
CONTROLADOR: GRUPO REDE

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (2006)

R\$ MIL

ATIVO		PASSIVO e PL	
Ativo Total	3.515.966	Passivo Total	3.515.966
Ativo Circulante	695.120	Passivo Circulante	471.400
Disponibilidades	193.702	Empréstimos e Financiamentos	75.323
Créditos	356.678	Debêntures	-
Estoque	26.716	Fornecedores	123.229
Outros	118.024	Impostos, Taxas e Contribuições	106.797
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.056.278	Dividendos a Pagar	22.152
Créditos Diversos	303.213	Provisões	8.544
Créditos Com Pessoas Ligadas	753.065	Dívidas Com Pessoas Ligadas	-
Outros	90.344	Outros	135.325
Ativo Permanente	1.764.568	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.760.406
Investimentos	25.792	Empréstimos e Financiamentos	519.034
Imobilizado	1.720.526	Debêntures	-
Diferido	389	Provisões	12.383
		Dívidas Com Pessoas Ligadas	39.059
		Outros	1.241.372
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Participações Minoritárias	-
		Patrimônio Líquido	1.284.160

DRE	
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.129.048
Custo de Bens e/ou Serviços	(644.262)
Resultado Bruto	484.786
Despesas/ Receitas Operacionais	(183.603)
Resultado Operacional	123.699
Resultado não Operacional	(11.422)
Resultado antes Tributação/ Participações	112.277
Lucro/ Prejuízo do Período	79.359

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (2006)

	MWh	%	R\$ milhões	%
Residencial	1.806.014	38%	674,7	40%
Industrial	987.684	21%	280,8	17%
Comercial	1.043.557	22%	413,6	24%
Demais	976.480	20%	329,4	19%
Total	4.813.735	100%	1.698,5	100%
Consumo Próprio	27.507			



CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S/A - CEMAT
CONTROLADOR: GRUPO REDE

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (2006)

R\$ MIL

ATIVO		PASSIVO e PL	
Ativo Total	2.627.142	Passivo Total	2.627.142
Ativo Circulante	546.906	Passivo Circulante	473.358
Disponibilidades	165.572	Empréstimos e Financiamentos	116.552
Créditos	302.248	Debêntures	-
Estoque	12.964	Fornecedores	176.361
Outros	66.122	Impostos, Taxas e Contribuições	85.454
Ativo Realizável a Longo Prazo	676.738	Dividendos a Pagar	1.497
Créditos Diversos	458.243	Provisões	-
Créditos Com Pessoas Ligadas	106.233	Dívidas Com Pessoas Ligadas	-
Outros	112.262	Outros	93.494
Ativo Permanente	1.403.498	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.148.592
Investimentos	2.757	Empréstimos e Financiamentos	503.800
Imobilizado	1.393.669	Debêntures	-
Diferido	3.850	Provisões	6.259
		Dívidas Com Pessoas Ligadas	6.683
		Outros	631.850
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Participações Minoritárias	-
		Patrimônio Líquido	1.005.192

DRE	
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.107.069
Custo de Bens e/ou Serviços	(696.204)
Resultado Bruto	410.865
Despesas/ Receitas Operacionais	(121.357)
Resultado Operacional	144.710
Resultado não Operacional	(6.968)
Resultado antes Tributação/ Participações	137.742
Lucro/ Prejuízo do Período	83.779

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (2006)

	MWh	%	R\$ milhões	%
Residencial	1.336.394	29%	530,1	31%
Industrial	764.888	16%	321,3	19%
Comercial	918.406	20%	433,5	26%
Demais	1.664.970	36%	399,6	24%
Total	4.684.658	100%	1.684,5	100%
Consumo Próprio	11.936			



CIA. DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO TOCANTINS – CELTINS
CONTROLADOR: GRUPO REDE

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (2006)

R\$ MIL

ATIVO		PASSIVO e PL	
Ativo Total	925.632	Passivo Total	925.632
Ativo Circulante	241.718	Passivo Circulante	138.644
Disponibilidades	96.605	Empréstimos e Financiamentos	56.206
Créditos	85.957	Debêntures	-
Estoque	3.025	Fornecedores	24.647
Outros	5.675	Impostos, Taxas e Contribuições	20.503
Ativo Realizável a Longo Prazo	215.427	Dividendos a Pagar	6.033
Créditos Diversos	14.396	Provisões	-
Créditos Com Pessoas Ligadas	155.906	Dívidas Com Pessoas Ligadas	-
Outros	6.060	Outros	-
Ativo Permanente	468.487	Passivo Exigível a Longo Prazo	228.150
Investimentos	728	Empréstimos e Financiamentos	69.074
Imobilizado	466.303	Debêntures	-
Diferido	350	Provisões	1.486
		Dívidas Com Pessoas Ligadas	13.474
		Outros	7.883
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Participações Minoritárias	-
		Patrimônio Líquido	558.838

DRE	
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	321.833
Custo de Bens e/ou Serviços	(111.566)
Resultado Bruto	146.438
Despesas/ Receitas Operacionais	(75.066)
Resultado Operacional	82.723
Resultado não Operacional	(15.542)
Resultado antes Tributação/ Participações	67.181
Lucro/ Prejuízo do Período	47.340

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (2006)

	MWh	%	R\$ milhões	%
Residencial	356.839	37%	175,2	38%
Industrial	104.367	11%	35,9	8%
Comercial	204	0%	108,3	23%
Demais	503.086	52%	146,1	31%
Total	964.496	100%	465,5	100%
Consumo Próprio	2.899			



COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG
CONTROLADOR: ESTADO DE MINAS GERAIS

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (2006)

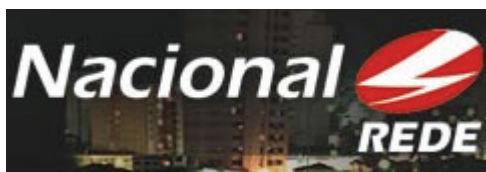
R\$ MIL

ATIVO		PASSIVO e PL	
Ativo Total	23.208.716	Passivo Total	23.208.716
Ativo Circulante	6.394.600	Passivo Circulante	5.748.730
Disponibilidades	1.375.501	Empréstimos e Financiamentos	800.434
Créditos	4.680.918	Debêntures	33.514
Estoque	34.980	Fornecedores	913.773
Outros	303.201	Impostos, Taxas e Contribuições	994.577
Ativo Realizável a Longo Prazo	4.902.838	Dividendos a Pagar	1.373.828
Créditos Diversos	4.878.045	Provisões	695.590
Créditos Com Pessoas Ligadas	-	Dívidas Com Pessoas Ligadas	-
Outros	24.793	Outros	937.014
Ativo Permanente	11.911.278	Passivo Exigível a Longo Prazo	9.749.835
Investimentos	988.875	Empréstimos e Financiamentos	5.620.190
Imobilizado	10.829.657	Debêntures	1.194.799
Diferido	82.746	Provisões	534.980
		Dívidas Com Pessoas Ligadas	-
		Outros	2.399.866
		Resultados de Exercícios Futuros	90.080
		Participações Minoritárias	97.618
		Patrimônio Líquido	7.522.453

DRE	
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	9.681.271
Custo de Bens e/ou Serviços	(6.961.216)
Resultado Bruto	2.720.055
Despesas/ Receitas Operacionais	(224.965)
Resultado Operacional	2.120.955
Resultado não Operacional	(36.795)
Resultado antes Tributação/ Participações	2.084.160
Lucro/ Prejuízo do Período	1.718.841

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (2006)

	MWh	%	R\$ milhões	%
Residencial	7.429.818	14%	3.622,1	33%
Industrial	23.972.596	46%	3.069,3	28%
Comercial	4.439.154	8%	1.935,3	17%
Demais	16.421.689	31%	2.508,3	23%
Total	52.263.257	100%	11.135,0	100%
Consumo Próprio	37.160			



COMPANHIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – CNEE
CONTROLADOR: GRUPO REDE

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (2006)

R\$ MIL

ATIVO		PASSIVO e PL	
Ativo Total	251.185	Passivo Total	251.185
Ativo Circulante	37.499	Passivo Circulante	54.084
Disponibilidades	6.737	Empréstimos e Financiamentos	17.944
Créditos	19.031	Debêntures	-
Estoque	604	Fornecedores	16.686
Outros	2.523	Impostos, Taxas e Contribuições	5.463
Ativo Realizável a Longo Prazo	118.686	Dividendos a Pagar	4.611
Créditos Diversos	8.634	Provisões	-
Créditos Com Pessoas Ligadas	100.314	Dívidas Com Pessoas Ligadas	-
Outros	6.884	Outros	2.122
Ativo Permanente	95.000	Passivo Exigível a Longo Prazo	91.565
Investimentos	-	Empréstimos e Financiamentos	14.356
Imobilizado	94.296	Debêntures	-
Diferido	-	Provisões	356
		Dívidas Com Pessoas Ligadas	179
		Outros	4.038
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Participações Minoritárias	-
		Patrimônio Líquido	105.536

DRE	
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	97.497
Custo de Bens e/ou Serviços	(13.453)
Resultado Bruto	33.590
Despesas/ Receitas Operacionais	(24.017)
Resultado Operacional	6.822
Resultado não Operacional	(741)
Resultado antes Tributação/ Participações	1.003
Lucro/ Prejuízo do Período	3.934

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (2006)

	MWh	%	R\$ milhões	%
Residencial	153.827	36%	58,5	44%
Industrial	87.340	20%	24,6	18%
Comercial	70.989	17%	23,5	18%
Demais	113.960	27%	27,6	21%
Total	426.116	100%	134,1	100%
Consumo Próprio	462			



ELETROPAULO METROPOLITANA ELÉTRICA SÃO PAULO S.A
CONTROLADOR: AES

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (2006)

R\$ MIL

ATIVO		PASSIVO e PL	
Ativo Total	11.211.341	Passivo Total	11.211.341
Ativo Circulante	4.023.261	Passivo Circulante	3.523.166
Disponibilidades	501.353	Empréstimos e Financiamentos	196.635
Créditos	3.149.774	Debêntures	200.000
Estoque	27.752	Fornecedores	983.067
Outros	344.382	Impostos, Taxas e Contribuições	472.545
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.052.615	Dividendos a Pagar	130.393
Créditos Diversos	1.889.413	Provisões	176.521
Créditos Com Pessoas Ligadas	-	Dívidas Com Pessoas Ligadas	-
Outros	163.202	Outros	1.364.005
Ativo Permanente	5.135.465	Passivo Exigível a Longo Prazo	5.492.124
Investimentos	48.072	Empréstimos e Financiamentos	846.821
Imobilizado	5.078.485	Debêntures	850.000
Diferido	8.908	Provisões	1.149.265
		Dívidas Com Pessoas Ligadas	-
		Outros	2.646.038
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Participações Minoritárias	-
		Patrimônio Líquido	2.196.051

DRE	
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	8.354.182
Custo de Bens e/ou Serviços	(6.916.151)
Resultado Bruto	1.438.031
Despesas/ Receitas Operacionais	-
Resultado Operacional	1.095.755
Resultado não Operacional	(50.728)
Resultado antes Tributação/ Participações	1.045.027
Lucro/ Prejuízo do Período	373.371

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (2006)

	MWh	%	R\$ milhões	%
Residencial	11.862.992	33%	3.880,5	46%
Industrial	7.579.908	21%	1.650,6	20%
Comercial	9.593.041	26%	2.822,3	34%
Demais	7.463.054	20%	0,8	0%
Total	36.498.995	100%	8.354,2	100%
Consumo Próprio				



EMPRESA ELÉTRICA BRAGANTINA S/A – EEB
CONTROLADOR: GRUPO REDE

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (2006)

R\$ MIL

ATIVO		PASSIVO e PL	
Ativo Total	370.989	Passivo Total	370.989
Ativo Circulante	49.047	Passivo Circulante	95.977
Disponibilidades	6.446	Empréstimos e Financiamentos	56.652
Créditos	27.106	Debêntures	-
Estoque	562	Fornecedores	20.504
Outros	3.582	Impostos, Taxas e Contribuições	7.043
Ativo Realizável a Longo Prazo	177.989	Dividendos a Pagar	322
Créditos Diversos	2.872	Provisões	-
Créditos Com Pessoas Ligadas	160.898	Dívidas Com Pessoas Ligadas	-
Outros	8.544	Outros	5.121
Ativo Permanente	143.953	Passivo Exigível a Longo Prazo	145.768
Investimentos	451	Empréstimos e Financiamentos	50.469
Imobilizado	140.875	Debêntures	-
Diferido	215	Provisões	905
		Dívidas Com Pessoas Ligadas	82
		Outros	2.397
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Participações Minoritárias	-
		Patrimônio Líquido	129.244

DRE	
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	136.135
Custo de Bens e/ou Serviços	(77.945)
Resultado Bruto	40.747
Despesas/ Receitas Operacionais	(38.367)
Resultado Operacional	(2.215)
Resultado não Operacional	(287)
Resultado antes Tributação/ Participações	(2.502)
Lucro/ Prejuízo do Período	(4.193)

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (2006)

	MWh	%	R\$ milhões	%
Residencial	171.934	30%	70,1	37%
Industrial	225.472	39%	57,2	30%
Comercial	72.445	12%	25,3	13%
Demais	111.489	19%	38,8	20%
Total	581.340	100%	191,5	100%
Consumo Próprio	500			



EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DO VALE PARANAPANEMA S/A – EDEVP
CONTROLADOR: GRUPO REDE

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (2006)

R\$ MIL

ATIVO		PASSIVO e PL	
Ativo Total	267.597	Passivo Total	267.597
Ativo Circulante	47.443	Passivo Circulante	73.501
Disponibilidades	8.981	Empréstimos e Financiamentos	44.792
Créditos	27.718	Debêntures	-
Estoque	707	Fornecedores	9.864
Outros	1.807	Impostos, Taxas e Contribuições	8.682
Ativo Realizável a Longo Prazo	34.226	Dividendos a Pagar	-
Créditos Diversos	13.841	Provisões	-
Créditos Com Pessoas Ligadas	13.074	Dívidas Com Pessoas Ligadas	-
Outros	110	Outros	2.138
Ativo Permanente	185.928	Passivo Exigível a Longo Prazo	79.495
Investimentos		Empréstimos e Financiamentos	30.269
Imobilizado	184.722	Debêntures	-
Diferido	95	Provisões	391
		Dívidas Com Pessoas Ligadas	13.453
		Outros	6.155
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Participações Minoritárias	-
		Patrimônio Líquido	114.601

DRE	
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	157.294
Custo de Bens e/ou Serviços	(80.797)
Resultado Bruto	50.748
Despesas/ Receitas Operacionais	(34.223)
Resultado Operacional	4.926
Resultado não Operacional	(345)
Resultado antes Tributação/ Participações	4.581
Lucro/ Prejuízo do Período	2.887

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (2006)

	MWh	%	R\$ milhões	%
Residencial	222.422	33%	84,5	40%
Industrial	138.335	21%	35,8	17%
Comercial	102.009	15%	37,3	18%
Demais	211.912	31%	53,6	25%
Total	674.678	100%	211,2	100%
Consumo Próprio	689			



AES SUL DISTRIBUIDORA GAÚCHA DE ENERGIA S/A
CONTROLADOR: AES

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (2006)

R\$ MIL

ATIVO		PASSIVO e PL	
Ativo Total	2.031.042	Passivo Total	2.031.042
Ativo Circulante	422.506	Passivo Circulante	541.307
Disponibilidades	72.670	Empréstimos e Financiamentos	37.201
Créditos	244.724	Debêntures	-
Estoque	787	Fornecedores	261.387
Outros	104.325	Impostos, Taxas e Contribuições	30.164
Ativo Realizável a Longo Prazo	232.155	Dividendos a Pagar	-
Créditos Diversos	117.680	Provisões	28.378
Créditos Com Pessoas Ligadas	-	Dívidas Com Pessoas Ligadas	-
Outros	15.558	Outros	59.186
Ativo Permanente	1.376.381	Passivo Exigível a Longo Prazo	887.525
Investimentos	1.407	Empréstimos e Financiamentos	692.730
Imobilizado	635.789	Debêntures	-
Diferido	2.832	Provisões	105.416
		Dívidas Com Pessoas Ligadas	-
		Outros	-
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Participações Minoritárias	-
		Patrimônio Líquido	602.210

DRE	
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.368.784
Custo de Bens e/ou Serviços	(950.780)
Resultado Bruto	418.076
Despesas/ Receitas Operacionais	(75.536)
Resultado Operacional	81.769
Resultado não Operacional	(9.879)
Resultado antes Tributação/ Participações	71.890
Lucro/ Prejuízo do Período	63.965

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (2006)

	MWh	%	R\$ milhões	%
Residencial	1.779.586	26%	743,3	38%
Industrial	2.534.234	37%	555,9	28%
Comercial	919.929	13%	354,6	18%
Demais	1.678.858	24%	326,9	17%
Total	6.912.607	100%	1.980,7	100%
Consumo Próprio				



EMPRESA ENERGÉTICA DE SERGIPE - ENERGIPE
CONTROLADOR: CATAGUAZES LEOPOLDINA

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (31/12/2006) – R\$ MIL

ATIVO		PASSIVO e PL	
Ativo Total	992,178	Passivo Total	992,178
Ativo Circulante	180,629	Passivo Circulante	263,539
Disponibilidades	44,523	Empréstimos e Financiamentos	92,502
Créditos	67,599	Debêntures	0
Estoques	1,418	Fornecedores	36,095
Outros	67,089	Impostos, Taxas e Contribuições	33,692
Ativo Realizável a Longo Prazo	154,405	Dividendos a Pagar	45,777
Créditos Diversos	0	Provisões	2,960
Créditos com Pessoas Ligadas	62,534	Dívidas com Pessoas Ligadas	0
Outros	91,871	Outros	52,513
Ativo Permanente	657,144	Passivo Exigível a Longo Prazo	525,398
Investimentos	0	Empréstimos e Financiamentos	481,605
Imobilizado	653,132	Debêntures	0
Intangível	4,012	Provisões	39
Diferido	0	Dívidas com Pessoas Ligadas	0
		Adiantamento para Futuro Aumento C	0
		Outros	43754
		Patrimônio Líquido	203,241

DRE	
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	427,874
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	-241,483
Resultado Bruto	186,391
Despesas/Receitas Operacionais	-94,607
Resultado Operacional	91,784
Resultado Não Operacional	1,527
Resultado Antes Tributação/Participações	93,311
Lucro/Prejuízo do Período	77,603

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 2006)

	MWh	%	R\$ milhares	%
Residencial	525,001.00	32%	215,649.00	41%
Industrial	371,774.00	23%	91,008.00	17%
Comercial	316,917.00	19%	130,195.00	25%
Demais	428,705.00	26%	93,630.00	18%
Total	1,642,397.00	100%	530,482.00	100%
Consumo Próprio				



CIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES LEOPOLDINA
CONTROLADOR: CATAGUAZES LEOPOLDINA

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (31/12/2006) – R\$ MIL

ATIVO		PASSIVO e PL	
Ativo Total	2,835,613	Passivo Total	2,835,613
Ativo Circulante	83,225	Passivo Circulante	863,592
Disponibilidades	169,704	Empréstimos e Financiamentos	335,741
Créditos	277,273	Debêntures	34,945
Estoques	623	Fornecedores	186,632
Outros	379,043	Impostos, Taxas e Contribuições	117,018
Ativo Realizável a Longo Prazo	63,084	Dividendos a Pagar	0
Créditos Diversos	0	Provisões	0
Créditos com Pessoas Ligadas	0	Dívidas com Pessoas Ligadas	0
Outros	63,084	Outros	189,256
Ativo Permanente	1,372,523	Passivo Exigível a Longo Prazo	1,482,095
Investimentos	10,268	Empréstimos e Financiamentos	970,041
Imobilizado	1,327,425	Debêntures	353,778
Intangível	33,616	Provisões	0
Diferido	1,214	Dívidas com Pessoas Ligadas	0
		Adiantamento para Futuro Aumento C	0
		Outros	158,276
		Resultados de Exercícios Futuros	0
		Part. de Acionistas Não Controladores	54,397
		Patrimônio Líquido	435,529

DRE	
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1,623,566
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	-1,002,371
Resultado Bruto	621,195
Despesas/Receitas Operacionais	-484,546
Resultado Operacional	136,649
Resultado Não Operacional	-673
Resultado Antes Tributação/Participações	135,976
Lucro/Prejuízo do Período	7,624

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 2006)

	MWh	%	R\$ milhares	%
Residencial	1,931,019.00	34%	828,915.00	42%
Industrial	1,319,744.00	23%	348,845.00	18%
Comercial	993,202.00	18%	413,878.00	21%
Demais	1,405,798.00	25%	362,913.00	19%
Total	5,649,763.00	100%	1,954,551.00	100%
Consumo Próprio				



ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A - ESCELSA
CONTROLADOR: EDP – ENERGIAS DO BRASIL

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (31/12/2006) – R\$ MIL

ATIVO		PASSIVO e PL	
Ativo Total	2,012,982	Passivo Total	2,012,982
Ativo Circulante	706,205	Passivo Circulante	814,488
Disponibilidades	16,181	Empréstimos e Financiamentos	380,282
Créditos	384,165	Debêntures	2577
Estoques	2,957	Fornecedores	151,243
Outros	157,273	Impostos, Taxas e Contribuições	132,051
Ativo Realizável a Longo Prazo	444,912	Dividendos a Pagar	38,647
Créditos Diversos	241,647	Provisões	0
Créditos com Pessoas Ligadas	4126	Dívidas com Pessoas Ligadas	0
Outros	199,139	Outros	109,688
Ativo Permanente	861,865	Passivo Exigível a Longo Prazo	425,261
Investimentos	4,982	Empréstimos e Financiamentos	49,406
Imobilizado	796,686	Debêntures	264
Intangível	60,197	Provisões	6,994
Diferido	0	Dívidas com Pessoas Ligadas	4816
		Adiantamento para Futuro Aumento C	0
		Outros	37099
		Resultados de Exercícios Futuros	-
		Patrimônio Líquido	773,233

DRE	
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1,281,225
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(97,427)
Resultado Bruto	306,955
Despesas/Receitas Operacionais	(168,515)
Resultado Operacional	13,844
Resultado Não Operacional	(1,645)
Resultado Antes Tributação/Participações	136,795
Lucro/Prejuízo do Período	139,625

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 2006)

	MWh	%	R\$ mil	%
Residencial	1,372,831.00	32%	592,280.00	39%
Industrial	1,041,163.00	24%	319,814.00	21%
Comercial	605,023.00	14%	364,728.00	24%
Demais	1,266,791.00	30%	233,089.00	15%
Total	4,285,808.00	100%	1,509,911.00	100%



EMPRESA ENERGÉTICA DO MATO GROSSO DO SUL S.A - ENERSUL
CONTROLADOR: EDP – ENERGIAS DO BRASIL

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (31/12/2006) – R\$ MIL

ATIVO		PASSIVO e PL	
Ativo Total	1,739,690	Passivo Total	1,739,690
Ativo Circulante	518,321	Passivo Circulante	375,386
Disponibilidades	12,034	Empréstimos e Financiamentos	84,304
Créditos	340,295	Debêntures	6725
Estoques	2,369	Fornecedores	112,903
Outros	163,623	Impostos, Taxas e Contribuições	85,436
Ativo Realizável a Longo Prazo	431,153	Dividendos a Pagar	24,503
Créditos Diversos	237,336	Provisões	0
Créditos com Pessoas Ligadas	17816	Dívidas com Pessoas Ligadas	0
Outros	176,001	Outros	61,515
Ativo Permanente	790,216	Passivo Exigível a Longo Prazo	647,523
Investimentos	0	Empréstimos e Financiamentos	203,748
Imobilizado	757,193	Debêntures	3375
Intangível	33,023	Provisões	72,949
Diferido	0	Dívidas com Pessoas Ligadas	6282
		Adiantamento para Futuro Aumento C	0
		Outros	27044
		Resultados de Exercícios Futuros	0
		Patrimônio Líquido	716,781.00

DRE	
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	823,593
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	-601,259
Resultado Bruto	222,334
Despesas/Receitas Operacionais	-188,726
Resultado Operacional	33,608
Resultado Não Operacional	2,484
Resultado Antes Tributação/Participações	36,092
Lucro/Prejuízo do Período	5,036

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 2006)

	MWh	%	R\$ mil	%
Residencial	928,468.00	34%	465,197.00	40%
Industrial	436,795.00	16%	148,447.00	13%
Comercial	614,089.00	23%	298,248.00	26%
Demais	743,690.00	27%	248,453.00	21%
Total	2,723,042.00	100%	1,160,345.00	100%



BANDEIRANTE ENERGIA S.A
CONTROLADOR: EDP – ENERGIAS DO BRASIL

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (31/12/2006) – R\$ MIL

ATIVO		PASSIVO e PL	
Ativo Total	2,314,977	Passivo Total	2,314,977
Ativo Circulante	875,381	Passivo Circulante	766,787
Disponibilidades	81,919	Empréstimos e Financiamentos	176,311
Créditos	61,304	Debêntures	10,864
Estoques	3,511	Fornecedores	211,874
Outros	176,911	Impostos, Taxas e Contribuições	155,983
Ativo Realizável a Longo Prazo	540,603	Dividendos a Pagar	44,344
Créditos Diversos	300,269	Provisões	1,977
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	240,334	Outros	165,434
Ativo Permanente	898,993	Passivo Exigível a Longo Prazo	783,159
Investimentos	681	Empréstimos e Financiamentos	275,452
Imobilizado	836,804	Debêntures	250
Intangível	61,508	Provisões	126,209
Diferido	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	10,516
		Outros	-
		Resultados de Exercícios Futuros	120,982
		Part. de Acionistas Não Controladores	-
		Patrimônio Líquido	765,031

DRE	
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	2.040.715
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.509.907)
Resultado Bruto	530.808
Despesas/Receitas Operacionais	-384.596
Resultado Operacional	146.212
Resultado Não Operacional	-3.255
Resultado Antes Tributação/Participações	142.957
Lucro/Prejuízo do Período	142.041

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 2006)

	MWh	%	R\$ milhares	%
Residencial	2,535,363.00	32%	932,755.00	40%
Industrial	3,010,446.00	38%	734,978.00	32%
Comercial	1,437,429.00	18%	459,125.00	20%
Demais	882,192.00	11%	203,738.00	9%
Total	7,865,430.00	100%	2,330,596.00	100%



LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A
CONTROLADOR: RME – RIO MINAS E ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (31/12/2006) – R\$ MIL

ATIVO		PASSIVO e PL	
Ativo Total	8.252.071	Passivo Total	8,252,071
Ativo Circulante	2,984,502	Passivo Circulante	1,720,252
Disponibilidades	601,438	Empréstimos e Financiamentos	353,274
Créditos	2,046,989	Debêntures	15,256
Estoques	10,153	Fornecedores	461,549
Outros	325,922	Impostos, Taxas e Contribuições	2,512
Ativo Realizável a Longo Prazo	1,931,447	Dividendos a Pagar	0
Créditos Diversos	894,091	Provisões	364,082
Créditos com Pessoas Ligadas	0	Dívidas com Pessoas Ligadas	0
Outros	1,037,356	Outros	274,891
Ativo Permanente	3,336,122	Passivo Exigível a Longo Prazo	5,183,862
Investimentos	34,798	Empréstimos e Financiamentos	1,825,171
Imobilizado	3,074,307	Debêntures	846,235
Intangível	181,875	Provisões	1,245,443
Diferido	45,142	Dívidas com Pessoas Ligadas	0
		Adiantamento para Futuro Aumento C	0
		Outros	1,267,013
		Resultados de Exercícios Futuros	0
		Part. de Acionistas Não Controladores	0
		Patrimônio Líquido	1,347,957

DRE	
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	5,211,669
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	-4,056,419
Resultado Bruto	1,155,250
Despesas/Receitas Operacionais	-1,135,916
Resultado Operacional	19,334
Resultado Não Operacional	8,375
Resultado Antes Tributação/Participações	27,709
Lucro/Prejuízo do Período	-210,323

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 2006)

	MWh	%	R\$ milhares	%
Residencial	7,241,956.00	40%	2,417,945.00	47%
Industrial	2,278,417.00	12%	399,372.00	8%
Comercial	5,622,310.00	31%	1,748,399.00	34%
Demais	3,115,873.00	17%	607,748.00	12%
Total	18,258,556.00	100%	5,173,464.00	100%



CIA ENERGÉTICA DA BORBOREMA – CELB
CONTROLADOR: CATAGUAZES LEOPOLDINA

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (31/03/2007) – R\$ MIL

ATIVO		PASSIVO e PL	
Ativo Total	150.269	Passivo Total	150.269
Ativo Circulante	74.076	Passivo Circulante	54.062
Disponibilidades	9.587	Empréstimos e Financiamentos	15.922
Créditos	29.414	Fornecedores	11.416
Estoques	172	Impostos, Taxas e Contribuições	9.045
Outros	34.903	Dividendos a Pagar	8.474
Ativo Realizável a Longo Prazo	40.744	Provisões	1.157
Créditos Diversos	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	0
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Outros	8.048
Outros	40.744	Passivo Exigível a Longo Prazo	17.848
Ativo Permanente	35.449	Empréstimos e Financiamentos	10.886
Investimentos	0	Provisões	126
Imobilizado	34.545	Dívidas com Pessoas Ligadas	2539
Intangível	904	Adiantamento para Futuro Aumento Caç	2.114
Diferido	0	Outros	2.183
		Patrimônio Líquido	78.358

DRE	
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	26.331
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(13.862)
Resultado Bruto	12.469
Despesas/Receitas Operacionais	(3.851)
Resultado Operacional	8.618
Resultado Não Operacional	73
Resultado Antes Tributação/Participações	8.691
Lucro/Prejuízo do Período	6.072

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 1 TRI 2007)

	MWh	%	R\$ mil	%
Residencial	37.000,00	28%	16.086	35%
Industrial	56.000,00	42%	15.419	34%
Comercial	22.000,00	17%	9.233	20%
Demais	17.000,00	13%	4.721	10%
Total	132.000,00	100%	45.458	100%
Consumo Próprio				



SOCIEDADE ANÔNIMA DE ELETRIFICAÇÃO DA PARAÍBA – SAELPA
CONTROLADOR: CATAGUAZES LEOPOLDINA

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (31/12/2006) – R\$ MIL

ATIVO		PASSIVO e PL	
Ativo Total	1,037,819	Passivo Total	1,037,819
Ativo Circulante	337,333	Passivo Circulante	297,002
Disponibilidades	49,111	Empréstimos e Financiamentos	76,636
Créditos	118,529	Fornecedores	60,943
Estoques	766	Impostos, Taxas e Contribuições	43,983
Outros	168,927	Dividendos a Pagar	66,903
Ativo Realizável a Longo Prazo	378,133	Provisões	4,060
Créditos Diversos	0	Dívidas com Pessoas Ligadas	0
Créditos com Pessoas Ligadas	49,762	Outros	44,477
Outros	328,371	Passivo Exigível a Longo Prazo	368,980
Ativo Permanente	322,353	Empréstimos e Financiamentos	292,856
Investimentos	12	Provisões	36,314
Imobilizado	310,754	Dívidas com Pessoas Ligadas	420
Intangível	11,299	Outros	39,390
Diferido	288	Patrimônio Líquido	371,837

DRE	
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	595,624
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	371,107
Resultado Bruto	224,517
Despesas/Receitas Operacionais	87,714
Resultado Operacional	104,539
Resultado Não Operacional	1,121
Resultado Antes Tributação/Participações	105,660
Lucro/Prejuízo do Período	70,213

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 2006)

	MWh	%	R\$ mil	%
Residencial	821,139.00	36%	339,386.00	43%
Industrial	430,379.00	19%	121,894.00	15%
Comercial	391,635.00	17%	165,230.00	21%
Demais	631,101.00	28%	169,877.00	21%
Total	2,274,254.00	100%	796,387.00	100%



COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO RIO DE JANEIRO – CERJ/AMPLA
CONTROLADOR: ENDESA

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (31/03/2007) – R\$ MIL

ATIVO		PASSIVO e PL	
Ativo Total	4.404.134	Passivo Total	4.404.134
Ativo Circulante	1.268.850	Passivo Circulante	1.030.620
Disponibilidades	139.403	Empréstimos E Financiamentos	40.589
Créditos	1.115.625	Debêntures	301.690
Estoques	5.131	Fornecedores	165.988
Outros	8.691	Impostos, Taxas E Contribuições	106.342
Ativo Realizável A Longo Prazo	785.770	Dividendos A Pagar	45.391
Créditos Diversos	636.073	Provisões	302
Créditos Com Pessoas Ligadas	149.697	Dívidas Com Pessoas Ligadas	39.750
Outros	0	Outros	330.568
Ativo Permanente	2.349.514	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.843.083
Investimentos	1.477	Empréstimos e Financiamentos	632.243
Imobilizado	2.292.752	Debêntures	486.064
Outros	55.285	Provisões	0
		Provisão para contingências	416.482
		Dívidas com Pessoas Ligadas	3.271
		Outros	305.023,00
		Resultados de Exercícios Futuros	0
		Patrimônio Líquido	1.530.431

DRE	
Receita Líquida De Vendas E/ou Serviços	939.195
Custo De Bens E/ou Serviços Vendidos	681.638
Resultado Bruto	257.557
Despesas/receitas Operacionais	151.302
Resultado Operacional	106.255
Resultado Não Operacional	-2.557
Resultado Antes Tributação/participações	103.698
Lucro/prejuízo Do Período	65.263

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 1 TRI 2007)

	MWh	%	R\$ milhares	%
Residencial	939.925,00	48%	446.794,00	52%
Industrial	230.173,00	12%	89.137,00	10%
Comercial	449.458,00	23%	222.288,00	26%
Demais	324.364,00	17%	94.767,00	11%
Total	1.943.920,00	100%	852.986,00	100%
Consumo Próprio				



CIA. ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE
CONTROLADOR: ENDESA

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (31/03/2007) – R\$ MIL

ATIVO		PASSIVO e PL	
Ativo Total	2.635.714	Passivo Total	2.635.714
Ativo Circulante	840.852	Passivo Circulante	930.874
Disponibilidades	167.314	Empréstimos E Financiamentos	88.665
Créditos	595.074	Debêntures	0
Estoques	754	Fornecedores	177.777
Outros	77.710	Impostos, Taxas E Contribuições	70.526
Ativo Realizável A Longo Prazo	371.136	Dividendos A Pagar	276.168
Créditos Diversos	201.039	Provisões	88.083
Créditos Com Pessoas Ligadas	0	Dívidas Com Pessoas Ligadas	85.542
Outros	170.097	Outros	144.113
Ativo Permanente	1.423.726	Passivo Exigível a Longo Prazo	815.904
Investimentos	246	Empréstimos e Financiamentos	406.664
Imobilizado	1.420.489	Debêntures	0
Diferido	2.991	Provisões	167.889
		Dívidas com Pessoas Ligadas	136.276
		Outros	105.075
		Resultados de Exercícios Futuros	0
		Patrimônio Líquido	888.936

DRE	
Receita Líquida De Vendas E/ou Serviços	438.861
Custo De Bens E/ou Serviços Vendidos	(261.163)
Resultado Bruto	177.698
Despesas/receitas Operacionais	(26.163)
Resultado Operacional	151.535
Resultado Não Operacional	10.867
Resultado Antes Tributação/participações	162.402
Lucro/prejuízo Do Período	108.472

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 1 TRI 2007)

	MWh	%	R\$ milhares	%
Residencial	590.566,00	38%	225.702,00	40%
Industrial	271.146,00	17%	85.205,00	15%
Comercial	325.466,00	21%	146.557,00	26%
Demais	377.047,00	24%	107.777,00	19%
Total	1.564.225,00	100%	565.241,00	100%
Consumo Próprio				



COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS - CEAL

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS – 31/12/06 (milhares R\$)

ATIVO		PASSIVOS e PL	
Ativos Totais	628.324	Passivo Total	628.324
Ativo circulante	259.266	Passivo Circulante	214.197
Disponibilidades	12.267	Empréstimos e Financiamentos	26.852
Créditos	288.734	Energia Livre	6.073
Estoques	4.124	Fornecedores	47.586
Provisão para Créditos duvidosos	(82.370)	Impostos, Taxas e Contribuições	25.111
Outros	36.511	Provisões	37.897
Ativo Realizável A Longo Prazo	98.830	Programa de Eficientização Energética	23.276
Consumidores	41.176	Taxas Regulamentares	4.557
Cauções e Depósitos Vinculados	42.861	Valores Tarifários não Compensáveis	19.956
Outros	14.793	Outros	22.889
Ativos Permanentes	270.228	Passivo Exigível a Longo Prazo	308.203
Investimentos	169	Empréstimos e Financiamentos	287.199
Imobilizado	268.773	Impostos, Taxas e Contribuições	17.125
Deferido	1.286	Outros	3.879
		Patrimônio Líquido	105.924

DRE	
Receita Líquida De Vendas E/ou Serviços	503.301
Custos de Bens E/ou Serviços Vendidos	(344.443)
Resultado Bruto	158.858
Despesas Operacionais	(137.420)
Resultado Operacional	21.438
Receita (Despesa) Financeira	(45.362)
Receita (Despesa) Não Operacional	(1.516)
Resultado Antes Tributação/participações	(25.440)
Provisões	(110.610)
Lucro/prejuízo Do Período	(136.050)

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA

	MWh	%	R\$ milhares	%
Residencial	694.191,00	34%	244.155,00	39%
Industrial	395.903,00	19%	88.835,00	14%
Comercial	403.153,00	20%	157.535,00	25%
Demais	556.297,00	27%	132.727,00	21%
Total	2.049.544,00	100%	623.252,00	100%
Consumo Próprio				

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS (DEZ 2006) R\$ MIL

ATIVO		Passivo e PL	
Ativo Total	6.927.637	Passivo Total	6.927.637
Ativo Circulante	2.342.919	Passivo Circulante	2.275.448
Disponibilidades	328.644	Empréstimos e financiamentos	446.141
Créditos	1.581.359	Debentures	54.125
Estoques	14.259	Fornecedores	565.436
Outros	418.657	Impostos, Taxas e Contribuições	276.586
Ativo Realizável A Longo Prazo	1.420.580	Dividendos a pagar	485.766
Créditos Diversos	118.611	Provisões	-
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	1.301.969	Outros	447.394
Ativo Permanente	3.164.138	Passivo Exigível a Longo Prazo	3.196.145
Investimentos	489.608	Empréstimos e financiamentos	962.417
Imobilizado	2.646.664	Debêntures	1.110.830
Diferido	27.866	Provisões	68.604
		Dívidas com Pessoas Ligadas	
		Outros	777.911
		Resultado de Exercícios Futuros	
		Participações minoritárias	276.383
		Patrimônio Líquido	1.456.044

DRE	
Receitas Líquidas de Vendas e/ou Serviços	5.973.466
Custo de Bens e/ou Serviços vendidos	(4.260.472)
Resultado Bruto	1.712.994
Despesas / Receitas Operacionais	(695.698)
Resultado Operacional	1.017.296
Resultado Não Operacional	(4.842)
Resultado Antes Tributação / Participações	1.012.454
Lucro / Prejuízo do Período	767.347

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 2006)

	GWh	%	R\$ milhares	%
Residencial	7.003	29%	2.945.719	35%
Industrial	7.939	32%	2.377.063	28%
Comercial	4.259	17%	1.614.135	19%
Demais	5.320	22%	1.428.864	17%
Total	24.521	100%	8.365.781	100%
Consumo Próprio	19			

**COMPANHIA PIRATININGA
DE FORÇA E LUZ**

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS (DEZ 2006) R\$ MIL

ATIVO		Passivo e PL	
Ativo Total	1.810.823	Passivo Total	1.810.823
Ativo Circulante	828.464	Passivo Circulante	887.898
Disponibilidades	65.833	Empréstimos e financiamentos	109.403
Créditos	416.203	Debentures	27.878
Estoques	1.453	Fornecedores	201.457
Outros	344.975	Impostos, Taxas e Contribuições	124.719
Ativo Realizável A Longo Prazo	296.353	Dividendos a pagar	200.108
Créditos Diversos	17.026	Provisões	-
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	279.327	Outros	224.333
Ativo Permanente	686.006	Passivo Exigível a Longo Prazo	692.387
Investimentos	-	Empréstimos e financiamentos	72.375
Imobilizado	684.945	Debêntures	400.000
Diferido	1.061	Provisões	8.490
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	211.522
		Resultado de Exercícios Futuros	-
		Participações minoritárias	-
		Patrimônio Líquido	230.538

DRE	
Receitas Líquidas de Vendas e/ou Serviços	2.091.408
Custo de Bens e/ou Serviços vendidos	(1.432.098)
Resultado Bruto	659.310
Despesas / Receitas Operacionais	(180.258)
Resultado Operacional	479.052
Resultado Não Operacional	(4.625)
Resultado Antes Tributação / Participações	474.427
Lucro / Prejuízo do Período	306.161

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 2006)

	MWh	%	R\$ milhares	%
Residencial	2.485	31%	976.764	34%
Industrial	2.943	37%	808.170	28%
Comercial	1.465	18%	526.195	18%
Demais	1.069	13%	580.104	20%
Total	7.962	100%	2.891.233	100%
Consumo Próprio	4			

COMPANHIA LUZ E FORÇA SANTA CRUZ

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS (DEZ 2006) R\$ MIL

ATIVO - R\$ MM		Passivo e PL - R\$ MM	
Ativo Total	153.185	Passivo Total	153.185
Ativo Circulante	70.416	Passivo Circulante	57.908
Disponibilidades	19.459	Empréstimos e financiamentos	6.221
Créditos	41.958	Debentures	-
Estoques	332	Fornecedores	11.379
Outros	8.667	Impostos, Taxas e Contribuições	8.093
Ativo Realizável A Longo Prazo	2.987	Dividendos a pagar	12.190
Créditos Diversos	1.078	Provisões	-
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	1.909	Outros	20.025
Ativo Permanente	79.782	Passivo Exigível a Longo Prazo	12.109
Investimentos	-	Empréstimos e financiamentos	5.359
Imobilizado	79.782	Debêntures	-
Diferido	-	Provisões	2.014
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	4.736
		Resultado de Exercícios Futuros	-
		Participações minoritárias	-
		Patrimônio Líquido	83.168

DRE - R\$ MM	
Receitas Líquidas de Vendas e/ou Serviços	191.162
Custo de Bens e/ou Serviços vendidos	(147.670)
Resultado Bruto	43.492
Despesas / Receitas Operacionais	(8.955)
Resultado Operacional	34.537
Resultado Não Operacional	(828)
Resultado Antes Tributação / Participações	33.709
Lucro / Prejuízo do Período	22.293

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 2006)

	MWh	%	R\$ milhares	%
Residencial	237.646	31%	93.513	37%
Industrial	125.593	17%	39.957	16%
Comercial	112.227	15%	43.664	17%
Demais	283.156	37%	76.261	30%
Total	758.622	100%	253.395	100%
Consumo Próprio				

COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS (DEZ 2006) R\$ MIL

ATIVO		Passivo e PL	
Ativo Total	1.694.348	Passivo Total	1.694.348
Ativo Circulante	111.346	Passivo Circulante	441.451
Disponibilidades	6.619	Empréstimos e financiamentos	127.439
Créditos	69.044	Debêntures	-
Estoques	4.459	Fornecedores	44.760
Outros	31.224	Impostos, Taxas e Contribuições	21.581
Ativo Realizável A Longo Prazo	251.396	Dividendos a pagar	-
Créditos Diversos	53.344	Provisões	-
Créditos com Pessoas Ligadas	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	198.052	Outros	247.671
Ativo Permanente	1.331.606	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.024.148
Investimentos	213.936	Empréstimos e financiamentos	282.394
Imobilizado	1.117.670	Debêntures	-
Diferido	-	Provisões	-
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	741.754
		Resultado de Exercícios Futuros	-
		Participações minoritárias	-
		Patrimônio Líquido	228.749

DRE	
Receitas Líquidas de Vendas e/ou Serviços	1.652.603
Custo de Bens e/ou Serviços vendidos	(954.775)
Resultado Bruto	697.828
Despesas / Receitas Operacionais	(705.236)
Resultado Operacional	(7.408)
Resultado Não Operacional	(40.921)
Resultado Antes Tributação / Participações	(48.329)
Lucro / Prejuízo do Período	(47.274)

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 3M06)

	MWh	%	R\$ milhares	%
Residencial	1.662.545	35%	769.046	46%
Industrial	1.022.749	21%	238.859	14%
Comercial	1.209.758	25%	480.932	28%
Demais	896.365	19%	201.057	12%
Total	4.791.417	100%	1.689.894	100%
Consumo Próprio				

**COMPANHIA ENERGÉTICA
DE BRASÍLIA S.A**

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS (DEZ 06) R\$ MIL

ATIVO - R\$ MM		Passivo e PL - R\$ MM	
Ativo Total	1.521	Passivo Total	1.521
Ativo Circulante	452	Passivo Circulante	506
Disponibilidades	30	Empréstimos e financiamentos	65
Créditos	284	Debentures	-
Estoques	7	Fornecedores	110
Outros	131	Impostos, Taxas e Contribuições	142
Ativo Realizável A Longo Prazo	115	Dividendos a pagar	-
Créditos Diversos	29	Provisões	-
Créditos com Pessoas Ligadas	40	Dívidas com Pessoas Ligadas	-
Outros	45	Outros	189
Ativo Permanente	954	Passivo Exigível a Longo Prazo	706
Investimentos	492	Empréstimos e financiamentos	140
Imobilizado	460	Debêntures	-
Diferido	2	Provisões	-
		Dívidas com Pessoas Ligadas	-
		Outros	506
		Resultado de Exercícios Futuros	-
		Participações minoritárias	60
		Patrimônio Líquido	309

DRE - R\$ MM	
Receitas Líquidas de Vendas e/o	901
Custo de Bens e/ou Serviços vendido	(484)
Resultado Bruto	417
Despesas / Receitas Operacionais	(516)
Resultado Operacional	(99)
Resultado Não Operacional	(79)
Resultado Antes Tributação / Particip	(178)
Lucro / Prejuízo do Período	(154)

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 2006)

	MWh	%	R\$ milhares	%
Residencial	1.589.608	40%	n/d	n/d
Industrial	140.803	4%	n/d	n/d
Comercial	1.225.611	31%	n/d	n/d
Demais	1.029.264	26%	n/d	n/d
Total	3.985.286	100%		
Consumo Próprio	4.142		n/d	n/d



CIA. ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE
CONTROLADOR: NEOENERGIA

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (30/12/2006) - R\$ Mil

ATIVO		PASSIVO e PL	
Ativo Total	3.333.012	Passivo Total	3.333.012
Ativo Circulante	1.253.103	Passivo Circulante	949.921
Disponibilidades	97.745	Empréstimos e Financiamentos	59.109
Créditos	1.149.516	Debêntures	89.910
Estoques	5.842	Fornecedores	186.295
Outros	0	Impostos, Taxas e Contribuições	225.535
Ativo Realizável a Longo Prazo	917.013	Dividendos a Pagar	199.908
Créditos Diversos	917.013	Provisões	4.536
Créditos com Pessoas Ligadas	0	Dívidas com Pessoas Ligadas	0
Outros	0	Outros	184.628
Ativo Permanente	1.162.896	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.254.892
Investimentos	563	Empréstimos e Financiamentos	333.434
Imobilizado	1.162.333	Debêntures	629.741
Diferido	0	Provisões	10.993
		Dívidas com Pessoas Ligadas	0
		Outros	280.724
		Resultados de Exercícios Futuros	0
		Participações Minoritárias	0
		Patrimônio Líquido	1.128.199

DRE	
Receita Líquida	2.022.316
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.434.104)
Resultado Bruto	588.212
Despesas / Receitas Operacionais	(385.881)
Resultado Operacional	202.331
Resultado Não Operacional	(3.686)
Resultado antes Tributação / Participação	198.645
Lucro / Prejuízo do Período	217.799

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO DEZ/2006)

	GWh	%	R\$ Milhões	%
Residencial	2882,21	37	1150,46	41
Industrial	1455,11	19	455,46	16
Comercial	1687,82	22	715,36	25
Demais	1794,99	23	519,28	18
Total	7820,13	100	2840,56	100
Consumo Próprio	14,27			



COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA
CONTROLADOR: NEOENERGIA

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (30/12/2006) - R\$ Mil

ATIVO		PASSIVO e PL	
Ativo Total	4.074.527	Passivo Total	4.074.527
Ativo Circulante	1.449.078	Passivo Circulante	1.048.207
Disponibilidades	142.805	Empréstimos e Financiamentos	151.358
Créditos	1.300.776	Debêntures	29.777
Estoques	5.497	Fornecedores	181.954
Outros	0	Impostos, Taxas e Contribuições	178.064
Ativo Realizável a Longo Prazo	831.845	Dividendos a Pagar	260.678
Créditos Diversos	828.410	Provisões	23.927
Créditos com Pessoas Ligadas	3.435	Dívidas com Pessoas Ligadas	0
Outros	0	Outros	222.449
Ativo Permanente	1.793.604	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.725.954
Investimentos	6.601	Empréstimos e Financiamentos	856.714
Imobilizado	1.787.003	Debêntures	612.125
Diferido	0	Provisões	29.568
		Dívidas com Pessoas Ligadas	0
		Outros	227.547
		Resultados de Exercícios Futuros	0
		Participações Minoritárias	0
		Patrimônio Líquido	1.300.366

DRE	
Receita Líquida	2.734.343
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.570.945)
Resultado Bruto	1.163.398
Despesas / Receitas Operacionais	(479.266)
Resultado Operacional	684.132
Resultado Não Operacional	(4.920)
Resultado antes Tributação / Participação	679.212
Lucro / Prejuízo do Período	540.559

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO DEZ/2006)

	GWh	%	R\$ Milhões	%
Residencial	3.659,80	35	1.511,29	40
Industrial	2.021,33	19	595,49	16
Comercial	2.144,56	20	1.031,39	27
Demais	2.762,17	26	666,76	18
Total	10.587,86	100	3.769,05	100
Consumo Próprio	16,11			



CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE
CONTROLADOR: NEOENERGIA S.A.

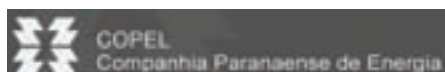
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (30/12/2006) - R\$ Mil

ATIVO		PASSIVO e PL	
Ativo Total	1.240.371	Passivo Total	1.240.371
Ativo Circulante	312.612	Passivo Circulante	288.499
Disponibilidades	15.813	Empréstimos e Financiamentos	36.499
Créditos	295.594	Debêntures	8.311
Estoques	1.205	Fornecedores	51.742
Outros	0	Impostos, Taxas e Contribuições	63.282
Ativo Realizável a Longo Prazo	536.501	Dividendos a Pagar	79.307
Créditos Diversos	536.501	Provisões	374
Créditos com Pessoas Ligadas	0	Dívidas com Pessoas Ligadas	0
Outros	0	Outros	48.984
Ativo Permanente	391.258	Passivo Exigível a Longo Prazo	476.248
Investimentos	1.030	Empréstimos e Financiamentos	195.594
Imobilizado	390.228	Debêntures	179.000
Diferido	0	Provisões	15.254
		Dívidas com Pessoas Ligadas	0
		Outros	86.400
		Resultados de Exercícios Futuros	0
		Participações Minoritárias	0
		Patrimônio Líquido	475.624

DRE	
Receita Líquida	697.131
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(411.962)
Resultado Bruto	285.169
Despesas / Receitas Operacionais	(120.084)
Resultado Operacional	165.085
Resultado Não Operacional	510
Resultado antes Tributação / Participação	165.595
Lucro / Prejuízo do Período	141.348

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO DEZ/2006)

	GWh	%	R\$ Milhões	%
Residencial	1.063,13	33	329,64	36
Industrial	657,41	21	163,94	18
Comercial	643,64	20	225,21	24
Demais	841,90	26	201,04	22
Total	3.206,08	100	919,84	100
Consumo Próprio	6,40			



COPEL DISTRIBUIDORA S.A.
CONTROLADOR: COPEL

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (30/12/2006) - R\$ Mil

ATIVO		PASSIVO e PL	
Ativo Total	4.014.179	Passivo Total	4.014.179
Ativo Circulante	1.284.945	Passivo Circulante	1.700.675
Disponibilidades	132.854	Empréstimos e Financiamentos	14.802
Créditos	1.080.823	Debêntures	637.329
Estoques	32.333	Fornecedores	335.237
Outros	38.935	Impostos, Taxas e Contribuições	392.402
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.557.784	Dividendos a Pagar	52.913
Créditos Diversos	1.384.403	Provisões	0
Créditos com Pessoas Ligadas	81.048	Dívidas com Pessoas Ligadas	0
Outros	92.333	Outros	267.992
Ativo Permanente	1.171.450	Passivo Exigível a Longo Prazo	624.218
Investimentos	419	Empréstimos e Financiamentos	98.657
Imobilizado	1.157.613	Debêntures	0
Diferido	13.418	Provisões	133.317
		Dívidas com Pessoas Ligadas	0
		Outros	392.244
		Resultados de Exercícios Futuros	0
		Participações Minoritárias	0
		Patrimônio Líquido	1.689.286

DRE	
Receita Líquida	3.916.932
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(2.802.958)
Resultado Bruto	1.113.974
Despesas / Receitas Operacionais	(726.150)
Resultado Operacional	387.824
Resultado Não Operacional	(6.201)
Resultado antes Tributação / Participação	381.623
Lucro / Prejuízo do Período	284.679

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO DEZ/2006)

	GWh	%	R\$ Milhões	%
Residencial	4.825,8	28%	1.884,40	35%
Industrial	6.021,4	34%	1.593,80	30%
Comercial	3.406,9	20%	1.176,00	21%
Demais	3.233,8	19%	692,20	14%
Total	17.488,0	100%	5.346,10	100%
Consumo Próprio	23,70			



ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇO S.A.

CONTROLADOR: EPC - EMPRESA PARANAENSE COMERC. LTDA

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (30/12/2006) - R\$ Mil

ATIVO		PASSIVO e PL	
Ativo Total	3.271.853	Passivo Total	3.271.853
Ativo Circulante	1.453.901	Passivo Circulante	1.145.929
Disponibilidades	483.589	Empréstimos e Financiamentos	29.622
Créditos	927.714	Debêntures	31.728
Estoques	3.122	Fornecedores	200.036
Outros	39.476	Impostos, Taxas e Contribuições	148.420
Ativo Realizável a Longo Prazo	481.000	Dividendos a Pagar	476.603
Créditos Diversos	478.416	Provisões	71.573
Créditos com Pessoas Ligadas	0	Dívidas com Pessoas Ligadas	48.834
Outros	2.584	Outros	139.113
Ativo Permanente	1.336.952	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.065.772
Investimentos	4352	Empréstimos e Financiamentos	91.508
Imobilizado	1.322.467	Debêntures	766.157
Diferido	10.133	Provisões	119.167
		Dívidas com Pessoas Ligadas	0
		Outros	88.940
		Resultados de Exercícios Futuros	0
		Participações Minoritárias	0
		Patrimônio Líquido	1.060.152

DRE	
Receita Líquida	2.294.692
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.378.019)
Resultado Bruto	916.673
Despesas / Receitas Operacionais	(171.473)
Resultado Operacional	745.200
Resultado Não Operacional	(14.567)
Resultado antes Tributação / Participação	730.633
Lucro / Prejuízo do Período	501.687

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO DEZ/2006)

	GWh	%	R\$ Milhões	%
Residencial	3.060,32	32	1.345,92	40
Industrial	3.347,54	35	968,57	29
Comercial	1.379,23	14	557,86	17
Demais	1.747,29	18	475,00	14
Total	9.561,40	100	3.347,35	100
Consumo Próprio				



CIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR
CONTROLADOR: EQUATORIAL ENERGIA S/A

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (30/12/2006) - R\$ Mil

ATIVO		PASSIVO e PL	
Ativo Total	1.532.618	Passivo Total	1.532.618
Ativo Circulante	471.974	Passivo Circulante	475.428
Disponibilidades	199.443	Empréstimos e Financiamentos	38.824
Créditos	168.122	Debêntures	6.417
Estoques	8.235	Fornecedores	157.579
Outros	96.174	Impostos, Taxas e Contribuições	40.887
Ativo Realizável a Longo Prazo	335.461	Dividendos a Pagar	164.900
Créditos Diversos	335.461	Provisões	19.925
Créditos com Pessoas Ligadas	0	Dívidas com Pessoas Ligadas	0
Outros	0	Outros	46.896
Ativo Permanente	725.183	Passivo Exigível a Longo Prazo	602.411
Investimentos	221	Empréstimos e Financiamentos	538.147
Imobilizado	724.962	Debêntures	11.098
Diferido	0	Provisões	35.285
		Dívidas com Pessoas Ligadas	0
		Outros	17.881
		Resultados de Exercícios Futuros	0
		Participações Minoritárias	0
		Patrimônio Líquido	454.779

DRE	
Receita Líquida	855.596
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(443.351)
Resultado Bruto	412.245
Despesas / Receitas Operacionais	(166.041)
Resultado Operacional	246.204
Resultado Não Operacional	(4.381)
Resultado antes Tributação / Participação	241.823
Lucro / Prejuízo do Período	177.470

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO DEZ/2006)

	GWh	%	R\$ Milhões	%
Residencial	1.202,40	41	416,19	37
Industrial	396,35	14	116,16	10
Comercial	590,31	20	233,82	21
Demais	724,18	25	350,38	31
Total	2.913,24	100	1.116,55	100
Consumo Próprio	4,18			

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

11. UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Utilização dos recursos pelo Fundo

Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão utilizados pelo Fundo para a aquisição dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo estabelecida no Capítulo Seis do Regulamento e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Capítulo Dezessete do Regulamento.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

12. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITOS DE INTERESSE

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITOS DE INTERESSE

A Instituição Líder, o Administrador e o Gestor

O Administrador (BEM distribuidora de títulos e valores mobiliários Ltda.) e o Gestor (BRAM Bradesco Asset Management S.A. DTVM.) e a Instituição Líder (Banco Bradesco BBI S.A.) fazem parte do mesmo conglomerado financeiro, uma vez que o Banco Bradesco S.A. é controlador do Administrador, do Gestor e do Banco Bradesco BBI S.A.

Apesar de pertencerem ao mesmo grupo econômico, a Administradora, o Gestor e a Instituição Líder não se encontram em conflito de interesses no exercício de suas respectivas funções de administração, Gestão da Carteira e coordenação e distribuição pública das Quotas Seniores do Fundo, manifestando a sua completa independência na realização de suas respectivas atividades.

O Custodiante e Intermediário

O Custodiante (Banco Itaú S.A.) e uma das Instituições Intermediárias, o Banco Itaú BBA S.A., fazem parte do mesmo conglomerado financeiro, uma vez que o Banco Itaú Holding Financeira S.A. é controlador do Banco Itaú S.A. e do Banco Itaú BBA S.A.

Apesar de pertencerem ao mesmo grupo econômico, o Custodiante e o Banco Itaú BBA S.A. não se encontram em conflito de interesses no exercício de suas respectivas funções de custódia e distribuição pública das Quotas Seniores do Fundo, manifestando a sua completa independência na realização de suas respectivas atividades.

Além da presente Oferta, as Instituições Intermediárias Banco Bradesco BBI S.A., Banco Itaú BBA S.A. e o Banco ABC Brasil S.A., participaram da distribuição pública das Quotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP II e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP III, cuja cedente é a Companhia Energética de São Paulo – CESP. Adicionalmente, o relacionamento das Instituições Intermediárias com a Cedente decorre de contratos de empréstimos, operações de crédito e contratos de serviços bancários diversos firmados com a Cedente. As Instituições Intermediárias (e suas Partes Relacionadas) podem vir a firmar outras operações bancárias e de mercado de capitais com a Cedente.

O Administrador, até a data deste Prospecto, não presta nenhum serviço ou mantém relacionamento comercial com a Cedente além daqueles descritos neste Prospecto.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

13. O ADMINISTRADOR, O GESTOR E O CUSTODIANTE

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O ADMINISTRADOR, O GESTOR E O CUSTODIANTE

O Administrador

A BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. é uma sociedade empresária limitada com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 00.066.670/0001-00.

O Administrador é controlado indiretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém, indiretamente, 100% das quotas representativas do seu capital social e integra um dos maiores grupos de administração de fundos de investimento no País.

Os riscos a que está exposto o Fundo, dentre os quais, exemplificativamente, os descritos na Seção "Fatores de Risco" deste Prospecto, e o cumprimento da política de investimento do Fundo, descrita no Regulamento, são monitorados por área de gerenciamento de risco e de *compliance* completamente separada da área de gestão. A área de gerenciamento de risco utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco. A utilização dos mecanismos de controle de riscos aqui descritos não elimina a possibilidade de perdas pelos Quotistas. As aplicações efetuadas pelo Fundo de que trata este Prospecto apresentam riscos para os Quotistas. Ainda que a Administradora e o Gestor mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para seus investidores.

O Gestor

A BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM, é uma sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista n.º 1.450, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.375.134/0001-44, que foi constituída, em dezembro de 2000, com o objetivo exclusivo de gerir recursos de terceiros administrados pelo Grupo Bradesco.

O Gestor é controlado diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém 100% (cem por cento) das ações representativas do seu capital social e integra um dos maiores grupos de gestão de fundos de investimento no País. A empresa é o resultado da consolidação dos recursos administrados e profissionais da área de Administração de Fundos e Carteiras de Investimento do Bradesco, da Bradesco Templeton Asset Management Ltda., da BCN Alliance Capital Management S.A., da BES – Boavista Espírito Santo Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e do BANEBA – Banco do Estado da Bahia, o que resulta em ganho de eficiência e otimização da estrutura, com aumento de escala e concentração de esforços no crescimento da participação de mercado.

A BRAM conta com estrutura especializada na gestão de recursos de terceiros, totalmente segregada, garantindo, dessa forma, o *Chinese Wall*. Atende aos mais variados segmentos de mercado, tais como varejo, corporate, private e investidores institucionais. A sua atuação é desenvolvida por uma equipe de profissionais focados no atendimento das demandas específicas de cada perfil de investidor.

Conforme Ranking de Gestão de Fundos de Investimento, divulgado pela ANBID referente a fevereiro de 2007, o Bradesco, por meio da BRAM, geria mais de R\$ 142 bilhões (cento e quarenta e dois bilhões de reais) de recursos de terceiros, dos quais R\$ 3,9 bilhões (três vírgula nove bilhões de reais) referiam-se à gestão de fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, o que representa aproximadamente 18% do mercado.

Administrador e Gestor

O Administrador e o Gestor são instituições integrantes do mesmo grupo econômico. Apesar de pertencerem ao mesmo grupo econômico, a Administradora e o Gestor não se encontram em conflito de interesses no exercício de suas respectivas funções de administração e Gestão da Carteira do Fundo, manifestando a sua completa independência na realização de suas atividades.

O Custodiante e Agente Escriturador

Introdução

O Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, presta serviços no mercado de capitais brasileiro há mais de 30 anos e controla atualmente mais de R\$ 920 bilhões em ativos. É o maior custodiante do país, conforme dados da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID (dados de fevereiro de 2007).

O Banco Itaú obteve certificação de qualidade ISO 9001 para várias modalidades de serviços de custódia. Em âmbito internacional, tal certificação foi obtida para custódia de (i) ativos de investidores não residentes; (ii) Recibos de Depósitos Americanos (ADRs); e (iii) fundos *offshore*. No âmbito doméstico, destaca-se tal certificação na prestação de serviços relacionados a (i) custódia e controladoria para fundos de investimento e carteiras administradas; e (ii) operações envolvendo fundos de investimento em direitos creditórios.

Histórico

O Custodiante tem uma tradição de mais 30 anos na prestação de serviços para o mercado de capitais. No serviço de custódia e controladoria para fundos e carteiras (serviços para terceiros) o Custodiante atua há 6 anos, sendo um dos pioneiros no desenvolvimento deste segmento. O Custodiante tem realizado nos últimos anos contínuos investimentos em tecnologia, processos e pessoas com o objetivo de ampliar e aprimorar a prestação de serviços ao mercado de capitais.

Atualmente, o Custodiante controla mais de R\$ 1,35 trilhões em ativos de terceiros com mais de 1.300 contratos firmados, e é líder na prestação de serviços de custódia e controladoria para fundos de investimento e fundações, com cerca de 7.000 fundos/carteiras patrimoniais de clientes processadas diariamente. Na prestação de serviços relacionados à operações com direitos creditórios (*servicer*), o Custodiante tem sob sua responsabilidade mais de R\$ 10 bilhões em ativos.

Tecnologia e sistemas

O Custodiante possui uma estrutura tecnológica que reduz consideravelmente os custos administrativos, técnicos e operacionais, e, ao mesmo tempo, proporciona rapidez, exatidão e sigilo das informações registradas. A aplicação dessa experiência na área de serviços para o mercado de capitais procura minimizar a execução de atividades manuais. A interação com os clientes processa-se tanto pela digitação em seus sistemas quanto pela integração em tempo real.

A área de prestação de serviços para o mercado de capitais tem estrutura independente de processamento, tanto em termos de equipe quanto em termos de ambiente de sistemas de informação. A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais subcontrata a área de tecnologia do Grupo Itaú, representada pelo Centro Técnico e Operacional (“CTO”), para alguns processos e desenvolvimento de sistemas. O CTO mantém equipes e ambientes de tecnologia segregados para os sistemas relativos à prestação de serviços para o mercado de capitais.

Os aplicativos de uso corporativo (normalmente em ambiente de grande porte) contam com estrutura de segregação de acesso. Desta forma, os usuários da área de serviços a terceiros não acessam informações referentes aos fundos de investimento e carteiras sob a gestão do Banco Itaú S.A. e/ou suas Partes Relacionadas e vice-versa. Além disso, os aplicativos de uso mais específico normalmente trabalham em estrutura de servidores de banco de dados independentes.

Sistemas de back-up

O Custodiante utiliza-se de recursos de *back-up* baseados em softwares empresariais, utilizando fitotecas e robôs automatizados, com políticas de retenção adequadas a cada necessidade, incluindo cofre predial resistente a catástrofes. Nos ambientes críticos existe estrutura de *disaster recovery on-line*, utilizando duplicidade de hardware e *software* e replicação *online* de dados.

Existe um ambiente de contingência (endereço distinto tanto dos escritórios de operações, quanto do grupo de sistemas) para alocação de pessoal, com recursos de hardware e software dedicados para uma situação emergencial. Tanto a estrutura de *back-up* como a de *disaster recovery* estão montadas de forma a apresentar o menor tempo possível de latência. O plano de *disaster recovery* consiste em servidores replicados que ficam em ambiente fisicamente distante do site normal, garantindo a continuidade do funcionamento dos sistemas respectivos em situações limite.

Políticas de compliance e controles internos

A área de mercado de capitais possui uma superintendência de compliance própria para o estabelecimento de diretrizes e normas corporativas, bem como as normas aplicáveis definidas pelo Bacen.

Os processos de custódia e controladoria de fundos de investimento foram recentemente re-certificados pela norma ISO9000. Os processos de gestão contínua e revisão de procedimentos e respectivos manuais são realizados regularmente, sendo alvo de auditoria trimestral.

14. VISÃO GERAL DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

VISÃO GERAL DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

Introdução

Em 31 de maio de 2006, por meio da Portaria nº 121, o MME aprovou o Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica (“PDEE”) 2006-2015, o qual estabelece critérios para a expansão do sistema elétrico brasileiro, no que diz respeito aos mercados de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica para o período compreendido entre os anos de 2006 e 2015.

Em relação ao setor de geração de energia elétrica, tal estudo apresenta uma configuração de referência para a expansão da geração do SIN, e das principais interligações entre os subsistemas para o período 2006-2015, atendendo às projeções do mercado previsto, segundo critérios que asseguram a garantia de suprimento, de forma ambientalmente sustentável, e minimizando os custos totais esperados representados pelos investimentos, incluindo os custos sócio-ambientais, e os custos de operação.

O referido PDEE, com o objetivo de alcançar expressiva redução da Conta CCC Sistemas Isolados, contempla ainda a integração dos sistemas isolados ao SIN, por intermédio da construção das linhas de transmissão Jauru / Vilhena, em 230kV, Tucuruí / Manaus (Cariri), em 500kV, e Jurupari / Macapá, em 230kV, no menor prazo possível, tendo em vista que as análises econômicas para a implementação projeto de integração já foram efetuadas. Tais linhas transmissoras integrarão ao SIN os sistemas isolados Acre-Rondônia, com previsão de integração para janeiro de 2008, e Manaus-Macapá, com previsão de integração para janeiro de 2012.

Atualmente, o SIN é dividido em quatro subsistemas elétricos: Sudeste / Centro-Oeste, Sul, Nordeste e Norte. Planeja-se, nos termos do PDEE, integrar os sistemas isolados Acre-Rondônia e Manaus-Macapá ao subsistema Sudeste / Centro-Oeste até o ano de 2012.

De acordo com estudos realizados em razão da elaboração do PDEE, em dezembro de 2005, considerando o parque gerador existente, as interligações internacionais já em operação e também a parcela de Itaipu importada do Paraguai, o Brasil tinha capacidade instalada de 102,9 GW, dos quais aproximadamente 70,23% correspondiam a geração hidrelétrica, 19,85% a geração termelétrica (gás natural, petróleo, biomassa, e carvão mineral), 1,95% correspondiam a energia nuclear, 0,03% correspondiam a energia eólica, e 7,94% à importação de energia elétrica pelo Sistema Interligado Nacional.

Além da integração dos sistemas isolados, para a expansão da geração de energia elétrica o PDEE também prevê a repotenciação e modernização das usinas existentes que, embora possa não representar muito em termos de Energia Assegurada, contribuirá para o atendimento do crescimento da demanda máxima de energia prevista.

Atualmente o Brasil possui 149 empreendimentos hidrelétricos, totalizando 69,6 GW e 870 empreendimentos termelétricos, totalizando 19,7 GW. Muitas dessas usinas já estão em operação há mais de 25 anos e, por este motivo, faz-se necessária a adoção de medidas que busquem a extensão de sua vida útil, melhoria de seu desempenho, diminuição da manutenção, aumento da confiabilidade, melhoria e simplificação da operação de tais empreendimentos.

Aproximadamente 42% da capacidade instalada de geração de energia dentro do Brasil é atualmente de propriedade do Grupo Eletrobrás, empresa controlada pelo governo. Por meio de suas subsidiárias, a Eletrobrás é responsável também por 70% da capacidade instalada de transmissão acima de 230 kV. Além disso, alguns Estados brasileiros controlam empresas envolvidas na geração, transmissão e distribuição de energia, tais como a CESP - Companhia Energética de São Paulo, a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, dentre outras.

Empresas privadas detinham, em 2005, 25%, 72% e 11% do mercado de geração, distribuição e transmissão (rede básica), respectivamente, em termos de capacidade total.

Geração de energia elétrica no Brasil

O Brasil possui grandes rios de planalto alimentados por chuvas tropicais abundantes que mantêm uma das maiores reservas de água doce do mundo. Em função disso, a geração de energia elétrica no País é, na sua maioria, oriunda de Usinas Hidrelétricas, com restante da oferta proveniente principalmente de Usinas Termelétricas. A capacidade nominal atingiu 99,5 GW em 2004 com participação significativa da Eletrobrás com mais de um terço da capacidade instalada.

Durante o ano de 2003, além da incerteza sobre o modelo regulatório, o parque gerador brasileiro conviveu com capacidade ociosa estimada em 7.500 MW. A solução encontrada pelo Governo Federal foi realizar um leilão com a energia excedente no MAE com a participação de 7 geradoras e 23 compradores que, apesar dos preços satisfatórios, manteve sem solução o problema de energia excedente. Durante todo o ano de 2003, diversos projetos em geração foram abandonados e algumas Usinas Termelétricas permaneceram desligadas em função das incertezas do setor e a abundância de chuvas observadas naquele ano.

A solução proposta pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, no entanto, pretendeu deter a redução dos investimentos no setor. Para o futuro, a ANEEL prevê um total de 8.694 MW gerados por usinas entrando em operação entre 2004 e 2008.

Segundo dados divulgados pela ANEEL, o Brasil possui no total 1.544 empreendimentos de geração em operação, com 94.798.343 kW de potência. A previsão para os próximos anos é uma adição de 26.924.185 kW na capacidade de geração do País, proveniente dos 70 empreendimentos atualmente em construção e mais 503 empreendimentos com concessão e/ou autorização outorgada.

Distribuição de energia elétrica no Brasil

O mercado de distribuição de energia elétrica é atendido por 64 concessionárias, estatais ou privadas, de serviços públicos que abrangem todo o País. As concessionárias estatais estão sob controle dos governos federal, estaduais e municipais. Em várias concessionárias privadas verifica-se a presença, em seus grupos de controle, de diversas empresas nacionais, norte-americanas, espanholas e portuguesas. São atendidas cerca de 47 milhões de unidades consumidoras, das quais 85% são consumidores residenciais, em mais de 99% dos municípios brasileiros.

Consumo

Entre 1990 e 1995, o mercado de energia elétrica, incluindo autoprodução, cresceu 4,0% a.a., contra uma variação média anual do PIB de 3,1% no mesmo período. De 1995 a 2000, o consumo total de energia elétrica no Brasil cresceu a uma taxa acumulada média de 4,7% a.a., contra uma variação do PIB de 2,3 a.a., atingindo desempenho positivo em relação ao período de 1990 a 1995. Tal desempenho foi essencialmente devido aos efeitos do Plano Real. De fato, além da estabilização da moeda e do controle do processo inflacionário, esse plano, em seus primeiros anos de vigência, contribuiu para uma melhoria no nível de renda da população e da distribuição de renda nacional. Os efeitos positivos do Plano Real no mercado de energia elétrica fizeram-se sentir até o ano de 1998, com exceção da classe industrial que, nesse ano, já apresentava crescimento baixo.

No período entre 2000 e 2005, o consumo total de energia elétrica apresentou crescimento médio abaixo do histórico, sendo que em 2001 houve uma redução da ordem de 7,0%, por conta dos efeitos do racionamento. Neste período, consumidores na maior parte do país foram forçados a reduzir consumo unitário em 20% e para conseguir atender essa exigência foi necessário adaptar hábitos cotidianos para atingir o uso mais eficiente da energia. Da mesma forma a economia nacional apresentou crescimento extremamente baixo, com média anual no período pouco acima de 2%.

Segundo o último balanço energético nacional levantado pela EPE, em 2006, o segmento de distribuição de energia elétrica demandou 347.370 GWh, dos quais 24,71% foram para clientes residenciais, 44,45% industriais, 15,92% comerciais e 14,92% para outros tipos de clientes.

Plano de Aceleração do Crescimento – PAC e o Setor Elétrico

O Plano de Aceleração do Crescimento (“PAC”), anunciado no dia 22 de janeiro pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, prevê investimentos de quase R\$ 504 bilhões até 2010, o que equivale a cerca de R\$ 125 bilhões ao ano. Desse total, R\$ 274,8 bilhões estão projetados para o setor energético, sendo o setor elétrico responsável por R\$ 78,4 bilhões em geração e transmissão.

Os recursos visam à oferta de 12.386 MW até 2010, além da construção de 13.826 quilômetros de linhas em igual período. Outros R\$ 8,7 bilhões estão previstos para aplicação no atendimento das metas do Programa Luz para todos.

Além disso, o Governo Federal assumiu o compromisso de concluir estudos de viabilidade econômica e estudos de impacto ambiental de novos aproveitamentos hidrelétricos até o fim de 2010. Com os estudos concluídos, os projetos estarão prontos para entrar com pedido de licença ambiental e, em seguida, serem levados à leilão.

Outro compromisso do Governo Federal diz respeito à meta de inventariar outras dez bacias hidrográficas, com potencial de gerar mais de 32.950 MW de energia, até 2010. Ressalta-se que o período consumido entre a elaboração dos inventários e a licitação do empreendimento, segundo a EPE, é de cerca de 4 anos.

Contudo, os investimentos são a base do programa de aceleração, cujo objetivo é alcançar um crescimento econômico de 4,5% em 2007 e 5% ao ano entre 2008 e 2010.

Para estimular o investimento em setores de infra-estrutura considerados indispensáveis ao crescimento econômico do país, dentro dos programas de Transmissão e Geração de Energia Elétrica, o PAC prevê dois instrumentos essenciais: o financiamento do BNDES e a instituição do Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura.

Com relação ao financiamento do BNDES, o Governo Federal prevê a concessão de financiamentos de até 80% do valor do investimento, com um prazo de pagamento cujo limite passa de 14 para 20 anos. O PAC prevê ainda a ampliação do período de carência desses financiamentos, de 6 para 12 meses, e a redução no índice de cobertura da dívida de 1,3 para 1,2.

Já com relação ao Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura, foi editada, no âmbito do PAC, a Medida Provisória nº 348/07. Ela prevê que as instituições autorizadas pela CVM para o exercício da administração de carteira de títulos e valores mobiliários poderão constituir Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura (“FIP-IE”), sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de investir em novos projetos de infra-estrutura no território nacional. Para seus efeitos, consideram-se novos projetos, os projetos de infra-estrutura, implementados a partir da vigência da referida Medida Provisória, ou a expansão de projetos já existentes, implementados ou em processo de implementação, por sociedades de propósito específico, organizadas como sociedades por ações, de capital aberto ou fechado, em energia, transporte, água e saneamento.

Histórico da regulamentação do Setor Elétrico

A Constituição Federal estabelece que a exploração dos serviços e instalações de energia elétrica pode ser realizada diretamente pelo Governo Federal ou indiretamente por meio da outorga de concessões, permissões ou autorizações. Historicamente, o setor elétrico brasileiro foi explorado principalmente por concessionárias de geração, transmissão e distribuição controladas pelo Governo Federal. Nos últimos anos, o Governo Federal adotou diversas medidas para reformular o setor elétrico. Em geral, essas medidas visavam aumentar o investimento privado e eliminar restrições aos investimentos estrangeiros, aumentando, dessa forma, a concorrência como um todo no setor elétrico.

Em particular, o Governo Federal adotou as seguintes medidas:

Em 15 de agosto de 1995, foi introduzida a Emenda Constitucional n.º 6, que permitiu ao Governo Federal outorgar autorização ou concessão para a exploração dos potenciais de energia hidráulica a empresas brasileiras ou empresas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração situadas no Brasil.

Em 13 de fevereiro de 1995, o Governo Federal promulgou a Lei de Concessões, e em 7 de julho de 1995, a Lei de Concessões de Serviços de Energia Elétrica que, em conjunto (i) exigiram que todas as concessões para prestação de serviços relacionados a energia elétrica fossem outorgadas por meio de processos licitatórios; (ii) gradualmente permitiram que certos consumidores de energia elétrica que apresentassem demanda significativa, designados Consumidores Livres, adquirissem energia elétrica diretamente de fornecedores concessionários, permissionários ou autorizados; (iii) trataram da criação dos PIE(s), que, por meio de concessão, permissão ou autorização, podem gerar e vender, por sua conta e risco, a totalidade ou parte de sua energia elétrica a Consumidores Livres, distribuidoras e comercializadores, entre outros; (iv) concederam aos Consumidores Livres e fornecedores de energia elétrica livre acesso aos sistemas de distribuição e transmissão; e (v) eliminaram a necessidade, por parte das concessionárias, de obter concessão, por meio de licitações, para construção e operação de Usinas Hidrelétricas com capacidade de 1 MW a 30 MW, as chamadas Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs.

A partir de 1995, uma parcela das participações representativas do bloco de controle de geradoras e distribuidoras detidas pela Eletrobrás e por vários estados foi vendida a investidores privados. Ao mesmo tempo, alguns governos estaduais também venderam suas participações em importantes distribuidoras.

Em 1998, o Governo Federal promulgou a Lei do Setor Elétrico, destinada a reformar a estrutura básica do setor. A Lei do Setor Elétrico dispôs sobre as seguintes matérias: (i) criação de um órgão auto-regulado responsável pela operação do mercado atacadista de energia elétrica e pela determinação dos preços de curto prazo, o MAE, que substituiu o sistema anterior de preços de geração e contratos de fornecimento regulados; (ii) exigência de

que as distribuidoras e geradoras firmassem os Contratos Iniciais, via de regra compromissos de Take-or-Pay, com preços e quantidades aprovados pela ANEEL. A principal finalidade dos Contratos Iniciais é assegurar que as distribuidoras tenham acesso a fornecimento estável de energia elétrica por preços que garantam uma taxa de retorno fixa às geradoras de energia elétrica durante o período de transição que culminará no estabelecimento de um mercado de energia elétrica livre e competitivo; (iii) criação do ONS, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, responsável pela administração operacional das atividades de geração e transmissão do Sistema Interligado Nacional; e (iv) estabelecimento de processos licitatórios para outorga de concessões para construção e operação de usinas e instalações de transmissão de energia elétrica.

Em 2001, o País enfrentou uma grave crise energética que perdurou até o final do primeiro bimestre de 2002. Em consequência, o Governo Federal implementou medidas que incluíram: (i) a instituição do Programa de Racionamento nas regiões mais afetadas pela escassez de energia elétrica, a saber, as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil; e (ii) a criação da GCE, que aprovou uma série de medidas de emergência prevendo metas de redução do consumo de energia elétrica para consumidores residenciais, comerciais e industriais situados nas regiões afetadas pelo Programa do Racionamento, por meio da introdução de regimes tarifários especiais que incentivavam a redução do consumo de energia elétrica. As metas de redução de consumo para as classes residenciais e industriais chegavam a 20%.

Em março de 2002, a GCE suspendeu as medidas emergenciais e o Programa de Racionamento, em razão do aumento da oferta (graças à elevação significativa dos níveis dos reservatórios) e da redução moderada da demanda. A economia de energia durante o período em que o racionamento esteve em vigor foi de 26 mil MWh, incluindo a redução no consumo registrada na Região Norte, que saiu do racionamento no dia 1º de janeiro. O total de energia economizada correspondeu ao consumo, durante um ano, de 7,2 milhões de residências que gastam em média 300 KWh por mês.

Em 12 de dezembro de 2001, foi instituído o Acordo Geral do Setor Elétrico o qual visava solucionar questões referentes ao plano de racionamento de energia, prevendo a compensação das perdas relacionadas ao racionamento de companhias de geração e distribuição de energia elétrica restaurando o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, os quais sofreram um desequilíbrio durante o período de racionamento.

A Lei n.º 10.438, de 26 de abril de 2002 trouxe para o setor elétrico brasileiro algumas novidades, tais como: (a) o estabelecimento de diretrizes para o enquadramento de consumidores na subclasse Residencial Baixa Renda; (b) a criação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA; (c) a previsão da RTE, com vistas a ressarcir as distribuidoras das perdas financeiras provenientes do racionamento; (d) a criação da CDE, e (e) as metas para universalização dos serviços públicos de energia elétrica a serem cumpridas pelas concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.

Em 21 de outubro de 2003, foi aprovada a criação do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica, mediante a concessão de financiamento do BNDES às distribuidoras, destinado a suprir a insuficiência de recursos decorrente do adiamento da aplicação do mecanismo de compensação de valores relativos à Parcela A das tarifas de energia elétrica (CVA).

Em 15 de março de 2004, o Governo Federal promulgou a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, em um esforço para reestruturar o setor elétrico, tendo por meta proporcionar aos consumidores fornecimento seguro de energia elétrica com modicidade tarifária. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico foi regulamentada por decretos editados pelo governo federal em julho e agosto de 2004 e continua sujeita a regulamentação adicional a ser editada no futuro. Para obter informações adicionais sobre a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, ver Seção “Visão Geral do Setor de Energia Elétrica - Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico”.

Concessões

As companhias ou consórcios que pretenderem construir ou operar instalações de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica no Brasil devem obter junto ao Poder Concedente, a outorga de concessão, permissão ou autorização, conforme o caso. As concessões conferem direitos para gerar, transmitir ou distribuir energia elétrica na respectiva área de concessão durante um período determinado. Este período, normalmente, é de 35 anos para novas concessões de geração e de 30 anos para novas concessões de transmissão ou distribuição. Uma concessão existente pode ser renovada a critério do Poder Concedente.

A Lei de Concessões estabelece, dentre outras disposições, as condições que a concessionária deverá cumprir na prestação de serviços de energia elétrica, os direitos dos consumidores de energia elétrica, e as obrigações da concessionária e do Poder Concedente. Ademais, a concessionária deverá cumprir com o regulamento vigente do setor elétrico. As principais disposições da Lei são: (i) obrigação de prestar um serviço adequado, de acordo com parâmetros de regularidade, continuidade, eficiência, segurança e acesso ao serviço, (ii) direito de utilizar terrenos públicos ou requerer ao Poder Concedente a desapropriação de terrenos privados, mediante a instituição de servidões administrativas, (iii) responsabilidade objetiva da concessionária por danos, diretos ou indiretos, resultantes da prestação de seus serviços, (iv) obrigação de submeter à aprovação prévia do Poder Concedente quaisquer alterações no controle da concessionária. Caso a concessionária não cumpra tais obrigações básicas, poderá sofrer intervenção do Poder Concedente ou, em caso mais extremo, ter declarada a caducidade da concessão, mediante procedimento administrativo conduzido pela ANEEL, no qual lhe será assegurada a ampla defesa e o contraditório.

O Produtor Independente e o Autoprodutor

A Lei do Setor Elétrico definiu as figuras do produtor independente (PIE) e do autoprodutor. O PIE é a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que recebe concessão ou autorização para produzir energia elétrica destinada ao comércio, de toda ou parte da energia produzida, por sua conta e risco. O autoprodutor, por outro lado, é a pessoa física ou jurídica ou consórcio de empresas que recebe a concessão ou autorização para produzir energia elétrica destinada ao seu uso exclusivo.

Conforme o Decreto nº 2.003 de 10 de setembro de 1996, que regulamenta a produção de energia elétrica pelo PIE e pelo Autoprodutor, a exploração de potenciais hidráulicos por esses agentes requer concessão, outorgada mediante licitação, apenas quando a energia a ser gerada pelo projeto exceder 1 MW no caso do PIE, e 10 MW no caso de Autoprodutor. Nos outros casos, incluindo a produção de energia termelétrica, o PIE e o Autoprodutor deverão, apenas, obter autorização do Governo Federal, via ANEEL.

Para garantir a utilização e a comercialização da energia produzida, o PIE e o Autoprodutor terão assegurado livre acesso aos sistemas de transmissão e de distribuição de concessionárias e permissionários de serviço público de energia elétrica, mediante o ressarcimento do custo do transporte envolvido, sendo assegurado tratamento isonômico para o PIE e o Autoprodutor perante as concessionárias e os permissionários do serviço público de energia elétrica.

O PIE e o Autoprodutor deverão sujeitar-se aos seguintes encargos, a partir da entrada em operação da central geradora:

- compensação financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, pelo aproveitamento dos recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica, de 6,75% sobre o produto da energia produzida pelo valor-referência estabelecido pela ANEEL;
- taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica, a ser recolhida nos prazos e valores estabelecidos no edital de licitação e nos respectivos contratos;
- quotas mensais da Conta CCC sub-conta Sul/Sudeste/Centro-Oeste ou sub-conta Norte/Nordeste, incidente sobre a parcela de energia consumida pelo PIE, desde que opere na modalidade integrada do sistema em que estiver conectado ou incidente sobre as parcelas de energia consumida ou comercializada com consumidor final; e
- quotas mensais da Conta CCC, sub-conta Sistemas Isolados, incidentes sobre as parcelas de energia comercializada por consumidor final, por PIE.

A nova legislação federal, que trata especificamente do setor elétrico, abriu o setor permitindo o PIE gerar e vender eletricidade por conta própria a certas classes de consumidores, possibilitando a certos consumidores adquirir eletricidade de qualquer fornecedor de energia.

O PIE pode gerar e vender energia a:

- concessionárias e permissionárias;
- consumidor existente com demanda de, no mínimo, 3 MW fornecida a um nível de voltagem igual ou superior a 69kV;
- novo consumidor com demanda de, no mínimo, 3 MW fornecida em qualquer voltagem;
- grupos de consumidores, nas mesmas condições estabelecidas no contrato celebrado com a concessionária de distribuição local;
- consumidores que não recebam fornecimento, dentro de certo período, de concessionária de distribuição local; e
- consumidores industriais ou comerciais aos quais o PIE também forneça o vapor decorrente do processo de co-geração.

De acordo com a legislação do setor elétrico, o PIE está sujeito a normas operacionais e comerciais específicas e, em muitos casos, à fixação de preços estabelecida de acordo com as normas emitidas pelas autoridades governamentais competentes. A legislação do setor elétrico prevê a formação de consórcios com vistas à geração de energia a concessionárias públicas para uso exclusivo de membros do consórcio, para produção de energia independente ou para qualquer um ou mais desses casos, em cada hipótese, sendo regido pelas normas aplicáveis.

Implicações ambientais

A Cedente está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Cedente por eventual inobservância da legislação.

As violações à legislação ambiental podem ainda caracterizar crime ambiental, atingindo tanto os administradores, que podem até ser presos, como a própria pessoa jurídica da Cedente. Podem, ainda, acarretar penalidades administrativas, como multas de até R\$ 50 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência) e suspensão temporária ou definitiva de atividades. Tais sanções serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros afetados.

Na esfera civil os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos os direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Como consequência, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas operações da Cedente, como a disposição final de resíduos, não exime a responsabilidade da contratante por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

A legislação ambiental brasileira determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Este procedimento é necessário tanto para a instalação inicial e operação do empreendimento quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente. O licenciamento ambiental de atividades cujos impactos ambientais são considerados significativos está sujeito ao Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), assim como à implementação de medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos ambientais causados pelo empreendimento. No caso das medidas compensatórias, a legislação ambiental impõe ao empreendedor a obrigação de destinar recursos à implantação e manutenção de unidades de conservação, no montante de, pelo menos, 0,5% do custo total previsto para a implantação do empreendimento.

O processo de licenciamento ambiental compreende, basicamente, a emissão de três licenças, todas com prazos determinados de validade: licença prévia, licença de instalação e licença de operação. Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. A ausência de licença ambiental, independentemente de a atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental, além de sujeitar o infrator a penalidades administrativas, tais como multas que, no âmbito federal, podem chegar a R\$ 10 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência) e interdição de atividades.

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a eventual impossibilidade da Cedente de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos seus empreendimentos.

Penalidades

A regulamentação da ANEEL rege a imposição de sanções aos agentes do setor elétrico, define as condutas que configuram violação da lei e classifica as respectivas penalidades com base na natureza e gravidade da violação (inclusive advertências, multas, suspensão temporária do direito de participar de processos licitatórios para novas concessões, permissões ou autorizações e caducidade). Para cada violação, as multas podem ser de até dois por cento da receita das concessionárias verificada no período de 12 meses que anteceder qualquer auto de infração.

Principais entidades regulatórias

Ministério de Minas e Energia

O MME é o principal órgão regulador do setor energético do Governo Federal, atuando como Poder Concedente em nome do Governo Federal, e tendo como sua principal atribuição o estabelecimento das políticas, diretrizes e da regulamentação do setor. Subseqüentemente à aprovação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o Governo Federal, atuando principalmente por intermédio do MME, assumiu certas atribuições anteriormente de responsabilidade da ANEEL, incluindo a elaboração de diretrizes que regem a outorga de concessões e a expedição de normas que regem o processo licitatório para concessões de serviços públicos e instalações de energia elétrica.

ANEEL

O setor elétrico brasileiro é regulado pela ANEEL, autarquia federal. Subseqüentemente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a principal responsabilidade da ANEEL é regular e fiscalizar o setor elétrico segundo a política determinada pelo MME e responder a questões a ela delegadas pelo MME. As atuais responsabilidades da ANEEL incluem, entre outras: (i) fiscalização de concessões para atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive aprovação de tarifas de energia elétrica; (ii) promulgação de regulamentos para o setor elétrico; (iii) implementação e regulamentação da exploração das fontes de energia, incluindo a utilização de energia hidrelétrica; (iv) promoção do processo licitatório para novas concessões; (v) solução de litígios administrativos entre entidades geradoras e compradores de energia elétrica; e (vi) definição dos critérios e metodologia para determinação das tarifas de transmissão.

Conselho Nacional de Política Energética

Em agosto de 1997, foi criado o CNPE para prestar assessoria ao Presidente da República no tocante ao desenvolvimento e criação da política nacional de energia. O CNPE é presidido pelo Ministro de Minas e Energia, sendo a maioria de seus membros ministros do Governo Federal. O CNPE foi criado com a finalidade de otimizar a utilização dos recursos energéticos do Brasil e assegurar o fornecimento de energia elétrica ao País.

ONS

O ONS foi criado em 1998. O ONS é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, formada pelos Consumidores Livres e empresas que se dedicam à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, além de outros agentes privados, tais como importadores e exportadores. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico conferiu ao Governo Federal poderes para indicar três membros da Diretoria do ONS. O principal papel do ONS é coordenar e controlar as operações de geração e transmissão no SIN, de acordo com a regulamentação e supervisão da ANEEL. Os objetivos e as principais responsabilidades do ONS incluem: planejamento da operação da geração e transmissão; a organização e controle da utilização do SIN e interconexões internacionais;

a garantia de acesso à rede de transmissão de maneira não discriminatória a todos os agentes do setor; o fornecimento de subsídios para o planejamento da expansão do sistema elétrico; apresentação ao MME de propostas de ampliações da Rede Básica (propostas estas que serão levadas em consideração no planejamento da expansão do sistema de transmissão); proposição de normas para operação do sistema de transmissão para aprovação pela ANEEL; e a elaboração de um programa de despacho otimizado com base na disponibilidade declarada pelos agentes geradores.

Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE e sua sucessora a CCEE

A partir de 2002, o MAE ficou sujeito à autorização, fiscalização e regulamentação da ANEEL. Os agentes do MAE incluíam todas as grandes geradoras, comercializadores (inclusive distribuidoras) e importadores e exportadores de energia elétrica. Geradoras de menor porte também eram elegíveis para participar do MAE. O MAE calculava e publicava o preço à vista (PMAE) da energia elétrica tomando por base critérios aprovados pela ANEEL e com dados gerados pelo ONS. O preço à vista da energia elétrica era determinado levando em consideração, entre outros fatores: (i) a utilização ótima dos recursos energéticos; (ii) o equilíbrio entre sua oferta e demanda; (iii) a carga dos agentes conectados ao SIN; e (iv) a projeção de carga de energia elétrica.

O MAE foi extinto e suas atividades, ativos e passivos foram absorvidos pela CCEE em 12 de novembro de 2004, criada por força da Lei do Novo Setor Elétrico. A CCEE foi constituída sob a forma de pessoa jurídica de direito privado sob a regulamentação e fiscalização da ANEEL com a finalidade de viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre seus agentes no SIN. São agentes com participação obrigatória na CCEE: (a) os concessionários, permissionários ou autorizados de geração que possuam central geradora com capacidade instalada igual ou superior a 50MW, (b) os autorizados para importação ou exportação de energia elétrica com intercâmbio igual ou superior a 50MW, (c) os concessionários, permissionários ou autorizados de serviços e instalações de distribuição de energia elétrica cujo volume comercializado seja igual ou superior a 500 GWh/ano, referido ao ano anterior, (d) os concessionários, permissionários ou autorizados de serviços e instalações de distribuição de energia elétrica cujo volume comercializado seja inferior a 500GWh/ano, referido ao ano anterior, quando não adquirirem a totalidade da energia de supridor com tarifa regulada, (e) os autorizados de comercialização de energia elétrica, cujo volume comercializado seja igual ou superior a 500 GWh/ano, referido ao ano anterior e (f) os Consumidores Livres e os consumidores que adquirirem energia através de fonte solar, eólica, biomassa e PCHs.

A CCEE é responsável, dentre outras atribuições, (a) pelo registro de todos os contratos de comercialização de energia no ACR e os contratos resultantes dos leilões de ajustes, bem como dos montantes de potência e energia dos contratos celebrados no ACL, e (b) pela contabilização e liquidação da diferença entre os montantes efetivamente gerados ou consumidos e aqueles registrados por meio de contratos bilaterais e dos montantes de energia elétrica comercializados no mercado de curto prazo.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o preço da energia elétrica comprada ou vendida no mercado spot (Preço de Liquidação de Diferenças – PLD) será calculado pela CCEE e levará em conta, dentre outros fatores, (a) a otimização do uso dos recursos eletroenergéticos para atendimento das cargas do sistema, (b) as necessidades de energia elétrica dos agentes e (c) o custo do déficit de energia elétrica.

Empresa de Pesquisa Energética – EPE

Em 16 de agosto de 2004, o Governo Federal promulgou decreto que cria a Empresa de Pesquisa Energética – EPE e aprovou o seu estatuto social. A EPE é uma empresa pública federal, responsável pela condução de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, incluindo as indústrias de energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis, bem como na área de eficiência energética. Os estudos e pesquisas desenvolvidos pela EPE subsidiarão a formulação, o planejamento e a implementação de ações do MME no âmbito da política energética nacional.

Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE

Em 9 de agosto de 2004, o Governo Federal promulgou o decreto que cria o CMSE, que é presidido e coordenado pelo MME e composto por representantes da ANEEL, da Agência Nacional do Petróleo, da CCEE, da EPE e do ONS. As principais atribuições do CMSE serão (i) acompanhar as atividades do setor energético, (ii) avaliar as condições de abastecimento e atendimento ao mercado de energia elétrica e (iii) elaborar propostas de ações preventivas ou saneadoras visando à manutenção e/ou restauração da segurança no abastecimento e no atendimento eletroenergético, encaminhando-as ao CNPE.

Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico promoveu significativas alterações nas normas do setor elétrico com vistas a (i) proporcionar incentivos a empresas privadas e públicas para construção e manutenção da capacidade geradora; e (ii) assegurar o fornecimento de energia elétrica no Brasil, por meio de processos licitatórios. As principais modificações introduzidas pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico incluem:

- criação de dois ambientes paralelos para comercialização de energia elétrica, sendo (i) um mercado de venda de energia elétrica para distribuidoras, de forma a garantir o fornecimento de energia elétrica para consumidores cativos, o ACR; e (ii) um mercado especificamente destinado aos demais agentes do setor elétrico (por exemplo, PIES, Consumidores Livres e agentes comercializadores), que permitirá um certo grau de competição em relação ao ACR, denominado ACL;
- restrição de atividades para distribuidoras, de modo a assegurar que as distribuidoras se concentrem exclusivamente na prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, de forma a garantir um serviço mais eficiente e confiável aos consumidores cativos;

- eliminação do direito à chamada auto-contratação (“*self-dealing*”), de forma a incentivar as distribuidoras a comprar energia elétrica pelos menores preços disponíveis no mercado, ao invés de adquirir energia elétrica de partes relacionadas; e
- respeito aos contratos firmados anteriormente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, de forma a garantir a segurança jurídica às operações realizadas antes da sua promulgação.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico também excluiu a Eletrobrás e suas subsidiárias do Programa Nacional de Desestatização – PND, programa originalmente criado para promover o processo de privatização das companhias estatais.

Questionamentos sobre a constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico tem atualmente sua constitucionalidade contestada perante o Supremo Tribunal Federal. O Governo Federal recorreu argüindo que as ações diretas de inconstitucionalidade haviam perdido o objeto uma vez que a medida provisória que estabelecia o novo modelo do setor elétrico já havia se convertido em lei. A decisão final sobre o mérito da questão depende dos votos da maioria dos membros do Supremo Tribunal Federal, em sessão cujo quorum mínimo seja de oito Ministros.

Em 11 de outubro de 2006, o Supremo Tribunal Federal indeferiu medida cautelar, mantendo em vigor a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. Entretanto, não existe ainda uma decisão sobre o mérito das ações.

Se a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico for considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, o marco regulatório introduzido pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico poderá perder a sua eficácia, gerando incertezas a respeito de quando e como o Governo Federal introduzirá novas mudanças no setor elétrico.

Ambientes paralelos para comercialização de energia elétrica

Nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as operações de compra e venda de energia elétrica serão realizadas em dois diferentes segmentos de mercado: (i) o ACR, que contempla a compra pelas distribuidoras, por meio de leilões públicos, de toda a energia elétrica que for necessária para o atendimento de seus consumidores cativos; e (ii) o ACL, que compreende a compra de energia elétrica por agentes não-regulados, tais como Consumidores Livres e comercializadores de energia elétrica.

A energia elétrica proveniente (i) de projetos de baixa capacidade de geração, localizados próximo a centrais de consumo (tais como usinas de co-geração e as PCHs); (ii) de usinas qualificadas nos termos do PROINFA; e (iii) de Itaipu, não estará sujeita ao processo licitatório para fornecimento de energia elétrica ao ACR. A energia elétrica gerada por Itaipu, situada na fronteira entre Brasil e Paraguai, é comercializada pela Eletrobrás e a

quantidade a ser adquirida por cada distribuidora é determinada pelo Governo Federal por meio da ANEEL. O preço pelo qual a energia elétrica gerada em Itaipu é comercializada é fixado em dólar norte-americano e estabelecido de acordo com tratado celebrado entre o Brasil e o Paraguai. Em consequência, o preço da energia elétrica de Itaipu aumenta ou diminui de acordo com a variação da taxa de câmbio entre o real e o dólar. Alterações nos preços da energia gerada por Itaipu estão, todavia, sujeitas ao mecanismo de recuperação de custos, apurados nas tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Ambiente de Contratação Regulada – ACR

No ACR, as distribuidoras compram suas necessidades projetadas de energia elétrica para distribuição a seus consumidores cativos. As distribuidoras devem contratar a compra de energia elétrica de geradoras por meio de leilões, coordenados pela ANEEL e organizados pela CCEE. As compras de energia elétrica podem ser realizadas por meio de dois tipos de contratos bilaterais: (i) Contratos de Quantidade de Energia; e (ii) Contratos de Disponibilidade de Energia.

Nos termos dos Contratos de Quantidade de Energia, a unidade geradora compromete-se a fornecer certa quantidade de energia elétrica e assume o risco de o fornecimento de energia elétrica ser, porventura, prejudicado por condições hidrológicas e pelo baixo nível dos reservatórios, entre outras condições, que poderiam interromper ou reduzir o fornecimento de energia elétrica, caso em que a unidade geradora ficará obrigada a comprar a energia elétrica de outra fonte para atender seus compromissos de fornecimento. Nos termos dos Contratos de Disponibilidade de Energia, a unidade geradora compromete-se a disponibilizar certa capacidade ao ACR. Neste caso, a receita da unidade geradora está garantida e as distribuidoras em conjunto enfrentam o risco hidrológico. No entanto, o eventual aumento dos preços de energia elétrica devido a condições hidrológicas será repassado aos consumidores pelas distribuidoras. Em conjunto, esses contratos constituem os – CCEAR.

Ambiente de Contratação Livre – ACL

O ACL engloba as vendas de energia elétrica livremente negociadas entre concessionárias geradoras, PIEs, Autoprodutores, comercializadores de energia elétrica, importadores de energia elétrica e Consumidores Livres. O ACL também inclui contratos bilaterais existentes entre geradoras e distribuidoras até a respectiva expiração. Quando de sua expiração, tais contratos deverão ser celebrados nos termos das diretrizes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

O consumidor que puder escolher seu fornecedor, cujo contrato com a distribuidora tenha prazo indeterminado, somente poderá rescindir seu contrato com a distribuidora local por meio de notificação a tal distribuidora com antecedência mínima de quinze dias da data limite para a declaração feita pela distribuidora ao MME de suas necessidades de energia para o leilão de compra referente ao ano subsequente.

Caso o consumidor opte pelo ACL, somente poderá voltar ao sistema regulado uma vez que tenha entregado à distribuidora de sua região aviso com cinco anos de antecedência, ficando estipulado que a distribuidora poderá reduzir esse prazo a seu critério. O prazo de aviso tem por finalidade assegurar que, se necessária, a construção de novas unidades geradoras possa ser finalizada para suprir os Consumidores Livres que voltarem ao ACR. As geradoras estatais, tais como as geradoras privadas, poderão vender energia elétrica aos Consumidores Livres, contudo estas unidades deverão fazê-lo por meio de processos públicos que garantam a transparência e igualdade de acesso aos interessados.

Eliminação da Auto-contratação (Self-dealing)

Tendo em vista que a compra de energia elétrica para clientes cativos será feita no Ambiente Regulado, a chamada auto-contratação (self-dealing), na qual as distribuidoras podiam satisfazer até 30% de suas necessidades de energia por meio da compra de energia de partes relacionadas, não mais será permitida, exceto no contexto de contratos que foram devidamente aprovados pela ANEEL anteriormente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

Regulamentação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

Em 30 de julho de 2004, o Governo Federal promulgou o Decreto n.º 5.163, que: (i) regulamenta a comercialização de energia elétrica nos Ambientes de Contratação Regulada e Livre; e (ii) dispõe sobre o processo de outorga de concessões e autorizações para geração de energia elétrica. Suas principais disposições versam sobre:

- regras gerais de comercialização de energia elétrica;
- comercialização de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada (incluindo as regras sobre informações e declarações de necessidades de energia elétrica, leilões para compra de energia elétrica, contratos de compra e venda de energia elétrica e repasse às tarifas dos consumidores);
- comercialização de energia elétrica no ACL;
- contabilização e liquidação de diferenças no mercado de curto prazo; e
- outorgas de concessão.

Dentre as principais regras destaca-se a obrigatoriedade de (i) todo agente consumidor de energia elétrica contratar a totalidade de sua carga; e (ii) todo agente vendedor de energia elétrica apresentar o correspondente lastro físico para a venda de energia (mediante garantia física de energia proporcionada por empreendimento de geração próprio ou de terceiros). Os agentes que descumprirem esta obrigação ficarão sujeitos às penalidades impostas pela ANEEL.

Segundo as regras de comercialização de energia elétrica no ACR, a forma pela qual as distribuidoras devem cumprir a obrigação de atender à totalidade de seu mercado será, essencialmente, por meio dos leilões de compra de energia. Adicionalmente, as distribuidoras poderão adquirir a energia elétrica para atendimento de seu mercado por meio de aquisição de energia proveniente (i) de geração distribuída, (ii) de usinas participantes da primeira etapa do PROINFA, (iii) de contratos de compra e venda de energia firmados anteriormente à Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, e (iv) de Itaipu. Caberá ao MME a definição do montante total de energia a ser contratado no ACR e a relação de empreendimentos de geração aptos a integrar os leilões a cada ano.

Em linhas gerais, a partir de 2005, todo agente de distribuição, gerador, comercializador, Autoprodutor ou Consumidor Livre deverá declarar, até 1º de agosto de cada ano, sua previsão de mercado ou carga, para cada um dos cinco anos subseqüentes. Cada agente de distribuição deverá declarar, até sessenta dias antes de cada leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes ou de energia proveniente de novos empreendimentos, os montantes de energia que deverá contratar nos leilões. Além disso, as distribuidoras devem especificar a parcela de contratação que pretendem dedicar ao atendimento a Consumidores Potencialmente Livres.

Os leilões de compra, pelas distribuidoras, de energia proveniente de novos empreendimentos de geração serão realizados: (i) cinco anos antes do início da entrega da energia (denominados leilões “A-5”); e (ii) três anos antes do início da entrega (denominados leilões “A-3”). Haverá, ainda, leilões de compra de energia provenientes de empreendimentos de geração existentes (i) realizados no ano anterior ao de início da entrega da energia (denominados leilões “A-1”); e (ii) para ajustes de mercado, com início de entrega em até 4 meses posteriores ao respectivo leilão.

Os editais dos leilões serão elaborados pela ANEEL, com observância das diretrizes estabelecidas pelo MME, notadamente a utilização do critério de menor tarifa no julgamento. Os vencedores de cada leilão de energia realizado no ACR deverão firmar os CCEAR com cada distribuidora, em proporção às respectivas declarações de necessidade das distribuidoras. A única exceção a esta regra se refere ao leilão de ajuste, onde os contratos são específicos entre agente vendedor e agente de distribuição.

Os CCEAR provenientes dos leilões “A-5” ou “A-3” terão prazo de 15 a 35 anos, enquanto que os CCEAR provenientes dos leilões “A-1” terão prazo de 5 a 15 anos. Os contratos provenientes do leilão de ajuste terão prazo máximo de dois anos.

Para os CCEAR decorrentes de leilões de energia proveniente de empreendimentos existentes, o Decreto estabelece três possibilidades de redução das quantidades contratadas, quais sejam (i) compensação pela saída de Consumidores Potencialmente Livres, (ii) redução, a critério da distribuidora, de até 4% ao ano do montante contratado para adaptar-se aos desvios do mercado face às projeções de demanda, a partir do segundo ano subseqüente ao da declaração que deu origem à respectiva compra e (iii) acréscimos na aquisição de energia elétrica decorrentes de contratos de compra e venda de energia elétrica celebrados até 16 de março de 2004.

Convenção de Comercialização de Energia Elétrica

Em 26 de outubro de 2004, por meio da Resolução Normativa n.º 109, a ANEEL instituiu a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, que estabelece a estrutura e a forma de funcionamento da CCEE e as condições de comercialização de energia elétrica.

A Convenção de Comercialização de Energia Elétrica define, dentre outros, as obrigações e direitos dos agentes da CCEE, as penalidades e sanções a serem impostas aos agentes, forma de solução de conflitos, condições relativas à comercialização de energia elétrica no ACR e no ACL e o processo de contabilização e liquidação financeira das operações realizadas no mercado de curto prazo.

O Leilão de 2004 e os Leilões de Energia Nova

Em 7 de dezembro de 2004, a CCEE conduziu o primeiro leilão com base nos procedimentos previstos pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. As distribuidoras e geradoras de energia elétrica entregaram, até o dia 2 de dezembro de 2004, suas estimativas de projeção de demanda de energia elétrica para os cinco anos subsequentes e os montantes a serem adquiridos para atendimento de suas demandas em relação a contratos com início de suprimento nos anos de 2005, 2006 e 2007. Baseado nessas informações, o MME estabeleceu o montante total de energia a ser negociado no leilão de 2004 e a lista de empresas geradoras participantes do leilão. O leilão ocorreu em duas fases, por meio de um sistema eletrônico.

Após a conclusão do leilão de 2004, as geradoras e as distribuidoras celebraram os CCEAR estabelecendo os termos, condições, preços e montantes de energia contratada. As distribuidoras apresentaram garantias de pagamento às geradoras, podendo optar entre fiança bancária, dação de recebíveis em um montante equivalente a 100% da média do valor das últimas três faturas relativas ao CCEAR e cessão de CDB – Certificado de Depósito Bancário.

Complementando o leilão inicial de energia realizado em dezembro de 2004, visando a contratação de energia para os anos de 2008 e 2009, bem como para a cobertura da demanda não contratada no 1º leilão, foram realizados 3 leilões em 2005.

Assim, ao longo do ano de 2005, buscou-se uma consolidação do Novo Modelo do Setor Elétrico em relação à garantia de suprimento e modicidade tarifária, por meio da realização de leilões de energia existente e de energia nova no ACR, e na regulação específica de artigos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004.

O primeiro leilão, ocorrido em abril de 2005, manteve um preço de reserva para cada produto, independentemente da oferta e demanda, ocasionando um novo corte na demanda no produto 2008-2015, implicando em contratação de apenas 42% da demanda necessária e a exclusão do produto 2009-2016 por meio da não contratação dos 2.530 MW-médios declarados pelas distribuidoras.

Nos leilões realizados em outubro de 2005, necessários para atender a energia não contratada nos leilões anteriores, incluindo o produto 2009-2016, alguns aperfeiçoamentos de procedimento foram implementados, dentre os quais o principal foi a eliminação do preço reserva.

Mesmo com as inovações na sistemática, se manteve o controle absoluto do único leiloeiro pelo governo federal. Desta forma, a demanda não contratada nos referidos leilões anteriores foi consolidada num produto de 3 anos, com vigência de 2006 a 2008, sendo negociados 102 MW-médios a um preço médio de R\$ 62,95 por MWh. Considerando que a modelagem para contratação de energia nova e energia existente não possibilitou o reingresso da energia não contratada, há um montante de energia existente da ordem de 800 MW-médios sem contratação.

Em dezembro de 2005 foi realizado o primeiro leilão de energia nova, o qual foi dividido em 3 fases. A segmentação do mercado em hidrelétrico e termoeletrico possibilitou a expansão e contratação de montantes de energia térmica a preços superiores ao da energia hidráulica, deslocada por falta de espaço no mercado. A 1ª fase do leilão, em função de tais fatos, acabou por definir o preço marginal de expansão único em R\$ 116,00 por MWh, objetivando estabelecer o vínculo entre o proponente que ofertasse o maior desconto em relação ao preço marginal e o empreendimento, recebendo uma concessão condicionada ao desempenho das outras duas fases do leilão.

A partir da 2ª fase do leilão, além dos novos empreendimentos hidrelétricos, foram também incorporados os demais empreendimentos, incluindo termoeletricas, PCHs e usinas botox, conforme as definições contidas nos artigos 17 e 22 da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e Decreto 5.163 de 30 de julho de 2004. Durante a 2ª e a 3ª fases do leilão foram estabelecidas rodadas visando estabelecer disputa entre os ofertantes de energia. Tais rodadas tiveram como objetivo atender a demanda de energia nova das distribuidoras a partir dos anos de 2008, 2009 e 2010, por 15 e 30 anos, segundo a fonte térmica e hidráulica, respectivamente. Foram negociados 3.286 MW-médios, sendo 69% térmicos e 31% hídricos, a um preço médio de R\$ 123,30/MW, e foi observado um preço marginal do leilão de R\$ 139,00/MW. O preço médio hidrelétrico foi R\$ 114,30/MWh, ao passo que o preço médio termoeletrico foi de R\$ 127,30/MWh. Aproximadamente 28% da energia elétrica disponível neste leilão não foi contratada. Tal leilão de energia nova não despertou grande interesse no setor privado, sendo 69% das vendas realizadas por empresas estatais.

Em 29 de junho de 2006 foi realizado o segundo leilão de energia nova (A-3), com início de suprimento em 2009, sendo um produto proveniente de fonte Hidro com 30 anos de duração e outro produto de fonte Termo com duração de 15 anos. Foram negociados 1.682 MW-médios, sendo 39% térmicos e 61% hídricos, a um preço médio de R\$ 128,95 R\$/MWh, e foi observado um preço marginal do leilão de R\$ 134,42 R\$/MWh.

Posteriormente, em 10 de outubro de 2006, foi realizado o terceiro leilão de energia nova (A-5), com início de suprimento em 2011, sendo um produto proveniente de fonte Hidro com 30 anos de duração e outro produto de fonte Termo com duração de 15 anos. Foram negociados 1.104 MW-médios, sendo 48% térmicos e 52% hídricos, a um preço médio de R\$ 128,90 R\$/MWh, e foi observado um preço marginal do leilão de R\$ 138,00 R\$/MWh.

Constituição de Garantias Financeiras

A Lei n.º 10.604, de 17 de dezembro de 2002, estabeleceu que as concessionárias e permissionárias de serviço público de energia elétrica somente poderão oferecer os direitos emergentes e qualquer outro ativo vinculado à prestação de serviço público, em garantia de empréstimo, financiamento ou qualquer outra operação vinculada ao objeto da respectiva concessão e, excepcionalmente, poderão oferecer garantias a financiamentos de empreendimentos de geração de energia elétrica de que participem direta ou indiretamente, outorgados antes da vigência da Lei.

A Resolução ANEEL n.º 521/2002 determinou que as concessionárias de serviço público de energia elétrica interessadas em constituir garantias em favor de empreendimentos de geração de energia elétrica, com outorga já concedida, encaminhem solicitação de autorização à ANEEL, indicando o valor, o prazo e demais condições da operação. Referidas garantias somente poderão ser constituídas para lastrear financiamento dos bens e serviços destinados à implantação dos empreendimentos de geração de energia elétrica de que se trata e desde que esses pertençam ao mesmo grupo controlador da concessionária de serviço público de energia elétrica garantidora.

Essa modalidade de garantia será autorizada para o período correspondente à construção da obra, extinguindo-se 180 dias após sua entrada em operação comercial, esta, caracterizada pela operação da última unidade geradora, respeitada a data prevista no cronograma de implantação da usina aprovado pela ANEEL. A Resolução também estabelece a metodologia para cálculo dos limites a serem respeitados pelas concessionárias: (a) em função do endividamento em relação ao passivo total; ou (b) em função da geração interna de recursos apurados anualmente, no período abrangido pela garantia pretendida.

Deverá constar da contratação pleiteada a expressa renúncia dos agentes financiadores a qualquer ação ou direito contra a ANEEL e o Poder Concedente, em decorrência de desatendimento pelas concessionárias dos compromissos assumidos, ressalvando-se ainda, no instrumento de contratação que, o uso do produto da eventual indenização dos bens reversíveis para pagamento aos financiadores estará limitado ao valor dos débitos não liquidados.

Os agentes integrantes da CCEE deverão apresentar garantias financeiras com o objetivo de dar segurança ao mercado de energia elétrica, minimizando o risco de inadimplência no processo de liquidação financeira da energia vendida na CCEE.

A Resolução Normativa ANEEL n.º 150/05 alterou a forma de cálculo das garantias financeiras previstas na comercialização de energia elétrica. Os critérios instituídos por tal resolução, no que concerne à comercialização, levam em conta a apuração dos três últimos saldos devedores por empresa, nos 24 meses precedentes à contabilização das transações de compra e venda de energia na CCEE. Períodos atípicos como os de racionamento e os de redução, em níveis críticos, da capacidade de armazenamento dos reservatórios de usinas hidrelétricas não serão considerados no histórico desses 24 meses de contabilização. A ANEEL já sinalizou que está analisando uma proposta de regra de mercado com a caracterização definitiva dos períodos atípicos. Em abril de 2006, por meio da Resolução Normativa nº 216/06, a ANEEL alterou a forma de cálculo de tais garantias, as quais (i) foram majoradas por um fator de ajuste igual a 1,5; (ii) passaram a ter valor mínimo de R\$ 20 mil; e (iii) passaram a poder ser representadas por moeda corrente nacional, títulos públicos federais, carta de fiança, quotas de fundos de investimento extramercado, e outros ativos financeiros, aceitos pelo agente de custódia, conforme condições acordadas diretamente com o agente da CCEE.

Tarifas e encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão

A ANEEL fiscaliza e regulamenta o acesso aos sistemas de distribuição e transmissão e estabelece as tarifas e encargos pelo uso e acesso a tais sistemas. As tarifas são (i) a TUSD, tarifa cobrada pelo uso da rede de distribuição exclusiva de cada distribuidora; e (ii) a TUST, a tarifa cobrada pelo uso da Rede Básica e demais instalações de transmissão. Além disso, as distribuidoras do sistema interligado Sul/Sudeste pagam encargo pelo transporte da energia de Itaipu e algumas distribuidoras que acessam o sistema de transmissão de uso compartilhado pagam encargo de conexão. A seguir apresentamos um detalhamento desses custos e receitas.

TUSD

A TUSD é paga por geradoras e Consumidores Livres pelo uso do sistema de distribuição da concessionária na qual estejam conectados e é reajustada anualmente, levando-se em conta, principalmente, dois fatores: a inflação verificada no ano e os investimentos em expansão, manutenção e operação da rede verificadas no ano anterior. O encargo mensal a ser pago pelo respectivo agente conectado ao sistema de distribuição, por ponto de conexão, é calculado pela multiplicação do montante de uso, em KW, pela tarifa estabelecida pela ANEEL, em R\$/kW.

TUST

A TUST é paga por distribuidoras, geradoras e Consumidores Livres pela utilização da Rede Básica e é reajustada anualmente de acordo com (i) a inflação; e (ii) as receitas anuais permitidas para as empresas concessionárias de transmissão determinadas pela ANEEL. Segundo os critérios estabelecidos pela ANEEL, os proprietários das diferentes partes da rede de transmissão transferiram a coordenação de suas instalações ao ONS em troca do recebimento de pagamentos regulados dos usuários de sistemas da transmissão. Os usuários da rede de transmissão, incluindo as geradoras, assinaram contratos com o ONS que lhes conferem o direito de utilizar a rede de transmissão em troca do pagamento de tarifas publicadas. Outras partes da rede detidas por empresas de transmissão, mas que não fazem parte integrante da Rede Básica são disponibilizadas diretamente aos usuários interessados que pagam uma taxa específica.

Incentivos para fontes alternativas de energia

Em 2000, um decreto federal criou o Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT), com a finalidade de diversificar a matriz energética brasileira e diminuir sua forte dependência das Usinas Hidrelétricas. Os benefícios conferidos às Usinas Termelétricas nos termos do PPT incluem (i) fornecimento garantido de gás durante 20 anos; (ii) garantia do repasse de seu custo de aquisição pelas distribuidoras, até o limite do valor normativo de acordo com a regulamentação da ANEEL; e (iii) acesso garantido a programa de financiamento especial do BNDES para o setor elétrico.

Em 2002, o Governo Federal criou o PROINFA com o objetivo de criar incentivos para o desenvolvimento de fontes alternativas de energia, tais como projetos de energia eólica, PCHs e projetos de biomassa. Nos termos do PROINFA, a Eletrobrás comprará a energia gerada por essas fontes alternativas durante o período de 20 anos. Em sua fase inicial, o PROINFA está limitado a uma capacidade contratada total de 3.300 MW e os projetos que busquem se qualificar para os benefícios oferecidos pelo PROINFA deverão estar em operação em 31 de dezembro de 2006.

Encargos setoriais

Em certas circunstâncias, empresas de energia elétrica são indenizadas em caso de revogação ou encampação da concessão. Em 1971, o Congresso brasileiro criou a RGR destinada a prover fundos para tal indenização. Em fevereiro de 1999, a ANEEL revisou a metodologia de cálculo da taxa que todas as distribuidoras e certas geradoras que operem em regimes de serviço público são obrigadas a efetuar a título de contribuição mensal ao Fundo RGR, a uma alíquota anual igual a 2,5% dos ativos fixos da empresa em operações, sem exceder, contudo, 3% das receitas operacionais totais em qualquer exercício. Nos últimos anos, nenhuma concessão foi revogada ou deixou de ser renovada, tendo a RGR sido utilizado principalmente para financiar projetos de geração e distribuição. A RGR deverá ser extinta até 2010 e a ANEEL deverá revisar as tarifas de energia elétrica de maneira tal que o consumidor receba algum benefício em função da extinção da RGR.

O Governo Federal impôs uma taxa sobre os PIEs que utilizam recursos hídricos, com exceção das PCHs, similar à taxa cobrada de empresas de serviço público com relação à RGR. Os PIEs são obrigados a efetuar pagamentos ao Fundo de Uso de Bem Público (Fundo UBP), de acordo com as regras do correspondente processo licitatório para outorga de concessões. A Eletrobrás recebeu pagamentos referentes ao Fundo UBP até 31 de dezembro de 2002. Todos os pagamentos ao Fundo UBP realizados desde 31 de dezembro de 2002 têm sido efetuados diretamente ao Governo Federal.

As distribuidoras e geradoras que comercializem energia elétrica diretamente com consumidores finais devem contribuir para a Conta CCC. A Conta CCC foi criada em 1973 com a finalidade de gerar reservas financeiras para cobrir os aumentos de custos associados ao aumento do uso de Usinas Termelétricas, na hipótese de estiagem, tendo em vista os custos marginais de operação mais altos das Usinas Termelétricas em comparação com as Usinas Hidrelétricas. Cada empresa de energia elétrica está obrigada a contribuir anualmente para a Conta CCC. As contribuições anuais são calculadas com base em estimativas do custo do combustível que as Usinas Termelétricas precisarão no ano seguinte. A Conta CCC, por sua vez, reembolsa as empresas de energia elétrica por parcela significativa dos custos de combustível de suas Usinas Termelétricas. A Conta CCC é gerida pela Eletrobrás.

Em fevereiro de 1998, o Governo Federal dispôs sobre a extinção da Conta CCC. Os subsídios provenientes da Conta CCC serão extintos no decorrer do período de três anos, a partir de 2003, em relação a Usinas Termelétricas construídas anteriormente a fevereiro de 1998 e atualmente pertencentes ao SIN. As Usinas Termelétricas construídas posteriormente a essa data não terão direitos aos subsídios da Conta CCC. Em abril de 2002, o Governo Federal estabeleceu que os subsídios da Conta CCC continuariam a ser pagos às Usinas Termelétricas localizadas em sistemas isolados durante um período de 20 anos com o fim de promover a geração de energia elétrica nessas regiões.

Com exceção de determinadas PCHs, todas as instalações hidrelétricas do Brasil devem pagar taxas aos estados e municípios brasileiros pela utilização de recursos hidrológicos, destinadas a compensar a perda de terras produtivas, ocasionada por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas (Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos). Esses valores tomam por base a quantidade de energia elétrica gerada por cada usina, sendo pagos aos estados e municípios nos quais a usina ou o reservatório da usina fica situado. Do montante arrecadado mensalmente a título de compensação financeira, 45% se destinam aos Estados, 45% aos Municípios, 3% ao Ministério de Meio Ambiente, 3% ao Ministério de Minas e Energia, e 4% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT.

Em 2002, o Governo Federal instituiu a CDE, que é composta por meio de pagamentos anuais efetuados por concessionárias à título de uso de bem público, multas e sanções impostas pela ANEEL e, desde 2003, por taxas anuais a serem pagas por agentes que comercializem energia elétrica a consumidores finais, por meio de encargo

a ser acrescido às tarifas relativas ao uso dos sistemas de transmissão e distribuição. As quotas relativas à CDE são ajustadas anualmente. A CDE foi criada para dar suporte (i) ao desenvolvimento da produção de energia elétrica por todo o país; (ii) à produção de energia elétrica por meio de fontes alternativas de energia; e (iii) à universalização do serviço público de energia elétrica em todo o Brasil. A CDE terá duração de 25 anos e será regulamentada pelo Poder Executivo e administrada pela Eletrobrás.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabeleceu que o não pagamento da contribuição à RGR, ao PROINFA, à CDE, à Conta CCC, ou a não realização dos pagamentos devidos em função da compra de energia elétrica no ACR ou de Itaipu impedirá que a parte inadimplente receba um reajuste de tarifa (exceto pela revisão extraordinária) ou que receba recursos oriundos da RGR, da CDE ou da Conta CCC.

A Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia (TFSEE) foi instituída pela Lei 9.427/96, e regulamentada pelo Decreto n.º 2.410/97. Trata-se de taxa anual, diferenciada em função da modalidade de serviço e proporcional ao porte da concessão, permissão ou autorização (aqui incluídas a produção independente e a autoprodução de energia).

A TFSEE alcança 0,5% do benefício econômico anual auferido pelo concessionário, permissionário ou autorizado e deve ser recolhida diretamente à ANEEL, em doze quotas mensais.

Universalização

Criada pela Lei n.º 10.438/02, a Universalização refere-se à obrigação do atendimento a todos os pedidos de nova ligação para fornecimento de energia elétrica a unidades consumidoras com carga instalada menor ou igual a 50 kW, em tensão inferior a 2,3 kV, ainda que necessária a extensão de rede de tensão inferior ou igual a 138 kV, sem ônus para o solicitante, dentre outros.

Mecanismo de Realocação de Energia – MRE

No MAE e atualmente na CCEE, a proteção contra riscos hidrológicos para Usinas Hidrelétricas com despacho centralizado é proporcionada pelo MRE, que procura mitigar os riscos inerentes à geração de energia hidráulica determinando que geradoras hidrelétricas compartilhem os riscos hidrológicos do SIN. De acordo com as normas brasileiras, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende da energia efetivamente gerada, e sim da Energia Assegurada de cada usina, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando no respectivo Contrato de Concessão. As diferenças entre a energia gerada e a Energia Assegurada são cobertas pelo MRE. Assim, o principal propósito do MRE é mitigar os riscos hidrológicos, assegurando que todas as usinas participantes recebam pelo seu nível de Energia Assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada.

O MRE é um instrumento financeiro de mitigação de risco de não atendimento à Energia Assegurada dos agentes geradores, e utiliza a sazonalidade da hidrologia de centrais geradoras localizadas em diferentes bacias hidrográficas. Tal mecanismo se torna eficiente, na medida em que o regime hidrológico das diversas bacias hidrográficas brasileiras são complementares.

Por força do Decreto n.º 2.655, de 1998, as usinas hidráulicas com potência instalada superior a 50 MW obrigatoriamente devem participar do MRE. O objetivo do MRE é fazer com que todos os geradores participantes deste mecanismo comercializem o montante assegurado (garantia física própria), independente de sua produção real de energia, ao longo de todos os meses do ano. Em outras palavras, o MRE realoca energia, transferindo o excedente daqueles que geraram além de sua Energia Assegurada para aqueles que geraram abaixo por imposição do despacho ótimo do sistema (determinado pelo ONS).

Cada realocação de energia é valorada pela Tarifa de Energia de Otimização – TEO, cujo valor é publicado anualmente por meio de resolução da ANEEL. A TEO visa cobrir os custos de operação e manutenção das centrais hidráulicas e os impostos relativos à energia gerada, de forma a não onerar o gerador que teve sua energia gerada alocada a outro gerador deficitário. Atualmente, a TEO equivale a R\$ 7,25 / MWh (Resolução Normativa ANEEL n.º 194, de dezembro de 2005).

Caso as geradoras integrantes do MRE não gerem em conjunto energia suficiente para o cumprimento dos contratos, o déficit de energia é rateado entre os agentes e todos devem efetuar compras na CCEE ao Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (valor da energia elétrica no mercado spot). para honrar suas obrigações.

Escassez de energia e racionamento

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que, em situação na qual o Governo Federal decreta redução compulsória do consumo de energia elétrica em certa região, todos os Contratos de Energia no ACR, registrados na CCEE, na qual o comprador estiver localizado, terão suas quantidades ajustadas na mesma proporção da redução de consumo.

Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

As concessionárias e autorizadas do serviço público de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica são obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida, em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico. As empresas que geram energia, exclusivamente, a partir de instalações eólicas, solares, de biomassa e PCHs estão isentas desta obrigação.

Aspectos Concorrenciais

Em um esforço para promover o aumento da concorrência, a ANEEL, em março de 1998, estabeleceu limites à concentração de certos serviços e atividades do setor elétrico. Esses limites foram atualizados em 19 de julho de 2000, por meio da Resolução n.º 278/00. De acordo com a referida Resolução, (i) nenhuma geradora poderá deter mais de 20% da capacidade instalada do Brasil, 25% da capacidade instalada da região sul/sudeste/centro-oeste ou 35% da capacidade instalada da região norte/nordeste; (ii) nenhuma distribuidora poderá responder por mais de 20% do mercado de distribuição do Brasil, 25% do mercado de distribuição na região sul/sudeste/centro-oeste ou 35% do mercado de distribuição na região norte/nordeste; (iii) nenhuma companhia de comercialização poderá negociar mais de 20% da energia comercial final do Brasil (consumidores finais), 20% da energia elétrica comercial intermediária do Brasil (entre empresas), e 25% do mercado comercial total do Brasil (consumidores e empresas); (iv) nenhuma distribuidora poderá adquirir de geradora afiliada ou gerar por si mais de 30% das necessidades de energia total de seus consumidores cativos (denominado limite de auto-contratação).

As geradoras e distribuidoras sujeitas aos limites acima são companhias ou consórcios detentores de concessões, permissões ou autorizações, conforme o caso, para gerar ou distribuir energia elétrica, ou agentes que detêm ações do grupo de controle da empresa geradora ou distribuidora. No caso de agente que detenha ações do grupo de controle de empresa geradora ou distribuidora, o cálculo de tais limites toma por base o número de ações ordinárias da companhia detidas pelo agente nestas empresas. No caso de sociedade de responsabilidade limitada, o cálculo toma por base a participação do agente no capital da companhia.

A chamada auto-contratação (autorização para as distribuidoras comprarem até 30% de suas necessidades de energia elétrica contratando energia elétrica de empreendimento de geração próprio) não será mais permitida, exceto em relação a contratos devidamente aprovados pela ANEEL anteriormente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. As distribuidoras poderão, no entanto, comprar energia elétrica de partes relacionadas quando participarem dos processos licitatórios para compra de energia elétrica no ACR e a geradora vencedora da licitação for uma parte relacionada da distribuidora.

**15. A CEDENTE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS – CESP - COMPANHIA
ENERGÉTICA DE SÃO PAULO**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

A CEDENTE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS – CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO

Introdução

Com o objetivo, por parte do Governo do Estado de São Paulo, de estabelecer uma política unificada e eficiente no setor energético, a CESP foi constituída em 5 de dezembro de 1966, sob a denominação social de *Centrais Elétricas de São Paulo*, e originou-se a partir da fusão de onze empresas do setor de energia elétrica, das quais cinco eram sociedades de economia mista controladas pelo Governo do Estado de São Paulo.

Por meio do Decreto-lei Federal n.º 59.581, de 23 de dezembro de 1966, foi concedida autorização à Cedente para funcionar como companhia concessionária de energia elétrica e, por meio do Decreto n.º 60.077, de 16 de janeiro de 1967, a União Federal outorgou à Cedente as concessões de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica antes pertencentes às empresas que a originaram por fusão, pelo prazo de trinta anos. A abertura do capital social da mesma ocorreu em 27 de dezembro de 1971 e, em 27 de outubro de 1977, a CESP teve seu objeto social ampliado e adotou sua atual denominação social, *CESP - Companhia Energética de São Paulo*, ocasião em que já detinha o controle acionário da Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL, concessionária de distribuição de energia elétrica no interior paulista. Anos mais tarde, em 1985, a CESP foi autorizada a assumir também o controle acionário da Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS e foram incluídas, no objeto social da CESP, atividades de plantio de florestas, reflorestamento e mineração. Em janeiro de 1998, a CESP segregou seus ativos de distribuição de energia elétrica e criou a subsidiária Elektro - Eletricidade e Serviços S.A., posteriormente privatizada em 16 de julho de 1998. Em 31 de março de 1999, sofreu nova cisão parcial, que deu origem a duas novas empresas de geração, a Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê e a Companhia de Geração de Energia Elétrica Paranapanema, e a uma empresa de transmissão, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista. Decorrente das referidas reestruturações, a Cedente é hoje muito menor e mais focada, primordialmente nas atividades de geração de energia elétrica e sua comercialização.

Incluída no Programa Estadual de Desestatização (PED) do Governo do Estado de São Paulo, a CESP teve seu leilão de privatização agendado para o dia 16 de maio de 2001. Entretanto, na véspera do referido leilão o Governo do Estado de São Paulo acabou por adiá-lo em decorrência de circunstâncias relacionadas à indefinição quanto às medidas de contenção do consumo de energia elétrica, bem como quanto à futura regulamentação do setor elétrico, as quais poderiam influenciar, significativamente, o comportamento do mercado em geral. Após as eleições ocorridas em 2002, a CESP permanece no Programa Estadual de Desestatização (PED). Em 2 de dezembro de 2002, por decisão do Governador do Estado de São Paulo, CESP e a EMAE, outra concessionária de geração sob o controle acionário do Governo do Estado de São Paulo, passaram a ter gestão administrativa unificada. Tal unificação de administração não decorre de qualquer processo societário de incorporação ou fusão, mas do interesse de aproveitamento da sinergia das duas empresas.

Nos últimos anos, a administração da CESP focou suas atenções em três ações: reestruturação da dívida, conclusão da construção usina hidrelétrica Porto Primavera e preparação para entrar em um mercado de energia mais competitivo. Por meio da reestruturação da dívida, busca-se prorrogar os prazos para vencimento das

dívidas, de modo a melhor adequá-las às projeções de fluxo de caixa e reduzir a porcentagem de dívidas indexadas em moeda estrangeira. Sem financiamento adicional, o fluxo de caixa da CESP será insuficiente para atender às necessidades de curto prazo relativas ao serviço da sua dívida, e a CESP permanecerá vulnerável a desvalorizações do Real. A usina Porto Primavera foi concluída em outubro de 2003, com 14 unidades geradoras em operação. A administração da Cedente considera que as 14 unidades geradoras instaladas de 1999 a 2003, totalizando 1.540MW de capacidade total, são suficientes para o atual contexto econômico e regulatório, e permitem atingir a Energia Assegurada da usina em adequadas condições de segurança e confiabilidade.

As mudanças no setor elétrico ocorridas no Brasil nos últimos anos também mudaram o ambiente de negócios da CESP, o que fez com que a CESP adotasse estratégias mais competitivas.

A CESP é a maior geradora de energia elétrica do Estado de São Paulo e a terceira maior do país, tendo contribuído, conforme informações apuradas pela própria CESP, em 31 de dezembro de 2006, com aproximadamente 60% da geração de energia do Estado de São Paulo e 10% da geração de energia do país, desconsiderada a produção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

A CESP é a maior geradora de energia elétrica do Estado de São Paulo, a quarta maior do país em potência instalada e a terceira em produção de energia elétrica, tendo contribuído, conforme informações apuradas pela própria CESP, em 31 de dezembro de 2006, com aproximadamente 60% da energia elétrica produzida no Estado de São Paulo e a 10% de toda energia elétrica produzida no país.

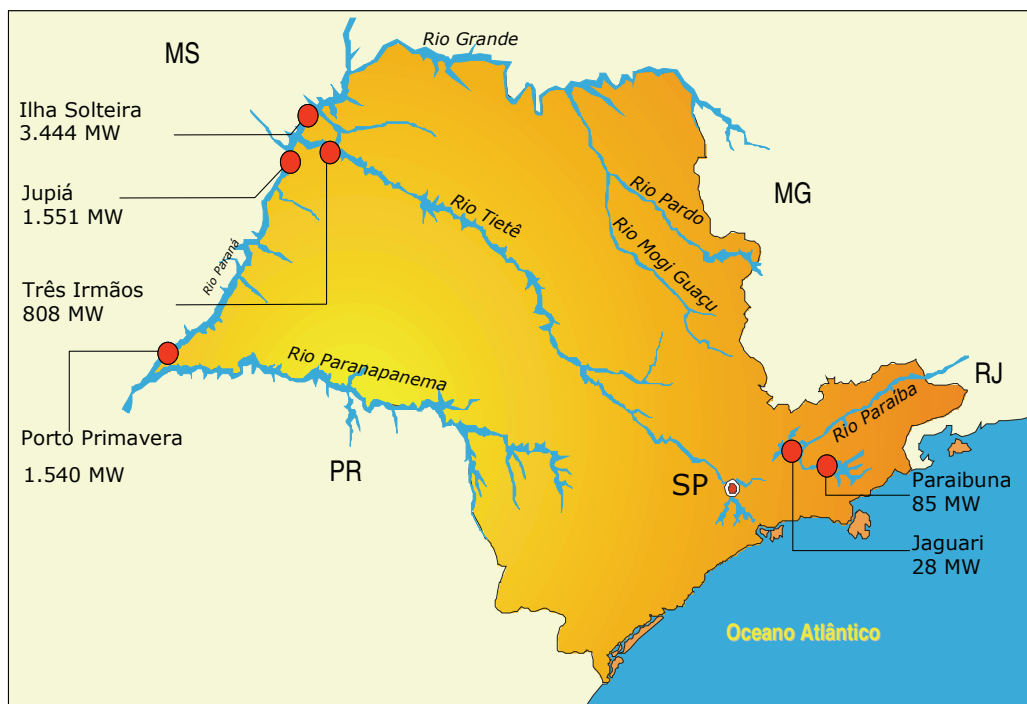
A CESP opera seis usinas hidrelétricas que, juntas, produziram 42.895,70 GWh de eletricidade durante o ano de 2006, o que representou um acréscimo de aproximadamente 13,19% em relação ao ano anterior. As principais características das usinas hidrelétricas operadas pela Cedente encontram-se abaixo transcritas:

Bacia	Usina	Total de Máquinas	Potência Instalada MW	Energia Assegurada MW Médio ¹	Entrada em Operação
Paraná	Ilha Solteira	20	3.444	1.949	18/07/73
	Três Irmãos	5	808	-	28/11/93
	Complexo IS/TI	25	4.252	1.949	
	Jupia	14	1.551	886	14/04/69
	Engº Sérgio Motta (Usina Porto Primavera)	14	1.540	1.017	23/01/99
	Subtotal Paraná	53	7.343	3.852	
Paraíba	Paraibuna	2	85	50	05/05/72
	Jaguari	2	28	14	20/04/78
	Subtotal Paraíba	4	113	64	
Total		57	7.456	3.916	

¹ Valores utilizados para determinar volumes para venda nos termos dos Contratos Iniciais.

A Energia Assegurada representa a quantidade de energia que a Cedente tem condições técnicas de, em média, produzir 24 horas por dia, o ano inteiro, cuja comercialização, pela Cedente, está autorizada pela ANEEL.

Adicionalmente, a localização das usinas da Cedente pode ser verificada conforme o mapa abaixo:



O complexo hidrelétrico Urubupungá, situado no Rio Paraná, na região noroeste do Estado de São Paulo, é um dos maiores complexos hidrelétricos do mundo. O complexo inclui duas usinas principais: Ilha Solteira, a maior usina da CESP, com 3.444 MW de capacidade instalada, e Jupiá, a segunda maior usina da CESP, com 1.551 MW de capacidade instalada. A usina Porto Primavera, também localizada no Rio Paraná, porém mais ao sul do que o complexo Urubupungá, tem, desde novembro de 2003, 1.540 MW de capacidade instalada.

O quadro abaixo demonstra a distribuição da receita bruta e de venda de energia em 2006 em relação aos anos de 2005 e 2004, com as respectivas tarifas médias:

	MWh (*)			R\$ Mil		
	2006	2005	2004	2006	2005	2004
Fornecimento (1)						
Industrial.....	6.012.709	5.677.899	3.783.166	476.797	400.396	299.881
Comercial.....	35.805	24.369	10.247	2.949	1.958	815
Serviço Público.....	1.716.270	1.561.732	209.210	131.140	97.874	5.738
	7.764.784	7.264.000	4.002.623	610.886	500.228	306.434
Recomposição Tarifária (2).....	-	-	-	(1.876)	(10.784)	(10.166)
	7.764.784	7.264.000	4.002.623	609.010	489.444	296.268
Suprimento						
Contratos						
Contratos Iniciais/(Ajuste).....	(36.402)	8.686.613	21.925.662	(16.708)	732.027	1.621.892
Agentes Comercializadores (3).....	7.529.749	6.090.963	2.530.982	470.813	225.028	65.942
Contratos de Compra de Energia.....	1.046.248	-	-	75.047	-	-
	8.539.595	14.777.576	24.456.644	529.152	957.055	1.687.834
Leilões de Energia (4)						
Produto 1 CCEAR 2005-2012						
ELETROPAULO.....	758.112	909.338	-	48.799	56.470	-
COPEL D.....	692.964	744.500	-	44.660	46.233	-
COELBA.....	616.276	616.376	-	40.147	38.277	-
LIGHT.....	466.337	446.388	-	29.406	27.721	-
ELEKTRO.....	416.422	405.089	-	26.572	25.156	-
CEMIG D.....	393.952	410.367	-	25.777	25.484	-
CELPA.....	357.519	339.798	-	22.918	21.101	-
CEMAR.....	264.971	259.772	-	16.919	16.132	-
CELG.....	256.789	280.965	-	16.323	17.448	-
COELCE.....	233.996	268.029	-	15.273	16.645	-
Concessionárias Diversas.....	2.126.507	2.247.845	-	137.092	139.591	-
	6.583.845	6.928.467	-	423.886	430.258	-
Produto 2 CCEAR 2006-2013						
CEMIG D.....	1.342.592	-	-	96.716	-	-
LIGHT.....	965.853	-	-	66.950	-	-
ELETROPAULO.....	926.502	-	-	65.660	-	-
COELBA.....	613.578	-	-	44.033	-	-
COPEL D.....	606.030	-	-	43.004	-	-
ELEKTRO.....	511.123	-	-	35.968	-	-
CELPE.....	456.445	-	-	32.638	-	-
AES SUL.....	450.385	-	-	32.270	-	-
BANDEIRANTE.....	374.279	-	-	25.978	-	-
COELCE.....	357.030	-	-	25.656	-	-
Concessionárias Diversas.....	3.357.470	-	-	237.756	-	-
	9.961.287	-	-	706.629	-	-
	25.084.727	21.706.043	24.456.644	1.659.667	1.387.313	1.687.834
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (5)						
Energia de Curto Prazo.....	-	-	-	128.626	225.526	145.674
Total.....	32.849.511	28.970.043	28.459.267	2.397.303	2.102.283	2.129.776

Estrutura de capital e acionistas controladores

Capital Social

O capital social da Cedente é de R\$ 5.975.433.454,43, totalmente integralizado e dividido em 327.502.671.061 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações da CESP são divididas em ações ordinárias e ações preferenciais, conforme descrito no quadro abaixo, que destaca a participação total dos principais acionistas da CESP em 31 de dezembro de 2006:

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA - POSIÇÃO: 31.12.2006								
ACIONISTAS	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS CLASSE A		PREFERENCIAIS CLASSE B		Total	
	VOLUME	%	VOLUME	%	VOLUME	%	VOLUME	%
FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO	102.268.326.230	93,6801	0	0,0000	7.022.136.140	3,3404	109.290.462.370	33,3709
CIA METROPOLITANO DE SP - METRO	1.761.683.728	1,6137	0	0,0000	17.005.712.709	8,0897	18.767.396.437	5,7305
DESENVOLVIMENTO RODOV. S.A - DERSA	180.000	0,0002	0	0,0000	-	0,0000	180.000	0,0001
CIA. SANEAMENTO BÁSICO S.P. - SABESP	6.690.510	0,0061	0	0,0000	-	0,0000	6.690.510	0,0020
DEP. ÁGUAS ENERG. ELÉTRICA - DAEE	1.907.190	0,0017	0	0,0000	-	0,0000	1.907.190	0,0006
CIA. PAULISTA DE PARCERIAS - CPP	0	0,0000	0	0,0000	13.793.103.448	6,5614	13.793.103.448	4,2116
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	4	0,0000	70	0,0000	-	0,0000	74	0,0000
S U B - T O T A L	104.038.787.662	95,3019	70	0,0000	37.820.952.297	17,9915	141.859.740.029	43,3156
BANCO SANTANDER BANESPA S.A	973.478.532	0,8917	0	0,0000	29.229.345.010	13,9045	30.202.823.542	9,2222
CENTRAIS EL. BRAS. S.A - ELETROBRÁS	37.633.530	0,0345	6.664.526.897	82,0800	-	0,0000	6.702.160.427	2,0464
BNDES PART. SA BNDESPAR	0	0,0000	0	0,0000	9.804.196.019	4,6639	9.804.196.019	2,9936
THE BANK OF NEW YORK - ADR DEPARTMENT	3.000.000	0,0027	128.327.700	1,5805	-	0,0000	131.327.700	0,0401
CAPITAL GROUP INTERNACIONAL INC	0	0,0000	0	0,0000	10.760.300.000	5,1187	10.760.300.000	3,2856
BANCO OPPORTUNITY	149.962.184	0,1374	0	0,0000	29.263.420.052	13,9207	29.413.382.236	8,9811
FAZENDA DO ESTADO DE MATO GROSSO	4.384.140	0,0040	0	0,0000	0,0000	0,0000	4.384.140	0,0013
FAZENDA DO ESTADO DE GOIÁS	73.050	0,0001	0	0,0000	0,0000	0,0000	73.050	0,0000
PESSOAS FÍSICAS	2.122.103.913	1,9439	1.191.607.074	14,6758	4.749.098.990	2,2592	8.062.809.977	2,4619
OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS	1.831.402.127	1,6776	104.195.501	1,2833	88.588.254.424	42,1416	90.523.852.052	27,6406
OUTROS NÃO IDENTIFICADOS	6.732.060	0,0062	30.889.829	0,3804	-	0,0000	37.621.889	0,0115
S U B - T O T A L	5.128.769.536	4,6981	8.119.547.001	100,00	172.394.614.495	82,0085	185.642.931.032	56,6844
T O T A L	109.167.557.198	100,00	8.119.547.071	100,00	210.215.566.792	100,00	327.502.671.061	100,00

(*) Fonte: CESP

A CESP, como sociedade de economia mista, é controlada pelo Poder Público, que detém uma participação total de 43,32% de seu capital social. Dentre os entes públicos, destaca-se a Fazenda do Estado de São Paulo, com uma participação de 33,37% no capital social da Cedente, seguido da Cia. Metropolitana de São Paulo - Metro, com participação de 5,73% e e Companhia Paulista de Parcerias – CPP, com participação de 4,21%.

A CESP está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 8.000.000.000,00 (oito bilhões de reais), mediante emissão de ações ordinárias e preferenciais, contanto que não haja diluição injustificada na proporção entre as ações já existentes. A CESP também pode emitir bônus de subscrição desde que seja respeitado o limite do capital autorizado, acima mencionado. As ações ordinárias da CESP conferem aos seus titulares direito de voto nas deliberações das assembleias gerais. As ações preferenciais não conferem direito a voto, mas prioridade no recebimento de dividendos e no reembolso do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Cedente. O Estatuto Social da CESP prevê a distribuição anual de lucros, após constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido, observado o limite de 20% do capital social. Tal distribuição de lucros ocorrerá da seguinte forma: (i) dividendo prioritário de 10% às ações preferenciais, calculado sobre o capital social integralizado representado por estas ações, a ser rateado igualmente entre estas;

e, (ii) em seguida, dividendo de até 10% às ações ordinárias, calculado sobre o capital social integralizado representado por estas ações, a ser rateado igualmente entre estas. Até 20% do valor não distribuído aos acionistas na forma descrita acima é investido na expansão das atividades da Cedente, respeitado o limite de 10% do capital social.

Segue abaixo descrição sumária do principal acionista da CESP.

Fazenda do Estado de São Paulo

A administração da Fazenda do Estado de São Paulo é atualmente de responsabilidade da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (a “Secretaria da Fazenda”). A Secretaria da Fazenda foi criada em 1892 e, na sua origem, acumulava as funções de (i) arrecadação, guarda e manipulação dos recursos públicos; (ii) planejamento e coordenação da atividade econômica e social do Estado. Atualmente suas funções são basicamente duas: (i) controle da arrecadação de tributos estaduais; e (ii) controle das despesas do Estado. Em 1968, a Secretaria da Fazenda delegou ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC as funções de proteção e fiscalização dos interesses estaduais, em entidades em que a Fazenda Estadual figurasse como acionista. O CODEC permanece ainda hoje como o responsável pela defesa dos interesses estatais em sociedades de economia mista, como é o caso da CESP.

Administração

A CESP é administrada, nos termos dos artigos 9º, incisos II e III, 17 e 24 de seu Estatuto Social, por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

O Conselho de Administração é composto por até 16 membros titulares, eleitos por Assembléia Geral, para um mandato de 3 anos, admitida a reeleição, cabendo aos eleitos designarem entre si, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho. Compete ao Conselho de Administração a fixação da orientação geral dos negócios da CESP, através de diretrizes fundamentais de administração, bem como a fiscalização da observância de tais diretrizes.

A Diretoria é composta por até 6 membros, sendo 1 Presidente e os demais Diretores, com mandato de 3 anos, admitida a reeleição. A Diretoria é o órgão executivo de administração e representação da CESP, cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembléia Geral e pelo Conselho de Administração, assegurar o funcionamento regular da CESP.

Conforme anteriormente mencionado, a CESP e EMAE passaram a ter gestão administrativa unificada. Ainda que o Conselho de Administração de CESP e EMAE seja distinto, a Diretoria de ambas conta com administração exercida pelas mesmas pessoas, na maioria dos cargos.

Conselho de Administração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Dilma Seli Pena	Presidente
Aloysio Nunes Ferreira Filho	Vice-Presidente
Andrea Sandro Calabi	Conselheiro (eleito por controlador)
Antonio Mardevânio Gonçalves da Rocha	Conselheiro (representante dos empregados)
Carlos Pedro Jens	Conselheiro Independente
Fernando Carvalho Braga	Conselheiro (eleito por controlador)
Francisco Vidal Luna	Conselheiro (eleito por controlador)
Gesner José de Oliveira Filho	Conselheiro (eleito por controlador)
Mauro Ricardo Machado Costa	Conselheiro (eleito por controlador)
Nelson Vieira Barreira	Conselheiro Independente
Simão Robison Oliveira Jatene	Conselheiro (eleito por controlador)
Alexandre Magalhães da Silveira	Conselheiro

Diretoria

DIRETORIA	
Guilherme Augusto Cirne de Toledo	Presidente
Vicente Kazuhiro Okazaki	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Armando Shalders Neto	Diretor Administrativo
Iramir Barba Pacheco	Diretor de Engenharia e Construção
Silvio Roberto Areco Gomes	Diretor de Geração Oeste
Antonio Bolognesi	Diretor de Geração Leste

Conselho Fiscal

CONSELHO FISCAL	
Amancio Acúrcio Gouveia	Efetivo (eleito por minoritário e preferencialista)
Antônio Carlos Figueiredo	Efetivo (eleito por controlador)
Atilio Gerson Bertoldi	Efetivo (eleito por controlador)
Raimundo Francisco Alencar de Melo	Efetivo (eleito por controlador)
Pedro de Carvalho	Efetivo (eleito por minoritário e preferencialista)
Ana Maria Linhares Richtman	Suplente (eleito por controlador)
Carlos Eduardo Espanhol	Suplente (eleito por controlador)
Wilson Luiz Matar	Suplente (eleito por minoritário e preferencialista)

Atividades da Cedente

Após a cisão sofrida pela CESP durante o ano de 1999, no âmbito do processo de privatização das empresas do setor energético controladas pelo Estado de São Paulo, a CESP passou a se dedicar, predominantemente, à prestação de serviço público de geração de energia elétrica através da exploração dos potenciais hidráulicos das bacias situadas nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Desde então, a CESP desenvolve projetos para a prestação desse serviço, executando ainda atividades inerentes à concessão, tais como construção de usinas hidrelétricas, manutenção das já existentes, melhoria na qualidade dos serviços etc. Durante o período de transição para o sistema de livre concorrência previsto na legislação do setor elétrico após 1995, e por força dos Contratos Iniciais firmados em meados de 1999 com vigência até dezembro de 2005 assinados com as concessionárias distribuidoras de energia elétrica, a CESP cobra tarifas, homologadas pelo Poder Concedente e passíveis de reajuste e revisão. Os reajustes ocorrem a cada doze meses e as revisões a qualquer tempo, sempre que o equilíbrio contratual da concessão seja ameaçado.

De acordo com a Lei do Setor Elétrico, a partir de 2003 os montantes de energia e de demanda de potência, cuja contratação e preços foram determinados pelos Contratos Iniciais, foram reduzidos em 25% ao ano (veja Seção “Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro”). Em 2003 foi descontratado montante equivalente a 25% da energia elétrica fornecida pela CESP de acordo com os Contratos Iniciais, e, em 2004, novo montante, também equivalente a 25% da energia elétrica fornecida pela CESP de acordo com os Contratos Iniciais, foi descontratado. Em 2005 ainda restou 25% dos volumes de energia dos Contratos Iniciais. Em 2004, observando o que a legislação permitiu, a Cedente aditou vários Contratos Iniciais mantendo, no ano de 2004, níveis próximos aos montantes contratuais de 2003.

Processo Produtivo

A CESP produz energia elétrica a partir do aproveitamento hidráulico. Através desse processo produtivo, a energia cinética da água dos rios e a energia potencial das represas são transformadas em energia mecânica e, finalmente, em energia elétrica. As turbinas são responsáveis pela transformação da energia hidráulica em mecânica que, por sua vez é transformada em energia elétrica através da utilização de geradores. A potência elétrica obtida depende (i) da vazão da água que passa pelas turbinas, (ii) altura da queda d’água e da (iii) eficiência do conjunto turbina-gerador. As usinas hidrelétricas da CESP são de dois tipos, conforme a natureza de operação: (i) fio d’água, as quais possuem reservatório que regularizam o nível do rio diariamente ou semanalmente e (ii) acumulação, as quais possuem reservatório com volume suficiente para regularização anual ou plurianual do rio. As primeiras não possuem capacidade de acumulação de água em seus reservatórios, ou seja, toda a vazão da água do rio é direcionada (i) às turbinas, para a geração de energia elétrica, ou (ii) ao curso do rio. As segundas, ao contrário, possuem capacidade para acumular água em seus reservatórios, podendo enfrentar períodos de escassez de chuvas.

A produção de energia elétrica das usinas da CESP alcançou a marca dos 42.895,7 GWh em 2006, representando um acréscimo de 13,19% em relação ao ano de 2005. Em 2005, a produção de energia elétrica das usinas da CESP atingiu 37.898,8 GWh, representando um acréscimo de 4,29% em relação ao ano de 2004 e um acréscimo de 43,64% em relação ao ano de 2001, ano do racionamento de energia elétrica.

Estratégia

A conclusão do complexo hidrelétrico Porto Primavera ocorreu com a entrada em operação comercial da 14ª turbina, em 15 de novembro de 2003. Originalmente planejou-se instalar até 18 turbinas em Porto Primavera, porém a CESP decidiu concluir as obras com a instalação da 14ª turbina, tendo em vista que unidades geradoras

adicionais, muito embora adicionassem capacidade instalada (que poderia ser usada para gerar energia elétrica nos horários de picos de demanda, não gerariam aumento na Energia Assegurada). Com isso, o foco da CESP foi alterado, passando da expansão da capacidade de geração de energia para a manutenção da eficiência operacional de todo o negócio. Ao mesmo tempo, a administração da CESP tem empreendido esforços para reestruturar e alongar o perfil das suas dívidas e reduzir a porcentagem de dívidas indexadas em moeda estrangeira. Nesse sentido, a CESP objetiva refinar suas dívidas remanescentes; reestruturar o capital social e vender uma proporção maior de sua energia ao consumidor final.

A CESP passou, há algum tempo, por um período de dificuldades financeiras e de liquidez em função dos seguintes motivos: (i) situação adversa de mercado, resultante da queda e do baixo nível do consumo de energia elétrica; (ii) dificuldade na negociação da energia liberada dos Contratos Iniciais em condições equiparadas; (iii) baixos preços praticados nos leilões de energia no âmbito do CCEE; e (vi) concentração de compromissos no curto prazo. Nos últimos anos, a administração da CESP focou suas atenções em três ações: (i) reestruturação da dívida, (ii) conclusão da construção usina hidrelétrica Porto Primavera e (iii) preparação para entrar em um mercado de energia mais competitivo.

Por meio da reestruturação da dívida, a CESP busca prorrogar os prazos de vencimento das dívidas, de modo a melhor adequá-las às projeções de fluxo de caixa e buscando reduzir sua exposição ao risco cambial. Desta forma, a CESP procura refinar a sua estrutura de capital, negociando prazos mais longos para as suas dívidas, diminuindo efetivamente o endividamento e substituindo a dívida em moeda estrangeira para ficar menos vulnerável às eventuais desvalorizações do Real. No entanto sem o financiamento em questão, o fluxo de caixa da CESP será insuficiente para atender às necessidades relativas ao serviço da sua dívida em 2007.

A principal estratégia da CESP é a administração de sua situação financeira através do constante planejamento econômico-financeiro, sem descuidar da sua atividade preponderante de geração de energia elétrica. Nesse sentido, faz parte da estratégia da CESP estabelecer novos contratos de venda de energia elétrica, principalmente com Consumidores Livres, e comercializar energia elétrica com concessionárias distribuidoras de todo o País, conforme previsto na legislação recentemente estabelecida.

Crescimento de Novos Negócios

Os Contratos Iniciais consubstanciaram as quantidades de potência e de energia fornecidas, pela CESP, às respectivas distribuidoras de energia. Foram estabelecidos montantes para 1999, 2000 e 2001. Durante 2002, foram repetidos os montantes indicados para 2001. De 2003 a 2005, os montantes aplicáveis para 2001 e 2002 foram reduzidos à razão de 25% ao ano, de forma que esses montantes chegaram a zero em 2006. Isso significa que toda a energia elétrica contratada foi liberada dos Contratos Iniciais em 2006 e os volumes descontratados dos Contratos Iniciais ficaram disponíveis para ser livremente negociados pela CESP, não mais sujeitos a tarifas controladas, mas a preços de mercado, tendo a CESP voltado seus esforços de venda na direção do mercado representado pelos Consumidores Livres de energia elétrica.

Desta forma, naquele período, com a redução dos montantes contratados sob os Contratos Iniciais, conforme o cronograma legal acima mencionado, a CESP envidou esforços no sentido de substituir a parcela que está sendo descontratada no âmbito dos Contratos Iniciais por novos contratos bilaterais com as concessionárias distribuidoras e novos contratos com Consumidores Livres. A quantidade remanescente da energia não contratada por meio destes contratos foi comercializada na CCEE.

Durante o ano de 2003, do total de 3.658 MW Médios vinculados aos Contratos Iniciais da CESP em 2002, 75% deste montante (2.744 MW Médios) permaneciam contratados nos Contratos Iniciais, e 265 MW Médios foram comercializados com Consumidores Livres.

Em 2004, os montantes de energia vinculados aos Contratos Iniciais da CESP foram aditados em 18%, atingindo 2.476 MW Médios, sendo que 678 MW Médios foram comercializados com Consumidores Livres.

Em 12 de novembro de 2004, a CESP assinou com a ANEEL o Contrato de Concessão das suas 6 (seis) usinas, garantindo o prosseguimento de suas atividades e a participação no Leilão promovido pelo MME em 7 de dezembro de 2004, no qual vendeu 2.000 MW médios, para entrega a partir de 2005, representando 11,7% do total comercializado.

Durante o ano de 2004, a CESP gerou um total de 36.340 GWh, dos quais, 60,3% (21.905 GWh) correspondem às vendas para concessionárias de distribuição, 18,5% (6.739 GWh) para consumidores finais e 19,9% (7.219 GWh) estão relacionados à comercialização no MAE (MRE e Energia Secundária). Os demais 1,3%, correspondem a perdas sistêmicas e consumo próprio de energia.

Nesse período foram também fechados contratos com prazos de até 10 anos, correspondendo a um montante de 28.644 GWh.

Em 7 de dezembro de 2004, e em 2 de abril de 2005, a CCEE conduziu os dois primeiros leilões de energia, conforme os procedimentos estabelecidos pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. De acordo com essa lei, as concessionárias de geração de energia elétrica que tenham a intenção de vender energia para companhias de distribuição sob concessão são obrigadas a participar dos leilões. Em tais leilões e nos demais realizados em 2005 e 2006, as companhias geradoras e distribuidoras firmaram os CCEAR, por meio do qual as partes estabeleceram o preço e a quantidade de energia contratada. Os CCEARs estabeleceram que os preços serão anualmente ajustados de acordo com a variação do IPCA. As companhias distribuidoras concederam garantias financeiras às companhias geradoras (principalmente recebíveis originados de atividades de distribuição), para assegurar o cumprimento das obrigações de pagamento nos termos dos CCEARs. Os CCEARs firmados pela CESP têm prazo de 8 anos, com datas iniciais de entrega em 2005, 2006, 2007 e 2008, para aqueles com data inicial de entrega em 2009, os prazos são de 8 e 30 anos, e ainda, aqueles com data inicial de entrega em 2010 com prazo também de 30 anos. A tabela indica os preços e a energia negociada nos termos dos CCEARs, para os seguintes períodos:

1º Leilão Empreendim. Existentes (07/12/2004)	Período de Fornecimento	Energia Vendida pela CESP (MWm)	Preço CESP (R\$)	Preço Médio Ponderado dos Participantes	(%) do preço CESP acima da média ponderada dos participantes
Produto 1 – 2005	2005 a 2012	800,0	62,10	57,51	8,0%
Produto 2 – 2006	2006 a 2013	1.178,00	68,37	67,33	1,5%
Produto 3 – 2007	2007 a 2014	20,0	77,70	75,46	3,0%
Média dos produtos			65,95	62,66	5,3%

Em 2 de abril de 2005 foi realizado o 2º Leilão de Energia Existente, o qual resultou no seguinte agrupamento de contratos:

2º Leilão Empreendim. Existentes (02/04/2005)	Período de Fornecimento	Energia Vendida pela CESP (MWm)	Preço CESP (R\$)	Preço Médio Ponderado dos Participantes	(%) do preço CESP acima da média ponderada dos participantes
Produto 1 – 2008	2008 a 2015	170,0	83,50	83,13	0,45%

4º Leilão Empreendim. Existentes (11/10/2005)	Período de Fornecimento	Energia Vendida pela CESP (MWm)	Preço CESP (R\$)	Preço Médio Ponderado dos Participantes	(%) do preço CESP acima da média ponderada dos participantes
Produto 1 – 2009	2009 a 2016	120,0	93,43	94,91	-1,59%

1º Leilão – Novos Empreendimentos (16/12/2005)	Período de Fornecimento	Energia Vendida pela CESP (MWm)	Preço CESP (R\$)	Preço Médio Ponderado dos Participantes	(%) do preço CESP acima da média ponderada dos participantes
Produto 2010 Hidro	2010 a 2039	148,0	116,0	114,83	1,02%

2º Leilão – Novos Empreendimentos (29/06/2006)	Período de Fornecimento	Energia Vendida pela CESP (MWm)	Preço CESP (R\$)	Preço Médio Ponderado dos Participantes	(%) do preço CESP acima da média ponderada dos participantes
Produto 2009 Hidro	2009 a 2038	82,0	124,97	126,77	- 1,42%

Em 2006, a CESP comercializou através de Contratos de Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica 3.764,30 MW médios, representando 98,4% da energia total disponível para comercialização da CESP (3.825,49 MW médios). Deste total, os Contratos Iniciais, mesmo submetidos a uma redução compulsória de 100% em 2006, ainda participaram com 3,18% do volume comercializado (119,43 MW médios) referentes a energia comercializada com as pequenas Distribuidoras com mercado inferior a 500 GWh/ano, enquanto que, os Contratos Compra de Energia no Ambiente Regulado – CCEARs formalizados com as Distribuidoras e implementados a partir deste ano, participaram com 50,12% do volume comercializado (1.888,71 MW médios). Outra parcela representativa do volume comercializado em 2006, ou seja, 1.745,95 MW médios (46,5%), foram vendidos no ambiente de contratação livre em Contratos Bilaterais de Curto, Médio e Longo Prazo negociados diretamente com os Consumidores Livres, e que, parte desta venda foi realizada no mercado de curto prazo “Ex-Post” onde foi negociado uma parcela significativa deste volume 127,24 MW médios (3,4%), que em comparação com a possível liquidação desta energia no mercado de curto prazo da CCEE (Spot), proporcionou um aumento na receita e uma antecipação dos valores recebíveis.

A diferença entre a energia vendida em contratos (3.764,30 MW médios) e a energia disponível para comercialização (3.825,49 MW médios), ou seja, 61,19MW médios foi liquidada no mercado Spot da CCEE ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD. A produção total de energia em nossas Usinas, acima da energia assegurada da CESP, contribuiu com 941,0 MW médios para o Mecanismo de Realocação de Energia – MRE.

O faturamento da CESP em 2006 totalizou R\$ 2,41 bilhões, sendo R\$ 2,29 bilhões em Contratos de Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica, e comercializou na CCEE (mercado “Spot”) um total de R\$ 0,2 bilhão.

Aquisição de energia elétrica

A CESP adquiriu, no passado, uma porcentagem significativa de eletricidade vendida pela usina de Itaipu, a maior usina hidrelétrica operante no mundo, com uma capacidade instalada de 12.600 MW. De acordo com um tratado firmado em 1973, entre Brasil e Paraguai, o Brasil está comprometido a adquirir a maioria da energia produzida por Itaipu. Até junho de 1999, companhias de eletricidade que operavam sob concessão nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste do Brasil, como a CESP, eram obrigadas por lei a adquirir a porção cabível ao Brasil da energia gerada por Itaipu, proporcionalmente ao volume de eletricidade que elas historicamente vinham fornecendo aos consumidores.

Desde a introdução da Resolução 215, adotada pela ANEEL em junho de 1999 (“Resolução 215”), de acordo com a qual a CESP não mais está obrigada a adquirir eletricidade de Itaipu para repasse às companhias distribuidoras, a CESP diminuiu significativamente as compras de energia de Itaipu. Em 2003 e 2004, a CESP adquiriu de Itaipu 408 GWh e 407 GWh, respectivamente, de energia para revenda, equivalente a 100% do total de eletricidade adquirida pela CESP nesses exercícios.

Padrão dos serviços

A CESP, por ser concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, deve atender a diversos requisitos de qualidade e padrão na prestação desse serviço, estabelecidos pela ANEEL e pela legislação do setor elétrico. Caso não atenda aos requisitos estabelecidos, a CESP estará sujeita a penalidades que vão desde advertência até caducidade da concessão. A multa, na ocorrência das faltas mais graves, pode chegar a 2% sobre o faturamento correspondente aos últimos doze meses anteriores à sua imposição. Não há registro, nos últimos 10 anos, de penalidades impostas à Cedente pela não observância de adequados padrões técnicos na prestação do serviço público de energia elétrica.

Serviços

Considerações gerais

O setor de energia elétrica encontra-se dividido em quatro segmentos: geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

O sistema de geração envolve a produção de energia elétrica a partir do movimento originado de dois sistemas principais: (i) hidráulico ou (ii) térmico, este incluindo a energia nuclear. A energia produzida é transformada por uma estação elevatória para transmissão por linhas de alta tensão a pontos de entrega situados em subestações, onde serão novamente transformadas antes da entrega ao cliente final. A responsabilidade da CESP é a geração de energia para disponibilização nos pontos de entrega situados nas subestações de suas usinas. A partir de então a energia é entregue ao sistema de transmissão, de responsabilidade de terceiros.

Desde a sua criação, e mesmo após sua cisão parcial, a CESP continua sendo a maior companhia geradora de energia elétrica do Estado de São Paulo, o economicamente mais desenvolvido do país, e a terceira maior geradora do Brasil.

Geração de energia elétrica

Para a geração de energia elétrica, a CESP dispõe de seis usinas hidrelétricas, as quais opera sob coordenação do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e fiscalização da ANEEL. Destas usinas advém toda a produção de energia da CESP. Os recursos auferidos com a venda da energia produzida pela CESP compõem aproximadamente 99% de sua receita total.

A produção das usinas hidrelétricas da CESP está discriminada na planilha a seguir:

Usina	2001	2002	2003	2004	2005	2006
	(GWh)					
Ilha Solteira	11.390,50	14.202,60	16.172,40	15.807,8	16.712,1	18.969,1
Três Irmãos	1.177,7	2.920,8	2.512,20	2.053,1	2.023,5	2.597,4
Jupia	7.184,70	8.433,20	8.948,40	8.801,0	9.121,9	10.056,5
Porto Primavera	6.174,10	8.585,40	9.057,10	9.445,4	9.670,9	10.736,3
Paraibuna	362,40	270,40	264,50	197,6	271,5	408,3
Jaguari	94,0	91,9	54,70	35,4	98,9	128,3
Total	26.383,40	34.504,30	37.009,30	36.340,3	37.898,8	42.895,7

Fonte: CESP

Outros Serviços

Além da prestação de serviço público de geração de energia elétrica, a CESP pode prestar serviços na área de consultoria, os quais visam (i) garantir ou aumentar a confiabilidade, a disponibilidade e a manutenibilidade de equipamentos e instalações; (ii) garantir ou aumentar a qualidade e a economicidade dos serviços de operação e manutenção, bem como de sua gestão; e (iii) propiciar melhorias funcionais e operacionais de equipamentos e instalações. Esses serviços encontram-se subdivididos nas seguintes áreas de atuação: (i) engenharia de manutenção eletromecânica; (ii) modernização de usinas e subestações; (iii) medições e ensaios especiais; (iv) engenharia de manutenção civil e segurança de barragens; (v) sistemas de operação em situações de emergência; (vi) planejamento energético de curto prazo; (vii) operação de instalações; (viii) hidrometeorologia e (ix) comercialização.

Investimentos realizados e a realizar

Investimentos e Desinvestimentos

Os principais investimentos realizados pela CESP encontram-se descritos abaixo.

Geração de Energia Elétrica

Usina Porto Primavera

Durante o ano de 2001, a CESP aumentou a capacidade nominal de cada uma das turbinas existentes na Usina Porto Primavera, de 100,8 MW para 110 MW. Atualmente, a Usina Porto Primavera conta com 14 turbinas e capacidade instalada de 1.540 MW. Até 31 de dezembro de 2006, o custo da usina foi de R\$14,7 bilhões, que deduzido da depreciação acumulada, representou um valor líquido de R\$12,7 bilhões.

Em outubro de 2003, com a entrada em funcionamento da 14ª turbina da Usina Porto Primavera, concluíram-se as obras da referida usina. Assim, a CESP não precisará mais realizar investimentos de grande porte e pretende utilizar a receita advinda de suas atividades principalmente para a amortização de dívidas.

Pesquisa e Desenvolvimento

A Lei n. 9.991, de 24 de julho de 2000, estabeleceu que as companhias do setor elétrico deveriam aplicar 1% das suas receitas operacionais líquidas, estando essa quantidade sujeitas a revisões da ANEEL, em iniciativas de pesquisa e desenvolvimento. A CESP e a EMAE atualmente financiam, entre outros empreendimentos, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, administrado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia e a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, administrada pelo Ministério de Minas e Energia.

A CESP também mantém sua eficiência operacional através da manutenção de todas as turbinas das seis usinas que administra em constante funcionamento.

A CESP conta, em 31 de março de 2006, com o total de 728 empregados alocados em atividades de manutenção das usinas hidrelétricas, incluindo todos os empregados necessários às diversas atividades que possibilitam a perfeita operação de suas 6 usinas. No ano de 2005, a CESP utilizou a quantia total de R\$ 10,5 milhões com serviços de manutenção, que engloba tanto os serviços de terceiros como de pessoal próprio.

Usina Engº Sérgio Motta (Porto Primavera)

Nos últimos anos, o principal projeto da CESP foi a usina hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, também conhecida como Porto Primavera. A construção da usina foi iniciada em 1980, mas seu cronograma foi estendido por causa das dificuldades econômicas enfrentadas pelo Brasil nos anos 80. O projeto foi reiniciado em 1995. De acordo com o plano original, Porto Primavera teria 18 turbinas, com capacidade instalada de 1.814

MW, e Energia Assegurada de 1.017 MW. Contudo, a CESP decidiu encerrar as obras com a instalação da 14ª turbina. Unidades adicionais, embora acrescentassem capacidade instalada (que poderia ser usada para gerar energia elétrica nos horários de picos de demanda), não gerariam um aumento da Energia Assegurada. Porto Primavera é a terceira maior usina hidrelétrica da CESP, depois das usinas Ilha Solteira e Jupia.

Para realizar o enchimento do reservatório da usina Porto Primavera desde a cota 253 metros sobre o nível do mar (m.s.n.m.) até a cota 257 m.s.n.m., que é a cota de operação mínima normal de projeto, a CESP precisou obter aprovação do IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). No dia 1º de dezembro de 2000, o IBAMA concedeu a licença de operação à CESP, com validade de um ano, para operar a usina na cota 257 metros. No dia 3 de maio de 2002, a CESP recebeu uma nova licença de um ano, que expirou em maio de 2003. Em dezembro de 2002, dentro do prazo legal, a CESP solicitou sua renovação, estando hoje operando com a licença prorrogada pendente de renovação. A CESP está buscando a renovação da licença do IBAMA para operar por um tempo mais longo. Não se pode assegurar que a CESP receberá a renovação da licença do IBAMA, ou que uma nova licença terá um prazo mais longo ou condições favoráveis para que a CESP opere sua usina. Qualquer insucesso da CESP em obter a renovação da licença do IBAMA em condições satisfatórias poderia causar um efeito material adverso sobre sua condição financeira, resultados operacionais e liquidez. Caso o IBAMA não se manifeste, a licença prorrogada hoje existente garante a operação da Usina.

Todas as obras solicitadas pelo IBAMA e relativas a acordos com outras autoridades públicas, estão sendo finalizadas.

Outras instalações

A CESP está procurando formas de complementar a energia hidrelétrica obtida através de usinas hidrelétricas já existentes, analisando tanto projetos de pequenas usinas hidrelétricas, como também de energia oriunda de novas usinas termoeletricas. Ao invés de investir nesses projetos, a CESP contribui com *know-how* técnico e experiência nas áreas de engenharia, operações e gestão. Em contrapartida, a CESP procura receber uma parte da energia gerada por esses projetos.

A CESP assinou dois memorandos de entendimentos com relação a esses projetos. O primeiro projeto diz respeito a uma usina de 300 MW em São Paulo que gera eletricidade a partir da cana de açúcar. O segundo projeto, ainda sob estudo, refere-se a uma instalação de 125 MW, parte integrante da Usina Seival, de 500 MW, que gera eletricidade a partir da queima de carvão em Candiota, no estado do Rio Grande do Sul. A CESP também está cogitando a construção de uma nova usina termoeletrica em Três Irmãos, a usina Valparaíso, com relação à qual a CESP assinou um contrato de cooperação. A Administração da CESP acredita que esse projeto, caso seja adotado, seja viável tanto sob uma perspectiva operacional, em havendo operadores devidamente habilitados, como sob uma perspectiva regulatória e ambiental.

Concorrência

Em 1995, o Governo Federal iniciou a reestruturação do setor elétrico com o objetivo de implementar, gradativamente, a substituição de um mercado verticalizado e controlado, por um sistema de livre formação de preços, regido pela livre concorrência. Para introduzir a concorrência nesse setor, algumas medidas foram adotadas, propiciando (i) o fim do monopólio do Estado, através da implementação de política de privatização; (ii) a criação da ANEEL; (iii) a desverticalização do setor elétrico, com a separação das atividades de geração, transmissão e distribuição; (iv) a ampliação do número de Consumidores Livres; (v) a criação da figura do Produtor Independente; (vi) a ampliação da atuação do autoprodutor; (vii) a possibilidade de livre comercialização de energia por quase todos os agentes do mercado; (viii) a criação do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE; e (ix) a criação do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

Após diversos acontecimentos, os quais culminaram com a sua cisão parcial, a CESP passou a desempenhar exclusivamente a atividade de geração de energia elétrica, abastecendo inicialmente o Estado de São Paulo. No sentido da implementação do mercado competitivo, a CESP celebrou, durante o ano de 1999, Contratos Iniciais com as distribuidoras de energia elétrica do Estado de São Paulo.

Conforme acima referenciado, e com base na legislação e nos Contratos Iniciais, após 2002 a eletricidade fornecida obrigatoriamente pela CESP às distribuidoras foi reduzida em 25% ao ano.

Com a implementação do ambiente competitivo no setor elétrico, outras companhias geradoras de energia elétrica (e até mesmo termoelétricas) podem oferecer energia aos clientes da CESP. Adicionalmente, produtores independentes, com mais experiência em mercados não regulados, podem obter autorizações para fornecer energia elétrica no Estado de São Paulo, o mesmo podendo ocorrer com autoprodutores. A CESP passou, portanto, a enfrentar competidores do setor privado e internacional nesse novo ambiente.

Por outro lado, a CESP pode fornecer energia para outras regiões do país, além do submercado da região Sudeste. A administração da CESP também acredita que a eletricidade gerada por usinas termoelétricas pode ser significativamente mais cara do que aquela gerada por usinas hidroelétricas, tendo em vista que as primeiras estão sujeitas a oscilações nos preços dos combustíveis (petróleo e gás). A possibilidade de venda de energia para as diferentes regiões, amplia o número de concorrentes da CESP no mercado relevante paulista, mas também possibilita que a CESP participe de mercados de outras regiões.

Contratos Relevantes

Contrato de Concessão

Em 12 de novembro de 2004, a CESP firmou o Contrato de Concessão Nº 003/2004/ANEEL-CESP entre o Governo Federal, por meio da ANEEL, e o Estado de São Paulo, como parte interveniente, abarcando as seis usinas atuais da CESP. O objetivo do Contrato de Concessão é regular a exploração pela CESP das usinas hidrelétricas e respectivas instalações de transmissão.

O Contrato de Concessão estabelece que cada usina hidrelétrica deve ser considerada como uma concessão individual, especialmente no que diz respeito à caducidade, intervenção pelo poder concedente, encampação, transferência ou extinção da concessão. Os prazos da concessão para cada usina estão indicados a seguir:

Usina Hidrelétrica	Município	Prazos da Concessão
Ilha Solteira	Ilha Solteira	7 de julho de 2015
Jaguari	São José dos Campos	20 de maio de 2020
Jupia	Castilho	7 de julho de 2015
Paraibuna	Paraibuna	9 de março de 2021
Porto Primavera	Rosana	21 de maio de 2008
Três Irmãos	Pereira Barreto	18 de novembro de 2011

O prazo da concessão das usinas hidrelétricas Porto Primavera e Três irmãos pode ser renovado por um período adicional de 20 anos, por meio de requerimento da CESP, estando sujeito à prestação adequada dos serviços de geração, a serem verificados pela ANEEL. A CESP precisa requerer a renovação da concessão 36 meses antes do término da concessão. A ANEEL pode conceder ou recusar a renovação 18 meses antes do término do prazo de cada concessão. A CESP requereu a renovação do prazo de concessão da usina Porto Primavera por 20 anos.

O Contrato de Concessão prevê que o preço de venda da eletricidade gerada pelas usinas hidrelétricas deve ser livremente negociado pela CESP. Essa disposição se aplica a toda energia assegurada da CESP. Contudo, tendo em vista que os maiores clientes da CESP são companhias distribuidoras, e que essas companhias distribuidoras comprarão energia no mercado regulado, através de leilões realizados pelo Governo Federal, o preço máximo que pode ser cobrado pela CESP é, de certo modo, limitado.

Contratos de Compra e Venda de Energia

Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR

Em dezembro de 2004, abril de 2005, outubro de 2005, em dezembro de 2005 e em junho de 2006 a CESP firmou com as distribuidoras de energia elétrica os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, por meio do qual vendeu aproximadamente 2.518 MW médios para atendimento das necessidades de mercado das distribuidoras participantes, o que representou 10,29% do total de energia negociado nos leilões que originaram os CCEARs. Para uma maior descrição dos CCEAR, veja o item “Características dos CCEAR Cedidos” da Seção “Os Direitos Creditórios” acima.

Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica com Consumidores Livres

A Cedente possui contratos de compra e venda de energia elétrica com 38 (trinta e oito) consumidores livres, dentre os quais se destacam os contratos de compra e venda de energia elétrica celebrados com (i) Ajinomoto, em 13 de novembro de 2003, conforme aditado em 12 de dezembro de 2003, (ii) Carbocloro, em 15 de outubro de 2003, (iii) CBA, em 30 de abril de 1998 e em 22 de dezembro de 2003, (iv) Codemin S.A., em 26 de setembro de 2003, conforme aditado em 27 de novembro de 2003, (v) Gerdau Açominas S.A., em 30 de

dezembro de 2003, (vi) Polietilenos União S.A., em 25 de novembro de 2003, conforme aditado em 29 de março de 2004, e (vii) UNIPAR – União de Indústrias Petroquímicas S.A. – Divisão Química, em 22 de dezembro de 2003, cujos Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP, administrado pelo Banco Bradesco S.A.

A CESP possui ainda contratos de compra e venda de energia elétrica com (i) a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, firmado em 24 de fevereiro de 2005; (ii) a CPFL Comercializadora, firmado em 01 de janeiro de 2006; (iii) a Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, firmado em 06 de dezembro de 2004 e (iv) a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp, firmado em 01 de novembro de 2004; (v) a TRACTEBEL, em 01 de janeiro de 2006; (vi) KLABIN S.A., em 12 de novembro de 2004; (vii) MWL Brasil Rodas & Eixos Ltda., em 25 de novembro de 2005; (viii) Indústria Têxtil Tsuzuki Ltda., em 20 de junho de 2004; (ix) Elfusa Geral de Eletrofusão Ltda, em 11 de novembro de 2004; (x) Condomínio do Conjunto Comercial Petros/Iguatemi (Market Place), em 29 de dezembro de 2005; e (xi) Schweitzer-Mauduit do Brasil S.A. em 1 de maio de 2006.

Contratos com Agentes Comercializadores

Além de contratos com consumidores livres, a CESP possui contratos de compra e venda de energia elétrica com agentes comercializadores, dentre os quais se destacam os seguintes contratos: (i) CPFL Comercialização Brasil S.A, firmado em 23 de dezembro de 2004; (ii) COMERC – Comercializadora de Energia Elétrica Ltda, firmado em 22 de setembro de 2006 com a; (iii) IGUAÇU Comercializadora de Energia Ltda., 3 contratos firmados em: 29 de março, 22 de setembro e 31 de outubro de 2006; (iv) ELEKTRO Comercializadora de Energia Ltda., firmado em 15 de junho de 2004; e (v) TRACTEBEL Energia Comercializadora Ltda., 3 contratos firmados em: 26 de julho, 30 de novembro de 2005 e outro em 03 de abril de 2006.

Licenciamento Ambiental

O quadro a seguir apresenta a situação das principais licenças ambientais dos empreendimentos da CESP:

Empreendimento	<i>Licença / Autorização</i>	Órgão	Expedição	<u>Validade</u>	Situação
<i>UHE Eng. Sérgio Motta</i>					
Obra Principal	LO 121/00	IBAMA/BR	03/05/2002	03/05/2003	Renovação da LO solicitada ao Ibama em 06/12/02, pela CT/M/2562/02. Reiterada em 21/06/2005, pela CT/O/1221/2005
Nova Porto João André	LI 025/02	SEMA/MS	15/10/2002	15/10/2003	Solicitação da LO encaminhada à SEMA/MS, em 15/09/2003, pelo OF/MP/1539/2003. Reiterada em 24/06/2005 pelo OF/O/1268/2005
Travessia Brasilândia/Paulicéia - MS 040	LI 026/02	SEMA/MS	31/10/2002	31/10/2003	Solicitação da LO encaminhada à SEMA/MS, em 15/09/2003, pelo OF/MP/1539/2003. Reiterada em 24/06/2005 pelo OF/O/1268/2005
Sistema Viário Margem Direita	LI 019/02	SEMA/MS	16/09/2002	16/09/2003	Solicitação da LO encaminhada à SEMA/MS, em 16/08/2003, pelo OF/MP/1392/2003. Reiterada em 24/06/2005 pelo OF/O/1268/2005
Reassentamento Rural Três Lagoas	LO 111/01	SEMA/MS	14/11/2001	14/11/2005	Renovação da LO solicitada à SEMA/MS em 14/10/2005 pelo OF/O/2040/2005
<i>UHE Três Irmãos</i>					
Obra Principal	LO Deliberação Consema 13/90	SMA/SP	07/05/1990	07/05/2000	Renovação da LO solicitada em 23/03/00, pelo OF/M/490/00. Reiterada em 06/05/2005, pelo OF/O/909/05. Em 22/11/2005, CESP encaminha, pelo OF/O/2534/05, relatório com as informações complementares solicitadas em 06/09/05, pelo OF/CPRN/DAIA/1384/05

Para os empreendimentos já implantados, está sendo providenciada a regularização do licenciamento ambiental das UHEs Eng. Souza Dias e Ilha Solteira, nos termos previstos pela Resolução Conama 006/87. A solicitação da LO para ambos os empreendimentos foi encaminhada ao Ibama em 16 de abril de 1998 e, por exigência daquele Instituto foi elaborado um estudo de caracterização ambiental dos dois empreendimentos, sendo que, o referente à UHE Eng. Souza Dias foi entregue em 14 de novembro 2002 e o de UHE Ilha Solteira, em 20 de abril de 2005.

Para as UHEs Jaguari e Paraibuna não será necessária a regularização, já que foram dispensadas de licenciamento pela Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo.

Além das exigências estabelecidas nas Licenças Ambientais, a CESP tem por compromisso o cumprimento das cláusulas firmadas nos Termos de Ajustamento de Conduta, assinados pela Cedente, órgãos ambientais, Ministério Público e Prefeituras Municipais.

Empregados

Em 31 de dezembro de 2006, a CESP tinha 1.403 empregados, 1.302, em 31 de dezembro de 2005, e 1.330, em 31 de dezembro de 2004. A diminuição no número de empregados nesse período reflete principalmente a aposentadoria de empregados.

Praticamente todos os empregados da CESP estão amparados por acordos coletivos que são renegociados anualmente entre os sindicatos que representam os vários grupos de trabalhadores. O último acordo coletivo de trabalho está vigente desde junho de 2006, e tem vencimento em maio de 2007. A cláusula de gerenciamento de pessoal (estabilidade) terá vigência até 31 de maio de 2007.

A CESP oferece uma série de benefícios a seus empregados, a maioria dos quais administrados pela Fundação CESP. O principal escopo da Fundação CESP é complementar a aposentadoria e os serviços de saúde disponíveis aos empregados da CESP. Uma reunião especial realizada em janeiro de 1998 entre os 10 patrocinadores do plano, que são as grandes companhias de eletricidade de São Paulo, incluindo a CESP, alterou o plano de benefícios da Fundação CESP para um plano definido de contribuição, eliminando risco de insuficiência de fundos para os patrocinadores e participantes. Todos os empregados da CESP são obrigados a participar do plano. O novo plano suplementar de benefícios consiste em um plano híbrido, que recebe 50,0% de seus fundos de contribuição anuais da CESP, e 50,0% da contribuição dos empregados.

Meio Ambiente

As atividades de construção e geração da CESP estão sujeitas às regulamentações federais, estaduais e municipais relativas ao meio ambiente. Desde 1973, a CESP tem um Departamento de meio ambiente, responsável pelas implementações das políticas de meio ambiente, através de estudos sobre impacto ambiental e programas relacionados.

A Cedente tem pautado sua atuação em conformidade com as leis e regulamentações ambientais aplicáveis, não havendo motivos que possam impedir ou retardar qualquer projeto a ser desenvolvido. No ano de 2006, constatou-se uma redução das despesas com meio ambiente, uma vez que a maior parte dos gastos relativos à adequação às regras ambientais, relacionados com a usina Porto Primavera, foram concluídos no final de 2003.

Seguros

A CESP mantém seguro para incêndio, acidente com terceiros e outros riscos relacionados com transporte e montagem de equipamentos. A CESP não possui seguro que cobre interrupção de atividades porque acredita que é baixo o risco de grande interrupção das atividades, considerando a energia disponível no Sistema Interligado no Sul-Sudeste. A CESP acredita que mantém os seguros que são costumeiros para as companhias que operam no setor de geração de energia elétrica e adequados para o negócio em que atua.

Principais Contingências

A CESP responde por certos processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária e cível. A Administração da CESP, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

A CESP é pólo passivo em ações administrativas e judiciais de natureza tributária, ambiental, trabalhista, bem como decorrentes de desapropriações. Em 31 de dezembro de 2006, o valor total pleiteado pelos demandantes foi de R\$ 2.291 milhões. Nesta mesma data, o provisionamento total para as contingências administrativas e judiciais foi de R\$ 389,2 milhões, para as quais a CESP possui depósitos judiciais no montante de R\$ 32 milhões (ativo não-circulante) referente a alguns processos envolvendo ações cíveis, trabalhistas e tributárias R\$ 131 milhões (imobilizado em curso). As principais ações encontram-se descritas resumidamente a seguir.

A Administração da CESP, embasada em pareceres de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

Abaixo segue uma descrição dos principais processos judiciais:

Reclamações Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2006, as reclamações trabalhistas movidas contra a CESP montavam a R\$ 187,7 milhões. A CESP mantém registradas provisões para enfrentar eventuais obrigações no montante de R\$ 63,8 milhões e realizou depósitos judiciais de R\$ 14,2 milhões.

Uma das ações, movida pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas e Região, consiste em pedido de adicionais de periculosidade. Já foram emitidas decisões desfavoráveis à CESP em duas instâncias. Em 31 de dezembro de 2006, o montante em discussão era de R\$ 22,3 milhões, com provisão integral para este litígio.

Outras ações movidas pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Itanhaém, Bertioga, Guarujá, Litoral Sul e Vale do Ribeira e, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de São Paulo, objetivam um reajuste de 17,28% sobre pagamentos efetuados sob um acordo judicial. Com base em decisões anteriores e na opinião de seus assessores jurídicos, a CESP acredita que o risco de perda nesta ação é remoto e por isso não constituiu provisão. O valor dessas reclamações em 31 de dezembro de 2006, era de R\$ 49,4 milhões.

Ação também movida pelo Sindicato de Campinas e Região alega que a CESP não aplicou corretamente a Unidade Real de Valor no cálculo das gratificações anuais na época da implantação do Plano Real. O juiz de primeira instância entendeu que o sindicato não é parte legítima para representar os trabalhadores neste tipo de litígio. O montante em discussão, em 31 de dezembro de 2006, era de R\$ 17,5 milhões.

Em 31 de dezembro de 2006, a CESP era ré em 117 processos relacionados à adicional de periculosidade. Duas destas ações, que envolvem sindicatos representantes dos trabalhadores da CESP, representavam um montante de R\$ 37,2 milhões nesta data. Os demais processos judiciais envolvem montantes pouco representativos para a CESP.

Litígios Cíveis

Portarias do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE

A CESP está envolvida em ações propostas por consumidores industriais objetivando a restituição dos valores pretensamente pagos a maior a título de tarifa de energia elétrica, durante o ano de 1986. Esses valores decorrem da majoração das alíquotas promovidas pelas Portarias nºs 38 e 45, respectivamente de 28 de fevereiro e de 4 de março de 1986, do antigo DNAEE. O valor estimado total dessas ações era de R\$ 33,5 milhões em 31 de dezembro de 2006, tendo sido registrada provisão de R\$ 12,6 milhões para essas obrigações, que corresponde à expectativa de perdas consideradas prováveis pelos assessores jurídicos.

Ação de Indenização proposta por Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.

Ação ajuizada em dezembro de 2000, por Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. contra a CESP, objetivando indenização por perdas e danos oriundos da ociosidade de equipamentos e mão-de-obra na Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), referente ao período de janeiro/1988 a janeiro/1996. O valor pleiteado na ação em 31 de dezembro de 2006, era de aproximadamente R\$ 679,3 milhões. A Companhia entende como improcedente o pleito de indenização sobre o período de janeiro/1988 a junho/1990. Com relação ao período de julho/1990 a janeiro de 1996, tendo em vista a sentença do processo, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e com base em informações técnicas e estimativas internas, foi constituída provisão de R\$ 120 milhões referente a esse período.

Ações de Pescadores

Existem ações em curso contra a CESP, intentadas por pescadores da região da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), que pleiteiam indenização por perdas e danos decorrentes do enchimento do reservatório da referida usina até o limite de 257 metros acima do nível do mar. O montante total envolvido nessas ações, em 31 de dezembro de 2006, era de R\$ 146,1 milhões. A CESP não registrou provisão para fazer frente a eventuais indenizações, considerando a análise do mérito desses pedidos de indenização por parte de seus assessores jurídicos, análise do estágio dos processos e das decisões já proferidas na esfera judicial e experiências anteriores.

Ações de Desapropriações/ Indenizações

Encontram-se em curso diversas ações em que se discute o valor da indenização a ser paga pela CESP, em virtude da desapropriação de imóveis situados nas áreas das usinas, incluindo a venda (*split-off*) de área de usinas agora pertencentes ao AES Tietê, Duke Energy Geração Paranapanema e CTEEP que, de acordo com o protocolo de venda parcial (*partial split-off*), prevê que a CESP é parte responsável por qualquer pagamento de litígios existentes até 31 de março de 1999. Em 31 de dezembro de 2006, o valor da pretensão dos reclamantes correspondente às diversas ações (inclusive CESP) era de aproximadamente R\$ 594,1 milhões. A CESP mantém registrada uma provisão de R\$ 134 milhões para as obrigações, referente às empresas cindidas, e R\$ 151 milhões para as ações de desapropriações e/ou indenizações envolvendo suas usinas, que correspondem à expectativa de perdas, consideradas prováveis pelos assessores jurídicos da Companhia.

Privatizações e Disputas Relacionadas

A CESP está envolvida como ré em 44 processos judiciais nos Estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo, que questionam a privatização da CESP e a venda de certos ativos relacionados às suas atividades. Todas as liminares concedidas foram derrubadas e aguarda-se o julgamento do mérito dessas ações, todos com expectativa de risco remoto, que, acredita-se, serão julgadas favoráveis à Companhia.

Litígios Tributários

A CESP está envolvida em ações judiciais tributárias, as quais discutem a constitucionalidade da cobrança (i) da contribuição à Reserva Global de Reversão (“RGR”), (ii) da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e do (iii) Salário Educação, além do recolhimento de impostos sobre a propriedade (i) predial e territorial urbana (IPTU) e (ii) rural (ITR). As principais ações são as seguintes:

RGR

Ação proposta pelo SIEESP, representando a CESP e outras concessionárias de energia elétrica, contra a União e a Eletrobrás, visando a declaração de inconstitucionalidade da cobrança da RGR. Em sentença de primeira instância, o feito foi extinto sem julgamento de mérito (ilegitimidade do SIEESP) e condenação em 10% de honorários sobre o valor da causa.

Quanto ao valor da causa, a União e a Eletrobrás apresentaram impugnações, as quais foram acolhidas, sendo que o SIEESP interpôs agravos de instrumento ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, buscando a reforma das decisões, ainda pendentes de julgamento.

COFINS – DCTF

A Receita Federal emitiu uma cobrança contra a CESP com relação ao COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social). A CESP apresentou defesa junto a Secretaria da Receita Federal – SRF,

alegando que a COFINS foi paga com a utilização de créditos de Imposto de renda de retenções na fonte, e, passíveis de utilização na compensação de tributos e contribuições administrados pela SRF, conforme legislação. A cobrança em questão que a Companhia entende improcedente, é de aproximadamente R\$40,8 milhões, pela alegada falha no pagamento. A CESP não fez nenhuma provisão para o montante envolvido, já que acredita no êxito da sua defesa, face a improcedência da mesma.

COFINS/PIS x Crédito de Imposto de Renda

A CESP foi autuada pela Receita Federal, em relação a um montante aproximado de R\$ 60,0 milhões, em decorrência de compensação de COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e PIS (Programa de Integração Social), através da utilização de créditos existentes a título de IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) passíveis de compensação pela legislação. A CESP não concorda com a cobrança tendo impugnado administrativamente o órgão arrecadador, já que efetivamente possuía os créditos. Também neste caso a CESP não fez nenhuma provisão para esse montante porque a cobrança é improcedente, e acredita no êxito da sua defesa.

Contribuição para Seguridade Social – INSS

O INSS em fiscalização realizada na CESP, detectou e questionou sobre as razões da falta do recolhimento da contribuição de seguridade social, que entendeu devidas por pagamentos feitos pela CESP aos seus empregados (tais pagamentos foram feitos como um incentivo aos pedidos de aposentadoria) entre fevereiro de 1991 e maio de 1998. A CESP não efetuou o pagamento dessas contribuições por não considerar esses incentivos como salário e, portanto não sujeitos à incidência da referida contribuição de seguridade social. Os recursos administrativos apresentados pela CESP obtiveram decisões favoráveis a Companhia.

Multa de Imposto de Renda s/remessa ao exterior

Adicionalmente, a Secretaria da Receita Federal – SRF, cobrou da CESP, o recolhimento de multa que o fisco entende como devida em 2002, referente Imposto de Renda s/remessa ao exterior (pagamento de empréstimos) pela quitação antecipada de empréstimos Notas de Médio Prazo (1997), e, que previa o direito de resgate por parte do investidores detentores do títulos no 5º ano do lançamento da operação, tendo Companhia à época apresentado denúncia espontânea referente a essa multa (20%), a qual não foi recolhida de acordo com a regras do contrato de empréstimos, e, que está sendo reclamada retroativamente pela SRF, cujo saldo com acréscimos referente a essa questão, é de R\$ 13,5 milhões, em 31 de dezembro de 2006, sem o provisionamento correspondente.

Em 11 de janeiro de 2007, a Companhia efetuou depósito judicial em garantia desse processo, o qual vem sendo discutido administrativamente na esfera da SRF.

Salário Educação

A CESP entrou com uma ação contestando o pagamento da contribuição social referente ao salário educação. A Supremo Tribunal Federal declarou esse tributo constitucional e condenou a CESP ao pagamento de honorários em um montante de aproximadamente R\$ 13,2 milhões em 31 de dezembro de 2006. A Companhia fez provisão total para esse litígio.

Litígios Ambientais

A CESP responde por 30 ações ambientais que têm, por objeto, a implantação de escada de peixe, mata ciliar, unidade de conservação, de proteção de encostas e indenização por perdas econômicas. Por se tratar de ações envolvendo danos ao meio ambiente, os valores nelas envolvidos só serão apurados em liquidação de sentença.

Existe, ainda, uma ação cível pública promovida pela Colônia de Pescadores Profissionais em curso na Comarca de Dourados pleiteando indenização de danos à ictiofauna em razão do enchimento do reservatório de Porto Primavera. O valor envolvido nesta ação era de aproximadamente R\$ 21,4 milhões em 31 de dezembro de 2006, sem provisão constituída.

Tributos e Contribuições Sociais

Obrigações fiscais - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS

A CESP questiona judicialmente a constitucionalidade da inclusão de receitas financeiras e não-operacionais na base de cálculo da COFINS, tendo obtido liminar que autorizou o recolhimento sem a inclusão das referidas receitas. Até 31 de dezembro de 2006, o provisionamento atualizado referente ao período de julho/1999 a janeiro/2004, correspondente a essa ação era de R\$ 342 milhões (nota explicativa nº 14, das Demonstrações financeiras de 31.12.2006). Esta ação encontra-se em fase recursal, tendo em vista apelação interposta pela CESP no ano 2001, à qual foi concedido provimento. Estão pendentes de julgamento os embargos declaratórios ingressados pela CESP.

Em 9 de novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal - STF julgou pela inconstitucionalidade do chamado alargamento da base de cálculo da referida contribuição. A CESP aguarda o julgamento do Tribunal Regional Federal em São Paulo, que também deverá se posicionar pela inconstitucionalidade da matéria, seguindo a decisão do STF. Somente após a decisão definitiva favorável e transitada em julgado, este valor será revertido a crédito do resultado.

Programas de Parcelamento de Dívidas

Programa de Recuperação Fiscal – REFIS

Em 14 de dezembro de 1999, o governo Federal criou o Programa de Recuperação Fiscal (“REFIS”), esse programa permitiu a inclusão de dívidas tributárias com parcelamento estruturado para liquidação das dívidas fiscais e tributárias e com o INSS declaradas pela Companhia. A dívida incluída pela CESP no programa, é amortizada mensalmente à razão de 1,2% sobre o faturamento mensal da Companhia. O valor mensal da parcela recolhida é apurado com base no faturamento verificado de acordo com o volume mensal de energia faturada pela Companhia contra seus clientes, estimando-se que significa que a dívida deverá ser amortizada em aproximadamente 13 anos.

A CESP aderiu ao programa do REFIS em 28 de abril de 2000, sendo que em junho de 2000 declarou todas as dívidas fiscais a Secretaria da Receita Federal, incluindo o PIS (Programa de Integração Social) COFINS, FINSOCIAL, CSLL, dívidas de Imposto de Renda e dívidas junto ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS. A Companhia incluiu no programa inclusive dívidas já provisionadas e parceladas, o que permitiu a Companhia alongar o período de pagamento e a substituição do indexador anteriormente adotado “SELIC” pela taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”). Em relação ao programa de REFIS, a CESP arrolou bens de sua propriedade em garantia, não vinculados às atividades de geração de energia, no valor de aproximadamente R\$ 6,7 milhões.

O saldo total atualizado de REFIS em 31 de dezembro de 2006, era de R\$ 206,8 milhões. No período de abril de 2000 a dezembro de 2006 a Companhia já recolheu, a título de REFIS, o valor de R\$ 155,2 milhões, a razão de 1,2% sobre o seu faturamento mensal, (nota explicativa nº 15, das DF's de 31.12.2006).

Informações financeiras e operacionais selecionadas

Os quadros a seguir exibem dados financeiros selecionados da Cedente. Os dados financeiros selecionados originaram-se das demonstrações financeiras para os respectivos exercícios indicados, elaboradas de acordo com a legislação societária. As demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 foram auditadas pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes. As demonstrações financeiras dos períodos encerrados em 31 de março de 2007 e 2006 e dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006 e 2005 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO					
(Valores em milhares de reais)					
	1T07	1T06	2006	2005	2004
ATIVO					
CIRCULANTE					
Disponibilidades.....	4.818	279.643	201.728	25.530	213.000
Aplicações financeiras.....	8.976	152.578	126.844	22.295	10.292
Consumidores.....	76.128	66.826	76.535	65.692	50.704
Revendedores.....	169.135	178.351	191.510	169.385	212.445
Valores a receber - Energia livre/RTE e CCEE.....	195.353	253.943	232.603	240.949	154.669
Valores a receber	59.663	27.061	38.800	22.899	21.056
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(24.958)	(25.608)	-24.958	-25.608	-24.832
Tributos e contribuições compensáveis.....	13.059	5.412	10.767	4.924	5.395
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	31.170	-	50.157	-	-
Almoxarifado.....	13.061	14.357	13.435	15.517	13.864
Despesas pagas antecipadamente.....	88.771	13.398	93.280	22.456	109.759
Outros créditos.....	39.737	63.170	38.423	39.151	37.702
	<u>674.913</u>	<u>1.029.131</u>	<u>1.049.124</u>	<u>603.190</u>	<u>804.054</u>
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Valores a receber - Energia livre/RTE.....	-	48.662	13.294	99.701	304.953
Valores a receber	32.944	35.890	45.931	45.799	52.068
Tributos e contribuições compensáveis.....	-	-	-	-	1.483
Cauções e depósitos vinculados.....	156.301	94.159	135.060	94.852	75.816
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	686.570	776.420	686.570	776.420	776.420
Despesas pagas antecipadamente.....	143.161	-	164.469	-	25.596
Outros créditos.....	1.399	19.869	3.211	20.249	19.259
	<u>1.020.375</u>	<u>975.000</u>	<u>1.048.535</u>	<u>1.037.021</u>	<u>1.255.595</u>
Investimentos.....	126.624	134.020	126.624	134.020	47.880
Imobilizado.....	17.313.061	17.639.045	17.450.698	17.700.143	17.797.013
	<u>17.439.685</u>	<u>17.773.065</u>	<u>17.577.322</u>	<u>17.834.163</u>	<u>17.844.893</u>
	<u>18.460.060</u>	<u>18.748.065</u>	<u>18.625.857</u>	<u>18.871.184</u>	<u>19.100.488</u>
TOTAL DO ATIVO.....	<u>19.134.973</u>	<u>19.777.196</u>	<u>19.674.981</u>	<u>19.474.374</u>	<u>19.904.542</u>

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores em milhares de reais)

	<u>1T07</u>	<u>1T06</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores.....	59.044	69.120	63.992	88.414	40.708
Supridores de energia elétrica/Encargos de uso da rede elétrica.....	41.678	35.924	50.486	53.068	13.630
Folha de pagamento.....	0	0	0	0	1.065
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....	0	0	0	-	11.729
Tributos e contribuições sociais.....	82.284	33.869	62.087	44.676	54.664
Tributos e contribuições sociais - REFIS.....	30.334	24.105	33.613	26.085	26.604
Encargos de dívidas.....	57.761	74.864	122.220	113.907	129.282
Empréstimos e financiamentos.....	1.040.469	1.971.742	1.227.948	1.775.647	2.052.154
Valores a pagar - energia.....	-	-	-	0	22.385
Valores a pagar.....	33.044	113.629	32.012	110.727	77.764
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC.....	467.259	359.900	452.624	341.291	90.065
Entidade de previdência a empregados.....	37.838	33.256	37.123	44.129	129
Taxas regulamentares.....	67.361	49.190	75.568	49.518	47.335
Obrigações estimadas e folha de pagamento.....	15.347	12.388	17.503	13.776	207.369
Provisão para contingências.....	104.194	132.511	104.439	131.494	-
	<u>82.769</u>	<u>75.854</u>	<u>92.168</u>	<u>54.615</u>	<u>35.832</u>
	<u>2.119.382</u>	<u>2.986.352</u>	<u>2.371.783</u>	<u>2.847.347</u>	<u>2.810.715</u>
NÃO CIRCULANTE					
Exigível a Longo Prazo					
Empréstimos e financiamentos.....	3.622.696	6.163.404	3.826.714	5.997.494	7.454.209
Valores a pagar.....	173.959	263.320	176.561	282.097	381.047
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC.....	1.084.399	1.001.165	1.163.617	1.052.031	360.260
Entidade de previdência a empregados.....	492.134	549.839	497.013	558.615	611.546
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	519.663	705.373	542.980	701.731	598.765
Tributos e contribuições sociais.....	346.485	319.369	341.814	319.369	6.089
Tributos e contribuições sociais - REFIS.....	171.037	197.580	173.189	199.007	208.748
Taxas regulamentares.....	12.151	16.224	12.151	16.224	7.993
Provisão para contingências.....	286.325	276.159	284.817	274.479	309.101
Outras obrigações.....	15.481	15.481	15.481	15.481	15.481
Outros	<u>116.581</u>	<u>139.854</u>	<u>122.399</u>	<u>145.672</u>	<u>-</u>
	<u>6.840.911</u>	<u>9.647.768</u>	<u>7.156.736</u>	<u>9.562.200</u>	<u>9.953.239</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	5.975.433	2.775.433	5.975.433	2.775.433	2.655.433
Reservas de capital.....	5.542.119	5.542.119	5.542.119	5.542.119	5.542.119
Prejuízos acumulados.....	<u>-1.342.872</u>	<u>-1.174.476</u>	<u>-1.371.090</u>	<u>-1.252.725</u>	<u>-1.056.964</u>
	<u>10.174.680</u>	<u>7.143.076</u>	<u>10.146.462</u>	<u>7.064.827</u>	<u>7.140.588</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	<u><u>19.134.973</u></u>	<u><u>19.777.196</u></u>	<u><u>19.674.981</u></u>	<u><u>19.474.374</u></u>	<u><u></u></u>

CESP - Companhia Energética de São Paulo

DRE - R\$ milhares	1T07	1T06	2006	2005	2004
Receita Operacional	586.349	528.581	2.398.136	2.102.979	2.130.272
Deduções da Receita Operacional	(96.814)	(78.473)	(337.799)	(263.106)	(213.186)
Receita Operacional Líquida	489.535	450.108	2.060.337	1.839.873	1.917.086
Despesas Operacionais	(301.704)	(304.320)	(1.247.149)	(1.247.021)	(922.898)
Resultado do Serviço	187.831	145.788	813.188	592.852	994.188
Receitas (Despesas) Financeiras	115.083	41.001	(889.298)	(591.972)	(776.858)
Lucro (Prejuízo) Operacional	60.461	90.882	(73.403)	(29.066)	195.738
Resultado não Operacional	9.106	(8.991)	(70.028)	(63.729)	(56.377)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	69.567	81.891	(143.431)	(92.795)	139.361
Lucro (Prejuízo) Líquido	28.218	78.249	(118.365)	(195.761)	34.059

Exercício financeiro findo em 31 de março de		Exercício financeiro findo em 31 de dezembro de				Exercício financeiro findo em 31 de março de	
R\$ milhões	1T07	R\$ milhões	2004	2005	2006	1T06	1T07
Dívida Bruta	7.009	Receita Líquida	1.917	1.840	2.060	450	489
Dívida Líquida	6.763	EBITDA	1.470	1.231	1.371	289	323
Patrimônio Líquido	10.174	Resultado Financeiro	(816)	(592)	(889)	(55)	(127)
		Resultado Líquido	34	(196)	(118)	78	28
		Margem EBITDA	77%	67%	67%	64%	66%
		Margem Líquida	2%	-	-	17%	6%
		EBITDA / Resultado Financeiro	1,80	2,08	1,54	5,26	2,54

Fonte: Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006/2005/2004 e nos períodos findos em 31 de março de 2006/2007..

R\$ Milhares	31 de março de 2007				31 de dezembro de 2006				2005
	Principal				Principal				
Moeda Estrangeira	Encargos	Circulante	Longo Prazo	Total	Encargos	Circulante	Longo Prazo	Total	Total
Instituições Financeiras (1)	29.884	155.497	708.995	894.376	14.835	162.660	740.029	917.524	1.274.828
BNDES (2)	-	-	925.975	925.975	-	-	969.508	969.508	1.266.723
Medium Term Notes (3)	11.027	323.383	827.548	1.161.958	105.168	304.568	1.679.531	2.089.267	1.298.064
Banco do Brasil S.A. (4)	-	-	-	-	-	-	-	-	666.551
Eletrobrás	165	4.465	-	4.630	78	5.186	-	5.264	11.102
CPFL (5)	182	20.994	47.988	69.164	239	21.891	54.727	76.857	108.163
Outras Instituições	257	849	5.952	7.058	129	885	6.206	7.220	8.769
Subtotal	41.515	505.188	2.516.458	3.063.161	120.449	495.190	3.450.001	4.065.640	4.634.200
Moeda Nacional									
Instituições Financeiras (6)	1.730	132.770	295.961	430.461	1.771	150.900	314.894	467.565	562.485
BNDES (7)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.510.432
Notas de Médio Prazo	14.516	-	755.767	770.283	-	-	-	-	-
Eletrobrás	-	5.240	60.510	65.750	-	5.235	61.819	67.054	72.268
Debêntures (8)	-	143.974	-	143.974	-	227.135	-	227.135	511.330
Certificados a Termo de Energia Elétrica – CTEE's (9)	-	253.297	-	253.297	-	349.488	-	349.488	596.333
Subtotal	16.246	535.281	1.112.238	1.663.765	1.771	732.758	376.713	1.111.242	3.252.848
Total	57.761	1.040.469	3.628.696	4.726.926	122.220	1.227.948	3.826.714	5.176.882	7.887.048

Fonte: Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006/2005 e nos períodos findos em 31 de março de 2006/2007. (Notas explicativas n.ºs. 16.1 a 16.6).

As Demonstrações Financeiras da Cedente para os períodos encerrados em 31 de março de 2007 e 2006 e para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004, arquivadas na CVM, são ora incorporadas por referência a este Prospecto.

16. ANEXOS

- 1. Instrumento de Constituição do Fundo**
- 2. Regulamento Consolidado**
- 3. Suplemento**
- 4. Contrato de Cessão**
- 5. Relatório da Agência de Classificação de Risco**
- 6. Modelo de CCEAR Cedido**
- 7. Relatório – Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

1. Instrumento de Constituição do Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP IV.

Por este instrumento particular, a **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado na Cidade de Deus, s/n, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, nos termos da legislação e regulamentação vigentes ("o Administrador"), resolve:

209291



I. Constituir um fundo de investimento em direitos creditórios, nos termos da Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM n.º 393, de 22 de julho de 2003, em regime de condomínio fechado, denominado **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP IV** ("Fundo").

II. A administração do Fundo será efetuada pela **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** ("Administrador"), instituição acima nomeada e qualificada, na forma do seu Regulamento anexo.

III. Designar como responsável pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a ele relativas, inclusive perante a Secretaria da Receita Federal, é o Sr. **SÉRGIO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.318.305-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 272.994.148-72, com domicílio na Cidade de Deus, Osasco, São Paulo, na qualidade de diretor do Administrador;

IV. Aprovar o Regulamento do Fundo, o qual faz parte integrante do presente instrumento particular de constituição;



V. Assumir as funções de administração do Fundo;

VI. Contratar;

209291



a) BRAM - Bradesco Asset Management S.A. - DTVM, com sede na Avenida Paulista, 1.450, 6º e 7º andares, Bela Vista, São Paulo, SP, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.375.134/0001-44, para a prestação de serviços de gestão da carteira de ativos do Fundo ("Gestora");

b) Standard & Poor's, divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., agência classificadora de risco com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Eng. Luís Carlos Berrini 1253, 10º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 02.295.585/0002-20, para prestar os serviços de classificação de risco (rating) das Quotas Seniores (conforme definido abaixo) do Fundo;

c) Deloitte Touch Tohmatsu Consultores Ltda., empresa de auditoria com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua José Guerra 127, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 62.434.951/0001-30, para prestar serviços de auditoria independente para o Fundo; e

d) Banco Itaú BBA S.A., o Banco Votorantim S.A., o Banco BC Brasil S.A. e o Banco Fator S.A., para prestar os serviços de distribuição pública das Quotas Seniores de única emissão do Fundo, conforme indicado no item 6 abaixo (as "Instituições Intermediárias").

VII. Deliberar sobre (i) a emissão, pelo Fundo, das quotas seniores da sua única emissão (as "Quotas Seniores") e quotas subordinadas (as "Quotas Subordinadas", e em conjunto com as Quotas Seniores, as "Quotas"), correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo, sendo as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas emitidas com valor unitário de R\$ 312.500,00 (trezentos e doze mil e quinhentos reais). As Quotas Seniores serão distribuídas publicamente no mercado de balcão organizado



de balcão organizado (a "Oferta"), sob a coordenação das Instituições Intermediárias, e as Quotas Subordinadas serão subscritas de forma privada pela CESP - Companhia Energética de São Paulo ("Cedente"), nos termos do "Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP IV", a ser celebrado entre a Cedente e o Fundo; e

Estando assim deliberada a constituição do Fundo, é firmada a presente em 4 (quatro) vias de igual teor e forma.

209291

Osasco, 22 de março de 2007.



[Handwritten signature]

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Sérgio Socha

Just Luiz Acar Pedro

2.º OFICIAL DE REGISTRO TÍTULOS DOCUMENTOS
DE OSASCO - SP
Rua Dante Bastiani, 249
Centro - Osasco - SP CEP 06013-050.
APRESENTAÇÃO MONITÓRIA DE TÍTULOS REGISTRADO E
MICROFILMADO Nº 209291 COPIADO E
Osasco, 27 de março de 2007
RITA PEREIRA
FIRMA Nº 209291
Total Pago R\$ 534,44 (valor de 32% devidos
ao Estado e 70% a CESP Participações em IPESB, sobre
R\$ 334,03 devido ao Oficial.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

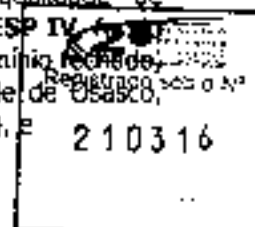
2. Regulamento Consolidado

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO
DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP IV**

CNPJ/MF n.º 08.731.079/0001-32

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.066.670/0001-00, neste ato representada de acordo com seu Contrato Social, nos termos da legislação e regulamentação vigentes, na qualidade de **Administrador do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP IV**, de investimento em direitos creditórios, constituído sob a forma de condomínio fechado, devidamente registrado no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, sob n.º 209.921, em 27 de março de 2007 ("Fundo"), e



CONSIDERANDO QUE:

- (i) A Comissão de Valores Mobiliários – CVM, por meio do Ofício: OFÍCIO/CVM/SRE/SEP/Nº 66/2007 formulou exigências a serem atendidas pelo Fundo, nos termos da Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pelas Instruções CVM n.º 393 de 22 de julho de 2003, n.º 435, de 5 de julho de 2006, n.º 442, 8 de dezembro de 2006 e n.º 446, de 19 de dezembro de 2006 ("Instrução CVM 356") e, por esta razão, não são aplicáveis, para a alteração do Regulamento, as disposições dos artigos 25 e 26, II, da Instrução nº 356; e
- (ii) Os termos e expressões, em sua forma singular ou plural, aqui utilizados e não definidos, têm o mesmo significado que lhes são atribuídos no Regulamento,

resolve firmar o presente "Instrumento Particular de Primeira Alteração do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP IV" (o "Termo Aditivo"), de acordo com as seguintes cláusulas:

I. Ficam excluídas as definições de "BOVESPAFIX" e "SOMAFIX", bem como fica alterada a definição de "Relatório de Faturas Mensais de Energia Elétrica" no "Glossário" do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Relatório de Faturas Mensais de Energia Elétrica – é o relatório das Faturas Mensais de Energia Elétrica encaminhado pela Cedente ao Agente de Recebimento nos termos do Contrato de Cessão."

II. Fica acrescentado o Parágrafo Terceiro do Artigo 4 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo Terceiro. Para fins do disposto na Lei n.º 11.033, de 21 de dezembro de 2004 e da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 487, de 30 de



dezembro de 2004, o Administrador envidará esforços para que a política de investimentos do Fundo seja caracterizada como de longo prazo."

III. Fica alterado o Parágrafo Quarto do Artigo 12 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo Quarto. Independentemente do disposto no Parágrafo Segundo acima, o Custodiante realizará auditoria, no mínimo trimestral da totalidade das Faturas de Energia Elétrica e, da totalidade dos Documentos Comprobatórios, todos disponibilizados pela Cedente em meio eletrônico, de forma a verificar a sua regularidade. O resultado dessa auditoria será comunicado pelo Custodiante ao Administrador, à Cedente, à Empresa de Auditoria e à Agência de Classificação de Risco, para que sejam adotadas as medidas previstas no Contrato de Cessão."

IV. Fica alterado a alínea (a) do Artigo 15 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"a) aplicação de recursos em ativos de renda variável ou atrelados à variação cambial;"

V. Ficam alterados o caput e a alínea (k) do Artigo 21 do Regulamento, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"Artigo 21. Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se as seguintes:"

(...)

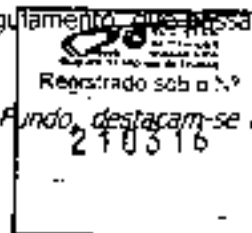
"k) **Quorum Qualificado e necessidade de aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas.** O Regulamento do Fundo estabelece quorum qualificado para a Assembleia Geral deliberar sobre a matéria de interesse dos Quotistas e, ainda, sobre a necessidade da matéria a que se refere o Parágrafo Terceiro, do Artigo 40, depender da aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas, conforme disposto no Parágrafo Terceiro do Artigo 61. O quorum qualificado, bem como a dependência da aprovação da referida matéria pelos titulares das Quotas Subordinadas, em algumas circunstâncias, poderá acarretar limitações às atividades do Fundo."

VI. Fica alterado o caput e acrescentado a alínea (h) do Artigo 22 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 22. Quanto aos riscos, associados aos Direitos Creditórios destacam-se os seguintes:"

(...)

"h) **Risco associado à eventual limitação do Contrato de Cessão.** O Despacho nº 226, da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL



(*integra do despacho no Anexo IV do Regulamento*), que dispõe sobre a anuência à cessão dos direitos creditórios ao Fundo, traz a seguinte redação: "(...) I - anuir com a dação de recebíveis até o limite de 8,16% da receita líquida anual da Companhia Energética de São Paulo - CESP, formada pelos direitos creditórios e garantias dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's, produtos 2007 a 2039, firmados entre a CESP e diversas distribuidoras para constituição do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, denominado "FIDC IV", no montante de até R\$1.250.000.000,00, com prazo de 10 (dez) anos e uma possível antecipação desses recursos no valor de até R\$ 500.000.000,00, junto ao Banco Bradesco S.A. (coordenador líder), "destinados ao equacionamento das obrigações financeiras da concessionária na forma e observados os termos e as condições estabelecidas no Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Futuros e Outras Avenças e no Regulamento do Fundo"; II - estabelecer que a destinação dos recursos deve estar estritamente vinculada ao objeto da respectiva concessão, sendo de exclusiva responsabilidade da concessionária a gestão quanto à necessidade, oportunamente, análise dos riscos e custo inerentes à captação dos recursos; III - ressaltar que a possibilidade de a concessionária oferecer os direitos emergentes da concessão está limitada ao montante que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação dos serviços; IV - registrar que esta manifestação não dará direito de qualquer ação contra a ANEEL, em decorrência de descumprimento, pela concessionária, dos seus compromissos financeiros; V - determinar que a concessionária apresente à ANEEL, versão definitiva da escritura do FIDC IV, bem como do prospecto de emissão, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e VI - este despacho entra em vigor na data de sua publicação." Tendo em vista tal despacho, caso venha a ser interpretado que o Contrato de Cessão está limitado a 8,16% da receita líquida anual da CESP, tal fato poderá, restringir, temporariamente e na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, o direito deste de receber parte do produto dos recursos advindos dos Direitos Creditórios."

VII. Fica alterado o caput e acrescentado a alínea (h) do Artigo 23 do Regulamento, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"Artigo 23. Quanto aos riscos associados à Cedente e ao setor em que atua, que podem afetar a originção e a entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo, destacam-se os seguintes:"

(...)

"h) A Cedente está incluída no Programa Estadual de Desestatização do Estado de São Paulo. A Cedente está incluída no Programa Estadual de Desestatização do Estado de São Paulo, instituído pela Lei Estadual n.º 9.361, de 5 de julho de 1996. Na data deste Regulamento, não há iniciativa oficial em curso do Governo do Estado de São Paulo, acionista controlador da Cedente, em promover a alienação de ações representativas do controle acionário da Cedente. A alteração do controle acionário da Cedente é um Evento de Avaliação previsto na alínea (d), do Artigo 51, do Regulamento, o qual enseja a convocação de



Assembleia Geral. Os potenciais interessados nas Quotas Seniores devem levar em consideração tal hipótese na tomada de decisão de investimento nas Quotas Seniores."

VIII. Fica alterado o caput do Artigo 45 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 45. As Quotas Seniores serão registradas para negociação, (i) no MNC – Módulo de Negociação de Cotas de Fundos de Investimento da CETIP, a qual efetuará a liquidação da negociação e a custódia eletrônica das Quotas Seniores, e no SFF, observada a responsabilidade dos intermediários de assegurarem que somente Investidores Qualificados adquiram Quotas Seniores do Fundo."

IX. Fica alterado a alínea (f) do Artigo 51 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"f) descumprimento, pela Cedente, da obrigação assumida nos termos do item 6.2. do Contrato de Cessão (relativa à obrigação de entregar as Faturas Mensais de Energia Elétrica), informada pelo Agente de Recebimento ao Administrador, não sanado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado da notificação que lhe tenha sido encaminhada pelo Administrador;"

X. Fica alterado o Parágrafo Quarto do Artigo 52 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo Quarto. Observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo Dezessete, quando os recursos disponíveis na Conta Autorizada do Fundo forem equivalentes ao menor valor entre (i) o valor de resgate das Quotas; e (ii) R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), o Administrador debitará a Conta Autorizada do Fundo e procederá ao resgate antecipado das Quotas em circulação detidas pelos Quotistas dissidentes, no caso previsto no Parágrafo Segundo acima, ou de titularidade das Quotas em circulação, no caso da liquidação antecipada do Fundo."

XI. Fica alterado o Parágrafo Terceiro do Artigo 61 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo Terceiro. A deliberação a que se refere o Parágrafo Terceiro do Artigo 40 dependerá da aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas."

XII. Fica substituído o Anexo I - Listagem dos CCEAR Cedidos e Distribuidoras Cedidas, pela tabela que consta do Anexo I ao Regulamento ora Consolidado como anexo ao presente Termo Aditivo.

XIII. Fica alterado a alínea (k) do item 9.2. do Anexo II - Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"k) Quorum Qualificado e necessidade de aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas. O Regulamento do Fundo estabelece quorum qualificado para a Assembleia Geral



deliberar sobre a matéria de interesse dos Quotistas e, ainda, sobre a necessidade da matéria a que se refere o Parágrafo Terceiro, do Artigo 40 do Regulamento, depender da aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas, conforme disposto no Parágrafo Terceiro do Artigo 61. O quorum qualificado, bem como a dependência da aprovação da referida matéria pelos titulares das Quotas Subordinadas, em algumas circunstâncias, poderá acarretar limitações às atividades do Fundo."

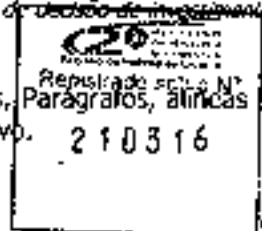
XIV. Fica acrescentado a alínea (h) do item 9.3, do Anexo II - Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"h) **Risco associado à eventual limitação do Contrato de Cessão.** O Despacho nº. 926, da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL (íntegra do despacho no Anexo IV do Regulamento), que dispõe sobre a anuência à cessão dos direitos creditórios ao Fundo, traz a seguinte redação: "[...] I - anuir com a doação de recebíveis até o limite de 8,16% da receita líquida anual da Companhia Energética de São Paulo - CESP, formada pelos direitos creditórios e garantias dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's, produtos 2007 a 2039, firmados entre a CESP e diversas distribuidoras para constituição do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, denominado "FIDC IV", no montante de até R\$1.250.000.000,00, com prazo de 10 (dez) anos e uma possível antecipação desses recursos no valor de até R\$ 500.000.000,00, junto ao Banco Bradesco S.A. (coordenador líder), "destinados ao equacionamento das obrigações financeiras da concessionária na forma e observados os termos e as condições estabelecidos no Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Futuros e Outras Avenças e no Regulamento do Fundo"; II - estabelecer que a destinação dos recursos deve estar estritamente vinculada ao objeto da respectiva concessão, sendo de exclusiva responsabilidade da concessionária a gestão quanto à necessidade, oportunidade, análise dos riscos e custo inerentes à captação dos recursos; III - ressaltar que a possibilidade de a concessionária oferecer os direitos emergentes da concessão está limitada ao montante que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação dos serviços; IV - registrar que esta manifestação não dará direito de qualquer ação contra a ANEEL, em decorrência de descumprimento, pela concessionária, dos seus compromissos financeiros; V - determinar que a concessionária apresente à ANEEL, versão definitiva da escritura do FIDC IV, bem como do prospecto de emissão, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e VI - este despacho entra em vigor na data de sua publicação." Tendo em vista tal despacho, caso venha a ser interpretado que o Contrato de Cessão está limitado a 8,16% da receita líquida anual da CESP, tal fato poderá, restringir, temporariamente e na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, o direito deste de receber parte do produto dos recursos advindos dos Direitos Creditórios."

XV. Fica acrescentado a alínea (h) do item 9.4, do Anexo II - Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"h) **A Cedente está incluída no Programa Estadual de Desestatização do Estado de São Paulo.** A Cedente está incluída no Programa Estadual de Desestatização do Estado de São Paulo, instituído pela Lei Estadual nº. 9.361, de 5 de julho de 1996. Na data deste Regulamento, não há iniciativa oficial em curso do Governo do Estado de São Paulo, através do controlador da Cedente, em promover a alienação de ações representativas do controle acionário da Cedente. A alteração do controle acionário da Cedente é um Evento de Avaliação previsto na alínea (d), do Artigo 51, do Regulamento, o qual enseja a convocação de Assembleia Geral. Os potenciais interessados nas Quotas Semiores devem levar em consideração tal hipótese na tomada de decisão de investimento nas Quotas Semiores."

XVI. O Administrador expressamente ratifica os demais Artigos, Parágrafos, alíneas e Anexos do Regulamento não alterados pelo presente Termo Aditivo.



XVII. Em face das deliberações acima, o Regulamento do Fundo fica consolidado, nos termos do documento anexo.

São Paulo, 17 de maio de 2007.

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Sérgio Socha

José Luiz Acar Pedrin



22. OFICIAL DE REGISTRO TÍTULOS DOCUMENTOS
DE OSASCO - SP

Rua Duarte Bastos, 242
Centro - Osasco - SP CEP 02013-130

APRESENTAÇÃO NO E PROTEÇÃO, REGISTRADO E
MICROFILMADO SOB N.º 210316 DO LIVRO B

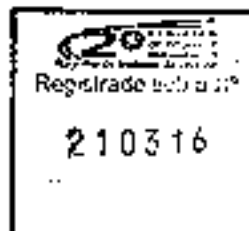
Osasco, 17 de maio de 2007

JOÃO M. MARINHEIRO ANDRÉAS S. DE ALMEIDA
PRISCILA VIEIRA/SONIA MARIA DA COSTA PEREIRA

PROTEÇÃO N.º 210316

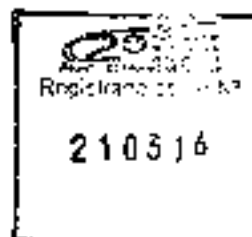
Total Pago R\$ 565,04 - Esquema inclui 12% de juros
ao Estado e 20% de CART Previdência do IESP, sobre

R\$ 450,00 - devido ao Grupos.



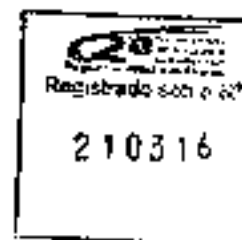
**REGULAMENTO CONSOLIDADO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS CESP IV**

X



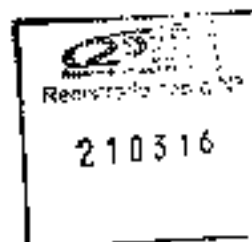
ÍNDICE

GLOSSÁRIO	4
CAPÍTULO UM – DO FUNDO	11
CAPÍTULO DOIS – DO PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO	11
CAPÍTULO TRÊS – DO ADMINISTRADOR	12
CAPÍTULO QUATRO – DAS RESPONSABILIDADES DO ADMINISTRADOR	13
CAPÍTULO CINCO – DA CUSTÓDIA, CONTROLADORIA DOS ATIVOS DO FUNDO E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO FUNDO	17
CAPÍTULO SEIS – DO OBJETIVO DO FUNDO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DE COMPOSIÇÃO E DE DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA	18
CAPÍTULO SETE – DOS FATORES DE RISCO	20
CAPÍTULO OITO – DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	30
CAPÍTULO NOVE – DOS PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA E ENTREGA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS AO FUNDO	31
CAPÍTULO DEZ – DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO	32
CAPÍTULO ONZE – DAS QUOTAS E DA AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS	33
CAPÍTULO DOZE – DA EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E DO VALOR DAS QUOTAS E DA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO E RESGATE	35
CAPÍTULO TREZE – DO PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS QUOTISTAS	38
CAPÍTULO QUATORZE – DO REGISTRO DA DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS	39
CAPÍTULO QUINZE – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	39
CAPÍTULO DEZESSEIS – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DOS EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO	40
CAPÍTULO DEZESSETE – DA ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS	44



CAPÍTULO DEZOITO - DOS PROCEDIMENTOS E DOS CUSTOS REFERENTES À COBRANÇA DOS ATIVOS DO FUNDO.....	45
CAPÍTULO DEZENOVE - DA ASSEMBLÉIA GERAL.....	46
CAPÍTULO VINTE - DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	49
CAPÍTULO VINTE E UM - DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	50
CAPÍTULO VINTE E DOIS - DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS.....	50
CAPÍTULO VINTE E TRÊS - DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO.....	51
CAPÍTULO VINTE E QUATRO - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	51
ANEXO I - LISTAGEM DOS CCEAR CEDIDOS E DISTRIBUIDORAS CEDIDAS.....	53
ANEXO II - TERMO DE ADESAO AO REGULAMENTO E CIÊNCIA DE RISCO.....	97
ANEXO III - SUPLEMENTO.....	107
ANEXO IV - DESPACHO ANEEL.....	111

[Handwritten signature]



GLOSSÁRIO

ADINs – Ações Diretas de Inconstitucionalidade n.º 3090 e 3100.

Administrador – tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 5.

Agência de Classificação de Risco – é a Standard & Poor's ou sua sucessora.

Agente de Recebimento – é o Banco Itaú S.A., na qualidade de agente de recebimento dos valores relativos ao pagamento dos Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.

ANEEL – é a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Artigos – são os artigos dos Capítulos.

Assembléia Geral – é a assembléia geral de Quotistas, ordinária ou extraordinária, realizada nos termos do Capítulo Dezenove.

Ativos Financeiros – são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos Creditórios, que compõe o Patrimônio Líquido.

Bacen – é o Banco Central do Brasil.

BM&F – é a Bolsa de Mercadorias & Futuros.

Capítulos – são os capítulos do Regulamento.

CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.

Cedente – é CESP - Companhia Energética de São Paulo, ou sua sucessora, a qualquer título.

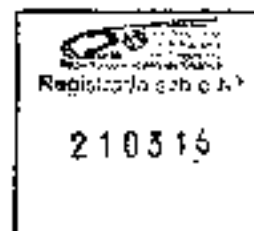
Cessão Incondicionada - tem o significado que lhe é atribuído no item 2.1. da Cláusula Segunda do Contrato de Cessão.

Cessão sob Condição Suspensiva - tem o significado que lhe é atribuído no item 2.1. da Cláusula Segunda do Contrato de Cessão.

CETIP – é a Câmara de Custódia e Liquidação.

CNPJ/MF – é o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.

Conta Autorizada da Cedente – é a conta corrente de titularidade da Cedente para recebimento dos valores transferidos pelo Agente de Recebimento.



Conta Autorizada do Fundo – é a conta corrente de titularidade do Fundo, mantida no Banco Itaú S.A., para recebimento dos valores transferidos pelo Agente de Recebimento.

Conta de Recebimento e Pagamento – é a conta do Banco Itaú S.A., como Agente de Recebimento, na qual são depositados os valores relativos ao pagamento dos Direitos Creditórios.

Contrato de Cessão – é o "Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Futuros e Outras Avenças", celebrado entre a Cedente e o Fundo, com a intervenção do Banco Itaú S.A.

Contrato de Colocação – é o "Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Subscrição e Colocação de Quotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP IV", celebrado entre o Administrador, a Cedente, o Banco Bradesco BBI S.A., o Banco Itaú BBA S.A., o Banco Votorantim S.A., o Banco ABC Brasil S.A., e o Banco Fator S.A.

Contrato de Concessão – é o Contrato de Concessão n.º 003/2004 – ANEEL – CESP, firmado em 12 de novembro de 2004, entre a Cedente e a ANEEL, com a intervenção do Estado de São Paulo.

CCEAR Cedidos – são os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR firmado entre a Cedente e as Distribuidoras Cedidas nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, que regulam o fornecimento de energia elétrica pela Cedente às Distribuidoras Cedidas, cujos Direitos Creditórios são cedidos ao Fundo, e que estão identificados no Anexo I ao Regulamento.

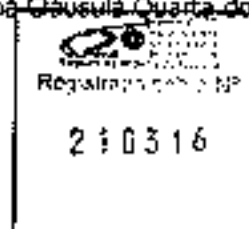
Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores – é o "Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores", celebrado entre a Cedente, o Fundo e o Agente de Recebimento.

Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas – é o "Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP IV", celebrado entre o Fundo e a Cedente.

CPMF – significa a Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira ou qualquer outro tributo incidente sobre o mesmo fato gerador.

Crêterios de Elegibilidade – são os critérios definidos na Cláusula Quarta do Contrato de Cessão, atendidos pelas CCEAR Cedidos.

CVM – é a Comissão de Valores Mobiliários.



Custodiante – é o Banco Itaú S.A., com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 60.701.190/0001-04, responsável pelos serviços de custódia e controle dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM 356.

Datas de Amortização – tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo Primeiro do Artigo 32.

Data de Apuração – significa cada data de apuração do Fator da Cessão dos Direitos Creditórios, conforme calculado nos termos da Cláusula 2.2. do Contrato de Cessão.

Data de Emissão – é a data em que os recursos decorrentes da integralização de Quotas Seniores ou de Quotas Subordinadas, conforme o caso, são colocados pelos Investidores Qualificados e/ou pela Cedente, conforme o caso, à disposição do Fundo nos termos do Artigo 37 e que deverá ser, necessariamente, um dia útil.

Data de Início da Entrega – tem o significado que lhe é atribuído no item 2.1 do Contrato de Cessão.

Data de Resgate – é a data em que se dará o resgate integral das Quotas, que deverá coincidir com a 111ª Data de Amortização das Quotas Seniores.

Direitos Creditórios – são os direitos de crédito livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames que a Cedente detém e/ou virá a deter contra as Distribuidoras Cedidas, advindos da comercialização de energia elétrica, em conformidade com os respectivos CCEAR Cedidos, representados por Faturas Mensais de Energia Elétrica, cedidos ao Fundo por meio da Cessão Incondicionada e da Cessão sob Condição Suspensiva, nos termos do Contrato de Cessão. Os Direitos Creditórios compreendem o direito de crédito correspondente ao valor integral de cada Fatura Mensal de Energia Elétrica decorrente da venda de energia elétrica, e todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, além de todas as garantias outorgadas pelas Distribuidoras Cedidas à Cedente, bem como toda e qualquer multa compensatória e/ou indenizatória, penalidade e/ou indenização devida pelas Distribuidoras Cedidas à Cedente, inclusive, em caso de rescisão dos CCEAR Cedidos.

Diretor Designado – é o diretor do Administrador designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas.

Disponibilidades – são os recursos que o Fundo mantém em moeda corrente nacional ou investidos na forma do Artigo 14.

Distribuidoras Cedidas – são as concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica com as quais a Cedente firmou os CCEAR Cedidos, e que estão identificadas no Anexo I ao Regulamento.



Distribuidora Cedida Inadimplente - é a Distribuidora Cedida que, nas datas de vencimento da Parcela da Fatura imediatamente anterior a tal Data de Apuração, não tenha pago a Parcela da Fatura vencida pontual e integralmente ou tenha efetuado pagamento de qualquer Parcela da Fatura a menor ou com atraso e que não tenha sanado a Inadimplência até o 2º (segundo) dia útil anterior à Data de Apuração em referência.

Documentos Comprobatórios - são as Faturas Mensais de Energia Elétrica, emitidas pela Cedente de acordo com o procedimento estabelecido nos CCEAR Cedidos em conjunto com os respectivos CCEAR Cedidos.

Empresa de Auditoria - é a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ou sua sucessora no exercício de suas funções, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação e da atuação do Administrador.

Encargos do Fundo - tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 29.

Eventos de Avaliação - são os eventos definidos no Artigo 51.

Eventos de Liquidação - são os eventos definidos no Artigo 52.

Fator de Cessão - tem o significado que lhe é atribuído no item 2.2. do Contrato de Cessão.

Fatura Mensal de Energia Elétrica - é o documento preparado na forma do Anexo III do Contrato de Cessão, emitida em razão da realização da venda de energia elétrica pela Cedente às Distribuidoras Cedidas.

Fundo - tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 1.

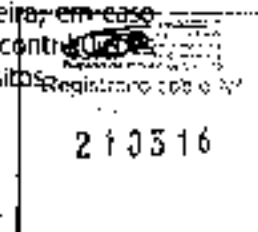
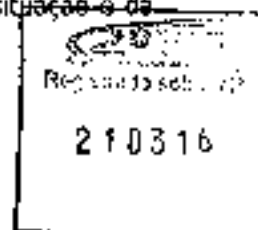
FGC - Fundo Garantidor de Créditos, entidade privada, sem fins lucrativos, que administra um mecanismo de proteção aos correntistas, poupadores e investidores, que permite recuperar os depósitos ou créditos mantidos em instituição financeira, em caso de falência ou de sua liquidação, mantida com recursos constituídos por contribuições das instituições financeiras correspondentes a uma porcentagem dos depósitos.

Gestor - é a BRAM Bradesco Asset Management S.A. DTVM.

Governo Federal - é o governo federal da República Federativa do Brasil.

IGP-M - é o Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Índice de Cobertura - é o índice obtido, pela divisão do (A) somatório dos valores das Faturas Mensais de Energia Elétrica subtraído das Parcelas das Faturas



Inadimplentes, pela (B) quantia correspondente ao montante calculado conforme alínea (d) do Artigo 40, acrescido dos Encargos do Fundo, ambos referentes a um determinado Período de Disponibilidade, apurado no 6º (sexto) dia útil após o encerramento de tal Período de Disponibilidade a partir da Data de Emissão.

Instituições Autorizadas – são as instituições financeiras, ou suas respectivas Partes Relacionadas: (i) Banco Bradesco BBI S.A., Banco Itaú S.A., Banco Votorantim S.A., Banco ABC Brasil S.A., e Banco Fator S.A.; e (ii) instituições financeiras com classificação de risco mínima "AA", atribuída pela Agência de Classificação de Risco, pela Moody's Investors Service e pela Fitch Atlantic Rating.

Instituições Intermediárias – são as seguintes Instituições financeiras: Banco Bradesco BBI S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Votorantim S.A., Banco ABC Brasil S.A. e Banco Fator S.A.

Instrução CVM 356 – é a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pelas Instruções CVM nº 393, de 22 de julho de 2003, nº 435, de 5 de julho de 2006, nº 442, de 8 de dezembro de 2006, e nº 446, de 19 de dezembro de 2006.

Instrumentos de Garantia - são os instrumentos representativos das garantias, outorgadas ou contratadas pelas Distribuidoras Cedidas, já constituídos ou que venham a sê-lo, em favor da Cedente descritos de forma resumida no Anexo II ao Contrato de Cessão.

Intermediário – corretora de títulos e valores mobiliários contratada como representante pelo Investidor Qualificado.

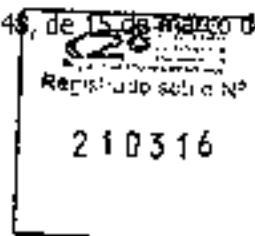
Investidores Qualificados – são aquelas pessoas definidas como tal pelo artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, e alterações posteriores ("Instrução CVM 409/04"), bem como outros investidores admitidos pela legislação em vigor a aplicar em quotas de fundo de investimento em direitos creditórios, tais como fundos de investimento e fundo de investimento em cotas classificados como "Renda Fixa" ou "Multimercado", de acordo com os artigos 91, II e 112, parágrafo 5º da Instrução CVM 409/04.

IPCA – é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Lei de Concessões – é a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e alterações posteriores.

Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico – é a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004.

ONS – é o Operador Nacional do Sistema Elétrico.



Parâmetro de Rentabilidade – tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo Primeiro do Artigo 13.

Parcela da Fatura – cada parcela de cada uma das Faturas Mensais de Energia Elétrica vencíveis no referido Período de Disponibilidade (sendo cada parcela equivalente a 1/3 (um terço) do valor da Fatura Mensal de Energia Elétrica).

Parcela da Fatura Inadimplente – é, para fins de cálculo do Índice de Cobertura, uma Parcela da Fatura que não teve a totalidade do seu valor exigível efetivamente pago até o 3º (terceiro) dia útil anterior ao vencimento da Parcela da Fatura subsequente.

Partes Relacionadas – são (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) as sociedades sob controle comum com tal pessoa.

Patrimônio Líquido – é o patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do Capítulo Vinte e Um.

Período de Disponibilidade – é cada período de tempo compreendido entre o dia 10 de cada mês, inclusive, e o dia 10, exclusivo, do mês subsequente, a partir da primeira Data de Início da Entrega, inclusive, conforme definido na Cláusula 2.2. do Contrato de Cessão.

Período de Capitalização – o intervalo de tempo medido em dias úteis, compreendido entre o 1º dia útil imediatamente subsequente a uma dada Data de Amortização (inclusive) e a Data de Amortização imediatamente subsequente (inclusive). Para o primeiro Período de Capitalização considerar-se-á como data de início o dia útil subsequente à Data de Emissão de Quotas.

Plano Contábil – é o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela Circular 1.273 do Banco Central do Brasil, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável.

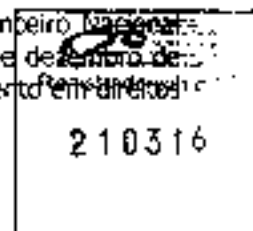
Poder Concedente – é o Governo Federal.

Prazo de Duração – tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 4.

Preço de Aquisição – tem o significado que lhe é atribuído no item 1.5.2. do Contrato de Cessão.

Prospecto – é o prospecto do Fundo e suas respectivas atualizações.

Quantidade Mínima Mensal – tem o significado que lhe é atribuído no Item 2.2 do Contrato de Cessão.



Quotas – são as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas.

Quotas Seniores – são as quotas de classe sênior, emitidas pelo Fundo em uma única série, observado o disposto neste Regulamento.

Quotas Subordinadas – são as quotas de classe subordinada, emitidas pelo Fundo em uma única série.

Quotistas – são os titulares das Quotas.

Quotistas Seniores – são os titulares das Quotas Seniores.

Quotistas Subordinados – são os titulares das Quotas Subordinadas.

Regulamento – é o regulamento do Fundo, registrado em Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo.

Relatório de Faturas Mensais de Energia Elétrica – é o relatório das Faturas Mensais de Energia Elétrica encaminhado pela Cedente ao Agente de Recebimento nos termos do Contrato de Cessão.

Relatório de Transferência de Direitos Creditórios – é o relatório de transferência de Direitos Creditórios encaminhado pela Custodiante ao Administrador nos termos do Contrato de Cessão, na forma do Anexo VII do Contrato de Cessão.

Reserva de Amortização e Resgate – tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 41.

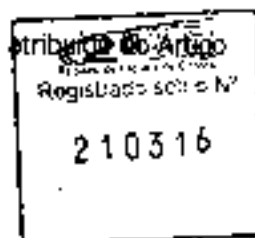
SELIC – é o Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.

SFF – Sistema de Fundos Fechado, administrado pela CETIP.

Taxa DI – é a taxa média diária do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP.

Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco – é o documento preparado sob a forma do Anexo II do Regulamento.

Valor Unitário de Emissão – é o valor unitário de cada Quota Sênior ou Quota Subordinada na Data de Emissão de Quotas, calculado na forma dos Artigos 40 e 42, respectivamente.



FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP IV

REGULAMENTO

CAPÍTULO UM – DO FUNDO

Artigo 1. O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP IV ("Fundo"), é regido pelo presente Regulamento e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo Primeiro. Para os fins deste Regulamento e seus Anexos, os termos e expressões, iniciados em Maiúsculas, neles não definidos terão o significado que lhes é atribuído no Glossário deste Regulamento, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural.

Parágrafo Segundo. No prazo de até 10 (dez) dias contado (i) de sua aprovação pelo Administrador, o Regulamento; e (ii) de sua aprovação pela Assembleia Geral, os eventuais aditamentos ao Regulamento, serão levados a registro em Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo.

Artigo 2. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas somente serão resgatadas ao término do Prazo de Duração, ou em virtude de sua liquidação antecipada.

Parágrafo Único. É admitida, ainda, a amortização de Quotas Seniores, nos termos deste Regulamento ou por decisão da Assembleia Geral.

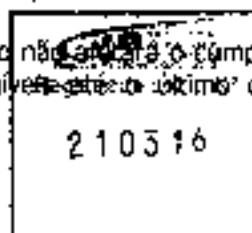
Artigo 3. Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, Investidores Qualificados que buscam retorno de rentabilidade, no longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo e que aceitem os riscos inerentes a tal investimento.

CAPÍTULO DOIS – DO PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

Artigo 4. O prazo de duração regular do Fundo inicia-se na Data de Emissão de Quotas e encerrar-se-á no prazo de 120 (cento e vinte meses) ou na Data de Resgate, o que ocorrer por último ("Prazo de Duração"), podendo ser estendido, sem prejuízo do disposto nos Parágrafos Primeiro e Segundo deste Artigo e no Artigo 52.

Parágrafo Primeiro. Na hipótese de o Prazo de Duração encerrar-se em dia não útil, a liquidação do Fundo será efetuada no 1º dia útil subsequente.

Parágrafo Segundo. O término do Prazo de Duração não anula o cumprimento das obrigações do Fundo que tenham se tornado exigíveis até o último dia daquele, inclusive.



Parágrafo Terceiro. Para fins do disposto na Lei n.º 11.033, de 21 de dezembro de 2004 e da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 487, de 30 de dezembro de 2004, o Administrador envidará esforços para que a política de investimentos do Fundo seja caracterizada como de longo prazo.

CAPÍTULO TRÊS – DO ADMINISTRADOR

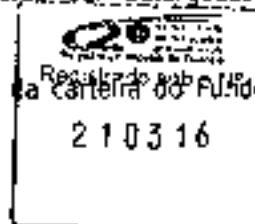
Artigo 5. O Fundo é administrado pela **BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.066.670/0001-00 (o “Administrador”).

Parágrafo Primeiro. O Administrador deverá administrar o Fundo cumprindo suas obrigações com a diligência e correção que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei, das normas regulamentares, em especial as da CVM, do Regulamento e das deliberações da Assembleia Geral, e (ii) dos deveres de diligência, lealdade, informação aos Quotistas e salvaguarda da integridade dos direitos destes.

Parágrafo Segundo. O Administrador, observadas as limitações deste Regulamento, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros.

Parágrafo Terceiro. Observados os termos e as condições deste Regulamento e da regulamentação aplicável, o Administrador, no regular exercício de suas funções, independentemente de qualquer procedimento adicional, pode:

- a) diretamente ou por meio de terceiros, iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança dos (i) Direitos Creditórios; e (ii) Ativos Financeiros, ou à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, inclusive por meio de medidas cautelares e de preservação de direitos, observado o disposto neste Regulamento;
- b) celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação ou transferência, no todo ou em parte, relacionado (i) aos Direitos Creditórios; ou (ii) aos Ativos Financeiros, sempre de forma a preservar os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas;
- c) constituir procuradores, sendo que todas as procurações outorgadas pelo Administrador, em nome do Fundo, não poderão ter prazo de validade superior a 12 (doze) meses contado da data de sua outorga, exceção feita às procurações com poderes de representação em juízo, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica; e;
- d) contratar, às suas expensas, serviços de gestão da carteira do Fundo com suas Partes Relacionadas.



Artigo 6. O Administrador poderá, mediante aviso aos Quotistas na forma prevista neste Regulamento, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre a indicação do seu substituto ou liquidação do Fundo, nos termos do artigo 37 da Instrução CVM 356.

Parágrafo Único. Na hipótese de renúncia do Administrador prevista no *caput* deste Artigo, o Administrador permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da data de realização da Assembleia Geral ou por prazo inferior, conforme determinado pelos titulares das Quotas Seniores na respectiva Assembleia Geral, o qual poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, a critério dos referidos Quotistas, para que a instituição substituta escolhida pelos referidos Quotistas assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações do Administrador de acordo com os termos e as condições deste Regulamento. Decorridos este prazo, e não ocorrendo a substituição do Administrador, o Administrador iniciará os procedimentos para a liquidação do Fundo previstos no artigo 52 deste Regulamento.

Artigo 7. O Administrador deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contado da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Administrador ou por qualquer terceiro envolvido diretamente com a administração do Fundo, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Administrador, nos termos deste Regulamento.

CAPÍTULO QUATRO – DAS RESPONSABILIDADES DO ADMINISTRADOR

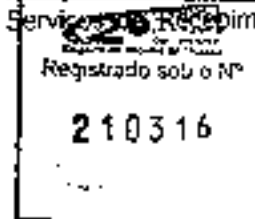
Artigo 8. São, dentre outras previstas neste Regulamento e na legislação aplicável, obrigações do Administrador:

a) manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal:

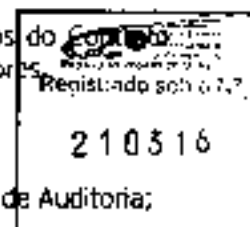
- (i) a documentação relativa às operações do Fundo;
- (ii) o registro dos Quotistas;
- (iii) o livro de atas de Assembleias Gerais;
- (iv) o livro de presença de Quotistas;
- (v) os demonstrativos trimestrais do Fundo;
- (vi) os registros contábeis do Fundo;
- (vii) o prospecto de que trata o artigo 23 da Instrução CVM 356; e
- (viii) os relatórios da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco;



- b) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo, diretamente ou por meio do Agente de Recebimento, observado o disposto no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores;
- c) entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento e disponibilizar o Prospecto e os relatórios preparados pela Empresa de Auditoria e pela Agência de Classificação de Risco, bem como cientificá-los do (i) nome do periódico utilizado para divulgação de informações; e (ii) da taxa de administração cobrada;
- d) divulgar, no prazo de 15 (quinze) dias contados do encerramento de cada trimestre civil, no periódico no qual o Fundo publica suas informações, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, o valor do Patrimônio Líquido, o valor das Quotas, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem e a atualização da classificação de risco das Quotas Seniores pela Agência de Classificação de Risco;
- e) colocar à disposição dos Quotistas em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, as demonstrações financeiras do Fundo;
- f) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- g) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre o Administrador e o Fundo;
- h) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das Quotas Seniores pela Agência de Classificação de Risco;
- i) assegurar que o diretor Designado, responsável pela gestão, supervisão, acompanhamento e prestação de informações do Fundo, elabore os demonstrativos trimestrais do Fundo, evidenciando que (i) as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista neste Regulamento e com a regulamentação vigente; (ii) as negociações foram realizadas em condições correntes de mercado; e (iii) os resultados da verificação do lastro realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados;
- k) proceder à contratação, em nome do Fundo, dos serviços do Custodiante, da Agência de Classificação de Risco e da Empresa de Auditoria, e à celebração do Contrato de Cessão, do Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas, do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores e do Contrato de Colocação;



- l) executar, diretamente ou por meio da contratação de terceiros, serviços que incluam, dentre outras obrigações, (i) a escrituração das Quotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Quotistas; (ii) a manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações de titularidade ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas; (iii) a manutenção dos documentos necessários à comprovação da condição de Investidor Qualificado dos Quotistas, em perfeita ordem; e (iv) o fornecimento aos Quotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas de sua propriedade e respectivo valor;
- m) fazer, diretamente ou por meio da contratação de terceiros, a guarda física ou escritural dos seguintes documentos, durante o prazo mínimo de 11 (onze) anos, contados da data do respectivo recebimento, os quais lhe serão encaminhados pelo Custodiante após realizada a auditoria anual:
- (i) extratos da Conta Autorizada do Fundo;
 - (ii) documentos comprobatórios referentes aos Ativos Financeiros; e
 - (iii) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
 - (iv) o Relatório de Faturas Mensais de Energia Elétrica e Relatório de Transferência de Direitos Creditórios; e
 - (v) relatórios preparados pelo Agente de Recebimento nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores;
- n) informar imediatamente à Agência de Classificação de Risco:
- (i) a substituição do Administrador, do Custodiante ou da Empresa de Auditoria;
 - (ii) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação e/ou Eventos de Liquidação; e
 - (iii) a celebração de aditamentos ao Regulamento, ao Contrato de Cessão, ao Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e ao Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores;
- o) disponibilizar, mediante solicitação, as demonstrações financeiras trimestrais do Fundo à Agência de Classificação de Risco; e
- p) providenciar o registro do Regulamento e de seus eventuais aditamentos, nos termos do Parágrafo Segundo do Artigo 1.



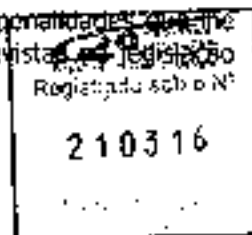
Artigo 9. É vedado ao Administrador, em nome próprio:

- a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo;
- b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e
- c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas.

Parágrafo Único. As vedações de que tratam as alíneas (a) a (c) do *caput* deste Artigo abrangem as Partes Relacionadas do Administrador, bem como os ativos integrantes das respectivas cartelas e os de emissão ou coobrigação dessas.

Artigo 10. É vedado ao Administrador, em nome do Fundo:

- a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma;
- b) realizar operações e negociar com ativos financeiros em desacordo com a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista neste Regulamento;
- c) aplicar recursos diretamente ou indiretamente no exterior;
- d) adquirir Quotas do Fundo;
- e) pagar ou ressarcir-se, com recursos do Fundo, de multas ou penalidades que não forem impostas em razão do descumprimento de normas previstas na legislação aplicável;
- f) vender Quotas do Fundo a prestação;
- g) prometer rendimentos predeterminados aos Quotistas;
- h) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- i) obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa;
- j) efetuar locação ou empréstimo, a qualquer título, dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, no todo ou em parte;



- k) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros; e
- l) emitir qualquer classe ou série de Quotas em desacordo com este Regulamento.

Parágrafo Único. Salvo se expressamente autorizado por este Regulamento ou pelos titulares das Quotas Seniores, reunidos em Assembleia Geral, é vedado ao Administrador, em nome do Fundo:

- a) celebrar quaisquer outros contratos ou compromissos que gerem ou possam gerar obrigações e deveres para o Fundo, incluindo a contratação de quaisquer prestadores de serviços, observado o aqui disposto; e
- b) distritar, rescindir ou aditar o contrato de prestação de serviços firmado com o Custodiante, o Contrato de Cessão, o Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e o Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.

Artigo 11. O Diretor Designado deverá, nos termos da legislação aplicável, elaborar demonstrativo trimestral do Fundo, a ser enviado à CVM e mantido à disposição dos Quotistas, bem como submetido à auditoria independente anual, que evidencie que (i) as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista neste Regulamento e com a regulamentação vigente; (ii) as negociações foram realizadas em condições correntes de mercado; e (iii) os resultados da verificação do lastro realizadas no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados.

210316

CAPÍTULO CINCO – DA CUSTÓDIA, CONTROLADORIA DOS ATIVOS DO FUNDO E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO FUNDO

Artigo 12. O Administrador contratou o Custodiante para a prestação dos serviços de custódia qualificada e controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM 356, observado o disposto nos Parágrafos abaixo e as demais disposições deste Regulamento.

Parágrafo Primeiro. O Fundo e a Cedente contrataram o Agente de Recebimento para prestação dos serviços de recebimento do pagamento dos Direitos Creditórios e repasses deste ao Fundo, por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, no qual o Agente de Recebimento deverá (i) receber o pagamento dos Direitos Creditórios efetuados pelas Distribuidoras Cedidas; (ii) transferir para a Conta Autorizada do Fundo os valores suficientes para atendimento da Quantidade Mínima Mensal, observadas as disposições do Contrato de Cessão e Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.



Parágrafo Segundo. Enquanto não ocorrer um dos Eventos de Avaliação estabelecidos nas alíneas (a), (b), (d), (e), (f), (g), (h), (i), (j) do Artigo 51, que caracterizam o advento da condição suspensiva, o montante dos Direitos Creditórios objeto da Cessão sob Condição Suspensiva serão transferidos pelo Agente de Recebimento para a Conta Autorizada da Cedente.

Parágrafo Terceiro. A Cedente obrigou-se, nos termos do Contrato de Cessão, em caráter irrevogável e irretroatável, a manter os Documentos Comprobatórios sob a sua guarda e custódia, na qualidade de fiel depositária, responsabilizando-se por sua guarda em nome do Fundo, pelo prazo de 11 (onze) anos contado da data de emissão das Faturas Mensais de Energia Elétrica, obrigando-se, ainda, a entregar tais Documentos Comprobatórios ao Custodiante, ou a quem este indicar no prazo de até 72 horas (ou em prazo menor, caso o pedido seja feito pelas autoridades competentes), da data de solicitação nesse sentido, sob pena de incorrer em multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). A Cedente perceberá a importância de R\$ 100,00 (cem reais) pela prestação dos serviços de que trata este Parágrafo, que serão pagos pelo Custodiante na data de pagamento do Preço de Aquisição, mediante crédito na Conta Autorizada da Cedente.

Parágrafo Quarto. Independentemente do disposto no Parágrafo Segundo acima, o Custodiante realizará auditoria, no mínimo trimestral da totalidade das Faturas de Energia Elétrica e, da totalidade dos Documentos Comprobatórios, todos disponibilizados pela Cedente em meio eletrônico, de forma a verificar a sua regularidade. O resultado dessa auditoria será comunicado pelo Custodiante ao Administrador, à Cedente, à Empresa de Auditoria e à Agência de Classificação de Risco, para que sejam adotadas as medidas previstas no Contrato de Cessão.

Parágrafo Quinto. O Custodiante, durante o exercício de suas atividades, em nenhuma hipótese será o responsável pela indicação dos títulos representativos dos Direitos Creditórios a protesto, ou pela inserção das Distribuidoras Cedidas inadimplentes em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao Fundo, representado por seu Administrador, o terceiro por ele indicado, realizar tais atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.

210316

CAPÍTULO SEIS – DO OBJETIVO DO FUNDO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DE COMPOSIÇÃO E DE DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 13. O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida neste Capítulo, valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo (i) dos Direitos Creditórios do segmento de comercialização de energia elétrica, em caráter definitivo, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados ao titular de tais Direitos Creditórios, tudo nos termos do Contrato de Cessão; e (II) de Ativos Financeiros.



Parágrafo Primeiro. O Fundo buscará abrigir para suas Quotas Seniores parâmetro de rentabilidade correspondente à 100% (cem por cento) da variação da Taxa DI, acrescida de cupom pré-fixado de juros ao ano, base de 252 dias úteis (o "Parâmetro de Rentabilidade"), conforme apurado em processo de *Bankbuilding* conduzido perante os Investidores Qualificados, processo este que consiste na verificação da demanda pelas Quotas em diferentes níveis de cupom pré-fixado de juros. O cupom pré-fixado de juros efetivamente apurado no referido processo de *Bankbuilding* constará do Suplemento do Regulamento, conforme o modelo constante do Anexo III ao Regulamento.

Parágrafo Segundo. O Parâmetro de Rentabilidade das Quotas Seniores não representa nem deverá ser considerado, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa, obrigação, garantia ou sugestão de rentabilidade do Administrador aos Quotistas.

Parágrafo Terceiro. Não há parâmetro de rentabilidade pré-determinado para as Quotas Subordinadas.

Artigo 14. O Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias da Data de Emissão de Quotas, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios. O Fundo poderá, conforme o caso, manter a totalidade do ~~patrimônio~~ remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios ("Disponibilidades"), em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em:

- a) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen;
- b) operações compromissadas tendo como contraparte Instituições Autorizadas, e tendo como lastro em títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen; ou
- c) fundos de investimento de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Bacen, e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas.

Parágrafo Primeiro. Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido.

Parágrafo Segundo. As aplicações realizadas no Fundo de acordo com este Capítulo estão sujeitas a perdas patrimoniais e não contam com a garantia da Cedente, do Administrador, do Gestor, do Custodiante, de suas respectivas Partes Relacionadas, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Parágrafo Terceiro. Nos termos do §1º, do artigo 40-A da Instrução CVM 356, não será observado o limite previsto no caput do artigo 40-A, no que se refere à concentração de direitos creditórios e títulos de uma mesma pessoa jurídica ou Instituição financeira e respectivas Partes Relacionadas no Patrimônio Líquido do Fundo.



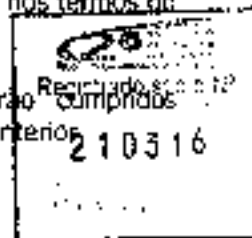
Artigo 15. O Fundo não poderá realizar:

- a) aplicação de recursos em ativos de renda variável ou atrelados à variação cambial;
- b) quaisquer operações com Instrumentos Derivativos;
- c) aquisição de cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS); e
- d) operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

Artigo 16. O Administrador e o Custodiante, assim como suas respectivas Partes Relacionadas, não respondem pela solvência das Distribuidoras Cedidas ou pela correta constituição, e, quando constituídos, pela existência, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios.

Artigo 17. Os Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as aplicações do Fundo em quotas de fundo de investimento financeiro e de fundo de aplicação em quotas de fundo de investimento, nos termos do §5º, do Art. 40, da Instrução CVM 356.

Artigo 18. Os percentuais e limites referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior.



CAPÍTULO SETE – DOS FATORES DE RISCO

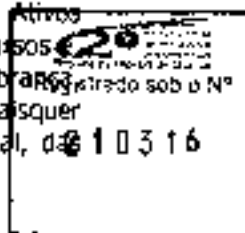
Artigo 19. Os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses em que a Cedente, o Administrador, o Gestor, o Custodiante, ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento.

Artigo 20. As aplicações dos Quotistas não contam com a garantia do Administrador, do Gestor, do Custodiante, de suas Partes Relacionadas, ou do FGC.

Artigo 21. Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se os seguintes:

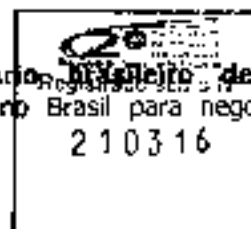


- a) **NÃO EXISTÊNCIA DE SEGURO DA PERFORMANCE DA CEDENTE.** Nos termos do Contrato de Cessão, os Direitos Creditórios cedidos e entregues ao Fundo são Direitos Creditórios futuros, a serem originados pela Cedente na consecução de seu objeto social. Não há contratação de seguro, pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, ou por suas respectivas Partes Relacionadas, que garanta a entrega de Direitos Creditórios, no caso de a Cedente interromper, por qualquer motivo, a entrega de energia elétrica às Distribuidoras Cedidas, e, conseqüentemente, a geração de Direitos Creditórios. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam entregues pela Cedente e devidamente pagos pelas Distribuidoras Cedidas, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante ou pela Cedente, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.
- b) **Modalidade de investimento recente e sofisticada.** O Fundo se enquadra em modalidade de investimento recentemente instaurada em nosso País. Os potenciais investidores devem avaliar minuciosamente suas peculiaridades, tais como riscos de liquidez dos direitos creditórios, eventos de amortização das Quotas e de liquidação do Fundo, dentre outros. Estas peculiaridades podem eventualmente trazer conseqüências negativas ao patrimônio do Fundo, ou podem tornar o investimento ilíquido. A necessidade de avaliação criteriosa por parte do investidor é decorrente igualmente da sofisticação e complexidade inerente a uma operação de securitização, tal como a concretizada por meio do Fundo.
- c) **Limitação de ativos do Fundo.** A única fonte de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e/ou resgate das Quotas é a liquidação (i) dos Direitos Creditórios pelas Distribuidoras Cedidas; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento destes recursos, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas.
- d) **Amortização e resgate condicionado das Quotas.** O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros que compõem o seu Patrimônio Líquido e aos mercados em que estes são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de o Administrador alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos Creditórios, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o Fundo somente procederá às amortizações e/ou ao resgate das Quotas na medida em que (i) os Direitos Creditórios sejam pagos pelas Distribuidoras Cedidas; e/ou (ii) os Ativos Financeiros sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes, tanto o Administrador,



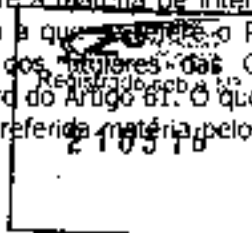
como o Custodiante, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas ou mesmo antecipadamente na hipótese de um Evento de Liquidação, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, ou por quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- e) **Risco de Mercado e Fatores macroeconômicos.** A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão causar oscilações nos valores dos Ativos Financeiros que compõem a carteira do Fundo e resultar em perda, pelos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.
- f) **Inexistência de rendimento predeterminado.** O valor unitário das Quotas Seniores será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos no Artigo 40 do Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas respectivas Quotas, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Administrador, do Custodiante, ou da Cedente, ou de quaisquer de suas Partes Relacionadas em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, em qualquer circunstância, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor das mesmas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.
- g) **Risco de Descontinuidade e Possibilidade de resgate ou amortização antecipada das Quotas.** Conforme previsto no Capítulo Dezessets, o Fundo poderá resgatar antecipadamente as Quotas nas hipóteses previstas no Artigo 52 (Eventos de Liquidação) do Regulamento. Deste modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade esperada e, ainda que consigam recuperar o capital investido no Fundo, terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.
- h) **Risco de liquidez do mercado secundário de valores mobiliários.** O mercado secundário existente no Brasil para negociação de



valores mobiliários em geral, e de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Quotas que possibilite aos Quotistas sua alienação caso estes assim decidam. Adicionalmente, em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos Creditórios, os Quotistas devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo. Dessa forma, os Quotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das Quotas no mercado secundário, sendo que o Fundo, o Administrador, o Gestor, o Cedente, o Custodiante e quaisquer de suas Partes Relacionadas, não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Quotas dos Quotistas que manifestarem intenção de resgatar os valores por eles investidos no Fundo.

- i) **Descasamento entre as taxas de atualização das Quotas Seniores e dos Ativos Financeiros.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios e, também, em Ativos Financeiros que comporão o Patrimônio Líquido. O preço dos CCEAR Cedidos adquiridos pelo Fundo serão atualizados de acordo com o IPCA, enquanto os Ativos Financeiros serão atualizados de acordo com o critério de remuneração da respectiva aplicação, sempre observado o disposto no Capítulo Seis. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será atualizado diariamente, sempre que o Patrimônio Líquido do Fundo permitir, utilizando-se a variação da Taxa DI, a qual é uma taxa pós-fixada, na forma do disposto no Artigo 40 do Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os parâmetros de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores. O Administrador não está autorizado a realizar quaisquer operações com instrumentos derivativos, inclusive para evitar o eventual descasamento descrito acima. O Administrador, o Gestor, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor do principal de suas aplicações, em razão de tal descasamento.
- j) **Risco decorrente da predificação dos ativos.** Os Ativos Financeiros serão avaliados de acordo com os critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado (*mark-to-market*), poderão causar variações no valor dos Ativos Financeiros, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.
- k) **Quorum Qualificado e necessidade de aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas.** O Regulamento do Fundo estabelece quorum qualificado para a Assembleia Geral deliberar sobre a matéria de interesse dos Quotistas e, ainda, sobre a necessidade da matéria a que se refere o Parágrafo Terceiro, do Artigo 40, depender da aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas, conforme disposto no Parágrafo Terceiro do Artigo 61. O quorum qualificado, bem como a dependência da aprovação da referida matéria pelos titulares das Quotas



Subordinadas, em algumas circunstâncias, poderá acarretar limitações às atividades do Fundo.

Artigo 22. Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios destacam-se os seguintes:

- a) **Risco de Liquidez e inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios.** Em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos Creditórios, e da conseqüente falta de liquidez dos Direitos Creditórios, os Quotistas Seniores devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.
- b) **Risco de Crédito das Distribuidoras Cedidas, em virtude da não existência de co-obrigação ou garantia da Cedente pela solvência das Distribuidoras Cedidas e/ou insuficiência dos mecanismos de garantia do Fundo.** A Cedente somente tem responsabilidade pela originação e formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência das Distribuidoras Cedidas. Ademais, os mecanismos de garantia de que dispõe o Fundo (tais como a Reserva de Amortização e Resgate, o Índice de Cobertura ou as garantias vinculadas aos CCEAR Cedidos) podem não ser suficientes para que o Fundo proceda às amortizações e/ou resgate das Quotas integral e/ou tempestivamente. Desta forma, o Fundo poderá sofrer o impacto do inadimplemento das Distribuidoras Cedidas, cujos mercados de energia elétrica apresentam diferentes níveis de demanda. Ressalte-se, ainda, que não foi realizada nenhuma auditoria independente nas Distribuidoras Cedidas, e que as informações disponíveis sobre cada uma das Distribuidoras Cedidas são e serão, durante o Prazo de Duração, aquelas disponíveis, de forma geral, ao mercado. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam entregues pela Cedente e devidamente pagos pelas Distribuidoras Cedidas, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.
- c) **Redução e Cessão do Volume de Energia Elétrica contratada pelas Distribuidoras Cedidas.** Os CCEAR Cedidos cujos Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo contêm dispositivo contratual que permite às Distribuidoras Cedidas reduzirem a energia elétrica contratada da Cedente nas hipóteses de (i) exercício da opção, por determinados consumidores, denominados consumidores potencialmente livres (aqueles cuja demanda é igual ou maior que 3 MW em níveis de tensão iguais ou superiores a 69 kV ou, no caso de novos consumidores que entraram no mercado a partir de julho de 1995, aqueles cuja demanda é igual ou superior a 3 MW em qualquer nível de tensão) de escolha de novo fornecedor de energia elétrica; (ii) variações de mercado da respectiva Distribuidora Cedida, limitado à redução de 4% (quatro por cento) da energia elétrica contratada por

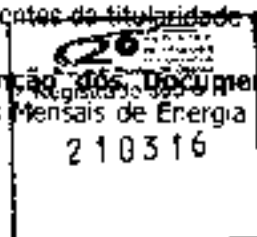


210316

24

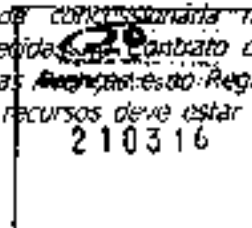
ano; ou (iii) em razão de acréscimos na aquisição de energia elétrica por parte das Distribuidoras Cedidas decorrentes de contratos celebrados até 16 de março de 2004, observado o disposto na Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. A redução da energia contratada deve ser precedida de mecanismo de compensação de sobras e déficits de energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, por meio do qual as Distribuidoras Cedidas poderão ceder a parcela da energia contratada que sofreu redução. Adicionalmente, os CCEAR Cedidos têm um mecanismo contratual, chamado sazonalização, que permite às Distribuidoras Cedidas determinar os montantes mensais de energia a ser consumida durante o ano numa variação de 15% (quinze por cento). Assim, caso a energia elétrica contratada no âmbito dos CCEAR Cedidos seja reduzida por uma ou mais Distribuidoras Cedidas, poderá haver uma redução de Direitos Creditórios a serem entregues ao Fundo, o que poderá comprometer a capacidade de pagamento do Fundo. Nestes casos, o Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam devidamente pagos pelas Distribuidoras Cedidas em montante suficiente para tanto, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- d) **Necessidade de Aporte de recursos para proceder à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros.** O Fundo somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, uma vez ultrapassado o limite de seu Patrimônio Líquido, caso os Quotistas Seniores adiantem os valores necessários para a sua adoção e/ou manutenção. Dessa forma, havendo necessidade de cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, os Quotistas poderão ser solicitados a aportar recursos ao Fundo, na forma prevista no Capítulo Dezeto, para assegurar a adoção e manutenção das medidas cabíveis para a salvaguarda de seus interesses. Caso quaisquer dos Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto, o Administrador não será responsável por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Quotistas em decorrência da não propositura ou manutenção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros ou à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas.
- e) **Regularidade dos Direitos Creditórios.** O Custodiante realizará verificação periódica, no mínimo, trimestralmente, dos Direitos Creditórios. Considerando que tal verificação é realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios.
- f) **Riscos Operacionais e Manutenção dos Documentos Comprobatórios pela Cedente.** O envio das Faturas Mensais de Energia Elétrica pela Cedente, o



recebimento, pelo Agente de Recebimento, do pagamento das Parcelas das Faturas, a transferência dos Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada para a Conta Corrente do Fundo, a troca de informações a respeito da caracterização da inadimplência das Distribuidoras Cedidas, dentre outras robas e procedimentos estabelecidos no Contrato de Cessão e no Regulamento, estão sujeitos a falhas operacionais nos mecanismos de comunicação entre a Cedente, o Custodiante, o Agente de Recebimento e o Administrador. Além disso, a Cedente será a responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios, na qualidade de fiel depositária, nos termos do Contrato de Cessão. A guarda destes pela Cedente pode representar uma limitação em uma eventual necessidade do Fundo ter que realizar a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios, caso estes não sejam pagos pontualmente pelas Distribuidoras Cedidas.

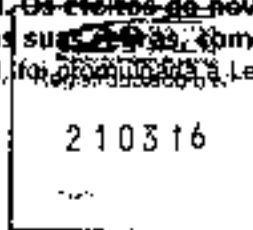
- g) **Inexistência de jurisprudência consolidada acerca da validade da Cessão sob Condição Suspensiva dos Direitos Creditórios em caso de insolvência da Cedente.** A Cedente é uma sociedade de economia mista e não está sujeita à Lei n.º 11.101/05 ("Nova Lei de Falências"), nos termos de seu artigo 2º, inciso II. Não obstante esse fato, caso a Nova Lei de Falências venha, no futuro, a ser aplicada às sociedades de economia mista, o §1º do artigo 136 da Nova Lei de Falências estabelece que, na hipótese de securitização de créditos do devedor, não será declarada a ineficácia ou revogado o ato de cessão em prejuízo dos direitos dos titulares de valores mobiliários neles lastreados. Segundo a opinião dos assessores legais da Cedente e das Instituições Intermediárias, manifestada em pareceres escritos, tal regra se aplicaria aos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo. Contudo, como a cessão dos créditos ao Fundo tem por objeto recebíveis não performados, relativos à contraprestação por fornecimento de energia ainda não efetuado, e considerando, ademais, que não há jurisprudência sobre a aplicação da referida norma legal, os Quotistas devem analisar o risco de eventual contencioso judicial sobre a aplicação da referida norma aos recebíveis objeto de Cessão sob Condição Suspensiva ao Fundo.
- h) **Risco associado à eventual limitação do Contrato de Cessão.** O Despacho nº. 926, da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL (íntegra do despacho no Anexo IV do Regulamento), que dispõe sobre a anuência à cessão dos direitos creditórios ao Fundo, traz a seguinte redação: "(...) I - anuir com a dação de recebíveis até o limite de 8,16% da receita líquida anual da Companhia Energética de São Paulo - CESP, formada pelos direitos creditórios e garantias dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's, produtos 2007 a 2039, firmados entre a CESP e diversas distribuidoras para constituição do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, denominado "FIDC IV", no montante de até R\$1.250.000.000,00, com prazo de 10 (dez) anos e uma possível antecipação desses recursos no valor de até R\$ 500.000.000,00, junto ao Banco Bradesco S.A. (coordenador líder), "destinados ao equacionamento das obrigações financeiras da concessionária na forma e observados os termos e as condições estabelecidas no Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Futuros e Outras Receitas do Regulamento do Fundo"; II - estabelecer que a destinação dos recursos deve estar estritamente



vinculada ao objeto da respectiva concessão, sendo de exclusiva responsabilidade da concessionária a gestão, quanto à necessidade, oportunamente, análise dos riscos e custo inerentes à captação dos recursos; III - ressaltar que a possibilidade de a concessionária oferecer os direitos emergentes da concessão está limitada ao montante que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação dos serviços; IV - registrar que esta manifestação não dará direito de qualquer ação contra a ANEEL, em decorrência de descumprimento, pela concessionária, dos seus compromissos financeiros; V - determinar que a concessionária apresente à ANEEL, versão definitiva da escritura do FIDC IV, bem como do prospecto de emissão, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e VI - este despacho entra em vigor na data de sua publicação." Tendo em vista tal despacho, caso venha a ser interpretado que o Contrato de Cessão está limitado a 8,16% da receita líquida anual da CESP, tal fato poderá, restringir, temporariamente e na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, o direito deste de receber parte do produto dos recursos advindos dos Direitos Creditórios.

Artigo 23. Quanto aos riscos associados à Cedente e ao setor em que atua, que podem afetar a origemação e a entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo, destacam-se os seguintes:

- a) **Término Antecipado da Concessão.** Em manifestação sobre a questão referente ao término antecipado do Contrato de Concessão, a ANEEL apresentou comentários nos quais reproduz o parágrafo 6º, do Artigo 38, da Lei de Concessões, que dispõe que, declarada a caducidade da concessão, não resultará para o Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da respectiva concessionária. Portanto, não há como garantir que, ocorrido o término antecipado da concessão da Cedente, o Fundo continuará recebendo o pagamento dos Direitos Creditórios.
- b) **A Cedente atua no mercado brasileiro, estando sujeita, portanto, aos efeitos da política econômica do Governo Federal.** Ocasionalmente, o Governo Federal intervém na economia realizando mudanças drásticas e repentinas em suas políticas. Medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, controles no consumo de eletricidade, alteração na política fiscal e tributária, dentre outras. Tais medidas podem impactar os negócios da Cedente e/ou das Distribuidoras Cedidas, bem como sua condição financeira, seus resultados operacionais e a origemação e entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo.
- c) **A Cedente atua no setor elétrico brasileiro, o qual vem sendo reestruturado pelo Governo Federal.** Os efeitos do novo modelo do setor elétrico para as empresas sujeitas às suas regras, como a Cedente, ainda são incertos. Em 15 de março de 2004, foi promulgada a Lei do Novo Modelo do



Setor Elétrico que promoveu profundas modificações na atual estrutura do setor elétrico, dentre as quais (i) a alteração das regras sobre a compra e venda de energia elétrica entre as empresas geradoras de energia e as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica; (ii) novas regras para licitação de empreendimentos de geração; (iii) a criação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; (iv) a criação de novos órgãos setoriais; e (v) a alteração nas competências do Ministério de Minas e Energia e da ANEEL. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico continua sujeita a regulamentação, e, atualmente, tem sua constitucionalidade contestada perante o Supremo Tribunal Federal, por meio das ADINs. Não existe ainda uma decisão sobre este mérito. Na data deste Regulamento, não é possível se prever os eventuais possíveis efeitos adversos da regulamentação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e do resultado do julgamento das ADINs no setor em que a Cedente atua e no cumprimento das obrigações da Cedente para com as Distribuidoras Ceditas, bem como na originação e entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo.

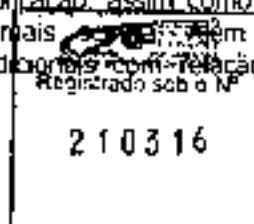
- d) **A geração de energia elétrica pela Cedente depende de condições hidrológicas favoráveis.** O setor elétrico brasileiro, muito concentrado em geração hidráulica de energia, enfrenta uma restrição natural à sua capacidade de geração. As usinas hidrelétricas não podem gerar energia além da capacidade possibilitada pelos recursos hídricos do País. Chuvas escassas, enchentes ou qualquer outro fator natural podem causar impacto na capacidade geradora da Cedente e das demais empresas geradoras de energia elétrica, aumentando ou reduzindo o nível de seus reservatórios. A limitação à capacidade de geração de energia elétrica pela Cedente poderá ter impacto negativo sobre os seus resultados e condição financeira e no cumprimento das obrigações da Cedente para com as Distribuidoras Ceditas, o que pode comprometer a originação e entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo.
- e) **O impacto de uma escassez e/ou racionamento de energia elétrica, como ocorrido em 2001 e 2002, poderá afetar de maneira adversa a geração de energia elétrica pela Cedente.** Em junho de 2001, devido à escassez de energia elétrica no mercado brasileiro, que poderia se agravar durante o período de inverno por falta de chuvas, o Governo Federal implementou um programa de racionamento. As medidas adotadas incluíam a suspensão do fornecimento de energia para fins orçamentais e de propaganda e para realização de eventos esportivos noturnos, regimes especiais de tarifação, o estabelecimento de metas de consumo e multas, além da possibilidade de corte no fornecimento caso os limites estabelecidos não fossem atendidos. Em fevereiro de 2002, o Governo Federal decidiu pelo fim do racionamento de energia elétrica. Com o fim do racionamento, os níveis de consumo de energia elétrica aumentaram, mas não voltaram aos patamares observados antes do racionamento. Adicionalmente, o nível de água dos reservatórios pode abaixar novamente, obrigando o Governo Federal a tomar novas medidas para redução do consumo de energia, que poderiam ter um impacto negativo na economia brasileira. ~~Os analistas do setor acreditam que o nível dos investimentos direcionados para o setor de energia elétrica não seja o suficiente para acompanhar o crescimento econômico~~



210316

do Brasil e prevêem a possibilidade de nova crise do setor para o ano de 2009. Caso as projeções de consumo de energia elétrica feitas pelas Distribuidoras Cedeidas quando da contratação dos CCEAR Cedeidos não se verifiquem corretas ou caso novas medidas de redução de consumo de energia elétrica venham a ser impostas ao setor elétrico, a geração de receita operacional e a capacidade de originação dos Direitos Creditórios da Cedente poderão ser negativamente afetados.

- f) **A Cedente, na qualidade de concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, está sujeita à regulação e à fiscalização da ANEEL, a qual pode impor sanções em caso de descumprimento dos contratos de concessão ou da Lei de Concessões, e, dependendo da gravidade do descumprimento, a caducidade da respectiva concessão.** A ANEEL pode impor penalidades à Cedente caso esta deixe de cumprir com qualquer disposição da Lei de Concessões. Dependendo da gravidade do descumprimento, as penalidades aplicáveis incluem: (i) advertências; (ii) multas, sendo que cada multa está limitada a, no máximo, 2,0% da receita da Cedente no exercício encerrado imediatamente antes da data da respectiva infração; (iii) embargo à construção de novas instalações e equipamentos; (iv) restrições à operação das instalações e equipamentos existentes; (v) suspensão temporária de participação em processos licitatórios de novas concessões; (vi) intervenção da ANEEL; e (vii) extinção da concessão por caducidade. Ademais, o Poder Concedente detém poderes para extinguir qualquer das concessões da Cedente antes do final de seu prazo, no caso de falência ou liquidação da Cedente, ou por meio de encampação. A Cedente, o Administrador, ou qualquer de suas Partes Relacionadas, não podem garantir que a Cedente não será penalizada pela ANEEL por descumprimentos dos contratos de concessão ou que as concessões de que a Cedente é titular não serão extintas no futuro. A indenização a que a Cedente tem direito na ocorrência de eventual extinção da concessão pode não ser suficiente para recuperar o valor integral de certos ativos. Caso qualquer das concessões da Cedente seja rescindida em virtude de descumprimento das obrigações da Cedente, o valor efetivo de compensação pelo Poder Concedente pode ser reduzido de maneira significativa por meio da imposição de multas ou outras penalidades. Por conseguinte, a imposição de multas ou penalidades à Cedente, ou a extinção de qualquer de suas concessões, pode afetar negativamente a originação e entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo.
- g) **Os equipamentos, instalações e operações da Cedente estão sujeitos à regulamentação ambiental, no âmbito federal, estadual e municipal, que poderá se tornar mais rigorosa no futuro, podendo acarretar aumento de responsabilidade e aumento de despesa de capital.** As atividades e instalações da Cedente estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Leis ou regulamentos adicionais mais rigorosos poderão ser aprovados e a aplicação, assim como a interpretação da legislação vigente, poderá tornar-se mais rigorosa. Além disso, os órgãos ambientais poderão fazer exigências adicionais com relação às operações da



Cedente, obrigando-a a despendar recursos em investimentos relacionados a questões ambientais, aumentando, assim, as despesas e, conseqüentemente, reduzindo o resultado da Cedente. As penalidades que podem ser impostas à Cedente, no âmbito ambiental, podem ser tanto de cunho reparatório quanto indenizatório, não sendo possível mensurar qual seria o exato custo, para a Cedente, no caso de autuação de caráter ambiental. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Cedente operar suas usinas em virtude de autuações ambientais poderá comprometer a originação e a entrega de Direitos Creditórios ao Fundo.

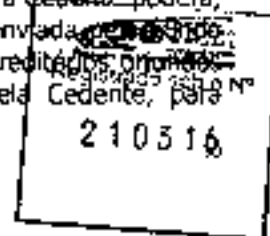
- h) **A Cedente está incluída no Programa Estadual de Desestatização do Estado de São Paulo.** A Cedente está incluída no Programa Estadual de Desestatização do Estado de São Paulo, instituído pela Lei Estadual n.º 9.361, de 5 de julho de 1996. Na data deste Regulamento, não há iniciativa oficial em curso do Governo do Estado de São Paulo, acionista controlador da Cedente, em promover a alienação de ações representativas do controle acionário da Cedente. A alteração do controle acionário da Cedente é um Evento de Avaliação previsto na alínea (d), do Artigo 51, do Regulamento, o qual enseja a convocação de Assembleia Geral. Os potenciais interessados nas Quotas Seniores devem levar em consideração tal hipótese na tomada de decisão de investimento nas Quotas Seniores.

CAPÍTULO OITO – DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 24. Os direitos creditórios elegíveis são somente aqueles oriundos da venda de energia elétrica, pela Cedente, às Distribuidoras Cedidas, por meio dos CCEAR Cedidos, representados pelas Faturas Mensais de Energia Elétrica, e adquiridos pelo Fundo nos termos do Contrato de Cessão. Os Direitos Creditórios compreendem o direito de crédito decorrente da venda de energia elétrica correspondente ao valor integral de cada Fatura Mensal de Energia Elétrica, e todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, além de todas as garantias outorgadas pelas Distribuidoras Cedidas à Cedente, bem como toda e qualquer multa, compensatórias e/ou indenizatórias, penalidade e/ou indenização devida pelas Distribuidoras Cedidas à Cedente, inclusive, em caso de rescisão dos CCEAR Cedidos.

Artigo 25. Durante o Prazo de Duração, o Fundo não efetuará a aquisição de outros direitos de crédito que não os Direitos Creditórios oriundos dos CCEAR Cedidos, que, para os fins deste Regulamento, são considerados como tendo atendidos aos Critérios de Elegibilidade.

Parágrafo Primeiro. Na ocorrência de um Evento de Avaliação, a Cedente poderá, no prazo de 5 (cinco) dias contados do recebimento da notificação enviada acerca da referida ocorrência, apresentar ao Fundo novos direitos creditórios oriundos de contratos de compra e venda de energia elétrica firmados pela Cedente, para



consideração dos Quotistas Seniores reunidos em Assembléa Geral que deliberar sobre o Evento de Avaliação.

Parágrafo Segundo. Caso a Cedente apresente novo(s) contrato(s) de compra e venda de energia elétrica para sanar o Evento de Avaliação, o Administrador deverá convocar uma Assembléa Geral para deliberar sobre os critérios de elegibilidade e eventuais condições precedentes para aceitação dos referidos contrato(s) de compra e venda de energia elétrica, assegurando-se, no caso de decisão pela aceitação de novo(s) contrato(s) de compra e venda de energia elétrica, o resgate das Quotas Seniores devida pelos Quotistas dissidentes.

CAPÍTULO NOVE – DOS PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA E ENTREGA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS AO FUNDO

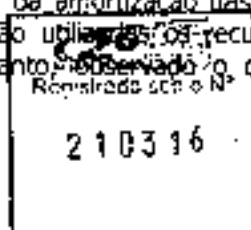
Artigo 26. Os Direitos Creditórios serão cobrados nos termos dos CCEAR Cedidos, nos termos dos quais a Cedente envia as Faturas Mensais de Energia Elétrica às Distribuidoras Cedidas, observado o disposto nos Parágrafos abaixo.

Parágrafo Primeiro. Observadas as disposições do Contrato de Cessão, a partir da Data de Início da Entrega, a Cedente está obrigada, em caráter irrevogável e irretratável, a entregar ao Fundo ou a quem for por este indicado para recebê-los em seu nome, tão logo sejam constituídos em cada mês durante o Prazo de Duração, os Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada e da Cessão sob Condição Suspensiva, que deverão ser pagos pelas Distribuidoras Cedidas, na forma estabelecida no Contrato de Cessão.

Parágrafo Segundo. Os procedimentos de recebimento e pagamento dos Direitos Creditórios ao Fundo serão efetuados pelo Agente de Recebimento e Pagamento de acordo com o disposto no Contrato de Cessão e no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.

Artigo 27. Na mesma data do não pagamento de quaisquer Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada, a Cedente, na qualidade de agente cobradora da Distribuidora Cedida Inadimplente, função para a qual foi contratada pelo Administrador, em nome do Fundo, deverá tomar todas as providências necessárias para a cobrança dos Direitos Creditórios da respectiva Distribuidora Cedida Inadimplente e repassar ao Fundo, sem qualquer retenção, todo e qualquer pagamento por esta efetuado, sempre observados os procedimentos estabelecidos nos CCEAR Cedidos e nos respectivos Instrumentos de Garantia e demais disposições da regulamentação aplicável.

Parágrafo Primeiro. Caso os recursos existentes na Conta Autorizada do Fundo não sejam suficientes para realizar o pagamento da amortização das Quotas Seniores no Período de Disponibilidade em questão, serão utilizados os recursos depositados na Reserva de Amortização e Resgate para tanto observado o disposto no Capítulo Dezesseis.

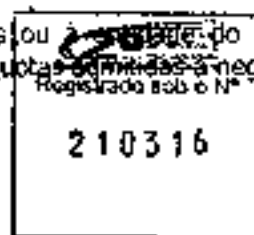


CAPÍTULO DEZ – DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 28. O Administrador cobrará taxa de administração, a qual inclui a taxa de gestão da carteira do Fundo, correspondente ao que for maior, em cada mês após a Data de Emissão, entre: (i) 0,10% (dez centésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Patrimônio Líquido, ou (ii) a quantia de R\$15.000,00 (quinze mil reais) mensais, quantia esta a ser atualizada anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IGP-M. A taxa de administração será calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior, e o seu pagamento ocorrerá até o 5º dia útil de cada mês calendário. O primeiro pagamento da taxa de administração ocorrerá no 5º dia útil do mês imediatamente subsequente à Data de Emissão de Quotas, e tal pagamento será proporcional ao número de dias efetivamente decorridos entre a Data de Emissão de Quotas e o último dia do mês a que se referir o pagamento da taxa de administração.

Artigo 29. Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração, as seguintes despesas (os "Encargos do Fundo"):

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- d) honorários e despesas devidos à Empresa de Auditoria;
- e) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser verificado;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- h) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação;
- i) taxa de custódia dos ativos do Fundo; e



j) despesas com os serviços prestados pela Agência de Classificação de Risco.

Parágrafo Primeiro. Quaisquer despesas não previstas no *caput* deste Artigo como Encargos do Fundo correrão por conta do Administrador.

Parágrafo Segundo. As comissões devidas às Instituições Intermediárias e os custos e despesas relacionados exclusivamente com a distribuição pública de Quotas Seniores do Fundo serão arcados pela Cedente, nos termos do Contrato de Colocação. A Taxa de Administração e os Encargos do Fundo serão deduzidos do Patrimônio Líquido.

Artigo 30. Os valores correspondentes aos Encargos do Fundo devidos e pagáveis após a Data de Resgate serão transferidos ao Administrador quando da liquidação do Fundo, cabendo a este a responsabilidade pelo seu pagamento nas datas devidas.

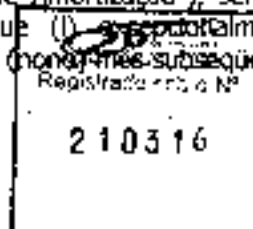
Artigo 31. O Administrador poderá estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços por este contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração fixada no Artigo 28.

CAPÍTULO ONZE – DAS QUOTAS E DA AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

Artigo 32. O Fundo emitirá 4.000 (quatro mil) Quotas Seniores com as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- b) Valor Unitário de Emissão de R\$ 312.500,00 (trezentos e doze mil e quinhentos reais);
- c) seu valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 40; e
- d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto.

Parágrafo Primeiro. As Quotas Seniores serão amortizadas em 111 (cento e onze) parcelas mensais, no dia 7 de cada mês, ou, caso este não seja um dia útil, no dia útil imediatamente subsequente, (as "Datas de Amortização"), sempre que o Patrimônio Líquido assim o permitir, observado que (1) ~~o primeiro~~ ^{o primeiro} a 1ª Data de Amortização ocorrerá no dia 7 (sete) do 9º (nono) mês subsequente à Data de Emissão de Quotas.



Parágrafo Segundo. Os valores de amortização e resgate das Quotas serão pagos aos Quotistas nos prazos e conforme os procedimentos previstos no Capítulo Treze.

Parágrafo Terceiro. Nos termos do Capítulo Dezoito, os Quotistas poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo por meio da integralização de série de Quotas Seniores específica, na proporção de sua participação no valor total das Quotas em circulação, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas.

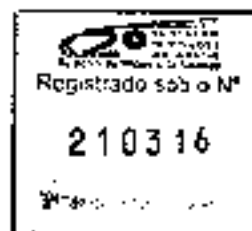
Artigo 33. O Fundo emitirá 72 (setenta e duas) Quotas Subordinadas, com as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- a) somente poderão ser resgatadas após o resgate Integral das Quotas Seniores, admitindo-se o resgate mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios; não haverá amortização de Quotas Subordinadas;
- b) somente poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas pela Cedente e não serão transferíveis, observados os termos e condições do Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e deste Regulamento;
- c) Valor Unitário de Emissão de R\$ 312.500,00 (trezentos e doze mil e quinhentos reais);
- d) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 42; e
- e) observado o disposto no Capítulo Dezenove, direito de voto restrito nas Assembleias Gerais.

Artigo 34. Observado o disposto na alínea (b) do Artigo 33, as Quotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

Artigo 35. As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidação, nos termos do Artigo 52 e observado o disposto na alínea (a) do Artigo 33.

Artigo 36. Para fins exclusivamente do disposto no artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM 356, a relação mínima a ser observada entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Seniores será considerada igual a 1 (um). O somatório do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas será necessariamente equivalente ao valor do Patrimônio Líquido.



CAPÍTULO DOZE – DA EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E DO VALOR DAS QUOTAS E DA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO E RESGATE

Artigo 37. As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 40 e 42, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados e/ou pela Cedente, conforme o caso, à disposição do Fundo (valor da Quota de D + 0), exclusivamente por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED para a conta de titularidade do Fundo mantida na CETIP a ser indicada pelo Administrador, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

Artigo 38. A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Administrador, ou terceiro por este contratado, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista.

Parágrafo Primeiro. Quando de seu ingresso no Fundo no mercado primário de distribuição pública das Quotas Seniores, cada Quotista deverá assinar o Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco, indicar um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pelo Administrador nos termos deste Regulamento e, se for o caso, entregar a declaração de investidor qualificado prevista na Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, e alterações posteriores.

Parágrafo Segundo. O extrato da conta de depósito emitido pelo Administrador, ou pelo terceiro por este contratado, será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação do Administrador, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

Artigo 39. Não serão cobradas taxas de ingresso ou de saída pelo Administrador, tampouco taxa de performance.

Artigo 40. A partir da Data de Emissão das Quotas Seniores, seu respectivo valor unitário será calculado todo dia útil (a "Data de Cálculo"), para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, da seguinte forma:

a) ao Valor Unitário de Emissão da Quota Sênior será acrescido o valor equivalente ao Parâmetro de Rentabilidade, desde que o patrimônio do Fundo assim o permita, e subtraída a diferença, definida na alínea (b) abaixo;

b) caso o montante dos ajustes ("Ajustes") seja superior ao valor total das Quotas Subordinadas, a diferença será deduzida do valor das Quotas Seniores, observado que, por Ajustes, entenda-se: (i) redução do Patrimônio Líquido em função das provisões contábeis efetuadas na Data do Cálculo; (ii) aumento do Patrimônio Líquido em função da eventual reversão das provisões contábeis por meio do recebimento de valores no dia útil anterior à Data do Cálculo; e (iii) redução do Patrimônio Líquido em função do pagamento de taxas e despesas previstos neste Regulamento e na regulamentação aplicável;



210316

35

c) quando da amortização ou Resgate do valor da Quota Sênior, calculado de acordo com as alíneas (a) e (b) acima, será deduzido o valor da amortização ou resgate, conforme o caso, dividido pelo número de Quotas Seniores;

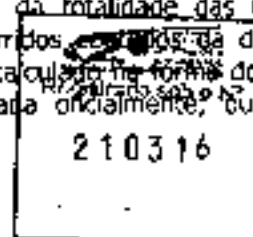
d) o valor da amortização ou resgate por Quota Sênior será o menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em circulação, considerando os Ajustes descritos na alínea (b) acima, ou (ii) o montante indicado na coluna x, do item (g) do Suplemento, a ser atualizado pela variação da Taxa DI, acrescida de um *spread*, a ser definido nos termos do Parágrafo Primeiro, do Artigo 13 deste Regulamento.

Parágrafo Primeiro. Para fins de estimativa dos valores futuros da Taxa DI serão utilizadas as taxas dos Contratos Futuros de Taxa DI, negociados na BM&F, na respectiva data de cálculo.

Parágrafo Segundo. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da apuração do valor das Quotas Seniores, será utilizada, em substituição, a última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares de Quotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.

Parágrafo Terceiro. Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI para definição do valor das Quotas Seniores, ou de ausência de apuração ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis consecutivos, ou a 15 (quinze) dias úteis alternados durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que se verificar a ocorrência de qualquer desses eventos, o Administrador deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral para que seja deliberado pelos titulares das Quotas Seniores o novo parâmetro a ser utilizado para a definição do valor das Quotas Seniores. Neste caso, os titulares de Quotas Subordinadas poderão sugerir um parâmetro alternativo, sendo certo, entretanto, que caso não concordem com o parâmetro aprovado na Assembleia Geral, terão o poder de votar a adoção do referido parâmetro. Até a data de deliberação do novo parâmetro será utilizada, para cálculo do valor das Quotas Seniores, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares de Quotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.

Parágrafo Quarto. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de definição do valor das Quotas Seniores entre os titulares que representem 50% (cinquenta por cento) mais uma das Quotas Seniores em circulação e os titulares das Quotas Subordinadas, estes últimos optarão, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral, a informar ao Administrador, que procederá (i) ao resgate antecipado da totalidade das Quotas Seniores em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral, pelo seu valor calculado na forma do *caput* deste Artigo 40, utilizando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente, ou (ii) à



amortização das Quotas Seniores, em cronograma a ser estipulado pelos titulares das Quotas Subordinadas, o qual não excederá o Prazo de Duração. Nesta hipótese, durante o prazo de amortização das Quotas Seniores (a) todos os titulares de Quotas Seniores receberão o pagamento na mesma proporção e (b) a periodicidade das amortizações continuará sendo aquela estabelecido no Parágrafo Primeiro do Artigo 32, observado que, até a amortização e o resgate final das Quotas Seniores, será utilizada a taxa de remuneração a ser definida pelos titulares das Quotas Seniores que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas Seniores em circulação, reunidos em Assembleia Geral, e apresentada aos titulares das Quotas Subordinadas na referida Assembleia Geral. Caso a respectiva taxa de remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

Parágrafo Quinto. Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores, definidos no *caput* deste Artigo, têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Quotas, e não representam nem deverão ser considerados, em hipótese alguma, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Cedente, do Administrador ou do Custodiante e de suas respectivas Partes Relacionadas em assegurar remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, em hipótese alguma, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor das mesmas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.

Artigo 41. A partir da Data de Emissão de Quotas e até o final do Prazo de Duração, o Administrador deverá constituir e manter uma reserva de amortização e resgate (a "Reserva de Amortização e Resgate") nos termos deste Artigo, de forma que, em qualquer Data de Apuração, esta corresponda à soma dos valores estimados para a amortização das Quotas Seniores dos três próximos Períodos de Disponibilidade, de acordo com a fórmula abaixo, e ressalvado as disposições dos parágrafos abaixo:

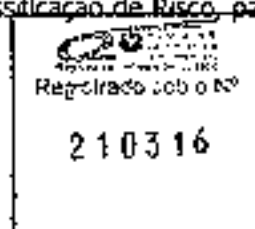
$$RA_i = A_i + C_i + A_{i+1} + C_{i+1} + A_{i+2} + C_{i+2}$$

Onde:

RA_i = é a Reserva de Amortização e Resgate para o Período de Capitalização.

A_i = Valor estimado da amortização das Quotas Seniores do Fundo na Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, subsequente à Data de Apuração *i*.

C_i = Custos mensais estimados dos Encargos do Fundo referentes à taxa de administração, despesas com a prestação de serviços do Custodiante, Empresa de Auditoria e Agência de Classificação de Risco, para o Período de Disponibilidade *i*.



Parágrafo Primeiro. A Reserva de Amortização e Resgate será constituída com os recursos provenientes da subscrição e integralização das Quotas Subordinadas e com o produto do pagamento dos Direitos Creditórios, na forma da cláusula 2.2. do Contrato de Cessão.

Parágrafo Segundo. Excepcionalmente, entre o período compreendido entre a Data de Emissão de Quotas e até o Período de Disponibilidade que se iniciará em março de 2010, a Reserva de Amortização e Resgate deverá corresponder sempre ao maior de: (i) a estimativa do total das amortizações previstas entre o Período de Disponibilidade que se iniciará em março de 2010 e se encerrará em maio de 2010, inclusive, ou (ii) a Reserva de Amortização e Resgate calculada de acordo com o disposto no *caput* deste Artigo.

Artigo 42. A partir da Data de Emissão de Quotas Subordinadas, seu valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de resgate, sendo que o mesmo será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores em circulação, e deduzido das eventuais provisões dos Ajustes referidos na alínea (b) do Artigo 40, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em circulação na respectiva data de cálculo. As Quotas Subordinadas serão resgatadas em até 20 (vinte) dias após o integral pagamento das Quotas Seniores e dos Encargos do Fundo. O valor de resgate das Quotas Subordinadas será determinado pelo Patrimônio Líquido do Fundo subtraído o valor de resgate das Quotas Seniores e dos Encargos do Fundo.

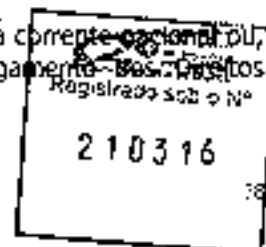
CAPÍTULO TREZE – DO PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS QUOTISTAS

Artigo 43. Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Capítulo Dezesete, o Administrador deverá transferir as Disponibilidades depositadas na Conta Autorizada do Fundo aos titulares das Quotas, na conta corrente por estes indicadas no Boletim de Subscrição, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

Parágrafo Primeiro. O Administrador efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo Bapen.

Parágrafo Segundo. Os recursos depositados na Conta Autorizada do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Administrador nas respectivas Datas de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

Parágrafo Terceiro. Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 54, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios, observados os termos do Contrato de Cessão.



CAPÍTULO QUATORZE – DO REGISTRO DA DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

Artigo 44. As Quotas Seniores serão registradas para distribuição (i) no MDC – Módulo de Distribuição de Cotas de Fundos de Investimento integrante da CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Quotas, e (ii) na CBLC, observada a responsabilidade das Instituições Intermediárias assegurarem que somente investidores qualificados adquiram Quotas Seniores do Fundo.

Artigo 45. As Quotas Seniores serão registradas para negociação, (i) no MNC – Módulo de Negociação de Cotas de Fundos de Investimento da CETIP, a qual efetuará a liquidação da negociação e a custódia eletrônica das Quotas Seniores, e no SFF, observada a responsabilidade dos intermediários de assegurarem que somente Investidores Qualificados adquiram Quotas Seniores do Fundo.

CAPÍTULO QUINZE – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 46. Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos Creditórios devem ser registrados pelo valor efetivamente pago.

Artigo 47. Os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo vencidos e não pagos, total ou parcialmente, integrantes da carteira do Fundo deverão ser provisionados no 10º (décimo) dia corrido contado da data do respectivo vencimento.

Artigo 48. Admite-se a reversão da provisão efetuada nos termos do Artigo 47 acima, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou à sua constituição, limitada ao seu respectivo valor, acrescido dos rendimentos auferidos.

Artigo 49. Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado (*marked to market*), observadas as regras e os procedimentos definidos pelo Administrador e aceitos pelo Bacen e pela CVM, aplicáveis aos fundos de investimento.

Parágrafo Único. Os ajustes dos valores dos Ativos Financeiros, decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos neste Regulamento, serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Artigo 50. As perdas e provisões com Ativos Financeiros serão reconhecidas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no Plano Contábil. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão destas desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.



210316

20

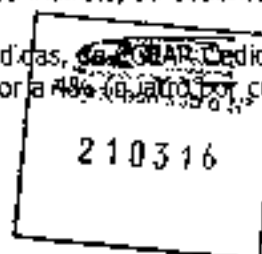
Parágrafo Primeiro. Sem prejuízo do disposto acima, a efetiva baixa dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, vencidos e não pagos, ocorrerá depois de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos contados de sua respectiva data de vencimento, conforme as regras e os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Parágrafo Segundo. Na hipótese de ocorrência de liquidação antecipada do Fundo, todos os Direitos Creditórios vencidos e não pagos (independentemente do número de dias corridos a partir do respectivo vencimento) serão considerados, para fins contábeis e de cálculo do Patrimônio Líquido do Fundo, como sem valor para fins de dação em pagamento aos Quotistas, se for o caso, nos termos do Capítulo Dezesseis do Regulamento.

CAPÍTULO DEZESSEIS – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DOS EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

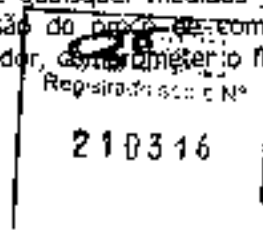
Artigo 51. São considerados eventos de avaliação do Fundo (os “Eventos de Avaliação”), qualquer das seguintes ocorrências:

- a) utilização, por 2 (dois) Períodos de Disponibilidade consecutivos ou 3 (três) Períodos de Disponibilidade alternados num período de 6 (seis) meses, da Reserva de Amortização e Resgate que não seja recomposta no Período de Disponibilidade imediatamente subsequente (i) ao segundo Período de Disponibilidade consecutivo em que a Reserva de Amortização e Resgate tenha sido utilizada ou (ii) ao Período de Disponibilidade imediatamente subsequente àquele em que a Reserva de Amortização e Resgate tenha sido utilizada pela terceira vez no período de 6 (seis) meses;
- b) ajuizamento de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, bem como ajuizamento de pedido de falência, por qualquer das Distribuidoras Cedidas, cuja fatura Mensal de Energia Elétrica represente, individualmente, valor igual ou superior a 4% (quatro por cento) ou, conjuntamente, valor igual ou superior a 20% (vinte por cento) do valor total das Faturas Mensais de Energia Elétrica no Período de Disponibilidade em questão;
- c) descumprimento, pela Cedente, de qualquer das obrigações de fazer e/ou não fazer decorrentes do Contrato de Cessão que não seja um Evento de Avaliação e que, a critério do Administrador, possa comprometer a capacidade do Fundo de cumprir com seus compromissos perante os Quotistas, desde que a Cedente tenha sido notificada para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- d) perda da atual situação de controle acionário, direto ou indireto, da Cedente;
- e) a efetiva rescisão, por qualquer das Distribuidoras Cedidas, de ~~um~~ ^{um ou mais} Contrato(s) que represente(m), individualmente, valor igual ou superior a 4% (quatro por cento) ou,



conjuntamente, valor igual ou superior a 20% (vinte por cento) do valor total das Faturas Mensais de Energia Elétrica no Período de Disponibilidade em questão;

- f) descumprimento, pela Cedente, da obrigação assumida nos termos do item 6.2. do Contrato de Cessão (relativa à obrigação de entregar as Faturas Mensais de Energia Elétrica), informada pelo Agente de Recebimento ao Administrador, não sanado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado da notificação que lhe tenha sido encaminhada pelo Administrador;
- g) vencimento antecipado e/ou inadimplemento de quaisquer operações de natureza financeira em que a Cedente seja mutuária ou garantidora, cujo valor presente das obrigações de pagamento seja superior a R\$ 22.500.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil reais), que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura do Contrato de Cessão, pela variação acumulada do IGP-M, ou o equivalente em outras moedas; para os fins desta alínea, são consideradas operações de natureza financeira, (i) quaisquer operações de empréstimo em moeda; (ii) financiamentos a projetos de investimento, ainda que não reconhecidos em seus balanços (*off-balance*); (iii) repasses de empréstimos em moeda nacional ou estrangeira, registrados ou não no Bacen; (iv) operações de abertura de crédito em conta-corrente; (v) adiantamento a depositantes, na forma definida nas normas do Bacen; (vi) operações de arrendamento mercantil; (vii) emissão pública ou privada de debêntures ou de quaisquer outros valores mobiliários, no Brasil ou no exterior; (viii) concessão de garantias, pessoais ou reais, em operações de qualquer natureza, em especial as de natureza financeira; (ix) operações de adiantamento de receitas futuras, realizadas por meio de permuta, cessão, transferência parcial, venda à vista com compromisso de recompra em prazo determinado, venda a termo, emissão de opções de qualquer natureza ou desconto de títulos; (x) desconto bancário, com ou sem cláusula de co-responsabilidade; e (xi) qualquer outra espécie de negócio jurídico cujo efeito financeiro seja captação de recursos financeiros e/ou a antecipação de receitas decorrentes da consecução do objeto social da Cedente;
- h) caso a classificação de risco das Quotas do Fundo seja rebaixada pela Agência de Classificação de Risco para uma nota inferior a brA-f, ou equivalente, emitida por agência de classificação de risco de atuação internacional que eventualmente substituir a Agência de Classificação de Risco;
- i) caso, a partir do Período de Disponibilidade que se inicia em março de 2008, inclusive, o Índice de Cobertura seja por 2 (dois) meses consecutivos ou 3 (três) meses alternados em um período de 12 (doze) meses igual ou inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) no respectivo Período de Disponibilidade;
- j) adoção, por qualquer das Distribuidoras Cedidas, de quaisquer medidas judiciais, inclusive aquelas que tenham por objeto a discussão do preço de compra dos CCEAR Cedidos que possam, a critério do Administrador, comprometer o fluxo dos Direitos Creditórios dos respectivos CCEAR Cedidos; e



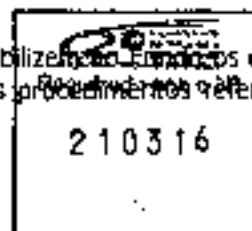
- k) término antecipado do Contrato de Custódia sem que uma nova instituição tenha sido contratada pelo Fundo para substituir o Custodiante.

Parágrafo Primeiro. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Administrador, independentemente de qualquer procedimento adicional, convocará imediatamente Assembleia Geral, a qual decidirá, de acordo com o *quorum* de deliberação de que trata o Capítulo Dezenove, se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação.

Parágrafo Segundo. Caso a Assembleia Geral decida que o Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, deverão ser iniciados os procedimentos estabelecidos nos Parágrafos do Artigo 52 abaixo, independentemente da realização de uma nova Assembleia Geral. Caso contrário, o Administrador deverá adotar as medidas tomadas pelos Quobistas na referida Assembleia Geral para manutenção das atividades regulares do Fundo e eventual cura do Evento de Avaliação.

Artigo 52. São considerados eventos de liquidação do Fundo, para efeitos do artigo 24 da Instrução CVM 356 (os "Eventos de Liquidação"), quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) modificações estatutárias que alterem o objeto social preponderante da Cedente;
- b) ocorrência de qualquer das hipóteses de término da concessão da Cedente, previstas em lei;
- c) decretação de falência da Cedente, requerimento de autofalência ou protocolização de pedido de recuperação judicial ou extra judicial;
- d) decretação de intervenção da concessão ou declaração judicial da dissolução e/ou liquidação da Cedente;
- e) existência de evidências de que a Cedente tenha emitido ou, por comprovada negligência, tenha permitido a terceiros emitir Faturas Mensais de Energia Elétrica sem lastro e/ou em duplicidade;
- f) revogação, pela Cedente, dos mandatos outorgados ao Custodiante e/ou ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e do Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas;
- g) caso ocorra a rescisão do Contrato de Cessão;
- h) caso os Quotistas reunidos em Assembleia Geral deliberem que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- i) caso quaisquer dos titulares das Quotas não disponibilizem ao Fundo os recursos aprovados em Assembleia Geral para a adoção dos procedimentos referidos no Capítulo Dezoito, na forma ali estabelecida;



- j) caso os titulares das Quotas Subordinadas não aprovem o novo parâmetro de remuneração das Quotas Seniores conforme o disposto no Parágrafo Terceiro do Artigo 40;
- k) término antecipado do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores; e
- l) caso não ocorra a substituição do Administrador nos termos do Parágrafo Único do Artigo 6.

Parágrafo Primeiro. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o Administrador deverá (i) notificar os Quotistas; e (ii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo definidos nos Parágrafos seguintes deste Artigo.

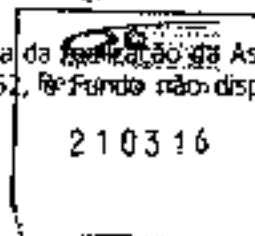
Parágrafo Segundo. Na ocorrência da hipótese prevista no Parágrafo Primeiro deste Artigo, o Administrador deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral, a fim de que os titulares das Quotas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, assegurando-se, no caso de decisão pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Quotas devidas pelos Quotistas dissidentes, pelo seu respectivo valor, calculado de acordo com o Artigo 40, alínea (a) deste Regulamento, e a consequente saída destes do investimento.

Parágrafo Terceiro. Observada a deliberação dos Quotistas na Assembleia Geral referida no Parágrafo Segundo deste Artigo, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, o Fundo resgatará todas as Quotas compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições, observados os direitos e prerrogativas de cada classe de Quotas, e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas em circulação, observado o disposto no Parágrafo Quarto abaixo.

Parágrafo Quarto. Observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo Dezessete, quando os recursos disponíveis na Conta Autorizada do Fundo forem equivalentes ao menor valor entre (i) o valor de resgate das Quotas; e (ii) R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), o Administrador debitará a Conta Autorizada do Fundo e procederá ao resgate antecipado das Quotas em circulação devidas pelos Quotistas dissidentes, no caso previsto no Parágrafo Segundo acima, ou da totalidade das Quotas em circulação, no caso da liquidação antecipada do Fundo.

Artigo 53. As verbas pagas aos titulares das Quotas, a título de resgate antecipado de suas Quotas, deverão ser inicialmente imputadas, sem solução de continuidade, no pagamento dos rendimentos auferidos pelas mesmas e, posteriormente, no pagamento integral de seu valor nominal, sendo que os procedimentos descritos no Artigo 52 somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas.

Artigo 54. Caso, 180 (cento e oitenta) dias após a data da convocação da Assembleia Geral a que se refere o Parágrafo Segundo do Artigo 52, o Fundo não disponha de



recursos para o resgate integral das Quotas, e desde que mediante aviso prévio aos Quotistas até 120 (cento e vinte) dias depois da data da realização da Assembleia Geral acima referida, o Administrador poderá realizar o resgate do saldo das Quotas mediante dação em pagamento (i) dos Direitos Creditórios; e/ou (ii) dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Fundo ou coobrigação deste, sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas em circulação.

Parágrafo Primeiro. Para fins do disposto no caput deste Artigo, os Direitos Creditórios e Ativos Financeiros dados em pagamento aos titulares das Quotas constituirão um condomínio, cujas frações ideais de cada titular de Quotas Seniores serão calculadas de acordo com a proporção de Quotas Seniores devida por cada titular sobre o valor total das Quotas Seniores em circulação. O Administrador deverá notificar os titulares das Quotas Seniores (i) para que os Quotistas elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil; e (ii) para informar a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Quotas faz jus.

Parágrafo Segundo. Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Quotas Seniores que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas Partes Relacionadas, a maioria das Quotas em circulação.

CAPÍTULO DEZESSETE – DA ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Artigo 55. Diariamente, a partir da Data de Emissão de Quotas e até a liquidação do Fundo, o Administrador obriga-se a utilizar as Disponibilidades para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- b) formação de reserva equivalente ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- c) devolução aos Quotistas dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Capítulo Dezoito, por meio da amortização da série de Quotas Seniores específica;
- d) pagamentos dos valores referentes à amortização e resgate das Quotas Seniores; e
- e) formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades.



CAPÍTULO DEZOITO – DOS PROCEDIMENTOS E DOS CUSTOS REFERENTES À COBRANÇA DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 56. Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas, observado o disposto no Artigo 57, não estando o Administrador ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigado pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. O Administrador não é responsável por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Quotistas, observado o disposto no Artigo 57.

Parágrafo Único. Observado o disposto no ~~caput~~ deste Artigo, o Fundo contratou a Cedente para proceder à cobrança das Distribuidoras Cedidas Inadimplentes e repassar ao Fundo, sem qualquer retenção, todo e qualquer pagamento efetuado pelas Distribuidoras Cedidas Inadimplentes, nos termos do Artigo 27. A Cedente perceberá a importância de R\$ 100,00 (cem reais) pela prestação dos serviços de que trata este Parágrafo, que serão pagos pelo Fundo na data de pagamento do Preço de Aquisição, mediante crédito na Conta Autorizada da Cedente.

Artigo 57. As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite do Patrimônio Líquido. A parcela que exceder ao Patrimônio Líquido deverá ser previamente aprovada pelos titulares das Quotas Seniores em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim e, se for o caso, será por eles aportada diretamente ao Fundo por meio da subscrição e integralização de série de Quotas Seniores específica, considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, na data da respectiva aprovação, observado que os Quotistas Seniores dissidentes terão direito de recasso. Os recursos aportados ao Fundo pelos titulares das Quotas Seniores serão reembolsados por meio do resgate ou amortização da respectiva série de Quotas Seniores específica, de acordo com os procedimentos previstos neste Regulamento.

Parágrafo Primeiro. Fica, desde já, estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo, após esgotado o Patrimônio Líquido, antes (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o ~~caput~~ deste Artigo; e (ii) da assunção, pelos Quotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. O Administrador não será responsável por qualquer dano ou prejuízo ~~sofrido pelo Fundo~~ e/ou por qualquer dos Quotistas em decorrência da não proposição ~~de~~ ~~prosseguimento~~, pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à ~~salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma deste Capítulo.~~



210316

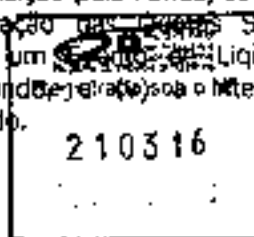
Parágrafo Segundo. As despesas a que se refere o *caput* deste Artigo são aquelas mencionadas na alínea (f) do Artigo 29.

Parágrafo Terceiro. Todos os valores aportados pelos Quotistas ao Fundo nos termos do caput deste Artigo deverão ser feitos em moeda corrente nacional, líquidos de quaisquer taxas, impostos, contribuições e/ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais valores, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte e de forma que o Fundo receba as referidas verbas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que o Fundo possa honrar integralmente suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

CAPÍTULO DEZENOVE – DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 58. Sem prejuízo das demais competências previstas neste Regulamento, a Assembleia Geral compete privativamente, observados os respectivos *quorá* de deliberação definidos neste Regulamento:

- a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador;
- b) alterar o Regulamento;
- c) deliberar sobre a substituição do Administrador, do Custodiante e do Agente de Recebimento;
- d) deliberar sobre a nomeação de representante para exercer as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, nos termos do artigo 31 da Instrução CVM 356;
- e) deliberar sobre a elevação da taxa de administração cobrada pelo Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento da que tenha sido objeto de redução;
- f) deliberar sobre a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo ou prorrogação do Prazo de Duração; e
- g) deliberar sobre a (i) os critérios de elegibilidade e aceitação de novo(s) contrato(s) de compra e venda de energia elétrica para aquisição pelo Fundo, se o caso, (ii) a determinação sobre a nova taxa de atualização das Dívidas Seniores, (iii) conversão de um Evento de Avaliação em um Evento de Liquidação, (iv) necessidade de aporte de recursos ao Fundo e (v) a interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo.



Parágrafo Único. O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contado da divulgação do fato aos Quotistas.

Artigo 59. A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias de antecedência, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de aviso publicado no periódico mencionado no Artigo 68 ou enviado por meio de correio eletrônico ao representante de cada Quotista, indicado no Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco, do qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro. A Assembleia Geral poderá ser convocada por iniciativa própria do Administrador ou por solicitação de Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

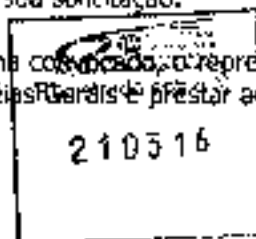
Parágrafo Segundo. A Assembleia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas Seniores em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Parágrafo Terceiro. A presidência da Assembleia Geral caberá ao Administrador.

Parágrafo Quarto. Sem prejuízo do disposto no Parágrafo Quinto deste Artigo, o Administrador e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 15% (quinze por cento) das Quotas Seniores em circulação poderão convocar representantes da Empresa de Auditoria ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Parágrafo Quinto. Fica estabelecido que o Administrador convocará os Quotistas por meio da publicação de edital de convocação da Assembleia Geral no periódico mencionado no Artigo 68, sempre que os Quotistas mantiverem as Quotas custodiadas em entidade diversa daquela contratada para realizar a escrituração das Quotas Seniores ou do Administrador e a referida entidade não fornecer ao Administrador a relação dos titulares das Quotas, ali custodiadas, após sua solicitação.

Parágrafo Sexto. Independentemente de quem tenha convocado, o representante do Administrador deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.



Parágrafo Sétimo. Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral de Quotistas será realizada na sede do Administrador. Quando a Assembleia Geral de Quotistas não for realizada na sede do Administrador, as comunicações enviadas aos Quotistas deverão indicar, com clareza, o local da reunião, que em nenhuma hipótese pode realizar-se fora do município da sede do Administrador.

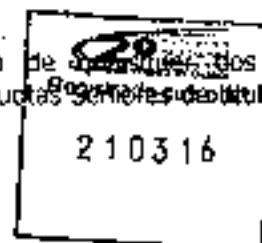
Artigo 60. A cada Quota Sênior corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista Sênior por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede do Administrador no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Geral.

Artigo 61. Ressalvado o disposto no Parágrafo Primeiro deste Artigo, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Quotas Seniores presentes à Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro. Independentemente do disposto no *caput* deste Artigo, as seguintes deliberações das Assembleias Gerais dependerão dos votos favoráveis de Quotistas Seniores que representem:

- a) 90% (noventa por cento) das Quotas Seniores em circulação, para alteração dos Capítulos Dois, Seis, Dito, Onze, Doze e Dezesseis deste Regulamento, desta alínea (a) e da alínea (b) abaixo;
- b) 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Seniores em circulação para:
 - (i) a aprovação de alteração dos *quor*i de instalação ou deliberação estabelecidos neste Regulamento, ressalvado o disposto na alínea (a) acima;
 - (ii) deliberação a que se refere o Parágrafo Segundo do Artigo 52;
 - (iii) alterações dos Capítulos Quinze e Dezesseis; e
 - (iv) aprovação da substituição do Administrador ou Custodiante.
- c) 50% (cinquenta por cento) mais uma das Quotas Seniores em circulação para (i) deliberação acerca da conversão de um Evento de Avaliação em um Evento de Liquidação; (ii) deliberação a que se refere o Parágrafo Terceiro do Artigo 40; (iii) para definição dos critérios de elegibilidade e aceitação de novo(s) contrato(s) de compra e venda de energia elétrica nas hipóteses previstas no Parágrafo Primeiro do Artigo 25; e (iv) demais matérias não previstas nas alíneas "a" e "b" acima.

Parágrafo Segundo. Para efeito da constituição de *quor*i de deliberação da Assembleia Geral, serão excluídas as Quotas Seniores de titularidade da Codente ou de suas Partes Relacionadas.



Parágrafo Terceiro. A deliberação a que se refere o Parágrafo Terceiro do Artigo 40 dependerá da aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas.

Parágrafo Quarto. Caso o Patrimônio Líquido do Fundo não apresente liquidez suficiente para honrar o resgate antecipado das Quotas Seniores dos Quotistas dissidentes das deliberações previstas no Parágrafo Segundo do Artigo 25 e no Parágrafo Segundo do Artigo 52, deverão ser definidos na respectiva Assembleia Geral, pelos titulares da maioria das Quotas Seniores presentes, os procedimentos necessários para o resgate parcelado das Quotas Seniores, o qual não poderá ultrapassar 6 (seis) meses da data da publicação da ata da referida Assembleia Geral.

Parágrafo Quinto. Os referidos titulares de Quotas Seniores dissidentes terão prioridade no recebimento dos valores correspondentes ao resgate antecipado de suas Quotas Seniores, sendo que os demais Quotistas somente terão suas Quotas amortizadas ou resgatadas após a conclusão do referido resgate antecipado e se o Patrimônio Líquido do Fundo assim permitir.

Artigo 62. As deliberações tomadas pelos Quotistas Seniores, observados os *quor*i estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido.

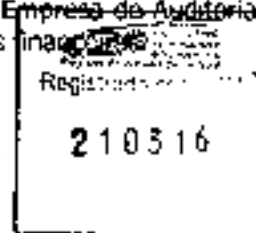
Artigo 63. Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse.

CAPÍTULO VINTE – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 64. O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no Plano Contábil e na legislação aplicável.

Artigo 65. As demonstrações financeiras do Fundo serão auditadas anualmente pela Empresa de Auditoria. Observadas as disposições legais aplicáveis, deverão necessariamente constar de cada relatório de auditoria os seguintes itens:

- a) opinião se as demonstrações financeiras examinadas refletem adequadamente a posição financeira do Fundo, de acordo com as regras do Plano Contábil;
- b) demonstrações financeiras do Fundo, contendo o balanço analítico e a evolução de seu Patrimônio Líquido, elaborados de acordo com a legislação em vigor; e
- c) notas explicativas e outras informações julgadas pela Empresa de Auditoria como indispensáveis para a interpretação das demonstrações financeiras.



Parágrafo Único. A Empresa de Auditoria deverá examinar, quando da realização da auditoria anual, os demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do Artigo 11.

Artigo 66. O exercício social do Fundo terá a duração de 1 (um) ano, encerrando-se em 31 de dezembro.

CAPÍTULO VINTE E UM – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Artigo 67. O Patrimônio Líquido corresponderá ao somatório dos valores investidos em Direitos Creditórios e das Disponibilidades do Fundo, menos as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas nos Artigos 48 e 50.

Parágrafo Primeiro. Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo, da Cedente e/ou de qualquer terceiro a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido.

Parágrafo Segundo. Toda e qualquer multa ou outra penalidade incorrida e paga pela Cedente ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão reverterá em benefício exclusivo dos titulares das Quotas Seniores, mediante a incorporação do valor da multa, ou de qualquer outra penalidade paga, ao valor das referidas Quotas Seniores em circulação, independentemente da remuneração alvo das Quotas Seniores. Nesse caso, o Fundo realizará uma amortização extraordinária das Quotas Seniores em circulação em até 2 (dois) úteis após o recebimento de tal multa ou outra penalidade.

CAPÍTULO VINTE E DOIS – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 68. Qualquer ato ou fato relevante que possa, direta ou indiretamente, influir nas decisões do Quotista quanto a sua permanência no Fundo, deverá ser ampla e imediatamente divulgado por meio de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Gazeta Mercantil, ou, na sua impossibilidade, mediante aviso prévio aos Quotistas, em veículo de circulação e alcance equivalente.

Parágrafo Primeiro. As publicações referidas no *caput* deste Artigo deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências do Administrador e das instituições que distribuem Quotas.

Parágrafo Segundo. Qualquer mudança no periódico referido no *caput* deste Artigo, deverá ser aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, observado o respectivo *quorum*.

Artigo 69. No prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, deverão ser colocados à disposição dos Quotistas, na sede e agências do Administrador, informações sobre:



- a) o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista;
- b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referir; e
- c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros do Fundo.

Artigo 70. Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência de Classificação de Risco, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

Artigo 71. O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 72. As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento e com o Prospecto protocolado na CVM.

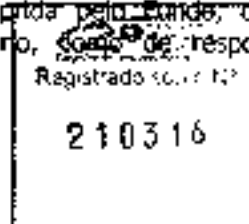
CAPÍTULO VINTE E TRÊS – DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Artigo 73. A Agência de Classificação de Risco será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco às Quotas Seniores. O respectivo relatório de classificação de risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede e agências do Administrador.

Parágrafo Único. Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas Seniores constitui fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas.

CAPÍTULO VINTE E QUATRO – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 74. Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva do Administrador.



Artigo 75. Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por "dia útil" segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado de São Paulo ou Cidades de Osasco e São Paulo; e (ii) feriados de âmbito nacional.

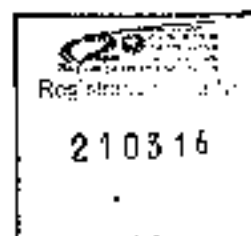
Artigo 76. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

[Handwritten signature]



ANEXO I – LISTAGEM DOS CCEAR CEDIDOS E DISTRIBUIDORAS CEDIDAS

ref



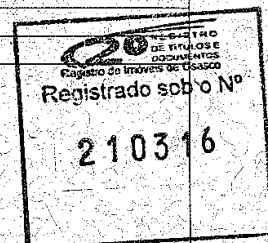
Es

ANEXO I
LISTAGEM DOS CCEAR CEDIDOS E DISTRIBUIDORAS CEDIDAS

I. CCEAR Cedidos – Produto 2007/2014

1. Distribuidora:	Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. – AES Sul	
Dados do CCEAR:	Nº. 726/2004 9015SE	
Assinatura:	30/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Bank Boston Banco Múltiplo S.A. - Agência 003 – C/C 873047-00	CARTA DE FIANÇA Banco Itaú BBA S.A. N.º 100406090012000 R\$ 8.728,36 Vencimento: 28/12/2007 VINCULAÇÃO DE RECEBÍVEIS EM GARANTIA Até o limite de 6,33% da receita operacional mensal da distribuidora ANEEL Despacho n.º 1.884, de 11 de agosto de 2006

2. Distribuidora:	AMPLA Energia e Serviços S.A.	
Dados do CCEAR:	Nº. 727/2004 9016SE	
Assinatura:	30/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco Bradesco S.A. – Agência 0895 – C/C 79219-5	

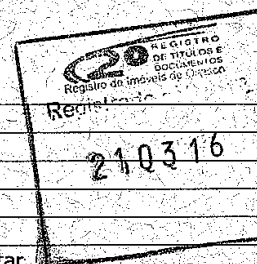


3. Distribuidora:	Bandeirante Energia S.A. – BANDEIRANTE	
Dados do CCEAR:	Nº. 728/2004 9017SE	
Assinatura:	16/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco do Brasil S.A. – Agência 3064-3 – C/C 2600	



4. Distribuidora:	Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina – CATAGUAZES	
Dados do CCEAR:	Nº. 742/2004 9031SE	
Assinatura:	17/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Itaú S.A. Agência 2001/SP/Private Bank C/C 54246-9	

5. Distribuidora:	Caiuá Distribuição de Energia S.A. – CAIUÁ DISTRIBUIÇÃO	
Dados do CCEAR:	Nº. 730/2004 9019SE	
Assinatura:	22/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CARTA DE FIANÇA Banco Mercantil do Brasil S.A. CF N.º 06-0900 R\$ 21.985,76 Vencimento: 31/12/2007	



6. Distribuidora:	Companhia Energética de Alagoas – CEAL	
Dados do CCEAR:	Nº. 731/2004 9020SE	
Assinatura:	30/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco do Brasil S.A. Agência 4363-X C/C 78.002-2 Caixa Econômica Federal Agência 4061 C/C 400-4	

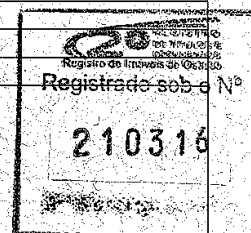
7. Distribuidora:	CEB Distribuição S.A. – CEB DISTRIBUIÇÃO	
Dados do CCEAR:	Nº. 732/2004 9021SE	
Assinatura:	23/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%</p> <p>Banco de Brasília S.A. - BRB</p> <p>Agência 207</p> <p>C/C 002021-0</p>	<p>VINCULAÇÃO DE RECEBÍVEIS EM GARANTIA</p> <p>Até o limite de 1,24% da receita líquida anual da distribuidora</p> <p>ANEEL</p> <p>Despacho da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira n.º 2.215, de 26 de setembro de 2006</p>
--	---	---

8. Distribuidora:	Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEE	
Dados do CCEAR:	Nº. 733/2004 9022SE	
Assinatura:	15/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%</p> <p>Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – BANRISUL</p> <p>Agência 0100</p> <p>C/C 090220400-6</p>	

9. Distribuidora:	Companhia Energética da Borborema – CELB	
Dados do CCEAR:	Nº. 734/2004 9023SE	
Assinatura:	15/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%</p> <p>Banco Itaú S.A.</p> <p>Agência 2001/SP/Private Bank</p> <p>C/C 54248-5</p>	




10. Distribuidora:	Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA	
Dados do CCEAR:	Nº. 736/2004 9025SE	
Assinatura:	22/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):	<p>CARTA DE FIANÇA</p> <p>Banco Itaú BBA S.A.</p> <p>N.º 100406081000400</p> <p>R\$ 80.522,31</p> <p>Vencimento: 02/01/2008</p>	

11. Distribuidora:	Companhia Energética de Pernambuco – CELPE	
Dados do CCEAR:	Nº. 737/2004 9026SE	
Assinatura:	30/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	



Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8	

12. Distribuidora:	Companhia de Energia Elétrica do Estado de Tocantins – CELTINS	
Dados do CCEAR:	Nº. 738/2004 9027SE	
Assinatura:	22/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CARTA DE FIANÇA Banco Mercantil do Brasil S.A. CF N.º 06-0892 R\$ 21.985,76 Vencimento: 31/12/2007	

13. Distribuidora:	Companhia Energética do Maranhão – CEMAR	
Dados do CCEAR:	Nº. 739/2004 9028SE	
Assinatura:	20/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 76192-3 Caixa Econômica Federal Agência 1577 C/C 888-0	

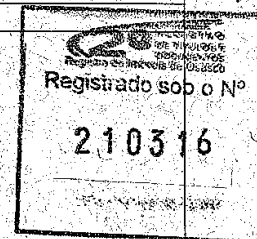
14. Distribuidora:	Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT	
Dados do CCEAR:	Nº. 740/2004 9029SE	
Assinatura:	20/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CARTA DE FIANÇA Banco Itaú BBA S.A. N.º 100406081000800 R\$ 22.084,96 Vencimento: 02/01/2008	

15. Distribuidora:	Companhia Energética do Piauí – CEPISA	
---------------------------	--	--



Dados do CCEAR:	Nº. 741/2004 9030SE	
Assinatura:	15/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco do Brasil S.A. Agência 3791-5 C/C 15665-5	CESSÃO DE RECEBÍVEIS EM GARANTIA Valor total R\$ 1.534.041 mil Ofício n.º 2362/2004-SFF/ANEEL e Ofício n.º 1374/2005-SFF/ANEEL

16. Distribuidora:	Companhia Luz e Força Santa Cruz – CLFSC	
Dados do CCEAR:	Nº. 756/2004 9045SE	
Assinatura:	21/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CARTA DE FIANÇA UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S.A. N.º 0100517000001 R\$ 2.708,34 Vencimento: 01/01/2008	



17. Distribuidora:	Companhia Nacional de Energia Elétrica – CNEE	
Dados do CCEAR:	Nº. 754/2004 9043SE	
Assinatura:	22/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	Banco Mercantil do Brasil S.A. CF N.º 06-0916 R\$ 9.422,47 Vencimento: 31/12/2007	

18. Distribuidora:	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA	
Dados do CCEAR:	Nº. 743/2004 9032SE	
Assinatura:	23/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco S.A. Agência 3571-8 C/C 29801-8	

19. Distribuidora:	Companhia Energética do Ceará – COELCE	
---------------------------	--	--



Dados do CCEAR:	Nº. 744/2004 9033SE	
Assinatura:	23/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Itaú S.A. Agência 2001 C/C 54292-3	VINCULAÇÃO DE RECEBÍVEIS EM GARANTIA Até o limite de 2,5% da receita operacional líquida da distribuidora ANEEL Despacho da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira n.º 1.990, de 29 de agosto de 2006

20. Distribuidora:	Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN	
Dados do CCEAR:	Nº. 745/2004 9034SE	
Assinatura:	23/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco S.A. Agência 0321-2 C/C 3456-8	



21. Distribuidora:	Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL PAULISTA	
Dados do CCEAR:	Nº. 746/2004 9035SE	
Assinatura:	20/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 76186-9	CARTA DE FIANÇA UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S.A. N.º 0100584760001 R\$ 4.562,70

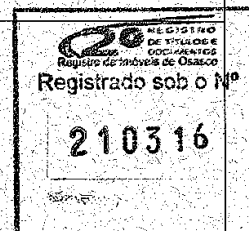
22. Distribuidora:	Empresa Elétrica Bragantina S.A. – EEB	
Dados do CCEAR:	Nº. 729/2004 9018SE	
Assinatura:	22/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CARTA DE FIANÇA Banco Mercantil do Brasil S.A. CF N.º 06-0924 R\$ 24.079,64 Vencimento: 31/12/2007	

23. Distribuidora:	Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. – EDEVP	
---------------------------	---	--



Dados do CCEAR:	Nº. 747/2004 9036SE	
Assinatura:	22/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CARTA DE FIANÇA Banco Mercantil do Brasil S.A. CF N.º 06-0908 R\$ 11.516,35 Vencimento: 31/12/2007	

24. Distribuidora:	Elektro Eletricidade e Serviços S.A. – ELEKTRO	
Dados do CCEAR:	Nº. 748/2004 9037SE	
Assinatura:	10/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco do Estado de São Paulo S.A. – BANESPA Agência 0154 C/C 55000750-6	



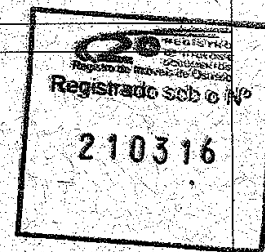
25. Distribuidora:	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – ELETROPAULO	
Dados do CCEAR:	Nº. 749/2004 9038SE	
Assinatura:	21/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Bank Boston Banco Múltiplo S.A. Agência 001 C/C 20724907	CARTA DE FIANÇA Banco Safra S.A. N.º 214815-7 R\$ 7.512,77 Vencimento: 31/12/2007

26. Distribuidora:	Empresa Energética de Sergipe – ENERGIEPE	
Dados do CCEAR:	Nº. 750/2004 9039SE	
Assinatura:	14/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Itaú S.A. Agência 2001/SP/Private Bank C/C 54244-4	



27. Distribuidora:	Empresa Energética do Mato Grosso do Sul – ENERSUL	
Dados do CCEAR:	Nº. 751/2004 9040SE	
Assinatura:	16/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 76121-4	

28. Distribuidora:	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – ESCELSA	
Dados do CCEAR:	Nº. 752/2004 9041SE	
Assinatura:	16/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 76118-4	



29. Distribuidora:	Light Serviços de Eletricidade S.A. – LIGHT	
Dados do CCEAR:	Nº. 753/2004 9042SE	
Assinatura:	17/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 76197-4	

30. Distribuidora:	S.A. de Eletrificação da Paraíba – SAELPA	
Dados do CCEAR:	Nº. 755/2004 9044SE	
Assinatura:	15/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Itaú S.A. Agência 2001/SP/Private Bank C/C 54250-1	



II. CCEAR Cedidos – Produto 2008/2015:

1. Distribuidora:	AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. – AES Sul	
Dados do CCEAR:	Nº. 1076/2005 10388SE	
Assinatura:	14/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [•] – Agência [•] – C/C [•]]	

2. Distribuidora:	AMPLA Energia e Serviços S.A. (Sucessora da Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro – CERJ)	
Dados do CCEAR:	Nº. 1077/2005 10389SE	
Assinatura:	25/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [•] – Agência [•] – C/C [•]]	



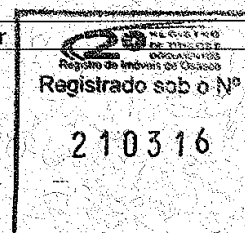
3. Distribuidora:	Bandeirante Energia S.A. – Bandeirante	
Dados do CCEAR:	Nº. 1078/2005 10390SE	
Assinatura:	14/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [•] – Agência [•] – C/C [•]]	

4. Distribuidora:	Caiuá Distribuição de Energia S.A. – CAIUÁ DIST.	
Dados do CCEAR:	Nº. 1079/2005 10391SE	
Assinatura:	08/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	
--	---	--

5. Distribuidora:	Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina - CATAGUAZES	
Dados do CCEAR:	Nº. 1080/2005 10392SE	
Assinatura:	11/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	



6. Distribuidora:	Companhia Energética de Alagoas – CEAL	
Dados do CCEAR:	Nº. 1081/2005 10393SE	
Assinatura:	13/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

7. Distribuidora:	CEB Distribuição S.A.	
Dados do CCEAR:	Nº. 1082/2005 10394SE	
Assinatura:	12/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

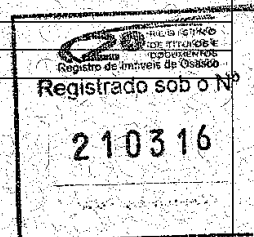
8. Distribuidora:	Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE	
Dados do CCEAR:	Nº. 1083/2005 10395SE	
Assinatura:	07/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	
--	---	--

9. Distribuidora:	Companhia Energética da Borborema – CELB	
Dados do CCEAR:	Nº. 1084/2004 10396SE	
Assinatura:	12/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

10. Distribuidora:	Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC	
Dados do CCEAR:	Nº. 1085/2005 10397SE	
Assinatura:	12/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	



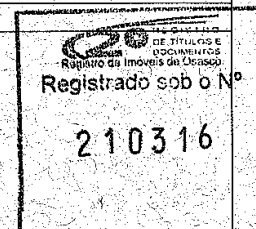
11. Distribuidora:	Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA	
Dados do CCEAR:	Nº. 1087/2005 10399SE	
Assinatura:	08/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

12. Distribuidora:	Companhia Energética de Pernambuco – CELPE	
Dados do CCEAR:	Nº. 1088/2005 10400SE	
Assinatura:	12/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	
--	---	--

13. Distribuidora:	Companhia de Energia Elétrica do Estado de Tocantins – CELTINS	
Dados do CCEAR:	Nº. 1089/2005 10401SE	
Assinatura:	08/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	



14. Distribuidora:	Companhia Energética do Maranhão - CEMAR	
Dados do CCEAR:	Nº. 1090/2005 10402SE	
Assinatura:	07/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

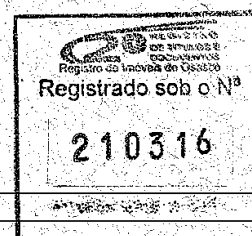
15. Distribuidora:	Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT	
Dados do CCEAR:	Nº. 1091/2005 10403SE	
Assinatura:	08/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

16. Distribuidora:	CEMIG Distribuição S.A. – CEMIG D	
Dados do CCEAR:	Nº. 1092/2005 10404SE	
Assinatura:	12/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	
--	---	--

17. Distribuidora:	Companhia Energética do Piauí – CEPISA	
Dados do CCEAR:	Nº. 1093/2005 10405SE	
Assinatura:	08/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	



18. Distribuidora:	Companhia Luz e Força Santa Cruz – CLFSC	
Dados do CCEAR:	Nº. 1094/2005 10406SE	
Assinatura:	08/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

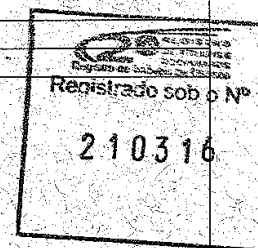
19. Distribuidora:	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA	
Dados do CCEAR:	Nº. 1095/2005 10407SE	
Assinatura:	13/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

20. Distribuidora:	Companhia Energética do Ceará – COELCE	
Dados do CCEAR:	Nº. 1096/2005 10408SE	
Assinatura:	14/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	
--	---	--

21. Distribuidora:	Copel Distribuição S.A. – COPEL DIST	
Dados do CCEAR:	Nº. 1097/2005 10409SE	
Assinatura:	11/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	



22. Distribuidora:	Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN	
Dados do CCEAR:	Nº. 1098/2005 10410SE	
Assinatura:	08/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

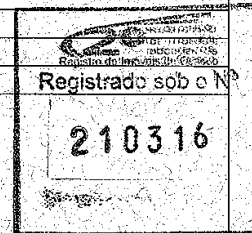
23. Distribuidora:	Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL PAULISTA	
Dados do CCEAR:	Nº. 1099/2005 10411SE	
Assinatura:	06/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

24. Distribuidora:	Companhia Piratininga de Força e Luz S.A. – CPFL PIRATININGA	
Dados do CCEAR:	Nº. 1100/2005 10412SE	
Assinatura:	06/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [•] – Agência [•] – C/C [•]]	
--	---	--

25. Distribuidora:	Empresa Elétrica Bragantina S.A. – EEB	
Dados do CCEAR:	Nº. 1101/2005 10413SE	
Assinatura:	08/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [•] – Agência [•] – C/C [•]]	



26. Distribuidora:	Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. – EDEVP	
Dados do CCEAR:	Nº. 1102/2005 10414SE	
Assinatura:	08/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [•] – Agência [•] – C/C [•]]	

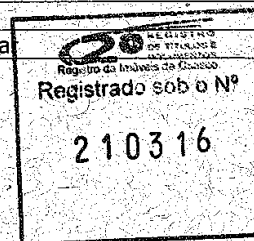
27. Distribuidora:	Elektro Eletricidade e Serviços S.A. – ELEKTRO	
Dados do CCEAR:	Nº. 1103/2005 10415SE	
Assinatura:	06/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [•] – Agência [•] – C/C [•]]	

28. Distribuidora:	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – ELETROPAULO	
Dados do CCEAR:	Nº. 1104/2005 10416SE	
Assinatura:	13/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	
--	---	--

29. Distribuidora:	Empresa Energética de Sergipe – ENERGEIPE	
Dados do CCEAR:	Nº. 1105/2005 10417SE	
Assinatura:	07/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	



30. Distribuidora:	Empresa Energética do Mato Grosso do Sul – ENERSUL	
Dados do CCEAR:	Nº. 1106/2005 10418SE	
Assinatura:	08/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

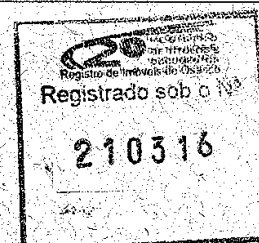
31. Distribuidora:	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – ESCELSA	
Dados do CCEAR:	Nº. 1107/2005 10419SE	
Assinatura:	11/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

32. Distribuidora:	Light Serviços de Eletricidade S.A. – LIGHT	
Dados do CCEAR:	Nº. 1108/2005 10420SE	
Assinatura:	11/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

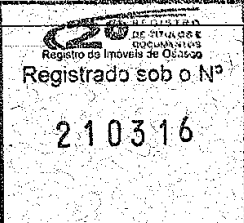


	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]	
--	---	--

33. Distribuidora:	S.A. de Eletrificação da Paraíba – SAELPA	
Dados do CCEAR:	Nº. 1109/2005 10421SE	
Assinatura:	12/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]	



III. CCEAR Cedidos – Produto 2009/2016

1. Distribuidora:	AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. – AES Sul		
Dados do CCEAR:	Nº. 1373/2005 12705SE		
Assinatura:	24/10/2005		
Vencimento:	31/12/2016		
Garantia(s):	Permanente	Suplementar	
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [•] – Agência [•] – C/C [•]	[•]	

2. Distribuidora:	Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE		
Dados do CCEAR:	Nº. 1374/2005 12706SE		
Assinatura:	19/10/2005		
Vencimento:	31/12/2016		
Garantia(s):	Permanente	Suplementar	
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [•] – Agência [•] – C/C [•]		

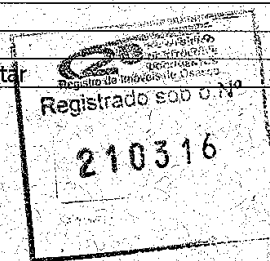
3. Distribuidora:	Companhia Energética da Borborema – CELB		
Dados do CCEAR:	Nº. 1375/2005 12707SE		
Assinatura:	20/10/2005		
Vencimento:	31/12/2016		
Garantia(s):	Permanente	Suplementar	
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [•] – Agência [•] – C/C [•]		

4. Distribuidora:	Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC		
Dados do CCEAR:	Nº. 1376/2005 12708SE		
Assinatura:	17/10/2005		
Vencimento:	31/12/2016		
Garantia(s):	Permanente	Suplementar	
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [•] – Agência [•] – C/C [•]		



5. Distribuidora:	Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA	
Dados do CCEAR:	Nº. 1378/2005 12710SE	
Assinatura:	20/10/2005	
Vencimento:	31/12/2016	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%]	
	Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

6. Distribuidora:	Companhia Energética de Pernambuco – CELPE	
Dados do CCEAR:	Nº. 1379/2005 12711SE	
Assinatura:	28/10/2005	
Vencimento:	31/12/2016	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%]	
	Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

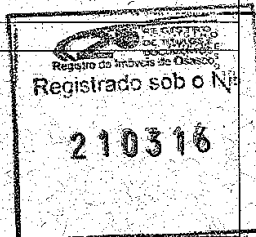


7. Distribuidora:	Companhia de Energia Elétrica do Estado de Tocantins – CELTINS	
Dados do CCEAR:	Nº. 1380/2005 12712SE	
Assinatura:	20/10/2005	
Vencimento:	31/12/2016	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%]	
	Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

8. Distribuidora:	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA	
Dados do CCEAR:	Nº. 1381/2005 12713SE	
Assinatura:	27/10/2005	
Vencimento:	31/12/2016	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%]	
	Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	



9. Distribuidora:	Companhia Energética do Ceará – COELCE	
Dados do CCEAR:	Nº. 1382/2005 12714SE	
Assinatura:	27/10/2005	
Vencimento:	31/12/2016	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	



10. Distribuidora:	Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN	
Dados do CCEAR:	Nº. 1383/2005 12715SE	
Assinatura:	21/10/2005	
Vencimento:	31/12/2016	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

11. Distribuidora:	Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL PAULISTA	
Dados do CCEAR:	Nº. 1384/2005 12716SE	
Assinatura:	17/10/2005	
Vencimento:	31/12/2016	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

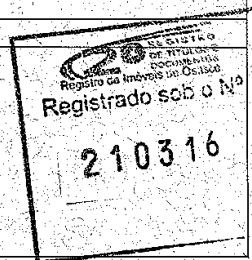
12. Distribuidora:	Companhia Piratininga de Força e Luz S.A. – CPFL PIRATININGA	
Dados do CCEAR:	Nº. 1385/2005 12717SE	
Assinatura:	17/10/2005	
Vencimento:	31/12/2016	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

13. Distribuidora:	Elektro Eletricidade e Serviços S.A. – ELEKTRO	
---------------------------	--	--



Dados do CCEAR:	Nº. 1386/2005 12718SE	
Assinatura:	20/10/2005	
Vencimento:	31/12/2016	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

14. Distribuidora:	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – ELETROPAULO	
Dados do CCEAR:	Nº. 1387/2005 12719SE	
Assinatura:	24/10/2005	
Vencimento:	31/12/2016	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	



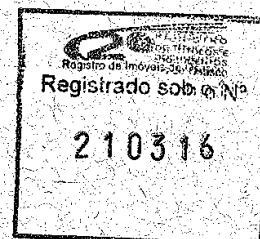
15. Distribuidora:	Empresa Energética de Sergipe – ENERGIZE	
Dados do CCEAR:	Nº. 1388/2005 12720SE	
Assinatura:	19/10/2005	
Vencimento:	31/12/2016	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

16. Distribuidora:	S.A. de Eletrificação da Paraíba – SAELPA	
Dados do CCEAR:	Nº. 1389/2005 12721SE	
Assinatura:	20/10/2005	
Vencimento:	31/12/2016	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	



IV. CCEAR Cedidos – Produto 2009/2038


1. Distribuidora:	Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. – AES Sul	
Dados do CCEAR:	Nº. 3327/2006 21230SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 81106-8</p>	



2. Distribuidora:	AMPLA Energia e Serviços S.A.	
Dados do CCEAR:	Nº. 3343/2006 [•]SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 80986-1-</p>	

3. Distribuidora:	Bandeirante Energia S.A. – Bandeirante	
Dados do CCEAR:	Nº. 3340/2006 21243SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

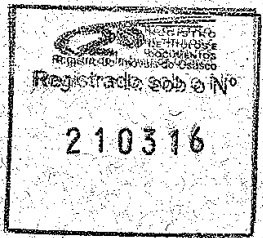
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco do Brasil S.A. Agência 3064-3 C/C 2600-X</p>	
--	--	--

4. Distribuidora:	Empresa Elétrica Bragantina S.A. – EEB	
Dados do CCEAR:	Nº. 3346/2006 21249SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 81113-0</p>	

5. Distribuidora:	Caiuá Distribuição de Energia S.A. – CAIUÁ DISTRIBUIÇÃO	
Dados do CCEAR:	Nº. 3342/2006 21245SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 81111-4</p>	

6. Distribuidora:	Companhia Energética de Alagoas – CEAL	
Dados do CCEAR:	Nº. 3352/2006 21255SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	



Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco do Brasil S.A. Agência 4363-X C/C 5028-8	

7. Distribuidora:	CEB Distribuição S.A. – CEB DISTRIBUIÇÃO	
Dados do CCEAR:	Nº. 3341/2006 21244SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco de Brasília S.A. - BRB Agência 207 C/C 002028-7	

8. Distribuidora:	Companhia Energética da Borborema – CELB	
Dados do CCEAR:	Nº. 3328/2006 21231SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco Itaú S.A. Agência 2001-SP/Private Bank C/C 2001/54248-5	

9. Distribuidora:	Celesc Distribuição S.A. – CELESC DISTRIBUIÇÃO	
Dados do CCEAR:	Nº. 3330/2006 21233SE	
Assinatura:	17/01/2007	



Vencimento:	31/12/2038	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco do Estado de Santa Catarina S.A. – BESC Agência 068-0 C/C 190032-6	

10. Distribuidora:	Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA	
Dados do CCEAR:	Nº. 3338/2006 21241SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 81115-7	

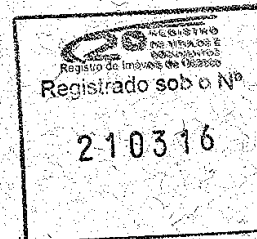


11. Distribuidora:	Companhia Energética de Pernambuco – CELPE	
Dados do CCEAR:	Nº. 3351/2006 21254SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 79313-2	

12. Distribuidora:	Companhia de Energia Elétrica do Estado de Tocantins – CELTINS	
---------------------------	--	--



Dados do CCEAR:	Nº. 3329/2006 21232SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 81114-9</p>	



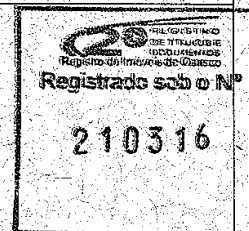
13. Distribuidora:	Companhia Energética do Maranhão – CEMAR	
Dados do CCEAR:	Nº. 3353/2006 21256SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 81100-9</p>	

14. Distribuidora:	Cemig Distribuição S.A. – CEMIG DISTRIBUIÇÃO	
Dados do CCEAR:	Nº. 3349/2006 21252SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Bradesco S.A. Agência 2011-7 C/C 29000-9</p>	



15. Distribuidora:	Companhia Energética do Piauí – CEPISA	
Dados do CCEAR:	Nº. 3334/2006 21237SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:	
	Banco do Brasil S.A. Agência 3791-5 C/C 15665-5	

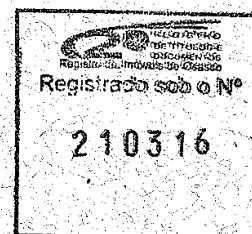
16. Distribuidora:	Companhia Luz e Força Santa Cruz – CLFSC	
Dados do CCEAR:	Nº. 3331/2006 21234SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:	
	Banco do Brasil S.A. Agência 3400-2 C/C 33370-0	



17. Distribuidora:	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA	
Dados do CCEAR:	Nº. 3332/2006 21235SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:	
	Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 79316-7	



18. Distribuidora:	Companhia Energética do Ceará – COELCE	
Dados do CCEAR:	Nº. 3345/2006 21248SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Itaú S.A. Agência 2001 C/C 54292-3</p>	



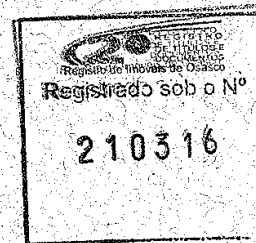
19. Distribuidora:	Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN	
Dados do CCEAR:	Nº. 3333/2006 21236SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 79241-1</p>	

20. Distribuidora:	Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL PAULISTA	
Dados do CCEAR:	Nº. 3344/2006 21247SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 81121-1</p>	
--	--	--

21. Distribuidora:	Companhia Piratininga de Força e Luz S.A. – CPFL PIRATININGA	
Dados do CCEAR:	Nº. 3355/2006 21258SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 81.122-0</p>	

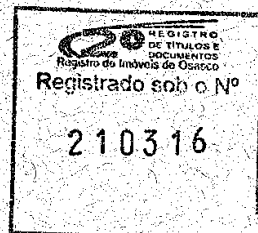


22. Distribuidora:	Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranaapanema S.A. – EDEVP	
Dados do CCEAR:	Nº. 3326/2006 21229SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 81112-2</p>	

23. Distribuidora:	Elektro Eletricidade e Serviços S.A. – ELEKTRO	
Dados do CCEAR:	Nº. 3336/2006 21239SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	



Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco do Brasil S.A. Agência 3064-3 C/C 2261-6	

24. Distribuidora:	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – ELETROPAULO	
Dados do CCEAR:	Nº. 3348/2006 21251SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 81102-5	

25. Distribuidora:	Empresa Energética de Sergipe – ENERGEIPE	
Dados do CCEAR:	Nº. 3354/2006 21257SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco Itaú S.A. Agência 2001/SP/Private Bank C/C 2001/54244-4	

26. Distribuidora:	Empresa Energética do Mato Grosso do Sul – ENERSUL	
Dados do CCEAR:	Nº. 3335/2006 21238SE	
Assinatura:	17/01/2007	



Vencimento:	31/12/2038	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco do Brasil S.A. Agência 3064-3 C/C 5364-3	

27. Distribuidora:	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – ECELSA	
Dados do CCEAR:	Nº. 3339/2006 21242SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco do Brasil S.A. Agência 3064-3 C/C 77004-3	



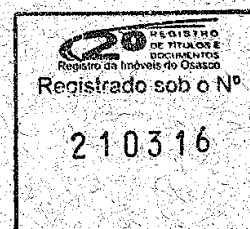
28. Distribuidora:	Light Serviços de Eletricidade S.A. – LIGHT	
Dados do CCEAR:	Nº. 3347/2006 21250SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 80999-3	

29. Distribuidora:	S.A. de Eletrificação da Paraíba – SAELPA	
Dados do CCEAR:	Nº. 3350/2006 21253SE	



Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco Itaú S.A. Agência 2001-SP/Private Bank C/C 2001/54250-1	

✱



V. CCEAR Cedidos – Produto 2010/2039

1. Distribuidora:	Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. – AES Sul	
Dados do CCEAR:	Nº. 1575/2005 13717SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Bank Boston Banco Múltiplo S.A. Agência 0003 C/C 30.4821.06</p>	

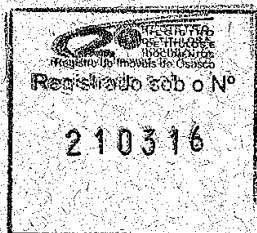


2. Distribuidora:	AMPLA Energia e Serviços S.A.	
Dados do CCEAR:	Nº. 1586/2005 13728SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Bradesco S.A. Agência 0895 C/C 72719-5</p>	

3. Distribuidora:	Bandeirante Energia S.A. – BANDEIRANTE	
Dados do CCEAR:	Nº. 1588/2005 13730SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):		

	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco do Brasil S.A. Agência 1893-7 C/C 2600-X</p>	
--	---	--

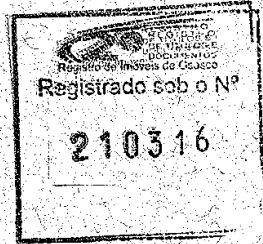
4. Distribuidora:	Caiuá Distribuição de Energia S.A. – CAIUÁ DISTRIBUIÇÃO	
Dados do CCEAR:	Nº. 1578/2005 13720SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 79306-0</p>	

5. Distribuidora:	Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina - CATAGUAZES	
Dados do CCEAR:	Nº. 1596/2005 13738SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora , de receitas da Distribuidora: Banco Itaú S.A. Agência 2001/SP/Private Bank C/C 2001/54246-9</p>	

6. Distribuidora:	Companhia Energética de Alagoas - CEAL	
Dados do CCEAR:	Nº. 1584/2005 13726SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco do Brasil S.A. Agência 4363-X C/C 5028-8</p>	
--	---	--

7. Distribuidora:	Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE	
Dados do CCEAR:	Nº. 1592/2005 13734SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – BANRISUL Agência 0100 C/C 090220400-6</p>	

8. Distribuidora:	Companhia Energética da Borborema – CELB	
Dados do CCEAR:	Nº. 1577/2005 13719SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco Itaú S.A. Agência 2001/SP/Private Bank C/C 2001/54248-5</p>	

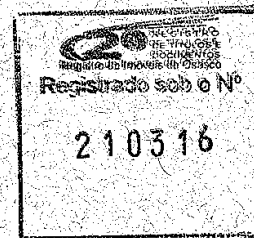
9. Distribuidora:	Celesc Distribuição S.A. – CELESC DISTRIBUIÇÃO	
Dados do CCEAR:	Nº. 1568/2005 13710SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco do Estado de Santa Catarina S.A.- BESC</p> <p>Agência 068-0</p> <p>C/C 190032-6</p>	
--	---	--

10. Distribuidora:	Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA	
Dados do CCEAR:	Nº. 1573/2005 1371SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Bradesco S.A.</p> <p>Agência 0895-8</p> <p>C/C 79310-8</p>	


11. Distribuidora:	Companhia Energética de Pernambuco – CELPE	
Dados do CCEAR:	Nº. 1567/2005 13709SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Bradesco S.A.</p> <p>Agência 0895-8</p> <p>C/C 79313-2</p>	



12. Distribuidora:	Companhia de Energia Elétrica do Estado de Tocantins – CELTINS	
Dados do CCEAR:	Nº. 1593/2005 13735SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



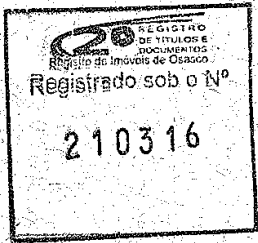
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 79276-4</p>	
--	---	--

13. Distribuidora:	Companhia Energética do Maranhão – CEMAR	
Dados do CCEAR:	Nº. 1597/2005 13739SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 79319-1</p>	

14. Distribuidora:	Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT	
Dados do CCEAR:	Nº. 1594/2005 13736SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 79270-5</p>	

15. Distribuidora:	Cemig Distribuição S.A. – CEMIG DISTRIBUIÇÃO	
Dados do CCEAR:	Nº. 1581/2005 13723SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco ABN Amro S.A. Agência 0084 C/C 2706673-3</p>	
---	---


16. Distribuidora:	Companhia Energética do Piauí – CEPISA	
Dados do CCEAR:	Nº. 1574/2005 13716SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco do Brasil S.A. Agência 3791-5 C/C 6284-7</p>	

17. Distribuidora:	Companhia Luz e Força Santa Cruz – CLFSC	
Dados do CCEAR:	Nº. 1576/2005 13718SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco do Brasil S.A. Agência 3400-2 C/C 333368-X</p>	

19. Distribuidora:	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA	
Dados do CCEAR:	Nº. 1582/2005 13724SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



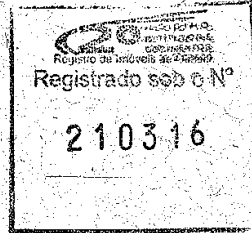
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco Bradesco S.A. Agência 0895 C/C 79241-1</p>	
--	---	--

20. Distribuidora:	Companhia Energética do Ceará – COELCE	
Dados do CCEAR:	Nº. 1569/2005 13711SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco BEC S.A. Agência 084 C/C 20207-4</p> 	

21. Distribuidora:	Copel Distribuição S.A. – COPEL DISTRIBUIÇÃO	
Dados do CCEAR:	Nº. 1589/2005 13731SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco do Brasil S.A. Agência 3306-5 C/C 88622-X</p>	

22. Distribuidora:	Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN	
Dados do CCEAR:	Nº. 1571/2005 13713SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco Bradesco S.A. Agência 0895 C/C 79241-1</p>	
---	---


23. Distribuidora:	Empresa Elétrica Bragantina S.A. – EEB	
Dados do CCEAR:	Nº. 1580/2005 13722SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco Bradesco S.A. Agência 0895 C/C 79280-2</p>	

24. Distribuidora:	Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. – EDEVP	
Dados do CCEAR:	Nº. 1595/2005 13737SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 79302-7</p>	

25. Distribuidora:	Elektro Eletricidade e Serviços S.A. – ELEKTRO	
Dados do CCEAR:	Nº. 1583/2005 13725SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



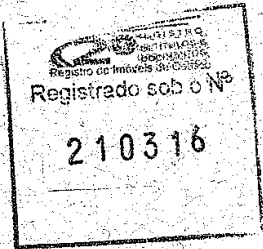
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco do Brasil S.A. Agência 2900-9 C/C 2266-7</p>	
--	---	--

26. Distribuidora:	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – ELETROPAULO	
Dados do CCEAR:	Nº. 1585/2005 13727SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Bank Boston Banco Múltiplo S.A. Agência 2 C/C 20724907</p>	

27. Distribuidora:	Empresa Energética de Sergipe – ENERGIZE	
Dados do CCEAR:	Nº. 1590/2005 13732SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
	Permanente	Suplementar
Garantia(s):	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco Itaú S.A. Agência 2001/SP/Private Bank C/C 2001/54244-4</p>	

28. Distribuidora:	Empresa Energética do Mato Grosso do Sul – ENERSUL	
Dados do CCEAR:	Nº. 1579/2005 13721SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco do Brasil S.A.</p>	
--	---	---

29. Distribuidora:	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – ESCELSA	
Dados do CCEAR:	Nº. 1570/2005 13712SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco do Brasil S.A.</p>	

30. Distribuidora:	Light Serviços de Eletricidade S.A. – LIGHT	
Dados do CCEAR:	Nº. 1572/2005 13714SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco Bradesco S.A. Agência 0895 C/C 79193-8</p>	

31. Distribuidora:	S.A. de Eletrificação da Paraíba – SAEIPA	
Dados do CCEAR:	Nº. 1587/2005 13729SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA
DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE
RECEITAS - vinculação de parte dos
recursos resultantes do recebimento
das tarifas distribuição de energia
elétrica depositados na conta
centralizadora de receitas da
Distribuidora:
Banco Itaú S.A.
Agência 2001/SP/Private Bank
C/C 2001/54250-1

[Handwritten signature]



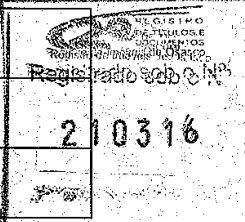
ANEXO II – TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO E CIÊNCIA DE RISCO

[Handwritten signature]



TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO E CIÊNCIA DE RISCO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP IV

1 - Nome do Quotista			2 - CNPJ/CPF	 Registrado sob o nº 210316
3 - Banco	4 - Agência Nº	5 - Conta/Dac Nº	6 - Data	
7 - E-mail		8 - Valor		

9 - Estou(amos) ciente(s) de que:

9.1 - O objetivo do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP IV ("Fundo"), administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.066.670/0001-00, sociedade devidamente autorizada a administrar fundos de investimento pela CVM (o "Administrador"), é proporcionar rendimento aos Quotistas, por meio do investimento preponderante dos recursos do Fundo na aquisição, pelo Fundo, de direitos de crédito de titularidade da CESP - Companhia Energética de São Paulo, concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, constituída sob a forma de sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nossa Senhora do Sabará, nº. 5.312, inscrita no CNPJ/MF sob n. 60.933.603/0001-78 (os "Direitos Creditórios" e a "Cedente").

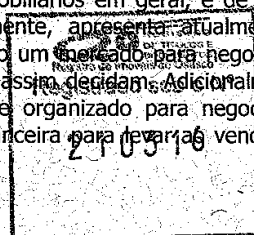
9.2 - Os principais riscos associados ao investimento no Fundo, dentre outros, em decorrência das características dos mercados que investe, são:

- a) **NÃO EXISTÊNCIA DE SEGURO DA PERFORMANCE DA CEDENTE.** Nos termos do Contrato de Cessão, os Direitos Creditórios cedidos e entregues ao Fundo são Direitos Creditórios futuros, a serem originados pela Cedente na consecução de seu objeto social. Não há contratação de seguro, pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, ou por suas respectivas Partes Relacionadas, que garanta a entrega de Direitos Creditórios, no caso de a Cedente interromper, por qualquer motivo, a entrega de energia elétrica às Distribuidoras Cedidas, e, conseqüentemente, a geração de Direitos Creditórios. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam entregues pela Cedente e devidamente pagos pelas Distribuidoras Cedidas, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante ou pela Cedente, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.
- b) **Modalidade de investimento recente e sofisticada.** O Fundo se enquadra em modalidade de investimento recentemente instituída em nosso País. Os potenciais investidores devem avaliar minuciosamente suas peculiaridades, tais como riscos de liquidez dos direitos creditórios, eventos de amortização das Quotas e de liquidação do Fundo, dentre outros. Estas peculiaridades podem eventualmente trazer conseqüências negativas ao patrimônio do Fundo, ou podem tornar o investimento ilíquido. A necessidade de avaliação criteriosa por parte do investidor é decorrente igualmente da sofisticação e complexidade inerente a uma operação de securitização, tal como a concretizada por meio do Fundo.
- c) **Limitação de ativos do Fundo.** A única fonte de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e/ou resgate das Quotas é a liquidação (i) dos Direitos Creditórios pelas Distribuidoras Cedidas; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o



recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas.

- d) **Amortização e resgate condicionado das Quotas.** O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros que compõem o seu Patrimônio Líquido e aos mercados em que estes são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de o Administrador alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos Creditórios, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o Fundo somente procederá às amortizações e/ou ao resgate das Quotas na medida em que (i) os Direitos Creditórios sejam pagos pelas Distribuidoras Cedidas; e/ou (ii) os Ativos Financeiros sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes, tanto o Administrador, como o Custodiante, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas ou mesmo antecipadamente na hipótese de um Evento de Liquidação; não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, ou por quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.
- e) **Risco de Mercado e Fatores macroeconômicos.** A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão causar oscilações nos valores dos Ativos Financeiros que compõem a carteira do Fundo e resultar em perda, pelos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.
- f) **Inexistência de rendimento predeterminado.** O valor unitário das Quotas Seniores será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos no Artigo 40 do Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas respectivas Quotas, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Administrador, do Custodiante, ou da Cedente, ou de quaisquer de suas Partes Relacionadas em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, em qualquer circunstância, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor das mesmas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.
- g) **Risco de Descontinuidade e Possibilidade de resgate ou amortização antecipada das Quotas.** Conforme previsto no Capítulo Dezesseis, o Fundo poderá resgatar antecipadamente as Quotas nas hipóteses previstas no Artigo 52 (Eventos de Liquidação) do Regulamento. Deste modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade esperada e, ainda que consigam recuperar o capital investido no Fundo, terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.
- h) **Risco de liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários.** O mercado secundário existente no Brasil para negociação de valores mobiliários em geral, e de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Quotas que possibilite aos Quotistas sua alienação caso estes assim decidam. Adicionalmente, em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos Creditórios, os Quotistas devem possuir condição financeira para reaver o rendimento os



Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo. Dessa forma, os Quotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das Quotas no mercado secundário, sendo que o Fundo, o Administrador, o Gestor, o Cedente, o Custodiante e quaisquer de suas Partes Relacionadas, não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Quotas dos Quotistas que manifestarem intenção de resgatar os valores por eles investidos no Fundo.

- i) **Descasamento entre as taxas de atualização das Quotas Seniores e dos Ativos Financeiros.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios e, também, em Ativos Financeiros que comporão o Patrimônio Líquido. O preço dos CCEAR Cedidos adquiridos pelo Fundo serão atualizados de acordo com o IPCA, enquanto os Ativos Financeiros serão atualizados de acordo com o critério de remuneração da respectiva aplicação, sempre observado o disposto no Capítulo Seis. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será atualizado diariamente, sempre que o Patrimônio Líquido do Fundo permitir, utilizando-se a variação da Taxa DI, a qual é uma taxa pós-fixada, na forma do disposto no Artigo 40 do Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os parâmetros de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores. O Administrador não está autorizado a realizar quaisquer operações com instrumentos derivativos, inclusive para evitar o eventual descasamento descrito acima. O Administrador, o Gestor, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor do principal de suas aplicações, em razão de tal descasamento.
- j) **Risco decorrente da precificação dos ativos.** Os Ativos Financeiros serão avaliados de acordo com os critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado (*marked-to-market*), poderão causar variações no valor dos Ativos Financeiros, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.
- k) **Quorum Qualificado e necessidade de aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas.** O Regulamento do Fundo estabelece quorum qualificado para a Assembleia Geral deliberar sobre a matéria de interesse dos Quotistas e, ainda, sobre a necessidade da matéria a que se refere o Parágrafo Terceiro, do Artigo 40 do Regulamento, depender da aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas, conforme disposto no Parágrafo Terceiro do Artigo 61. O quorum qualificado, bem como a dependência da aprovação da referida matéria pelos titulares das Quotas Subordinadas, em algumas circunstâncias, poderá acarretar limitações às atividades do Fundo.

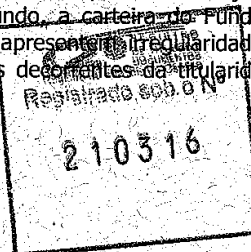
9.3 – Os principais riscos associados aos Direitos Creditórios, dentre outros, são:

- a) **Risco de Liquidez e inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios.** Em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos Creditórios, e da conseqüente falta de liquidez dos Direitos Creditórios, os Quotistas Seniores devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.
- b) **Risco de Crédito das Distribuidoras Cedidas, em virtude da não existência de obrigação ou garantia da Cedente pela solvência das Distribuidoras Cedidas e/ou insuficiência dos mecanismos de garantia do Fundo.** A Cedente somente tem responsabilidade pela originação e formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência das Distribuidoras Cedidas. Ademais, os mecanismos de garantia de que dispõe o Fundo (tais como a Reserva de Amortização e Resgate, o Índice de Cobertura ou as garantias vinculadas aos CCEAR Cedidos) podem não ser suficientes para que o Fundo proceda às amortizações e/ou resgate das Quotas integral e/ou tempestivamente. Desta forma, o Fundo poderá sofrer o impacto do inadimplemento das Distribuidoras Cedidas, cujos mercados de energia elétrica apresentam diferentes níveis de demanda. Ressalte-se, ainda, que não foi realizada nenhuma auditoria independente nas Distribuidoras Cedidas, e que as informações disponíveis sobre cada uma das Distribuidoras

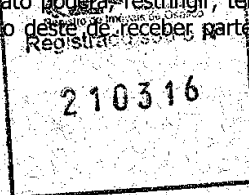


Cedidas são e serão, durante o Prazo de Duração, aquelas disponíveis, de forma geral, ao mercado. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam entregues pela Cedente e devidamente pagos pelas Distribuidoras Cedidas, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- c) **Redução e Cessão do Volume de Energia Elétrica contratada pelas Distribuidoras Cedidas.** Os CCEAR Cedidos cujos Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo contêm dispositivo contratual que permite às Distribuidoras Cedidas reduzirem a energia elétrica contratada da Cedente nas hipóteses de (i) exercício da opção, por determinados consumidores, denominados consumidores potencialmente livres (aqueles cuja demanda é igual ou maior que 3 MW em níveis de tensão iguais ou superiores a 69 kV ou, no caso de novos consumidores que entraram no mercado a partir de julho de 1995, aqueles cuja demanda é igual ou superior a 3 MW em qualquer nível de tensão) de escolha de novo fornecedor de energia elétrica; (ii) variações de mercado da respectiva Distribuidora Cedida, limitado à redução de 4% (quatro por cento) da energia elétrica contratada por ano; ou (iii) em razão de acréscimos na aquisição de energia elétrica por parte das Distribuidoras Cedidas decorrentes de contratos celebrados até 16 de março de 2004, observado o disposto na Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. A redução da energia contratada deve ser precedida de mecanismo de compensação de sobras e déficits de energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, por meio do qual as Distribuidoras Cedidas poderão ceder a parcela da energia contratada que sofreu redução. Adicionalmente, os CCEAR Cedidos têm um mecanismo contratual, chamado sazonalização, que permite às Distribuidoras Cedidas determinar os montantes mensais de energia a ser consumida durante o ano numa variação de 15% (quinze por cento). Assim, caso a energia elétrica contratada no âmbito dos CCEAR Cedidos seja reduzida por uma ou mais Distribuidoras Cedidas, poderá haver uma redução de Direitos Creditórios a serem entregues ao Fundo, o que poderá comprometer a capacidade de pagamento do Fundo. Nestes casos, o Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam devidamente pagos pelas Distribuidoras Cedidas em montante suficiente para tanto, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.
- d) **Necessidade de Aporte de recursos para proceder à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros.** O Fundo somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, uma vez ultrapassado o limite de seu Patrimônio Líquido, caso os Quotistas Seniores adiantem os valores necessários para a sua adoção e/ou manutenção. Dessa forma, havendo necessidade de cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, os Quotistas poderão ser solicitados a aportar recursos ao Fundo, na forma prevista no Capítulo Dezoito, para assegurar a adoção e manutenção das medidas cabíveis para a salvaguarda de seus interesses. Caso quaisquer dos Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto, o Administrador não será responsável por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Quotistas em decorrência da não propositura ou manutenção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros ou à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas.
- e) **Regularidade dos Direitos Creditórios.** O Custodiante realizará verificação periódica, no mínimo, trimestralmente, dos Direitos Creditórios. Considerando que tal verificação é realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios.

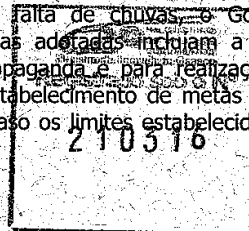


- f) **Riscos Operacionais e Manutenção dos Documentos Comprobatórios pela Cedente.** O envio das Faturas Mensais de Energia Elétrica pela Cedente, o recebimento, pelo Agente de Recebimento, do pagamento das Parcelas das Faturas, a transferência dos Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada para a Conta Corrente do Fundo, a troca de informações a respeito da caracterização da inadimplência das Distribuidoras Cedidas, dentre outras rotinas e procedimentos estabelecidos no Contrato de Cessão e no Regulamento, estão sujeitos a falhas operacionais nos mecanismos de comunicação entre a Cedente, o Custodiante, o Agente de Recebimento e o Administrador. Além disso, a Cedente será a responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios, na qualidade de fiel depositária, nos termos do Contrato de Cessão. A guarda destes pela Cedente pode representar uma limitação em uma eventual necessidade do Fundo ter que realizar a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios, caso estes não sejam pagos pontualmente pelas Distribuidoras Cedidas.
- g) **Inexistência de jurisprudência consolidada acerca da validade da Cessão sob Condição Suspensiva dos Direitos Creditórios em caso de insolvência da Cedente.** A Cedente é uma sociedade de economia mista e não está sujeita à Lei n.º 11.101/05 ("Nova Lei de Falências"), nos termos de seu artigo 2º, inciso II. Não obstante esse fato, caso a Nova Lei de Falências venha, no futuro, a ser aplicada às sociedades de economia mista, o §1º do artigo 136 da Nova Lei de Falências estabelece que, na hipótese de securitização de créditos do devedor, não será declarada a ineficácia ou revogado o ato de cessão em prejuízo dos direitos dos titulares de valores mobiliários neles lastreados. Segundo a opinião dos assessores legais da Cedente e das Instituições Intermediárias, manifestada em pareceres escritos, tal regra se aplicaria aos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo. Contudo, como a cessão dos créditos ao Fundo tem por objeto recebíveis não performados, relativos à contraprestação por fornecimento de energia ainda não efetuado, e considerando, ademais, que não há jurisprudência sobre a aplicação da referida norma legal, os Quotistas devem analisar o risco de eventual contencioso judicial sobre a aplicação da referida norma aos recebíveis objeto de Cessão sob Condição Suspensiva ao Fundo.
- h) **Risco associado à eventual limitação do Contrato de Cessão.** O Despacho nº. 926, da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL (íntegra do despacho no Anexo IV do Regulamento), que dispõe sobre a anuência à cessão dos direitos creditórios ao Fundo, traz a seguinte redação: "(...)I - anuir com a dação de recebíveis até o limite de 8,16% da receita líquida anual da Companhia Energética de São Paulo - CESP, formada pelos direitos creditórios e garantias dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's, produtos 2007 a 2039, firmados entre a CESP e diversas distribuidoras para constituição do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, denominado "FIDC IV", no montante de até R\$1.250.000.000,00, com prazo de 10 (dez) anos e uma possível antecipação desses recursos no valor de até R\$ 500.000.000,00, junto ao Banco Bradesco S.A. (coordenador líder), "destinados ao equacionamento das obrigações financeiras da concessionária na forma e observados os termos e as condições estabelecidas no Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Futuros e Outras Avenças e no Regulamento do Fundo"; II - estabelecer que a destinação dos recursos deve estar estritamente vinculada ao objeto da respectiva concessão, sendo de exclusiva responsabilidade da concessionária a gestão quanto à necessidade, oportunamente, análise dos riscos e custo inerentes à captação dos recursos; III - ressaltar que a possibilidade de a concessionária oferecer os direitos emergentes da concessão está limitada ao montante que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação dos serviços; IV - registrar que esta manifestação não dará direito de qualquer ação contra a ANEEL, em decorrência de descumprimento, pela concessionária, dos seus compromissos financeiros; V - determinar que a concessionária apresente à ANEEL, versão definitiva da escritura do FIDC IV, bem como do prospecto de emissão, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e VI - este despacho entra em vigor na data de sua publicação." Tendo em vista tal despacho, caso venha a ser interpretado que o Contrato de Cessão está limitado a 8,16% da receita líquida anual da CESP, tal fato poderá restringir, temporariamente e na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, o direito deste de receber parte do produto dos recursos advindos dos Direitos Creditórios.



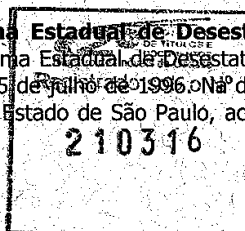
9.4 – Os principais riscos associados à Cedente e ao setor em que atua, que podem afetar a originação e a entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo, dentre outros, são:

- a) **Término Antecipado da Concessão.** Em manifestação sobre a questão referente ao término antecipado do Contrato de Concessão, a ANEEL apresentou comentários nos quais reproduz o parágrafo 6º, do Artigo 38, da Lei de Concessões, que dispõe que, declarada a caducidade da concessão, não resultará para o Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da respectiva concessionária. Portanto, não há como garantir que, ocorrido o término antecipado da concessão da Cedente, o Fundo continuará recebendo o pagamento dos Direitos Creditórios.
- b) **A Cedente atua no mercado brasileiro, estando sujeita, portanto, aos efeitos da política econômica do Governo Federal.** Ocasionalmente, o Governo Federal intervém na economia realizando mudanças drásticas e repentinas em suas políticas. Medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, controles no consumo de eletricidade, alteração na política fiscal e tributária, dentre outras. Tais medidas podem impactar os negócios da Cedente e/ou das Distribuidoras Cedidas, bem como sua condição financeira, seus resultados operacionais e a originação e entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo.
- c) **A Cedente atua no setor elétrico brasileiro, o qual vem sendo reestruturado pelo Governo Federal. Os efeitos do novo modelo do setor elétrico para as empresas sujeitas às suas regras, como a Cedente, ainda são incertos.** Em 15 de março de 2004, foi promulgada a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico que promoveu profundas modificações na atual estrutura do setor elétrico, dentre as quais (i) a alteração das regras sobre a compra e venda de energia elétrica entre as empresas geradoras de energia e as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica; (ii) novas regras para licitação de empreendimentos de geração; (iii) a criação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; (iv) a criação de novos órgãos setoriais; e (v) a alteração nas competências do Ministério de Minas e Energia e da ANEEL. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico continua sujeita a regulamentação, e, atualmente, tem sua constitucionalidade contestada perante o Supremo Tribunal Federal, por meio das ADINs. Não existe ainda uma decisão sobre este mérito. Na data deste Regulamento, não é possível se prever os eventuais possíveis efeitos adversos da regulamentação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e do resultado do julgamento das ADINs no setor em que a Cedente atua e no cumprimento das obrigações da Cedente para com as Distribuidoras Cedidas, bem como na originação e entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo.
- d) **A geração de energia elétrica pela Cedente depende de condições hidrológicas favoráveis.** O setor elétrico brasileiro, muito concentrado em geração hidráulica de energia, enfrenta uma restrição natural à sua capacidade de geração. As usinas hidrelétricas não podem gerar energia além da capacidade possibilitada pelos recursos hídricos do País. Chuvas escassas, enchentes ou qualquer outro fator natural podem causar impacto na capacidade geradora da Cedente e das demais empresas geradoras de energia elétrica, aumentando ou reduzindo o nível de seus reservatórios. A limitação à capacidade de geração de energia elétrica pela Cedente poderá ter impacto negativo sobre os seus resultados e condição financeira e no cumprimento das obrigações da Cedente para com as Distribuidoras Cedidas, o que pode comprometer a originação e entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo.
- e) **O impacto de uma escassez e/ou racionamento de energia elétrica, como ocorrido em 2001 e 2002, poderá afetar de maneira adversa a geração de energia elétrica pela Cedente.** Em junho de 2001, devido à escassez de energia elétrica no mercado brasileiro, que poderia se agravar durante o período de inverno por falta de chuvas, o Governo Federal implementou um programa de racionamento. As medidas adotadas incluíam a suspensão do fornecimento de energia para fins orçamentais e de propaganda e para realização de eventos esportivos noturnos, regimes especiais de tarifação, o estabelecimento de metas de consumo e multas, além da possibilidade de corte no fornecimento caso os limites estabelecidos não fossem



atendidos. Em fevereiro de 2002, o Governo Federal decidiu pelo fim do racionamento de energia elétrica. Com o fim do racionamento, os níveis de consumo de energia elétrica aumentaram, mas não voltaram aos patamares observados antes do racionamento. Adicionalmente, o nível de água dos reservatórios pode abaixar novamente, obrigando o Governo Federal a tomar novas medidas para redução do consumo de energia, que poderiam ter um impacto negativo na economia brasileira. Alguns analistas do setor acreditam que o nível dos investimentos direcionados para o setor de energia elétrica não seja o suficiente para acompanhar o crescimento econômico do Brasil e prevêem a possibilidade de nova crise do setor para o ano de 2009. Caso as projeções de consumo de energia elétrica feitas pelas Distribuidoras Cedidas quando da contratação dos CCEAR Cedidos não se verifiquem corretas ou caso novas medidas de redução de consumo de energia elétrica venham a ser impostas ao setor elétrico, a geração de receita operacional e a capacidade de originação dos Direitos Creditórios da Cedente poderão ser negativamente afetados.

- f) **A Cedente, na qualidade de concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, está sujeita à regulação e à fiscalização da ANEEL, a qual pode impor sanções em caso de descumprimento dos contratos de concessão ou da Lei de Concessões, e, dependendo da gravidade do descumprimento, a caducidade da respectiva concessão.** A ANEEL pode impor penalidades à Cedente caso esta deixe de cumprir com qualquer disposição da Lei de Concessões. Dependendo da gravidade do descumprimento, as penalidades aplicáveis incluem: (i) advertências; (ii) multas, sendo que cada multa está limitada a, no máximo, 2,0% da receita da Cedente no exercício encerrado imediatamente antes da data da respectiva infração; (iii) embargo à construção de novas instalações e equipamentos; (iv) restrições à operação das instalações e equipamentos existentes; (v) suspensão temporária de participação em processos licitatórios de novas concessões; (vi) intervenção da ANEEL; e (vii) extinção da concessão por caducidade. Ademais, o Poder Concedente detém poderes para extinguir qualquer das concessões da Cedente antes do final de seu prazo, no caso de falência ou liquidação da Cedente, ou por meio de encampação. A Cedente, o Administrador, ou qualquer de suas Partes Relacionadas, não podem garantir que a Cedente não será penalizada pela ANEEL por descumprimentos dos contratos de concessão ou que as concessões de que a Cedente é titular não serão extintas no futuro. A indenização a que a Cedente tem direito na ocorrência de eventual extinção da concessão pode não ser suficiente para recuperar o valor integral de certos ativos. Caso qualquer das concessões da Cedente seja rescindida em virtude de descumprimento das obrigações da Cedente, o valor efetivo de compensação pelo Poder Concedente pode ser reduzido de maneira significativa por meio da imposição de multas ou outras penalidades. Por conseguinte, a imposição de multas ou penalidades à Cedente, ou a extinção de qualquer de suas concessões, pode afetar negativamente a originação e entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo.
- g) **Os equipamentos, instalações e operações da Cedente estão sujeitos à regulamentação ambiental, no âmbito federal, estadual e municipal, que poderá se tornar mais rigorosa no futuro, podendo acarretar aumento de responsabilidade e aumento de despesa de capital.** As atividades e instalações da Cedente estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Leis ou regulamentos adicionais mais rigorosos poderão ser aprovados e a aplicação, assim como a interpretação da legislação vigente, poderá tornar-se mais severa. Além disso, os órgãos ambientais poderão fazer exigências adicionais com relação às operações da Cedente, obrigando-a a despendar recursos em investimentos relacionados a questões ambientais, aumentando, assim, as despesas e, conseqüentemente, reduzindo o resultado da Cedente. As penalidades que poderiam ser impostas à Cedente, no âmbito ambiental, podem ser tanto de cunho reparatório quanto indenizatório, não sendo possível mensurar qual seria o exato custo, para a Cedente, no caso de autuação de caráter ambiental. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Cedente operar suas usinas em virtude de autuações ambientais poderá comprometer a originação e a entrega de Direitos Creditórios ao Fundo.
- h) **A Cedente está incluída no Programa Estadual de Desestatização do Estado de São Paulo.** A Cedente está incluída no Programa Estadual de Desestatização do Estado de São Paulo, instituído pela Lei Estadual n.º 9.361, de 5 de julho de 1996. Na data deste Regulamento, não há iniciativa oficial em curso do Governo do Estado de São Paulo, acionista controlador da Cedente,



em promover a alienação de ações representativas do controle acionário da Cedente. A alteração do controle acionário da Cedente é um Evento de Avaliação previsto na alínea (d), do Artigo 51, do Regulamento, o qual enseja a convocação de Assembleia Geral. Os potenciais interessados nas Quotas Seniores devem levar em consideração tal hipótese na tomada de decisão de investimento nas Quotas Seniores.

9.5 – O Administrador empreenderá seus melhores esforços na seleção dos Ativos Financeiros do Fundo para composição da carteira do Fundo, e utilizará mecanismos de gestão de riscos, que monitoram, mas não anulam estes riscos. Apesar disso, não obstante a diligência do Administrador e do Gestor em colocar em prática a política de investimento do Fundo descrita no Regulamento, o Administrador e o Gestor não se responsabilizarão por eventuais perdas que o Fundo venha a apresentar em decorrência de sua política de investimento, em razão dos riscos inerentes à natureza do Fundo, inclusive aqueles descritos, de forma não taxativa, neste Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco. O Quotista, portanto, se expõe ao risco de perda, total ou parcial, do capital investido, existindo ainda a possibilidade de realização de aportes adicionais de recursos, conforme disposto no Regulamento.

9.6 – Pela administração e gestão do Fundo, o Administrador receberá taxa de administração mensal correspondente ao que for maior, em cada mês após a Data de Emissão, entre: (i) 0,10% (dez centésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Patrimônio Líquido, ou (ii) a quantia de R\$15.000,00 (quinze mil reais) mensais, quantia esta a ser atualizada anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IGP-M.

9.7 – O periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo é a Gazeta Mercantil.

9.8 – Todos os termos e expressões, em sua forma singular ou plural, utilizados no presente Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco e nele não definidos têm o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento e no Contrato de Cessão.

9.9 – Declaro(mos) ter recebido, lido e entendido o Regulamento do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP IV e o Prospecto do Fundo, e ter tomado ciência da política de investimento e dos riscos dela decorrentes, dos critérios de avaliação dos ativos e de todos os demais termos e condições relativos ao Fundo. Declaro(amos), ademais, ter aderido ao inteiro teor do Regulamento acima referido, sobre o qual não tenho(mos) qualquer dúvida, concordando integralmente com todos os seus termos e condições, declarando, ainda, estar ciente e de acordo com a política de investimentos adotada pelo Fundo, a composição da carteira do Fundo e a taxa de administração devida ao Administrador, bem como dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e no Prospecto, estando todos os seus termos de acordo com o perfil de risco pretendido. Declaro(amos) ser investidor(es) qualificado(s), conforme legislação vigente.

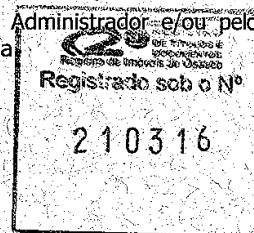
9.10 – As Quotas do Fundo apenas poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas por investidores qualificados, nos termos das normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

9.11 – Por fim, informamos que comunicações a [mim/nós] enviadas pelo Administrador e/ou pelo Custodiante deverão ser encaminhadas para o e-mail informado no item 7 acima.

[Local e data]

Assinatura do(s) Quotista(s)

A instituição responsável pela distribuição das Quotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP IV declara que verificou os poderes para assinatura deste termo do investidor, se pessoa jurídica.





ANEXO III - SUPLEMENTO

Anexo III ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP IV

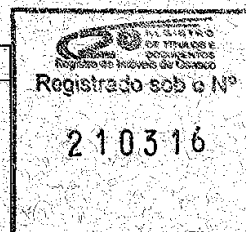
Suplemento

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP IV CNPJ/MF n.º [.]

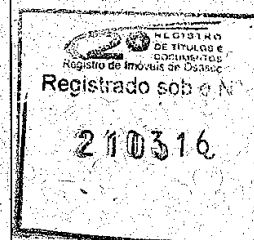
A série única de Quotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP IV ("Fundo"), emitida nos termos do Regulamento do Fundo, registrado em [.] de [.] de 2007, no [.]º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo sob n.º [.] ("Regulamento"), terá as seguintes características:

- a) Montante da série única: R\$ 1.250.000.000,00 (um bilhão, duzentos e cinquenta milhões de reais);
- b) O valor mínimo individual na primeira aplicação por investidor interessado em adquirir Quotas Seniores no âmbito da Oferta será de R\$ [.] (reais)
- c) Valor Unitário de Emissão: R\$ 312.500,00 (trezentos e doze mil e quinhentos reais);
- d) Quantidade de Quotas Seniores: 4.000(quatro mil) quotas seniores);
- e) Data de Emissão: [.] de [.] de [.]
- f) Data de Resgate: 8 de maio de 2017;
- g) "S" - parcela do Parâmetro de Rentabilidade apurado no processo de *bookbuilding*, cujo o valor está especificado na coluna (x) da tabela abaixo. A este valor será somado o valor da parcela do VQS^{Inicial} em cada Data de Amortização, especificado na coluna (y) da tabela abaixo, cujo resultado será a base para o cálculo da parcela do Parâmetro de Rentabilidade correspondente à Taxa DI: [.] ([.]); e
- h) Tabela de amortização das Quotas Seniores:

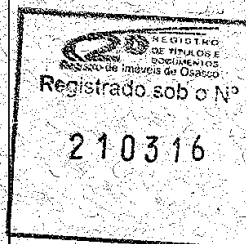
DATA DE AMORTIZAÇÃO	X	Y	X+Y
07/03/2008	6,705,130.00	99,515.08	6,804,645.08
07/04/2008	6,200,360.00	100,693.27	6,301,053.27
07/05/2008	6,552,230.00	115,582.04	6,667,812.04
09/06/2008	6,261,090.00	120,103.71	6,381,193.71
07/07/2008	6,808,440.00	140,164.06	6,948,604.06
07/08/2008	5,700,640.00	126,577.55	5,827,217.55
08/09/2008	6,231,750.00	148,025.63	6,379,775.63
07/10/2008	6,355,230.00	160,371.64	6,515,601.64
07/11/2008	5,683,610.00	152,657.46	5,836,267.46
08/12/2008	6,002,540.00	170,141.19	6,172,681.19
07/01/2009	5,933,810.00	176,600.54	6,110,410.54



09/02/2009	5,661,590.00	177,737.52	5,839,327.52
09/03/2009	14,979,240.00	489,408.50	15,468,648.50
07/04/2009	12,545,320.00	428,629.51	12,973,949.51
07/05/2009	12,862,470.00	456,876.16	13,319,346.16
08/06/2009	13,150,770.00	487,757.39	13,638,527.39
07/07/2009	13,879,280.00	534,610.05	14,413,890.05
07/08/2009	12,408,030.00	498,359.50	12,906,389.50
08/09/2009	13,099,160.00	545,830.82	13,644,990.82
07/10/2009	13,353,920.00	576,571.49	13,930,491.49
09/11/2009	11,955,030.00	534,215.64	12,489,245.64
07/12/2009	13,446,800.00	620,231.25	14,067,031.25
07/01/2010	11,271,020.00	536,932.44	11,807,952.44
08/02/2010	12,306,290.00	605,792.34	12,912,082.34
08/03/2010	18,972,840.00	958,645.07	19,931,485.07
07/04/2010	16,379,710.00	852,516.36	17,232,226.36
07/05/2010	17,357,240.00	929,812.82	18,287,052.82
07/06/2010	17,180,150.00	945,265.53	18,125,415.53
07/07/2010	17,551,250.00	993,750.07	18,545,000.07
09/08/2010	16,764,660.00	977,283.92	17,741,943.92
08/09/2010	18,221,590.00	1,090,113.76	19,311,703.76
07/10/2010	16,367,880.00	1,004,312.01	17,372,192.01
08/11/2010	15,638,290.00	982,414.21	16,620,704.21
07/12/2010	17,055,310.00	1,096,408.40	18,151,718.40
07/01/2011	15,249,690.00	1,006,052.39	16,255,742.39
09/02/2011	15,988,940.00	1,079,480.51	17,068,420.51
07/03/2011	17,534,390.00	1,207,030.10	18,741,420.10
07/04/2011	13,643,090.00	961,263.77	14,604,353.77
09/05/2011	16,061,830.00	1,156,558.14	17,218,388.14
07/06/2011	16,380,440.00	1,203,694.68	17,584,134.68
07/07/2011	14,642,770.00	1,099,829.45	15,742,599.45
08/08/2011	14,948,730.00	1,147,170.15	16,095,900.15
08/09/2011	15,736,470.00	1,233,303.91	16,969,773.91
07/10/2011	15,054,770.00	1,203,365.22	16,258,135.22
07/11/2011	13,937,410.00	1,133,752.53	15,071,162.53
07/12/2011	14,726,240.00	1,220,959.22	15,947,199.22
09/01/2012	14,070,550.00	1,190,741.39	15,261,291.39
07/02/2012	15,292,330.00	1,318,133.08	16,610,463.08
07/03/2012	13,824,640.00	1,211,279.12	15,035,919.12
09/04/2012	13,643,660.00	1,218,937.05	14,862,597.05
07/05/2012	15,357,120.00	1,393,915.70	16,751,035.70
07/06/2012	12,859,250.00	1,189,419.36	14,048,669.36
09/07/2012	14,066,930.00	1,323,357.97	15,390,287.97
07/08/2012	14,346,880.00	1,372,403.76	15,719,283.76
10/09/2012	12,831,210.00	1,249,694.92	14,080,904.92
08/10/2012	14,872,270.00	1,470,970.96	16,343,240.96
07/11/2012	12,107,950.00	1,215,893.14	13,323,843.14
07/12/2012	12,817,380.00	1,307,540.78	14,124,920.78



07/01/2013	12,638,860.00	1,307,559.84	13,946,419.84
07/02/2013	12,881,870.00	1,355,225.85	14,237,095.85
07/03/2013	13,252,960.00	1,412,427.97	14,665,387.97
08/04/2013	11,813,760.00	1,278,860.51	13,092,620.51
07/05/2013	13,340,290.00	1,464,480.40	14,804,770.40
10/06/2013	11,924,240.00	1,329,998.45	13,254,238.45
08/07/2013	13,813,080.00	1,561,829.49	15,374,909.49
07/08/2013	11,226,270.00	1,288,281.52	12,514,551.52
09/09/2013	11,863,320.00	1,382,343.49	13,245,663.49
07/10/2013	12,893,420.00	1,522,208.18	14,415,628.18
07/11/2013	10,789,790.00	1,292,968.62	12,082,758.62
09/12/2013	11,795,720.00	1,432,622.48	13,228,342.48
07/01/2014	12,037,280.00	1,479,629.60	13,516,909.60
07/02/2014	10,771,550.00	1,341,544.81	12,113,094.81
07/03/2014	11,831,210.00	1,491,851.95	13,323,061.95
07/04/2014	10,557,880.00	1,347,673.08	11,905,553.08
07/05/2014	11,548,570.00	1,492,073.87	13,040,643.87
09/06/2014	11,028,620.00	1,443,772.33	12,472,392.33
07/07/2014	11,985,490.00	1,587,713.30	13,573,203.30
07/08/2014	10,029,310.00	1,346,577.29	11,375,887.29
08/09/2014	10,957,170.00	1,489,993.42	12,447,163.42
07/10/2014	11,167,680.00	1,536,973.39	12,704,653.39
07/11/2014	9,980,950.00	1,391,640.59	11,372,590.59
08/12/2014	10,534,290.00	1,486,158.25	12,020,448.25
07/01/2015	10,407,060.00	1,484,570.91	11,891,630.91
09/02/2015	9,932,040.00	1,434,793.22	11,366,833.22
09/03/2015	10,934,730.00	1,595,160.18	12,529,890.18
07/04/2015	9,160,290.00	1,351,490.70	10,511,780.70
07/05/2015	9,378,140.00	1,397,717.80	10,775,857.80
08/06/2015	9,572,700.00	1,443,386.96	11,016,086.96
07/07/2015	10,087,140.00	1,536,948.96	11,624,088.96
07/08/2015	9,014,610.00	1,389,992.29	10,404,602.29
08/09/2015	9,513,760.00	1,482,844.39	10,996,604.39
07/10/2015	9,695,690.00	1,527,414.31	11,223,104.31
09/11/2015	8,674,850.00	1,381,123.50	10,055,973.50
07/12/2015	9,751,410.00	1,568,097.53	11,319,507.53
07/01/2016	8,168,460.00	1,327,265.91	9,495,725.91
10/02/2016	8,912,460.00	1,465,288.49	10,377,748.49
07/03/2016	7,300,170.00	1,209,581.87	8,509,751.87
07/04/2016	5,504,680.00	922,251.42	6,426,931.42
09/05/2016	6,479,420.00	1,096,503.64	7,575,923.64
07/06/2016	6,606,870.00	1,128,715.45	7,735,585.45
07/07/2016	5,907,390.00	1,019,700.10	6,927,090.10
08/08/2016	6,029,320.00	1,051,463.14	7,080,783.14
08/09/2016	6,345,160.00	1,117,837.63	7,462,997.63
07/10/2016	6,068,130.00	1,079,358.59	7,147,488.59
07/11/2016	5,610,530.00	1,006,613.52	6,617,143.52



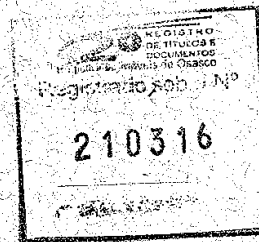
07/12/2016	5,920,550.00	1,072,338.23	6,992,888.23
09/01/2017	5,649,320.00	1,033,786.38	6,683,106.38
09/02/2017	6,134,460.00	1,133,062.85	7,267,522.85
07/03/2017	4,190,580.00	780,175.20	4,970,755.20
07/04/2017	3,465,380.00	651,675.95	4,117,055.95
08/05/2017	4,083,510.00	774,267.28	4,857,777.28

Observação: O rendimento da Quota Sênior corresponde ao valor da coluna (x)+(y) atualizado pela Taxa DI e deduzido do valor da coluna (y), observado que as datas e períodos de dias úteis utilizados para o cálculo dos valores da tabela acima foram obtidos na data do Suplemento e que qualquer "novo feriado" que venha a ser instituído não alterará os valores da tabela.

Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Regulamento.

Osasco, [•] de [•] de 2007.

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP IV
Por: BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Administrador



Testemunhas:

1. _____

Nome:

RG:

CPF:

2. _____

Nome:

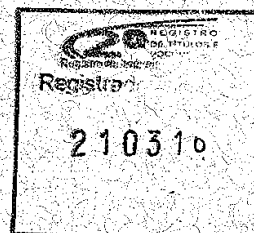
RG:

CPF:



ANEXO IV - DESPACHO ANEEL

7



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

3. Suplemento

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Suplemento

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP IV CNPJ/MF n.º 08.731.079/0001-32

A série única de Quotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP IV ("Fundo"), emitida nos termos do Regulamento do Fundo, registrado em 27 de março de 2007, no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo sob n.º 209.291, posteriormente aditado e consolidado ("Regulamento"), terá as seguintes características:

- a) Montante da série única: R\$ 1.250.000.000,00 (um bilhão, duzentos e cinquenta milhões de reais);
- b) Valor Unitário de Emissão: R\$ 312.500,00 (trezentos e doze mil e quinhentos reais);
- c) Quantidade de Quotas Seniores: 4.000 (quatro mil);
- d) Data de Emissão: 18 de junho de 2007;
- e) Data de Resgate: 08 de maio de 2017;
- f) "S" - parcela do Parâmetro de Rentabilidade apurado no processo de *Bookbuilding*, cujo valor está especificado na coluna (x) da tabela abaixo. A este valor será somado o valor da parcela do VQS_{Quota} em cada Data de Amortização, especificado na coluna (y) da tabela abaixo, cujo resultado será a base para o cálculo da parcela do Parâmetro de Rentabilidade correspondente à Taxa DI: 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento); e
- g) Tabela de amortização das Quotas Seniores:

DATA DE AMORTIZAÇÃO	X	Y	X+Y
07/03/2008	5,762,970.00	72,260.08	5,835,230.08
07/04/2008	6,095,640.00	84,935.35	6,180,575.35
07/05/2008	5,837,750.00	89,497.44	5,927,247.44
09/06/2008	6,348,220.00	107,092.94	6,455,312.94
07/07/2008	5,330,620.00	97,394.83	5,428,014.83
07/08/2008	5,832,430.00	115,974.61	5,948,404.61
08/09/2008	5,952,920.00	127,572.81	6,080,492.81





07/10/2008	5,337,050.00	122,261.47	5,459,311.47
07/11/2008	5,638,710.00	138,312.06	5,777,022.06
08/12/2008	5,578,760.00	145,110.67	5,723,870.67
07/01/2009	5,344,110.00	146,561.90	5,490,671.90
09/02/2009	5,810,060.00	168,800.03	5,978,860.03
09/03/2009	11,880,820.00	360,333.90	12,241,153.90
07/04/2009	12,174,070.00	387,375.10	12,561,445.10
07/05/2009	12,471,800.00	413,692.40	12,885,492.40
08/06/2009	13,154,090.00	456,923.25	13,611,013.25
07/07/2009	11,800,590.00	426,731.71	12,227,321.71
07/08/2009	12,474,390.00	471,580.12	12,945,970.12
08/09/2009	12,746,210.00	500,993.88	13,247,203.88
07/10/2009	11,432,690.00	466,556.10	11,899,246.10
09/11/2009	12,869,160.00	544,555.40	13,413,715.40
07/12/2009	10,806,990.00	472,815.38	11,279,805.38
07/01/2010	11,836,010.00	535,709.03	12,371,719.03
08/02/2010	12,081,900.00	565,979.77	12,647,879.77
08/03/2010	15,825,840.00	761,908.23	16,587,748.23
07/04/2010	16,775,820.00	833,082.56	17,608,902.56
07/05/2010	16,595,280.00	849,318.77	17,444,598.77
07/06/2010	16,972,640.00	893,213.57	17,865,853.57
07/07/2010	16,241,860.00	880,668.58	17,122,528.58
09/08/2010	17,667,210.00	987,468.70	18,654,678.70
08/09/2010	15,897,830.00	912,859.20	16,810,689.20
07/10/2010	15,208,240.00	896,528.85	16,104,768.85
08/11/2010	16,600,250.00	1,002,808.68	17,603,058.68
07/12/2010	14,881,490.00	920,722.39	15,802,212.39
07/01/2011	15,714,710.00	998,717.19	16,713,427.19
07/02/2011	15,560,480.00	1,012,858.51	16,573,338.51
09/03/2011	15,511,820.00	1,032,454.88	16,544,274.88
07/04/2011	14,842,020.00	1,010,775.65	15,852,795.65
09/05/2011	16,199,570.00	1,127,068.14	17,326,638.14
07/06/2011	14,513,510.00	1,032,220.81	15,545,730.81
07/07/2011	14,847,040.00	1,078,949.81	15,925,989.81
08/08/2011	15,672,160.00	1,164,392.87	16,836,552.87
08/09/2011	15,024,530.00	1,140,740.77	16,165,270.77
07/10/2011	13,913,010.00	1,078,005.51	14,991,015.51
07/11/2011	14,725,550.00	1,161,730.09	15,887,280.09
07/12/2011	14,094,960.00	1,133,982.38	15,228,942.38
09/01/2012	15,322,620.00	1,258,986.02	16,581,606.02
07/02/2012	13,330,970.00	1,116,213.20	14,447,183.20
07/03/2012	13,738,980.00	1,169,864.72	14,908,844.72
09/04/2012	15,468,940.00	1,342,612.52	16,811,552.52
07/05/2012	12,999,890.00	1,146,805.82	14,146,695.82





08/06/2012	14,685,540.00	1,320,832.65	16,006,372.65
09/07/2012	14,075,720.00	1,288,180.66	15,363,900.66
07/08/2012	13,025,290.00	1,212,616.64	14,237,906.64
10/09/2012	15,090,360.00	1,431,008.01	16,521,368.01
08/10/2012	12,298,610.00	1,184,820.60	13,483,430.60
07/11/2012	13,038,040.00	1,275,750.39	14,313,790.39
07/12/2012	12,893,630.00	1,282,099.44	14,175,729.44
07/01/2013	13,193,660.00	1,330,919.61	14,524,579.61
07/02/2013	13,038,340.00	1,337,997.19	14,376,337.19
07/03/2013	12,134,570.00	1,261,842.52	13,396,412.52
08/04/2013	13,718,900.00	1,448,504.87	15,167,404.87
07/05/2013	12,305,310.00	1,317,996.20	13,623,306.20
07/06/2013	13,005,750.00	1,414,843.25	14,420,593.25
08/07/2013	12,865,810.00	1,420,258.47	14,286,068.47
07/08/2013	12,310,470.00	1,379,673.31	13,690,143.31
09/09/2013	13,382,040.00	1,523,350.18	14,905,390.18
07/10/2013	11,238,030.00	1,296,532.56	12,534,562.56
07/11/2013	12,295,550.00	1,440,270.93	13,735,820.93
09/12/2013	12,555,560.00	1,491,020.62	14,046,580.62
07/01/2014	11,267,570.00	1,354,566.27	12,622,136.27
07/02/2014	11,902,740.00	1,452,054.57	13,354,794.57
07/03/2014	11,077,600.00	1,366,804.43	12,444,404.43
07/04/2014	12,132,440.00	1,516,673.90	13,649,113.90
07/05/2014	11,626,600.00	1,470,559.25	13,097,159.25
09/06/2014	12,638,540.00	1,621,112.73	14,259,652.73
07/07/2014	10,619,040.00	1,377,758.65	11,996,798.65
07/08/2014	11,618,230.00	1,528,197.42	13,146,427.42
08/09/2014	11,857,750.00	1,580,039.53	13,437,789.53
07/10/2014	10,630,340.00	1,433,916.67	12,064,256.67
07/11/2014	11,229,510.00	1,534,933.47	12,764,443.47
08/12/2014	11,108,540.00	1,536,666.61	12,645,206.61
07/01/2015	10,639,850.00	1,488,519.55	12,128,369.55
09/02/2015	11,565,840.00	1,638,957.98	13,204,797.98
09/03/2015	9,838,600.00	1,408,124.53	11,246,724.53
07/04/2015	10,085,370.00	1,459,327.54	11,544,697.54
07/05/2015	10,326,020.00	1,510,435.10	11,836,455.10
08/06/2015	10,895,720.00	1,611,837.14	12,507,557.14
07/07/2015	9,767,820.00	1,461,205.74	11,229,025.74
07/08/2015	10,318,310.00	1,562,352.70	11,880,662.70
08/09/2015	10,536,350.00	1,612,919.10	12,149,269.10
07/10/2015	9,445,630.00	1,461,707.73	10,907,337.73
09/11/2015	10,632,600.00	1,663,154.27	12,295,754.27
07/12/2015	8,928,930.00	1,410,892.59	10,339,822.59
07/01/2016	9,779,010.00	1,561,600.31	11,340,610.31



10/02/2016	10,604,260.00	1,712,023.33	12,316,283.33
07/03/2016	6,059,620.00	987,032.69	7,046,652.69
07/04/2016	7,143,340.00	1,176,147.33	8,319,487.33
09/05/2016	7,294,240.00	1,213,283.55	8,507,523.55
07/06/2016	6,542,470.00	1,098,752.06	7,641,222.06
07/07/2016	6,691,630.00	1,135,648.15	7,827,278.15
08/08/2016	7,057,110.00	1,210,186.26	8,267,296.26
08/09/2016	6,759,340.00	1,171,125.37	7,930,465.37
07/10/2016	6,255,040.00	1,094,367.70	7,349,407.70
07/11/2016	6,621,090.00	1,168,593.48	7,789,683.48
07/12/2016	6,338,370.00	1,129,483.26	7,467,853.26
09/01/2017	6,889,870.00	1,240,623.01	8,130,493.01
07/02/2017	5,989,400.00	1,088,705.63	7,078,105.63
07/03/2017	4,213,000.00	771,979.23	4,984,979.23
07/04/2017	4,609,310.00	853,240.65	5,462,550.65
08/05/2017	4,566,600.00	852,045.06	5,418,645.06
	1,250,000,000.00	116,150,051.28	1,366,150,051.28

Observação: O rendimento da Quota Sênior corresponde ao valor da coluna (x)+(y) atualizado pela Taxa DI e deduzido do valor da coluna (x), observado que as datas e períodos de dias úteis utilizados para o cálculo dos valores da tabela acima foram obtidos na data do Suplemento e que qualquer "novo feriado" que venha a ser instituído não alterará os valores da tabela.

Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Regulamento.



São Paulo, 14 de junho de 2007.

31065 - Carlos Roberto Moraes

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP IV
Por: BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Administrador

15 de junho de 2007

PROTOCOLADO Nº. 210912

Total para R\$ 58,73

Este valor inclui 32% devidos ao Estado e 20% à OABT Previdência do IPESP, sobre R\$ 58,71 do oficial.

PROF. DR. MARTINEZ/ANDREA C.S. ALMEIDA
PROF. DR. VIEIRA/SÔNIA M. C. PEREIRA

RECEBEMOS DO FUNDADOR DO FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP IV, A BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., O VALOR DE R\$ 58,73 (CINQUENTA E OITO REAIS E SETENTA E TRÊS CENTAVOS) EM 15 DE JUNHO DE 2007.

RECEBEMOS DO FUNDADOR DO FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP IV, A BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., O VALOR DE R\$ 58,73 (CINQUENTA E OITO REAIS E SETENTA E TRÊS CENTAVOS) EM 15 DE JUNHO DE 2007.

RECEBEMOS DO FUNDADOR DO FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP IV, A BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., O VALOR DE R\$ 58,73 (CINQUENTA E OITO REAIS E SETENTA E TRÊS CENTAVOS) EM 15 DE JUNHO DE 2007.



4. Contrato de Cessão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS FUTUROS E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente instrumento, as partes, de um lado,

CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO, concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, constituída sob a forma de sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nossa Senhora do Sabará, n.º 5.312, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.933.603/0001-78, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social (a “Cedente”);

e, de outro lado,

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP IV, fundo de investimento em direitos creditórios, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 08.731.079/0001-32, constituído sob a forma de condomínio fechado (“Cessionário” ou “Fundo”), neste ato representado, na forma de seu Regulamento, pelo seu administrador, a **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.066.670/0001-00 (“Administrador”), neste ato representada na forma de seu Contrato Social, sendo a Cedente e o Fundo, em conjunto, referidos como “Partes” ou, individualmente, como “Parte”;

e, como interveniente,

BANCO ITAÚ S.A., instituição financeira com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Eudoro Villela, 9º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social (o “Itaú”, “Custodiante” ou “Agente de Recebimento”, conforme o caso);

CONSIDERANDO QUE:

(i) a Cedente é concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, nos termos do Contrato de Concessão n.º 003/2004 – ANEEL – CESP, firmado em 12 de novembro de 2004, entre a Cedente e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (“ANEEL”), com a interveniência do Estado de São Paulo

("Contrato de Concessão"), por meio do qual a Cedente detém o direito de comercializar a energia elétrica oriunda das usinas de geração listadas no Anexo I a este Contrato, objeto do Contrato de Concessão, nos termos da legislação aplicável;

(ii) A Cedente participou dos leilões de energia elétrica promovidos pela ANEEL, nos termos da Lei n.º 10.848, de 15 de março de 2004 ("Lei n.º 10.848/04"), e firmou Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR ("CCEAR") com concessionárias de distribuição de energia elétrica, por meio dos quais foram estabelecidos os termos e condições para venda de energia elétrica pela Cedente às distribuidoras, cujos direitos creditórios subjacentes a Cedente deseja ceder ao Fundo;

(iii) a Cedente detém direitos creditórios futuros oriundos de CCEAR referentes aos produtos (a) 2007-2014, (b) 2008-2015, (c) 2009-2016, (d) 2009-2038 e (e) 2010-2039, assim como as garantias representadas pelos respectivos instrumentos de garantia já constituídos ou que venham a sê-lo ("Instrumentos de Garantia") outorgados ou contratados pelas Distribuidoras Cedidas (conforme abaixo definido) em favor da Cedente, os quais se acham devidamente descritos e caracterizados no Anexo II;

(iv) a Cedente deseja ceder os Direitos Creditórios (conforme definido abaixo) ao Cessionário, que por sua vez deseja adquiri-los, nos termos e condições estabelecidos neste instrumento;

(v) o Cessionário é um fundo de investimento em direitos creditórios constituído nos termos da Resolução n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional (o "CMN"), e da Instrução n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instruções n.º 393, de 22 de julho de 2003, n.º 435, de 5 de julho de 2006, n.º 442, de 8 de dezembro de 2006, e n.º 446, de 19 de dezembro de 2006, e suas alterações posteriores, da Comissão de Valores Mobiliários (a "Instrução n.º 356/2001" e a "CVM", respectivamente);

(vi) o Cessionário emitirá, para distribuição pública, 4.000 (quatro mil) quotas seniores (as "Quotas Seniores") e, para subscrição pela Cedente, 72 (setenta e duas) quotas subordinadas (as "Quotas Subordinadas" e, em conjunto com as Quotas Seniores, as "Quotas");

(vii) os recursos havidos pelo Cessionário com a emissão e distribuição pública das Quotas Seniores serão utilizados para a aquisição de Direitos Creditórios de titularidade da Cedente originados dos CCEAR;

(viii) os recursos havidos pela Cedente com a cessão dos direitos creditórios ao Cessionário, originados da venda de energia elétrica a distribuidoras de energia elétrica realizada por meio dos CCEAR, serão necessariamente utilizados, em parte, para o pagamento e total quitação das notas promissórias comerciais, emitidas pela Cedente em 23 de maio de 2007 ("Notas Promissórias");

(ix) o Itaú prestará os serviços de custódia para o Fundo, conforme previsto no artigo 38 da Instrução n.º 356/2001, e de Agente de Recebimento; e

(x) todos os termos e expressões, iniciados em maiúsculas, em sua forma singular ou plural, utilizados neste Contrato e em seus Anexos, e neles não definidos, têm o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP IV ("Regulamento"), no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores firmado entre o Fundo, a Cedente e o Banco Itaú S.A., nesta data, ou no Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas, firmado entre a Cedente e o Fundo, nesta data;

resolvem as Partes celebrar o presente "Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Futuros e Outras Avenças" ("Contrato"), que será regido pelas cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DA CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS FUTUROS

1.1. A Cedente, neste ato e em regular forma de direito, em caráter irrevogável e irretratável, cede ao Fundo, que por sua vez adquire, a totalidade dos direitos creditórios a serem constituídos a partir da data de assinatura deste Contrato, os quais serão considerados entregues ao Cessionário na data em que forem constituídos de acordo com o disposto na Cláusula Segunda abaixo, sendo que, (i) nos termos dos itens 2.1. e 2.2. abaixo, uma parcela dos direitos creditórios é cedida ao Fundo de forma incondicionada e, conforme o disposto no item 2.3., a parcela restante é cedida ao Fundo sob condição suspensiva, e (ii) os direitos creditórios ora cedidos são (a) aqueles representados por Notas Fiscais Fatura de

Energia Elétrica, emitidas na forma estabelecida na Cláusula 9ª dos CCEAR referente aos Produtos 2007-2014, 2008-2015 e 2009-2016, e Cláusula 8ª dos CCEAR referente aos Produtos 2009-2038 e 2010-2039, celebrados entre a Cedente e as concessionárias de distribuição de energia elétrica indicadas no Anexo I ao presente Contrato (as "Distribuidoras Cedidas" e os "CCEAR Cedidos") (as "Faturas Mensais de Energia Elétrica"), e (b) os respectivos Instrumentos de Garantia outorgados ou contratados, ou que venham a ser outorgados ou contratados, pelas Distribuidoras Cedidas em favor da Cedente descritos de forma resumida no Anexo II ao presente Contrato, além de todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, bem como todas e quaisquer multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas pelas Distribuidoras Cedidas à Cedente, inclusive, em caso de rescisão de qualquer dos CCEAR Cedidos, tudo pelo preço indicado no item 1.4.2. abaixo (os "Direitos Creditórios").

1.2. Independentemente de uma parcela dos Direitos Creditórios ser cedida de forma incondicionada e da parcela restante ser cedida sob condição suspensiva, para todos os fins e efeitos de direito, a cessão objeto deste Contrato abrange a totalidade dos Direitos Creditórios, os quais ficam, por esta razão, a este vinculados e indisponíveis, em caráter irrevogável e irretratável, até o término deste Contrato.

1.3. A Cedente não responde pela solvência das Distribuidoras Cedidas, mas apenas pela correta constituição, e, quando constituídos, pela existência, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo nos termos deste Contrato.

1.4. Os Direitos Creditórios ora cedidos ao Fundo, nos termos deste Contrato, serão considerados entregues pela Cedente ao Cessionário ou a quem for por este indicado para recebê-los em seu nome, tão logo sejam constituídos em cada mês durante a vigência deste Contrato, observados os procedimentos estabelecidos nas Cláusulas Segunda, Quinta, Sexta e Sétima deste Contrato.

1.4.1. As Faturas Mensais de Energia Elétrica, cujo modelo se encontra no Anexo III, emitidas pela Cedente de acordo com o procedimento estabelecido nos CCEAR Cedidos, em conjunto com os CCEAR Cedidos, constituem os documentos comprobatórios da correta constituição dos Direitos Creditórios (os "Documentos Comprobatórios").

1.4.2. Pela cessão incondicionada e pela cessão sob condição suspensiva objeto deste Contrato, o Cessionário pagará à Cedente, na data em que esta entregar ao Administrador as vias originais das notificações às Distribuidoras Cedidas, expedidos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, feitas para os fins do Art. 290 do Código Civil brasileiro, substancialmente na forma do Anexo IV a este Contrato ("Notificações"), ou na falta destes, os comprovantes de envio das referidas Notificações expedidos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, na forma como estipulado no item 1.4.3 (a "Data de Pagamento do Preço de Aquisição"), o preço certo e ajustado de R\$ 1.250.000.000,00 (um bilhão e duzentos e cinquenta milhões de reais) (o "Preço de Aquisição"), desde que as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas tenham sido integralmente subscritas e integralizadas na Data de Pagamento do Preço de Aquisição.

1.4.3. Na Data de Pagamento do Preço de Aquisição, o valor correspondente ao Preço de Aquisição será depositado, pelo Custodiante, por ordem e conta do Fundo, em fundos imediatamente disponíveis na conta corrente n.º 00814-1, agência n.º 0912, mantida pela Cedente no Agente de Recebimento, ou outra conta de sua titularidade que vier a ser indicada por escrito pela Cedente ("Conta Autorizada da Cedente"), ressalvado que uma parcela do Preço de Aquisição será debitada da Conta Autorizada da Cedente, pelo Agente de Recebimento, para a quitação das Notas Promissórias, observado que a definição do montante a ser debitado da referida conta será o valor necessário à quitação das Notas Promissórias, nos termos da instrução de pagamento a ser enviada, pela Cedente, por escrito, ao Agente de Recebimento, a qual só poderá ser cancelada ou alterada mediante a concordância expressa do Administrador ("Instrução de Pagamento").

1.4.4. A Cedente, desde já, autoriza o Agente de Recebimento, em caráter irrevogável e irretratável, a debitar a Conta Autorizada da Cedente para pagamento das Notas Promissórias, conforme descrito no item 1.4.3 acima.

- 1.5. O presente Contrato não constitui contrato aleatório referido nos artigos 458 e 459 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA SEGUNDA
DA QUANTIDADE DE DIREITOS CREDITÓRIOS CEDIDA AO FUNDO

2.1. A partir do primeiro dia útil seguinte à Data de Pagamento do Preço de Aquisição ("Data de Início da Entrega"), a Cedente obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a entregar ao Fundo, por intermédio do Agente de Recebimento, em cada mês durante a vigência deste Contrato, na forma do disposto no item 6.2 abaixo, tão logo sejam constituídos, os Direitos Creditórios cedidos nos termos deste Contrato, seja incondicionalmente, seja sob condição suspensiva (respectivamente, a "Cessão Incondicionada" e a "Cessão sob Condição Suspensiva"), os quais deverão ser pagos, pelas Distribuidoras Cedidas, nos prazos estabelecidos nos CCEAR Cedidos, mediante ficha de compensação (boleto bancário) conforme indicada nas Notificações.

2.1.1. Dado que até o advento de uma condição suspensiva conforme definido no item 2.3 abaixo, o produto do recebimento dos Direitos Creditórios pertencerá, observado o disposto neste Contrato, parte ao Fundo e parte à Cedente, a Cedente e o Cessionário constituíram, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, para toda a vigência e como condição essencial para a celebração deste Contrato, em caráter irrevogável e irretratável, o Itaú como Agente de Recebimento da totalidade dos Direitos Creditórios, os quais, depois de recebidos na Conta de Recebimento e Pagamento (conforme abaixo definido), serão imediatamente creditados pelo Agente de Recebimento nas respectivas Contas Autorizadas do Fundo e da Cedente, estritamente de acordo com o disposto nesta Cláusula e no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.

2.2. A partir da primeira Data de Início da Entrega e durante 120 (cento e vinte) meses subsequentes consecutivos, ou até o pagamento da última parcela da amortização das Quotas Seniores, o que ocorrer por último, os Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada (que compreendem, inclusive, os Direitos Creditórios objetos da Cessão sob Condição Suspensiva que, em cada mês durante a vigência deste Contrato, se tornem, pelo advento de qualquer das condições suspensivas, Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada) deverão ser, em cada período de tempo compreendido entre o dia 10 de cada mês, inclusive, e o dia 10, exclusive, do mês subsequente, a partir da primeira Data de Início da Entrega, inclusive (um "Período de Disponibilidade"), observado o disposto no

item 2.2.1 abaixo, equivalentes ao somatório do produto do valor nominal de cada parcela de cada uma das Faturas Mensais de Energia Elétrica vencíveis no referido Período de Disponibilidade (sendo cada parcela equivalente a 1/3 (um terço) do valor da Fatura Mensal de Energia Elétrica, doravante denominada individualmente como “Parcela da Fatura”), pelo respectivo Fator de Cessão, representado pelo símbolo ϕ abaixo (a “Quantidade Mínima Mensal” e o “Fator de Cessão”, respectivamente), conforme apurado em cada data de apuração (a “Data de Apuração”) indicada abaixo:

(a) no dia útil anterior à data de vencimento da primeira Parcela da Fatura (ou seja, todo dia 15 do mês subsequente ao mês do fornecimento da energia pela Cedente, conforme cláusula 9.1 dos CCEAR Cedidos) (a “Primeira Data de Apuração”), correspondente ao Período de Disponibilidade “i”, o Administrador calculará, com base nas informações fornecidas pelo Custodiante e Agente de Recebimento, o primeiro Fator de Cessão dos Direitos Creditórios a ser aplicado sobre a referida Parcela (ϕ_{i1}), de acordo com a seguinte fórmula:

$$\phi_{i1} = \frac{QMM_i}{FT_{i1}}$$

(b) no dia útil anterior à data de vencimento da segunda Parcela da Fatura (ou seja, todo dia 25 do mês subsequente ao mês do fornecimento da energia pela Cedente, conforme cláusula 9.1 dos CCEAR Cedidos) (a “Segunda Data de Apuração”), correspondente ao Período de Disponibilidade “i”, o Administrador calculará, com base nas informações fornecidas pelo Custodiante e Agente de Recebimento, o segundo Fator de Cessão dos Direitos Creditórios a ser aplicado sobre a referida Parcela (ϕ_{i2}), de acordo com a seguinte fórmula:

$$\phi_{i2} = \frac{QMM_i}{FT_{i2}}$$

(c) no dia útil anterior à data de vencimento da terceira Parcela da Fatura (ou seja, todo dia 5 do segundo mês subsequente ao mês do fornecimento da energia pela Cedente, conforme cláusula 9.1 dos CCEAR Cedidos) (a “Terceira Data de Apuração”), correspondentes ao Período de Disponibilidade “i”, o Administrador calculará, com base nas informações fornecidas pelo Custodiante e Agente de

Recebimento, o terceiro Fator de Cessão dos Direitos Creditórios a ser aplicado sobre a referida Parcela (φ_{i3}), de acordo com a seguinte fórmula:

$$\varphi_{i3} = \frac{QMM_i}{FT_{i3}}$$

onde:

$$QMM_i = A_i + C_i + \Delta RA_i$$

$$\Delta RA_i = RA_i - DI_i$$

observado que, para as fórmulas contidas nos itens (a), (b) e (c) acima:

i	Período de Disponibilidade em que há amortização de Quotas Seniores do Fundo.
φ_{i1}	Fator de Cessão a ser aplicado sobre a primeira Parcela da Fatura com vencimento no Período de Disponibilidade "i". Se o Fator de Cessão apurado for maior que 1 ou menor que 0, o Custodiante deverá considerar o fator como sendo 1 ou 0, respectivamente.
φ_{i2}	Fator de Cessão a ser aplicado sobre a segunda Parcela da Fatura com vencimento no Período de Disponibilidade "i". Se o Fator de Cessão apurado for maior que 1 ou menor que 0, o Custodiante deverá considerar o fator como sendo 1 ou 0, respectivamente;
φ_{i3}	Fator de Cessão a ser aplicado sobre a terceira Parcela das Faturas com vencimento no Período de Disponibilidade "i". Se o Fator de Cessão apurado for maior que 1 ou menor que 0, o Custodiante deverá considerar o fator como sendo 1 ou 0, respectivamente.
QMM_i	Quantidade Mínima Mensal prevista no Período de Disponibilidade "i", que deverá ser calculada e apurada pelo Administrador, nas Datas de Apuração aplicáveis, com duas casas decimais após a vírgula.

FT_{i1}	Somatório dos valores dos Direitos Creditórios correspondentes à primeira Parcela das Faturas com vencimento no Período de Disponibilidade "i", desconsiderados os Direitos Creditórios contra Distribuidora Cedida Inadimplente (conforme abaixo definido).
FT_{i2}	Somatório dos valores dos Direitos Creditórios correspondentes à segunda Parcela das Faturas Mensais de Energia Elétrica com vencimento no Período de Disponibilidade "i", desconsiderados os Direitos Creditórios contra Distribuidora Cedida Inadimplente (conforme abaixo definido).
FT_{i3}	Somatório dos valores dos Direitos Creditórios correspondentes à terceira Parcela das Faturas com vencimento no Período de Disponibilidade "i", desconsiderados os Direitos Creditórios contra Distribuidora Cedida Inadimplente (conforme abaixo definido).
RA_i	Reserva de Amortização e Resgate no Período de Disponibilidade "i", calculado em cada Data de Apuração, conforme definida no artigo 41 do Regulamento.
DI_i	Disponibilidade (conforme definido no artigo 14 do Regulamento) no Período de Disponibilidade "i", calculado em cada Data de Apuração.
ΔRA_i	Diferença entre a Reserva de Amortização e Resgate para o Período de Disponibilidade "i" e a Disponibilidade (conforme definido no Regulamento) no Período de Disponibilidade "i", calculada em cada Data de Apuração.
A_i	Para o Período de Disponibilidade "i", é o montante indicado na coluna A, do Anexo IX, a ser atualizado pela variação da taxa média diária do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Taxa DI"), calculada e divulgada pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), acrescida de um <i>spread</i> , a ser definido nos termos do Parágrafo Primeiro, do Artigo 13, do Regulamento.
C_i	Custos mensais estimados dos Encargos do Fundo referentes à taxa de administração, despesas com a prestação de serviços do Custodiante, Empresa de Auditoria e Agência de Classificação de Risco, para o Período de Disponibilidade "i".

2.2.1. O primeiro Período de Disponibilidade se inicia na Data de Início da Entrega, inclusive, e se encerra no dia 10 do mês subsequente à 1ª Data de Amortização, conforme definido no Artigo 32 do Regulamento (o "Primeiro Período de Disponibilidade"). Durante o Primeiro Período de Disponibilidade, a Primeira Data de Apuração será um dia útil anterior ao vencimento da primeira Parcela de Fatura com vencimento após a Data de Início da Entrega, a Segunda Data de Apuração será um dia útil anterior ao vencimento da segunda Parcela de Fatura com vencimento após a Data de Início da Entrega e assim sucessivamente. Havendo mais de três Datas de Apuração no Primeiro Período de Disponibilidade serão aplicados com relação a tais Datas de Apuração o mesmo procedimento aplicável à Terceira Data de Apuração, tudo conforme alíneas (a), (b) e (c) do item 2.2. acima.

2.2.2. Nas mesmas datas de recebimento, pelo Agente de Recebimento, do pagamento de cada uma das Parcelas das Faturas Mensais de Energia Elétrica na Conta de Recebimento e Pagamento, e uma vez apurada a quantidade de Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada por Parcela da Fatura em cada Data de Apuração, conforme as fórmulas contidas no item 2.2. acima, o Agente de Recebimento transferirá, nos termos deste Contrato e do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, por ordem do Administrador, para a Conta Autorizada do Fundo (conforme abaixo definido), recursos que sejam equivalentes ao valor financeiro dos Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada por Parcela da Fatura.

2.2.3. Sujeito ao disposto no item 2.3. abaixo, o valor que sobejar a quantidade de Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada por Parcela da Fatura, conforme estabelecido no item 2.2.1 acima, em cada Período de Disponibilidade será, na mesma data em que for recebido pelo Agente de Recebimento, transferido para a Conta Autorizada da Cedente.

2.2.4. O Administrador será responsável pelo cálculo da Quantidade Mínima Mensal e do montante financeiro dos Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada por Parcela da Fatura, em cada Data de Apuração, com base nas informações fornecidas pelo Custodiante e pelo Agente de Recebimento, de acordo com o aqui disposto.

2.2.5. Dessa forma, fica certo e ajustado entre as Partes, que o Agente de Recebimento receberá, mensalmente, na Conta de Recebimento e Pagamento, o equivalente a 100% (cem por cento) do valor nominal de cada uma das Faturas Mensais de Energia Elétrica representativas dos Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada e da Cessão sob Condição Suspensiva.

2.2.6. O recebimento, pelo Agente de Recebimento, de 100% (cem por cento) do valor nominal de Parcela da Fatura, representativas dos Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada e da Cessão sob Condição Suspensiva, na Conta de Recebimento e Pagamento, será bastante para a plena, total e rasa quitação a cada uma das Distribuidoras Cedidas com relação à referida Parcela da Fatura.

2.2.7. Para fins de apuração do Fator de Cessão, o Administrador, após o recebimento das informações prestadas pelo Agente de Recebimento nos termos da Cláusula Oitava abaixo, não considerará, em qualquer Data de Apuração, os Direitos Creditórios a serem pagos por Distribuidora Cedida que, nas datas de vencimento da Parcela da Fatura imediatamente anterior a tal Data de Apuração, não tenha pago a Parcela da Fatura vencida pontual e integralmente ou tenha efetuado pagamento de qualquer Parcela da Fatura a menor ou com atraso e que não tenha sanado a inadimplência até o 2º (segundo) dia útil anterior à Data de Apuração em referência ("Distribuidora Cedida Inadimplente").

2.2.8. Caso, porém, a Distribuidora Cedida Inadimplente efetue ou complemente o pagamento da Parcela da Fatura em atraso ou paga a menor até o 2º (segundo) dia útil anterior à Data de Apuração subsequente à da sua inadimplência, do mesmo modo deverá o Administrador, a partir desta Data de Apuração em que se verificou pagamento da integralidade do Direito Creditório inadimplido, voltar a considerar a Parcela da Fatura da Distribuidora Cedida Inadimplente na Data de Apuração subsequente, conforme previsto no item 2.2. acima.

2.3. Na ocorrência de um dos Eventos de Revisão (conforme definido abaixo) estabelecidos no subitem (ii) do item 11.3 deste Contrato, que corresponderá ao advento da Cessão sob Condição Suspensiva, e após a determinação do

Administrador, o Agente de Recebimento transferirá a totalidade dos Direitos Creditórios por Parcela das Faturas pagos na Conta de Recebimento e Pagamento diretamente para a Conta Autorizada do Fundo (conforme abaixo definido). Este procedimento perdurará até que o Agente de Recebimento receba determinação em contrário do Administrador, com novas instruções para a transferência dos recursos recebidos na Conta de Recebimento e Pagamento, observado o disposto no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.

2.4. A transferência da quantidade de Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada, inclusive em razão do advento de uma Condição Suspensiva, de Direitos Creditórios de que trata esta Cláusula será realizada de acordo com os procedimentos previstos nas Cláusulas Quinta, Sexta e Sétima deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA DAS DECLARAÇÕES DAS PARTES

3.1. A Cedente, devidamente autorizada na forma de seus atos constitutivos, declara e assegura ao Fundo e ao Custodiante, na data de assinatura deste Contrato, que:

- a) é uma sociedade por ações validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação e regulamentação em vigor, estando devidamente autorizada a explorar potenciais hidrelétricos e a comercializar a energia por estes gerada, nos termos do Contrato de Concessão;
- b) a celebração deste Contrato, a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes, em especial, as relativas à cessão e transferência dos Direitos Creditórios e à outorga de mandatos, não dependem de quaisquer autorizações dos seus órgãos deliberativos e executivos (Assembléia Geral, Conselho de Administração e Diretoria), assim como de qualquer deliberação prévia de acionistas exigível por força de acordos de acionistas eventualmente arquivados em sua sede, exceto pelas deliberações que constituem o Anexo VII a este Contrato, tendo sido satisfeitos, dessa forma, todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

- c) obteve todas as autorizações necessárias, perante os órgãos estaduais e federais competentes, em especial das Secretarias de Estado dos Negócios da Fazenda e de Saneamento e Energia, e da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, outorgadas, respectivamente, por meio dos Ofícios GS/JCF n.º 006/2007, de 5 de janeiro de 2007, e OF/GS/1163/2006, de 12 de dezembro de 2006 e Despacho ANEEL n.º 926, do Sr. Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL, de 3 de abril de 2007, retificado e publicado 9 de maio de 2007, à celebração deste Contrato, à assunção e ao cumprimento das obrigações dele decorrentes, em especial as relativas à cessão e transferência dos Direitos Creditórios e à outorga de mandatos, tendo sido satisfeitos, dessa forma, todos os requisitos legais para tanto;
- d) os seus representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários para assumir, em seu nome, as obrigações nele estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros nos termos aqui definidos e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados para assumir, em seu nome, as obrigações nele estabelecidas, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- e) a celebração deste Contrato e a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, de (i) quaisquer contratos, de qualquer natureza, firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato, dos quais a Cedente seja parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, quaisquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade, em especial os Direitos Creditórios; (ii) qualquer norma legal ou regulamentar a que a Cedente e/ou suas Partes Relacionadas, ou quaisquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade estejam sujeitos; e (iii) qualquer ordem, decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa que afete a Cedente ou suas Partes Relacionadas, ou quaisquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade;
- f) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, refletida nas demonstrações financeiras exigíveis pela legislação societária e/ou pelas

normas regulamentares da CVM e/ou da ANEEL, até a data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira negativa a assunção e o cumprimento das suas obrigações decorrentes deste Contrato;

- g) não há quaisquer títulos de sua emissão ou sacados contra si que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, cujo valor unitário e/ou agregado seja igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura deste Contrato, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), excetuados os que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido judicial de sustação cautelar de protesto com razoáveis fundamentos de direito, seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal;
- h) os Direitos Creditórios que, por força deste Contrato, são cedidos ao Fundo, terão origem na legítima e efetiva compra e venda de energia elétrica, realizada com estrita observância dos CCEAR Cedidos, são de sua legítima e exclusiva titularidade e estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, que, de qualquer modo, possam obstar a cessão e o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios adquiridos nos termos deste Contrato;
- i) os CCEAR Cedidos foram devidamente formalizados, bem como os representantes legais da Cedente e das Distribuidoras Cedidas que os assinaram têm poderes estatutários para assumir, em seus respectivos nomes, as obrigações neles estabelecidas; e
- j) a cessão e transferência de Direitos Creditórios, nos termos deste Contrato, não estabelece, direta ou indiretamente, qualquer relação de consumo ou comercial entre a Cedente e o Fundo ou entre a Cedente e o Custodiante, ou ainda entre o Fundo e as Distribuidoras Cedidas.

3.2. O Administrador, devidamente autorizado na forma do Regulamento, declara e assegura, em nome do Fundo e, conforme o caso, devidamente autorizado na forma de seus atos constitutivos, em seu próprio nome, que:

- a) o Fundo é uma comunhão de recursos validamente constituída sob a forma de condomínio fechado, na forma da Instrução n.º 356/2001, e está apto a cumprir as normas da CVM aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios;
- b) é uma instituição financeira validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente habilitada e autorizada, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, a administrar fundos de investimento, possuindo todas as condições técnicas e operacionais para prestar os serviços de administração do Fundo;
- c) a celebração deste Contrato e a assunção e o cumprimento das obrigações deste decorrentes, assim como dos demais instrumentos legais relacionados com a cessão e aquisição de Direitos Creditórios ora avençada, estão devidamente autorizados pelo Regulamento, e/ou pelos atos constitutivos do Administrador, conforme o caso;
- d) os representantes legais do Fundo e do Administrador que assinam este Contrato têm poderes regulamentares e estatutários para tanto, assim como para assumir, em nome próprio ou por conta e ordem do Fundo, as obrigações deste decorrentes;
- e) todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações necessários ao seu funcionamento foram regularmente obtidos e encontram-se atualizados, e seus livros contábeis estão regularmente abertos e registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, estando, também, devidamente atualizados; e
- f) encontra-se técnica e operacionalmente habilitado e autorizado a prestar os serviços de administração do Fundo, contando com todos os sistemas necessários ao pleno e satisfatório exercício de suas funções, nos termos do Regulamento e da regulamentação aplicável.

3.3. O Custodiante declara e assegura, devidamente autorizado na forma de seus atos constitutivos, que:

- a) é uma instituição financeira validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente habilitada e autorizada, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, a prestar os serviços de custódia e controladoria para o Fundo;
- b) a celebração deste Contrato e a assunção e o cumprimento das obrigações deste decorrentes, assim como as do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, estão devidamente autorizadas pelos seus atos constitutivos;
- c) os representantes legais do Custodiante que assinam este Contrato têm poderes estatutários para tanto, assim como para assumir as obrigações deste decorrentes;
- d) todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações necessários ao seu funcionamento foram regularmente obtidos e encontram-se atualizados, e seus livros contábeis estão regularmente abertos e registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, estando, também, devidamente atualizados; e
- e) encontra-se técnica e operacionalmente habilitado e autorizado a prestar os serviços de custódia e controladoria para o Fundo, contando com todos os sistemas necessários ao pleno e satisfatório exercício de suas funções, nos termos deste Contrato e do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.

CLÁUSULA QUARTA

DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

4.1. Os direitos creditórios elegíveis são somente aqueles oriundos da venda de energia elétrica, pela Cedente, às Distribuidoras Cedidas, por meio dos CCEAR Cedidos, representados pelas Faturas Mensais de Energia Elétrica, e adquiridos pelo Fundo nos termos deste Contrato. Os Direitos Creditórios compreendem o direito de crédito decorrente da venda de energia elétrica correspondente ao valor integral de cada Fatura Mensal de Energia Elétrica, e todos e quaisquer

direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, além de todas as garantias outorgadas pelas Distribuidoras Cedidas à Cedente, bem como toda e qualquer multa, penalidade e/ou indenização devida pelas Distribuidoras Cedidas à Cedente, inclusive, em caso de rescisão dos CCEAR Cedidos.

4.2. Sem prejuízo do disposto no item 11.3. abaixo, na ocorrência de um Evento de Revisão (conforme abaixo definido), a Cedente poderá, no prazo de 5 (cinco) dias contado do recebimento da notificação enviada pelo Fundo acerca da referida ocorrência, apresentar ao Fundo novos direitos creditórios oriundos de contratos de compra e venda de energia elétrica firmados pela Cedente, para consideração dos Quotistas Seniores reunidos em Assembléia Geral que deliberar sobre o Evento de Revisão. Os critérios de elegibilidade a serem atendidos pelo(s) (s) novo(s) contrato(s) de compra e venda de energia elétrica a ser(em) cedido(s) nos termos deste item pela Cedente ao Cessionário serão definidos pelos Quotistas Seniores reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim.

CLÁUSULA QUINTA
DA VERIFICAÇÃO E VALIDAÇÃO DOS
CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE PELO CUSTODIANTE

5.1. Caso a Cedente ofereça novos direitos creditórios oriundos de contratos de compra e venda de energia elétrica conforme os termos definidos na item 4.2. acima, a referida cessão será considerada formalizada depois da verificação, pelo Custodiante, do atendimento, pelos novos direitos creditórios, aos Critérios de Elegibilidade, e eventuais condições precedentes, definidos pelos Quotistas Seniores na Assembléia Geral a que se refere o item 4.2. acima, hipótese em que passarão a ser considerados Direitos Creditórios, para todos os fins e efeitos deste Contrato.

5.2. Caso o Custodiante, por qualquer motivo, não concorde com as alterações promovidas pela Assembléia Geral em relação aos Critérios de Elegibilidade, conforme previsto no item 5.1. acima, deverá resilir o Contrato de Custódia em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da notificação que o informe sobre a alteração do Regulamento.

5.2.1. Na hipótese de rescisão do Contrato de Custódia, o Custodiante não será responsável pela verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade que tenham sido alterados ou incluídos sem a sua expressa concordância, desde a data de tal alteração ou inclusão até a data da efetiva interrupção da prestação dos serviços de custódia ao Fundo ou da sua substituição por outra instituição custodiante.

5.2.2. Caso o Custodiante não requeira a rescisão do Contrato de Custódia, no prazo indicado no 5.2.1. acima, as alterações promovidas pela Assembleia Geral em relação aos Critérios de Elegibilidade serão consideradas tacitamente aceitas pelo Custodiante.

CLÁUSULA SEXTA

DOS PROCEDIMENTOS PARA ENTREGA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

6.1. A partir da primeira Data de Início da Entrega, os Direitos Creditórios cedidos nos termos deste Contrato serão entregues em cada mês durante a vigência deste Contrato, ao Fundo, por intermédio do Agente de Recebimento, observado o disposto nesta Cláusula Sexta e na Cláusula Sétima deste Contrato.

6.1.1. A entrega dos Direitos Creditórios será considerada feita quando do envio do relatório a que se refere o item 6.2. abaixo e será realizada de acordo com esta Cláusula, sem prejuízo da perfeição, desde a data de assinatura deste Contrato, da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a qual é ora formalizada.

6.2. A entrega dos Direitos Creditórios pela Cedente ao Fundo, por intermédio do Agente de Recebimento na forma do item anterior será comprovada por um relatório com os dados das Faturas Mensais de Energia Elétrica, na forma do Anexo VI a este Contrato, o qual a Cedente se compromete a entregar ao Fundo, por intermédio do Custodiante a partir da Data de Início da Entrega, acompanhado de uma via de cada uma das Faturas Mensais de Energia Elétrica representadas no referido relatório com relação às Parcelas de Faturas já emitidas e ainda não vencidas. O referido relatório deverá ser entregue pela Cedente ao Fundo, por intermédio do Custodiante, no mais tardar, no 6º (sexto) dia útil anterior ao dia 15 do mês subsequente ao respectivo fornecimento de energia às Distribuidoras Cedidas.

6.3. A partir da primeira Data de Início da Entrega, inclusive na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Regulamento, a totalidade dos valores recebidos das Distribuidoras Cedidas na conta de recebimento e pagamento, n.º 09312-9, agência n.º 0910, do Agente de Recebimento (a "Conta de Recebimento e Pagamento") será movimentada pelo Agente de Recebimento de acordo com os termos, condições e procedimentos estabelecidos no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA ENTREGA DO PRODUTO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

7.1. Nas datas do recebimento do pagamento dos Direitos Creditórios na Conta de Recebimento e Pagamento, na forma do item 6.3. acima, o Agente de Recebimento transferirá, observada a ordem dada pelo Administrador na forma estabelecida no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, em fundos imediatamente disponíveis, da Conta de Recebimento e Pagamento para a conta n.º 58.051-9, mantida pelo Fundo na agência n.º 2001 do Custodiante (a "Conta Autorizada do Fundo") (cada data de transferência em cada Período de Disponibilidade, uma "Data de Transferência") recursos de titularidade do Fundo e que são os necessários e suficientes para atender a Quantidade Mínima Mensal, observado o disposto na Cláusula Segunda deste Contrato.

7.1.1. O Administrador será responsável pelo cálculo do montante a ser transferido ou creditado na Conta Autorizada do Fundo, a ser feito nos termos do item 2.2. da Cláusula Segunda deste Contrato, na Data de Apuração, devendo prontamente informá-lo à Cedente, ao Custodiante e ao Agente de Recebimento.

7.2. O Custodiante entregará ao Administrador, com cópia para a Cedente, por meio eletrônico até o 6º (sexto) dia útil após o encerramento do Período de Disponibilidade anterior, relatório de transferência, com indicação do montante financeiro dos Direitos Creditórios transferidos ao Cessionário no mês imediatamente anterior, na forma indicada no Anexo VII deste Contrato.

7.3. O saldo da Conta de Recebimento e Pagamento não transferido para a Conta Autorizada do Fundo em cada Data de Transferência corresponde aos Direitos Creditórios cedidos sob Condição Suspensiva, o qual, não tendo havido o

advento de qualquer das condições suspensivas, será transferido em fundos imediatamente disponíveis, na mesma data prevista no item 7.1., pelo Agente de Recebimento, para a Conta Autorizada da Cedente, observado o disposto no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.

7.4. Fica desde já esclarecido que o montante financeiro recebido pelo Agente de Recebimento correspondente aos Direitos Creditórios cedidos sob Condição Suspensiva, transferidos da Conta de Recebimento e Pagamento para a Conta Autorizada da Cedente não integrará, para todos os fins e efeitos de direito, o Patrimônio Líquido do Fundo.

7.5. O Agente de Recebimento manterá sistema de controle que permita a identificação, a qualquer momento, dos Direitos Creditórios recebidos na Conta de Recebimento e Pagamento que forem transferidos para a Conta Autorizada do Fundo e para a Conta Autorizada da Cedente.

7.6. O Agente de Recebimento está devidamente autorizado a movimentar a Conta de Recebimento e Pagamento nos termos descritos nesta Cláusula Sétima e no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.

CLÁUSULA OITAVA

DO CONTROLE DO RECEBIMENTO E DA COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

8.1. O Agente de Recebimento fará, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, o controle do recebimento do pagamento dos Direitos Creditórios pelas Distribuidoras Cedidas e informará imediatamente ao Administrador, ao Custodiante e à Cedente o inadimplemento de qualquer Distribuidora Cedida nos pagamentos devidos em cada Período de Disponibilidade durante a vigência deste Contrato.

8.2. Na mesma data do não pagamento de quaisquer Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada, a Cedente, na qualidade de agente cobradora da Distribuidora Cedida Inadimplente, função para a qual é ora contratada pelo Cessionário, e com a qual a Cedente concorda em exercer por todo o prazo de vigência deste Contrato, deverá tomar todas as providências necessárias para a cobrança dos Direitos Creditórios da respectiva Distribuidora Cedida Inadimplente e repassar ao Fundo, sem qualquer retenção, todo e qualquer pagamento por esta

efetuado. A Cedente perceberá a importância de R\$100,00 (cem reais) pela prestação dos serviços de que trata esta Cláusula, que serão pagos pelo Fundo na Data de Pagamento do Preço de Aquisição, mediante crédito na Conta Autorizada da Cedente.

8.2.1.A Cedente deverá observar os procedimentos estabelecidos nos CCEAR Cedidos e nos respectivos Instrumentos de Garantia e demais disposições da regulamentação aplicável para efetuar a cobrança dos Direitos Creditórios da respectiva Distribuidora Cedida Inadimplente.

CLÁUSULA NONA

DO DEPÓSITO DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

9.1. A Cedente, na pessoa de seu representante legal, obriga-se a manter os Documentos Comprobatórios sob sua guarda e custódia, na qualidade de fiel depositário, nos termos e para os efeitos do artigo 627 e seguintes do Código Civil, responsabilizando-se pela sua guarda, por ordem e conta do Custodiante, pelo prazo de 11 (onze) anos, contados da data do respectivo recebimento, contados da data de emissão das Faturas Mensais de Energia Elétrica, obrigando-se, ainda, a entregar tais Documentos Comprobatórios ao Custodiante em nome do Cessionário, ou a quem este indicar, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas (ou em prazo menor, caso o pedido seja feito pelas autoridades competentes), contado da data do recebimento da solicitação deste, sob pena de incorrer em multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). A Cedente perceberá a importância de R\$ 100,00 (cem reais) pela prestação dos serviços de que trata esta Cláusula, que serão pagos pelo Custodiante na Data de Pagamento do Preço de Aquisição, mediante crédito na Conta Autorizada da Cedente.

9.1.1. Independentemente do disposto no item 9.1. acima, o Custodiante realizará auditoria, no mínimo trimestral, na totalidade das Faturas Mensais de Energia Elétrica e na totalidade dos Documentos Comprobatórios, disponibilizados pela Cedente em meio eletrônico. O resultado dessa auditoria será comunicado pelo Custodiante ao Administrador, à Cedente, à Empresa de Auditoria e à Agência de Classificação de Risco, para que sejam adotadas as medidas aqui previstas.

9.2. A Cedente neste ato expressamente autoriza o acesso irrestrito do Cessionário e do Custodiante, ou de qualquer pessoa que estes indicarem, aos

Documentos Comprobatórios, no endereço indicado no Preâmbulo do presente Contrato.

9.3. A Cedente aceita sua nomeação como depositária, e declara conhecer as consequências decorrentes da eventual não restituição, quando exigida, dos Documentos Comprobatórios, e assume a responsabilidade por todos os prejuízos comprovados que venha a causar ao Fundo, nos termos do artigo 652 do Código Civil brasileiro.

CLÁUSULA DEZ DAS OBRIGAÇÕES DA CEDENTE

10.1. Sem prejuízo das demais obrigações assumidas nos termos deste Contrato, a Cedente expressamente obriga-se a:

- a) adotar todas as providências para manter válidas e eficazes as declarações contidas na Cláusula Terceira acima, e a manter o Fundo informado de qualquer ato ou fato que possa afetar a validade de qualquer das referidas declarações e adotando as medidas cabíveis para sanar ou evitar a invalidade da declaração;
- b) notificar as Distribuidoras Cedidas e entregar, na Data de Aquisição e Pagamento, as Notificações com os comprovantes de recebimento pelas Distribuidoras Cedidas ou na falta destes, os comprovantes de envio das referidas Notificações expedidos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, sob pena do não pagamento do Preço de Aquisição;
- c) comunicar ao Fundo a ocorrência de quaisquer Eventos de Revisão (conforme abaixo definido) de que venha a tomar conhecimento, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da respectiva ciência;
- d) emitir as Faturas Mensais de Energia Elétrica conforme os prazos e termos estabelecidos nos CCEAR Cedidos e indicar a Conta de Recebimento e Pagamento no campo apropriado para o recebimento do pagamento dos Direitos Creditórios;

- e) proceder à cobrança das Distribuidoras Cedidas Inadimplentes e praticar todos os atos necessários para tanto, nos termos da Cláusula 8.2 e regulamentação aplicável;
- f) transferir ao Agente de Recebimento e comunicar ao Custodiante, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas da verificação do seu recebimento, quaisquer valores, devidamente corrigidos, que venha a receber das Distribuidoras Cedidas com relação aos Direitos Creditórios ora cedidos ao Fundo, seja os Direitos Creditórios contra Distribuidora Cedida Inadimplente ou não, sem qualquer dedução ou desconto, a qualquer título, sendo certo que a Cedente aceita sua nomeação como fiel depositária dos referidos valores até a sua efetiva transferência ao Agente de Recebimento, sob as penas da lei;
- g) permitir ao Fundo, ou a quem for por este indicado, acesso a todos os dados e informações relacionados aos Direitos Creditórios, bem como fornecer, sem qualquer custo adicional, todos os meios e documentos a estes relacionados e adotar todas as medidas, para que os prestadores de serviços por este contratado verifiquem o cumprimento, pela Cedente, das suas obrigações nos termos deste Contrato;
- h) praticar todos os atos que estiverem a seu alcance, para que as Distribuidoras Cedidas honrem as obrigações relacionadas com os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo;
- i) entregar ao Fundo, na data da assinatura deste Contrato, cópia (i) do seu estatuto social; (ii) das respectivas deliberações societárias que constituem o Anexo V a este Contrato; e, conforme o caso, (iii) dos mandatos outorgados a seus representantes para assinatura deste Contrato;
- j) entregar ao Fundo, na data da assinatura deste Contrato, parecer legal emitido por seu advogado interno, e, a cada período de 12 (doze) meses, uma ratificação dos termos do referido parecer legal, substancialmente na forma do Anexo VIII;
- k) encaminhar ao Fundo, no prazo de 5 (cinco) dias de sua aprovação, cópias (i) das deliberações relativas a qualquer alteração no seu objeto

social; e (ii) de qualquer alteração nos mandatos outorgados aos seus mandatários nos termos deste Contrato, do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, ou do Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas;

- l) encaminhar ao Fundo, no prazo de 3 (três) dias contado da data em que estiverem disponíveis ao público, quaisquer deliberações societárias que possam, em qualquer medida, afetar o cumprimento de qualquer de suas obrigações assumidas neste Contrato;
- m) encaminhar ao Fundo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da data do recebimento da citação, cópia de pedido de falência contra si apresentado por terceiros;
- n) encaminhar ao Fundo, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o protocolo da respectiva ata no registro do comércio, cópia de qualquer proposta de pedido de autofalência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução e/ou liquidação aprovada por seus órgãos societários;
- o) efetuar, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade do Brasil, os respectivos lançamentos contábeis correspondentes à cessão irrevogável e irretratável dos Direitos Creditórios ao Fundo;
- p) fornecer, a qualquer tempo, todas as informações solicitadas pela Agência de Classificação de risco das Quotas do Fundo, em especial aquelas relacionadas aos Direitos Creditórios, às Distribuidoras Cedidas e às condições econômico-financeiras da Cedente;
- q) não renunciar ao exercício de direito, tácita ou expressamente, e não alterar, por meio de aditamento ou por qualquer outro meio, as cláusulas dos CCEAR Cedidos sem a prévia e expressa anuência, por escrito, do Fundo, a qual não será negada injustificadamente;
- r) enviar ao Fundo, com cópia para o Custodiante, no prazo de 15 dias corridos ao recebimento de qualquer comunicação recebida pela Cedente das Distribuidoras Cedidas, com relação à intenção de reduzir e/ou ceder o volume de energia contratada dos CCEAR Cedidos, seja por meio do

exercício do direito à sazonalização da energia contratada, cessão da energia contratada ou outro meio permitido pelo respectivo CCEAR Cedido;

- s) notificar a(s) concessionária(s) de distribuição de energia elétrica que vier(em) a firmar o “Termo de Cessão de Direitos e Obrigações” com as Distribuidoras Cedidas, conforme previsto no inciso II da Cláusula 7.7.dos CCEAR Cedidos, se for o caso, ou na regulamentação e legislação aplicáveis (“Termo de Cessão”), de que os Direitos Creditórios subjacentes aos montantes de energia contratada objeto de eventual cessão pelas Distribuidoras Cedidas foram integralmente cedidos ao Fundo e indicar, no referido Termo de Cessão, que os pagamentos a serem realizados no âmbito do(s) CCEAR que vier(em) a ser aditado(s) deverão ser efetuados na Conta de Recebimento e Pagamento, bem como fazer todas as comunicações necessárias no âmbito do Ambiente de Contratação Regulada a respeito da referida cessão; e
- t) informar imediatamente ao Administrador e ao Custodiante a ocorrência de qualquer Evento de Revisão do qual tenha conhecimento.

10.2. As obrigações previstas nesta Cláusula para as quais não tenha sido estabelecido prazo específico, serão exigíveis no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento, pela Cedente, de notificação enviada pelo Custodiante ou pelo Fundo, nos termos da Cláusula Quinze abaixo, exigindo o cumprimento da obrigação respectiva.

CLÁUSULA ONZE DOS EVENTOS DE REVISÃO

11.1. São considerados eventos de revisão (os “Eventos de Revisão”) cada uma das seguintes ocorrências:

- a) utilização, por 2 (dois) Períodos de Disponibilidade consecutivos ou 3 (três) Períodos de Disponibilidade alternados num período de 6 (seis) meses, da Reserva de Amortização que não seja recomposta no Período de Disponibilidade imediatamente subsequente (i) ao segundo Período de Disponibilidade consecutivo em que a Reserva de Amortização tenha sido utilizada ou (ii) ao Período de Disponibilidade imediatamente

subseqüente àquele em que a Reserva de Amortização tenha sido utilizada pela terceira vez no período de 6 (seis) meses;

- b) ajuizamento de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, bem como ajuizamento de pedido de falência, por qualquer das Distribuidoras Cedidas, cuja Fatura Mensal de Energia Elétrica represente, individualmente, valor igual ou superior a 4% (quatro por cento) ou, conjuntamente, valor igual ou superior a 20% (vinte por cento) do valor total das Faturas Mensais de Energia Elétrica no Período de Disponibilidade em questão;
- c) descumprimento, pela Cedente, de qualquer das obrigações de fazer e/ou não fazer decorrentes deste Contrato que não seja um Evento de Revisão e que, a critério do Administrador, possa comprometer a capacidade do Fundo de cumprir com seus compromissos perante os Quotistas, desde que a Cedente tenha sido notificada pelo Administrador para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- d) modificações estatutárias que alterem o objeto social preponderante da Cedente;
- e) perda da atual situação de controle acionário, direto ou indireto, da Cedente;
- f) a efetiva rescisão, por qualquer das Distribuidoras Cedidas, de CCEAR Cedido(s) que represente(m), individualmente, valor igual ou superior a 4% (quatro por cento) ou, conjuntamente, valor igual ou superior a 20% (vinte por cento) do valor total das Faturas Mensais de Energia Elétrica no Período de Disponibilidade em questão;
- g) descumprimento, pela Cedente, das obrigações assumidas nos termos do item 6.2. deste Contrato, não sanado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado da notificação que lhe tenha sido encaminhada pelo Administrador;
- h) vencimento antecipado e/ou inadimplemento de quaisquer operações de natureza financeira em que a Cedente seja mutuária ou garantidora,

cujo valor presente das obrigações de pagamento seja superior a R\$ 22.500.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil reais), que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura deste Contrato, pela variação acumulada do IGP-M, ou o equivalente em outras moedas; para os fins desta alínea, são consideradas operações de natureza financeira, (i) quaisquer operações de empréstimo em moeda; (ii) financiamentos a projetos de investimento, ainda que não reconhecidos em seus balanços (*off-balance*); (iii) repasses de empréstimos em moeda nacional ou estrangeira, registrados ou não no Bacen; (iv) operações de abertura de crédito em conta-corrente; (v) adiantamento a depositantes, na forma definida nas normas do Bacen; (vi) operações de arrendamento mercantil; (vii) emissão pública ou privada de debêntures ou de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no Brasil ou no exterior; (viii) concessão de garantias, pessoais ou reais, em operações de qualquer natureza, em especial as de natureza financeira; (ix) operações de adiantamento de receitas futuras, realizadas por meio de permuta, cessão, transferência parcial, venda à vista com compromisso de recompra em prazo determinado, venda a termo, emissão de opções de qualquer natureza ou desconto de títulos; (x) desconto bancário, com ou sem cláusula de co-responsabilidade; e (xi) qualquer outra espécie de negócio jurídico cujo efeito financeiro seja captação de recursos financeiros e/ou a antecipação de receitas decorrentes da consecução do objeto social da Cedente;

- i) caso a classificação de risco das Quotas do Fundo seja rebaixada pela *Standard & Poor's* para uma nota inferior a brA-f, ou equivalente, emitida por agência de classificação de risco de atuação internacional que eventualmente venha a substituir a *Standard & Poor's*;
- j) caso, a partir do Período de Disponibilidade que se inicia em março de 2008, inclusive, o índice obtido pela divisão do (A) somatório dos valores das Faturas Mensais de Energia Elétrica subtraído das Parcelas das Faturas Inadimplentes, pela (B) quantia correspondente ao montante calculado conforme alínea (d) do Artigo 40 do Regulamento, acrescido dos Encargos do Fundo, ambos referentes a um determinado Período de Disponibilidade, apurado no 6º (sexto) dia útil após o encerramento de tal Período de Disponibilidade a partir da Data de

Emissão, seja por 2 (dois) meses consecutivos ou 3 (três) meses alternados em um período de 12 (doze) meses igual ou inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) no respectivo Período de

Disponibilidade, por A_i conforme descrito no item 2.2. acima;

- k) ocorrência de qualquer das hipóteses de término da concessão previstas em lei;
- l) adoção, por qualquer das Distribuidoras Cedidas, de quaisquer medidas judiciais, inclusive aquelas que tenham por objeto a discussão do preço de compra dos CCEAR Cedidos que possam, a critério do Cessionário, comprometer o fluxo de receita dos CCEAR Cedidos;
- m) decretação de falência da Cedente, requerimento de autofalência ou protocolização de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Cedente;
- n) decretação de intervenção na concessão ou declaração judicial da dissolução e/ou liquidação da Cedente;
- o) existência de evidências de que a Cedente tenha (i) emitido ou, por comprovada negligência, tenha permitido a terceiros emitir Faturas de Energia Elétrica sem lastro e/ou em duplicidade ou (ii) oferecido ao Fundo CCEAR Cedidos sobre os quais recaiam quaisquer ônus, encargos ou gravames, que tenham sido constituídos prévia ou concomitantemente à oferta ao Fundo;
- p) revogação, pela Cedente, dos mandatos outorgados ao Custodiante e/ou ao Fundo, nos termos deste Contrato e do Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas;
- q) término antecipado do Contrato de Custódia sem que uma nova instituição tenha sido contratada pelo Fundo para substituir o Custodiante; e
- q) caso ocorra qualquer dos Eventos de Liquidação, nos termos do Regulamento.

11.2. Sem prejuízo do disposto no item 11.3. abaixo, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, o Fundo adotará, conforme o caso, as providências estabelecidas nos Artigos 51 ou 52 do Regulamento.

11.3. Cada um dos Eventos de Revisão referidos no item 11.1. é considerado, para todos os fins e efeitos de direito, uma Condição Suspensiva, cuja ocorrência fará com que o Administrador (i) adote as providências referidas no Parágrafo Primeiro, do Artigo 51, do Regulamento, e, se o caso, (ii) determine ao Agente de Recebimento reter 100% (cem por cento) dos Direitos Creditórios nas hipóteses estabelecidas nas alíneas (a), (b), (e), (f), (g), (h), (i), (j), (k), (l), (m), (n), (o) e (q) do item 11.1. acima, conforme os termos do item 2.3 deste Contrato e observado o disposto no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.

11.4. O exercício da faculdade referida no item 11.3. supra não acarretará qualquer ônus ou penalidade de qualquer natureza ao Fundo e não obstará a aplicação, nos termos deste Contrato, das penalidades previstas na Cláusula Treze abaixo.

CLÁUSULA DOZE

DA RESILIÇÃO PELA CEDENTE

12.1. A Cedente poderá resilir este Contrato, mediante comunicação enviada ao Fundo, com cópia para o Custodiante, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data de resilição, somente na hipótese de (i) criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas dos já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros; (ii) modificações do Regulamento aprovadas pelos titulares das Quotas Seniores reunidos em Assembléia Geral, que comprovadamente alterem o equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato; ou (iii) aprovação pelos Quotistas de novo Parâmetro de Rentabilidade que torne o negócio jurídico pactuado excessivamente oneroso para a Cedente.

12.2. O exercício do direito de resilição de que trata esta Cláusula não eximirá a Cedente do integral e pontual cumprimento das obrigações assumidas nos termos deste Contrato, inclusive o disposto no item 12.3. abaixo, e do Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e que já sejam exigíveis, ou se tornem exigíveis em razão da resilição deste Contrato, na data do

recebimento da comunicação referida no item 12.1. acima, assim como não prejudicará o direito do Fundo de exigir, por todos os meios estabelecidos nos referidos instrumentos contratuais, o cumprimento de tais obrigações.

12.3. O exercício do direito a resilição do Contrato nos termos do item 12.1. acima é condicionado à restituição, pela Cedente, ao Fundo, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas da comunicação de resilição a ser encaminhada pela Cedente ao Administrador, do valor total das Quotas Seniores em circulação, acrescidos dos custos e encargos decorrentes da liquidação do Fundo, após o que o Administrador adotará as providências estabelecidas no Artigo 52 do Regulamento para proceder à liquidação antecipada do Fundo.

CLÁUSULA TREZE DAS PENALIDADES

13.1. O inadimplemento, por qualquer das Partes, de quaisquer das obrigações de pagamento previstas neste Contrato caracterizará, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora da Parte inadimplente, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos pelo atraso: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento era devido até o seu integral recebimento pela Parte credora; e (ii) multa convencional, não compensatória, de 3% (três por cento), calculada sobre o respectivo valor devido. Na hipótese de inadimplemento atribuído ao Fundo, a Cedente deverá cobrar os encargos da inadimplência do Administrador, a menos que este comprove não ter concorrido omissiva ou comissivamente para a ocorrência do inadimplemento.

13.2. O inadimplemento, pelo Fundo das obrigações, de qualquer natureza, previstas neste Contrato, apenas ensejará a penalidade na forma do item 13.1. desta Cláusula se a Cedente comprovar a ocorrência de culpa, dolo ou má-fé do Administrador e/ou do Custodiante no tocante ao descumprimento de tais obrigações. Não serão penalizáveis quaisquer atrasos que decorram de falhas de sistema e/ou de comunicação do Custodiante, do Agente de Recebimento e/ou do Administrador, os quais, não obstante, deverão diligenciar para a imediata correção de tais falhas.

13.3. O inadimplemento, pela Cedente, de qualquer das obrigações de dar, fazer ou não fazer assumidas nos termos deste Contrato, do qual tenham sido

notificadas para regularizar e não o façam no prazo estabelecido neste Contrato ou assinado na respectiva notificação e/ou aviso, prazo este que, em nenhuma hipótese, será inferior a 5 (cinco) dias úteis, obrigará a Cedente ao pagamento ao Fundo de uma multa convencional, não compensatória, de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), valor que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura deste Contrato, pela variação acumulada do IGP-M, por dia de atraso no cumprimento de tais obrigações, sem prejuízo do disposto acima, e da cobrança de perdas e danos incorridos pelo Fundo em decorrência de tal inadimplemento.

CLÁUSULA QUATORZE DA CONFIDENCIALIDADE

14.1. Cada uma das Partes e o Interveniante (em conjunto, as “Partes Obrigadas” e, individualmente, a “Parte Obrigada”) obrigam-se a manter em sigilo e respeitar a confidencialidade dos dados e informações, verbais ou escritas, relativos às operações e negócios das outras Partes Obrigadas (incluindo, sem limitação, todos os segredos e/ou informações financeiras, operacionais, econômicas, técnicas e jurídicas), dos contratos, pareceres e outros documentos, bem como, de quaisquer cópias ou registros dos mesmos, contidos em qualquer meio físico a que a referida Parte Obrigada tiver acesso em virtude deste Contrato (as “Informações Confidenciais”), ficando desde já estabelecido que as Informações Confidenciais (i) deverão ser identificadas em cada documento disponibilizado pelas Partes Obrigadas; (ii) somente poderão ser divulgadas a seus sócios, administradores, procuradores, consultores, prepostos e empregados, presentes ou futuros, que precisem ter acesso às Informações Confidenciais em virtude do cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato (os “Representantes”) e (iii) dependerão de prévia e expressa autorização, por escrito, das demais Partes Obrigadas, para a sua divulgação a terceiros, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente, no Brasil ou no exterior, por qualquer meio.

14.2. As Partes Obrigadas comprometem-se a não utilizar qualquer das Informações Confidenciais em proveito próprio ou de quaisquer terceiros e responsabilizam-se pela violação das obrigações previstas nesta Cláusula por parte de quaisquer dos Representantes.

14.3. Caso qualquer das Partes Obrigadas ou qualquer de seus Representantes seja obrigado, em virtude de lei, de decisão judicial ou por determinação de

qualquer autoridade governamental, a divulgar quaisquer das Informações Confidenciais, tal Parte Obrigada deverá comunicar imediatamente as outras Partes Obrigadas a respeito dessa obrigação, de modo que as Partes Obrigadas, se possível e em mútua cooperação, possam intentar as medidas cabíveis, inclusive judiciais, para preservar as Informações Confidenciais. Caso as medidas tomadas para preservar as Informações Confidenciais não tenham êxito, deverá ser divulgada somente a parcela das Informações Confidenciais necessária à satisfação do dever legal de divulgação das informações.

14.4. Excluem-se do compromisso de confidencialidade aqui previsto as informações: (i) disponíveis para o público de outra forma que não pela divulgação das mesmas por qualquer das Partes Obrigadas ou por qualquer de seus Representantes; e (ii) que comprovadamente já eram do conhecimento de uma ou de todas as Partes Obrigadas ou de qualquer de seus Representantes antes da referida Parte Obrigada ou seus Representantes terem acesso em função deste Contrato.

14.5. O dever de confidencialidade previsto nesta Cláusula Quatorze sobreviverá ao término deste Contrato pelo prazo de 2 (dois) anos estando seu descumprimento sujeito ao disposto neste Contrato a qualquer tempo durante a vigência do prazo ora referido, inclusive após a extinção ou a resolução deste Contrato.

CLÁUSULA QUINZE DAS COMUNICAÇÕES

15.1. Todos os documentos e as comunicações, sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das Partes e pelo Custodiante nos termos deste Contrato deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

- a) para a Cedente:
CESP – COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO
Avenida Nossa Senhora do Sabará, 5.312
CEP 04447-011- São Paulo, SP
At.: Vicente K. Okazaki
e-mail: vicente.okazaki@cesp.com.br
Fac-símile: (11) 5612-6849

- b) para o Fundo/Administrador:
BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara
CEP 06029-900 – Osasco, SP
At.: André Bernardino
e-mails: bemdtvm@bradesco.com.br
Fac-símile: (11) 3684-2066
- c) para o Custodiante:
BANCO ITAÚ S.A.
Av. Eng.º Armando de Arruda Pereira, n.º 707, Torre Eudoro Villela, 8º andar
CEP 04344-902 - São Paulo, SP
At.: Rosa Machado / Flávia de Oliveira / Christina Hirschbruch/ José Camilo
e-mail: rosa.machado@itau.com.br / flavia.holanda@itau.com.br / christina.hirschbruch@itau.com.br / jose.camilo@itau.com.br
Fac-símile: (11) 6097-4574
- d) para o Agente de Recebimento
BANCO ITAÚ S.A.
Av. Eng.º Armando de Arruda Pereira, n.º 707, Torre Eudoro Villela, 9º andar
CEP 04344-902 - São Paulo, SP
At.: Rosemeire Pires Araujo Sciacca
José Manuel Canosa Monteiro
Luiz Carlos da Silva
Gilberto Cesar Guimarães
e-mail: rosemeire.sciacca@itau.com.br/jose.canosa@itau.com.br/ luiz.silva@itau.com.br/ gilberto.guimaraes@itau.com.br
Fac-símile: (11) 3882.5053
- e) para a Agência de Classificação de Risco:
Standard & Poor's
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 201 - 18º andar
CEP 05426-100, São Paulo, SP
At.: Jean-Pierre Cote Gil
e-mail: jp_gil@standardandpoors.com

Fac-símile: (11) 3039-9701

15.2. Todas as comunicações, cartas ou notificações enviadas ao Fundo nos termos deste Contrato devem ser emitidas com cópia para o Administrador e o Custodiante com aviso de recebimento, sob pena de não serem consideradas recebidas pelo Fundo.

15.3. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues, sob protocolo ou mediante "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços acima, ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile (*answer back*), via e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins deste item, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile ou via e-mail ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação, bem como da data do envio.

CLÁUSULA DEZESSEIS DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. O Cessionário reconhece que não tem qualquer direito de agir contra a ANEEL em caso de inadimplemento dos compromissos financeiros assumidos pela Cedente nos termos deste Contrato.

16.2. A Cedente e o Fundo reconhecem que este Contrato constitui título executivo extrajudicial para todos os fins e efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil, reconhecendo, desde já, a liquidez e certeza de quaisquer obrigações pecuniárias previstas neste Contrato que venham a ser cobradas por meio de processo de execução por quantia certa contra devedor insolvente.

16.3. Todas as disposições contidas neste Contrato que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva do Administrador.

16.4. Observados os prazos estabelecidos neste Contrato, as obrigações de fazer e não fazer previstas neste Contrato serão exigíveis no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento, pela Cedente ou pelo Fundo, da notificação que constituir a respectiva Parte em mora, ficando facultada à Parte credora a adoção das medidas judiciais necessárias (i) à tutela específica; ou (ii) à obtenção do resultado prático equivalente, por meio das medidas a que se refere o § 5º do artigo 461 do Código de Processo Civil.

16.5. As Partes desde já expressamente reconhecem que o comprovante de recebimento da notificação mencionada no item 15.3. acima, acompanhado dos documentos que a tenham fundamentado, será bastante para instruir o pedido de tutela específica da obrigação descumprida.

16.6. O presente Contrato vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da Data de Encerramento da Distribuição das Quotas Seniores, ou até que tenham sido resgatadas todas as Quotas em circulação, o que ocorrer por último.

16.7. A Cedente declara ter recebido, na data de assinatura deste Contrato, uma via (i) do Regulamento; e (ii) do Prospecto, conhecendo seu inteiro teor e estando de pleno acordo com os termos e condições neles estabelecidos, especialmente com relação aos dispositivos dos mencionados documentos referidos neste Contrato, reconhecendo como válidos todos os deveres e obrigações previstos nos instrumentos ora referidos, cujo cumprimento dependa do adimplemento das obrigações assumidas pela Cedente nos termos deste Contrato.

16.8. Toda e qualquer modificação deste Contrato somente será válida e eficaz se feita por escrito, por meio de aditamento assinado pelas Partes e pelo Custodiante.

16.9. Exceto pelas relações comerciais e obrigacionais ora estabelecidas, este Contrato não cria nem estabelece qualquer relação comercial e/ou de exclusividade entre a Cedente, o Fundo e o Custodiante.

16.10. As Partes celebram este Contrato em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

16.11. Os anexos a este Contrato (os "Anexos") são dele parte integrante e inseparável. Em caso de divergência entre o teor e/ou sua interpretação do Contrato e de seus Anexos prevalecerão as disposições do Contrato, dado o caráter complementar dos Anexos. Não obstante, reconhecem as Partes a unicidade e incindibilidade das disposições do Contrato e dos Anexos, que deverão ser interpretados de forma harmônica e sistemática, tendo como parâmetro a natureza do negócio celebrado entre as Partes.

16.12. Se, em decorrência de qualquer decisão judicial irrecorrível, qualquer disposição ou termo deste Contrato for declarada nula, inválida, inexigível ou for anulável, tal nulidade, invalidade, inexecutibilidade ou anulabilidade não prejudicará a vigência das demais cláusulas deste Contrato não atingidas pela declaração de nulidade, invalidade, inexecutibilidade ou pela anulabilidade.

16.13. A tolerância e as concessões recíprocas entre as Partes terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remissão, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das Partes nos termos deste Contrato, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Contrato.

16.14. O presente Contrato constitui o único e integral acordo entre as Partes acerca dos direitos e obrigações nele estabelecidos, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as Partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores à presente data.

16.15. Salvo disposição em contrário prevista neste Contrato, é expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das Partes, dos direitos e obrigações nele previstos.

16.16. O presente Contrato e seus aditamentos, se houver, serão registrados em Ofício de Títulos e Documentos da Capital do Estado de São Paulo.

16.17. Para efeitos do disposto neste Contrato, entende-se por "dia útil" segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado na Cidade de Osasco ou na Cidade de São Paulo, e (ii) feriados de âmbito nacional.

16.18. As Partes declaram, conjunta e expressamente, que o presente Contrato foi celebrado respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

CLÁUSULA DEZESSETE DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou que possa vir a ser, para dirimir as questões porventura resultantes deste Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente instrumento de Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, obrigando-se por si, por seus sucessores ou cessionários a qualquer título, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 08 de junho de 2007.

CESP – COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP IV
Por: BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Administrador

BANCO ITAÚ S.A.
Interveniente

Testemunhas:

Nome:

RG:

CPF:

Nome:

RG:

CPF:

ANEXO I

USINAS HIDRELÉTRICAS DA CEDENTE

Nome	Potência Instalada (MW)	Rio	Municípios	UF	Prazo da Concessão
UHE Porto Primavera (Engº Sérgio Motta)	1.540,00	Paraná	Anaurilândia e Rosana	MS/SP	21 de maio de 2008
UHE Jupiá (Engº Souza Dias)	1.551,20	Paraná	Castilho e Três Lagoas	SP/MS	7 de julho de 2015
UHE Ilha Solteira	3.444,00	Paraná	Ilha Solteira e Selvíria	SP/MS	7 de julho de 2015
UHE Jaguari	27,60	Jaguari	São José dos Campos	SP	20 de maio de 2020
UHE Paraibuna (Paraibuna/Paraitinga)	85,00	Paraíba do Sul	Paraibuna	SP	9 de março de 2021
UHE Três Irmãos	807,50	Tietê	Pereira Barreto	SP	18 de novembro de 2011

ANEXO II

LISTAGEM DAS DISTRIBUIDORAS CEDIDAS E RESPECTIVOS CCEAR CEDIDOS (ACOMPANHADOS DOS RESPECTIVOS INSTRUMENTOS DE GARANTIA)

I. CCEAR Cedidos – Produto 2007/2014

1. Distribuidora:	Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. – AES Sul	
Dados do CCEAR:	Nº. 726/2004 9015SE	
Assinatura:	30/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Bank Boston Banco Múltiplo S.A. - Agência 003 – C/C 873047-00	CARTA DE FIANÇA Banco Itaú BBA S.A. N.º 100406090012000 R\$ 8.728,36 Vencimento: 28/12/2007
		VINCULAÇÃO DE RECEBÍVEIS EM GARANTIA Até o limite de 6,33% da receita operacional mensal da distribuidora ANEEL Despacho n.º 1.884, de 11 de agosto de 2006

2. Distribuidora:	AMPLA Energia e Serviços S.A.	
Dados do CCEAR:	Nº. 727/2004 9016SE	
Assinatura:	30/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco Bradesco S.A. – Agência 0895 – C/C 79219-5	

3. Distribuidora:	Bandeirante Energia S.A. – BANDEIRANTE	
Dados do CCEAR:	Nº. 728/2004 9017SE	
Assinatura:	16/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco do Brasil S.A. – Agência 3064-3 – C/C 2600	

4. Distribuidora:	Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina – CATAGUAZES	
Dados do CCEAR:	Nº. 742/2004 9031SE	
Assinatura:	17/12/2004	

Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	
	Banco Itaú S.A. Agência 2001/SP/Private Bank C/C 54246-9	

5. Distribuidora:	Caiuá Distribuição de Energia S.A. – CAIUÁ DISTRIBUIÇÃO	
Dados do CCEAR:	Nº. 730/2004 9019SE	
Assinatura:	22/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CARTA DE FIANÇA Banco Mercantil do Brasil S.A. CF N.º 06-0900 R\$ 21.985,76 Vencimento: 31/12/2007	

6. Distribuidora:	Companhia Energética de Alagoas – CEAL	
Dados do CCEAR:	Nº. 731/2004 9020SE	
Assinatura:	30/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	
	Banco do Brasil S.A. Agência 4363-X C/C 78.002-2 Caixa Econômica Federal Agência 4061 C/C 400-4	

7. Distribuidora:	CEB Distribuição S.A. – CEB DISTRIBUIÇÃO	
Dados do CCEAR:	Nº. 732/2004 9021SE	
Assinatura:	23/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	
	Banco de Brasília S.A. - BRB Agência 207 C/C 002021-0	
		VINCULAÇÃO DE RECEBÍVEIS EM GARANTIA Até o limite de 1,24% da receita líquida anual da distribuidora ANEEL Despacho da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira n.º 2.215, de 26 de setembro de 2006

8. Distribuidora:	Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE	
Dados do CCEAR:	Nº. 733/2004 9022SE	
Assinatura:	15/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – BANRISUL Agência 0100 C/C 090220400-6	

9. Distribuidora:	Companhia Energética da Borborema – CELB	
Dados do CCEAR:	Nº. 734/2004 9023SE	
Assinatura:	15/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Itaú S.A. Agência 2001/SP/Private Bank C/C 54248-5	

10. Distribuidora:	Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA	
Dados do CCEAR:	Nº. 736/2004 9025SE	
Assinatura:	22/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CARTA DE FIANÇA Banco Itaú BBA S.A. N.º 100406081000400 R\$ 80.522,31 Vencimento: 02/01/2008	

11. Distribuidora:	Companhia Energética de Pernambuco – CELPE	
Dados do CCEAR:	Nº. 737/2004 9026SE	
Assinatura:	30/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8	

12. Distribuidora:	Companhia de Energia Elétrica do Estado de Tocantins – CELTINS	
Dados do CCEAR:	Nº. 738/2004 9027SE	
Assinatura:	22/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CARTA DE FIANÇA Banco Mercantil do Brasil S.A. CF N.º 06-0892 R\$ 21.985,76 Vencimento: 31/12/2007	

13. Distribuidora:	Companhia Energética do Maranhão - CEMAR	
Dados do CCEAR:	Nº. 739/2004 9028SE	
Assinatura:	20/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG (“CCG”) – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 76192-3 Caixa Econômica Federal Agência 1577 C/C 888-0	

14. Distribuidora:	Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT	
Dados do CCEAR:	Nº. 740/2004 9029SE	
Assinatura:	20/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CARTA DE FIANÇA Banco Itaú BBA S.A. N.º 100406081000800 R\$ 22.084,96 Vencimento: 02/01/2008	

15. Distribuidora:	Companhia Energética do Piauí – CEPISA	
Dados do CCEAR:	Nº. 741/2004 9030SE	
Assinatura:	15/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco do Brasil S.A. Agência 3791-5 C/C 15665-5	CESSÃO DE RECEBÍVEIS EM GARANTIA Valor total R\$ 1.534.041 mil Ofício n.º 2362/2004-SFF/ANEEL e Ofício n.º 1374/2005-SFF/ANEEL
--	--	--

16. Distribuidora:	Companhia Luz e Força Santa Cruz – CLFSC	
Dados do CCEAR:	Nº. 756/2004 9045SE	
Assinatura:	21/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CARTA DE FIANÇA UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S.A. N.º 0100517000001 R\$ 2.708,34 Vencimento: 01/01/2008	

17. Distribuidora:	Companhia Nacional de Energia Elétrica – CNEE	
Dados do CCEAR:	Nº. 754/2004 9043SE	
Assinatura:	22/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	Banco Mercantil do Brasil S.A. CF N.º 06-0916 R\$ 9.422,47 Vencimento: 31/12/2007	

18. Distribuidora:	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA	
Dados do CCEAR:	Nº. 743/2004 9032SE	
Assinatura:	23/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco S.A. Agência 3571-8 C/C 29801-8	

19. Distribuidora:	Companhia Energética do Ceará – COELCE	
Dados do CCEAR:	Nº. 744/2004 9033SE	
Assinatura:	23/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Itaú S.A. Agência 2001 C/C 54292-3	VINCULAÇÃO DE RECEBÍVEIS EM GARANTIA Até o limite de 2,5% da receita operacional líquida da distribuidora ANEEL Despacho da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira n.º 1.990, de 29 de agosto de 2006
--	---	--

20. Distribuidora:	Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN	
Dados do CCEAR:	Nº. 745/2004 9034SE	
Assinatura:	23/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco S.A. Agência 0321-2 C/C 3456-8	

21. Distribuidora:	Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL PAULISTA	
Dados do CCEAR:	Nº. 746/2004 9035SE	
Assinatura:	20/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 76186-9	CARTA DE FIANÇA UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S.A. N.º 0100584760001 R\$ 4.562,70

22. Distribuidora:	Empresa Elétrica Bragantina S.A. – EEB	
Dados do CCEAR:	Nº. 729/2004 9018SE	
Assinatura:	22/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CARTA DE FIANÇA Banco Mercantil do Brasil S.A. CF N.º 06-0924 R\$ 24.079,64 Vencimento: 31/12/2007	

23. Distribuidora:	Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. – EDEVP	
Dados do CCEAR:	Nº. 747/2004 9036SE	
Assinatura:	22/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	CARTA DE FIANÇA Banco Mercantil do Brasil S.A. CF N.º 06-0908 R\$ 11.516,35 Vencimento: 31/12/2007	
--	--	--

24. Distribuidora:	Elektro Eletricidade e Serviços S.A. – ELEKTRO	
Dados do CCEAR:	Nº. 748/2004 9037SE	
Assinatura:	10/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco do Estado de São Paulo S.A. – BANESPA Agência 0154 C/C 55000750-6	

25. Distribuidora:	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – ELETROPAULO	
Dados do CCEAR:	Nº. 749/2004 9038SE	
Assinatura:	21/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Bank Boston Banco Múltiplo S.A. Agência 001 C/C 20724907	CARTA DE FIANÇA Banco Safra S.A. N.º 214815-7 R\$ 7.512,77 Vencimento: 31/12/2007

26. Distribuidora:	Empresa Energética de Sergipe – ENERGEPIE	
Dados do CCEAR:	Nº. 750/2004 9039SE	
Assinatura:	14/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Itaú S.A. Agência 2001/SP/Private Bank C/C 54244-4	

27. Distribuidora:	Empresa Energética do Mato Grosso do Sul – ENERSUL	
Dados do CCEAR:	Nº. 751/2004 9040SE	
Assinatura:	16/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 76121-4	
--	---	--

28. Distribuidora:	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – ESCELSA	
Dados do CCEAR:	Nº. 752/2004 9041SE	
Assinatura:	16/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 76118-4	

29. Distribuidora:	Light Serviços de Eletricidade S.A. – LIGHT	
Dados do CCEAR:	Nº. 753/2004 9042SE	
Assinatura:	17/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 76197-4	

30. Distribuidora:	S.A. de Eletrificação da Paraíba – SAELPA	
Dados do CCEAR:	Nº. 755/2004 9044SE	
Assinatura:	15/12/2004	
Vencimento:	31/12/2014	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Itaú S.A. Agência 2001/SP/Private Bank C/C 54250-1	

II. CCEAR Cedidos – Produto 2008/2015:

1. Distribuidora:	AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. – AES Sul	
Dados do CCEAR:	Nº. 1076/2005 10388SE	
Assinatura:	14/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

2. Distribuidora:	AMPLA Energia e Serviços S.A. (Sucessora da Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro – CERJ)	
Dados do CCEAR:	Nº. 1077/2005 10389SE	
Assinatura:	25/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

3. Distribuidora:	Bandeirante Energia S.A. – Bandeirante	
Dados do CCEAR:	Nº. 1078/2005 10390SE	
Assinatura:	14/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

4. Distribuidora:	Caiuá Distribuição de Energia S.A. – CAIUÁ DIST	
Dados do CCEAR:	Nº. 1079/2005 10391SE	
Assinatura:	08/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	
--	---	--

5. Distribuidora:	Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina - CATAGUAZES	
Dados do CCEAR:	Nº. 1080/2005 10392SE	
Assinatura:	11/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

6. Distribuidora:	Companhia Energética de Alagoas – CEAL	
Dados do CCEAR:	Nº. 1081/2005 10393SE	
Assinatura:	13/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

7. Distribuidora:	CEB Distribuição S.A.	
Dados do CCEAR:	Nº. 1082/2005 10394SE	
Assinatura:	12/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

8. Distribuidora:	Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE	
Dados do CCEAR:	Nº. 1083/2005 10395SE	
Assinatura:	07/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	
--	---	--

9. Distribuidora:	Companhia Energética da Borborema – CELB	
Dados do CCEAR:	Nº. 1084/2004 10396SE	
Assinatura:	12/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

10. Distribuidora:	Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC	
Dados do CCEAR:	Nº. 1085/2005 10397SE	
Assinatura:	12/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

11. Distribuidora:	Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA	
Dados do CCEAR:	Nº. 1087/2005 10399SE	
Assinatura:	08/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

12. Distribuidora:	Companhia Energética de Pernambuco – CELPE	
Dados do CCEAR:	Nº. 1088/2005 10400SE	
Assinatura:	12/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	
--	---	--

13. Distribuidora:	Companhia de Energia Elétrica do Estado de Tocantins – CELTINS	
Dados do CCEAR:	Nº. 1089/2005 10401SE	
Assinatura:	08/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

14. Distribuidora:	Companhia Energética do Maranhão - CEMAR	
Dados do CCEAR:	Nº. 1090/2005 10402SE	
Assinatura:	07/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

15. Distribuidora:	Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT	
Dados do CCEAR:	Nº. 1091/2005 10403SE	
Assinatura:	08/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

16. Distribuidora:	CEMIG Distribuição S.A. – CEMIG D	
Dados do CCEAR:	Nº. 1092/2005 10404SE	
Assinatura:	12/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG (“CCG”) – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	
--	---	--

17. Distribuidora:	Companhia Energética do Piauí – CEPISA	
Dados do CCEAR:	Nº. 1093/2005 10405SE	
Assinatura:	08/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG (“CCG”) – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

18. Distribuidora:	Companhia Luz e Força Santa Cruz – CLFSC	
Dados do CCEAR:	Nº. 1094/2005 10406SE	
Assinatura:	08/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG (“CCG”) – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

19. Distribuidora:	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA	
Dados do CCEAR:	Nº. 1095/2005 10407SE	
Assinatura:	13/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG (“CCG”) – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

20. Distribuidora:	Companhia Energética do Ceará – COELCE	
Dados do CCEAR:	Nº. 1096/2005 10408SE	
Assinatura:	14/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG (“CCG”) – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	
--	---	--

21. Distribuidora:	Copel Distribuição S.A. – COPEL DIST	
Dados do CCEAR:	Nº. 1097/2005 10409SE	
Assinatura:	11/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG (“CCG”) – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

22. Distribuidora:	Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN	
Dados do CCEAR:	Nº. 1098/2005 10410SE	
Assinatura:	08/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG (“CCG”) – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

23. Distribuidora:	Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL PAULISTA	
Dados do CCEAR:	Nº. 1099/2005 10411SE	
Assinatura:	06/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG (“CCG”) – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

24. Distribuidora:	Companhia Piratininga de Força e Luz S.A. – CPFL PIRATININGA	
Dados do CCEAR:	Nº. 1100/2005 10412SE	
Assinatura:	06/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG (“CCG”) – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	
--	---	--

25. Distribuidora:	Empresa Elétrica Bragantina S.A. – EEB	
Dados do CCEAR:	Nº. 1101/2005 10413SE	
Assinatura:	08/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG (“CCG”) – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

26. Distribuidora:	Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. – EDEVP	
Dados do CCEAR:	Nº. 1102/2005 10414SE	
Assinatura:	08/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG (“CCG”) – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

27. Distribuidora:	Elektro Eletricidade e Serviços S.A. – ELEKTRO	
Dados do CCEAR:	Nº. 1103/2005 10415SE	
Assinatura:	06/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG (“CCG”) – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

28. Distribuidora:	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – ELETROPAULO	
Dados do CCEAR:	Nº. 1104/2005 10416SE	
Assinatura:	13/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG (“CCG”) – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	
--	---	--

29. Distribuidora:	Empresa Energética de Sergipe – ENERGEIPE	
Dados do CCEAR:	Nº. 1105/2005 10417SE	
Assinatura:	07/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG (“CCG”) – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

30. Distribuidora:	Empresa Energética do Mato Grosso do Sul – ENERSUL	
Dados do CCEAR:	Nº. 1106/2005 10418SE	
Assinatura:	08/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG (“CCG”) – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

31. Distribuidora:	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – ESCELSA	
Dados do CCEAR:	Nº. 1107/2005 10419SE	
Assinatura:	11/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG (“CCG”) – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

32. Distribuidora:	Light Serviços de Eletricidade S.A. – LIGHT	
Dados do CCEAR:	Nº. 1108/2005 10420SE	
Assinatura:	11/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG (“CCG”) – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	
--	---	--

33. Distribuidora:	S.A. de Eletrificação da Paraíba – SAELPA	
Dados do CCEAR:	Nº. 1109/2005 10421SE	
Assinatura:	12/04/2005	
Vencimento:	31/12/2015	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG (“CCG”) – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

III. CCEAR Cedidos – Produto 2009/2016

1. Distribuidora:	AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. – AES Sul	
Dados do CCEAR:	Nº. 1373/2005 12705SE	
Assinatura:	24/10/2005	
Vencimento:	31/12/2016	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	[●]

2. Distribuidora:	Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE	
Dados do CCEAR:	Nº. 1374/2005 12706SE	
Assinatura:	19/10/2005	
Vencimento:	31/12/2016	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

3. Distribuidora:	Companhia Energética da Borborema – CELB	
Dados do CCEAR:	Nº. 1375/2005 12707SE	
Assinatura:	20/10/2005	
Vencimento:	31/12/2016	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

4. Distribuidora:	Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC	
Dados do CCEAR:	Nº. 1376/2005 12708SE	
Assinatura:	17/10/2005	
Vencimento:	31/12/2016	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

5. Distribuidora:	Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA	
Dados do CCEAR:	Nº. 1378/2005 12710SE	
Assinatura:	20/10/2005	
Vencimento:	31/12/2016	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

6. Distribuidora:	Companhia Energética de Pernambuco – CELPE	
Dados do CCEAR:	Nº. 1379/2005 12711SE	
Assinatura:	28/10/2005	
Vencimento:	31/12/2016	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

7. Distribuidora:	Companhia de Energia Elétrica do Estado de Tocantins – CELTINS	
Dados do CCEAR:	Nº. 1380/2005 12712SE	
Assinatura:	20/10/2005	
Vencimento:	31/12/2016	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

8. Distribuidora:	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA	
Dados do CCEAR:	Nº. 1381/2005 12713SE	
Assinatura:	27/10/2005	
Vencimento:	31/12/2016	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

9. Distribuidora:	Companhia Energética do Ceará – COELCE	
Dados do CCEAR:	Nº. 1382/2005 12714SE	
Assinatura:	27/10/2005	
Vencimento:	31/12/2016	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

10. Distribuidora:	Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN	
Dados do CCEAR:	Nº. 1383/2005 12715SE	
Assinatura:	21/10/2005	
Vencimento:	31/12/2016	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

11. Distribuidora:	Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL PAULISTA	
Dados do CCEAR:	Nº. 1384/2005 12716SE	
Assinatura:	17/10/2005	
Vencimento:	31/12/2016	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

12. Distribuidora:	Companhia Piratininga de Força e Luz S.A. – CPFL PIRATININGA	
Dados do CCEAR:	Nº. 1385/2005 12717SE	
Assinatura:	17/10/2005	
Vencimento:	31/12/2016	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

13. Distribuidora:	Elektro Eletricidade e Serviços S.A. – ELEKTRO	
---------------------------	--	--

Dados do CCEAR:	Nº. 1386/2005 12718SE	
Assinatura:	20/10/2005	
Vencimento:	31/12/2016	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

14. Distribuidora:	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – ELETROPAULO	
Dados do CCEAR:	Nº. 1387/2005 12719SE	
Assinatura:	24/10/2005	
Vencimento:	31/12/2016	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

15. Distribuidora:	Empresa Energética de Sergipe – ENERGEIPE	
Dados do CCEAR:	Nº. 1388/2005 12720SE	
Assinatura:	19/10/2005	
Vencimento:	31/12/2016	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

16. Distribuidora:	S.A. de Eletrificação da Paraíba – SAELPA	
Dados do CCEAR:	Nº. 1389/2005 12721SE	
Assinatura:	20/10/2005	
Vencimento:	31/12/2016	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	[CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CCG ("CCG") – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%] Banco [●] – Agência [●] – C/C [●]]	

IV. CCEAR Cedidos – Produto 2009/2038

1. Distribuidora:	Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. – AES Sul	
Dados do CCEAR:	Nº. 3327/2006 21230SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 81106-8</p>	

2. Distribuidora:	AMPLA Energia e Serviços S.A.	
Dados do CCEAR:	Nº. 3343/2006 [●]SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 80986-1–</p>	

3. Distribuidora:	Bandeirante Energia S.A. – Bandeirante	
Dados do CCEAR:	Nº. 3340/2006 21243SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco do Brasil S.A. Agência 3064-3 C/C 2600-X</p>	
--	--	--

4. Distribuidora:	Empresa Elétrica Bragantina S.A. – EEB	
Dados do CCEAR:	Nº. 3346/2006 21249SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 81113-0</p>	

5. Distribuidora:	Caiuá Distribuição de Energia S.A. – CAIUÁ DISTRIBUIÇÃO	
Dados do CCEAR:	Nº. 3342/2006 21245SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 81111-4</p>	

6. Distribuidora:	Companhia Energética de Alagoas – CEAL	
Dados do CCEAR:	Nº. 3352/2006 21255SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco do Brasil S.A. Agência 4363-X C/C 5028-8</p>	
--	--	--

7. Distribuidora:	CEB Distribuição S.A. – CEB DISTRIBUIÇÃO	
Dados do CCEAR:	Nº. 3341/2006 21244SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco de Brasília S.A. - BRB Agência 207 C/C 002028-7</p>	

8. Distribuidora:	Companhia Energética da Borborema – CELB	
Dados do CCEAR:	Nº. 3328/2006 21231SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Itaú S.A. Agência 2001-SP/Private Bank C/C 2001/54248-5</p>	

9. Distribuidora:	Celesc Distribuição S.A. – CELESC DISTRIBUIÇÃO	
Dados do CCEAR:	Nº. 3330/2006 21233SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco do Estado de Santa Catarina S.A. – BESC Agência 068-0 C/C 190032-6</p>	
--	--	--

10. Distribuidora:	Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA	
Dados do CCEAR:	Nº. 3338/2006 21241SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 81115-7</p>	

11. Distribuidora:	Companhia Energética de Pernambuco – CELPE	
Dados do CCEAR:	Nº. 3351/2006 21254SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 79313-2</p>	

12. Distribuidora:	Companhia de Energia Elétrica do Estado de Tocantins – CELTINS	
Dados do CCEAR:	Nº. 3329/2006 21232SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	

Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 81114-9	

13. Distribuidora:	Companhia Energética do Maranhão – CEMAR	
Dados do CCEAR:	Nº. 3353/2006 21256SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 81100-9	

14. Distribuidora:	Cemig Distribuição S.A. – CEMIG DISTRIBUIÇÃO	
Dados do CCEAR:	Nº. 3349/2006 21252SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco Bradesco S.A. Agência 2011-7 C/C 29000-9	

15. Distribuidora:	Companhia Energética do Piauí – CEPISA	
Dados do CCEAR:	Nº. 3334/2006 21237SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	

Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco do Brasil S.A. Agência 3791-5 C/C 15665-5	

16. Distribuidora:	Companhia Luz e Força Santa Cruz – CLFSC	
Dados do CCEAR:	Nº. 3331/2006 21234SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco do Brasil S.A. Agência 3400-2 C/C 33370-0	

17. Distribuidora:	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA	
Dados do CCEAR:	Nº. 3332/2006 21235SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 79316-7	

18. Distribuidora:	Companhia Energética do Ceará – COELCE	
Dados do CCEAR:	Nº. 3345/2006 21248SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	

Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco Itaú S.A. Agência 2001 C/C 54292-3	

19. Distribuidora:	Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN	
Dados do CCEAR:	Nº. 3333/2006 21236SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 79241-1	

20. Distribuidora:	Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL PAULISTA	
Dados do CCEAR:	Nº. 3344/2006 21247SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 81121-1	

21. Distribuidora:	Companhia Piratininga de Força e Luz S.A. – CPFL PIRATININGA	
Dados do CCEAR:	Nº. 3355/2006 21258SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	

Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 81.122-0	

22. Distribuidora:	Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. – EDEVP	
Dados do CCEAR:	Nº. 3326/2006 21229SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 81112-2	

23. Distribuidora:	Elektro Eletricidade e Serviços S.A. – ELEKTRO	
Dados do CCEAR:	Nº. 3336/2006 21239SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco do Brasil S.A. Agência 3064-3 C/C 2261-6	

24. Distribuidora:	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – ELETROPAULO	
Dados do CCEAR:	Nº. 3348/2006 21251SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	

Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 81102-5	

25. Distribuidora:	Empresa Energética de Sergipe – ENERGEPIE	
Dados do CCEAR:	Nº. 3354/2006 21257SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco Itaú S.A. Agência 2001/SP/Private Bank C/C 2001/54244-4	

26. Distribuidora:	Empresa Energética do Mato Grosso do Sul – ENERSUL	
Dados do CCEAR:	Nº. 3335/2006 21238SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco do Brasil S.A. Agência 3064-3 C/C 5364-3	

27. Distribuidora:	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – ESCELSA	
Dados do CCEAR:	Nº. 3339/2006 21242SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	

Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco do Brasil S.A. Agência 3064-3 C/C 77004-3	

28. Distribuidora:	Light Serviços de Eletricidade S.A. – LIGHT	
Dados do CCEAR:	Nº. 3347/2006 21250SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 80999-3	

29. Distribuidora:	S.A. de Eletrificação da Paraíba – SAELPA	
Dados do CCEAR:	Nº. 3350/2006 21253SE	
Assinatura:	17/01/2007	
Vencimento:	31/12/2038	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco Itaú S.A. Agência 2001-SP/Private Bank C/C 2001/54250-1	

V. CCEAR Cedidos – Produto 2010/2039

1. Distribuidora:	Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. – AES Sul	
Dados do CCEAR:	Nº. 1575/2005 13717SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Bank Boston Banco Múltiplo S.A. Agência 0003 C/C 30.4821.06</p>	

2. Distribuidora:	AMPLA Energia e Serviços S.A.	
Dados do CCEAR:	Nº. 1586/2005 13728SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Bradesco S.A. Agência 0895 C/C 72719-5</p>	

3. Distribuidora:	Bandeirante Energia S.A. – BANDEIRANTE	
Dados do CCEAR:	Nº. 1588/2005 13730SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco do Brasil S.A. Agência 1893-7 C/C 2600-X</p>	
--	--	--

4. Distribuidora:	Caiuá Distribuição de Energia S.A. – CAIUÁ DISTRIBUIÇÃO	
Dados do CCEAR:	Nº. 1578/2005 13720SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 79306-0</p>	

5. Distribuidora:	Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina - CATAGUAZES	
Dados do CCEAR:	Nº. 1596/2005 13738SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Itaú S.A. Agência 2001/SP/Private Bank C/C 2001/54246-9</p>	

6. Distribuidora:	Companhia Energética de Alagoas - CEAL	
Dados do CCEAR:	Nº. 1584/2005 13726SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco do Brasil S.A. Agência 4363-X C/C 5028-8</p>	
--	--	--

7. Distribuidora:	Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE	
Dados do CCEAR:	Nº. 1592/2005 13734SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – BANRISUL Agência 0100 C/C 090220400-6</p>	

8. Distribuidora:	Companhia Energética da Borborema – CELB	
Dados do CCEAR:	Nº. 1577/2005 13719SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Itaú S.A. Agência 2001/SP/Private Bank C/C 2001/54248-5</p>	

9. Distribuidora:	Celesc Distribuição S.A. – CELESC DISTRIBUIÇÃO	
Dados do CCEAR:	Nº. 1568/2005 13710SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco do Estado de Santa Catarina S.A.- BESC</p> <p>Agência 068-0</p> <p>C/C 190032-6</p>	
--	---	--

10. Distribuidora:	Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA	
Dados do CCEAR:	Nº. 1573/2005 1371SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Bradesco S.A.</p> <p>Agência 0895-8</p> <p>C/C 79310-8</p>	

11. Distribuidora:	Companhia Energética de Pernambuco – CELPE	
Dados do CCEAR:	Nº. 1567/2005 13709SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Bradesco S.A.</p> <p>Agência 0895-8</p> <p>C/C 79313-2</p>	

12. Distribuidora:	Companhia de Energia Elétrica do Estado de Tocantins – CELTINS	
Dados do CCEAR:	Nº. 1593/2005 13735SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 79276-4</p>	
--	--	--

13. Distribuidora:	Companhia Energética do Maranhão – CEMAR	
Dados do CCEAR:	Nº. 1597/2005 13739SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 79319-1</p>	

14. Distribuidora:	Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT	
Dados do CCEAR:	Nº. 1594/2005 13736SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 79270-5</p>	

15. Distribuidora:	Cemig Distribuição S.A. – CEMIG DISTRIBUIÇÃO	
Dados do CCEAR:	Nº. 1581/2005 13723SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco ABN Amro S.A. Agência 0084 C/C 2706673-3	
--	---	--

16. Distribuidora:	Companhia Energética do Piauí – CEPISA	
Dados do CCEAR:	Nº. 1574/2005 13716SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco do Brasil S.A. Agência 3791-5 C/C 6284-7	

17. Distribuidora:	Companhia Luz e Força Santa Cruz – CLFSC	
Dados do CCEAR:	Nº. 1576/2005 13718SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco do Brasil S.A. Agência 3400-2 C/C 333368-X	

19. Distribuidora:	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA	
Dados do CCEAR:	Nº. 1582/2005 13724SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Bradesco S.A. Agência 0895 C/C 79241-1</p>	
--	--	--

20. Distribuidora:	Companhia Energética do Ceará – COELCE	
Dados do CCEAR:	Nº. 1569/2005 13711SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco BEC S.A. Agência 084 C/C 20207-4</p>	

21. Distribuidora:	Copel Distribuição S.A. – COPEL DISTRIBUIÇÃO	
Dados do CCEAR:	Nº. 1589/2005 13731SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco do Brasil S.A. Agência 3306-5 C/C 88622-X</p>	

22. Distribuidora:	Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN	
Dados do CCEAR:	Nº. 1571/2005 13713SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Bradesco S.A. Agência 0895 C/C 79241-1</p>	
--	--	--

23. Distribuidora:	Empresa Elétrica Bragantina S.A. – EEB	
Dados do CCEAR:	Nº. 1580/2005 13722SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Bradesco S.A. Agência 0895 C/C 79280-2</p>	

24. Distribuidora:	Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. – EDEVP	
Dados do CCEAR:	Nº. 1595/2005 13737SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Bradesco S.A. Agência 0895-8 C/C 79302-7</p>	

25. Distribuidora:	Elektro Eletricidade e Serviços S.A. – ELEKTRO	
Dados do CCEAR:	Nº. 1583/2005 13725SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco do Brasil S.A. Agência 2900-9 C/C 2266-7</p>	
--	--	--

26. Distribuidora:	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – ELETROPAULO	
Dados do CCEAR:	Nº. 1585/2005 13727SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Bank Boston Banco Múltiplo S.A. Agência 2 C/C 20724907</p>	

27. Distribuidora:	Empresa Energética de Sergipe – ENERGIPE	
Dados do CCEAR:	Nº. 1590/2005 13732SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Itaú S.A. Agência 2001/SP/Private Bank C/C 2001/54244-4</p>	

28. Distribuidora:	Empresa Energética do Mato Grosso do Sul – ENERSUL	
Dados do CCEAR:	Nº. 1579/2005 13721SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco do Brasil S.A.	
--	---	--

29. Distribuidora:	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – ESCELSA	
Dados do CCEAR:	Nº. 1570/2005 13712SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco do Brasil S.A.	

30. Distribuidora:	Light Serviços de Eletricidade S.A. – LIGHT	
Dados do CCEAR:	Nº. 1572/2005 13714SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora: Banco Bradesco S.A. Agência 0895 C/C 79193-8	

31. Distribuidora:	S.A. de Eletrificação da Paraíba – SAELPA	
Dados do CCEAR:	Nº. 1587/2005 13729SE	
Assinatura:	10/03/2006	
Vencimento:	31/12/2039	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	<p>CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS – vinculação de parte dos recursos resultantes do recebimento das tarifas distribuição de energia elétrica depositados na conta centralizadora de receitas da Distribuidora:</p> <p>Banco Itaú S.A. Agência 2001/SP/Private Bank C/C 2001/54250-1</p>	
--	---	--

[illegible]

ANEXO IV
MINUTA DE NOTIFICAÇÃO

São Paulo, [•] de 2007.

À

[Distribuidora Cedida]

[Endereço]

A/C: [•]

Ref.: Notificação de Cessão de Direitos Creditórios oriundos de Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR, relativos aos Produtos (a) 2007-2014, (b) 2008-2015, (c) 2009-2016, (d) 2009-2038 e (e) 2010-2039, firmados entre a CESP - Companhia Energética de São Paulo ("CESP") e essa Distribuidora

Prezados Senhores,

1. Valemo-nos desta para notificar essa Distribuidora de que a titularidade dos direitos creditórios futuros oriundos dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR, relativos aos Produtos (a) 2007-2014, (b) 2008-2015, (c) 2009-2016, (d) 2009-2038 e (e) 2010-2039, firmados entre a **CESP – COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO** ("CESP") e essa Distribuidora (os "CCEAR Cedidos"), inclusive dos instrumentos de constituição de garantia vinculados aos CCEARs entregues por essa Distribuidora à CESP (doravante apenas "Direitos Creditórios"), foi transferida pela CESP ao **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP IV**, constituído em [•] de [•] de 2007, sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob n.º [•], na forma da Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, com a redação alterada pelas Instruções CVM n.º 393, de 22 de julho de 2003, n.º 435, de 5 de julho de 2006, n.º 442, de 8 de dezembro de 2006, e n.º 446, de 19 de dezembro de 2006 ("FIDC CESP IV"), em caráter irrevogável e irretratável, por meio do Contrato de Cessão e Aquisição de

Direitos de Crédito Futuros e Outras Avenças, firmado entre a CESP e o FIDC CESP IV, com a interveniência do Banco Itaú S.A., na qualidade de Agente de Recebimento ("Itaú" ou "Agente de Recebimento") ("Contrato de Cessão").

2. Pela presente a CESP, titular dos Direitos Creditórios, neste ato devidamente representada, vêm NOTIFICAR V.Sas. do que segue:

- a) para os fins do artigo 290 do Código Civil, da cessão dos Direitos Creditórios, por meio da celebração do Contrato de Cessão, o qual confere ao FIDC CESP IV a legítima titularidade dos Direitos Creditórios;
- b) os pagamentos relativos às faturas emitidas pela CESP contra essa Distribuidora, em decorrência dos CCEAR Cedidos, deverão ser efetuados via boletos bancários, emitidos por [•], para crédito na Conta Corrente n.º [•], da Agência n.º [•], do Banco Itaú S.A., de titularidade do Agente de Recebimento, sendo que somente o pagamento das faturas emitidas nos termos dos CCEAR Cedidos na forma aqui indicada quitará o pagamento efetuado, independentemente de qualquer formalidade adicional;
- c) essa Distribuidora deverá acatar exclusivamente as instruções do Agente de Recebimento em relação ao pagamento e forma de quitação das faturas representativas dos Direitos Creditórios, sendo que os pagamentos devidos nos termos dos CCEAR Cedidos e sua respectiva quitação serão efetuados na forma estabelecida na alínea (b) acima diretamente pelo Agente de Recebimento, salvo expressa ordem por escrito em contrário deste;

3. A CESP e a Distribuidora, para todos os fins e efeitos de direito, reconhecem que, a partir da data aposta no Aviso de Recebimento desta Notificação pela Distribuidora, os pagamentos devidos nos termos dos CCEAR Cedidos e suas respectivas quitações serão recebidos e dadas na forma estabelecida na alínea "b" do item 2 acima diretamente pelo Agente de Recebimento, salvo expressa ordem por escrito em contrário deste.

Atenciosamente,

CESP – Companhia Energética de São Paulo

ANEXO V
DELIBERAÇÕES SOCIETÁRIAS DA CEDENTE



JUCESP PROTOCOLO
932267/08-3



CESP – COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.933.603/0001-78

NIRE 35300011996

EXTRATO DA ATA DA QÜINGENTÉSIMA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos 04 (quatro) dias do mês de dezembro de 2006, às 10:30 horas, por convocação do Sr. Presidente do Conselho de Administração, em caráter ordinário, na forma do disposto no Artigo 18 do Estatuto Social, na sala de reuniões situada na Rua Bela Cintra, 847 – 10º andar, São Paulo, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da CESP – Companhia Energética de São Paulo, senhores abaixo nomeados e assinados..... Em seguida, o Sr. Presidente do Conselho de Administração, Mauro Guilherme Jardim Arce, colocou em apreciação o item III da pauta, “**Estruturação de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, no valor de até R\$ 1.250, bilhões**”, registrando a presença do Presidente da CESP, Guilherme Augusto Cime de Toledo e do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Dr. Vicente Okazaki, que apresentaram o assunto, com base na Proposta ao Conselho de Administração, de 04/12/2006 e na Resolução da Diretoria nº 215/01/411º, de 22/11/2006, cujas cópias foram distribuídas aos Senhores Conselheiros e encontram-se arquivadas na documentação da reunião. Colocada a matéria em discussão e a seguir em votação, resultou **aprovada** por unanimidade a **Estruturação de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC**, conforme características a seguir descritas:

SOBRE O FIDC IV

<i>Nome do FIDC:</i>	FIDC IV CESP.
<i>Forma do FIDC:</i>	Condomínio Fechado.
<i>Prazo de duração do FIDC:</i>	10 anos (120 meses).
<i>Carência:</i>	5 anos (60 meses).
<i>Amortização:</i>	Mensal a partir do 5º ano.
<i>Pagamento de Juros:</i>	Mensal, parciais durante o período da carência.
<i>Público Alvo:</i>	Investidores qualificados.
<i>Direitos Creditórios:</i>	Créditos dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR e para os



produtos 2007-2014, 2008-2015, 2009-2016 e Botox 2009-2038 e 2019-2039.

Quotas Seniores:

Até R\$ 1.250.000.000,00 (um bilhão, duzentos e cinquenta milhões de reais). O montante total de Quotas Seniores do FIDC IV deverá ser definido pelos Coordenadores após Processo de "Due Diligence".

Regime de Colocação:

Garantia Firme.

Volume de Participação dos Bancos Coordenadores:

Instituição	Volume em R\$	Participação em %
Bradesco	Até 363.333.333,34	29,07
Itaú BBA	Até 363.333.333,33	29,07
Votorantim	Até 363.333.333,33	29,07
ABC Brasil	Até 100.000.000,00	8,00
Fator	Até 60.000.000,00	4,80
Total	Até 1.250.000.000,00	100,0%

Estrutura de Subordinação:

O FIDC IV emitirá Quotas Subordinadas ("Quotas Subordinadas") e Quotas Seniores, que terão preferência no pagamento das obrigações do FIDC IV ("Quotas Seniores"). A Oferta Pública a ser realizada será tão somente das Quotas Seniores, sendo que as Quotas Subordinadas serão subscritas e delidas pela própria Cedente em percentual do Patrimônio Líquido do FIDC IV a ser definido durante o processo de estruturação.

As Quotas Subordinadas poderão representar cerca de 5% do valor das Quotas Seniores e não terão padrão de remuneração definido.

Rentabilidade Alvo:

Caso as Quotas Seniores do FIDC IV obtenham a nota igual ou superior a brA-f (pelo critério da Agência Standard & Poor's ou equivalente por outras agências aceitáveis aos Coordenadores), terão rentabilidade alvo a ser definida em processo de construção de preço ("bookbuilding"), com teto de CDI + 2,00% a.a.

SOBRE AS QUOTAS SENIORES DO FIDC IV

Quantidade:

A definir, de acordo com a Estrutura de Subordinação descrita acima.

Valor Nominal:

Mínimo de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Séries:

A definir.



<i>Preço de Subscrição:</i>	Mínimo de R\$ 200.000,00 (trezentos mil reais).
<i>Amortização das Quotas (principal e juros):</i>	A ser definido pelos Coordenadores, observando o fluxo de performance futura dos Contratos e os termos da Carta-Convite da Cedente, desde que de comum acordo entre a Cedente e os Coordenadores, as condições da carta proposta poderão ser alteradas com o intuito de melhorar o "rating" da Emissão, resultando em uma maior redução da rentabilidade alvo da operação, sendo certo que na hipótese do "rating" pretendido não ser obtido as mudanças poderão ser realizadas a critério dos Coordenadores.

<i>Negociação no mercado secundário:</i>	Bovespa Fix ou Soma Fix
--	-------------------------

SOBRE A REMUNERAÇÃO E DESPESAS

<i>Comissão de Coordenação e Estruturação:</i>	0,50% sobre o valor total de Quotas Seniores, a ser paga pela Cedente, na data da integralização das Quotas Seniores.
<i>Comissão de Colocação:</i>	0,30% sobre o valor total de Quotas Seniores efetivamente colocadas, a ser paga pela Cedente, na data da integralização das Quotas Seniores.
<i>Prêmio de Garantia Firme:</i>	0,70% sobre o valor total de Quotas Seniores, a ser paga pela Cedente, na data da integralização das Quotas Seniores.
<i>Comissão de Sucesso:</i>	30% da economia obtida pela Cedente, tendo como referência o custo que o FIDC IV teria caso a operação saísse na taxa referência de CDI + 1,75%, e taxa final apurada.
<i>Taxa de Administração e Gestão:</i>	Limitada a 0,10% a.a. sobre o Patrimônio Líquido do FIDC IV, ou R\$ 15.000,00 por mês, dos dois o maior.
<i>Taxa de Custódia, Controladoria e Agente de Recobimento:</i>	Limitada a 0,10% a.a. sobre o Patrimônio Líquido do FIDC IV, ou R\$ 15.000,00 por mês, dos dois o maior.
<i>Demais Custos:</i>	Serão de responsabilidade da Cedente todos os custos referentes à emissão, tais como: Publicação de Avisos, Atas, Anúncios, Registros (CVM, Junta Comercial, Cartórios, CETIP), Prospectos, Assessoria Jurídica, Auditoria, Apresentações (Road Show), Viagens, Agência de Classificação de Risco (Rating), e outros;





Adicionalmente, serão disponibilizados pelos bancos recursos sob a forma de Empréstimo-Ponte, no valor de até R\$ 500.000.000,00, com as seguintes características e condicionado à manifestação pela Cedente até 31.12.2006:

SOBRE O EMPRÉSTIMO-PONTE

Cessionários: Bradesco, Itaú BBA, ABC Brasil e Votorantim.

Tipo de Operação: Cessão de Créditos oriundos dos CCEAR's.

Volume:	Instituição	Volume em R\$	Participação em %
	Bradesco	150.000.000,00	30,00
	Itaú BBA	150.000.000,00	30,00
	Votorantim	150.000.000,00	30,00
	ABC Brasil	<u>50.000.000,00</u>	<u>10,00</u>
	Total	500.000.000,00	100,00%

Remuneração: Equivalente a CDI + 0,24 % ao mês.

Prazo: Até 48 meses, devendo ser pré-liquidado com recursos obtidos com a conclusão da colocação das Quotas Seniores do FIDC IV.

Amortização: A definir

Garantia: Os direitos creditórios, objeto de cessão ao FIDC IV.

Comissão de Estruturação e Garantia: Até 1,00% sobre R\$ 500.000.000,00, a serem pagos pela Cedente a cada um dos Cessionários nas proporções acima definidas, na data de desembolso.



Esta ata, depois de aprovada, segue assinada pelos Conselheiros de Administração presentes:
Mauro Guilherme Jardim Arce, Presidente, Antonio Mardevânio Gonçalves da Rocha, Caio Márcio Viotto Coube, Carlos Pedro Jens, Cláudia Maria Costin, Fernando Carvalho Braga, Fernando Maida Dall'Acqua, Gustavo de Sá e Silva, Luiz Tacca Júnior, Martus Tavares, Nelson Vieira Barreira, Norberto de Franco Medeiros e Rogério da Silva.

São Paulo, 04 de dezembro de 2006.

Mauro Guilherme Jardim Arce
Presidente do
Conselho de Administração

Aleksandra Filipoff Atallah
Secretária Executiva do
Conselho de Administração

ANEXO VI
RELATÓRIO DE FATURAS MENSAS DE ENERGIA ELÉTRICA

CNPJ (Distribuidora Cedida)	Vencimento 1ª Parcela (Data)	Valor (R\$)	Vencimento 2ª Parcela (Data)	Valor (R\$)	Vencimento 3ª Parcela (Data)	Valor (R\$)

ANEXO VII
RELATÓRIO DE TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS

CNPJ DA FATURA	VENCIMENTO DA FATURA	VALOR	PAGAMENTO EFETUADO *	FATOR DE CESSÃO	VALOR DEVIDO AO FUNDO	VALOR DEVIDO À CEDENTE	PGTO. EFETUADO AO FUNDO *	PGTO. EFETUADO À CEDENTE *

ANEXO VIII
MINUTA DE PARECER LEGAL DA CESP

[PAPEL TIMBRADO DA CESP]

São Paulo, [•] de [•] de 2007.

Ao

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP IV

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa

São Paulo SP

At.: [Diretor Responsável pelo Fundo]

Ref.: Parecer Legal – Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e
Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas

Prezado Senhor,

1. Na qualidade de advogado(s) interno(s) da CESP – Companhia Energética de São Paulo (a “Cedente”) e tendo em vista o disposto na alínea (i) da Cláusula 10.1 do “Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Futuros e Outras Avenças”, celebrado em [•] de [•] de 2007, entre o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP IV (o “Fundo”) e a Cedente, com a interveniência do Banco Itaú S.A. (“Banco Itaú”) (o “Contrato de Cessão”), apresentamos a V. Sas. nossa opinião sobre a validade, eficácia e exigibilidade das obrigações assumidas pela Cedente nos Instrumentos Contratuais (conforme definidos no item 2 abaixo).

2. Esta opinião abrange as obrigações assumidas pela Cedente nos documentos abaixo enumerados (os “Instrumentos Contratuais”), que foram analisados, para fins de emissão desta opinião:

(i) o Contrato de Cessão;

(ii) o “Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP IV”, celebrado em [•] de [•] de 2007, entre o Fundo e a Cedente, com a interveniência do Banco Itaú S.A. (o “Contrato de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas”); e

(iii) o “Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores”, celebrado em [•] de [•] de 2007, entre o Fundo, a Cedente e o Banco Itaú (o “Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento”).

3. Exceto se disposto de modo diverso nesta opinião, os termos definidos aqui utilizados têm o mesmo significado que lhes é atribuído nos Instrumentos Contratuais.

4. Baseados na análise acima referida, somos de opinião que:

(i) são verdadeiras e exatas as declarações prestadas pela Cedente nos Instrumentos Contratuais;

(ii) a celebração dos Instrumentos Contratuais, a assunção e o cumprimento das obrigações nesses estabelecidas, em especial (i) a cessão de Direitos Creditórios; (ii) a outorga de mandatos ao Banco Itaú; e (ii) a subscrição e integralização de Quotas Subordinadas, mediante pagamento em moeda corrente nacional, foram devidamente autorizadas pelos órgãos deliberativos e/ou executivos da Cedente, conforme as deliberações que constituem o Anexo V ao Contrato de Cessão, nos termos dos seus atos constitutivos e que não é exigível qualquer outra deliberação societária para que a Cedente pudesse ter celebrado os Instrumentos Contratuais e assumir e cumprir com suas obrigações nos termos pactuados;

(iii) os representantes legais da Cedente na assinatura dos Instrumentos Contratuais têm poderes estatutários para obrigar a Cedente, bem como para outorgar ao Banco Itaú os mandatos outorgados nos Instrumentos Contratuais;

(iv) a celebração dos Instrumentos Contratuais, a assunção e o cumprimento das obrigações nesses estabelecidas, em especial (i) a cessão de Direitos Creditórios; (ii) a outorga de mandatos ao Banco Itaú; e (iii) a subscrição e integralização de Quotas Subordinadas, mediante pagamento em moeda corrente nacional, não representam o descumprimento, total ou parcial, ou a constituição em mora ou acarretam o vencimento antecipado de quaisquer obrigações assumidas pela Cedente em contratos de natureza comercial ou financeira firmados anteriormente à data de assinatura dos Instrumentos Contratuais dos quais a Cedente seja parte ou aos quais estejam vinculados bens de qualquer natureza de propriedade desta;

(v) a celebração dos Instrumentos Contratuais, a assunção e o cumprimento das obrigações nesses estabelecidas, em especial (i) a cessão de Direitos Creditórios; (ii) a outorga de mandatos ao Banco Itaú; e (iii) a subscrição e integralização de Quotas Subordinadas, mediante pagamento em moeda corrente nacional, não representam o descumprimento ou a violação, pela Cedente, de normas legais ou regulamentares a que estejam sujeitas, assim como de qualquer decisão judicial, ainda que liminar, ou administrativa, vigentes na data da celebração dos Instrumentos Contratuais; e

(vi) exceto pelo registro dos Instrumentos Contratuais nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e pelas aprovações das Secretarias de Estado dos Negócios da Fazenda e de Saneamento e Energia e da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, outorgadas por meio dos Ofícios GS/JCF n.º 006/2007, de 5 de janeiro de 2007, e OF/P/2196/2006, de 6 de dezembro de 2006 e Despacho ANEEL n.º 926, do Sr.

Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL, de 3 de abril de 2007, retificado e publicado 9 de maio de 2007, a Cedente não está sujeita a qualquer norma legal, regulamentar ou disposição contratual que a obrigue a notificar, arquivar, registrar ou obter qualquer tipo de aprovação ou autorização de qualquer autoridade, credor ou contraparte em contratos celebrados pela Cedente, para assegurar a validade, eficácia e exigibilidade em face da Cedente das obrigações por estas assumidas nos termos dos Instrumentos Contratuais.

5. Esta opinião é endereçada ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP IV, ao Banco Bradesco BBI S.A., Banco Itaú BBA S.A., ao Banco Votorantim S.A., ao Banco ABC Brasil S.A. e ao Banco Fator S.A., na qualidade de instituições intermediárias da distribuição pública das Quotas Seniores de emissão do Fundo (as “Instituições Intermediárias”) e ao Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados, na qualidade de assessor legal do Fundo.

6. Esta opinião é regida e será interpretada de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente nesta data.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

CESP – Companhia Energética de São Paulo

[•]

[•]

Anexo IX

DATA DE AMORTIZAÇÃO	A
07/03/2008	5,762,970.00
07/04/2008	6,095,640.00
07/05/2008	5,837,750.00
09/06/2008	6,348,220.00
07/07/2008	5,330,620.00
07/08/2008	5,832,430.00
08/09/2008	5,952,920.00
07/10/2008	5,337,050.00
07/11/2008	5,638,710.00
08/12/2008	5,578,760.00
07/01/2009	5,344,110.00
09/02/2009	5,810,060.00
09/03/2009	11,880,820.00
07/04/2009	12,174,070.00
07/05/2009	12,471,800.00
08/06/2009	13,154,090.00
07/07/2009	11,800,590.00
07/08/2009	12,474,390.00
08/09/2009	12,746,210.00
07/10/2009	11,432,690.00
09/11/2009	12,869,160.00
07/12/2009	10,806,990.00
07/01/2010	11,836,010.00
08/02/2010	12,081,900.00
08/03/2010	15,825,840.00
07/04/2010	16,775,820.00
07/05/2010	16,595,280.00
07/06/2010	16,972,640.00
07/07/2010	16,241,860.00
09/08/2010	17,667,210.00
08/09/2010	15,897,830.00
07/10/2010	15,208,240.00
08/11/2010	16,600,250.00
07/12/2010	14,881,490.00
07/01/2011	15,714,710.00
07/02/2011	15,560,480.00
09/03/2011	15,511,820.00
07/04/2011	14,842,020.00
09/05/2011	16,199,570.00

07/06/2011	14,513,510.00
07/07/2011	14,847,040.00
08/08/2011	15,672,160.00
08/09/2011	15,024,530.00
07/10/2011	13,913,010.00
07/11/2011	14,725,550.00
07/12/2011	14,094,960.00
09/01/2012	15,322,620.00
07/02/2012	13,330,970.00
07/03/2012	13,738,980.00
09/04/2012	15,468,940.00
07/05/2012	12,999,890.00
08/06/2012	14,685,540.00
09/07/2012	14,075,720.00
07/08/2012	13,025,290.00
10/09/2012	15,090,360.00
08/10/2012	12,298,610.00
07/11/2012	13,038,040.00
07/12/2012	12,893,630.00
07/01/2013	13,193,660.00
07/02/2013	13,038,340.00
07/03/2013	12,134,570.00
08/04/2013	13,718,900.00
07/05/2013	12,305,310.00
07/06/2013	13,005,750.00
08/07/2013	12,865,810.00
07/08/2013	12,310,470.00
09/09/2013	13,382,040.00
07/10/2013	11,238,030.00
07/11/2013	12,295,550.00
09/12/2013	12,555,560.00
07/01/2014	11,267,570.00
07/02/2014	11,902,740.00
07/03/2014	11,077,600.00
07/04/2014	12,132,440.00
07/05/2014	11,626,600.00
09/06/2014	12,638,540.00
07/07/2014	10,619,040.00
07/08/2014	11,618,230.00
08/09/2014	11,857,750.00
07/10/2014	10,630,340.00
07/11/2014	11,229,510.00
08/12/2014	11,108,540.00

07/01/2015	10,639,850.00
09/02/2015	11,565,840.00
09/03/2015	9,838,600.00
07/04/2015	10,085,370.00
07/05/2015	10,326,020.00
08/06/2015	10,895,720.00
07/07/2015	9,767,820.00
07/08/2015	10,318,310.00
08/09/2015	10,536,350.00
07/10/2015	9,445,630.00
09/11/2015	10,632,600.00
07/12/2015	8,928,930.00
07/01/2016	9,779,010.00
10/02/2016	10,604,260.00
07/03/2016	6,059,620.00
07/04/2016	7,143,340.00
09/05/2016	7,294,240.00
07/06/2016	6,542,470.00
07/07/2016	6,691,630.00
08/08/2016	7,057,110.00
08/09/2016	6,759,340.00
07/10/2016	6,255,040.00
07/11/2016	6,621,090.00
07/12/2016	6,338,370.00
09/01/2017	6,889,870.00
07/02/2017	5,989,400.00
07/03/2017	4,213,000.00
07/04/2017	4,609,310.00
08/05/2017	4,566,600.00
	1,250,000,000.00

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

5. Relatório da Agência de Classificação de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP IV

Analistas de Crédito: Jean-Pierre Cote Gil, São Paulo (55) 11 3039-9743, jp_gil@standardandpoors.com; Leandro Albuquerque, São Paulo (55) 11 3039-9729, leandro_albuquerque@standardandpoors.com

Perfil

Data prevista para o fechamento: Junho de 2007

Garantia Subjacente: Direitos creditórios cedidos pela CESP - Companhia Energética de São Paulo, oriundos do suprimento de energia elétrica às Distribuidoras Cedidas, sob os termos dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs) originados nos leilões realizados em dezembro/2004 (produtos 2007-2014), abril/2004 (produtos 2008-2015), outubro/2005 (produtos 2009-2016), dezembro/2005 (produtos 2010-2039) e junho/2006 (produtos 2009-2038), caixa e outros investimentos específicos:

Distribuidoras Cedidas

--Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. - AES - Sul;
--Ampla Energia e Serviços S.A. - AMPLA;
--Bandeirante Energia S.A. - BANDEIRANTE;
--Caiuá Distribuição de Energia S.A. - CAIUÁ DISTRIBUIÇÃO;
--Companhia Energética de Alagoas - CEAL;
--Ceb Distribuição S.A. - CEB DISTRIBUIÇÃO;
--Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE;
--Companhia Energética da Borborema - CELB;
--Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA;
--Companhia Energética de Pernambuco - CELPE;
--Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS;
--Companhia Energética do Maranhão - CEMAR;
--Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT;
--Cemig Distribuição S.A. - CEMIG DISTRIBUIÇÃO;
--Companhia Energética do Piauí - CEPISA;
--Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA;
--Companhia Energética do Ceará - COELCE;
--Copel Distribuição S.A. -

Este relatório baseia-se em informações obtidas até 21 de maio de 2007 e não constitui uma recomendação para compra, venda ou retenção de quaisquer títulos. O rating atribuído é preliminar, uma vez que a documentação final, com seus respectivos suplementos, ainda não está disponível. A atribuição de um rating final está condicionada ao recebimento da documentação apropriada pela Standard & Poor's. Qualquer informação subsequente poderá resultar na atribuição de um rating diferente do preliminar.

Rating Preliminar em 21 de maio de 2007

Instrumento	Rating Preliminar*	Montante Preliminar (em R\$ milhões)	Vencimento Final Legal**
Quotas Seniores	brA-f	1.250 (98,23%)	10 anos (120 meses) após a emissão
Quotas Subordinadas	Não classificadas	22,5 (1,77%)	Após amortização das cotas seniores

* Os ratings atribuídos a cada classe de cotas são preliminares e estão sujeitos a mudanças a qualquer momento. **Como o veículo é um fundo, não há promessa de resgate de cotas no período de tempo especificado.

Fundamentos

A Standard & Poor's atribuiu o rating preliminar 'brA-f', em sua Escala Nacional Brasil, ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP IV (CESP IV FIDC). Os ativos subjacentes do CESP IV FIDC são direitos de crédito cedidos pela CESP, oriundos do suprimento de energia elétrica às Distribuidoras Cedidas (veja lista ao lado), sob os termos dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs), caixa e outros investimentos específicos.

O rating 'brA-f' atribuído ao CESP IV FIDC na Escala Nacional Brasil de classificação de fundos, expressa a qualidade geral de crédito do Fundo e baseia-se na abordagem de matriz de crédito derivada do histórico de inadimplência e de transição de ratings da Standard & Poor's. O rating 'brA-f' atribuído ao Fundo indica que os títulos em sua carteira fornecem forte proteção contra perdas advindas de inadimplência.

O rating também reflete a qualidade dos recebíveis subjacentes, a proteção de crédito proporcionada pela sobrecolateralização (*overcollateralization*), subordinação das cotas e a adequação dos mecanismos de reforço de qualidade de crédito (*credit enhancement*) em diferentes cenários de estresse.

O CESP IV FIDC será um condomínio fechado, com vencimento final de dez anos. O administrador do Fundo incluirá recebíveis de crédito e outros títulos de renda fixa em sua carteira, com base em critérios de elegibilidade definidos nos documentos do Fundo.

COPEL DISTRIBUIÇÃO;
 --Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN;
 --Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL PAULISTA;
 --Empresa de Distribuição de Energia Vale Parapanema S.A. - EDEVP;
 --Elektro Eletricidade e Serviços S.A. - ELEKTRO;
 --Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - ELETROPAULO;
 --Empresa Energética de Sergipe S.A. - ENERGIPE;
 --Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL;
 --Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA;
 --Light Serviços de Eletricidade S.A. - LIGHT;
 --Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE;
 --Companhia Piratininga de Força e Luz - CPFL PIRATININGA;
 --S.A. de Eletrificação da Paraíba - SAELPA;
 --Companhia Luz e Força Santa Cruz - CLFSC;
 --Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB;
 --Celesc Distribuição S.A. - CELESC DISTRIBUIÇÃO;
 --Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina - Cataguazes

Administrador do Fundo:
 BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Originador dos Direitos Creditórios: CESP -
 Companhia Energética de São Paulo

Custodiante, Agente de Recebimento e Agente pagador: Banco Itaú S.A.

Em função do fato de a CESP operar sob o regime de uma concessionária do serviço público de geração de energia elétrica, serviço este de titularidade do Governo Federal Brasileiro – o qual é concedido à exploração de acordo com as regras sobre concessão –, nas hipóteses de término antecipado da concessão, e observados os procedimentos definidos na legislação específica, o Poder Concedente (o Governo Federal) ou uma nova concessionária assumiria a prestação do serviço público que era prestado pela CESP, o que, de forma geral, garante a continuidade do fornecimento de energia elétrica aos clientes da CESP. A Standard & Poor's acredita que a lei garante a continuidade do serviço público de energia prestado sob regime de concessão, seja este fornecido por uma outra concessionária ou diretamente pelo Poder Concedente, no caso de insolvência da CESP. Em razão da anuência da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), com relação à cessão dos direitos creditórios subjacentes aos CCEAR's, aperfeiçoada por um *true sale*, e de que os recursos obtidos por meio dessa cessão deverão ser utilizados em benefício da concessão, sem comprometer a prestação dos serviços, a Standard & Poor's considera que o Poder Concedente, nas hipóteses de término antecipado da concessão da CESP, provavelmente deverá transferir as obrigações especificadas pela documentação da transação para qualquer concessionária futura que assuma a operação das usinas atualmente operadas pela CESP sob o regime da lei de concessões (inclusive na hipótese de o Poder Concedente assumir a responsabilidade direta pela prestação dos referidos serviços). É importante ressaltar que (i) não há norma legal expressa sobre a transferência dessas obrigações e (ii) não há manifestação da ANEEL a respeito da transferência dessas obrigações, havendo apenas uma anuência da ANEEL com relação à cessão dos direitos creditórios subjacentes aos CCEAR's. Assim, em razão do exposto acima, a Standard & Poor's considera que a transação não dependerá da análise de performance da CESP, como normalmente acontece em transações similares de fluxo futuro, mas da força do fluxo de caixa (qualidade de crédito das Distribuidoras Cedidas) e da garantia legal de continuidade do fornecimento de energia elétrica.

Em dezembro de 2001, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou a Instrução 356, que criou a estrutura legal e administrativa dos *Fundos de Investimento em Direitos Creditórios* (FIDC), cuja estrutura financeira e administrativa é a de um fundo de investimentos do tipo aberto ou fechado.

Entretanto, um FIDC é uma entidade protegida contra a falência do emissor, possuindo características exclusivas às operações estruturadas (*Structured Finance*) e aos fundos de investimento. Como ativos subjacentes do fundo, os administradores de FIDCs podem incorporar carteiras de direitos creditórios combinadas – que, no mínimo, devem corresponder a 50% dos ativos totais do fundo –, bem como títulos de dívida.

Comparados aos títulos de renda fixa, os fundos de investimento não prometem pagamentos específicos de juros ou de principal aos investidores (cotistas do FIDC). Portanto, cada cotista espera receber apenas um retorno previsto sobre o investimento e, com base no desempenho e nas características do fundo, pode decidir alienar suas cotas a qualquer momento. Apesar desse fato, a Standard & Poor's considerou várias premissas de estresse ao testar o fluxo de caixa dos ativos subjacentes do CESP IV FIDC.

O rating de qualidade de crédito atribuído a um fundo avalia o nível de proteção contra perdas decorrentes de inadimplência dos títulos em sua carteira. Os ratings de qualidade de crédito, que variam de 'brAAAF' (nível mais elevado de proteção) a 'brCCCF' (nível mais baixo de proteção), baseiam-se na análise de fatores como a qualidade geral de crédito da carteira; os riscos relacionados às taxas de juros, à qualidade de crédito, à liquidez e à concentração, bem como ao risco cambial apresentados pelo

fundo.

A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's é aplicada a emissores, seguradoras, contrapartes, intermediários e investidores que operam nos mercados financeiros brasileiros. Seus ratings de crédito e de emissão podem ser atribuídos a um emissor ou a um instrumento de crédito específico, respectivamente. Os ratings de crédito da Escala Nacional Brasil utilizam os símbolos globais de rating da Standard & Poor's que, no entanto, são precedidos pelo prefixo 'br', indicando 'Brasil'. A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's apresenta uma estrutura exclusiva, desenvolvida para atender as necessidades dos mercados financeiros brasileiros e, portanto, não pode ser diretamente comparada com a escala global da Standard & Poor's ou com qualquer outra de suas escalas nacionais ou àquelas de suas coligadas. Além disso, a Standard & Poor's atribui ratings de qualidade de crédito e de volatilidade a fundos de renda fixa e a outros tipos de carteiras de ativos de renda fixa.

Principais Pontos Fortes, Fragilidades e Fatores Atenuantes

Pontos Fortes

Os principais pontos fortes observados na análise de crédito da estrutura são:

- A legislação brasileira que rege as concessões possui disposições adequadas para resguardar legalmente as distribuidoras nos casos de término antecipado da concessão. A Standard & Poor's acredita que a lei garante a continuidade da prestação do serviço público de energia elétrica por meio de outra concessionária ou mesmo pela prestação direta do serviço pelo Poder Concedente, no caso de insolvência da CESP;
- A opinião da Standard & Poor's é que a cessão dos direitos creditórios subjacentes aos CCEAR's, aperfeiçoada por um "true sale", e as obrigações especificadas pela documentação da transação deverão ser válidas não somente para a CESP, mas também para qualquer concessionária futura que assuma a operação das usinas que a CESP opera hoje sob o regime da lei de concessões (inclusive na hipótese do Poder Concedente assumir a responsabilidade direta pela prestação dos referidos serviços), dado que a ANEEL anuiu essa cessão e que os recursos obtidos por meio delas serão aplicados em benefício da concessão;
- A forte estrutura do fluxo de caixa. Os altos níveis de sobrecolateralização (*overcollateralization*) calculados como a razão entre recebíveis futuros originados por meio da venda de energia elétrica para as Distribuidoras Cedidas e as amortizações das cotas seniores. De acordo com nossa análise, a média esperada dessa razão durante a vida do Fundo é de 1,27x no cenário base da Standard & Poor's. A Standard & Poor's considera esse nível suficiente para suportar uma crise severa do setor de energia elétrica no País. Também no cenário base, a relação entre o caixa total disponível (contabilizando-se a Reserva de Amortização e Resgate) e as obrigações da transação atinge um nível mínimo de 3,62x. Em um cenário de estresse que corresponderia a uma redução média de 29,5% nos fluxos de caixa provenientes das Distribuidoras Cedidas por toda a vida da operação, a mesma relação atinge o mínimo de 1,36x.
- A disponibilidade de uma conta reserva que cobre o pagamento de três amortizações consecutivas de cotas seniores somadas aos custos previstos para os próximos três meses de vida do Fundo (Reserva de Amortização e Resgate – RA. Em função do formato não-padronizado da amortização programada, que foi estruturada de maneira a se adequar ao fluxo de

recebimentos previsto dos direitos creditórios, a RA deverá ser dimensionada, entre a data de emissão das cotas seniores e março de 2010, como a maior entre: a estimativa do total das amortizações previstas entre o período de amortização que se iniciará entre março de 2010 e maio de 2010 e o somatório das amortizações e custos previstos para os três próximos períodos. O objetivo deste componente estrutural é que o Fundo acumule um excesso de caixa nesse período para ser utilizado no momento em que o volume de amortizações seja maior (a partir do 35º mês da transação);

- O mecanismo de reforço de crédito (*credit enhancement*) adicional mediante a subordinação de cotas no nível de 1,77%.
- Outras melhoras estruturais, como a existência de contas separadas e o *true sale* dos recebíveis.
- A possibilidade de o Administrador (BEM) determinar ao Agente de recebimento a retenção de 100% dos fluxos provenientes das Distribuidoras Cedidas em determinados Eventos de Avaliação ou Liquidação;
- A qualidade de crédito do conjunto de Distribuidoras Cedidas que dão suporte ao repagamento das cotas seniores;
- A habilidade do Itaú, como Custodiante do Fundo, e da BEM, como administradora do Fundo.

Fragilidades e Fatores Atenuantes

As principais fragilidades e os fatores atenuantes observados na análise de crédito da estrutura são:

1. A possibilidade de as Distribuidoras Cedidas terminarem antecipadamente seus acordos com a CESP.

Esse risco de rescisão antecipada dos contratos é atenuado pelo fato de que há cláusulas e condições específicas de rescisão dos CCEAR's que regem a aplicação de penalidades contra a parte que rescindir o contrato. Além disso, os recursos provenientes dessas penalidades seriam revertidos para o Fundo.

2. A possibilidade de um novo racionamento generalizado de energia no Brasil e um ambiente regulatório ainda em evolução.

De acordo com as previsões hidrológicas e de demanda preparadas pelo ONS ("Operador Nacional do Sistema Elétrico"), o Brasil necessita atrair investimentos médios da ordem de R\$ 10 bilhões por ano para adicionar 3,000 MW/ano de capacidade de geração de energia para evitar problemas na oferta de energia elétrica entre 2010 e 2012. As mudanças na estrutura regulatória efetuadas em 2004 surgiram para garantir um ambiente mais estável, que propiciasse investimentos e melhorasse a posição financeira de geradoras e de distribuidoras. A percepção da Standard & Poor's sobre o novo modelo é positiva. Acreditamos que as distribuidoras são mais reguladas, porém menos arriscadas, bem como que o ambiente comercial para as geradoras permanece justo, já que elas podem optar por vender sua energia no mercado regulado ou mercado competitivo para Consumidores Livres (em acordos bilaterais).

Dos três grandes segmentos do setor elétrico (geração, transmissão e distribuição), a expansão da capacidade instalada de geração elétrica no Brasil é o fator de maior desafio para o governo. Nesse segmento, as maiores dificuldades enfrentadas hoje se referem à oferta de aproveitamentos

hidrelétricos, ao processo de licenciamento ambiental, e ao nível de preços. Esperamos que o governo avance rapidamente nessas três frentes para que o País possa suportar o crescimento econômico esperado para os próximos anos.

Na visão da Standard & Poor's, o principal risco seria uma diminuição do volume de energia gerada e consumida imposta pelo ONS a todos os agentes, como consequência da previsão de um balanço energético – oferta versus demanda – muito apertado em um determinado ano. A Standard & Poor's acredita que os níveis de cobertura proporcionados pela sobrecolateralização seriam suficientes para suportar uma possível redução de volume em um cenário de racionamento.

Descrição do CESP IV FIDC

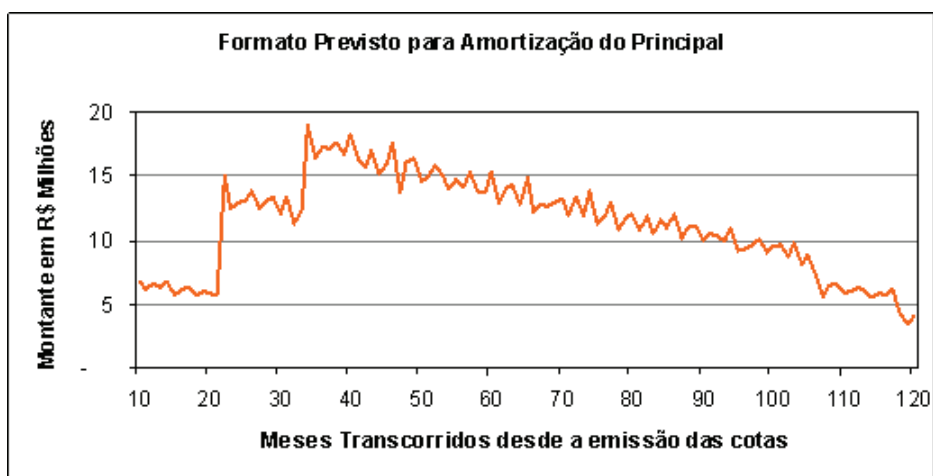
Características Gerais

O CESP IV FIDC será um condomínio fechado, com vencimento final de 120 meses (10 anos) após a data de emissão das cotas. A emissão pode ser vendida no Brasil para investidores qualificados, incluindo empresas e clientes de *private banking*, fundos de pensão, seguradoras e outros fundos de investimento.

O Fundo comprará recebíveis originados pela CESP por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs) com as Distribuidoras Cedidas.

O Fundo emitirá cotas em reais que receberão o suporte de: (a) direitos creditórios originados pelo fornecimento de energia elétrica de acordo com os CCEARs, e/ou; (b) outros instrumentos de renda fixa e caixa. O rendimento e o valor de face das cotas serão pagos pelo fluxo de caixa proveniente dos ativos subjacentes.

As cotas seniores serão amortizadas em 111 prestações mensais após um período de carência de nove meses. As cotas subordinadas somente serão resgatadas após a amortização da totalidade das cotas seniores. O gráfico abaixo demonstra o formato proposto de amortização do principal.



Fonte: Conforme Anexo III do regulamento da transação.

Lista de Distribuidoras Cedidas

Distribuidora	% do Fluxo Total Esperado
CELESC	23,64%
CPFL PAULISTA	8,69%
ELETROPAULO	6,61%
CEMIG	6,58%
CELPE	5,86%
COELBA	4,19%
COPEL DIST.	3,41%
LIGHT	3,32%
ELEKTRO	2,95%
AES SUL	2,94%
CELPA	2,90%
CPFL PIRATININGA	2,86%
COELCE	2,73%
AMPLA	2,70%
BANDEIRANTE	2,53%
COSERN	2,23%
ESCELSA	2,23%
CEEE	1,99%
CEMAT	1,86%
CEMAR	1,69%
ENERGIPE	1,48%
CEB	1,11%
CEPISA	1,09%
ENERSUL	0,86%
SAELPA	0,84%
CEAL	0,67%
CELTINS	0,55%
SANTA CRUZ	0,39%
CAIUA	0,31%
BRAGANTINA	0,25%
CELB	0,21%
EEVP	0,19%
CFLCL	0,12%
NACIONAL	0,02%

Fonte: Fluxo total esperado com base nas informações de fluxo de caixa fornecidas pelos estruturadores da transação à Standard & Poor's.

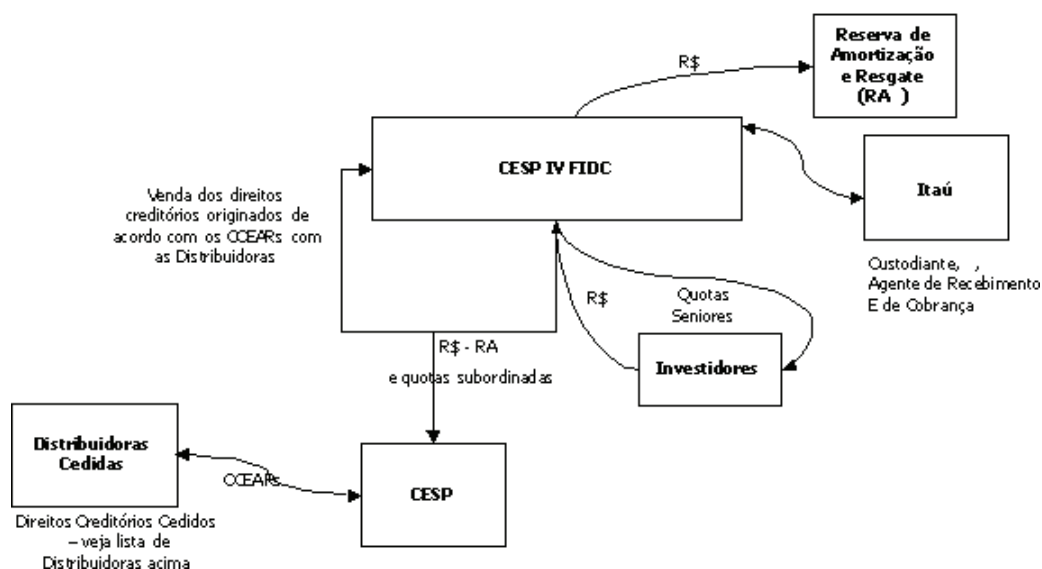
O conjunto de Distribuidoras Cedidas acima representa os Direitos Creditórios que são vendidos incondicionalmente e sob condição suspensiva. Isso significa que somente o CESP IV FIDC tem direitos sobre esses recebíveis até que eles sejam liberados para o originador (CESP).

O Fundo também terá, desde sua data de emissão, uma Reserva de Amortização e Resgate (RA), igual à amortização do período corrente mais o montante referente aos dois próximos períodos (um total de três períodos de amortização, ou o equivalente ao montante de três períodos de amortização

mais juros em um título de dívida).

Veja a Figura abaixo para uma descrição da estrutura do Fundo em sua data de emissão.

Diagrama da Estrutura



Fluxo de Eventos do CESP IV FIDC

1. Emissão das quotas seniores, aquisição dos Direitos Creditórios e formação da Reserva de Amortização e Resgate.
2. A CESP fornece energia às Distribuidoras Cedidas.
3. As Distribuidoras Cedidas pagam pela energia na conta do Fundo mantida no Agente de Recebimento e Pagamento.
4. O Administrador informa ao Agente de Recebimento a destinação dos recursos recebidos na conta do Fundo.
5. O Agente de Recebimento processa a destinação dos recursos e o Fundo realiza os pagamentos nas datas de amortização ou resgate das quotas seniores.

Ordem de Alocação de Recursos do Fundo

1. Custos e despesas do Fundo.
2. Reserva para o pagamento de custos e despesas do Fundo no período seguinte.
3. Amortização de cotas seniores.
4. Reserva para despesas relacionadas à liquidação do Fundo.

Crêterios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios do CESP IV FIDC

Os direitos creditórios elegíveis são somente aqueles oriundos dos CCEARs entre a CESP e as Distribuidoras Cedidas.

Para a inclusão de novos direitos creditórios na carteira de ativos do Fundo h a necessidade da convocação de uma Assembléa, na qual os quotistas decidirão sobre os procedimentos e critérios a serem seguidos para a aceitação dos novos direitos creditórios.

Análise de Fluxo de Caixa do CESP IV FIDC

Revisão Creditícia

A Standard & Poor's realizou uma análise de fluxo de caixa baseada em um montante total de emissão de R\$ 1.250 milhões de cotas seniores. Como o Fundo terá uma remuneração-alvo baseada no CDI (taxa máxima do *bookbuilding* de CDI + 1,75% a.a.), esse  ndice foi submetido a testes de estresse nos quais foram consideradas também despesas adicionais.

A análise de fluxo de caixa foi baseada nos seguintes fatores: (a) estresse do volume da energia elétrica vendida para as Distribuidoras Cedidas, (b) falência de Distribuidoras Cedidas (por meio da redução do fluxo de caixa esperado) e (c) racionamento de energia durante a vida do Fundo.

Para a simulação de falência das Distribuidoras Cedidas, a Standard & Poor's utilizou um de seus modelos proprietários que, com base na qualidade de crédito de cada uma das Distribuidoras Cedidas, criou uma distribuição conjunta de probabilidade de inadimplência para o grupo de empresas. O resultado dessa distribuição foi aplicado, sob a forma de redução do fluxo de caixa esperado, na análise de fluxo de caixa para o nível da classificação atribuída.

A Standard & Poor's considerou diversos cenários de estresse. Seguem abaixo os principais cenários utilizados:

Cenário	Preço	Volume	Outras premissas/ comentários
1– Base	Preços de acordo com os CCEARs (com correção pelo IPCA)	Volume Médio de acordo com os CCEARs	5% de redução de volume em função da sazonalidade + 5% de redução de volume resultante da perda de participação de mercado em função dos consumidores livres
2– Estresse 1	Igual ao Caso Base	Volume Menor	10% de redução de volume em função da sazonalidade + 5% de redução de volume resultante da perda de participação de mercado em função dos consumidores livres
3– Estresse 2	Igual ao Caso Base	Volume Mínimo	10% de redução de volume em razão da sazonalidade + 5% de redução de volume como resultado da perda de participação de mercado em função dos consumidores livres. Redução adicional de volume de 5,5%, em função do racionalismo do sistema . Redução adicional de 9,04% no fluxo de caixa esperado, refletindo ajuste na qualidade de crédito do conjunto de Distribuidoras Cedidas.

Risco de Descasamento de Taxas

Como h a um descasamento entre o  ndice de reajuste dos CCEARs (anualmente corrigidos pelo IPCA) e a taxa de remuneração-alvo do CESP IV FIDC (CDI + 1,75% a.a. a ser confirmada em procedimento de *bookbuilding*), o fluxo de caixa dos ativos do Fundo precisa cobrir esse risco. Após realizar a

análise de fluxo de caixa em diversos cenários de estresse, a Standard & Poor's acredita que a proteção creditícia fornecida pela sobrecolateralização (*overcollateralization*), subordinação e a RA são suficientes para atenuar esse risco.

É importante destacar que, ao contrário do que acontece em instrumentos de dívida, um fundo não promete aos seus investidores (cotistas) o pagamento de principal ou juros em nenhuma data específica. Assim, cada cotista espera apenas receber uma remuneração alvo, que é somente uma meta e não uma promessa. Conseqüentemente, o rating da Standard & Poor's atribuído ao CESP IV FIDC avalia o nível de proteção contra perdas decorrentes de inadimplência dos títulos em sua carteira, e baseia-se na abordagem de matriz de crédito derivada do histórico de inadimplência e de transição de ratings da Standard & Poor's, mas não avalia a capacidade do Fundo de pagar juros ou principal a seus cotistas nem riscos de mercado, como o risco de amortização antecipada de cotas aos investidores.

Fungibilidade (Commingling)

O risco de fungibilidade refere-se à possibilidade de os recebimentos serem fungíveis aos de outros recebíveis da CESP. Como todos os pagamentos das Distribuidoras Cedidas serão recebidos diretamente pelo agente de recebimento e pagador (Itaú) e, então, transferidos para o Fundo ou para a CESP (originador), o risco de fungibilidade será efetivamente mitigado nessa transação.

Risco Cambial

Não há risco cambial para os cotistas, uma vez que as cotas são emitidas em reais e garantidas por recebíveis de crédito denominados em reais.

Eventos de Avaliação do CESP IV FIDC

Qualquer um dos seguintes eventos será considerado um evento de avaliação, que, por sua vez, obrigará o Fundo a realizar uma Assembléia Geral de Cotistas para deliberar se o evento deve se transformar em um Evento de Liquidação e, portanto, se os procedimentos de liquidação do Fundo devem ou não ser iniciados. Ambos os Eventos de Avaliação e Liquidação permitem ao Fundo reter 100% dos fluxos dos CCEARs das Distribuidoras Cedidas na Conta de Recebimento.

Os Eventos de Avaliação mais relevantes são:

- a. Utilização sem recomposição por dois períodos consecutivos ou três não consecutivos nos seis meses anteriores da RA;
- b. Falência ou recuperação judicial ou extra-judicial de qualquer Distribuidora Cedida que represente mais de 4% do total que circulou na conta de recebimento do Fundo, ou 20% conjuntamente;
- c. Descumprimento por parte da CESP de quaisquer de suas obrigações sob os documentos da transação;
- d. Mudança de controle acionário da CESP;
- e. Rescisão de CCEARs com Distribuidoras Cedidas que representem mais de 20% da Quantidade Mínima Mensal (QMM) no período de disponibilidade em questão;
- f. Amortização antecipada ou inadimplência de qualquer dívida da CESP cujo valor seja superior a R\$ 22,5 milhões;

g. Rebaixamento das cotas seniores do CESP IV FIDC abaixo de 'brA-f';

h. Caso, a partir do período de disponibilidade que se inicia em março de 2008, o índice de cobertura seja por dois meses consecutivos ou três meses alternados em um período de doze meses, igual ou inferior a 1,20x.

Eventos de Liquidação do CESP IV FIDC

Qualquer um dos seguintes eventos será considerado um evento de liquidação, que, por sua vez, obrigará o Fundo a: (1) informar os cotistas; (2) iniciar os procedimentos de liquidação do Fundo; e (3) convocar uma Assembleia Geral de Cotistas para que eles possam decidir se os procedimentos para liquidação antecipada devem ou não continuar.

Os Eventos de Liquidação mais relevantes são:

a. Término da concessão da CESP;

b. Falência ou reorganização da CESP;

c. Quebra ou rescisão dos documentos do Fundo;

d. Rescisão do Contrato de Cessão;

e. Decisão dos cotistas em Assembleia Geral de que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;

f. O Fundo não conseguir substituir seu Administrador.

Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2007 pela The McGraw-Hill Companies, Inc. A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completitude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

The McGraw-Hill Companies

6. Modelo de CCEAR Cedido

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
NO AMBIENTE REGULADO - CCEAR**

CCEAR Nº / 04
PRODUTO 2005/2012 (INÍCIO e TÉRMINO DO
SUPRIMENTO)

**CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA
ELÉTRICA NO AMBIENTE REGULADO - CCEAR NA
MODALIDADE QUANTIDADE DE ENERGIA QUE
ENTRE SI FAZEM A _____ E A _____.**

De um lado, a _____, empresa _____ (*concessionária, permissionária ou autorizada*) para _____ (gerar, importar ou comercializar) energia elétrica, com sede na Rua _____, na cidade de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, doravante denominado VENDEDOR, e de outro lado _____, empresa titular de _____ (*concessão, permissão ou autorização*) de serviços e instalações de distribuição para fornecer energia elétrica a consumidor final, com sede na Rua _____, na cidade de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, denominada simplesmente COMPRADOR, quando em conjunto denominadas partes, e separadamente PARTE, neste ato representadas por seus representantes legais ao final assinados, nos termos do seu Contrato Social ou Estatuto Social;

CONSIDERANDO QUE:

- I. as partes participaram de Leilão para Compra de Energia Elétrica ("LEILÃO"), visando ao atendimento das necessidades de suprimento de energia elétrica do COMPRADOR, conforme o Edital de Leilão nº 001/2004 do MAE, realizado nos termos da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, da Portaria MME nº 231, de 30 de setembro de 2004, da Resolução Normativa ANEEL nº 110, de 3 de novembro de 2004, e demais disposições aplicáveis;
- II. o VENDEDOR declarou que possui lastro para a venda, nos termos do art. 2º do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004 e do item 3.3 do referido Edital do LEILÃO;
- III. o COMPRADOR adquiriu energia elétrica do VENDEDOR no LEILÃO, e a comercialização realizada, de natureza regulada, deve ser acompanhada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, para os fins previstos na legislação referida, na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, nas REGRAS e nos PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO;

As partes têm entre si justo e acordado celebrar o presente CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO AMBIENTE REGULADO, doravante denominado "CONTRATO" ou "CCEAR", o qual se regerá pelas disposições da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como pelas REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, e de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO

1.1. O presente CONTRATO tem por objeto estabelecer os termos e as condições da compra e venda de energia elétrica, com POTÊNCIA ASSOCIADA, realizada entre o COMPRADOR e o VENDEDOR, em decorrência do LEILÃO ocorrido em 07/12/2004, conforme os montantes indicados na tabela da subcláusula 6.1 deste CONTRATO.

1.2. São partes integrantes do presente CONTRATO:

- a) ANEXO I – DECLARAÇÃO DE LASTRO PARA A VENDA;
- b) ANEXO II – NOMENCLATURA TÉCNICA;
- c) ANEXO III – CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA; e
- d) ANEXO IV – CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS.

CLÁUSULA 2ª – DAS DEFINIÇÕES E PREMISSAS

2.1. Objetivando o perfeito entendimento e precisão da terminologia técnica empregada neste CONTRATO e seus anexos, ficam definidos os conceitos dos termos e expressões grafados em letra maiúscula, relacionados no ANEXO II – NOMENCLATURA TÉCNICA, como parte integrante deste CONTRATO.

2.2. A utilização das definições constantes neste CONTRATO, no plural ou no singular, no masculino ou no feminino, não altera os significados a elas atribuídos.

2.3. No caso de divergências entre as disposições constantes do presente CONTRATO e os termos dispostos no seu ANEXO II, deverão prevalecer as disposições deste CONTRATO.

CLÁUSULA 3ª – DA MODALIDADE DO CONTRATO

3.1. O presente CONTRATO é celebrado na modalidade de quantidade de energia elétrica, com POTÊNCIA ASSOCIADA, sendo que:

- I. o ponto de entrega da ENERGIA CONTRATADA será no CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO do VENDEDOR, conforme indicado na subcláusula 6.1 deste CONTRATO; e
- II. os custos decorrentes dos riscos hidrológicos serão assumidos pelo VENDEDOR.

3.2. Os riscos financeiros eventualmente impostos ao COMPRADOR, decorrentes de diferenças de preços entre SUBMERCADOS, serão tratados de acordo com as REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO.

CLÁUSULA 4ª – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente CONTRATO entra em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência até o dia 31 de dezembro de *(ADAPTAR, conforme os prazos de duração de suprimento de cada PRODUTO).*

4.2. O início do suprimento da ENERGIA CONTRATADA, com POTÊNCIA ASSOCIADA dar-se-á à zero hora do dia 1º de janeiro do ano de 2005 *(OU 2006, 2007, 2008 OU 2009)* e o término do suprimento ocorrerá às 24 (vinte e quatro) horas do dia 31 de dezembro do ano de *(ADAPTAR A CLÁUSULA, pois o início do suprimento poderá ocorrer em 2005, 2006 ou 2007, conforme os PRODUTOS demandados no LEILÃO).*

4.3. O término do prazo de vigência deste CONTRATO não afetará quaisquer direitos ou obrigações das partes, ainda que anteriores a tal evento e que seu exercício ou cumprimento se dê após o término do CONTRATO.

4.4. O suprimento da ENERGIA CONTRATADA, com POTÊNCIA ASSOCIADA, vigorará pelos prazos previstos na subcláusula 4.2, independentemente do prazo final da concessão, permissão ou autorização do COMPRADOR.

4.5. Na eventualidade do prazo final da concessão, permissão ou autorização do COMPRADOR ou do VENDEDOR encerrar-se antes do término do suprimento, o sucessor da titularidade da respectiva concessão, permissão ou autorização assumirá todas as obrigações e direitos previstos no presente CONTRATO.

CLÁUSULA 5ª – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Todas as atividades, operações e processos previstos neste CONTRATO, independentemente de sua definição e tratamento neste instrumento, deverão ser realizados conforme o previsto na legislação aplicável, em regulação da ANEEL, neste instrumento, na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, nas REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO e nos PROCEDIMENTOS DE REDE específicos.

5.2. As exigências operacionais para a disponibilização da ENERGIA CONTRATADA e POTÊNCIA ASSOCIADA deverão ser atendidas pelo VENDEDOR, conforme normas estabelecidas pela ANEEL, e as condições e padrões estabelecidos nos PROCEDIMENTOS DE REDE.

5.3. As partes concordam que será de inteira responsabilidade do VENDEDOR arcar com todos os riscos, obrigações, responsabilidades, TRIBUTOS, tarifas, encargos de uso do sistema de transmissão, de uso do sistema de distribuição e de conexão, e perdas de transmissão porventura devidas e/ou verificadas em face da disponibilização da ENERGIA CONTRATADA e POTÊNCIA ASSOCIADA no CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO do VENDEDOR, observado o disposto na Cláusula 3ª.

5.4 As partes concordam, ainda, que será de inteira responsabilidade do COMPRADOR arcar com todos os riscos, obrigações, responsabilidades, TRIBUTOS, tarifas, custos e encargos de uso do sistema de transmissão, de uso do sistema de distribuição de conexão, e perdas de transmissão porventura incidentes e/ou verificadas após a disponibilização da ENERGIA CONTRATADA e POTÊNCIA ASSOCIADA no CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO do VENDEDOR, observado o disposto na Cláusula 3ª.

CLÁUSULA 6ª – DAS CONDIÇÕES GERAIS DE COMPRA E VENDA

6.1. Para fins deste CONTRATO, o VENDEDOR disponibilizará, no CENTRO DE GRAVIDADE dos seus SUBMERCADOS, as ENERGIAS CONTRATADAS e respectiva POTÊNCIA ASSOCIADA, nos montantes iniciais de ENERGIA CONTRATADA especificados nas Tabela 01 e 02:

Tabela 01 – ENERGIA CONTRATADA em MWh

ANO DE SUPRIMENTO	SUBMERCADO			
	Sul	Sudeste / Centro-Oeste	Nordeste	Norte
2005				
2006				
2007				
2008				
2009				
2010				
2011				
2012				
2013				
2014				

Tabela 02 – Potência Associada em MWh/h

ANO DE SUPRIMENTO	SUBMERCADO			
	Sul	Sudeste / Centro-Oeste	Nordeste	Norte
2005 a 2014				

6.2. Na hipótese de alocação de ENERGIA CONTRATADA em mais de um SUBMERCADO, a CCEE deverá registrar o presente CCEAR considerando um registro contratual independente para cada SUBMERCADO, para fins de controle, monitoramento, contabilização, aplicação do MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DE SOBRAS E DÉFICITS e outros fins previstos na CONVENÇÃO, nas REGRAS e nos PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO.

6.3. A SAZONALIZAÇÃO e a MODULAÇÃO deste CONTRATO, os riscos de exposição a diferenças de preços entre SUBMERCADOS, e os riscos hidrológicos do presente serão tratados conforme o previsto neste CONTRATO, na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, nas REGRAS e nos PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO.

6.4. A sazonalização de um CCEAR será realizada de comum acordo entre o VENDEDOR e o COMPRADOR e, caso não seja efetuada nos prazos previstos em PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, deverá ser feita seguindo o perfil de carga declarada pelo COMPRADOR ao final de cada ano e consolidada pelo SIMPLES ou seu sucedâneo, de acordo com limites máximos e mínimos situados entre 85% e 115% da média anual da ENERGIA CONTRATADA, respeitados os limites de POTÊNCIA ASSOCIADA.

6.5. A MODULAÇÃO da ENERGIA CONTRATADA para cada PERÍODO DE COMERCIALIZAÇÃO de cada MÊS CONTRATUAL, respeitados os limites de POTÊNCIA ASSOCIADA, deverá ser realizada pelo Sistema de Contabilização e Liquidação – SCL em conformidade com as REGRAS e PROCEDIMENTOS de COMERCIALIZAÇÃO aplicáveis.

6.6. Os PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO regerão os prazos para informação da SAZONALIZAÇÃO e da MODULAÇÃO das ENERGIAS CONTRATADAS, bem como o tratamento a ser dado em caso de seu descumprimento.

6.7. A venda da ENERGIA CONTRATADA objeto deste CONTRATO não implica sua entrega física de energia por parte do VENDEDOR, podendo a ENERGIA CONTRATADA ser entregue por AGENTE DA CCEE ou pelo conjunto dos AGENTES, em razão da operação otimizada do Sistema Interligado Nacional – SIN, mantendo-se, porém, para todos os efeitos, a responsabilidade contratual pela entrega da energia como sendo do VENDEDOR referido no CONTRATO.

6.8. A ENERGIA CONTRATADA deverá ser entregue no CENTRO DE GRAVIDADE dos SUBMERCADOS do VENDEDOR, considerando a POTÊNCIA ASSOCIADA.

6.9. Os montantes iniciais da ENERGIA CONTRATADA previstos nesta Cláusula poderão ser reduzidos, nas condições e forma constantes da Cláusula 7ª.

6.10. Em caso de racionamento, deverá ser observado o disposto no artigo 22 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, ou na legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª – DA CESSÃO E REDUÇÃO DA ENERGIA CONTRATADA

7.1. A critério exclusivo do COMPRADOR, nos termos do art. 29 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e observadas as REGRAS e os PROCEDIMENTOS de COMERCIALIZAÇÃO, a ENERGIA CONTRATADA poderá ser reduzida, em razão:

- I. do exercício pelos CONSUMIDORES POTENCIALMENTE LIVRES da opção de compra de energia elétrica proveniente de outro fornecedor;

-
- II. de outras variações de mercado, hipótese na qual poderá haver, em cada ano, redução de até quatro por cento do montante inicial contratado, independentemente do prazo de vigência contratual, do início do suprimento e dos montantes efetivamente reduzidos nos anos anteriores; e
 - III. de acréscimos na aquisição de energia elétrica, decorrentes de contratos celebrados até 16 de março de 2004, observado o disposto no art. 21 da Lei nº 10.848, de 2004.

7.2. A redução prevista no inciso I da subcláusula 7.1, e observados os PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO específicos:

- I. terá eficácia a partir do mês da efetiva aquisição de energia de outro fornecedor pelos CONSUMIDORES POTENCIALMENTE LIVRES, que não tenham firmado novos contratos ou prorrogado os contratos existentes, observado o disposto nos art. 49 e 72 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004;
- II. terá eficácia a partir do ano seguinte ao da declaração de necessidades de energia de que trata o art. 18 do Decreto nº 5.163, de 2004, apresentada pelo COMPRADOR, relativamente aos CONSUMIDORES POTENCIALMENTE LIVRES que tenham firmado novos contratos ou prorrogado os contratos existentes, observado o disposto nos art. 49 e 72 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004; e
- III. deverá ser precedida de MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DE SOBRAS E DÉFICITS, conforme previsto no art. 3º do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004.

7.3. As reduções anuais dos montantes contratados, devido a outras variações de mercado, previstas no inciso II da subcláusula 7.1, terão eficácia no primeiro dia de cada ano de suprimento, a partir do segundo ano subsequente ao da declaração que deu origem à compra do COMPRADOR, e tais reduções deverão ser precedidas de MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DE SOBRAS E DÉFICITS.

7.4. As reduções anuais dos montantes contratados de que trata o inciso III da subcláusula 7.1 terão eficácia a partir do primeiro dia do mês em que ocorrer o suprimento relativo à respectiva contratação, e tais reduções deverão ser precedidas de MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DE SOBRAS E DÉFICITS.

7.5. As reduções de ENERGIA CONTRATADA deverão implicar a correspondente redução de POTÊNCIA ASSOCIADA.

7.6. O MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DE SOBRAS E DÉFICITS será operacionalizado pela CCEE conforme REGRAS E PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, sem afetar a receita do VENDEDOR com o CCEAR, observado o disposto na subcláusula 7.7.

7.7. No caso de aplicação do MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DE SOBRAS E DÉFICITS, o COMPRADOR fica autorizado pelo VENDEDOR, desde já, com sua anuência prévia e expressa, a ceder montantes de ENERGIA CONTRATADA a outros AGENTES DISTRIBUIDORES, nos seguintes termos:

-
- I. o COMPRADOR, como cedente, deverá informar ao VENDEDOR os montantes de ENERGIA CONTRATADA cedidos a outros AGENTES DISTRIBUIDORES, indicando os PERÍODOS DE SUPRIMENTO, os respectivos valores envolvidos na cessão e dados dos COMPRADORES para fins de faturamento;
 - II. a cessão deverá ser efetuada mediante assinatura de termo de cessão de direitos e obrigações contratuais entre o COMPRADOR cedente e os AGENTES DISTRIBUIDORES cessionários, que deverá conter, entre outras, cláusula de adesão integral e expressa ao disposto neste CONTRATO;
 - III. os montantes de ENERGIA CONTRATADA a serem reduzidos serão considerados individualmente, conforme cada CCEAR e PERÍODOS DE SUPRIMENTO contratados;
 - IV. a cessão deverá ser irrevogável e irretratável, tendo validade por todo o período de vigência remanescente do respectivo CCEAR;
 - V. os valores envolvidos na cessão deverão ser proporcionais aos montantes de ENERGIA CONTRATADA cedidos pelo COMPRADOR, observado o disposto neste CONTRATO sobre o PREÇO DE VENDA e respectiva atualização monetária;
 - VI. a partir do início do suprimento previsto no termo de cessão de direitos contratuais, o VENDEDOR irá proceder ao faturamento dos valores devidos diretamente ao COMPRADOR e aos AGENTES DISTRIBUIDORES cessionárias, observada a proporcionalidade prevista no inciso V;
 - VII. o COMPRADOR cedente e os AGENTES DISTRIBUIDORES cessionários deverão registrar na ANEEL e no MAE ou na CCEE os termos de cessão de direitos e obrigações contratuais, os que equivalerão ao presente CCEAR, para todos os fins.

7.8. Os AGENTES DISTRIBUIDORES cessionários previstos na subcláusula 7.7 deverão aportar novas GARANTIAS FINANCEIRAS em favor do VENDEDOR, conforme previsto na Cláusula 11, equivalentes aos montantes de ENERGIA CONTRATADA cedidos pelo COMPRADOR, que ficará autorizado a liberar suas respectivas garantias, na mesma proporção, de forma a que as garantias apresentadas ao VENDEDOR sejam mantidas em sua integralidade.

CLÁUSULA 8ª – DO PREÇO DE VENDA

8.1. O COMPRADOR pagará mensalmente ao VENDEDOR, a partir do início do PERÍODO DE SUPRIMENTO, o valor atualizado conforme previsto nas subcláusulas 8.2 e 8.3, considerando o valor do PREÇO DE VENDA de R\$,..... (.....), por megawatt-hora, referente a janeiro de 2005.

ADAPTAR CADA CCEAR, CONFORME OS PRODUTOS E RESPECTIVOS PREÇOS DE VENDA.

8.2. O PREÇO DE VENDA será atualizado monetariamente, a partir de 1º de janeiro de 2005, com base no IPCA.

8.3. A primeira atualização monetária, independentemente do início do PERÍODO DE SUPRIMENTO, deverá ocorrer somente na data base do reajuste tarifário do COMPRADOR, respeitado o prazo mínimo legal de doze meses, e observada a seguinte fórmula:

$$PVi = PV0 \times (I_i / I_0)$$

Onde:

PV0 – é o PREÇO DE VENDA;

I₀ – é o índice referente ao mês de dezembro de 2004;

PVi – será o novo PREÇO DE VENDA corrigido; e

I_i – é o valor do índice acumulado de preços adotado desde dezembro de 2004 até o mês anterior a data base de reajuste tarifário do COMPRADOR e, para os cálculos a serem efetuados, deverão ser adotadas seis casas decimais exatas, desprezando-se os demais algarismos a partir da sétima casa, inclusive.

8.4. As atualizações monetárias subseqüentes à primeira também deverão ocorrer na data base do reajuste tarifário do COMPRADOR, observando-se a mesma fórmula prevista na subcláusula 8.3.

8.5. Caso o índice de preço não seja publicado até o momento do faturamento pelo VENDEDOR, será utilizado o último índice publicado. No primeiro faturamento após a publicação do índice que deveria ter sido utilizado será efetuado o ajuste no PREÇO DE VENDA e dos faturamentos efetuados com base no índice provisório.

8.6. Caso venha a ocorrer a extinção do índice de correção previsto nesta Cláusula, adotar-se-á outro índice oficial que venha a substituí-lo, e na falta deste, outro com função similar, conforme determinado pelo Poder Concedente.

8.7. As partes reconhecem que o PREÇO DE VENDA previsto nesta Cláusula, em conjunto com as respectivas regras de correção monetária previstas neste CONTRATO, é suficiente, nesta data, para o cumprimento das obrigações previstas no presente instrumento.

8.8. Caso sejam criados, após a data de assinatura deste contrato, novos tributos, encargos setoriais ou contribuições parafiscais e outros encargos legais, ou modificada a base de cálculo e/ou alíquotas dos atuais, de forma a aumentar ou diminuir o ônus das partes com repercussão na economia contratual, o PREÇO DE VENDA será adequado de modo a refletir tais alterações, para mais ou para menos.

CLÁUSULA 9ª – DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento mensal devido pelo COMPRADOR ao VENDEDOR será realizado mediante a emissão de uma única Nota Fiscal / Fatura, desdobrada em três vencimentos, cada uma equivalente a um terço do valor mensal a ser pago ao VENDEDOR, conforme as seguintes datas e condições:

- (i) Primeiro vencimento: Até o dia 15 do mês seguinte ao mês do suprimento considerado;

-
- (ii) Segundo vencimento: Até o dia 25 do mês seguinte ao mês do suprimimento considerado; e
 - (iii) Terceiro vencimento: Até o dia 05 do segundo mês seguinte ao mês do suprimimento considerado.

- I. A fatura, com os correspondentes vencimentos, será apresentada pelo VENDEDOR no prazo de, no mínimo, cinco dias úteis anteriormente à data do primeiro vencimento. No caso de atraso na apresentação, por motivo imputável ao VENDEDOR, as datas de vencimento serão automaticamente postergadas por prazo igual ao do atraso verificado.
- II. Os pagamentos mencionados nas alíneas desta Cláusula deverão ser efetuados por crédito em conta corrente bancária a ser indicada pelo VENDEDOR, por meio de transferência eletrônica de disponível – TED, ou, ainda, mediante cobrança bancária ou outro mecanismo a critério do VENDEDOR.
- III. Eventuais despesas financeiras por conta da realização do crédito em conta corrente bancária do VENDEDOR, nos termos do parágrafo precedente, correrão por conta do COMPRADOR.

9.2. Caso o valor do pagamento mensal seja inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil Reais), o pagamento deverá ser efetuado pelo COMPRADOR de uma só vez, na data prevista para o segundo vencimento, ou seja, até o dia 25 do mês seguinte ao mês do suprimimento.

9.3. O limite de valor previsto na subcláusula 9.2. deverá ser reajustado anualmente, na mesma proporção do PREÇO DE VENDA reajustado.

9.4. Os pagamentos devidos pelo COMPRADOR ao VENDEDOR deverão ser efetuados livres de quaisquer ônus e deduções não autorizadas, e eventuais despesas financeiras decorrentes dos referidos pagamentos correrão por conta do COMPRADOR.

9.5. Caso as datas de vencimento previstas nesta Cláusula ocorram em dia não útil, no município de (.....) **(PREENCHER CADA CCEAR DE ACORDO COM O MUNICÍPIO DO VENDEDOR)** escolhido para pagamento da fatura, o pagamento poderá ser efetuado pelo COMPRADOR no primeiro dia útil subsequente.

9.6. O não cumprimento da obrigação de pagamento pelo COMPRADOR, nos prazos e condições determinados nesta Cláusula, implicará a aplicação de penalidade de multa e a incidência de juros e atualização monetária sobre o valor devido, nos termos da Cláusula 10.

9.7. Na hipótese de inadimplência no pagamento de qualquer valor devido pelo COMPRADOR, o VENDEDOR poderá adotar as medidas previstas na Cláusula 11 para a realização de seu crédito.

9.8. As divergências eventualmente apontadas no faturamento da ENERGIA CONTRATADA não afetarão os prazos para pagamento das faturas, devendo a diferença, se houver, ser compensada em fatura subsequente, podendo, de comum acordo entre as partes, ser compensada no próprio mês.

9.9. Caso, em relação a qualquer fatura, existam montantes incontroversos e montantes em relação aos quais o COMPRADOR tenha questionado a respectiva certeza e liquidez, o COMPRADOR, independentemente do questionamento apresentado ao VENDEDOR, por escrito, deverá, na respectiva data de vencimento, efetuar o pagamento da parcela incontestada, sob pena de, em não o efetuando, caracterizar-se o inadimplemento do COMPRADOR.

9.10. Sobre qualquer soma contestada, representando créditos para uma parte, que venha posteriormente a ser acordada ou definida como sendo devida pelo VENDEDOR outra parte, aplicar-se-á o disposto na subcláusula 10.2, excetuando-se a multa. Os juros e a correção monetária incidirão desde a data do vencimento da parcela contestada até a data de sua liquidação.

CLÁUSULA 10 – DA MORA NO PAGAMENTO E SEUS EFEITOS

10.1. Fica caracterizada a mora quando o COMPRADOR deixar de liquidar qualquer dos pagamentos até a data de seu vencimento.

10.2. No caso de mora, incidirão sobre a parcela em atraso, corrigida monetariamente até a data do pagamento, os seguintes acréscimos:

- a) multa de 2% (dois por cento); e
- b) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*.

10.3. Os acréscimos moratórios previstos nas alíneas acima incidirão sobre o valor das parcelas em atraso, mensalmente corrigidas monetariamente pela variação *pro rata die* do índice previsto na subcláusula 8.2 relativo ao mês anterior, observado o disposto na subcláusula 8.5.

10.4. Se no período de atraso a correção monetária for negativa, será considerada nula.

CLÁUSULA 11 – DAS GARANTIAS FINANCEIRAS

11.1. As partes devem celebrar um instrumento jurídico-financeiro como garantia do fiel cumprimento das obrigações do presente CONTRATO, dentre as quais: (i) fiança bancária; (ii) CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA ou (iii) cessão de CDB, observados os prazos constantes do item 8.1.3 do EDITAL, sendo que os modelos para os dois últimos contratos constam dos ANEXOS III e IV, respectivamente.

11.1.1. Se a GARANTIA FINANCEIRA vincular recebíveis da COMPRADORA, a aceitação obrigatória da VENDEDORA estará condicionada à aprovação prévia da ANEEL quanto à vinculação dos recebíveis.

11.1.2. No caso de CDB e FIANÇA BANCÁRIA, se no prazo de 60 (sessenta) dias não houver acordo quanto à definição da GARANTIA FINANCEIRA, as PARTES deverão solicitar a mediação da ANEEL para o caso, hipótese na qual deverá haver prorrogação da vigência das garantias provisórias previstas na subcláusula 11.2 por períodos iguais e sucessivos.

11.2. No prazo de até três dias corridos a contar da assinatura deste CONTRATO, caso não seja possível as partes acordarem qualquer das garantias mencionadas na subcláusula 11.1., o COMPRADOR deverá oferecer garantias provisórias no valor correspondente, que vigorarão pelo prazo máximo de sessenta dias corridos, constituídas de:

- I. moeda corrente nacional;
- II. títulos públicos devidamente aprovados pelo VENDEDOR;
- III. cartas de fianças ou cartas de créditos emitidas por instituições com sede no país ou no exterior devidamente aprovadas pelo VENDEDOR; e
- IV. outra forma aceita pelo VENDEDOR.

11.3. No prazo de vigência das garantias provisórias previstas em 11.2, as partes ficarão obrigadas a acordar um instrumento jurídico-financeiro de garantia dentre aqueles listados na subcláusula 11.1. Não o fazendo, o presente CONTRATO será considerado rescindido, sem prejuízo dos direitos e obrigações dele decorrentes durante o período de sua vigência.

11.4. O COMPRADOR poderá substituir, a qualquer momento, desde que em comum acordo com o VENDEDOR, as garantias concedidas, respeitando as opções listadas no item 11.1.

CLÁUSULA 12 – DA RESCISÃO

12.1. Não obstante o caráter irrevogável e irretratável do CONTRATO, este poderá ser rescindido de pleno direito, a critério da parte adimplente, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

- I. caso seja decretada a falência, a dissolução ou a liquidação judicial ou extrajudicial da outra parte, mediante aviso ou notificação com antecedência de dez dias;
- II. na eventualidade da outra parte ter revogada qualquer autorização legal, governamental ou regulatória indispensável ao cumprimento das atividades e obrigações previstas neste CONTRATO, inclusive mas não se limitando à concessão de serviço público, permissão ou autorização;
- III. em caso de inadimplência do COMPRADOR, e frustrada a execução da garantia ofertada;
- IV. caso a garantia financeira apresentada se torne inexecutável por razões imputáveis ou não à ação ou omissão do COMPRADOR, e esta, notificada a substituí-la por outra garantia de igual teor e forma, não o faça no prazo de quinze dias úteis;
- V. caso o CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA não seja firmado, observado o disposto na Cláusula 11.
- VI. em caso de inadimplência de qualquer obrigação contratual por qualquer das partes.

12.2. A ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nesta Cláusula, caso não sanada no prazo máximo de quinze dias úteis, contados do recebimento de notificação por escrito, facultará à parte adimplente considerar rescindido este CONTRATO.

12.3. Ocorrendo a rescisão deste CONTRATO, a parte inadimplente obriga-se a manter a parte adimplente isenta de quaisquer obrigações e responsabilidades nos termos deste CONTRATO, inclusive no âmbito da CCEE, observado o disposto na Subcláusula 13.3, responsabilizando-se também pelo pagamento de quaisquer ônus decorrentes de tal rescisão.

12.4. A rescisão do presente CONTRATO não libera as partes das obrigações devidas até a data de rescisão e não afetará ou limitará qualquer direito que, expressamente ou por sua natureza, deva permanecer em vigor após a rescisão ou que dela decorra.

12.5. O registro deste CONTRATO será cancelado pela CCEE na hipótese de sua rescisão, observado o disposto na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO e mediante envio de notificação por uma das partes comunicando o fato.

CLÁUSULA 13 – DA RESPONSABILIDADE E INDENIZAÇÃO

13.1. A parte que, por sua ação ou omissão, der causa à rescisão do presente CONTRATO por incorrer nas hipóteses tratadas nas Cláusulas 10, 11 e 12, ficará obrigada a pagar a outra parte penalidade de multa por rescisão equivalente a trinta por cento da multiplicação do PREÇO DE VENDA vigente na data de rescisão (estipulado na Cláusula 8ª) pelo Volume de ENERGIA CONTRATADA remanescente até o final do PERÍODO DE SUPRIMENTO ("VECR"), calculado de acordo com a fórmula abaixo descrita:

Multa = 30 % x PREÇO DE VENDA x VECR, onde:

VECR – significa o volume de ENERGIA CONTRATADA remanescente entre a data de rescisão e a data de término do período de suprimento.

13.2. A parte inadimplente deverá, no prazo máximo de cinco dias úteis contados da data em que ocorrer a rescisão, efetuar o pagamento do valor estipulado no item 13.1, acrescido de juros à taxa estipulada na subcláusula 10.2, "b", calculados entre a data de cálculo da multa e das perdas e danos, retro referidas, e a data do efetivo pagamento.

13.3. Caso haja controvérsia com relação ao pagamento da penalidade prevista no item 13.1, a questão deverá ser submetida ao processo de solução de controvérsia, na forma da Cláusula 14.

13.4. A responsabilidade de cada uma das partes no âmbito deste CONTRATO estará, em qualquer hipótese, limitada aos montantes de danos que der causa, inclusive danos morais ou qualquer outra modalidade de indenização dessa mesma natureza.

13.5. Pelo descumprimento de qualquer obrigação de sua responsabilidade, o VENDEDOR e o COMPRADOR sujeitar-se-ão à aplicação das penalidades administrativas cabíveis, conforme a legislação aplicável, sem prejuízo da aplicação do disposto neste CONTRATO.

CLÁUSULA 14 – DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

14.1. Uma controvérsia se inicia com a NOTIFICAÇÃO DE CONTROVÉRSIA de uma parte a outra.

14.2. Na eventualidade de ocorrerem controvérsias derivadas deste CONTRATO, as partes buscarão solucioná-las amigavelmente no prazo de até quinze dias úteis contados do recebimento da NOTIFICAÇÃO DE CONTROVÉRSIA.

14.3. Caso as controvérsias decorrentes do presente CONTRATO não sejam solucionadas na forma da subcláusula 14.2, as partes deverão submetê-las ao processo de solução de conflitos por meio de arbitragem, incluindo o previsto na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, valendo a presente como cláusula compromissória.

14.4. Na hipótese de emissão de NOTIFICAÇÃO DE CONTROVÉRSIA anteriormente à instituição da CÂMARA DE ARBITRAGEM, as partes submeterão a controvérsia a uma câmara arbitral em funcionamento, de comum escolha entre as partes.

CLÁUSULA 15 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

15.1. Na ocorrência de um evento de caso fortuito ou força maior, nos termos do art. 393 do Código Civil, que afete ou impeça o cumprimento das obrigações contratuais, este CONTRATO permanecerá em vigor, mas a parte atingida pelo evento não responderá pelas consequências do não cumprimento de suas obrigações nos termos deste CONTRATO, durante o período de ocorrência do evento e proporcionalmente aos seus efeitos.

15.2. Nenhum evento de caso fortuito ou força maior eximirá a parte afetada de quaisquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que tenham se constituído antes dele, embora vençam durante o evento de caso fortuito ou força maior, em especial as obrigações financeiras, que deverão ser pagas nos prazos contratuais. O não cumprimento dos prazos implica incidência dos acréscimos moratórios previstos na Subcláusula 10.2.

15.3. A parte afetada que desejar invocar a ocorrência de caso fortuito ou força maior deverá adotar as seguintes medidas:

- I. notificar a outra parte da ocorrência do evento de caso fortuito ou força maior, tão logo quanto possível, mas, em nenhuma circunstância, em prazo superior a cinco dias contados da data em que tiver tomado conhecimento de sua ocorrência, fornecendo uma descrição da natureza do evento, uma estimativa de sua duração e do impacto no desempenho de suas obrigações contratuais;
- II. adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando retomar suas obrigações contratuais com a maior brevidade possível;

-
- III. informar regularmente a outra parte a respeito de suas ações e de seu plano de ação para remediar e/ou minimizar tais consequências;
 - IV. prontamente avisar a outra parte do término do evento de caso fortuito ou força maior e de suas consequências;
 - V. respaldar todos os fatos e ações com documentação ou registro disponível.

CLÁUSULA 16 – DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. O presente CONTRATO é celebrado em caráter irrevogável e irretratável pelo prazo de vigência definido na Cláusula 4ª, ressalvadas as determinações contidas na Cláusula 12.

16.2. Observado o disposto na Cláusula 7ª, o CONTRATO não poderá ser alterado, exceto por meio de aditamento escrito firmado pelas partes, observado o disposto na Lei 10.848, de 2004, no Decreto nº 5.163, de 2004, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

16.3. Ficam autorizadas cessões de direitos e/ou obrigações decorrentes deste CONTRATO, observadas as disposições contidas na Cláusula 7ª.

16.4. No caso de reestruturação societária (cisão, fusão, incorporação, criação de subsidiária etc) do VENDEDOR e/ou do COMPRADOR, fica prévia e expressamente autorizada a sub-rogação dos direitos e/ou das obrigações decorrentes deste CONTRATO, nas proporções de ENERGIA a ser alocada às novas empresas, respeitadas as condições pactuadas no presente, notadamente o PREÇO DE VENDA.

16.5. No caso da mudança de titularidade da concessão, autorização ou permissão do VENDEDOR, observado o disposto no Inciso II da subcláusula 16.7, e respeitadas as condições pactuadas no presente CONTRATO, fica prévia e expressamente assegurada a sub-rogação dos direitos e obrigações decorrentes deste CONTRATO.

16.6. Nenhum atraso ou tolerância, por qualquer das partes, relativamente ao exercício de qualquer direito, poder, privilégio ou recurso contido neste CONTRATO, será tido como passível de prejudicar tal direito, poder, privilégio ou recurso, nem será interpretado como renúncia do(s) mesmo(s) ou novação da(s) obrigação(ões).

16.7. Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste CONTRATO, as partes obrigam-se a:

- I. observar e cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável aos seus negócios sociais e às atividades a serem desempenhadas nos termos do presente CONTRATO;
- II. obter e manter válidas e vigentes, durante o prazo de vigência do CCEAR, todas as licenças e autorizações atinentes aos seus negócios sociais e/ou ao cumprimento das obrigações, inclusive no que diz respeito ao contrato de concessão, autorização ou permissão, assumidas no presente CONTRATO, exceto se tal situação for modificada por AUTORIDADE COMPETENTE e, nesse caso, as partes obrigam-se a

-
- adotar uma alternativa contratual que preserve os efeitos econômico-financeiros do CONTRATO em conformidade com o originalmente pactuado; e
- III. informar a outra parte, no prazo máximo de 48 horas contado da data do conhecimento do evento, sobre quaisquer eventos, de qualquer natureza, que possam representar uma ameaça ao cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas neste CONTRATO.

16.8. O VENDEDOR obriga-se a não celebrar quaisquer contratos de venda de ENERGIA, nem aditar os ora existentes, com o intuito de assumir quaisquer compromissos de suprimento ou fornecimento de ENERGIA em montantes que impeçam ou inviabilizem a disponibilização e venda da ENERGIA CONTRATADA nos termos deste CONTRATO.

16.9. Qualquer aviso ou outra comunicação de uma parte a outra a respeito deste CONTRATO será feita por escrito, em língua portuguesa, e poderá ser entregue ou enviada por correio registrado, fac-símile ou meio eletrônico, em qualquer caso com prova formal do seu recebimento, ao endereço e em atenção dos representantes legais, a saber:

Se para o VENDEDOR:

A/C:

Tel.:

Fax.:

E-mail:

Se para o COMPRADOR :

A/C:

Tel.:

Fax.:

E-mail:

16.10. Na hipótese de qualquer das disposições previstas neste CONTRATO vir a ser declarada ilegal, inválida ou inexecutável, as disposições remanescentes não serão afetadas, permanecendo em plena vigência e aplicação e, nessa hipótese, as partes se obrigam, desde já, a adotar uma disposição que a substitua e que atenda aos objetivos da disposição considerada ilegal, inválida ou inexecutável, e que mantenham, tanto quanto possível, em todas as circunstâncias, o equilíbrio dos interesses comerciais das partes.

16.11. O presente CONTRATO deverá ser registrado na ANEEL e no MAE, ou na CCEE, e uma cópia autenticada do original deverá ser entregue pelo VENDEDOR ao MAE, ou à CCEE, no prazo a ser estabelecido pelo MAE ou CCEE, bem como dos eventuais aditamentos ou alterações.

16.12. O registro do CONTRATO No MAE, ou na CCEE, poderá ser suspenso na hipótese de inadimplência de uma das partes no MERCADO DE CURTO PRAZO, conforme previsto na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, ficando desde já o VENDEDOR autorizado pelo COMPRADOR, e o COMPRADOR autorizado pelo VENDEDOR a proceder à referida suspensão no âmbito do MAE, ou da CCEE.

16.13. Este CONTRATO é reconhecido pelas partes como título executivo, na forma dos Artigos 583 e 585, inciso II, do Código de Processo Civil Brasileiro, para efeito de cobrança dos valores devidos.

16.14. Este CONTRATO será regido e interpretado, em todos os seus aspectos, de acordo com as leis brasileiras.

16.15. Observado o disposto na Cláusula 14, fica eleito o Foro da Comarca do Município de, Estado de, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para a finalidade específica de adoção de eventuais medidas coercitivas ou cautelares entendidas como necessárias pelas partes, bem como para a eventual execução de sentença arbitral ou o ingresso de pedido de decretação de nulidade de sentença arbitral.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes celebram o presente instrumento em duas vias de igual teor, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

_____, de _____ de _____ .
(Cidade) (Dia) (Mês) (Ano)

VENDEDOR:

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

COMPRADOR:

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

TESTEMUNHAS:

Nome:
RG:
CPF/MF:

Nome:
RG:
CPF/MF:

ANEXO I AO CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
NO AMBIENTE REGULADO
COMPROVAÇÃO DE LASTRO PARA VENDA

INSTALAÇÕES DE GERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA DE GERAÇÃO
OU
LISTAGEM DE CONTRATOS DE COMPRA E VENDA
OU
OUTRA FORMA DE COMPROVAÇÃO QUE VIER A SER DEFINIDA
(caso de importação ou de comercialização)

(A) CASO DE COMPROVAÇÃO DE LASTRO COM GERAÇÃO PRÓPRIA.

Nº	NOME USINA	POTÊNCIA INSTALADA (MW)	TIPO DE USINA

(B) CASO DE COMPROVAÇÃO DE LASTRO COM GERAÇÃO DE TERCEIROS, MEDIANTE CONTRATOS.

Nº	VENDEDOR ¹	MONTANTES CONTRATADOS (MW MÉDIO)	PRAZO DE VIGÊNCIA	
			INÍCIO	FIM

¹ Vendedor é aquele que promove a venda para o Agente que deverá comprovar o lastro.

ANEXO II AO CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO AMBIENTE REGULADO

NOMENCLATURA TÉCNICA

AGENTE DA CCEE ou AGENTE: qualquer Agente integrante da CCEE, inclusive aqueles advindos do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE;

AGENTE DISTRIBUIDOR: Agente titular de concessão, permissão ou autorização de serviços e instalações de distribuição para fornecer energia elétrica a consumidor final exclusivamente de forma regulada;

AGENTE VENDEDOR, PROPONENTE VENDEDOR ou VENDEDOR: Agente titular de concessão, permissão ou autorização para gerar, importar ou comercializar energia elétrica que participe do LEILÃO;

AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADA - ACR: segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre AGENTES VENDEDORES e AGENTES DISTRIBUIDORES, precedidas de licitação, ressalvados os casos previstos em lei, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos;

ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica, órgão normativo e fiscalizador dos serviços de energia elétrica, instituída pela Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 2.335, de 06 de outubro de 1997;

AUTORIDADE COMPETENTE: qualquer entidade governamental que tenha competência para interferir neste CONTRATO ou nas atividades das partes;

CÂMARA DE ARBITRAGEM: entidade externa eleita pelos AGENTES DA CCEE destinada a estruturar, organizar e administrar processo alternativo de solução de Conflitos, que, no exercício estrito dos direitos disponíveis, deverá dirimir Conflitos por meio de arbitragem, nos termos desta Convenção e do Estatuto da CCEE.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE: pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sob autorização do Poder Concedente e regulação e fiscalização pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, instituída nos termos do art. 4º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004, com a finalidade de viabilizar a comercialização de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional – SIN;

CENTRO DE GRAVIDADE: ponto virtual definido nas REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO para o SUBMERCADO onde será efetuada a ENTREGA SIMBÓLICA da ENERGIA CONTRATADA;

COMPRADOR(ES): AGENTE(S) DISTRIBUIDOR(ES) de energia elétrica PARTICIPANTE(S) do LEILÃO;

CONTRATO ou CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO AMBIENTE REGULADO – CCEAR: Os vencedores dos leilões de energia proveniente de empreendimentos de geração novos ou existentes deverão formalizar contrato bilateral denominado Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, celebrado entre cada agente vendedor e todos os agentes de distribuição compradores;

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG: contrato firmado entre o COMPRADOR e o VENDEDOR para garantir a execução do CONTRATO por parte do COMPRADOR, constituindo o Anexo III ao presente;

CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO: instrumento jurídico instituído pela Resolução Normativa ANEEL n.º 109 de 26 de outubro de 2004, nos termos da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004;

CONSUMIDOR POTENCIALMENTE LIVRE: é aquele que, a despeito de cumprir as condições previstas no art. 15 da Lei nº 9.074, de 1995, é atendido de forma regulada, conforme definido no Decreto nº 5.249, de 20 de outubro de 2004.

ENERGIA: quantidade de energia elétrica ativa durante qualquer período de tempo, expressa em Watt-hora (Wh) ou seus múltiplos;

ENERGIA CONTRATADA: montante em MWh contratado pelo COMPRADOR e colocado à disposição no CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO do VENDEDOR;

ENTREGA SIMBÓLICA: entrega de ENERGIA que se opera, ou se cumpre, pela entrega de quantidades que, figurativa ou simbolicamente, representam as quantidades de ENERGIA efetivamente adquiridas pelo COMPRADOR, no ponto CENTRO DE GRAVIDADE;

IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

LEILÃO: processo licitatório de compra e venda de energia regido pelo Edital de Licitação nº 001/2004 do MAE e seus documentos correlatos;

MAE: Mercado Atacadista de Energia Elétrica, associação civil sem fins lucrativos, com endereço na Alameda Santos, nº 745, 11º andar, São Paulo – SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.034.433/0001-56, autorizada da ANEEL para viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica nos sistemas elétricos interligados, nos termos da Lei nº 10.433, de 24 de abril de 2002 e da Resolução ANEEL nº 103, de 1º de março de 2002;

MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DE SOBRES E DÉFICITS: processo de realocação, entre AGENTES DISTRIBUIDORES, de sobras e déficits de montantes de energia contratados no ACR;

MERCADO DE CURTO PRAZO: segmento do mercado onde são comercializadas a energia elétrica não contratada bilateralmente e as diferenças entre os montantes de energia elétrica registrados pelos Agentes da CCEE e os montantes de geração ou consumo efetivamente atribuídos aos respectivos Agentes da CCEE.

MÊS CONTRATUAL: todo e qualquer mês do calendário civil durante o PERÍODO DE SUPRIMENTO;

MODULAÇÃO: cálculo de volumes de energia contratados em montantes horários.

NOTIFICAÇÃO DE CONTROVÉRSIA: documento formal destinado a comunicar as partes acerca de controvérsias que versem sobre as disposições deste CONTRATO e/ou a elas relacionadas;

ONS: Operador Nacional do Sistema Elétrico, criado nos termos da Lei nº 9.648/98;

PERÍODO DE COMERCIALIZAÇÃO: é a menor unidade de tempo de comercialização de energia elétrica, considerada esta como uma hora;

PERÍODO(S) DE SUPRIMENTO(S): corresponde ao intervalo de tempo entre a DATA DE INÍCIO e a DATA DE TÉRMINO;

POTÊNCIA: é a quantidade de energia elétrica solicitada na unidade de tempo, expressa em MW;

POTÊNCIA ASSOCIADA: é a quantidade de POTÊNCIA que o VENDEDOR deverá disponibilizar ao COMPRADOR, observado um fator de capacidade igual a 0,66;

POTÊNCIA INSTALADA: a potência instalada de uma central geradora (em kW) é definida, em números inteiros, pelo somatório das potências elétricas ativas nominais das unidades geradoras da central;

PREÇO DE VENDA: preço de cada PRODUTO no encerramento do LEILÃO;

PLD: Preço de Liquidação de Diferenças;

PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO: conjunto de normas operacionais que definem os requisitos e prazos necessários ao desenvolvimento das atribuições da CCEE, incluindo as estabelecidas nas REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO;

PROCEDIMENTOS DE REDE: documento elaborado pelo ONS, com participação dos agentes e aprovado pela ANEEL, por meio do qual se estabelecem os procedimentos e os requisitos técnicos para o planejamento, a implantação, o uso e a operação do sistema de transmissão, as penalidades pelo descumprimento dos compromissos assumidos pelos

diversos agentes do sistema de transmissão, bem como as responsabilidades do ONS e de todos os usuários;

PROCESSO: processo relativo ao LEILÃO, disciplinado no Edital do LEILÃO e seus documentos correlatos;

REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO: conjunto de regras comerciais e suas formulações algébricas definidas pela ANEEL e de cumprimento obrigatório pelos agentes participantes do mercado;

SAZONALIZAÇÃO: discretização mensal dos montantes anuais de energia;

SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL (SIN): conjunto de instalações e equipamentos responsáveis pelo suprimento de energia elétrica das regiões do país interligadas eletricamente;

SIMPLES: Sistema de Informações de Mercado para o Planejamento do Setor Elétrico, desenvolvido pela ELETROBRÁS;

SUBMERCADOS: divisões do SIN para as quais serão estabelecidos PLDs específicos e cujas fronteiras são definidas em razão da presença e duração de restrições relevantes de transmissão aos fluxos de energia elétrica no SIN;

TRIBUTOS: são todos os impostos, taxas e contribuições, incidentes sobre o objeto deste CONTRATO, excluído qualquer outro existente ou que venha a ser criado sobre o lucro líquido ou resultado de qualquer das partes. Tal exclusão abrange, não estando limitada a, o imposto sobre a renda da pessoa jurídica, a contribuição social sobre o lucro e impostos ou contribuições sobre movimentações financeiras.

ANEXO III AO CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO AMBIENTE REGULADO

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM _e, TENDO OS BANCOS [XXXXXXXX] COMO INTERVENIENTES ANUENTES.

De um lado, a xxxxxxxxxx, empresa concessionária de serviço público de DISTRIBUIÇÃO de energia elétrica, mediante Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº xxxxxxxxxx, firmado com o Poder Concedente, doravante denominado COMPRADOR, e de outro lado, a xxxxxxxxxx, empresa concessionária/permissionária/autorizada (DEFINIR e DETALHAR, CONFORME A CONDIÇÃO DO AGENTE VENDEDOR), com sede na Cidade de, na, inscrita no CNPJ sob o n.º, denominado simplesmente VENDEDOR, neste ato representados por seus representantes legais ao final assinados, em conjunto denominadas partes; o Banco [.....] , inscrito no CNPJ/MF sob o n.º com sede na Rua, n.º, na Cidade de, o Banco [.....] , inscrito no CNPJ/MF sob o n.º com sede na Rua, n.º, na Cidade de, todos representados na forma de seu(s) respectivo(s) Estatuto(s) Social(is), denominado(s) INTERVENIENTE(S) ANUENTE(S);

CONSIDERANDO QUE:

- (a) As partes assinaram, em/...../....., CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO AMBIENTE REGULADO, doravante denominado CCEAR, cujo teor o(s) INTERVENIENTE(S) ANUENTE(S) declara(m) expressamente conhecer; e
- (b) O CCEAR, em sua subcláusula 11.1, estabelece que o COMPRADOR deverá apresentar instrumento jurídico-financeiro com a finalidade garantir o cumprimento das obrigações do COMPRADOR, em especial quanto aos pagamentos a serem feitos ao VENDEDOR;

RESOLVEM, celebrar o presente Contrato de Constituição de Garantia ("CCG"), o qual será regido pelas cláusulas e disposições a seguir descritas.

CÁUSULA PRIMEIRA – DAS DEFINIÇÕES

1.1. Para fins de permitir o entendimento e a precisão da terminologia técnica empregada neste CCG e seus Anexos, integrante deste CCG, fica, desde já, acordado entre os contratantes o conceito dos seguintes vocábulos e expressões:

- (a) **CONTA CORRENTE DO VENDEDOR:** Conta corrente de titularidade do VENDEDOR, utilizada para recebimento dos créditos oriundos dos pagamentos mencionados no CCEAR;

-
- (b) CONTA(S) CORRENTE(S) CENTRALIZADORA(S): Conta(s) corrente(s) de titularidade do COMPRADOR, mantida(s) junto ao(s) INTERVENIENTE(S) ANUENTE(S), utilizada(s) para centralizar os recebimentos de créditos oriundos do fornecimento de energia elétrica;
 - (c) CONTA CORRENTE ESPECIAL: Conta corrente de titularidade do COMPRADOR, mantida junto ao GESTOR, a ser utilizada na forma prevista na Cláusula Quarta deste CCG;
 - (d) CONTA DE GARANTIAS SUPLEMENTARES: conta corrente de titularidade do COMPRADOR, mantida junto ao GESTOR, agência....., sob o nº....., a ser utilizada para pagamento dos débitos oriundos dos pagamentos mencionados na Cláusula 8.1 do CCEAR, acionada subsidiariamente ao MECANISMO DE GARANTIAS;
 - (e) GESTOR: Banco, escolhido pelo COMPRADOR do conjunto dos INTERVENIENTES ANUENTES, responsável pelo acionamento do MECANISMO DE GARANTIA;
 - (f) MECANISMO DE GARANTIA: O mecanismo previsto na Cláusula Quarta do presente CCG;
 - (g) MECANISMO DE GARANTIAS SUPLEMENTARES: mecanismo previsto na Cláusula Quinta do presente CCG;

1.2. Quaisquer termos utilizados neste Instrumento, mas não definidos pelo presente, terão os significados definidos no CCEAR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente Instrumento tem por objetivo estabelecer os termos e as condições da garantia de pagamento e fiel cumprimento das obrigações do COMPRADOR para com o VENDEDOR, conforme definido no CCEAR.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DA GARANTIA

3.1. No caso de inadimplência, o VENDEDOR informará ao COMPRADOR, para que quite o seu débito, com os respectivos acréscimos moratórios, até o terceiro dia útil imediatamente subsequente à data do vencimento, nos termos previstos no CCEAR.

3.2. Não havendo, por parte do COMPRADOR, a quitação do débito no prazo estabelecido na subcláusula 3.1, o VENDEDOR instruirá o GESTOR para o acionamento do MECANISMO DE GARANTIA, dando ciência ao COMPRADOR.

CLÁUSULA QUARTA – DO MECANISMO DE GARANTIA

4.1. O GESTOR, na data do recebimento da instrução do VENDEDOR, efetuará o bloqueio da CONTA CORRENTE CENTRALIZADORA do COMPRADOR no seu estabelecimento, transferindo para a CONTA CORRENTE ESPECIAL os recursos ali disponíveis, até o valor do débito informado, acrescidos dos seguintes acréscimos moratórios: juros efetivos de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*; e multa de 2% (dois por cento).

4.2. O valor do débito, constituído do principal e da multa, será atualizado monetariamente pela variação acumulada, *pro rata die* do índice previsto na subcláusula 8.2 do CCEAR, do mês anterior ao do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e acrescido dos juros previstos na subcláusula 4.1.

4.3. Caso o atraso de pagamento seja menor ou igual a trinta dias, para os efeitos da aplicação da atualização referida nesta Cláusula, será considerada nula qualquer variação negativa do índice.

4.4. Caso o atraso de pagamento seja verificado dentro de um mesmo mês, para os efeitos da aplicação da atualização referida na subcláusula 4.1 será utilizada a variação *pro rata die* do índice previsto na subcláusula 8.2 do CCEAR, do mês anterior ao do pagamento.

4.5. Caso venha a ocorrer a extinção do índice de correção previsto na subcláusula 8.2 do CCEAR, adotar-se-á outro índice oficial que venha a substituí-lo, e na falta deste, outro com função similar, conforme determinado pelo Poder Concedente.

4.6. Caso na CONTA CORRENTE CENTRALIZADORA do GESTOR não haja recursos suficientes para a quitação do débito no momento do bloqueio, caberá ao GESTOR acionar os demais INTERVENIENTES ANUENTES, determinando o bloqueio das suas CONTAS CORRENTES CENTRALIZADORAS, para a transferência imediata dos recursos para a CONTA CORRENTE ESPECIAL, até atingir o montante total do débito.

4.7. O GESTOR acionará os demais INTERVENIENTES ANUENTES observando a seqüência estabelecida pelo COMPRADOR no ANEXO I.

4.8. Caberá ao COMPRADOR informar ao GESTOR a seqüência dos INTERVENIENTES ANUENTES a serem acionados para o cumprimento do estabelecido neste CCG, conforme Anexo I deste CCG, e novamente informá-lo caso haja qualquer alteração na referida seqüência.

4.9. Diariamente, o GESTOR transferirá os recursos disponíveis na CONTA CORRENTE ESPECIAL para a CONTA CORRENTE do VENDEDOR, de acordo com saldo disponível, até o montante do débito informado pelo VENDEDOR.

4.10. Na data em que tenham sido transferidos para a CONTA CORRENTE ESPECIAL, os recursos suficientes para a quitação do débito do COMPRADOR junto ao VENDEDOR, o bloqueio e a transferência de recursos das CONTAS CORRENTES CENTRALIZADORAS serão suspensos.

4.11. Acionado o MECANISMO DE GARANTIA, a quitação do débito deverá ocorrer em até cinco dias e, caso ultrapassado esse prazo, a critério do VENDEDOR, será acionado o MECANISMO DE GARANTIAS SUPLEMENTARES previsto na Cláusula Quinta do presente CCG.

4.12. Sem prejuízo do disposto neste CCG, fica também certo e ajustado que, durante seu prazo de vigência, o COMPRADOR ficará obrigada a manter como INTERVENIENTE(S) ANUENTE(S), instituição(ões) financeira(s) responsável(is) pela arrecadação mensal de um valor mínimo de 110 % (cento e dez por cento) da média aritmética do valor das três últimas faturas mencionadas no CCEAR, acrescentando, tantas instituições financeiras quantas forem necessárias para a manutenção desse percentual mínimo.

4.13. O COMPRADOR somente poderá alienar, ceder, transferir, dispor, empenhar ou por qualquer forma, gravar os recursos disponíveis nas(s) CONTA(S) CORRENTE(S) CENTRALIZADORA(S), desde que tais atos não afetem o cumprimento das obrigações previstas neste CCG e não impliquem a indisponibilidade de recursos mínimos a garantirem o cumprimento das obrigações ora estabelecidas, durante o prazo de vigência do CCEAR.

CLÁUSULA QUINTA – DO MECANISMO DE GARANTIAS SUPLEMENTARES

5.1. Decorrido o prazo definido na subcláusula 4.11, o GESTOR buscará os recursos necessários a quitar o débito do COMPRADOR para com o VENDEDOR, acionando o MECANISMO DE GARANTIAS SUPLEMENTARES.

5.1.1. O MECANISMO DE GARANTIAS SUPLEMENTARES constitui-se de uma CONTA DE GARANTIAS SUPLEMENTARES que deverá ter, inicialmente, um volume de ativos depositados correspondente à 20% (vinte por cento) da receita mensal prevista na Cláusula 8.1 do CCEAR.

5.1.2. Os seguintes ativos financeiros serão aceitos para depósito junto ao MECANISMO DE GARANTIAS SUPLEMENTARES:

- (a) moeda corrente nacional;
- (b) títulos públicos;
- (c) ouro ativo financeiro;
- (d) ações de companhias abertas admitidas à negociação em bolsas de valores;
- (e) cartas de fiança ou cartas de crédito emitidas por instituições com sede no país ou no exterior;

5.1.3 Acionado o MECANISMO DE GARANTIAS SUPLEMENTARES, os valores correspondentes ao débito a ser quitado deverão ser transferidos para o VENDEDOR no prazo de cinco dias.

5.2. Considerado o período de doze meses imediatamente anterior ao eventual acionamento do Mecanismo de Garantias Suplementares, a Conta de Garantias Suplementares deverá ter um volume de ativos depositados observado o que se segue:

- (a) Um acionamento: 40% (quarenta por cento) da receita mensal prevista na Cláusula 8.1 do CCEAR.
- (b) Dois acionamentos: 50% (cinquenta por cento) da receita mensal prevista na Cláusula 8.1 do CCEAR.
- (c) Três ou mais acionamentos: 60% (sessenta por cento) da receita mensal prevista na Cláusula 8.1 do CCEAR.

5.3. As garantias depositadas em dinheiro serão remuneradas diariamente, pelo GESTOR, conforme pactuado com o COMPRADOR, e passíveis de descontos relativos à tributação aplicável.

5.4. As garantias financeiras serão avaliadas mensalmente pelo GESTOR considerando as oscilações de mercado, eventuais deságios de cada ativo e custos relevantes de execução.

5.5. O COMPRADOR deverá recompor, no prazo de cinco dias, o volume de ativos previsto no Parágrafo 1º, caso seja acionado o MECANISMO DE GARANTIAS SUPLEMENTARES, ou as reavaliações mensais previstas na subcláusula 5.4. assim o exigirem.

CLÁUSULA SEXTA – DO GESTOR

6.1. O GESTOR atuará, por força e em decorrência deste CCG, como mandatário especial do VENDEDOR, neste ato constituído, de forma irrevogável e irretratável, nos termos dos artigos 683 e 684, do Código Civil Brasileiro, para executar o MECANISMO DE GARANTIA aqui descrito, e como procurador do COMPRADOR de acordo com o estabelecido na Procuração constante do Anexo II.

6.2. O COMPRADOR deverá encaminhar ao VENDEDOR uma cópia autenticada da Procuração citada na subcláusula 6.1.

6.3. O GESTOR se obriga a acatar todas as instruções escritas que receber do VENDEDOR, com relação ao MECANISMO DE GARANTIA, isto é, bloqueio e transferência dos recursos existentes na(s) CONTA(S) CORRENTE(S) CENTRALIZADORA(S), respondendo civil e penalmente por qualquer dano ou prejuízo que venha a causar ao VENDEDOR em decorrência do descumprimento de suas obrigações.

6.4. O VENDEDOR aceita e reconhece que o GESTOR não será responsável pela insuficiência de fundos na(s) CONTA(S) CORRENTE(S) CENTRALIZADORA(S), que o impossibilite de operacionalizar o MECANISMO DE GARANTIA, conforme descrito na Cláusula Quarta deste instrumento.

6.5. O GESTOR e os INTERVENIENTES ANUENTES, sempre que solicitados, deverão fornecer ao VENDEDOR, informações que atestem o atendimento ao disposto na subcláusula 4.12.

6.6. Durante a vigência deste Instrumento, caso o Banco [.....] deixe de atuar como GESTOR, o INTERVENIENTE ANUENTE de maior arrecadação será o seu sucessor, nas mesmas condições estabelecidas na Cláusula Quarta deste CCG.

6.7. O GESTOR se obriga a notificar o COMPRADOR e o VENDEDOR, com sessenta dias de antecedência, sua intenção de não mais atuar como GESTOR.

6.8. Na hipótese de atuação de um único BANCO, durante a vigência deste Instrumento, caso o mesmo deixe de atuar como GESTOR, ficará o COMPRADOR obrigado a nomear novo GESTOR, no prazo de trinta dias após o recebimento de notificação mencionada na subcláusula 6.7., nas mesmas condições estabelecidas na Cláusula Quarta deste CCG.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES

7.1. Os INTERVENIENTES ANUENTES, por força e em decorrência deste CCG, após comunicação do GESTOR, executarão imediatamente o bloqueio e transferência dos recursos oriundos dos créditos do COMPRADOR, existentes nas CONTAS CORRENTES CENTRALIZADORAS, para a CONTA CORRENTE ESPECIAL, até o valor do débito constante da instrução/autorização recebida do VENDEDOR.

7.2. Os INTERVENIENTES ANUENTES se obrigam a acatar todas as instruções decorrentes do MECANISMO DE GARANTIA e, portanto, responderão civil e penalmente por qualquer dano ou prejuízo que venham a causar ao VENDEDOR em decorrência do descumprimento de suas obrigações.

7.3. O VENDEDOR responderá civil e penalmente por qualquer prejuízo que venha a causar ao COMPRADOR, em decorrência de falsa emissão de aviso para o acionamento do MECANISMO DE GARANTIA descrito neste Instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CUSTOS

8.1. Todas as despesas contraídas ou incorridas em razão do presente CCG serão de exclusiva responsabilidade do COMPRADOR.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO E VALIDADE

9.1. O presente CCG entra em vigor na data de sua assinatura, assim permanecendo até a liquidação das últimas faturas decorrentes do CCEAR, observado seu prazo de vigência, sendo regido e interpretado, em todos os seus aspectos, pelas leis brasileiras.

9.2. A eficácia do presente CCG está vinculada ao início do período de suprimento conforme descrito na Cláusula 4ª do CCEAR, somente após o que gerará quaisquer efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONFIDENCIALIDADE

10.1. As partes, o GESTOR e os INTERVENIENTES ANUENTES concordam que todas as informações e dados disponibilizados por um ao(s) outro(s) serão considerados confidenciais conforme preceitua este CCG e não divulgarão tais informações para terceiros, exceto se expressamente autorizado, a priori e por escrito, pelo(s) interessado(s) signatários do presente CCG.

10.2. Somente será permitida a divulgação de informações sem autorização prévia no caso de determinação judicial ou de autoridade administrativa, ficando as partes, o GESTOR e os INTERVENIENTES ANUENTES obrigados a informar sobre referida divulgação ao(s) interessado(s) signatários do presente CCG.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O presente CCG somente poderá ser alterado ou retificado mediante assinatura de correspondente Termo Aditivo pelas partes, com a anuência expressa do(s) INTERVENIENTE(S) ANUENTE(S).

11.2. A ausência, pelas partes, de reclamação relativa à falta de cumprimento por outro contratante, de quaisquer obrigações previstas neste CCG: (i) não operará ou será interpretada como renúncia a qualquer outro direito ou faculdade, seja ela similar ou de natureza diversa, nem (ii) terá efeito, a menos que, efetuada por escrito e devidamente assinada por um representante da respectiva parte, assim como, a tolerância ou concessão de prazo ou quaisquer outras condições que uma parte fizer à outra não operará como renúncia ao cumprimento da respectiva obrigação, novação ou alteração dos termos e condições aqui acordados.

11.3. O presente Instrumento obriga os contratantes, em caráter irrevogável e irretratável, em todos os seus termos, cláusulas e condições, por si e seus sucessores, a qualquer título, bem como os cessionários autorizados.

11.4. Todos os valores previstos no presente CCG poderão ser exigidos por meio de processo de execução, reconhecendo as partes, desde já, que os aludidos valores poderão ser apurados mediante simples cálculo aritmético, constituindo este instrumento título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, II, do Código de Processo Civil.

11.5. As partes reconhecem neste ato que as obrigações decorrentes do presente Instrumento comportam execução específica, nos termos dos artigos 461, 639 e seguintes do Código de Processo Civil.

11.6. Quaisquer dúvidas ou pendências relacionadas a este Instrumento será dirimida conforme disposto na Cláusula 14 do CCEAR. Caso sejam necessárias providências judiciais na forma prevista na Lei nº 9.307/96, as partes elegem o Foro da Comarca da Cidade de, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente CCG em conjunto com o(s) INTERVENIENTE(S) ANUENTE(S), em "n" (nº suficiente) vias de igual teor e forma, e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

(Local), de de

Pelo COMPRADOR:

Pelo VENDEDOR:

Pelo Banco

Pelo Banco

TESTEMUNHAS

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**ANEXO I AO CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA ASSINADO EM
...../...../....., ENTRE O VENDEDOR E O COMPRADOR**

CONTAS CORRENTES CENTRALIZADORAS DE TITULARIDADE DO COMPRADOR

Informar a seqüência dos INTERVENIENTES ANUENTES, para fim do previsto na subcláusula 4.9. do CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA.

ANEXO II AO CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA ASSINADO EM/...../....., ENTRE O VENDEDOR E O COMPRADOR

PROCURAÇÃO POR INSTRUMENTO PÚBLICO

PROCURAÇÃO PÚBLICA bastante que faz a Empresa, como na forma seguinte:

SAIBAM os a que este instrumento público de procuração bastante virem que aos ... (dias) do mês de do ano de....., na Cidade de....., perante mim, Escrevente Notarial, compareceu como Outorgante a Empresa, sociedade anônima de direito, com sede, na cidade de, Estado de, representada por, reconhecido como próprio e que, por este público instrumento nomeia e constitui seu bastante procurador o Banco..... (nome do banco GESTOR), que, como mandatário especial e no interesse do VENDEDOR (nome, endereço e qualificação), conforme o previsto no CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO AMBIENTE REGULADO – CCEAR firmado entre a Outorgante e o VENDEDOR, o Banco poderá movimentar a Conta Corrente Especial que a Outorgante possui em sua Agência, sob o número, bem como exercer todos os demais atos necessários para cumprir ao disposto no Contrato de Constituição de Garantia, assinado em.....(dia) do mês de.....do ano de

A Outorgante dará por firme e valioso tudo quanto, nesse sentido, praticar seu dito procurador. Assim o disse do que dou fé e me pediu que lavrasse este instrumento, o qual lhe sendo lido, aceitou e assina comigo. Eu,, Escrevente Notarial, digitei e dou fé. Eu,, Tabeliã designada, mandei digitar, subscrevo e assino em público e raso.

(Local),dede

Pelo COMPRADOR

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

TESTEMUNHAS

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

ANEXO IV AO CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO AMBIENTE REGULADO

CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS DE CDB

Cedente, pessoa jurídica, com sede na cidade de [...], devidamente inscrita no CNPJ [...], doravante denominado simplesmente **CEDENTE**.

[Cessionária...], devidamente inscrita no CNPJ [...], neste ato representado na forma de seu estatuto social, doravante denominada **CESSIONÁRIA**.

BANCO, instituição financeira, com sede na [...], por sua Agência [...], localizada [...], inscrita no CNPJ [...], representada pelos senhores, na qualidade de Interviente Anuente, doravante denominado **BANCO**.

As partes acima, nomeadas e qualificadas, resolvem celebrar o presente Contrato de Cessão de Direitos Creditórios, o qual se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O **CEDENTE** ora cede e transfere à **CESSIONÁRIA**, como cedidos e transferidos estão, em caráter irrevogável e irretratável, por esta e na melhor forma de direito, a modo pró-solvendo, e sob a condição resolutiva estipulada na **Cláusula Terceira**, nos exatos valores que se tornarem exigíveis, os direitos creditórios - capital e rendimentos oriundos do depósito a prazo representado pelo CDB Pós Fixado, emitido pelo [...], Agência [...], n.º [...], conta corrente n.º [...], no valor de [...], constituído no dia [...], sob n.º [...], com vencimento em 365 dias contados da data de constituição, com liquidez a partir do 30º dia contado da data de constituição, com taxa de [...], como forma e meio de assegurar o efetivo cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, celebrado em [...], entre [...] (Comprador) e (Vendedor), e do qual o presente instrumento fica fazendo parte integrante.

Parágrafo único: Declara a **CEDENTE** que faz a presente cessão, para os efeitos do art. 286 e seguintes do Código Civil, de livre e espontânea vontade, sem que, sobre a presente outorga pairam quaisquer dúvidas sobre a inexistência de vício de consentimento, na forma do Código Civil, art. 138 e seguintes, sendo de sua livre apreciação a decisão de lastrear o contrato descrito no caput com a cessão ora outorgada.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do crédito ora cedido, poderá a **CESSIONÁRIA**, a seu critério, por ocasião do inadimplemento das obrigações pactuadas pelo **CEDENTE** no Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, celebrado em [...], entre [...] (Comprador) e (Vendedor), exercer seu direito de crédito nas exatas quantias que se tornarem exigíveis, a qualquer tempo, a partir da data de início de liquidez acima descrita, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, ao **CEDENTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA - A presente cessão é feita sob a condição resolutiva de adimplemento de obrigações, de modo que, em ocorrendo o pagamento integral da dívida objeto do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, celebrado em [...], entre [...] (Comprador) e [...]. (Vendedor), resolver-se-á a propriedade da **CESSIONÁRIA**,

retornando os créditos cedidos à propriedade do **CEDENTE**. A condição resolutiva aqui estabelecida estará automaticamente desconstituída no momento e na exata medida dos créditos resgatados e transferidos para a **CESSIONÁRIA** na forma deste instrumento.

Parágrafo Único - A liberação dos créditos ao **CEDENTE**, nas condições referidas no caput desta cláusula, dependerá de prévia e expressa autorização da **CESSIONÁRIA** ao **BANCO**.

CLÁUSULA QUARTA - O **CEDENTE** obriga-se, desde já, a efetuar novas aplicações na mesma modalidade da ora cedida, que ficarão também cedidas à **CESSIONÁRIA**, sempre que o valor da presente cessão se tornar insuficiente à cobertura de suas obrigações perante a **CESSIONÁRIA**, ou quando vencida a aplicação objeto da cessão, de modo a adequar o vencimento final do ciclo de aplicações à mesma data de vencimento do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, celebrado em [], entre [] (Comprador) e (Vendedor).

CLÁUSULA QUINTA - A falta de utilização dos créditos por parte da **CESSIONÁRIA**, para quitação das obrigações do **CEDENTE**, não representará a renúncia ou desistência aos direitos cedidos.

CLÁUSULA SEXTA - O **CEDENTE** autoriza, desde já, o **BANCO**, na qualidade de depositário da aplicação objeto da cessão, a acatar quaisquer pedidos de resgate formulados pela **CESSIONÁRIA**, sejam eles parciais ou totais, isentando-o de qualquer responsabilidade sobre eventual incorreção dos valores requisitados pela **CESSIONÁRIA**.

CLÁUSULA SÉTIMA - O **CEDENTE**, na qualidade de titular da conta corrente de nº [], mantida na Agência [], autoriza, desde já, o **BANCO** a efetuar o débito na referida conta, dos valores que nela sejam creditados por conta do pedido de resgate dos créditos objeto da cessão, transferindo-os para a **CESSIONÁRIA** na forma por ela indicada.

Parágrafo Único - Os créditos cedidos, que obrigatoriamente deverão transitar pela conta corrente do **CEDENTE**, deverão ser transferidos pelo **BANCO**, à **CESSIONÁRIA**, pelo valor líquido correspondente à quantidade resgatada, descontado o valor da CPMF caso o saldo remanescente da conta corrente seja insuficiente para seu débito.

CLÁUSULA OITAVA - O **CEDENTE** nomeia e constitui a **CESSIONÁRIA** como sua mandatária, outorgando-lhe os poderes de mandato para a prática de todos os atos necessários ao efetivo exercício dos direitos de crédito ora cedidos, em especial para representá-lo perante o **BANCO**.

CLÁUSULA NONA - O presente instrumento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, prevalecendo entre as partes e seus sucessores, ficando eleito o foro da Cidade de São Paulo (SP) para dirimir as questões que porventura surgirem em decorrência deste Contrato.

E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em 03 (três) vias, de igual teor, na presença de 02 duas testemunhas, para os devidos fins e efeitos.

São Paulo (SP), [...] de [...] de 2004.

CEDENTE

<i>Assinatura:</i> Nome: Cargo: CPF: RG:	<i>Assinatura:</i> Nome: Cargo: CPF: RG:
---	---

CESSIONÁRIA

<i>Assinatura:</i> Nome: Cargo: CPF: RG:	<i>Assinatura:</i> Nome: Cargo: CPF: RG:
---	---

BANCO

<i>Assinatura:</i> Nome: Cargo: CPF: RG:	<i>Assinatura:</i> Nome: Cargo: CPF: RG:
---	---

TESTEMUNHA

<i>Assinatura:</i> Nome: Cargo: CPF: RG:	<i>Assinatura:</i> Nome: Cargo: CPF: RG:
---	---

**CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
NO AMBIENTE REGULADO - CCEAR**

CCEAR Nº..... / 05
PRODUTO .. (INÍCIO e TÉRMINO DO SUPRIMENTO)

**CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA
ELÉTRICA NO AMBIENTE REGULADO - CCEAR NA
MODALIDADE QUANTIDADE DE ENERGIA QUE
ENTRE SI FAZEM A _____ E A _____.**

De um lado, a _____, empresa _____ *(concessionária, permissionária ou autorizada)* para _____ (gerar, importar ou comercializar) energia elétrica, com sede na Rua _____, na cidade de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, doravante denominado VENDEDOR, e de outro lado _____, empresa titular de _____ *(concessão, permissão ou autorização)* de serviços e instalações de distribuição para fornecer energia elétrica a consumidor final, com sede na Rua _____, na cidade de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, denominada simplesmente COMPRADOR, quando em conjunto denominadas partes, e separadamente PARTE, neste ato representadas por seus representantes legais ao final assinados, nos termos do seu Contrato Social ou Estatuto Social;

CONSIDERANDO QUE:

- I. as partes participaram do 2º Leilão para Compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes ("2º LEILÃO"), promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, visando ao atendimento das necessidades de suprimento de energia elétrica do COMPRADOR, conforme o Edital de Leilão nº 001/2005, realizado nos termos da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, da Portaria MME nº 231, de 30 de setembro de 2004, da Resolução Normativa ANEEL nº 147, de 23 de fevereiro de 2005, e demais disposições aplicáveis;
- II. o VENDEDOR declarou que possui lastro para a venda, nos termos do art. 2º do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004 e do item 3.3 do referido Edital do LEILÃO;
- III. o COMPRADOR adquiriu energia elétrica do VENDEDOR no LEILÃO, e a comercialização realizada, de natureza regulada, deve ser acompanhada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, para os fins previstos na legislação referida, na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, nas REGRAS e nos PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO;

As partes têm entre si justo e acordado celebrar o presente CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO AMBIENTE REGULADO, doravante denominado "CONTRATO" ou "CCEAR", o qual se regerá pelas disposições da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como pelas REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, e de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO

1.1. O presente CONTRATO tem por objeto estabelecer os termos e as condições da compra e venda de energia elétrica, com POTÊNCIA ASSOCIADA, realizada entre o COMPRADOR e o VENDEDOR, em decorrência do 2º LEILÃO ocorrido em XXX de XXXX de 2005, conforme os montantes indicados na tabela da subcláusula 6.1 deste CONTRATO.

1.2. São partes integrantes do presente CONTRATO:

- a) ANEXO I – DECLARAÇÃO DE LASTRO PARA A VENDA;
- b) ANEXO II – NOMENCLATURA TÉCNICA;
- c) ANEXO III – GARANTIA DA EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO CCEAR.

CLÁUSULA 2ª – DAS DEFINIÇÕES E PREMISSAS

2.1. Objetivando o perfeito entendimento e precisão da terminologia técnica empregada neste CONTRATO e seus anexos, ficam definidos os conceitos dos termos e expressões grafados em letra maiúscula, relacionados no ANEXO II – NOMENCLATURA TÉCNICA, como parte integrante deste CONTRATO.

2.2. A utilização das definições constantes neste CONTRATO, no plural ou no singular, no masculino ou no feminino, não altera os significados a elas atribuídos.

2.3. No caso de divergências entre as disposições constantes do presente CONTRATO e os termos dispostos no seu ANEXO II, deverão prevalecer as disposições deste CONTRATO.

CLÁUSULA 3ª – DA MODALIDADE DO CONTRATO

III.1. O presente CONTRATO é celebrado na modalidade de quantidade de energia elétrica, com POTÊNCIA ASSOCIADA, sendo que:

- I. o ponto de entrega da ENERGIA CONTRATADA será no CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO do VENDEDOR, conforme indicado na subcláusula 6.1 deste CONTRATO; e
- II. os custos decorrentes dos riscos hidrológicos serão assumidos pelo VENDEDOR.

3.2. Os riscos financeiros eventualmente impostos ao COMPRADOR, decorrentes de diferenças de preços entre SUBMERCADOS, serão tratados de acordo com as REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO.

CLÁUSULA 4ª – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente CONTRATO entra em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência até o dia 31 de dezembro de **(2015 ou 2016, conforme os prazos de duração de suprimento de cada PRODUTO).**

4.2. O início do suprimento da ENERGIA CONTRATADA, com POTÊNCIA ASSOCIADA dar-se-á à zero hora do dia 1º de janeiro do ano de **(2008 OU 2009)** e o término do suprimento ocorrerá às 24 (vinte e quatro) horas do dia 31 de dezembro do ano de **(2015 ou 2016).**

4.3. O término do prazo de vigência deste CONTRATO não afetará quaisquer direitos ou obrigações das partes, ainda que anteriores a tal evento e que seu exercício ou cumprimento se dê após o término do CONTRATO.

4.4. O suprimento da ENERGIA CONTRATADA, com POTÊNCIA ASSOCIADA, vigorará pelos prazos previstos na subcláusula 4.2, independentemente do prazo final da concessão, permissão ou autorização do COMPRADOR.

4.5. Na eventualidade do prazo final da concessão, permissão ou autorização do COMPRADOR ou do VENDEDOR encerrar-se antes do término do suprimento, o sucessor da titularidade da respectiva concessão, permissão ou autorização assumirá todas as obrigações e direitos previstos no presente CONTRATO.

CLÁUSULA 5ª – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Todas as atividades, operações e processos previstos neste CONTRATO, independentemente de sua definição e tratamento neste instrumento, deverão ser realizados conforme o previsto na legislação aplicável, em regulação da ANEEL, neste instrumento, na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, nas REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO e nos PROCEDIMENTOS DE REDE específicos.

5.2. As exigências operacionais para a disponibilização da ENERGIA CONTRATADA e POTÊNCIA ASSOCIADA deverão ser atendidas pelo VENDEDOR, conforme normas estabelecidas pela ANEEL, e as condições e padrões estabelecidos nos PROCEDIMENTOS DE REDE.

5.3. As partes concordam que será de inteira responsabilidade do VENDEDOR arcar com todos os riscos, obrigações, responsabilidades, TRIBUTOS, tarifas, encargos de uso do sistema de transmissão, de uso do sistema de distribuição e de conexão, e perdas de transmissão porventura devidas e/ou verificadas em face da disponibilização da ENERGIA CONTRATADA e POTÊNCIA ASSOCIADA no CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO do VENDEDOR, observado o disposto na Cláusula 3ª.

5.4 As partes concordam, ainda, que será de inteira responsabilidade do COMPRADOR arcar com todos os riscos, obrigações, responsabilidades, TRIBUTOS, tarifas, custos e encargos de uso do sistema de transmissão, de uso do sistema de distribuição de conexão, e perdas de transmissão porventura incidentes e/ou verificadas após a disponibilização da ENERGIA CONTRATADA e POTÊNCIA ASSOCIADA no CENTRO DE

GRAVIDADE do SUBMERCADO do VENDEDOR, observado o disposto na Cláusula 3ª.

CLÁUSULA 6ª – DAS CONDIÇÕES GERAIS DE COMPRA E VENDA

6.1. Para fins deste CONTRATO, o VENDEDOR disponibilizará, no CENTRO DE GRAVIDADE dos seus SUBMERCADOS, as ENERGIAS CONTRATADAS e respectiva POTÊNCIA ASSOCIADA, nos montantes iniciais de ENERGIA CONTRATADA especificados nas Tabelas 01 e 02:

Tabela 01 – ENERGIA CONTRATADA em MWh

ANO DE SUPRIMENTO	SUBMERCADO			
	Sul	Sudeste / Centro-Oeste	Nordeste	Norte
AAAA				
AAAA				
AAAA				
AAAA				
AAAA				
AAAA				
AAAA				
AAAA				

Tabela 02 – Potência Associada em MWh/h

ANO DE SUPRIMENTO	SUBMERCADO			
	Sul	Sudeste / Centro-Oeste	Nordeste	Norte
AAAA a AAAA				

6.2. Na hipótese de alocação de ENERGIA CONTRATADA em mais de um SUBMERCADO, a CCEE deverá registrar o presente CCEAR considerando um registro contratual independente para cada SUBMERCADO, para fins de controle, monitoramento, contabilização, aplicação do MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DE SOBRAS E DÉFICITS e outros fins previstos na CONVENÇÃO, nas REGRAS e nos PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO.

6.3. A SAZONALIZAÇÃO e a MODULAÇÃO deste CONTRATO, os riscos de exposição a diferenças de preços entre SUBMERCADOS, e os riscos hidrológicos do presente serão tratados conforme o previsto neste CONTRATO, na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, nas REGRAS e nos PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO.

6.4. A sazonalização de um CCEAR será realizada de comum acordo entre o VENDEDOR e o COMPRADOR e, caso não seja efetuada nos prazos previstos em PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, deverá ser feita seguindo o perfil de carga declarada pelo COMPRADOR ao final de cada ano e consolidada pelo SIMPLES ou seu sucedâneo, de acordo com limites máximos e mínimos situados entre 85% e 115% da média anual da ENERGIA CONTRATADA, respeitados os limites de POTÊNCIA ASSOCIADA.

6.5. A MODULAÇÃO da ENERGIA CONTRATADA para cada PERÍODO DE COMERCIALIZAÇÃO de cada MÊS CONTRATUAL, respeitados os limites de POTÊNCIA ASSOCIADA, deverá ser realizada pelo Sistema de Contabilização e Liquidação – SCL em conformidade com as REGRAS e PROCEDIMENTOS de COMERCIALIZAÇÃO aplicáveis.

6.6. Os PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO regerão os prazos para informação da SAZONALIZAÇÃO e da MODULAÇÃO das ENERGIAS CONTRATADAS, bem como o tratamento a ser dado em caso de seu descumprimento.

6.7. A venda da ENERGIA CONTRATADA objeto deste CONTRATO não implica sua entrega física de energia por parte do VENDEDOR, podendo a ENERGIA CONTRATADA ser entregue por AGENTE DA CCEE ou pelo conjunto dos AGENTES, em razão da operação otimizada do Sistema Interligado Nacional – SIN, mantendo-se, porém, para todos os efeitos, a responsabilidade contratual pela entrega da energia como sendo do VENDEDOR referido no CONTRATO.

6.8. A ENERGIA CONTRATADA deverá ser entregue no CENTRO DE GRAVIDADE dos SUBMERCADOS do VENDEDOR, considerando a POTÊNCIA ASSOCIADA.

6.9. Os montantes iniciais da ENERGIA CONTRATADA previstos nesta Cláusula poderão ser reduzidos, nas condições e forma constantes da Cláusula 7ª.

6.10. Em caso de racionamento, deverá ser observado o disposto no artigo 22 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, ou na legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª – DA CESSÃO E REDUÇÃO DA ENERGIA CONTRATADA

7.1. A critério exclusivo do COMPRADOR, nos termos do art. 29 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e observadas as REGRAS e os PROCEDIMENTOS de COMERCIALIZAÇÃO, a ENERGIA CONTRATADA poderá ser reduzida, em razão:

- I. do exercício pelos CONSUMIDORES POTENCIALMENTE LIVRES da opção de compra de energia elétrica proveniente de outro fornecedor;
- II. de outras variações de mercado, hipótese na qual poderá haver, em cada ano, redução de até quatro por cento do montante inicial contratado, independentemente do prazo de vigência contratual, do início do suprimento e dos montantes efetivamente reduzidos nos anos anteriores; e
- III. de acréscimos na aquisição de energia elétrica, decorrentes de contratos celebrados até 16 de março de 2004, observado o disposto no art. 21 da Lei nº 10.848, de 2004.

7.2. A redução prevista no inciso I da subcláusula 7.1, e observados os PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO específicos:

- I. terá eficácia a partir do mês da efetiva aquisição de energia de outro fornecedor pelos CONSUMIDORES POTENCIALMENTE LIVRES, que não tenham firmado novos contratos ou prorrogado os contratos existentes, observado o disposto nos art. 49 e 72 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004;

- II. terá eficácia a partir do ano seguinte ao da declaração de necessidades de energia de que trata o art. 18 do Decreto nº 5.163, de 2004, apresentada pelo COMPRADOR, relativamente aos CONSUMIDORES POTENCIALMENTE LIVRES que tenham firmado novos contratos ou prorrogado os contratos existentes, observado o disposto nos art. 49 e 72 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004; e
- III. deverá ser precedida de MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DE SOBRAS E DÉFICITS, conforme previsto no art. 3º do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004.

7.3. As reduções anuais dos montantes contratados, devido a outras variações de mercado, previstas no inciso II da subcláusula 7.1, terão eficácia no primeiro dia de cada ano de suprimento, a partir do segundo ano subsequente ao da declaração que deu origem à compra do COMPRADOR, e tais reduções deverão ser precedidas de MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DE SOBRAS E DÉFICITS.

7.4. As reduções anuais dos montantes contratados de que trata o inciso III da subcláusula 7.1 terão eficácia a partir do primeiro dia do mês em que ocorrer o suprimento relativo à respectiva contratação, e tais reduções deverão ser precedidas de MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DE SOBRAS E DÉFICITS.

7.5. As reduções de ENERGIA CONTRATADA deverão implicar a correspondente redução de POTÊNCIA ASSOCIADA.

7.6. O MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DE SOBRAS E DÉFICITS será operacionalizado pela CCEE conforme REGRAS E PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, sem afetar a receita do VENDEDOR com o CCEAR, observado o disposto na subcláusula 7.7.

7.7. No caso de aplicação do MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DE SOBRAS E DÉFICITS, o COMPRADOR fica autorizado pelo VENDEDOR, desde já, com sua anuência prévia e expressa, a ceder montantes de ENERGIA CONTRATADA a outros AGENTES DISTRIBUIDORES, nos seguintes termos:

- I. o COMPRADOR, como cedente, deverá informar ao VENDEDOR os montantes de ENERGIA CONTRATADA cedidos a outros AGENTES DISTRIBUIDORES, indicando os PERÍODOS DE SUPRIMENTO, os respectivos valores envolvidos na cessão e dados dos COMPRADORES para fins de faturamento;
- II. a cessão deverá ser efetuada mediante assinatura de termo de cessão de direitos e obrigações contratuais entre o COMPRADOR cedente e os AGENTES DISTRIBUIDORES cessionários, que deverá conter, entre outras, cláusula de adesão integral e expressa ao disposto neste CONTRATO;
- III. os montantes de ENERGIA CONTRATADA a serem reduzidos serão considerados individualmente, conforme cada CCEAR e PERÍODOS DE SUPRIMENTO contratados;
- IV. a cessão deverá ser irrevogável e irretratável, tendo validade por todo o período de vigência remanescente do respectivo CCEAR;
- V. os valores envolvidos na cessão deverão ser proporcionais aos montantes de ENERGIA CONTRATADA cedidos pelo COMPRADOR, observado o disposto neste CONTRATO sobre o PREÇO DE VENDA e respectiva atualização monetária;
- VI. a partir do início do suprimento previsto no termo de cessão de direitos contratuais, o VENDEDOR irá proceder ao faturamento dos valores devidos diretamente ao COMPRADOR e

aos AGENTES DISTRIBUIDORES cessionárias, observada a proporcionalidade prevista no inciso V;

VII. o COMPRADOR cedente e os AGENTES DISTRIBUIDORES cessionários deverão registrar na ANEEL e na CCEE os termos de cessão de direitos e obrigações contratuais, os que equivalerão ao presente CCEAR, para todos os fins.

7.8. Os AGENTES DISTRIBUIDORES cessionários previstos na subcláusula 7.7 deverão aportar novas GARANTIAS FINANCEIRAS em favor do VENDEDOR, conforme previsto na Cláusula 11, equivalentes aos montantes de ENERGIA CONTRATADA cedidos pelo COMPRADOR, que ficará autorizado a liberar suas respectivas garantias, na mesma proporção, de forma a que as garantias apresentadas ao VENDEDOR sejam mantidas em sua integralidade.

CLÁUSULA 8ª – DO PREÇO DE VENDA

8.1. O COMPRADOR pagará mensalmente ao VENDEDOR, a partir do início do PERÍODO DE SUPRIMENTO, o valor atualizado conforme previsto nas subcláusulas 8.2 e 8.3, considerando o valor do PREÇO DE VENDA de R\$,..... (.....), por megawatt-hora, referente ao mês da realização do LEILÃO.

ADAPTAR CADA CCEAR, CONFORME OS PRODUTOS E RESPECTIVOS PREÇOS DE VENDA.

8.2. O PREÇO DE VENDA será atualizado monetariamente, a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da realização do LEILÃO, com base no IPCA.

8.3. A primeira atualização monetária, independentemente do início do PERÍODO DE SUPRIMENTO, deverá ocorrer somente na data base do reajuste tarifário do COMPRADOR, respeitado o prazo mínimo legal de doze meses, e observada a seguinte fórmula:

$$PVi = PV0 \times (I_i / I_0)$$

Onde:

PV0 – é o PREÇO DE VENDA;

I₀ – é o índice referente ao mês da realização do LEILÃO;

PVi – será o novo PREÇO DE VENDA corrigido; e

I_i – é o valor do índice acumulado de preços adotado desde o mês da realização do LEILÃO até o mês anterior à data base de reajuste tarifário do COMPRADOR e, para os cálculos a serem efetuados, deverão ser adotadas seis casas decimais exatas, desprezando-se os demais algarismos a partir da sétima casa, inclusive.

8.4. As atualizações monetárias subsequentes à primeira também deverão ocorrer na data base do reajuste tarifário do COMPRADOR, observando-se a mesma fórmula prevista na subcláusula 8.3.

8.5. Caso o índice de preço não seja publicado até o momento do faturamento pelo VENDEDOR, será utilizado o último índice publicado. No primeiro faturamento após a publicação do índice que deveria ter sido utilizado será efetuado o ajuste no PREÇO DE VENDA e dos faturamentos efetuados com base no índice provisório.

8.6. Caso venha a ocorrer a extinção do índice de correção previsto nesta Cláusula, adotar-se-á outro índice oficial que venha a substituí-lo, e na falta deste, outro com função similar, conforme determinado pelo Poder Concedente.

8.7. As partes reconhecem que o PREÇO DE VENDA previsto nesta Cláusula, em conjunto com as respectivas regras de correção monetária previstas neste CONTRATO, é suficiente, nesta data, para o cumprimento das obrigações previstas no presente instrumento.

8.8. Caso sejam criados, após a data de assinatura deste contrato, novos tributos, encargos setoriais ou contribuições parafiscais e outros encargos legais, ou modificada a base de cálculo e/ou alíquotas dos atuais, de forma a aumentar ou diminuir o ônus das partes com repercussão na economia contratual, o PREÇO DE VENDA será adequado de modo a refletir tais alterações, para mais ou para menos.

CLÁUSULA 9ª – DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento mensal devido pelo COMPRADOR ao VENDEDOR será realizado mediante a emissão de uma única Nota Fiscal / Fatura, desdobrada em três vencimentos, cada uma equivalente a um terço do valor mensal a ser pago ao VENDEDOR, conforme as seguintes datas e condições:

- (i) Primeiro vencimento: Até o dia 15 do mês seguinte ao mês do suprimento considerado;
- (ii) Segundo vencimento: Até o dia 25 do mês seguinte ao mês do suprimento considerado; e
- (iii) Terceiro vencimento: Até o dia 05 do segundo mês seguinte ao mês do suprimento considerado.

- I. A fatura, com os correspondentes vencimentos, será apresentada pelo VENDEDOR no prazo de, no mínimo, cinco dias úteis anteriormente à data do primeiro vencimento. No caso de atraso na apresentação, por motivo imputável ao VENDEDOR, as datas de vencimento serão automaticamente postergadas por prazo igual ao do atraso verificado.
- II. Os pagamentos mencionados nas alíneas desta Cláusula deverão ser efetuados por crédito em conta

corrente bancária a ser indicada pelo VENDEDOR, por meio de transferência eletrônica de disponível – TED, ou, ainda, mediante cobrança bancária ou outro mecanismo a critério do VENDEDOR.

- III. Eventuais despesas financeiras por conta da realização do crédito em conta corrente bancária do VENDEDOR, nos termos do parágrafo precedente, correrão por conta do COMPRADOR.

9.2. Caso o valor do pagamento mensal seja inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil Reais), o pagamento deverá ser efetuado pelo COMPRADOR de uma só vez, na data prevista para o segundo vencimento, ou seja, até o dia 25 do mês seguinte ao mês do suprimento.

9.3. O limite de valor previsto na subcláusula 9.2. deverá ser reajustado anualmente, na mesma proporção do PREÇO DE VENDA reajustado.

9.4. Os pagamentos devidos pelo COMPRADOR ao VENDEDOR deverão ser efetuados livres de quaisquer ônus e deduções não autorizadas, e eventuais despesas financeiras decorrentes dos referidos pagamentos correrão por conta do COMPRADOR.

9.5. Caso as datas de vencimento previstas nesta Cláusula ocorram em dia não útil, no município de escolhido para pagamento da fatura, o pagamento poderá ser efetuado pelo COMPRADOR no primeiro dia útil subsequente.

9.6. O não cumprimento da obrigação de pagamento pelo COMPRADOR, nos prazos e condições determinados nesta Cláusula, implicará a aplicação de penalidade de multa e a incidência de juros e atualização monetária sobre o valor devido, nos termos da Cláusula 10.

9.7. Na hipótese de inadimplência no pagamento de qualquer valor devido pelo COMPRADOR, o VENDEDOR poderá adotar as medidas previstas na Cláusula 11 para a realização de seu crédito.

9.8. As divergências eventualmente apontadas no faturamento da ENERGIA CONTRATADA não afetarão os prazos para pagamento das faturas, devendo a diferença, se houver, ser compensada em fatura subsequente, podendo, de comum acordo entre as partes, ser compensada no próprio mês.

9.9. Caso, em relação a qualquer fatura, existam montantes incontroversos e montantes em relação aos quais o COMPRADOR tenha questionado a respectiva certeza e liquidez, o COMPRADOR, independentemente do questionamento apresentado ao VENDEDOR, por escrito, deverá, na respectiva data de vencimento, efetuar o pagamento da parcela incontestada, sob pena de, em não o efetuando, caracterizar-se o inadimplemento do COMPRADOR.

9.10. Sobre qualquer soma contestada, representando créditos para uma parte, que venha posteriormente a ser acordada ou definida como sendo devida pelo VENDEDOR outra parte, aplicar-se-á o disposto na subcláusula 10.2, excetuando-se a multa. Os juros e a correção monetária incidirão desde a data do vencimento da parcela contestada até a data de sua liquidação.

CLÁUSULA 10 – DA MORA NO PAGAMENTO E SEUS EFEITOS

10.1. Fica caracterizada a mora quando o COMPRADOR deixar de liquidar qualquer dos pagamentos até a data de seu vencimento.

10.2. No caso de mora, incidirão sobre a parcela em atraso, corrigida monetariamente até a data do pagamento, os seguintes acréscimos:

- a) multa de 2% (dois por cento); e
- b) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*.

10.3. Os acréscimos moratórios previstos nas alíneas acima incidirão sobre o valor das parcelas em atraso, mensalmente corrigidas monetariamente pela variação *pro rata die* do índice previsto na subcláusula 8.2, relativo ao mês anterior, observado o disposto na subcláusula 8.5.

10.4. Se no período de atraso a correção monetária for negativa, será considerada nula.

CLÁUSULA 11 – DAS GARANTIAS FINANCEIRAS

11.1. As partes devem celebrar um instrumento jurídico-financeiro como garantia do fiel cumprimento das obrigações do presente CONTRATO, dentre as quais: (i) fiança bancária; (ii) CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA ou (iii) cessão de CDB, observados os prazos constantes do item 7.1.4 do EDITAL, conforme modelo constante do ANEXO III.

11.1.1. Se a GARANTIA FINANCEIRA vincular recebíveis da COMPRADORA, a aceitação obrigatória da VENDEDORA estará condicionada à aprovação prévia da ANEEL quanto à vinculação dos recebíveis.

11.1.2. No caso de CDB e FIANÇA BANCÁRIA, se no prazo de sessenta dias não houver acordo quanto à definição da GARANTIA FINANCEIRA, as PARTES deverão solicitar a mediação da ANEEL para o caso, hipótese na qual deverá haver prorrogação da vigência das garantias provisórias previstas na subcláusula 11.2 por períodos iguais e sucessivos.

11.2. No prazo de até três dias corridos a contar da assinatura deste CONTRATO, caso não seja possível as partes acordarem qualquer das garantias mencionadas na subcláusula 11.1., o COMPRADOR deverá oferecer garantias provisórias no valor correspondente, que vigorarão pelo prazo máximo de sessenta dias corridos, constituídas de:

I. moeda corrente nacional;

- II. títulos públicos devidamente aprovados pelo VENDEDOR;
- III. cartas de fianças ou cartas de créditos emitidas por instituições com sede no país ou no exterior devidamente aprovadas pelo VENDEDOR; e
- IV. outra forma aceita pelo VENDEDOR.

11.3. No prazo de vigência das garantias provisórias previstas em 11.2, as partes ficarão obrigadas a acordar um instrumento jurídico-financeiro de garantia dentre aqueles listados na subcláusula 11.1. Não o fazendo, o presente CONTRATO será considerado rescindido, sem prejuízo dos direitos e obrigações dele decorrentes durante o período de sua

vigência.

11.4. O COMPRADOR poderá substituir, a qualquer momento, desde que em comum acordo com o VENDEDOR, as garantias concedidas, respeitando as opções listadas no item 11.1.

CLÁUSULA 12 – DA RESCISÃO

12.1. Não obstante o caráter irrevogável e irretratável do CONTRATO, este poderá ser rescindido de pleno direito, a critério da parte adimplente, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

- I. caso seja decretada a falência, a dissolução ou a liquidação judicial ou extrajudicial da outra parte, mediante aviso ou notificação com antecedência de dez dias;
- II. na eventualidade da outra parte ter revogada qualquer autorização legal, governamental ou regulatória indispensável ao cumprimento das atividades e obrigações previstas neste CONTRATO, inclusive mas não se limitando à concessão de serviço público, permissão ou autorização;
- III. em caso de inadimplência do COMPRADOR, e frustrada a execução da garantia ofertada;
- IV. caso a garantia financeira apresentada se torne inexecutável por razões imputáveis ou não à ação ou omissão do COMPRADOR, e esta, notificada a substituí-la por outra garantia de igual teor e forma, não o faça no prazo de quinze dias úteis;
- V. caso o CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA não seja firmado, observado o disposto na Cláusula 11.
- VI. em caso de inadimplência de qualquer obrigação contratual por qualquer das partes.

12.2. A ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nesta Cláusula, caso não sanada no prazo máximo de quinze dias úteis, contados do recebimento de notificação por escrito, facultará à parte adimplente considerar rescindido este CONTRATO.

12.3. Ocorrendo a rescisão deste CONTRATO, a parte inadimplente obriga-se a manter a parte adimplente isenta de quaisquer obrigações e responsabilidades nos termos deste CONTRATO, inclusive no âmbito da CCEE, observado o disposto na Subcláusula 13.3, responsabilizando-se também pelo pagamento de quaisquer ônus decorrentes de tal rescisão.

12.4. A rescisão do presente CONTRATO não libera as partes das obrigações devidas até a data de rescisão e não afetará ou limitará qualquer direito que, expressamente ou por sua natureza, deva permanecer em vigor após a rescisão ou que dela decorra.

12.5. O registro deste CONTRATO será cancelado pela CCEE na hipótese de sua rescisão, observado o disposto na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO e mediante envio de notificação por uma das partes comunicando o fato.

CLÁUSULA 13 – DA RESPONSABILIDADE E INDENIZAÇÃO

13.1. A parte que, por sua ação ou omissão, der causa à rescisão do presente CONTRATO por incorrer nas hipóteses tratadas nas Cláusulas 10, 11 e 12, ficará obrigada a pagar a outra parte penalidade de multa por rescisão equivalente a trinta por cento da multiplicação do PREÇO DE VENDA vigente na data de rescisão (estipulado na Cláusula 8ª) pelo Volume de ENERGIA CONTRATADA remanescente até o final do PERÍODO DE SUPRIMENTO ("VECR"), calculado de acordo com a fórmula abaixo descrita:

Multa = 30 % x PREÇO DE VENDA x VECR, onde:

VECR – significa o volume de ENERGIA CONTRATADA remanescente entre a data de rescisão e a data de término do período de suprimento.

13.2. A parte inadimplente deverá, no prazo máximo de cinco dias úteis contados da data em que ocorrer a rescisão, efetuar o pagamento do valor estipulado no item 13.1, acrescido de juros à taxa estipulada na subcláusula 10.2, "b", calculados entre a data de cálculo da multa e das perdas e danos, retro referidas, e a data do efetivo pagamento.

13.3. Caso haja controvérsia com relação ao pagamento da penalidade prevista no item 13.1, a questão deverá ser submetida ao processo de solução de controvérsia, na forma da Cláusula 14.

13.4. A responsabilidade de cada uma das partes no âmbito deste CONTRATO estará, em qualquer hipótese, limitada aos montantes de danos que der causa, inclusive danos morais ou qualquer outra modalidade de indenização dessa mesma natureza.

13.5. Pelo descumprimento de qualquer obrigação de sua responsabilidade, o VENDEDOR e o COMPRADOR sujeitar-se-ão à aplicação das penalidades administrativas cabíveis, conforme a legislação aplicável, sem prejuízo da aplicação do disposto neste CONTRATO.

CLÁUSULA 14 – DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

14.1. Uma controvérsia se inicia com a NOTIFICAÇÃO DE CONTROVÉRSIA de uma parte a outra.

14.2. Na eventualidade de ocorrerem controvérsias derivadas deste CONTRATO, as partes buscarão solucioná-las amigavelmente no prazo de até quinze dias úteis contados do recebimento da NOTIFICAÇÃO DE CONTROVÉRSIA.

14.3. Caso as controvérsias decorrentes do presente CONTRATO não sejam solucionadas na forma da subcláusula 14.2, as partes deverão submetê-las ao processo de solução de conflitos por meio de arbitragem, incluindo o previsto na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, valendo a presente como cláusula compromissória.

14.4. Na hipótese de emissão de NOTIFICAÇÃO DE CONTROVÉRSIA anteriormente à instituição da CÂMARA DE ARBITRAGEM, as partes submeterão a controvérsia a uma câmara arbitral em funcionamento, de comum escolha entre as partes.

CLÁUSULA 15 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

15.1. Na ocorrência de um evento de caso fortuito ou força maior, nos termos do art. 393 do Código Civil, que afete ou impeça o cumprimento das obrigações contratuais, este CONTRATO permanecerá em vigor, mas a parte atingida pelo evento não responderá pelas consequências do não cumprimento de suas obrigações nos termos deste CONTRATO, durante o período de ocorrência do evento e proporcionalmente aos seus efeitos.

15.2. Nenhum evento de caso fortuito ou força maior eximirá a parte afetada de quaisquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que tenham se constituído antes dele, embora vençam durante o evento de caso fortuito ou força maior, em especial as obrigações financeiras, que deverão ser pagas nos prazos contratuais. O não cumprimento dos prazos implica incidência dos acréscimos moratórios previstos na Subcláusula 10.2.

15.3. A parte afetada que desejar invocar a ocorrência de caso fortuito ou força maior deverá adotar as seguintes medidas:

- I. notificar a outra parte da ocorrência do evento de caso fortuito ou força maior, tão logo quanto possível, mas, em nenhuma circunstância, em prazo superior a cinco dias contados da data em que tiver tomado conhecimento de sua ocorrência, fornecendo uma descrição da natureza do evento, uma estimativa de sua duração e do impacto no desempenho de suas obrigações contratuais;
- II. adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando retomar suas obrigações contratuais com a maior brevidade possível;
- III. informar regularmente a outra parte a respeito de suas ações e de seu plano de ação para remediar e/ou minimizar tais consequências;
- IV. prontamente avisar a outra parte do término do evento de caso fortuito ou força maior e de suas consequências;
- V. respaldar todos os fatos e ações com documentação ou registro disponível.

CLÁUSULA 16 – DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. O presente CONTRATO é celebrado em caráter irrevogável e irretratável pelo prazo de vigência definido na Cláusula 4ª, ressalvadas as determinações contidas na Cláusula 12.

16.2. Observado o disposto na Cláusula 7ª, o CONTRATO não poderá ser alterado, exceto por meio de aditamento escrito firmado pelas partes, observado o disposto na Lei 10.848, de 2004, no Decreto nº 5.163, de 2004, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

16.3. Ficam autorizadas cessões de direitos e/ou obrigações decorrentes deste CONTRATO, observadas as disposições contidas na Cláusula 7ª.

16.4. No caso de reestruturação societária (cisão, fusão, incorporação, criação de subsidiária etc) do VENDEDOR e/ou do COMPRADOR, fica prévia e expressamente autorizada a sub-rogação dos direitos e/ou das obrigações decorrentes deste CONTRATO, nas proporções de ENERGIA a ser alocada às novas empresas, respeitadas as condições pactuadas no presente, notadamente o PREÇO DE VENDA.

16.5. No caso da mudança de titularidade da concessão, autorização ou permissão do VENDEDOR, observado o disposto no Inciso II da subcláusula 16.7, e respeitadas as condições pactuadas no presente CONTRATO, fica prévia e expressamente assegurada a sub-rogação dos direitos e obrigações decorrentes deste CONTRATO.

16.6. Nenhum atraso ou tolerância, por qualquer das partes, relativamente ao exercício de qualquer direito, poder, privilégio ou recurso contido neste CONTRATO, será tido como passível de prejudicar tal direito, poder, privilégio ou recurso, nem será interpretado como renúncia do(s) mesmo(s) ou novação da(s) obrigação(ões).

16.7. Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste CONTRATO, as partes obrigam-se a:

- I. observar e cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável aos seus negócios sociais e às atividades a serem desempenhadas nos termos do presente CONTRATO;
- II. obter e manter válidas e vigentes, durante o prazo de vigência do CCEAR, todas as licenças e autorizações atinentes aos seus negócios sociais e/ou ao cumprimento das obrigações, inclusive no que diz respeito ao contrato de concessão, autorização ou permissão, assumidas no presente CONTRATO, exceto se tal situação for modificada por AUTORIDADE COMPETENTE e, nesse caso, as partes obrigam-se a adotar uma alternativa contratual que preserve os efeitos econômico-financeiros do CONTRATO em conformidade com o originalmente pactuado; e
- III. informar a outra parte, no prazo máximo de 48 horas contado da data do conhecimento do evento, sobre quaisquer eventos, de qualquer natureza, que possam representar uma ameaça ao cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas neste CONTRATO.

16.8. O VENDEDOR obriga-se a não celebrar quaisquer contratos de venda de ENERGIA, nem aditar os ora existentes, com o intuito de assumir quaisquer compromissos de suprimento ou fornecimento de ENERGIA em montantes que impeçam ou inviabilizem a disponibilização e venda da ENERGIA CONTRATADA nos termos deste CONTRATO.

16.9. Qualquer aviso ou outra comunicação de uma parte a outra a respeito deste CONTRATO será feita por escrito, em língua portuguesa, e poderá ser entregue ou enviada por correio registrado, fac-símile ou meio eletrônico, em qualquer caso com prova formal do seu recebimento, ao endereço e em atenção dos representantes legais, a saber:

Se para o VENDEDOR:
A/C:
Tel.:
Fax.:
E-mail:

Se para o COMPRADOR :

A/C:

Tel.:

Fax.:

E-mail:

16.10. Na hipótese de qualquer das disposições previstas neste CONTRATO vir a ser declarada ilegal, inválida ou inexecutável, as disposições remanescentes não serão afetadas, permanecendo em plena vigência e aplicação e, nessa hipótese, as partes se obrigam, desde já, a adotar uma disposição que a substitua e que atenda aos objetivos da disposição considerada ilegal, inválida ou inexecutável, e que mantenham, tanto quanto possível, em todas as circunstâncias, o equilíbrio dos interesses comerciais das partes.

16.11. O presente CONTRATO deverá ser registrado na ANEEL e na CCEE, e uma cópia autenticada ou o original do CCEAR deverá ser entregue pelo VENDEDOR à CCEE, no prazo a ser estabelecido pela CCEE, bem como dos eventuais aditamentos ou alterações.

16.12. O registro do CONTRATO na CCEE, poderá ser suspenso na hipótese de inadimplência de uma das partes no MERCADO DE CURTO PRAZO, conforme previsto na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, ficando desde já o VENDEDOR autorizado pelo COMPRADOR, e o COMPRADOR autorizado pelo VENDEDOR a proceder à referida suspensão no âmbito da CCEE.

16.13. Este CONTRATO é reconhecido pelas partes como título executivo, na forma dos Artigos 583 e 585, inciso II, do Código de Processo Civil Brasileiro, para efeito de cobrança dos valores devidos.

16.14. Este CONTRATO será regido e interpretado, em todos os seus aspectos, de acordo com as leis brasileiras.

16.15. Observado o disposto na Cláusula 14, fica eleito o Foro da Comarca do Município de, Estado de, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para a finalidade específica de adoção de eventuais medidas coercitivas ou cautelares entendidas como necessárias pelas partes, bem como para a eventual execução de sentença arbitral ou o ingresso de pedido de decretação de nulidade de sentença arbitral.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes celebram o presente instrumento em duas vias de igual teor, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

_____, _____, de _____ de _____.
(Cidade) (Dia) (Mês) (Ano)

VENDEDOR:

Nome:

Nome:

Cargo:
RG:
CPF/MF:

Cargo:
RG:
CPF/MF:

COMPRADOR:

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:
RG: RG:
CPF/MF: CPF/MF:

(Esta página é parte integrante do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR, firmado entre o VENDEDOR e o COMPRADOR)

ANEXO I AO CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
NO AMBIENTE REGULADO
COMPROVAÇÃO DE LASTRO PARA VENDA

INSTALAÇÕES DE GERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA DE GERAÇÃO
OU
LISTAGEM DE CONTRATOS DE COMPRA E VENDA
OU
OUTRA FORMA DE COMPROVAÇÃO QUE VIER A SER DEFINIDA
(caso de importação ou de comercialização)

(A) CASO DE COMPROVAÇÃO DE LASTRO COM GERAÇÃO PRÓPRIA.

Nº	NOME USINA	POTÊNCIA INSTALADA (MW)	TIPO DE USINA

(B) CASO DE COMPROVAÇÃO DE LASTRO COM GERAÇÃO DE TERCEIROS, MEDIANTE CONTRATOS.

Nº	VENDEDOR ¹	MONTANTES CONTRATADOS (MW MÉDIO)	PRAZO DE VIGÊNCIA	
			INÍCIO	FIM

**ANEXO II AO CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
NO AMBIENTE REGULADO**

NOMENCLATURA TÉCNICA

AGENTE DA CCEE ou AGENTE: concessionário, permissionário, autorizado de serviços e instalações de energia elétrica e Consumidor Livre integrantes da CCEE.

AGENTE DISTRIBUIDOR: titular de concessão, permissão ou autorização de serviços e instalações de distribuição para fornecer energia elétrica a consumidor final exclusivamente de forma regulada;

AGENTE VENDEDOR, PROPONENTE VENDEDOR ou VENDEDOR: titular de concessão, permissão ou autorização de geração, de comercialização ou de importação de energia elétrica;

AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADA - ACR: segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre AGENTES VENDEDORES e AGENTES DE DISTRIBUIÇÃO, precedidas de licitação, ressalvados os casos previstos em lei, conforme REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO específicos;

ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica, órgão normativo e fiscalizador dos serviços de energia elétrica, instituída pela Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 2.335, de 06 de outubro de 1997;

AUTORIDADE COMPETENTE: qualquer entidade governamental que tenha competência para interferir neste CONTRATO ou nas atividades das partes;

CÂMARA DE ARBITRAGEM: entidade externa eleita pelos AGENTES DA CCEE destinada a estruturar, organizar e administrar processo alternativo de solução de Conflitos, que, no exercício estrito dos direitos disponíveis, deverá dirimir Conflitos por meio de arbitragem, nos termos da CONVENÇÃO de COMERCIALIZAÇÃO e do Estatuto da CCEE.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE: pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atua sob autorização do Poder Concedente e regulação e fiscalização da ANEEL, segundo a CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, com a finalidade de viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre os AGENTES DA CCEE, restritas ao Sistema Interligado Nacional - SIN, cuja criação foi autorizada nos termos do art. 4º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004;

CENTRO DE GRAVIDADE: ponto virtual definido nas REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO para o SUBMERCADO onde será efetuada a ENTREGA SIMBÓLICA da ENERGIA CONTRATADA;

COMPRADOR(ES): AGENTE(S) DISTRIBUIDOR(ES) de energia elétrica PARTICIPANTE(S) do LEILÃO;

CONTRATO ou CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO AMBIENTE REGULADO – CCEAR: Contrato Bilateral celebrado, no âmbito do ACR, entre AGENTE VENDEDOR e AGENTE DE DISTRIBUIÇÃO;

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG: contrato firmado entre o COMPRADOR e o VENDEDOR para garantir a execução do CONTRATO por parte do COMPRADOR, constituindo o Anexo III ao presente;

CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO: instrumento jurídico instituído pela Resolução Normativa ANEEL n.º 109 de 26 de outubro de 2004, nos termos da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004;

CONSUMIDOR POTENCIALMENTE LIVRE: é aquele que, a despeito de cumprir as condições previstas no art. 15 da Lei nº 9.074, de 1995, é atendido de forma regulada, conforme definido no Decreto nº 5.249, de 20 de outubro de 2004.

ENERGIA: quantidade de energia elétrica ativa durante qualquer período de tempo, expressa em Watt-hora (Wh) ou seus múltiplos;

ENERGIA CONTRATADA: montante em MWh contratado pelo COMPRADOR e colocado à disposição no CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO do VENDEDOR;

ENTREGA SIMBÓLICA: entrega de ENERGIA que se opera, ou se cumpre, pela entrega de quantidades que, figurativa ou simbolicamente, representam as quantidades de ENERGIA efetivamente adquiridas pelo COMPRADOR, no ponto CENTRO DE GRAVIDADE;

IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

LEILÃO: processo licitatório de compra e venda de energia regido pelo Edital de Licitação nº 001/2005 da CCEE e seus documentos correlatos;

MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DE SOBRAS E DÉFICITS: processo de realocação, entre AGENTES DISTRIBUIDORES, participantes da CCEE, de sobras e déficits de montantes de energia contratados no ACR;

MERCADO DE CURTO PRAZO: segmento da CCEE onde são comercializadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados e registrados pelos Agentes da CCEE e os montantes de geração ou consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos Agentes da CCEE.

MÊS CONTRATUAL: todo e qualquer mês do calendário civil durante o PERÍODO DE SUPRIMENTO;

MODULAÇÃO: cálculo de volumes de energia contratados em montantes horários.

NOTIFICAÇÃO DE CONTROVÉRSIA: documento formal destinado a comunicar as partes acerca de controvérsias que versem sobre as disposições deste CONTRATO e/ou a elas relacionadas;

ONS: Operador Nacional do Sistema Elétrico, criado nos termos da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, responsável pela coordenação e controle da operação de geração e da transmissão de energia elétrica do SIN;

PERÍODO DE COMERCIALIZAÇÃO: é a menor unidade de tempo de comercialização de energia elétrica, considerada esta como uma hora;

PERÍODO(S) DE SUPRIMENTO(S): corresponde ao intervalo de tempo entre a DATA DE INÍCIO e a DATA DE TÉRMINO;

POTÊNCIA: é a quantidade de energia elétrica solicitada na unidade de tempo, expressa em MW;

POTÊNCIA ASSOCIADA: é a quantidade de POTÊNCIA que o VENDEDOR deverá disponibilizar ao COMPRADOR, observado um fator de capacidade igual a 0,66;

POTÊNCIA INSTALADA: a potência instalada de uma central geradora (em kW) é definida, em números inteiros, pelo somatório das potências elétricas ativas nominais das unidades geradoras da central;

PREÇO DEVENDA: preço de cada PRODUTO no encerramento do LEILÃO;

PLD: Preço de Liquidação de Diferenças;

PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO: conjunto de normas aprovadas pela ANEEL que definem condições, requisitos, eventos e prazos relativos à comercialização de energia elétrica no âmbito da CCEE;

PROCEDIMENTOS DE REDE: documentos elaborados pelo ONS com a participação dos agentes e aprovados pela ANEEL, que estabelecem os procedimentos e requisitos técnicos necessários ao planejamento, implantação, uso e operação do SIN, e definem as responsabilidades do ONS e dos agentes;

PROCESSO: processo relativo ao LEILÃO, disciplinado no Edital do LEILÃO e seus documentos correlatos;

REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO: conjunto de regras operacionais e comerciais e suas formulações algébricas definidas pela ANEEL, e de cumprimento obrigatório pelos AGENTES DA CCEE, aplicáveis à comercialização de energia elétrica no âmbito da CCEE;

SAZONALIZAÇÃO: discretização mensal dos montantes anuais de energia;

SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL (SIN): conjunto de instalações e equipamentos responsáveis pelo suprimento de energia elétrica das regiões do país interligadas eletricamente;

SIMPLES: Sistema de Informações de Mercado para o Planejamento do Setor Elétrico, desenvolvido pela ELETROBRÁS;

SUBMERCADOS: divisões do SIN para as quais serão estabelecidos PLDs específicos e cujas fronteiras são definidas em razão da presença e duração de restrições relevantes de transmissão aos fluxos de energia elétrica no SIN;

TRIBUTOS: são todos os impostos, taxas e contribuições, incidentes sobre o objeto deste CONTRATO, excluído qualquer outro existente ou que venha a ser criado sobre o lucro líquido ou resultado de qualquer das partes. Tal exclusão abrange, não estando limitada a, o imposto sobre a renda da pessoa jurídica, a contribuição social sobre o lucro e impostos ou contribuições sobre movimentações financeiras.

**ANEXO III AO CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO
AMBIENTE REGULADO**

**CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM _e,
TENDO OS BANCOS [XXXXXXXXX] COMO INTERVENIENTES ANUENTES.**

De um lado, a xxxxxxxxxx, empresa concessionária de serviço público de DISTRIBUIÇÃO de energia elétrica, mediante Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº xxxxxxxxx, firmado com o Poder Concedente, doravante denominado COMPRADOR, e de outro lado, a xxxxxxxxx, empresa concessionária/permissionária/autorizada (DEFINIR e DETALHAR, CONFORME A CONDIÇÃO DO AGENTE VENDEDOR), com sede na Cidade de, na, inscrita no CNPJ sob o n.º, denominado simplesmente VENDEDOR, neste ato representados por seus representantes legais ao final assinados, em conjunto denominadas partes; o Banco [.....] , inscrito no CNPJ/MF sob o n.º com sede na Rua, n.º, na Cidade de, o Banco [.....] , inscrito no CNPJ/MF sob o n.º com sede na Rua, n.º, na Cidade de, todos representados na forma de seu(s) respectivo(s) Estatuto(s) Social(is), denominado(s) INTERVENIENTE(S) ANUENTE(S);

CONSIDERANDO QUE:

- (a) As partes assinaram, em/...../....., CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO AMBIENTE REGULADO, doravante denominado CCEAR n.º XXX/XX, cujo teor o(s) INTERVENIENTE(S) ANUENTE(S) declara(m) expressamente conhecer; e
- (b) O CCEAR, em sua subcláusula 11.1, estabelece que o COMPRADOR deverá apresentar instrumento jurídico-financeiro com a finalidade garantir o cumprimento das obrigações do COMPRADOR, em especial quanto aos pagamentos a serem feitos ao VENDEDOR;

RESOLVEM, celebrar o presente Contrato de Constituição de Garantia ("CCG"), o qual será regido pelas cláusulas e disposições a seguir descritas.

CÁUSULA PRIMEIRA – DAS DEFINIÇÕES

1.1. Para fins de permitir o entendimento e a precisão da terminologia técnica empregada neste CCG e seus Anexos, integrante deste CCG, fica, desde já, acordado entre os contratantes o conceito dos seguintes vocábulos e expressões:

- (a) CONTA CORRENTE DO VENDEDOR: Conta corrente de titularidade do VENDEDOR, utilizada para recebimento dos créditos oriundos dos pagamentos mencionados no CCEAR;
- (b) CONTA(S) CORRENTE(S) CENTRALIZADORA(S): Conta(s) corrente(s) de titularidade do COMPRADOR, mantida(s) junto ao(s)

INTERVENIENTE(S) ANUENTE(S), utilizada(s) para centralizar os recebimentos de créditos oriundos do fornecimento de energia elétrica;

- (c) CONTA CORRENTE ESPECIAL: Conta corrente de titularidade do COMPRADOR, mantida junto ao GESTOR, a ser utilizada na forma prevista na Cláusula Quarta deste CCG;
- (d) CONTA DE GARANTIAS SUPLEMENTARES: conta corrente de titularidade do COMPRADOR, mantida junto ao GESTOR, agência....., sob o nº....., quando se tratar de garantia suplementar na forma de moeda corrente nacional, **E/OU** outra forma de depósito para os demais ativos financeiros a serem dados como garantia suplementar, a qual será utilizada para pagamento dos débitos oriundos dos pagamentos mencionados na Cláusula 8.1 do CCEAR, subsidiariamente ao MECANISMO DE GARANTIAS, no caso deste último, se acionado, verificar-se insuficiente para cobertura de eventual débito verificado;
- (e) GESTOR: Banco, escolhido pelo COMPRADOR do conjunto dos INTERVENIENTES ANUENTES, responsável pelo acionamento do MECANISMO DE GARANTIA;
- (f) MECANISMO DE GARANTIA: O mecanismo previsto na Cláusula Quarta do presente CCG;
- (g) MECANISMO DE GARANTIAS SUPLEMENTARES: mecanismo previsto na Cláusula Quinta do presente CCG;

1.2. Quaisquer termos utilizados neste Instrumento, mas não definidos pelo presente, terão os significados definidos no CCEAR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente Instrumento tem por objetivo estabelecer os termos e as condições da garantia de pagamento e fiel cumprimento das obrigações do COMPRADOR para com o VENDEDOR, conforme definido no CCEAR.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DA GARANTIA

3.1. No caso de inadimplência, o VENDEDOR informará ao COMPRADOR, para que quite o seu débito, com os respectivos acréscimos moratórios, até o terceiro dia útil imediatamente subsequente à data do vencimento, nos termos previstos no CCEAR.

3.2. Não havendo, por parte do COMPRADOR, a quitação do débito no prazo estabelecido na subcláusula 3.1, o VENDEDOR instruirá o GESTOR para o acionamento do MECANISMO DE GARANTIA, dando ciência ao COMPRADOR.

CLÁUSULA QUARTA – DO MECANISMO DE GARANTIA

4.1. O GESTOR, na data do recebimento da instrução do VENDEDOR, efetuará o bloqueio da CONTA CORRENTE CENTRALIZADORA do COMPRADOR no seu estabelecimento, transferindo para a CONTA CORRENTE ESPECIAL os recursos ali disponíveis, até o valor do débito informado, acrescidos dos seguintes acréscimos moratórios: juros efetivos de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*; e multa de 2% (dois por cento).

4.2. O valor do débito, constituído do principal e da multa, será atualizado monetariamente pela variação acumulada, *pro rata die* do índice previsto na subcláusula 8.2 do CCEAR, do mês anterior ao do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e acrescido dos juros previstos na subcláusula 4.1.

4.3. Caso o atraso de pagamento seja menor ou igual a trinta dias, para os efeitos da aplicação da atualização referida nesta Cláusula, será considerada nula qualquer variação negativa do índice.

4.4. Caso o atraso de pagamento seja verificado dentro de um mesmo mês, para os efeitos da aplicação da atualização referida na subcláusula 4.1 será utilizada a variação *pro rata die* do índice previsto na subcláusula 8.2 do CCEAR, do mês anterior ao do pagamento.

4.5. Caso venha a ocorrer a extinção do índice de correção previsto na subcláusula 8.2 do CCEAR, adotar-se-á outro índice oficial que venha a substituí-lo, e na falta deste, outro com função similar, conforme determinado pelo Poder Concedente.

4.6. Caso na CONTA CORRENTE CENTRALIZADORA do GESTOR não haja recursos suficientes para a quitação do débito no momento do bloqueio, caberá ao GESTOR acionar os demais INTERVENIENTES ANUENTES, determinando o bloqueio das suas CONTAS CORRENTES CENTRALIZADORAS, para a transferência imediata dos recursos para a CONTA CORRENTE ESPECIAL, até atingir o montante total do débito.

4.7. O GESTOR acionará os demais INTERVENIENTES ANUENTES observando a seqüência estabelecida pelo COMPRADOR no ANEXO I.

4.8. Caberá ao COMPRADOR informar ao GESTOR a seqüência dos INTERVENIENTES ANUENTES a serem acionados para o cumprimento do estabelecido neste CCG, conforme Anexo I deste CCG, e novamente informá-lo caso haja qualquer alteração na referida seqüência.

4.9. Diariamente, o GESTOR transferirá os recursos disponíveis na CONTA CORRENTE ESPECIAL para a CONTA CORRENTE do VENDEDOR, de acordo com saldo disponível, até o montante do débito informado pelo VENDEDOR.

4.10. Na data em que tenham sido transferidos para a CONTA CORRENTE ESPECIAL, os recursos suficientes para a quitação do débito do COMPRADOR junto ao VENDEDOR, o bloqueio e a transferência de recursos das CONTAS CORRENTES CENTRALIZADORAS serão suspensos.

4.11. Acionado o MECANISMO DE GARANTIA, a quitação do débito deverá ocorrer em até cinco dias e, caso ultrapassado esse prazo, a critério do VENDEDOR, será acionado o MECANISMO DE GARANTIAS SUPLEMENTARES previsto na Cláusula Quinta do presente CCG.

4.12. Durante seu prazo de vigência, o COMPRADOR ficará obrigado a manter como INTERVENIENTE(S) ANUENTE(S), instituição(ões) financeira(s) responsável(is) pela arrecadação mensal de um valor mínimo de 110 % (cento e dez por cento) da média aritmética do valor das três últimas faturas mencionadas no CCEAR, acrescentando, tantas instituições financeiras quantas forem necessárias para a manutenção desse percentual mínimo.

4.12.1. Nos três primeiros meses de suprimento, o cálculo das garantias será feito da seguinte forma: (i) para o primeiro mês, deverá ser utilizado para o cálculo da garantia o valor da fatura correspondente; (ii) para o segundo mês, deverá ser utilizado para o cálculo da garantia a média aritmética das duas últimas faturas; e (iii) para o terceiro mês, deverá ser utilizado para o cálculo da garantia a média aritmética das três últimas faturas.

4.13. O COMPRADOR somente poderá alienar, ceder, transferir, dispor, empenhar ou por qualquer forma, gravar os recursos disponíveis nas(s) CONTA(S) CORRENTE(S) CENTRALIZADORA(S), desde que tais atos não afetem o cumprimento das obrigações previstas neste CCG e não impliquem a indisponibilidade de recursos mínimos a garantirem o cumprimento das obrigações ora estabelecidas, durante o prazo de vigência do CCEAR.

CLÁUSULA QUINTA – DO MECANISMO DE GARANTIAS SUPLEMENTARES

5.1. Decorrido o prazo definido na subcláusula 4.11, o GESTOR buscará os recursos necessários a quitar o débito do COMPRADOR para com o VENDEDOR, acionando o MECANISMO DE GARANTIAS SUPLEMENTARES.

5.1.1. O MECANISMO DE GARANTIAS SUPLEMENTARES constitui-se de uma CONTA DE GARANTIAS SUPLEMENTARES que deverá ter, inicialmente, um volume de ativos depositados correspondente a 20% (vinte por cento) da receita mensal

prevista na Cláusula 8.1 do CCEAR.

5.1.2. Os seguintes ativos financeiros serão aceitos para depósito junto ao MECANISMO DE GARANTIAS SUPLEMENTARES:

- (a) moeda corrente nacional;
- (b) títulos públicos;
- (c) outro ativo financeiro;
- (d) ações de companhias abertas admitidas à negociação em bolsas de valores;
- (e) cartas de fiança ou cartas de crédito emitidas por instituições com sede no país ou no exterior;

5.1.3 Acionado o MECANISMO DE GARANTIAS SUPLEMENTARES, os valores correspondentes ao débito a ser quitado deverão ser transferidos para o VENDEDOR no prazo de cinco dias.

5.2. Considerado o período de doze meses imediatamente anterior ao eventual acionamento do Mecanismo de Garantias Suplementares, a Conta de Garantias Suplementares deverá ter um volume de ativos depositados observado o que se segue:

- (a) Um acionamento: 40% (quarenta por cento) da receita mensal prevista na Cláusula 8.1 do CCEAR.
- (b) Dois acionamentos: 50% (cinquenta por cento) da receita mensal prevista na Cláusula 8.1 do CCEAR.
- (c) Três ou mais acionamentos: 60% (sessenta por cento) da receita mensal prevista na Cláusula 8.1 do CCEAR.

5.3. As garantias depositadas em moeda corrente nacional devem ser obrigatoriamente remuneradas diariamente, pelo GESTOR, por meio de aplicações financeiras que estejam autorizadas pelo BACEN, como Fundo de Investimento, ou Certificado de Depósito Bancário, ou Poupança, conforme pactuado com o COMPRADOR, e passíveis de descontos relativos à tributação aplicável.

5.4. As garantias financeiras serão avaliadas mensalmente pelo GESTOR considerando as oscilações de mercado, eventuais deságios de cada ativo e custos relevantes de execução.

5.5. O COMPRADOR deverá recompor, no prazo de cinco dias, o volume de ativos previsto no Parágrafo 1º, caso seja acionado o MECANISMO DE GARANTIAS SUPLEMENTARES, ou as reavaliações mensais previstas na subcláusula 5.4. assim o exigirem.

CLÁUSULA SEXTA – DO GESTOR

6.1. O GESTOR atuará, por força e em decorrência deste CCG, como mandatário especial do VENDEDOR, neste ato constituído, de forma irrevogável e irretratável,

nos termos dos artigos 683 e 684, do Código Civil Brasileiro, para executar o MECANISMO DE GARANTIA aqui descrito, e como procurador do COMPRADOR de acordo com o estabelecido na Procuração constante do Anexo II.

6.2. O COMPRADOR deverá encaminhar ao VENDEDOR uma cópia autenticada da Procuração citada na subcláusula 6.1.

6.3. O GESTOR se obriga a acatar todas as instruções escritas que receber do VENDEDOR, com relação ao MECANISMO DE GARANTIA, isto é, bloqueio e transferência dos recursos existentes na(s) CONTA(S) CORRENTE(S) CENTRALIZADORA(S), respondendo civil e penalmente por qualquer dano ou prejuízo que venha a causar ao VENDEDOR em decorrência do descumprimento de suas obrigações.

6.4. O VENDEDOR aceita e reconhece que o GESTOR não será responsável pela insuficiência de fundos na(s) CONTA(S) CORRENTE(S) CENTRALIZADORA(S), que o impossibilite de operacionalizar o MECANISMO DE GARANTIA, conforme descrito na Cláusula Quarta deste instrumento.

6.5. O GESTOR e os INTERVENIENTES ANUENTES, sempre que solicitados, deverão fornecer ao VENDEDOR, informações que atestem o atendimento ao disposto na subcláusula 4.12.

6.6. Durante a vigência deste Instrumento, caso o Banco [.....] deixe de atuar como GESTOR, o INTERVENIENTE ANUENTE de maior arrecadação será o seu sucessor, nas mesmas condições estabelecidas na Cláusula Quarta deste CCG.

6.7. O GESTOR se obriga a notificar o COMPRADOR e o VENDEDOR, com sessenta dias de antecedência, sua intenção de não mais atuar como GESTOR.

6.8. Na hipótese de atuação de um único BANCO, durante a vigência deste Instrumento, caso o mesmo deixe de atuar como GESTOR, ficará o COMPRADOR obrigado a nomear novo GESTOR, no prazo de trinta dias após o recebimento de notificação mencionada na subcláusula 6.7., nas mesmas condições estabelecidas na Cláusula Quarta deste CCG.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES

7.1. Os INTERVENIENTES ANUENTES, por força e em decorrência deste CCG, após comunicação do GESTOR, executarão imediatamente o bloqueio e transferência dos recursos oriundos dos créditos do COMPRADOR, existentes nas CONTAS CORRENTES CENTRALIZADORAS, para a CONTA CORRENTE ESPECIAL, até o valor do débito constante da instrução/autorização recebida do VENDEDOR.

7.2. Os INTERVENIENTES ANUENTES se obrigam a acatar todas as instruções decorrentes do MECANISMO DE GARANTIA e, portanto, responderão civil e penalmente por qualquer dano ou prejuízo que venham a causar ao VENDEDOR em decorrência do descumprimento de suas obrigações.

7.3. O VENDEDOR responderá civil e penalmente por qualquer prejuízo que venha a causar ao COMPRADOR, em decorrência de falsa emissão de aviso para o acionamento do MECANISMO DE GARANTIA descrito neste Instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CUSTOS

8.1. Todas as despesas contraídas ou incorridas em razão do presente CCG serão de exclusiva responsabilidade do COMPRADOR.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO E VALIDADE

9.1. O presente CCG entra em vigor na data de sua assinatura, assim permanecendo até a liquidação das últimas faturas decorrentes do CCEAR, observado seu prazo de vigência, sendo regido e interpretado, em todos os seus aspectos, pelas leis brasileiras.

9.2. A eficácia do presente CCG está vinculada ao início do período de suprimento conforme descrito na Cláusula 4ª do CCEAR, somente após o que gerará quaisquer efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONFIDENCIALIDADE

10.1. As partes, o GESTOR e os INTERVENIENTES ANUENTES concordam que todas as informações e dados disponibilizados por um ao(s) outro(s) serão considerados confidenciais conforme preceitua este CCG e não divulgarão tais informações para terceiros, exceto se expressamente autorizado, a priori e por escrito, pelo(s) interessado(s) signatários do presente CCG.

10.2. Somente será permitida a divulgação de informações sem autorização prévia no caso de determinação judicial ou de autoridade administrativa, ficando as partes, o GESTOR e os INTERVENIENTES ANUENTES obrigados a informar sobre referida divulgação ao(s) interessado(s) signatários do presente CCG.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O presente CCG somente poderá ser alterado ou retificado mediante assinatura de correspondente Termo Aditivo pelas partes, com a anuência expressa do(s) INTERVENIENTE(S) ANUENTE(S).

11.2. A ausência, pelas partes, de reclamação relativa à falta de cumprimento por outro contratante, de quaisquer obrigações previstas neste CCG: (i) não operará ou será interpretada como renúncia a qualquer outro direito ou faculdade, seja ela similar ou de natureza diversa, nem (ii) terá efeito, a menos que, efetuada por escrito e devidamente assinada por um representante da respectiva parte, assim como, a tolerância ou concessão de prazo ou quaisquer outras condições que uma parte fizer à outra não operará como renúncia ao cumprimento da respectiva obrigação, novação ou alteração dos termos e condições aqui acordados.

11.3. O presente Instrumento obriga os contratantes, em caráter irrevogável e

irretratável, em todos os seus termos, cláusulas e condições, por si e seus sucessores, a qualquer título, bem como os cessionários autorizados.

11.4. Todos os valores previstos no presente CCG poderão ser exigidos por meio de processo de execução, reconhecendo as partes, desde já, que os aludidos valores poderão ser apurados mediante simples cálculo aritmético, constituindo este instrumento título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, II, do Código de Processo Civil.

11.5. As partes reconhecem neste ato que as obrigações decorrentes do presente Instrumento comportam execução específica, nos termos dos artigos 461, 639 e seguintes do Código de Processo Civil.

11.6. Quaisquer dúvidas ou pendências relacionadas a este Instrumento serão dirimidas conforme disposto na Cláusula 14 do CCEAR. Caso sejam necessárias providências judiciais na forma prevista na Lei no 9.307/96, as partes elegem o Foro da Comarca da Cidade de, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11.7. Qualquer aviso ou outra comunicação de uma parte a outra e ao banco GESTOR a respeito deste CONTRATO será feita pelos representantes, a saber:

Se para o VENDEDOR:

A/C:

Tel.:

Fax.:

E-mail:

Se para o COMPRADOR :

A/C:

Tel.:

Fax.:

E-mail

Se para o banco GESTOR :

A/C:

Tel.:

Fax.:

E-mail.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente CCG em conjunto com o(s) INTERVENIENTE(S) ANUENTE(S), em "n" (nº suficiente) vias de igual teor e forma, e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

(Local), de de

Pelo COMPRADOR:

Nome:
Cargo:
CPF/MF:
RG:

Pelo VENDEDOR:

Nome:
Cargo:
CPF/MF:
RG:

Pelo Banco

Nome:
Cargo:
CPF/MF:
RG:

Pelo Banco

TESTEMUNHAS

Nome:
CPF/MF:

Nome:

Nome:
Cargo:
CPF/MF:
RG:

Nome:
Cargo:
CPF/MF:
RG:

Nome:
CPF/MF:

**ANEXO I AO CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA ASSINADO EM
...../...../....., ENTRE O VENDEDOR E O COMPRADOR**

CONTAS CORRENTES CENTRALIZADORAS DE TITULARIDADE DO COMPRADOR

Informar a seqüência dos INTERVENIENTES ANUENTES, para fim do previsto na subcláusula 4.8. do CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA.

**ANEXO II AO CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA ASSINADO
EM/...../....., ENTRE O VENDEDOR E O COMPRADOR**

PROCURAÇÃO POR INSTRUMENTO PÚBLICO

PROCURAÇÃO PÚBLICA bastante que faz a Empresa, como na forma seguinte:

SAIBAM os a que este instrumento público de procuração bastante virem que aos ... (dias) do mês de do ano de....., na Cidade de....., perante mim, Escrevente Notarial, compareceu como Outorgante a Empresa, sociedade anônima de direito, com sede, na cidade de, Estado de, representada por, reconhecido como próprio e que, por este público instrumento nomeia e constitui seu bastante procurador o Banco..... (nome do banco GESTOR), que, como mandatário especial e no interesse do VENDEDOR (nome, endereço e qualificação), conforme o previsto no CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO AMBIENTE REGULADO – CCEAR firmado entre a Outorgante e o VENDEDOR, o Banco poderá movimentar a Conta Corrente Especial que a Outorgante possui em sua Agência, sob o número, bem como exercer todos os demais atos necessários para cumprir ao disposto no Contrato de Constituição de Garantia, assinado em.....(dia) do mês de.....do ano de, incluindo, mas não se limitando, à acionar o Mecanismo de Garantia e o Mecanismo de Garantia Suplementar. A Outorgante dará por firme e valioso tudo quanto, nesse sentido, praticar seu dito procurador. Assim o disse do que dou fé e me pediu que lavrasse este instrumento, o qual lhe sendo lido, aceitou e assina comigo. Eu,, Escrevente Notarial, digitei e dou fé. Eu,, Tabeliã designada, mandei digitar, subscrevo e assino em público e raso.

(Local),dede

Pelo COMPRADOR

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

TESTEMUNHAS

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

**ANEXO III AO CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO
AMBIENTE REGULADO**

CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS DE CDB

Cedente], pessoa jurídica, com sede na cidade de [...], devidamente inscrita no CNPJ [...], doravante denominado simplesmente **CEDENTE**.

[Cessionária...], devidamente inscrita no CNPJ [...], neste ato representado na forma de seu estatuto social, doravante denominada **CESSIONÁRIA**.

BANCO, instituição financeira, com sede na [...], por sua Agência [...], localizada [...], inscrita no CNPJ [...], representada pelos senhores, na qualidade de Interviente Anuente, doravante denominado **BANCO**.

As partes acima, nomeadas e qualificadas, resolvem celebrar o presente Contrato de Cessão de Direitos Creditórios, o qual se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O **CEDENTE** ora cede e transfere à **CESSIONÁRIA**, como cedidos e transferidos estão, em caráter irrevogável e irretratável, por esta e na melhor forma de direito, a modo pró-solvendo, e sob a condição resolutiva estipulada na **Cláusula Terceira**, nos exatos valores que se tornarem exigíveis, os direitos creditórios - capital e rendimentos oriundos do depósito a prazo representado pelo CDB Pós Fixado, emitido pelo [...], Agência [...], n.º [...], conta corrente n.º [...], no valor de [...], constituído no dia [...], sob n.º [...], com vencimento em 365 dias contados da data de constituição, com liquidez a partir do 30º dia contado da data de constituição, com taxa de [...], como forma e meio de assegurar o efetivo cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR"), celebrado em [...], entre [...] (Comprador) e (Vendedor), e do qual o presente instrumento fica fazendo parte integrante.

Parágrafo único: Declara a **CEDENTE** que faz a presente cessão, para os efeitos do art. 286 e seguintes do Código Civil, de livre e espontânea vontade, sem que, sobre a presente outorga parem quaisquer dúvidas sobre a inexistência de vício de consentimento, na forma do Código Civil, art. 138 e seguintes, sendo de sua livre apreciação a decisão de lastrear o contrato descrito no caput com a cessão ora outorgada.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do crédito ora cedido, poderá a **CESSIONÁRIA**, a seu critério, por ocasião do inadimplemento das obrigações pactuadas pelo **CEDENTE** no CCEAR, celebrado em [...], entre [...] (Comprador) e (Vendedor), exercer seu direito de crédito nas exatas quantias que se tornarem exigíveis, a qualquer tempo, a partir da data de início de liquidez acima descrita, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, ao **CEDENTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA - A presente cessão é feita sob a condição resolutiva de adimplemento de obrigações, de modo que, em ocorrendo o pagamento integral da dívida objeto do Contrato de CCEAR, celebrado em [...], entre [...] (Comprador) e [...]. (Vendedor), resolver-se-á a propriedade da **CESSIONÁRIA**, retornando os créditos

cedidos à propriedade do **CEDENTE**. A condição resolutiva aqui estabelecida estará automaticamente desconstituída no momento e na exata medida dos créditos resgatados e transferidos para a **CESSIONÁRIA** na forma deste instrumento.

Parágrafo Único - A liberação dos créditos ao **CEDENTE**, nas condições referidas no caput desta cláusula, dependerá de prévia e expressa autorização da **CESSIONÁRIA** ao **BANCO**.

CLÁUSULA QUARTA - O **CEDENTE** obriga-se, desde já, a efetuar novas aplicações na mesma modalidade da ora cedida, que ficarão também cedidas à **CESSIONÁRIA**, sempre que o valor da presente cessão se tornar insuficiente à cobertura de suas obrigações perante a **CESSIONÁRIA**, ou quando vencida a aplicação objeto da cessão, de modo a adequar o vencimento final do ciclo de aplicações à mesma data de vencimento do CCEAR, celebrado em [], entre [] (Comprador) e (Vendedor).

CLÁUSULA QUINTA - A falta de utilização dos créditos por parte da **CESSIONÁRIA**, para quitação das obrigações do **CEDENTE**, não representará a renúncia ou desistência aos direitos cedidos.

CLÁUSULA SEXTA - O **CEDENTE** autoriza, desde já, o **BANCO**, na qualidade de depositário da aplicação objeto da cessão, a acatar quaisquer pedidos de resgate formulados pela **CESSIONÁRIA**, sejam eles parciais ou totais, isentando-o de qualquer responsabilidade sobre eventual incorreção dos valores requisitados pela **CESSIONÁRIA**.

CLÁUSULA SÉTIMA - O **CEDENTE**, na qualidade de titular da conta corrente de nº [], mantida na Agência [], autoriza, desde já, o **BANCO** a efetuar o débito na referida conta, dos valores que nela sejam creditados por conta do pedido de resgate dos créditos objeto da cessão, transferindo-os para a **CESSIONÁRIA** na forma por ela indicada.

Parágrafo Único - Os créditos cedidos, que obrigatoriamente deverão transitar pela conta corrente do **CEDENTE**, deverão ser transferidos pelo **BANCO**, à **CESSIONÁRIA**, pelo valor líquido correspondente à quantidade resgatada, descontado o valor da CPMF caso o saldo remanescente da conta corrente seja insuficiente para seu débito.

CLÁUSULA OITAVA - O **CEDENTE** nomeia e constitui a **CESSIONÁRIA** como sua mandatária, outorgando-lhe os poderes de mandato para a prática de todos os atos necessários ao efetivo exercício dos direitos de crédito ora cedidos, em especial para representá-lo perante o **BANCO**.

CLÁUSULA NONA - O presente instrumento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, prevalecendo entre as partes e seus sucessores, ficando eleito o foro da Cidade de ,....., para dirimir as questões que porventura surgirem em decorrência deste Contrato.

E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em 03 (três) vias, de igual teor, na presença de 02 duas testemunhas, para os devidos fins e efeitos.

cidade [.dia.] de [.mês.] de [ano]

CEDENTE

<i>Assinatura:</i> Nome: Cargo: CPF/MF: RG:	<i>Assinatura:</i> Nome: Cargo: CPF/MF: RG:
--	--

CESSIONÁRIA

<i>Assinatura:</i> Nome: Cargo: CPF/MF: RG:	<i>Assinatura:</i> Nome: Cargo: CPF/MF: RG:
--	--

BANCO

<i>Assinatura:</i> Nome: Cargo: CPF/MF: RG:	<i>Assinatura:</i> Nome: Cargo: CPF/MF: RG:
--	--

TESTEMUNHA

<i>Assinatura:</i> Nome: Cargo: CPF/MF: RG:	<i>Assinatura:</i> Nome: Cargo: CPF/MF: RG:
--	--

¹Vendedor é aquele que promove a venda para o Agente que deverá comprovar o lastro.

MODELO
CCEAR Nº _____

**CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
NO AMBIENTE REGULADO - CCEAR**

**CCEAR Nº / 05
PRODUTO .. (INÍCIO e TÉRMINO DO SUPRIMENTO)**

**CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA
ELÉTRICA NO AMBIENTE REGULADO - CCEAR NA
MODALIDADE QUANTIDADE DE ENERGIA QUE ENTRE
SI FAZEM A _____ E A _____.**

De um lado, a _____, empresa _____ (*concessionária, permissionária ou autorizada*) para _____ (gerar, importar ou comercializar) energia elétrica, com sede na Rua _____, na cidade de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, doravante denominado VENDEDOR, e de outro lado _____, empresa titular de _____ (*concessão, permissão ou autorização*) de serviços e instalações de distribuição para fornecer energia elétrica a consumidor final, com sede na Rua _____, na cidade de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, denominada simplesmente COMPRADOR, quando em conjunto denominadas partes, e separadamente PARTE, neste ato representadas por seus representantes legais ao final assinados, nos termos do seu Contrato Social ou Estatuto Social;

CONSIDERANDO QUE:

- I. as partes participaram do Leilão para Compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes, realizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, por delegação da ANEEL, visando ao suprimento de energia elétrica do COMPRADOR, conforme o Edital de Leilão nº 003/2005, realizado nos termos da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, da Portaria MME nº 364, de 16 de agosto de 2005, da Resolução Normativa ANEEL nº 164, de 22 de agosto de 2005, e demais disposições aplicáveis;
- II. o VENDEDOR declarou que possui lastro para a venda, nos termos do art. 2º do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004 e do item 3.3 do referido Edital do LEILÃO;
- III. o COMPRADOR adquiriu energia elétrica do VENDEDOR no LEILÃO, e a comercialização realizada, de natureza regulada, deve ser contabilizada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, para os fins previstos na legislação referida, na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, nas REGRAS e nos PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO;

As partes têm entre si justo e acordado celebrar o presente CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO AMBIENTE REGULADO, doravante denominado “CONTRATO” ou “CCEAR”, que se regerá pelas disposições da Lei nº 10.848, de 2004, pelo Decreto nº 5.163, de 2004, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como pelas REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, e de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO

1.1. O presente CONTRATO tem por objeto estabelecer os termos e as condições da compra e venda da ENERGIA CONTRATADA com POTÊNCIA ASSOCIADA, realizada entre o COMPRADOR e o VENDEDOR, em decorrência do LEILÃO ocorrido em XXX de XXXX de 2005, conforme os montantes indicados na tabela da subcláusula 6.1.

1.2. São partes integrantes do presente CONTRATO:

- a) ANEXO I – DECLARAÇÃO DE LASTRO PARA A VENDA;
- b) ANEXO II – NOMENCLATURA TÉCNICA;
- c) ANEXO III – GARANTIA DA EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO CCEAR.

CLÁUSULA 2ª – DAS DEFINIÇÕES E PREMISSAS

2.1. Para o perfeito entendimento e precisão da terminologia técnica empregada neste CONTRATO e seus anexos, ficam definidos os conceitos dos termos e expressões grafados em letra maiúscula, relacionados no ANEXO II – NOMENCLATURA TÉCNICA, como parte integrante deste CONTRATO.

2.2. A utilização das definições constantes neste CONTRATO, no plural ou no singular, no masculino ou no feminino, não altera os significados a elas atribuídos.

2.3. No caso de divergências entre as disposições constantes do presente CONTRATO e os termos dispostos no seu ANEXO II, deverão prevalecer as disposições deste CONTRATO.

CLÁUSULA 3ª – DA MODALIDADE DO CONTRATO

3.1. O presente CONTRATO é celebrado na modalidade de quantidade de energia elétrica, com POTÊNCIA ASSOCIADA, sendo que o ponto de entrega da ENERGIA CONTRATADA será no CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO do VENDEDOR, conforme indicado na subcláusula 6.1.

3.2. Os riscos financeiros eventualmente impostos ao COMPRADOR, decorrentes de diferenças de preços entre SUBMERCADOS, serão tratados de acordo com as REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO.

CLÁUSULA 4ª – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente CONTRATO entra em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência até o dia 31 de dezembro de **(2008, 2016 conforme os prazos de duração de suprimento de cada PRODUTO).**

4.2. O início do suprimento da ENERGIA CONTRATADA, com POTÊNCIA ASSOCIADA dar-se-á à zero hora do dia 1º de janeiro do ano de **(2006 OU 2009)** e o término do suprimento ocorrerá às 24 horas do dia 31 de dezembro do ano de **(2008 ou 2016).**

4.3. O término do prazo de vigência deste CONTRATO não afetará quaisquer direitos ou obrigações das partes, ainda que anteriores a tal evento e que seu exercício ou cumprimento se dê após o término do CONTRATO.

4.4. O PERÍODO DE SUPRIMENTO vigorará pelos prazos previstos na subcláusula 4.2, independentemente do prazo final da concessão, permissão ou autorização do COMPRADOR.

4.5. Na eventualidade de o prazo final da concessão, permissão ou autorização do COMPRADOR ou do VENDEDOR encerrar-se antes do término do suprimento, o sucessor da titularidade da respectiva concessão, permissão ou autorização assumirá todas as obrigações e direitos previstos no presente CONTRATO.

CLÁUSULA 5ª – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Todas as atividades, operações e processos previstos neste CONTRATO, independentemente de sua definição e tratamento neste instrumento, deverão ser realizados conforme o previsto na legislação aplicável, em regulação da ANEEL, neste instrumento, na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, nas REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO e nos PROCEDIMENTOS DE REDE específicos.

5.2. As exigências operacionais para a disponibilização da ENERGIA CONTRATADA e POTÊNCIA ASSOCIADA deverão ser atendidas pelo VENDEDOR, conforme as condições e padrões estabelecidos nos PROCEDIMENTOS DE REDE.

5.3. As partes concordam que será de inteira responsabilidade do VENDEDOR arcar com todos os riscos, obrigações, responsabilidades, TRIBUTOS, tarifas, encargos de uso do sistema de transmissão, de uso do sistema de distribuição de conexão, e perdas elétricas de transmissão porventura devidas e/ou verificadas entre a instalação de geração e o CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO do VENDEDOR.

5.4 As partes concordam, ainda, que será de inteira responsabilidade do COMPRADOR arcar com todos os riscos, obrigações, responsabilidades, TRIBUTOS, tarifas, custos e encargos de uso do sistema de transmissão, de uso do sistema de distribuição de conexão, e perdas de transmissão porventura incidentes e/ou verificadas entre o CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO do VENDEDOR e o consumidor final.

CLÁUSULA 6ª – DAS CONDIÇÕES GERAIS DE COMPRA E VENDA

6.1. Para fins deste CONTRATO, o VENDEDOR disponibilizará, no CENTRO DE GRAVIDADE dos seus SUBMERCADOS, as ENERGIAS CONTRATADAS e respectiva POTÊNCIA ASSOCIADA, nos montantes iniciais especificados nas Tabelas 01 e 02:

Tabela 01 – ENERGIA CONTRATADA em MWh

ANO DE SUPRIMENTO	SUBMERCADO			
	Sul	Sudeste / Centro- Oeste	Nordeste	Norte
AAAA				
AAAA				
AAAA				
AAAA				
AAAA				
AAAA				
AAAA				
AAAA				

Tabela 02 – Potência Associada em MWh/h

ANO DE SUPRIMENTO	SUBMERCADO			
	Sul	Sudeste / Centro- Oeste	Nordeste	Norte
AAAA a AAAA				

6.2. Na hipótese de alocação de ENERGIA CONTRATADA em mais de um SUBMERCADO, a CCEE deverá registrar o presente CCEAR considerando um registro contratual independente para cada SUBMERCADO, para fins de controle, monitoramento, contabilização, aplicação do MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DE SOBRAS E DÉFICITS e outros fins previstos na CONVENÇÃO, nas REGRAS e nos PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO.

6.3. A SAZONALIZAÇÃO e a MODULAÇÃO deste CONTRATO, os riscos de exposição a diferenças de preços entre SUBMERCADOS, e os riscos hidrológicos do presente serão tratados conforme o previsto na legislação pertinente, neste CONTRATO, na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, nas REGRAS e nos PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO.

6.4. A sazonalização deste CCEAR será realizada de comum acordo entre o VENDEDOR e o COMPRADOR e, caso não seja efetuada nos prazos previstos em PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, deverá ser feita seguindo o perfil de carga declarada pelo COMPRADOR ao final de cada ano e consolidada pelo SIMPLES ou seu sucedâneo, de acordo com limites máximos e mínimos situados entre 85% e 115% da média anual da ENERGIA CONTRATADA, respeitados os limites de POTÊNCIA ASSOCIADA.

6.5. A MODULAÇÃO da ENERGIA CONTRATADA para cada PERÍODO DE COMERCIALIZAÇÃO de cada MÊS CONTRATUAL, respeitados os limites de POTÊNCIA ASSOCIADA, deverá ser realizada pelo Sistema de Contabilização e Liquidação – SCL em conformidade com as REGRAS e PROCEDIMENTOS de COMERCIALIZAÇÃO aplicáveis.

6.6. A venda da ENERGIA CONTRATADA objeto deste CONTRATO não implica sua entrega física de energia por parte do VENDEDOR, podendo a ENERGIA CONTRATADA ser entregue por AGENTE DA CCEE ou pelo conjunto dos AGENTES, em razão da operação otimizada do SIN, mantendo-se, porém, para todos os efeitos, a responsabilidade contratual pela entrega da energia como sendo do VENDEDOR referido no CONTRATO.

6.7. Os montantes iniciais da ENERGIA CONTRATADA previstos nesta Cláusula poderão ser reduzidos, nas condições e forma constantes da Cláusula 7ª.

6.8. Em caso de racionamento, deverá ser observado o disposto no artigo 22 da Lei nº 10.848, de 2004, ou na legislação.

CLÁUSULA 7ª – DA CESSÃO E REDUÇÃO DA ENERGIA CONTRATADA

7.1. A critério exclusivo do COMPRADOR, e observadas as REGRAS e os PROCEDIMENTOS de COMERCIALIZAÇÃO, a ENERGIA CONTRATADA poderá ser reduzida, nos termos do art. 29 do Decreto nº 5.163, de 2004, em razão:

- I. do exercício pelos CONSUMIDORES POTENCIALMENTE LIVRES da opção de compra de energia elétrica proveniente de outro fornecedor;

- II. de outras variações de mercado, hipótese na qual poderá haver, em cada ano, redução de até quatro por cento do montante inicial contratado, independentemente do prazo de vigência contratual, do início do suprimento e dos montantes efetivamente reduzidos nos anos anteriores; e
- III. de acréscimos na aquisição de energia elétrica, decorrentes de contratos celebrados até 16 de março de 2004, observado o disposto no art. 21 da Lei nº 10.848, de 2004.

7.2. A redução prevista no inciso I da subcláusula 7.1, e observados os PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO específicos:

- I. terá eficácia a partir do mês da efetiva aquisição de energia de outro fornecedor pelos CONSUMIDORES POTENCIALMENTE LIVRES, que não tenham firmado novos contratos ou prorrogado os contratos existentes, observado o disposto nos art. 49 e 72 do Decreto nº 5.163, de 2004;
- II. terá eficácia a partir do ano seguinte ao da declaração de necessidades de energia de que trata o art. 18 do Decreto nº 5.163, de 2004, apresentada pelo COMPRADOR, relativamente aos CONSUMIDORES POTENCIALMENTE LIVRES que tenham firmado novos contratos ou prorrogado os contratos existentes, observado o disposto nos art. 49 e 72 do Decreto nº 5.163, de 2004; e
- III. deverá ser precedida de MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DE SOBRAS E DÉFICITS, na forma do estabelecido no art. 45 da Convenção de Comercialização, conforme previsto no art. 3º do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004.

7.3. As reduções anuais dos montantes contratados, devido a outras variações de mercado, previstas no inciso II da subcláusula 7.1, terão eficácia no primeiro dia de cada ano de suprimento, a partir do segundo ano subsequente ao da declaração que deu origem à compra do COMPRADOR, e tais reduções deverão ser precedidas de MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DE SOBRAS E DÉFICITS.

7.4. As reduções anuais dos montantes contratados de que trata o inciso III da subcláusula 7.1 terão eficácia a partir do primeiro dia do mês em que ocorrer o suprimento relativo à respectiva contratação, e tais reduções deverão ser precedidas de MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DE SOBRAS E DÉFICITS.

7.5. As reduções de ENERGIA CONTRATADA deverão implicar a correspondente redução de POTÊNCIA ASSOCIADA.

7.6. O MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DE SOBRAS E DÉFICITS será operacionalizado pela CCEE conforme REGRAS E PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, sem afetar a receita do VENDEDOR com o CCEAR, observado o disposto na subcláusula 7.7.

7.7. No caso de aplicação do MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DE SOBRAS E DEFICITS, o COMPRADOR fica autorizado pelo VENDEDOR, desde já, com sua anuência prévia e expressa, a ceder montantes de ENERGIA CONTRATADA a outros AGENTES DISTRIBUIDORES, nos termos das REGRAS E PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO específicos.

- I. o COMPRADOR, como cedente, deverá informar ao VENDEDOR os montantes de ENERGIA CONTRATADA cedidos a outros AGENTES DISTRIBUIDORES, indicando os

PERÍODOS DE SUPRIMENTO, os respectivos valores envolvidos na cessão e dados dos COMPRADORES para fins de faturamento;

- II. a cessão deverá ser efetuada mediante assinatura de termo de cessão de direitos e obrigações contratuais entre o COMPRADOR cedente e os AGENTES DISTRIBUIDORES cessionários, que deverá conter, entre outras, cláusula de adesão integral e expressa ao disposto neste CONTRATO;
- III. os montantes de ENERGIA CONTRATADA a serem reduzidos serão considerados individualmente, conforme cada CCEAR e PERÍODOS DE SUPRIMENTO contratados;
- IV. a cessão deverá ser irrevogável e irretratável, tendo validade por todo o período de vigência remanescente do respectivo CCEAR;
- V. os valores envolvidos na cessão deverão ser proporcionais aos montantes de ENERGIA CONTRATADA cedidos pelo COMPRADOR, observado o disposto neste CONTRATO sobre o PREÇO DE VENDA e respectiva atualização monetária;
- VI. a partir do início do suprimento previsto no termo de cessão de direitos contratuais, o VENDEDOR irá proceder ao faturamento dos valores devidos diretamente ao COMPRADOR e aos AGENTES DISTRIBUIDORES cessionárias, observada a proporcionalidade prevista no inciso V;
- VII. o COMPRADOR cedente e os AGENTES DISTRIBUIDORES cessionários deverão registrar na ANEEL e na CCEE os termos de cessão de direitos e obrigações contratuais, os que equivalerão ao presente CCEAR, para todos os fins.

7.8. Os AGENTES DISTRIBUIDORES cessionários previstos na subcláusula 7.7 deverão aportar, conforme previsto na Cláusula 11, novas GARANTIAS FINANCEIRAS em favor do VENDEDOR, equivalentes aos montantes de ENERGIA CONTRATADA transferidos pelo AGENTE DISTRIBUIDOR cedente, que ficará autorizado a liberar suas respectivas garantias, na mesma proporção, de forma a que as garantias apresentadas ao VENDEDOR sejam mantidas em sua integralidade.

CLÁUSULA 8ª – DO PREÇO DE VENDA

8.1. O COMPRADOR pagará mensalmente ao VENDEDOR, a partir do início do PERÍODO DE SUPRIMENTO, o valor atualizado conforme previsto nas subcláusulas 8.2 e 8.3, considerando o valor do PREÇO DE VENDA de R\$ (.....), por megawatt-hora, referente ao mês da realização do LEILÃO.

ADAPTAR CADA CCEAR, CONFORME OS PRODUTOS E RESPECTIVOS PREÇOS DE VENDA.

8.2. O PREÇO DE VENDA será atualizado monetariamente, a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da realização do LEILÃO, com base no IPCA.

8.3. A primeira atualização monetária, independentemente do início do PERÍODO DE SUPRIMENTO, deverá ocorrer somente na data base do reajuste tarifário do COMPRADOR, respeitado o prazo mínimo legal de doze meses, e observada a seguinte fórmula:

$$PVi = PV0 \times (I_i / I_0)$$

Onde:

PVi – será o novo PREÇO DE VENDA corrigido;

PV0 – é o PREÇO DE VENDA;

I₀ – é o índice referente ao mês da realização do LEILÃO;

I_i – é o valor do índice acumulado de preços adotado desde o mês da realização do LEILÃO até o mês anterior à data base de reajuste tarifário do COMPRADOR.

Para os cálculos a serem efetuados, deverão ser adotadas seis casas decimais exatas, desprezando-se os demais algarismos a partir da sétima casa, inclusive.

8.4. As atualizações monetárias subseqüentes à primeira também deverão ocorrer na data base do reajuste tarifário do COMPRADOR, observando-se a mesma fórmula prevista na subcláusula 8.3.

8.5. Caso o índice de preço não seja publicado até o momento do faturamento pelo VENDEDOR, será utilizado o último índice publicado. No primeiro faturamento após a publicação do índice que deveria ter sido utilizado será efetuado o ajuste no PREÇO DE VENDA e dos faturamentos efetuados com base no índice provisório.

8.6. Caso venha a ocorrer a extinção do índice de correção previsto nesta Cláusula, adotar-se-á outro índice oficial que venha a substituí-lo, e na falta deste, outro com função similar, conforme determinado pelo Poder Concedente.

8.7. As partes reconhecem que o PREÇO DE VENDA previsto nesta Cláusula, em conjunto com as respectivas regras de correção monetária previstas neste CONTRATO, é suficiente, nesta data, para o cumprimento das obrigações previstas no presente instrumento.

8.8. Caso sejam criados, após a data de assinatura deste contrato, novos tributos, encargos setoriais ou contribuições parafiscais e outros encargos legais, ou modificada a base de cálculo e/ou alíquotas dos atuais, de forma a aumentar ou diminuir o ônus das partes com repercussão na economia contratual, o PREÇO DE VENDA será adequado de modo a refletir tais alterações, para mais ou para menos.

CLÁUSULA 9ª – DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento mensal devido pelo COMPRADOR ao VENDEDOR será realizado mediante a emissão de uma única Nota Fiscal / Fatura, desdobrada em três vencimentos, cada uma equivalente a um terço do valor mensal a ser pago ao VENDEDOR, conforme as seguintes datas e condições:

- (i) Primeiro vencimento: Até o dia 15 do mês seguinte ao mês do suprimento considerado;
 - (ii) Segundo vencimento: Até o dia 25 do mês seguinte ao mês do suprimento considerado; e
 - (iii) Terceiro vencimento: Até o dia 05 do segundo mês seguinte ao mês do suprimento considerado.
- I. A fatura, com os correspondentes vencimentos, será apresentada pelo VENDEDOR no prazo de, no mínimo, cinco dias úteis anteriormente à data do primeiro vencimento. No caso de atraso na apresentação, por motivo imputável ao VENDEDOR, as datas de vencimento serão automaticamente postergadas por prazo igual ao do atraso verificado.
 - II. Os pagamentos mencionados nas alíneas desta Cláusula deverão ser efetuados por crédito em conta corrente bancária a ser indicada pelo VENDEDOR, por

- meio de transferência eletrônica de disponível – TED, ou, ainda, mediante cobrança bancária ou outro mecanismo a critério do VENDEDOR.
- III. Eventuais despesas financeiras por conta da realização do crédito em conta corrente bancária do VENDEDOR, nos termos do parágrafo precedente, correrão por conta do COMPRADOR.

9.2. Caso o valor do pagamento mensal seja inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil Reais), o pagamento deverá ser efetuado pelo COMPRADOR de uma só vez, na data prevista para o segundo vencimento, ou seja, até o dia 25 do mês seguinte ao mês do suprimento.

9.3. O limite de valor previsto na subcláusula 9.2. deverá ser reajustado anualmente, na mesma proporção do PREÇO DE VENDA reajustado.

9.4. Os pagamentos devidos pelo COMPRADOR ao VENDEDOR deverão ser efetuados livres de quaisquer ônus e deduções não autorizadas, e eventuais despesas financeiras decorrentes dos referidos pagamentos correrão por conta do COMPRADOR.

9.5. Caso as datas de vencimento previstas nesta Cláusula ocorram em dia não útil, no município de.....(Município do Agente Vendedor) escolhido para pagamento da fatura, o pagamento poderá ser efetuado pelo COMPRADOR no primeiro dia útil subsequente.

9.6. O não cumprimento da obrigação de pagamento pelo COMPRADOR, nos prazos e condições determinados nesta Cláusula, implicará a aplicação de penalidade de multa e a incidência de juros e atualização monetária sobre o valor devido, nos termos da Cláusula 10.

9.7. Na hipótese de inadimplência no pagamento de qualquer valor devido pelo COMPRADOR, o VENDEDOR poderá adotar as medidas previstas na Cláusula 11 para a realização de seu crédito.

9.8. As divergências eventualmente apontadas no faturamento da ENERGIA CONTRATADA não afetarão os prazos para pagamento das faturas, devendo a diferença, se houver, ser compensada em fatura subsequente, podendo, de comum acordo entre as partes, ser compensada no próprio mês.

9.9. Caso, em relação a qualquer fatura, existam montantes incontroversos e montantes em relação aos quais o COMPRADOR tenha questionado a respectiva certeza e liquidez, o COMPRADOR, independentemente do questionamento apresentado ao VENDEDOR, por escrito, deverá, na respectiva data de vencimento, efetuar o pagamento da parcela incontestada, sob pena de, em não o efetuando, caracterizar-se o inadimplemento do COMPRADOR.

9.10. Sobre qualquer soma contestada, representando créditos para uma parte, que venha posteriormente a ser acordada ou definida como sendo devida pelo VENDEDOR a outra parte, aplicar-se-á o disposto na subcláusula 10.2, excetuando-se a multa. Os juros e a correção monetária incidirão desde a data do vencimento da parcela contestada até a data de sua liquidação.

CLÁUSULA 10 – DA MORA NO PAGAMENTO E SEUS EFEITOS

10.1. Fica caracterizada a mora quando o COMPRADOR deixar de liquidar qualquer dos pagamentos até a data de seu vencimento.

10.2. No caso de mora, incidirão sobre a parcela em atraso, corrigida monetariamente até a data do pagamento, os seguintes acréscimos:

- a) multa de 2% (dois por cento); e
- b) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*.

10.3. Os acréscimos moratórios previstos nas alíneas do item anterior incidirão sobre o valor das parcelas em atraso, mensalmente corrigidas monetariamente pela variação *pro rata die* do índice previsto na subcláusula 8.2, relativo ao mês anterior, observado o disposto na subcláusula 8.5.

10.4. Se no período de atraso a correção monetária for negativa, será considerada nula.

CLÁUSULA 11 – DAS GARANTIAS FINANCEIRAS

11.1. As partes devem celebrar um instrumento jurídico-financeiro como garantia do fiel cumprimento das obrigações do presente CONTRATO, dentre as quais: (i) fiança bancária; (ii) CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA ou (iii) cessão de CDB, observados os prazos constantes do item 7.1.6 do EDITAL, conforme modelo constante do ANEXO III.

11.1.1. Se a GARANTIA FINANCEIRA vincular recebíveis da COMPRADORA, a aceitação obrigatória da VENDEDORA estará condicionada à aprovação prévia da ANEEL quanto à vinculação dos recebíveis.

11.1.2. No caso de CDB e FIANÇA BANCÁRIA, se no prazo de sessenta dias não houver acordo quanto à definição da GARANTIA FINANCEIRA, as PARTES deverão solicitar a mediação da ANEEL para o caso, hipótese na qual deverá haver prorrogação da vigência das garantias provisórias previstas na subcláusula 11.2 por períodos iguais e sucessivos.

11.2. No prazo de até três dias corridos a contar da assinatura deste CONTRATO, caso não seja possível as partes acordarem qualquer das garantias mencionadas na subcláusula 11.1., o COMPRADOR deverá oferecer garantias provisórias no valor correspondente, que vigorarão pelo prazo máximo de sessenta dias corridos, constituídas de:

- (i) moeda corrente nacional;
- (ii) títulos públicos devidamente aprovados pelo VENDEDOR;
- (iii) cartas de fianças ou cartas de créditos emitidas por instituições com sede no país ou no exterior devidamente aprovadas pelo VENDEDOR; e
- (iv) outra forma aceita pelo VENDEDOR.

11.3. No prazo de vigência das garantias provisórias previstas em 11.2, as partes ficarão obrigadas a acordar um instrumento jurídico-financeiro de garantia dentre aqueles listados na subcláusula 11.1. Não o fazendo, o presente CONTRATO será considerado rescindido, sem prejuízo dos direitos e obrigações dele decorrentes durante o período de sua vigência.

11.4. O COMPRADOR poderá substituir, a qualquer momento, desde que em comum acordo com o VENDEDOR, as garantias concedidas, respeitando as opções listadas no item 11.1.

CLÁUSULA 12 – DA RESCISÃO

12.1. Não obstante o caráter irrevogável e irretratável do CONTRATO, este poderá ser rescindido de pleno direito, a critério da parte adimplente, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

- I. caso seja decretada a falência, a dissolução ou a liquidação judicial ou extrajudicial da outra parte, mediante aviso ou notificação com antecedência de dez dias;
- II. na eventualidade da outra parte ter revogada qualquer autorização legal, governamental ou regulatória indispensável ao cumprimento das atividades e obrigações previstas neste CONTRATO, inclusive mas não se limitando à concessão de serviço público, permissão ou autorização;
- III. em caso de inadimplência do COMPRADOR, e frustrada a execução da garantia ofertada;
- IV. caso a garantia financeira apresentada se torne inexecutável por razões imputáveis ou não à ação ou omissão do COMPRADOR, e esta, notificada a substituí-la por outra garantia de igual teor e forma, não o faça no prazo de quinze dias úteis;
- V. caso o CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA não seja firmado, observado o disposto na Cláusula 11;
- VI. em caso de inadimplência de qualquer obrigação contratual por qualquer das partes.

12.2. A ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nesta Cláusula, caso não sanada no prazo máximo de quinze dias úteis, contados do recebimento de notificação por escrito, facultará à parte adimplente considerar rescindido este CONTRATO.

12.3. Ocorrendo a rescisão deste CONTRATO, a parte inadimplente obriga-se a manter a parte adimplente isenta de quaisquer obrigações e responsabilidades nos termos deste CONTRATO, inclusive no âmbito da CCEE, observado o disposto na Subcláusula 13.3, responsabilizando-se também pelo pagamento de quaisquer ônus decorrentes de tal rescisão.

12.4. A rescisão do presente CONTRATO não libera as partes das obrigações devidas até a data de rescisão e não afetará ou limitará qualquer direito que, expressamente ou por sua natureza, deva permanecer em vigor após a rescisão ou que dela decorra.

12.5. O registro deste CONTRATO será cancelado pela CCEE na hipótese de sua rescisão, observado o disposto na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO e mediante envio de notificação por uma das partes comunicando o fato.

CLÁUSULA 13 – DA RESPONSABILIDADE E INDENIZAÇÃO

13.1. A parte que, por sua ação ou omissão, der causa à rescisão do presente CONTRATO por incorrer nas hipóteses tratadas nas Cláusulas 10, 11 e 12, ficará obrigada a pagar a outra parte penalidade de multa por rescisão equivalente a trinta por cento da multiplicação do PREÇO DE VENDA vigente na data de rescisão (estipulado na Cláusula 8ª) pelo Volume de ENERGIA CONTRATADA remanescente até o final do PERÍODO DE SUPRIMENTO ("VECR"), calculado de acordo com a fórmula abaixo descrita:

Multa = 30 % x PREÇO DE VENDA x VECR, onde:

VECR – significa o volume de ENERGIA CONTRATADA remanescente entre a data de rescisão e a data de término do PERÍODO DE SUPRIMENTO.

13.2. A parte inadimplente deverá, no prazo máximo de cinco dias úteis contados da data em que ocorrer a rescisão, efetuar o pagamento do valor estipulado no item 13.1, acrescido de juros à taxa estipulada na subcláusula 10.2, "b", calculados entre a data de cálculo da multa e das perdas e danos, retro referidas, e a data do efetivo pagamento.

13.3. Caso haja controvérsia com relação ao pagamento da penalidade prevista no item 13.1, a questão deverá ser submetida ao processo de solução de controvérsia, na forma da Cláusula 14.

13.4. A responsabilidade de cada uma das partes no âmbito deste CONTRATO estará, em qualquer hipótese, limitada aos montantes de danos que der causa, inclusive danos morais ou qualquer outra modalidade de indenização dessa mesma natureza.

13.5. Pelo descumprimento de qualquer obrigação de sua responsabilidade, o VENDEDOR e o COMPRADOR sujeitar-se-ão à aplicação das penalidades administrativas cabíveis, conforme a legislação aplicável, sem prejuízo da aplicação do disposto neste CONTRATO.

CLÁUSULA 14 – DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

14.1. Uma controvérsia se inicia com a NOTIFICAÇÃO DE CONTROVÉRSIA de uma parte a outra.

14.2. Na eventualidade de ocorrerem controvérsias derivadas deste CONTRATO, as partes buscarão solucioná-las amigavelmente no prazo de até quinze dias úteis contados do recebimento da NOTIFICAÇÃO DE CONTROVÉRSIA.

14.3. Caso as controvérsias decorrentes do presente CONTRATO não sejam solucionadas na forma da subcláusula 14.2, as partes deverão submetê-las ao processo de solução de conflitos por meio de arbitragem, incluindo o previsto na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei nº 10.848, de 2004, valendo a presente como cláusula compromissória.

14.4. Na hipótese de emissão de NOTIFICAÇÃO DE CONTROVÉRSIA anteriormente à instituição da CÂMARA DE ARBITRAGEM, as partes submeterão a controvérsia a uma câmara arbitral em funcionamento, de comum escolha entre as partes.

CLÁUSULA 15 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

15.1. Na ocorrência de um evento de caso fortuito ou força maior, nos termos do art. 393 do Código Civil, que afete ou impeça o cumprimento das obrigações contratuais, este CONTRATO permanecerá em vigor, mas a parte atingida pelo evento não responderá pelas consequências do não cumprimento de suas obrigações nos termos deste CONTRATO, durante o período de ocorrência do evento e proporcionalmente aos seus efeitos.

15.2. Nenhum evento de caso fortuito ou força maior eximirá a parte afetada de quaisquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que tenham se constituído antes dele, embora vençam durante o evento de caso fortuito ou força maior, em especial as obrigações financeiras, que deverão ser pagas nos prazos contratuais. O não cumprimento dos prazos implica incidência dos acréscimos moratórios previstos na Subcláusula 10.2.

15.3. A parte afetada que desejar invocar a ocorrência de caso fortuito ou força maior deverá adotar as seguintes medidas:

- I. notificar a outra parte da ocorrência do evento de caso fortuito ou força maior, tão logo quanto possível, mas, em nenhuma circunstância, em prazo superior a cinco dias contados da data em que tiver tomado conhecimento de sua ocorrência, fornecendo uma descrição da natureza do evento, uma estimativa de sua duração e do impacto no desempenho de suas obrigações contratuais;
- II. adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando retomar suas obrigações contratuais com a maior brevidade possível;
- III. informar regularmente a outra parte a respeito de suas ações e de seu plano de ação para remediar e/ou minimizar tais consequências;
- IV. prontamente avisar a outra parte do término do evento de caso fortuito ou força maior e de suas consequências;
- V. respaldar todos os fatos e ações com documentação ou registro disponível.

CLÁUSULA 16 – DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. O presente CONTRATO é celebrado em caráter irrevogável e irretratável pelo prazo de vigência definido na Cláusula 4ª, ressalvadas as determinações contidas na Cláusula 12.

16.2. Observado o disposto na Cláusula 7ª, o CONTRATO não poderá ser alterado, exceto por meio de aditamento escrito firmado pelas partes, observado o disposto na Lei nº 10.848, de 2004, no Decreto nº 5.163, de 2004, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

16.3. Ficam autorizadas cessões de direitos e/ou obrigações decorrentes deste CONTRATO, observadas as disposições contidas na Cláusula 7ª.

16.4. No caso de reestruturação societária (cisão, fusão, incorporação, criação de subsidiária etc) do VENDEDOR e/ou do COMPRADOR, fica prévia e expressamente autorizada a sub-rogação dos direitos e/ou das obrigações decorrentes deste CONTRATO, nas proporções de ENERGIA a ser alocada às novas empresas, respeitadas as condições pactuadas no presente, notadamente o PREÇO DE VENDA.

16.5. No caso da mudança de titularidade da concessão, autorização ou permissão do VENDEDOR, observado o disposto no Inciso II da subcláusula 16.7, e respeitadas as condições pactuadas no presente CONTRATO, fica prévia e expressamente assegurada a sub-rogação dos direitos e obrigações decorrentes deste CONTRATO.

16.6. Nenhum atraso ou tolerância, por qualquer das partes, relativamente ao exercício de qualquer direito, poder, privilégio ou recurso contido neste CONTRATO, será tido como passível de prejudicar tal direito, poder, privilégio ou recurso, nem será interpretado como renúncia do(s) mesmo(s) ou novação da(s) obrigação(ões).

16.7. Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste CONTRATO, as partes obrigam-se a:

- I. observar e cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável aos seus negócios sociais e às atividades a serem desempenhadas nos termos do presente CONTRATO;
- II. obter e manter válidas e vigentes, durante o prazo de vigência do CCEAR, todas as licenças e autorizações atinentes aos seus negócios sociais e/ou ao cumprimento

das obrigações, inclusive no que diz respeito ao contrato de concessão, autorização ou permissão, assumidas no presente CONTRATO, exceto se tal situação for modificada por AUTORIDADE COMPETENTE e, nesse caso, as partes obrigam-se a adotar uma alternativa contratual que preserve os efeitos econômico-financeiros do CONTRATO em conformidade com o originalmente pactuado; e

- III. informar a outra parte, no prazo máximo de 48 horas contado da data do conhecimento do evento, sobre quaisquer eventos, de qualquer natureza, que possam representar uma ameaça ao cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas neste CONTRATO.

16.8. O VENDEDOR obriga-se a não celebrar quaisquer contratos de venda de ENERGIA, nem aditar os ora existentes, com o intuito de assumir quaisquer compromissos de suprimento ou fornecimento de ENERGIA em montantes que impeçam ou inviabilizem a disponibilização e venda da ENERGIA CONTRATADA nos termos deste CONTRATO.

16.9. Qualquer aviso ou outra comunicação de uma parte a outra a respeito deste CONTRATO será feita por escrito, em língua portuguesa, e poderá ser entregue ou enviada por correio registrado, fac-símile ou meio eletrônico, em qualquer caso com prova formal do seu recebimento, ao endereço e em atenção dos representantes legais, a saber:

Se para o VENDEDOR:

A/C:

Tel.:

Fax.:

E-mail:

Se para o COMPRADOR :

A/C:

Tel.:

Fax.:

E-mail:

16.10. Na hipótese de qualquer das disposições previstas neste CONTRATO vir a ser declarada ilegal, inválida ou inexecutável, as disposições remanescentes não serão afetadas, permanecendo em plena vigência e aplicação e, nessa hipótese, as partes se obrigam, desde já, a adotar uma disposição que a substitua e que atenda aos objetivos da disposição considerada ilegal, inválida ou inexecutável, e que mantenham, tanto quanto possível, em todas as circunstâncias, o equilíbrio dos interesses comerciais das partes.

16.11. O presente CONTRATO deverá ser registrado na ANEEL e na CCEE, e uma cópia autenticada ou o original do CCEAR deverá ser entregue pelo VENDEDOR à CCEE, no prazo a ser estabelecido pela CCEE, bem como dos eventuais aditamentos ou alterações.

16.12. O registro do CONTRATO na CCEE, poderá ser suspenso na hipótese de inadimplência de uma das partes no MERCADO DE CURTO PRAZO, conforme previsto na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, ficando desde já o VENDEDOR autorizado pelo COMPRADOR, e o COMPRADOR autorizado pelo VENDEDOR a proceder à referida suspensão no âmbito da CCEE.

16.13. Este CONTRATO é reconhecido pelas partes como título executivo, na forma dos Artigos 583 e 585, inciso II, do Código de Processo Civil Brasileiro, para efeito de cobrança dos valores devidos.

16.14. Este CONTRATO será regido e interpretado, em todos os seus aspectos, de acordo com as leis brasileiras.

16.15. Observado o disposto na Cláusula 14, fica eleito o Foro da Comarca do Município de _____, Estado de _____, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para a finalidade específica de adoção de eventuais medidas coercitivas ou cautelares entendidas como necessárias pelas partes, bem como para a eventual execução de sentença arbitral ou o ingresso de pedido de decretação de nulidade de sentença arbitral.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes celebram o presente instrumento em duas vias de igual teor, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

_____, _____, de _____ de _____ .
(Cidade) (Dia) (Mês) (Ano)

VENDEDOR:

_____ Nome:	_____ Nome:
_____ Cargo:	_____ Cargo:
_____ RG:	_____ RG:
_____ CPF/MF:	_____ CPF/MF:

COMPRADOR:

_____ Nome:	_____ Nome:
_____ Cargo:	_____ Cargo:
_____ RG:	_____ RG:
_____ CPF/MF:	_____ CPF/MF:

TESTEMUNHAS:

_____ Nome:	_____ Nome:
_____ RG:	_____ RG:
_____ CPF/MF:	_____ CPF/MF:

(Esta página é parte integrante do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR, firmado entre o VENDEDOR e o COMPRADOR)

**ANEXO I AO CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO
AMBIENTE REGULADO
COMPROVAÇÃO DE LASTRO PARA VENDA**

INSTALAÇÕES DE GERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA DE GERAÇÃO
OU
LISTAGEM DE CONTRATOS DE COMPRA E VENDA
OU
OUTRA FORMA DE COMPROVAÇÃO QUE VIER A SER DEFINIDA
(caso de importação ou de comercialização)

(A) CASO DE COMPROVAÇÃO DE LASTRO COM GERAÇÃO PRÓPRIA.

Nº	NOME USINA	POTÊNCIA INSTALADA (MW)	TIPO DE USINA

(B) CASO DE COMPROVAÇÃO DE LASTRO COM GERAÇÃO DE TERCEIROS, MEDIANTE CONTRATOS.

Nº	VENDEDOR ¹	MONTANTES CONTRATADOS (MW MÉDIO)	PRAZO DE VIGÊNCIA	
			INÍCIO	FIM

¹ Vendedor é aquele que promove a venda para o Agente que deverá comprovar o lastro.

**ANEXO II AO CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO
AMBIENTE REGULADO**

NOMENCLATURA TÉCNICA

AGENTE DA CCEE ou AGENTE: concessionário, permissionário, autorizado de serviços e instalações de energia elétrica e consumidor final integrantes da CCEE.

AGENTE DE DISTRIBUIÇÃO: titular de concessão, permissão ou autorização de serviços e instalações de distribuição para fornecer energia elétrica a consumidor final exclusivamente de forma regulada;

AGENTE VENDEDOR ou VENDEDOR: titular de concessão, permissão ou autorização de geração, de comercialização ou de importação de energia elétrica;

AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADA - ACR: segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre AGENTES VENDEDORES e AGENTES DE DISTRIBUIÇÃO, precedidas de licitação, ressalvados os casos previstos em lei, conforme REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO específicos;

ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica, órgão normativo, regulador e fiscalizador dos serviços de energia elétrica;

AUTORIDADE COMPETENTE: qualquer entidade governamental que tenha competência para interferir neste CONTRATO ou nas atividades das partes;

CÂMARA DE ARBITRAGEM: entidade eleita pelos AGENTES DA CCEE destinada a estruturar, organizar e administrar processo de solução de conflitos, que, no exercício estrito dos direitos disponíveis, deverá dirimir conflitos por meio de arbitragem, nos termos da CONVENÇÃO de COMERCIALIZAÇÃO e do Estatuto da CCEE.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE: pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atua sob autorização do Poder Concedente e regulação e fiscalização da ANEEL, segundo a CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO;

CENTRO DE GRAVIDADE: ponto virtual considerado nas REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO relativo ao SUBMERCADO no qual será efetuada a entrega simbólica da ENERGIA CONTRATADA;

COMPRADOR: AGENTE DE DISTRIBUIÇÃO de energia elétrica PARTICIPANTE do LEILÃO;

CONTRATO ou CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO AMBIENTE REGULADO – CCEAR: contrato bilateral celebrado no âmbito do ACR, entre VENDEDOR e COMPRADOR;

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG: instrumento jurídico anexo ao CCEAR, a ser firmado entre o COMPRADOR e o VENDEDOR para garantir o cumprimento das obrigações financeiras previstas no CCEAR, constituindo o Anexo III ao presente;

CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO: instrumento jurídico instituído pela Resolução Normativa ANEEL n.º 109 de 26 de outubro de 2004, nos termos da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004;

CONSUMIDOR POTENCIALMENTE LIVRE: é aquele que, a despeito de cumprir as condições previstas no art. 15 da Lei nº 9.074, de 1995, é atendido de forma regulada, conforme definido no Decreto nº 5.249, de 20 de outubro de 2004.

ENERGIA: quantidade de energia elétrica ativa durante qualquer período de tempo, expressa em Watt-hora (Wh) ou seus múltiplos;

ENERGIA CONTRATADA: montante em MWh contratado pelo COMPRADOR e colocado à disposição no CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO do VENDEDOR;

ENTREGA SIMBÓLICA: entrega de ENERGIA que se opera, ou se cumpre, pela entrega de quantidades que, figurativa ou simbolicamente, representam as quantidades de ENERGIA efetivamente adquiridas pelo COMPRADOR, no ponto CENTRO DE GRAVIDADE;

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA: índice de preços divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

LEILÃO: processo licitatório de compra e venda de energia regido pelo Edital de Licitação nº 3/2005 da CCEE e seus documentos correlatos;

MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DE SOBRAS E DÉFICITS: processo de realocação, entre AGENTES DISTRIBUIDORES, participantes da CCEE, de sobras e déficits de montantes de energia contratados no ACR;

MERCADO DE CURTO PRAZO: segmento da CCEE onde são comercializadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados e registrados pelos AGENTES DA CCEE e os montantes de geração ou consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos AGENTES da CCEE.

MÊS CONTRATUAL: todo e qualquer mês do calendário civil durante o PERÍODO DE SUPRIMENTO;

MODULAÇÃO: cálculo de volumes de energia contratados em montantes horários.

NOTIFICAÇÃO DE CONTROVÉRSIA: documento formal destinado a comunicar as partes acerca de controvérsias que versem sobre as disposições deste CONTRATO e/ou a elas relacionadas;

ONS: Operador Nacional do Sistema Elétrico, responsável pela coordenação e controle da operação de geração e da transmissão de energia elétrica do SIN;

PERÍODO DE COMERCIALIZAÇÃO: é a menor unidade de tempo de comercialização de energia elétrica, considerada essa como uma hora;

PERÍODO DE SUPRIMENTO: corresponde ao intervalo de tempo entre a data de início do suprimento e a data de término do fornecimento da ENERGIA CONTRATADA com POTÊNCIA ASSOCIADA;

POTÊNCIA: é a quantidade de energia elétrica solicitada na unidade de tempo, expressa em MW;

POTÊNCIA ASSOCIADA: é a quantidade de POTÊNCIA associada à ENERGIA CONTRATADA, em qualquer mês contratual, que o VENDEDOR deverá colocar à disposição do COMPRADOR no CENTRO DE GRAVIDADE do VENDEDOR, observado um fator de capacidade igual a 0,66;

POTÊNCIA INSTALADA: a potência instalada de uma central geradora (em kW) é definida, em números inteiros, pelo somatório das potências elétricas ativas nominais das unidades geradoras da central;

PREÇO DE VENDA: preço de cada PRODUTO no encerramento do LEILÃO;

PLD: Preço de Liquidação de Diferenças;

PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO: conjunto de normas aprovadas pela ANEEL que definem condições, requisitos, eventos e prazos relativos à comercialização de energia elétrica no âmbito da CCEE;

PROCEDIMENTOS DE REDE: conjunto de documentos elaborados pelo ONS com a participação dos agentes e aprovados pela ANEEL, que estabelecem os procedimentos e requisitos técnicos necessários ao planejamento, implantação, uso e operação do SIN, e definem as responsabilidades do ONS e dos agentes;

PRODUTO: conjunto de LOTES DE ENERGIA com mesma data de início do suprimento e comercializados por meio de CONTRATOS com prazo idêntico de duração;

REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO: conjunto de regras operacionais e comerciais e suas formulações algébricas definidas pela ANEEL, e de cumprimento obrigatório pelos AGENTES DA CCEE, aplicáveis à comercialização de energia elétrica no âmbito da CCEE;

SAZONALIZAÇÃO: discretização mensal dos montantes anuais de energia;

SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL - SIN: conjunto de instalações e equipamentos responsáveis pelo suprimento de energia elétrica das regiões do país interligadas eletricamente;

SIMPLES: Sistema de Informações de Mercado para o Planejamento do Setor Elétrico, desenvolvido pela ELETROBRÁS;

SUBMERCADO: divisão do SIN para a qual são estabelecida PLD específico e cujas fronteiras são definidas em razão da presença e duração de restrições relevantes de transmissão aos fluxos de energia elétrica no SIN;

TRIBUTOS: são todos os impostos, taxas e contribuições, incidentes sobre o objeto deste CONTRATO, excluído qualquer outro existente ou que venha a ser criado sobre o lucro líquido ou resultado de qualquer das partes. Tal exclusão abrange, não estando limitada a, o

MODELO
CCEAR Nº _____

imposto sobre a renda da pessoa jurídica, a contribuição social sobre o lucro e impostos ou contribuições sobre movimentações financeiras.

**ANEXO III AO CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO
AMBIENTE REGULADO**

**CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM _e, TENDO
OS BANCOS [XXXXXXXX] COMO INTERVENIENTES ANUENTES.**

De um lado, a xxxxxxxxxx, empresa concessionária de serviço público de DISTRIBUIÇÃO de energia elétrica, mediante Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº xxxxxxxxx, firmado com o Poder Concedente, doravante denominado COMPRADOR, e de outro lado, a xxxxxxxxx, empresa concessionária/permissionária/autorizada (DEFINIR e DETALHAR, CONFORME A CONDIÇÃO DO AGENTE VENDEDOR), com sede na Cidade de, na, inscrita no CNPJ sob o nº, denominado simplesmente VENDEDOR, neste ato representados por seus representantes legais ao final assinados, em conjunto denominadas partes; o Banco [.....], inscrito no CNPJ/MF sob o nº com sede na Rua, nº, na Cidade de, o Banco [.....], inscrito no CNPJ/MF sob o nº com sede na Rua, nº, na Cidade de, todos representados na forma de seu(s) respectivo(s) Estatuto(s) Social(is), denominado(s) INTERVENIENTE(S) ANUENTE(S);

CONSIDERANDO QUE:

- (a) As partes assinaram, em/.../..., CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO AMBIENTE REGULADO – CCEAR nº XXX/XXXX, doravante denominado CCEAR nº XXX/XX, cujo teor o(s) INTERVENIENTE(S) ANUENTE(S) declara(m) expressamente conhecer; e
- (b) O CCEAR, em sua subcláusula 11.1, estabelece que o COMPRADOR deverá apresentar instrumento jurídico-financeiro com a finalidade de garantir o cumprimento das obrigações do COMPRADOR, em especial quanto aos pagamentos a serem feitos ao VENDEDOR;

RESOLVEM, celebrar o presente Contrato de Constituição de Garantia ("CCG"), o qual será regido pelas cláusulas e disposições a seguir descritas.

CÁUSULA PRIMEIRA – DAS DEFINIÇÕES

1.1. Para fins de permitir o entendimento e a precisão da terminologia técnica empregada neste CCG e seus Anexos, integrantes deste CCG, fica, desde já, acordado entre os contratantes o conceito dos seguintes vocábulos e expressões:

- (a) **CONTA CORRENTE DO VENDEDOR:** Conta corrente de titularidade do VENDEDOR, utilizada para recebimento dos créditos oriundos dos pagamentos mencionados no CCEAR;
- (b) **CONTA(S) CORRENTE(S) CENTRALIZADORA(S):** Conta(s) corrente(s) de titularidade do COMPRADOR, mantida(s) junto ao(s) INTERVENIENTE(S) ANUENTE(S), utilizada(s) para centralizar os recebimentos de créditos oriundos do fornecimento de energia elétrica;
- (c) **CONTA CORRENTE ESPECIAL:** Conta corrente de titularidade do COMPRADOR, mantida junto ao GESTOR, a ser utilizada na forma prevista na Cláusula Quarta deste CCG;

- (d) CONTA DE GARANTIAS SUPLEMENTARES: conta corrente de titularidade do COMPRADOR, mantida junto ao GESTOR, agência....., sob o nº....., quando se tratar de garantia suplementar na forma de moeda corrente nacional, **E/OU** outra forma de depósito para os demais ativos financeiros a serem dados como garantia suplementar, a qual será utilizada para pagamento dos débitos oriundos dos pagamentos mencionados na Cláusula 8.1 do CCEAR, subsidiariamente ao MECANISMO DE GARANTIAS, no caso deste último, se acionado, verificar-se insuficiente para cobertura de eventual débito verificado;
- (e) GESTOR: Banco, escolhido pelo COMPRADOR do conjunto dos INTERVENIENTES ANUENTES, responsável pelo acionamento do MECANISMO DE GARANTIA;
- (f) MECANISMO DE GARANTIA: O mecanismo previsto na Cláusula Quarta do presente CCG;
- (g) MECANISMO DE GARANTIAS SUPLEMENTARES: mecanismo previsto na Cláusula Quinta do presente CCG;

1.2. Quaisquer termos utilizados neste Instrumento, mas não definidos pelo presente, terão os significados definidos no CCEAR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente Instrumento tem por objetivo estabelecer os termos e as condições da garantia de pagamento e fiel cumprimento das obrigações do COMPRADOR para com o VENDEDOR, conforme definido no CCEAR.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DA GARANTIA

3.1. No caso de inadimplência, o VENDEDOR informará ao COMPRADOR, para que quite o seu débito, com os respectivos acréscimos moratórios, até o terceiro dia útil imediatamente subsequente à data do vencimento, nos termos previstos no CCEAR.

3.2. Não havendo, por parte do COMPRADOR, a quitação do débito no prazo estabelecido na subcláusula 3.1, o VENDEDOR instruirá o GESTOR para o acionamento do MECANISMO DE GARANTIA, dando ciência ao COMPRADOR.

CLÁUSULA QUARTA – DO MECANISMO DE GARANTIA

4.1. O GESTOR, na data do recebimento da instrução do VENDEDOR, efetuará o bloqueio da CONTA CORRENTE CENTRALIZADORA do COMPRADOR no seu estabelecimento, transferindo para a CONTA CORRENTE ESPECIAL os recursos ali disponíveis, até o valor do débito informado, acrescidos dos seguintes acréscimos moratórios: juros efetivos de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*; e multa de 2% (dois por cento).

4.2. O valor do débito, constituído do principal e da multa, será atualizado monetariamente pela variação acumulada *pro rata die* do índice previsto na subcláusula 8.2 do CCEAR, do mês anterior ao do vencimento até o mês anterior ao do pagamento, e acrescido dos juros previstos na subcláusula 4.1.

4.3. Caso o atraso de pagamento seja menor ou igual a trinta dias, para os efeitos da aplicação da atualização referida nesta Cláusula, será considerada nula qualquer variação negativa do índice.

4.4. Caso o atraso de pagamento seja verificado dentro de um mesmo mês, para os efeitos da aplicação da atualização referida na subcláusula 4.1 será utilizada a variação pro rata die do índice previsto na subcláusula 8.2 do CCEAR, do mês anterior ao do pagamento.

4.5. Caso venha a ocorrer a extinção do índice de correção previsto na subcláusula 8.2 do CCEAR, adotar-se-á outro índice oficial que venha a substituí-lo, e na falta deste, outro com função similar, conforme determinado pelo Poder Concedente.

4.6. Caso na CONTA CORRENTE CENTRALIZADORA do GESTOR não haja recursos suficientes para a quitação do débito no momento do bloqueio, caberá ao GESTOR acionar os demais INTERVENIENTES ANUENTES, determinando o bloqueio das suas CONTAS CORRENTES CENTRALIZADORAS, para a transferência imediata dos recursos para a CONTA CORRENTE ESPECIAL, até atingir o montante total do débito.

4.7. O GESTOR acionará os demais INTERVENIENTES ANUENTES observando a seqüência estabelecida pelo COMPRADOR no ANEXO I.

4.8. Caberá ao COMPRADOR informar ao GESTOR a seqüência dos INTERVENIENTES ANUENTES a serem acionados para o cumprimento do estabelecido neste CCG, conforme Anexo I deste CCG, e novamente informá-lo caso haja qualquer alteração na referida seqüência.

4.9. Diariamente, o GESTOR transferirá os recursos disponíveis na CONTA CORRENTE ESPECIAL para a CONTA CORRENTE do VENDEDOR, de acordo com saldo disponível, até o montante do débito informado pelo VENDEDOR.

4.10. Na data em que tenham sido transferidos para a CONTA CORRENTE ESPECIAL os recursos suficientes para a quitação do débito do COMPRADOR junto ao VENDEDOR, o bloqueio e a transferência de recursos das CONTAS CORRENTES CENTRALIZADORAS serão suspensos.

4.11. Acionado o MECANISMO DE GARANTIA, a quitação do débito deverá ocorrer em até cinco dias e, caso ultrapassado esse prazo, a critério do VENDEDOR, será acionado o MECANISMO DE GARANTIAS SUPLEMENTARES previsto na Cláusula Quinta do presente CCG.

4.12. Durante seu prazo de vigência, o COMPRADOR ficará obrigado a manter como INTERVENIENTE(S) ANUENTE(S), instituição(ões) financeira(s) responsável(is) pela arrecadação mensal de um valor mínimo de 110 % (cento e dez por cento) da média aritmética do valor das três últimas faturas mencionadas no CCEAR, acrescentando, tantas instituições financeiras quantas forem necessárias para a manutenção desse percentual mínimo.

4.12.1. Nos três primeiros meses de suprimento, o cálculo das garantias será feito da seguinte forma: (i) para o primeiro mês, deverá ser utilizado para o cálculo da garantia o valor da fatura correspondente; (ii) para o segundo mês, deverá ser utilizado para o cálculo da garantia a média aritmética das duas últimas faturas; e (iii) para o terceiro mês, deverá ser utilizado para o cálculo da garantia a média aritmética das três últimas faturas.

4.13. O COMPRADOR somente poderá alienar, ceder, transferir, dispor, empenhar ou por qualquer forma, gravar os recursos disponíveis nas(s) CONTA(S) CORRENTE(S) CENTRALIZADORA(S), desde que tais atos não afetem o cumprimento das obrigações previstas neste CCG e não impliquem a indisponibilidade de recursos mínimos a garantirem o cumprimento das obrigações ora estabelecidas, durante o prazo de vigência do CCEAR.

CLÁUSULA QUINTA – DO MECANISMO DE GARANTIAS SUPLEMENTARES

5.1. Decorrido o prazo definido na subcláusula 4.11, o GESTOR buscará os recursos necessários a quitar o débito do COMPRADOR para com o VENDEDOR, acionando o MECANISMO DE GARANTIAS SUPLEMENTARES.

5.1.1. O MECANISMO DE GARANTIAS SUPLEMENTARES constitui-se de uma CONTA DE GARANTIAS SUPLEMENTARES que deverá ter, inicialmente, um volume de ativos depositados correspondente a 20% (vinte por cento) da receita mensal prevista na Cláusula 8.1 do CCEAR.

5.1.2. Os seguintes ativos financeiros serão aceitos para depósito junto ao MECANISMO DE GARANTIAS SUPLEMENTARES:

- (a) moeda corrente nacional;
- (b) títulos públicos;
- (c) outro ativo financeiro;
- (d) ações de companhias abertas admitidas à negociação em bolsas de valores;
- (e) cartas de fiança ou cartas de crédito emitidas por instituições com sede no país ou no exterior;

5.1.3 Acionado o MECANISMO DE GARANTIAS SUPLEMENTARES, os valores correspondentes ao débito a ser quitado deverão ser transferidos para o VENDEDOR no prazo de cinco dias.

5.2. Considerado o período de doze meses imediatamente anterior ao eventual acionamento do Mecanismo de Garantias Suplementares, a Conta de Garantias Suplementares deverá ter um volume de ativos depositados observado o que se segue:

- (a) Um acionamento: 40% (quarenta por cento) da receita mensal prevista na Cláusula 8.1 do CCEAR.
- (b) Dois acionamentos: 50% (cinquenta por cento) da receita mensal prevista na Cláusula 8.1 do CCEAR.
- (c) Três ou mais acionamentos: 60% (sessenta por cento) da receita mensal prevista na Cláusula 8.1 do CCEAR.

5.3. As garantias depositadas em moeda corrente nacional devem ser obrigatoriamente remuneradas diariamente, pelo GESTOR, por meio de aplicações financeiras que estejam autorizadas pelo BACEN, como Fundo de Investimento, ou Certificado de Depósito Bancário, ou Poupança, conforme pactuado com o COMPRADOR e passíveis de descontos relativos à tributação aplicável.

5.4. As garantias financeiras serão avaliadas mensalmente pelo GESTOR considerando as oscilações de mercado, eventuais deságios de cada ativo e custos relevantes de execução.

5.5. O COMPRADOR deverá recompor, no prazo de cinco dias, o volume de ativos previsto na subcláusula 5.1.1, caso seja acionado o MECANISMO DE GARANTIAS SUPLEMENTARES, ou as reavaliações mensais previstas na subcláusula 5.4. assim o exigirem.

CLÁUSULA SEXTA – DO GESTOR

6.1. O GESTOR atuará, por força e em decorrência deste CCG, como mandatário especial do VENDEDOR, neste ato constituído, de forma irrevogável e irretratável, nos termos dos artigos 683 e 684, do Código Civil Brasileiro, para executar o MECANISMO DE GARANTIA aqui descrito, e como procurador do COMPRADOR de acordo com o estabelecido na Procuração constante do Anexo II.

6.2. O COMPRADOR deverá encaminhar ao VENDEDOR uma cópia autenticada da Procuração citada na subcláusula 6.1.

6.3. O GESTOR se obriga a acatar todas as instruções escritas que receber do VENDEDOR, com relação ao MECANISMO DE GARANTIA, isto é, bloqueio e transferência dos recursos existentes na(s) CONTA(S) CORRENTE(S) CENTRALIZADORA(S), respondendo civil e penalmente por qualquer dano ou prejuízo que venha a causar ao VENDEDOR em decorrência do descumprimento de suas obrigações.

6.4. O VENDEDOR aceita e reconhece que o GESTOR não será responsável pela insuficiência de fundos na(s) CONTA(S) CORRENTE(S) CENTRALIZADORA(S), que o impossibilite de operacionalizar o MECANISMO DE GARANTIA, conforme descrito na Cláusula Quarta deste instrumento.

6.5. O GESTOR e os INTERVENIENTES ANUENTES, sempre que solicitados, deverão fornecer ao VENDEDOR, informações que atestem o atendimento ao disposto na subcláusula 4.12.

6.6. Durante a vigência deste Instrumento, caso o Banco [.....] deixe de atuar como GESTOR, o INTERVENIENTE ANUENTE de maior arrecadação será o seu sucessor, nas mesmas condições estabelecidas na Cláusula Quarta deste CCG.

6.7. O GESTOR se obriga a notificar o COMPRADOR e o VENDEDOR, com sessenta dias de antecedência, sua intenção de não mais atuar como GESTOR.

6.8. Na hipótese de atuação de um único BANCO, durante a vigência deste Instrumento, caso o mesmo deixe de atuar como GESTOR, ficará o COMPRADOR obrigado a nomear novo GESTOR, no prazo de trinta dias após o recebimento de notificação mencionada na subcláusula 6.7., nas mesmas condições estabelecidas na Cláusula Quarta deste CCG.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES

7.1. Os INTERVENIENTES ANUENTES, por força e em decorrência deste CCG, após comunicação do GESTOR, executarão imediatamente o bloqueio e transferência dos recursos oriundos dos créditos do COMPRADOR, existentes nas CONTAS CORRENTES CENTRALIZADORAS, para a CONTA CORRENTE ESPECIAL, até o valor do débito constante da instrução/autorização recebida do VENDEDOR.

7.2. Os INTERVENIENTES ANUENTES se obrigam a acatar todas as instruções decorrentes do MECANISMO DE GARANTIA e, portanto, responderão civil e penalmente por qualquer

dano ou prejuízo que venham a causar ao VENDEDOR em decorrência do descumprimento de suas obrigações.

7.3. O VENDEDOR responderá civil e penalmente por qualquer prejuízo que venha a causar ao COMPRADOR, em decorrência de falsa emissão de aviso para o acionamento do MECANISMO DE GARANTIA descrito neste Instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CUSTOS

8.1. Todas as despesas contraídas ou incorridas em razão do presente CCG serão de exclusiva responsabilidade do COMPRADOR.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO E VALIDADE

9.1. O presente CCG entra em vigor na data de sua assinatura, assim permanecendo até a liquidação das últimas faturas decorrentes do CCEAR, observado seu prazo de vigência, sendo regido e interpretado, em todos os seus aspectos, pelas leis brasileiras.

9.2. A eficácia do presente CCG está vinculada ao início do PERÍODO DE SUPRIMENTO conforme descrito na Cláusula 4ª do CCEAR, somente após o que gerará quaisquer efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONFIDENCIALIDADE

10.1. As partes, o GESTOR e os INTERVENIENTES ANUENTES concordam que todas as informações e dados disponibilizados por um ao(s) outro(s) serão considerados confidenciais conforme preceitua este CCG e não divulgarão tais informações para terceiros, exceto se expressamente autorizado, a priori e por escrito, pelo(s) interessado(s) signatários do presente CCG.

10.2. Somente será permitida a divulgação de informações sem autorização prévia no caso de determinação judicial ou de autoridade administrativa, ficando as partes, o GESTOR e os INTERVENIENTES ANUENTES obrigados a informar sobre referida divulgação ao(s) interessado(s) signatários do presente CCG.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O presente CCG somente poderá ser alterado ou retificado mediante assinatura de correspondente Termo Aditivo pelas partes, com a anuência expressa do(s) INTERVENIENTE(S) ANUENTE(S).

11.2. A ausência, pelas partes, de reclamação relativa à falta de cumprimento por outro contratante, de quaisquer obrigações previstas neste CCG: (i) não operará ou será interpretada como renúncia a qualquer outro direito ou faculdade, seja ela similar ou de natureza diversa, nem (ii) terá efeito, a menos que, efetuada por escrito e devidamente assinada por um representante da respectiva parte, assim como, a tolerância ou concessão de prazo ou quaisquer outras condições que uma parte fizer à outra não operará como renúncia ao cumprimento da respectiva obrigação, novação ou alteração dos termos e condições aqui acordados.

11.3. O presente Instrumento obriga os contratantes, em caráter irrevogável e irretratável, em todos os seus termos, cláusulas e condições, por si e seus sucessores, a qualquer título, bem como os cessionários autorizados.

11.4. Todos os valores previstos no presente CCG poderão ser exigidos por meio de processo de execução, reconhecendo as partes, desde já, que os aludidos valores poderão ser apurados mediante simples cálculo aritmético, constituindo este instrumento título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

11.5. As partes reconhecem neste ato que as obrigações decorrentes do presente Instrumento comportam execução específica, nos termos dos artigos 461, 639 e seguintes do Código de Processo Civil.

11.6. Quaisquer dúvidas ou pendências relacionadas a este Instrumento serão dirimidas conforme disposto na Cláusula 14 do CCEAR. Caso sejam necessárias providências judiciais na forma prevista na Lei no 9.307/96, as partes elegem o Foro da Comarca da Cidade de, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11.7. Qualquer aviso ou outra comunicação de uma parte a outra e ao banco GESTOR a respeito deste CONTRATO será feita pelos representantes, a saber:

Se para o VENDEDOR:

A/C:

Tel.:

Fax.:

E-mail:

Se para o COMPRADOR :

A/C:

Tel.:

Fax.:

E-mail

Se para o banco GESTOR :

A/C:

Tel.:

Fax.:

E-mail.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente CCG em conjunto com o(s) INTERVENIENTE(S) ANUENTE(S), em "n" (nº suficiente) vias de igual teor e forma, e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

(Local), de de

Pelo COMPRADOR:

Nome:

Cargo:

CPF/MF:

RG:

Nome:

Pelo VENDEDOR:

Nome:

Cargo:

CPF/MF:

Nome:

Cargo:

CPF/MF:

MODELO
CCEAR Nº _____

RG:

RG:

Pelo Banco

Nome:

Cargo:

CPF/MF:

RG:

Nome:

Cargo:

CPF/MF:

RG:

Pelo Banco

TESTEMUNHAS

Nome:

CPF/MF:

Nome:

CPF/MF:

MODELO
CCEAR Nº _____

**ANEXO I AO CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA ASSINADO EM
...../...../....., ENTRE O VENDEDOR E O COMPRADOR**

CONTAS CORRENTES CENTRALIZADORAS DE TITULARIDADE DO COMPRADOR

Informar a seqüência dos INTERVENIENTES ANUENTES, para fim do previsto na subcláusula 4.8. do CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA.

**ANEXO II AO CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA ASSINADO EM
...../...../....., ENTRE O VENDEDOR E O COMPRADOR**

PROCURAÇÃO POR INSTRUMENTO PÚBLICO

PROCURAÇÃO PÚBLICA bastante que faz a Empresa, como na forma seguinte:

SAIBAM os a que este instrumento público de procuração bastante virem que aos ... (dias) do mês de do ano de....., na Cidade de....., perante mim, Escrevente Notarial, compareceu como Outorgante a Empresa, sociedade anônima de direito, com sede, na cidade de, Estado de, representada por, reconhecido como próprio e que, por este público instrumento nomeia e constitui seu bastante procurador o Banco..... (nome do banco GESTOR), que, como mandatário especial e no interesse do VENDEDOR (nome, endereço e qualificação), conforme o previsto no CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO AMBIENTE REGULADO – CCEAR firmado entre a Outorgante e o VENDEDOR, o Banco poderá movimentar a Conta Corrente Especial que a Outorgante possui em sua Agência, sob o número, bem como exercer todos os demais atos necessários para cumprir ao disposto no Contrato de Constituição de Garantia, assinado em.....(dia) do mês de.....do ano de, incluindo, mas não se limitando, à acionar o Mecanismo de Garantia e o Mecanismo de Garantia Suplementar. A Outorgante dará por firme e valioso tudo quanto, nesse sentido, praticar seu dito procurador. Assim o disse do que dou fé e me pediu que lavrasse este instrumento, o qual lhe sendo lido, aceitou e assina comigo. Eu,, Escrevente Notarial, digitei e dou fé. Eu,, Tabeliã designada, mandei digitar, subscrevo e assino em público e raso.

(Local),dede

Pelo COMPRADOR

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

TESTEMUNHAS

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

**ANEXO III AO CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO
AMBIENTE REGULADO**

CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS DE CDB

Cedente], pessoa jurídica, com sede na cidade de [...], devidamente inscrita no CNPJ [...], doravante denominado simplesmente **CEDEnte**.

[Cessionária...], devidamente inscrita no CNPJ [...], neste ato representado na forma de seu estatuto social, doravante denominada **CESSIONÁRIA**.

BANCO, instituição financeira, com sede na [...], por sua Agência [...], localizada [...], inscrita no CNPJ [...], representada pelos senhores, na qualidade de Interviente Anuente, doravante denominado **BANCO**.

As partes acima, nomeadas e qualificadas, resolvem celebrar o presente Contrato de Cessão de Direitos Creditórios, o qual se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O **CEDEnte** ora cede e transfere à **CESSIONÁRIA**, como cedidos e transferidos estão, em caráter irrevogável e irretratável, por esta e na melhor forma de direito, a modo pró-solvendo, e sob a condição resolutiva estipulada na **Cláusula Terceira**, nos exatos valores que se tornarem exigíveis, os direitos creditórios - capital e rendimentos oriundos do depósito a prazo representado pelo CDB Pós Fixado, emitido pelo [...], Agência [...], n.º [...], conta corrente n.º [...], no valor de [...], constituído no dia [...], sob n.º [...], com vencimento em 365 dias contados da data de constituição, com liquidez a partir do 30º dia contado da data de constituição, com taxa de [...], como forma e meio de assegurar o efetivo cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR"), celebrado em [...], entre [...] (Comprador) e (Vendedor), e do qual o presente instrumento fica fazendo parte integrante.

Parágrafo único: Declara a **CEDEnte** que faz a presente cessão, para os efeitos do art. 286 e seguintes do Código Civil, de livre e espontânea vontade, sem que, sobre a presente outorga pairem quaisquer dúvidas sobre a inexistência de vício de consentimento, na forma do Código Civil, art. 138 e seguintes, sendo de sua livre apreciação a decisão de lastrear o contrato descrito no caput com a cessão ora outorgada.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do crédito ora cedido, poderá a **CESSIONÁRIA**, a seu critério, por ocasião do inadimplemento das obrigações pactuadas pelo **CEDEnte** no CCEAR, celebrado em [...], entre [...] (Comprador) e (Vendedor), exercer seu direito de crédito nas exatas quantias que se tornarem exigíveis, a qualquer tempo, a partir da data de início de liquidez acima descrita, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, ao **CEDEnte**.

CLÁUSULA TERCEIRA - A presente cessão é feita sob a condição resolutiva de adimplemento de obrigações, de modo que, em ocorrendo o pagamento integral da dívida objeto do Contrato de CCEAR, celebrado em [...], entre [...] (Comprador) e [...]. (Vendedor), resolver-se-á a propriedade da **CESSIONÁRIA**, retornando os créditos cedidos à propriedade do **CEDEnte**. A condição resolutiva aqui estabelecida estará automaticamente desconstituída no momento e na exata medida dos créditos resgatados e transferidos para a **CESSIONÁRIA** na forma deste instrumento.

Parágrafo Único - A liberação dos créditos ao **CEDEnte**, nas condições referidas no caput desta cláusula, dependerá de prévia e expressa autorização da **CESSIONÁRIA** ao **BANCO**.

CLÁUSULA QUARTA - O **CEDENTE** obriga-se, desde já, a efetuar novas aplicações na mesma modalidade da ora cedida, que ficarão também cedidas à **CESSIONÁRIA**, sempre que o valor da presente cessão se tornar insuficiente à cobertura de suas obrigações perante a **CESSIONÁRIA**, ou quando vencida a aplicação objeto da cessão, de modo a adequar o vencimento final do ciclo de aplicações à mesma data de vencimento do CCEAR, celebrado em [], entre [] (Comprador) e (Vendedor).

CLÁUSULA QUINTA - A falta de utilização dos créditos por parte da **CESSIONÁRIA**, para quitação das obrigações do **CEDENTE**, não representará a renúncia ou desistência aos direitos cedidos.

CLÁUSULA SEXTA - O **CEDENTE** autoriza, desde já, o **BANCO**, na qualidade de depositário da aplicação objeto da cessão, a acatar quaisquer pedidos de resgate formulados pela **CESSIONÁRIA**, sejam eles parciais ou totais, isentando-o de qualquer responsabilidade sobre eventual incorreção dos valores requisitados pela **CESSIONÁRIA**.

CLÁUSULA SÉTIMA - O **CEDENTE**, na qualidade de titular da conta corrente de nº [], mantida na Agência [], autoriza, desde já, o **BANCO** a efetuar o débito na referida conta, dos valores que nela sejam creditados por conta do pedido de resgate dos créditos objeto da cessão, transferindo-os para a **CESSIONÁRIA** na forma por ela indicada.

Parágrafo Único - Os créditos cedidos, que obrigatoriamente deverão transitar pela conta corrente do **CEDENTE**, deverão ser transferidos pelo **BANCO**, à **CESSIONÁRIA**, pelo valor líquido correspondente à quantidade resgatada, descontado o valor da CPMF caso o saldo remanescente da conta corrente seja insuficiente para seu débito.

CLÁUSULA OITAVA - O **CEDENTE** nomeia e constitui a **CESSIONÁRIA** como sua mandatária, outorgando-lhe os poderes de mandato para a prática de todos os atos necessários ao efetivo exercício dos direitos de crédito ora cedidos, em especial para representá-lo perante o **BANCO**.

CLÁUSULA NONA - O presente instrumento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, prevalecendo entre as partes e seus sucessores, ficando eleito o foro da Cidade de ,....., para dirimir as questões que porventura surgirem em decorrência deste Contrato.

E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em 03 (três) vias, de igual teor, na presença de 02 duas testemunhas, para os devidos fins e efeitos.

cidade [.dia..] de [.mês..] de [ano]

CEDENTE

Assinatura: Nome: Cargo: CPF/MF: RG:	Assinatura: Nome: Cargo: CPF/MF: RG:
---	---

CESSIONÁRIA

Assinatura: Nome: Cargo: CPF/MF: RG:	Assinatura: Nome: Cargo: CPF/MF: RG:
---	---

BANCO

Assinatura: Nome: Cargo: CPF/MF: RG:	Assinatura: Nome: Cargo: CPF/MF: RG:
---	---

TESTEMUNHA

Assinatura: Nome: Cargo: CPF/MF: RG:	Assinatura: Nome: Cargo: CPF/MF: RG:
---	---

**CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
NO AMBIENTE REGULADO – CCEAR POR QUANTIDADE**

CCEAR Nº / 05

PRODUTO (INÍCIO/TÉRMINO SUPRIMENTO)

**CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA
ELÉTRICA NO AMBIENTE REGULADO – CCEAR, QUE
ENTRE SI FAZEM A E A**

De um lado, a _____, empresa concessionária de geração de energia elétrica, com sede na Rua _____, na cidade de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, doravante denominado VENDEDOR, e de outro lado _____, empresa titular de concessão para prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com sede na Rua _____, na cidade de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, denominada simplesmente COMPRADOR, quando em conjunto denominadas PARTES, e separadamente PARTE, neste ato representadas por seus representantes legais ao final assinados, nos termos de seus documentos societários;

CONSIDERANDO QUE:

1. as PARTES participaram do 1º Leilão para Contratação das Concessões e Autorizações para Produção de Energia Elétrica e para Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração (“LEILÃO”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e realizado em --- de ---- de 2005, conforme o Edital de Leilão nº 002/2005-ANEEL (“EDITAL”), realizado nos termos da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, das Portarias MME nº 430, de 14 de setembro de 2005 e nº 515, de 26 de outubro de 2005, da Resolução Normativa ANEEL nº 171, de 26 de outubro de 2005, e demais disposições aplicáveis;
2. nos termos do(s) respectivo(s) Contrato(s) de Concessão/Autorização celebrado(s) entre o Poder Concedente e o VENDEDOR, conforme previsto no EDITAL, ao VENDEDOR foi outorgada concessão/ autorização para geração de energia elétrica, em decorrência da exploração de: (i) o Aproveitamento Hidrelétrico AHE _____, localizado em _____, com capacidade de _____ MW – Usina _____ (“USINA A”); e (ii) o Aproveitamento Hidrelétrico AHE _____, localizado em _____, com capacidade de _____ MW – Usina _____ (“USINA N”), denominadas em conjunto de USINAS;
3. em decorrência do LEILÃO, e ao lado de outros compradores participantes do mesmo certame, o COMPRADOR adquiriu determinados percentuais da energia elétrica relativa à cada uma das USINAS, percentuais estes descritos no Anexo I, e o suprimento será iniciado

no prazo e conforme as condições previstas neste CONTRATO e na regulamentação aplicável;

4. a comercialização realizada entre as PARTES, de natureza regulada, deve ser acompanhada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, para os fins previstos na legislação, na CONVENÇÃO, nas REGRAS e nos PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO;

As PARTES têm entre si justo e acordado celebrar o presente CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO AMBIENTE REGULADO, doravante denominado “CONTRATO” ou “CCEAR”, o qual se regerá pelas disposições da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como pelas REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, e de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO E ANEXOS DO CONTRATO

1.1. O presente CONTRATO tem por objeto estabelecer os termos e as condições para contração da energia elétrica proveniente da USINA, a ser efetuada entre o COMPRADOR e o VENDEDOR, conforme os montantes indicados nas tabelas da subcláusula 6.1, individualmente por USINA, a partir da DATA DE INÍCIO DO SUPRIMENTO.

1.2. São partes integrantes do presente CONTRATO:

- a) ANEXO I – LASTRO PARA A VENDA – QUADRO COM REFERÊNCIAS DA USINA;
- b) ANEXO II – DEFINIÇÕES;
- c) ANEXO III – CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS;
- d) ANEXO IV – CONTRATO DE CONCESSÃO/AUTORIZAÇÃO, e seus aditivos, que ficará incorporado ao presente CONTRATO por referência, como se nele estivesse transcrito.

1.3. Em caso de divergências entre as disposições constantes do CONTRATO e os termos dispostos em seus ANEXOS I a III, deverão prevalecer as disposições do CONTRATO.

CLÁUSULA 2ª – DAS DEFINIÇÕES E PREMISSAS

2.1. Para o perfeito entendimento e precisão da terminologia técnica empregada neste CONTRATO e seus anexos, ficam definidos os conceitos dos termos e expressões grafados em letra maiúscula, quando utilizados neste CONTRATO terão os significados relacionados no ANEXO II – DEFINIÇÕES.

2.2. A utilização das definições constantes neste CONTRATO, no plural ou no singular, no masculino ou no feminino, não altera os significados a elas atribuídos no ANEXO II – DEFINIÇÕES.

CLÁUSULA 3ª – DA MODALIDADE DO CONTRATO

3.1. O presente CONTRATO é celebrado na modalidade de quantidade de ENERGIA, com POTÊNCIA ASSOCIADA.

3.2. O ponto de entrega da ENERGIA CONTRATADA será no CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO onde está localizada a USINA, nas quantidades indicadas na subcláusula 6.1.

3.3. Os custos decorrentes dos riscos hidrológicos serão assumidos pelo VENDEDOR.

3.4. Os riscos financeiros, decorrentes de diferenças de preços entre SUBMERCADOS serão assumidos pelo COMPRADOR.

CLÁUSULA 4ª – DA VIGÊNCIA E DO PERÍODO DE SUPRIMENTO

4.1. O presente CONTRATO entrará em vigor na presente data e permanecerá em vigor até o dia 31 de dezembro de, ou até o cumprimento integral de todas as obrigações de ambas as PARTES (ADAPTAR, conforme os prazos de duração de suprimento de cada PRODUTO).

4.2. O PERÍODO DE SUPRIMENTO será de 30 anos e vigorará no período previsto na subcláusula 4.3, independentemente do prazo final da concessão, permissão ou autorização do COMPRADOR ou do vendedor.

4.3. O início do PERÍODO DE SUPRIMENTO dar-se-á à zero hora do dia 1º de janeiro do ano de..... e o término do suprimento ocorrerá às 24 horas do dia 31 de dezembro do ano de

4.4. Na eventualidade de o prazo final da concessão ou autorização do COMPRADOR ou do VENDEDOR encerrar-se antes do término do PERÍODO DE SUPRIMENTO, o sucessor da titularidade da respectiva concessão, permissão ou autorização assumirá todas as obrigações e direitos previstos no presente CONTRATO.

4.5. O término do prazo de vigência deste CONTRATO não afetará quaisquer direitos ou obrigações das PARTES, ainda que anteriores a tal evento e que seu exercício ou cumprimento se dê após o término do CONTRATO.

CLÁUSULA 5ª – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Todas as atividades, operações e processos previstos neste CONTRATO, independentemente de sua definição e tratamento neste instrumento, deverão ser realizados conforme o previsto na legislação aplicável à matéria, em regulamentação da ANEEL, neste instrumento, na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, nas REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO e nos PROCEDIMENTOS DE REDE específicos.

5.2. As exigências operacionais para a disponibilização da ENERGIA CONTRATADA e POTÊNCIA ASSOCIADA deverão ser atendidas pelo VENDEDOR conforme as condições e padrões estabelecidos em PROCEDIMENTOS DE REDE.

5.3. As PARTES concordam que será de inteira responsabilidade do VENDEDOR arcar com todas as obrigações e responsabilidades relativas a TRIBUTOS, tarifas, e encargos de conexão, de uso dos sistemas de transmissão e de distribuição, e pelas perdas elétricas devidas e/ou verificadas entre a instalação de geração e o CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO onde se localiza a USINA.

5.4. As PARTES concordam, ainda, que será de inteira responsabilidade do COMPRADOR arcar com todas as obrigações e responsabilidades relativas a TRIBUTOS, tarifas e encargos de conexão, de uso dos sistemas de transmissão e de distribuição, e aqueles relativos às perdas incidentes e/ou

verificadas entre o CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO onde se localiza a USINA e o destino final da ENERGIA CONTRATADA.

5.5. Para atender ao PERÍODO DE SUPRIMENTO e as demais cláusulas deste CONTRATO, em especial as subcláusulas 6.3 e 6.4, o VENDEDOR, não possuindo lastro para atendimento do presente CONTRATO, ficará obrigado a celebrar contratos bilaterais de compra de energia, sob sua exclusiva responsabilidade, inclusive quanto aos riscos de diferenças de preços entre SUBMERCADOS, nas seguintes situações:

- i. quando o início do PERÍODO DE SUPRIMENTO for anterior à data de entrada em operação comercial da unidade base de geração prevista no Contrato de Concessão, na AUTORIZAÇÃO ou na PERMISSÃO;
- ii. quando ocorrer atraso na entrada em operação comercial e/ou eventuais indisponibilidades da USINA ou de suas unidades geradoras que compõem sua GARANTIA FÍSICA, nos termos da legislação aplicável, sendo que eventuais reduções de custos decorrentes das contratações indicadas serão repassadas ao COMPRADOR e, conseqüentemente, ao consumidor final.

5.5.1. Os contratos de compra a serem firmados nos termos da subcláusula 5.5 deverão estabelecer prazos que contemplem o efetivo atendimento do COMPRADOR desde o início do PERÍODO DE SUPRIMENTO.

5.6. Na hipótese de celebração de contratos de compra de energia, conforme o previsto na subcláusula 5.5, o VENDEDOR ficará obrigado a notificar ao COMPRADOR com antecedência de, no mínimo, 30 dias antes da DATA DE INÍCIO DO SUPRIMENTO ou do 1º dia de um determinado mês, no caso de indisponibilidade.

5.6.1. O prazo para notificação poderá ser modificado pelas PARTES, desde que atendidas as disposições previstas na regulação aplicável, em especial nas REGRAS e nos PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO.

5.7. Os contratos de compra de energia firmados nos termos da subcláusula 5.5 deverão ser registrados na CCEE, obedecidas as REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO.

5.8. Observada a legislação aplicável, o atendimento à DATA DE INÍCIO DO SUPRIMENTO ou a continuidade do suprimento por intermédio de contratos de compra de energia firmados pelo VENDEDOR não implicarão suspensão do presente CONTRATO, a configuração de atraso do início do PERÍODO DO SUPRIMENTO e/ou o descumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais do VENDEDOR.

5.9. Sem prejuízo do previsto nas subcláusulas 5.5 a 5.8, o COMPRADOR e o VENDEDOR continuarão obrigados ao cumprimento do previsto neste CONTRATO e ao atendimento do disposto na legislação aplicável, em regulação da ANEEL, na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, nas REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO e nos PROCEDIMENTOS DE REDE específicos, não havendo oponibilidade de ato jurídico perfeito ou direito adquirido às determinações regulamentares.

5.10. O VENDEDOR terá a opção, a seu exclusivo critério, de comercializar os montantes de ENERGIA disponibilizados entre o início de sua operação comercial e a DATA DE INÍCIO DO SUPRIMENTO com quaisquer agentes, no Ambiente de Contratação Livre – ACL, no mercado de curto prazo ou, se aplicável, em leilões para compra de energia, conforme legislação.

5.11. Os montantes de ENERGIA ELÉTRICA produzidos antes da entrada em operação comercial pelas unidades geradoras do VENDEDOR, inclusive durante os testes de comissionamento, não integrarão a ENERGIA CONTRATADA e respectiva POTÊNCIA ASSOCIADA e serão comercializados pelo VENDEDOR conforme condições previstas na subcláusula 5.10 e nas Regras e Procedimentos de Comercialização.

CLÁUSULA 6ª – DOS MONTANTES CONTRATADOS

6.1. Para fins do CONTRATO, o VENDEDOR disponibilizará, no CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO da(s) USINA(S), a(s) ENERGIA(S) CONTRATADA(S) e a(s) respectiva(s) POTÊNCIA(S) ASSOCIADA(S), nos montantes especificados na(s) tabela(s) seguintes:

**Tabela 1 – USINA A
SUBMERCADO:
ENERGIA E POTÊNCIA CONTRATADAS**

ANO DE SUPRIMENTO	ENERGIA CONTRATADA* (MWh)	POTÊNCIA ASSOCIADA (MWh/h)
2010		
2011		
2012		
2013		
2014		
2015		
2016		
2017		
2018		
.....		
.....		

* os montantes contratados serão entregues no CENTRO DE GRAVIDADE, conforme subcláusula 3.2., ou seja, dos valores da tabela I já estão deduzidas as perdas elétricas devidas e/ou verificadas entre a USINA e o CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO onde a USINA estiver localizada.

**Tabela n – USINA N
SUBMERCADO:
ENERGIA E POTÊNCIA CONTRATADAS**

ANO DE SUPRIMENTO	ENERGIA CONTRATADA* (MWh)	POTÊNCIA ASSOCIADA (MWh/h)
2008		
2009		
2010		
2011		
2012		
2013		
2014		
2015		
2016		
2017		
2018		
.....		
.....		

* os montantes contratados serão entregues no CENTRO DE GRAVIDADE, conforme subcláusula 3.2., ou seja, dos valores da tabela I já estão deduzidas as perdas elétricas devidas e/ou verificadas entre a USINA e o CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO onde a USINA estiver localizada.

6.2. Na hipótese de alocação de ENERGIA CONTRATADA em mais de um SUBMERCADO, a CCEE deverá registrar o presente CCEAR considerando um registro contratual independente para cada SUBMERCADO, para fins de controle, monitoramento, contabilização, aplicação do MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DE SOBRES E DÉFICITS e outros fins previstos na CONVENÇÃO, nas REGRAS e nos PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO.

6.3. A SAZONALIZAÇÃO e a MODULAÇÃO da ENERGIA CONTRATADA, os riscos hidrológicos e as exposições financeiras no mercado de curto prazo da CCEE do presente serão tratados conforme o previsto neste CONTRATO, na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, nas REGRAS e nos PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO.

6.4. A SAZONALIZAÇÃO deste CONTRATO será realizada de comum acordo entre o VENDEDOR e o COMPRADOR e, caso não seja efetuada nos prazos previstos em PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, deverá ser feita seguindo o perfil de carga declarada pelo COMPRADOR ao final de cada ano e consolidada pelo SIMPLES/EPE ou seu sucedâneo, de acordo com limites máximos e mínimos situados entre 85% e 115% da média anual da ENERGIA CONTRATADA, respeitados os limites de POTÊNCIA ASSOCIADA.

6.5. A MODULAÇÃO da ENERGIA CONTRATADA para cada PERÍODO DE COMERCIALIZAÇÃO de cada MÊS CONTRATUAL, respeitados os limites de POTÊNCIA ASSOCIADA, deverá ser realizada pelo Sistema de Contabilização e Liquidação – SCL em conformidade com as REGRAS e PROCEDIMENTOS de COMERCIALIZAÇÃO aplicáveis.

6.6. Os PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO regerão os prazos para informação da SAZONALIZAÇÃO e da MODULAÇÃO das ENERGIAS CONTRATADAS, bem como o tratamento a ser dado em caso de seu descumprimento.

6.7. A venda da ENERGIA CONTRATADA objeto deste CONTRATO não implica sua entrega física de energia por parte do VENDEDOR, podendo a ENERGIA CONTRATADA ser entregue por AGENTE DA CCEE ou pelo conjunto dos AGENTES, em razão da operação otimizada do Sistema Interligado Nacional – SIN, mantendo-se, porém, para todos os efeitos, a responsabilidade contratual pela entrega da energia como sendo do VENDEDOR referido no CONTRATO.

6.8. Em caso de decretação de racionamento, deverá ser observado o disposto no artigo 22 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, ou na legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª – DO PREÇO DE VENDA

7.1. O COMPRADOR pagará mensalmente ao VENDEDOR, a partir da DATA DE INÍCIO DO SUPRIMENTO, o valor atualizado conforme previsto nas subcláusulas 7.2 e 7.3, considerando por USINA, os valores descritos abaixo:

7.1.1 PREÇO DE VENDA da USINA A: R\$,..... (.....), por megawatt-hora, referente a dezembro de 2005.

7.1.2. PREÇO DE VENDA da USINA N: R\$,..... (.....), por megawatt-hora, referente a dezembro de 2005.

7.2. O PREÇO DE VENDA de cada uma das USINAS será atualizado monetariamente, a partir de 1º de janeiro de 2006, com base no IPCA.

7.3. A primeira atualização monetária deverá ocorrer na primeira data do reajuste tarifário do COMPRADOR, respeitado o prazo mínimo legal de doze meses e o cálculo individual por USINA, e observadas as seguintes fórmulas:

$$PVi = PV0 \times (I_i / I_0)$$

Onde:

PV0 – é o PREÇO DE VENDA resultante do LEILÃO;

I₀ – é o número índice referente ao mês de dezembro de 2005;

PVi – será o novo PREÇO DE VENDA corrigido; e

I_i – é o valor do número índice do IPCA do mês anterior à data base de reajuste tarifário do COMPRADOR e, para os cálculos a serem efetuados, deverão ser adotadas seis casas decimais exatas, desprezando-se os demais algarismos a partir da sétima casa, inclusive.

7.4. A partir da DATA DE INÍCIO DO SUPRIMENTO, as atualizações monetárias subsequentes à primeira também deverão ocorrer na data do reajuste tarifário do COMPRADOR, observando-se a mesma fórmula prevista na subcláusula 7.3.

7.5. Caso o índice de preço não seja publicado até o momento do faturamento pelo VENDEDOR, será utilizado o último índice publicado. No primeiro faturamento após a publicação do índice que deveria ter sido utilizado será efetuado o ajuste no PREÇO DE VENDA e dos faturamentos efetuados com base no índice provisório.

7.6. Caso venha a ocorrer a extinção do índice de correção previsto nesta Cláusula, adotar-se-á outro índice oficial que venha a substituí-lo, e na falta deste, outro com função similar, conforme determinado pelo Poder Concedente.

7.7. As PARTES reconhecem que o(s) PREÇO(S) DE VENDA, em conjunto com as respectivas regras de correção monetária previstas neste CONTRATO, é suficiente para o cumprimento das obrigações previstas no presente instrumento.

7.8. Caso sejam criados, após a data de assinatura deste contrato, novos tributos, encargos setoriais ou contribuições parafiscais e outros encargos legais, ou modificada a base de cálculo e/ou alíquotas dos atuais, de forma a aumentar ou diminuir o ônus das PARTES com repercussão na economia contratual, o(s) PREÇO(S) DE VENDA poderá(ão) ser adequado(s) de modo a refletir tais alterações, para mais ou para menos, por iniciativa de qualquer uma das PARTES, passando a valer após a homologação da ANEEL.

CLÁUSULA 8ª – DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento mensal devido pelo COMPRADOR ao VENDEDOR será realizado mediante a emissão de uma única Nota Fiscal / Fatura, individualizada por USINA, desdobrada em três vencimentos, cada uma equivalente a um terço do valor mensal a ser pago ao VENDEDOR, conforme as seguintes datas e condições:

- (i) Primeiro vencimento: Até o dia 15 do mês seguinte ao mês do suprimento considerado;
- (ii) Segundo vencimento: Até o dia 25 do mês seguinte ao mês do suprimento considerado;
e
- (iii) Terceiro vencimento: Até o dia 5 do segundo mês seguinte ao mês do suprimento considerado.

- I. A fatura, com os correspondentes vencimentos, será apresentada pelo VENDEDOR no prazo de, no mínimo, cinco dias úteis anteriormente à data do primeiro vencimento. No caso de atraso na apresentação, por motivo imputável ao VENDEDOR, as datas de vencimento serão automaticamente postergadas por prazo igual ao do atraso verificado.
- II. Os pagamentos mencionados nas alíneas desta Cláusula deverão ser efetuados conforme previsto no ANEXO III.

8.2. Caso o valor do pagamento mensal seja inferior a R\$ 10.000,00, o pagamento deverá ser efetuado pelo COMPRADOR de uma só vez, na data prevista para o segundo vencimento.

8.3. O limite de valor previsto na subcláusula 8.2. deverá ser reajustado anualmente, na mesma proporção do(s) PREÇO(S) DE VENDA reajustado(s).

8.4. Os pagamentos devidos pelo COMPRADOR ao VENDEDOR deverão ser efetuados livres de quaisquer ônus e deduções não autorizadas, e eventuais despesas financeiras decorrentes dos referidos pagamentos correrão por conta do COMPRADOR.

8.5. Caso as datas de vencimento previstas nesta Cláusula ocorram em dia não útil na praça do COMPRADOR, o pagamento poderá ser efetuado pelo COMPRADOR no primeiro dia útil subsequente.

8.6. As divergências eventualmente apontadas no faturamento da ENERGIA CONTRATADA não afetarão os prazos para pagamento das faturas, devendo a diferença, se houver, ser compensada em fatura subsequente, podendo, de comum acordo entre as PARTES, ser compensada no próprio mês.

8.7. Caso, em relação a qualquer fatura, existam montantes incontroversos e montantes em relação aos quais o COMPRADOR tenha questionado a respectiva certeza e liquidez, o COMPRADOR, independentemente do questionamento apresentado ao VENDEDOR, por escrito, deverá, na respectiva data de vencimento, efetuar o pagamento da parcela incontestada, sob pena de, em não o efetuando, caracterizar-se o inadimplemento do COMPRADOR.

8.8. Sobre qualquer soma contestada, representando créditos para uma parte, que venha posteriormente a ser acordada ou definida como sendo devida pela outra parte, aplicar-se-á o disposto na subcláusula 9.2, excetuando-se a multa. Os juros e a correção monetária incidirão desde a data do vencimento da parcela contestada até a data de sua liquidação.

CLÁUSULA 9ª – DA MORA NO PAGAMENTO E SEUS EFEITOS

9.1. Fica caracterizada a mora quando o COMPRADOR deixar de liquidar qualquer dos pagamentos até a data de seu vencimento.

9.2. No caso de mora, incidirão sobre a parcela em atraso, corrigida monetariamente até a data do pagamento, os seguintes acréscimos:

- a) multa de 2% (dois por cento); e
- b) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*.

9.3. Os acréscimos previstos nas alíneas “a” e “b” anteriores incidirão sobre o valor das parcelas em atraso, mensalmente atualizadas pela variação *pro rata die* do índice previsto na subcláusula 7.2, relativo ao mês anterior, observado o disposto na subcláusula 7.5.

9.4. Se no período de atraso a correção monetária for negativa, a variação prevista na subcláusula 9.3 será considerada nula.

9.5. A partir do 15º dia útil da data do vencimento de qualquer parcela prevista na fatura indicada na Cláusula 8ª, sem que haja seu devido pagamento, o VENDEDOR poderá adotar as medidas previstas na Cláusula 10 para a realização de seu crédito.

CLÁUSULA 10 – DA RESCISÃO

10.1. Não obstante o caráter irrevogável e irretratável do CONTRATO, este poderá ser rescindido de pleno direito, a critério da parte adimplente, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

- I. caso seja decretada a falência, a dissolução ou a liquidação judicial ou extrajudicial da outra PARTE, mediante aviso ou notificação com antecedência de dez dias;
- II. na eventualidade de uma PARTE ter revogada qualquer autorização legal, governamental ou regulatória indispensável ao cumprimento das atividades e obrigações previstas neste CONTRATO, inclusive, mas não se limitando à concessão de serviço público, permissão ou autorização;
- III. em caso de inadimplência de qualquer obrigação contratual por uma das PARTES.

10.2. A ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nesta Cláusula, caso não sanada no prazo máximo de 15 dias úteis, contados do recebimento de notificação por escrito, facultará à parte adimplente considerar rescindido este CONTRATO.

10.3. Ocorrendo a rescisão deste CONTRATO, a parte inadimplente obriga-se a manter a parte adimplente isenta de quaisquer obrigações e responsabilidades nos termos deste CONTRATO, inclusive no âmbito da CCEE, observado o disposto na Subcláusula 11.1, responsabilizando-se também pelo pagamento de quaisquer ônus decorrentes de tal rescisão.

10.4. A rescisão do presente CONTRATO não libera as PARTES das obrigações devidas até a data de rescisão e não afetará ou limitará qualquer direito que, expressamente ou por sua natureza, deva permanecer em vigor após a rescisão ou que dela decorra.

10.5. O registro deste CONTRATO será cancelado pela CCEE na hipótese de sua rescisão, observado o disposto na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO e mediante envio de notificação por uma das PARTES comunicando o fato.

CLÁUSULA 11 – DA RESPONSABILIDADE E INDENIZAÇÃO

11.1. A PARTE que, por sua ação ou omissão, der causa à rescisão do presente CONTRATO por incorrer nas hipóteses tratadas nas Cláusulas 9ª e 10, ficará obrigada a pagar a outra PARTE, sem prejuízo de perdas e danos, penalidade de multa por rescisão equivalente a 30 por cento da multiplicação da somatória dos PREÇOS DE VENDA vigentes na data de rescisão (estipulado na Cláusula 7ª) pelo Volume de ENERGIAS CONTRATADAS remanescente até o final do PERÍODO DE SUPRIMENTO (“VECR”), limitada a um ano de faturamento, calculado de acordo com a fórmula abaixo descrita:

Multa = 30 % x Σ PREÇO DE VENDA x VECR, onde:

VECR – significa o volume de ENERGIA CONTRATADA remanescente entre a data de rescisão e a data de término do período de suprimento.

11.2. A parte inadimplente deverá, no prazo máximo de cinco dias úteis contados da data em que ocorrer a rescisão, efetuar o pagamento do valor estipulado no item 11.1, acrescido de juros à taxa estipulada na subcláusula 9.2, “b”, calculados entre a data de cálculo da multa e das perdas e danos, retro referidas, e a data do efetivo pagamento.

11.3. Caso haja controvérsia com relação ao pagamento da penalidade prevista no item 11.1, a questão deverá ser submetida ao processo de solução de controvérsia, na forma da Cláusula 12.

11.4. A responsabilidade de cada uma das PARTES no âmbito deste CONTRATO estará, em qualquer hipótese, limitada aos montantes de danos que der causa.

11.5. Pelo descumprimento de qualquer obrigação de sua responsabilidade, o VENDEDOR e o COMPRADOR sujeitar-se-ão à aplicação das penalidades administrativas cabíveis, conforme a legislação aplicável, sem prejuízo da aplicação do disposto neste CONTRATO.

CLÁUSULA 12 – DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

12.1. Uma controvérsia se inicia com a NOTIFICAÇÃO DE CONTROVÉRSIA de uma PARTE a outra.

12.2. Na eventualidade de ocorrerem controvérsias derivadas deste CONTRATO, as PARTES buscarão solucioná-las amigavelmente no prazo de até 15 dias úteis contados do recebimento da NOTIFICAÇÃO DE CONTROVÉRSIA.

12.3. Caso as controvérsias decorrentes do presente CONTRATO não sejam solucionadas na forma da subcláusula 12.2, as PARTES deverão submetê-las ao processo de solução de conflitos por meio de arbitragem, incluindo o previsto na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, valendo a presente como cláusula compromissória.

12.4. Na hipótese de emissão de NOTIFICAÇÃO DE CONTROVÉRSIA anteriormente à instituição da CÂMARA DE ARBITRAGEM, as PARTES submeterão a controvérsia a uma câmara arbitral em funcionamento, de comum escolha entre as PARTES.

CLÁUSULA 13 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

13.1. Na ocorrência de um evento de caso fortuito ou força maior, nos termos do art. 393 do Código Civil, que afete ou impeça o cumprimento das obrigações contratuais, este CONTRATO permanecerá em vigor, mas a parte atingida pelo evento não responderá pelas consequências do não cumprimento de suas obrigações nos termos deste CONTRATO, durante o período de ocorrência do evento e proporcionalmente aos seus efeitos.

13.2. Nenhum evento de caso fortuito ou força maior eximirá a parte afetada de quaisquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que tenham se constituído antes dele, embora vençam durante o evento de caso fortuito ou força maior, em especial as obrigações financeiras, que deverão ser pagas nos prazos contratuais. O não cumprimento dos prazos implica incidência dos acréscimos moratórios previstos na Subcláusula 9.2.

13.3. A parte afetada que desejar invocar a ocorrência de caso fortuito ou força maior deverá adotar as seguintes medidas:

- I. notificar a outra parte da ocorrência do evento de caso fortuito ou força maior, tão logo quanto possível, mas, em nenhuma circunstância, em prazo superior a cinco dias contados da data em que tiver tomado conhecimento de sua ocorrência, fornecendo uma descrição da natureza do evento, uma estimativa de sua duração e do impacto no desempenho de suas obrigações contratuais;
- II. adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando retomar suas obrigações contratuais com a maior brevidade possível;
- III. informar regularmente a outra parte a respeito de suas ações e de seu plano de ação para remediar e/ou minimizar tais consequências;
- IV. prontamente avisar a outra parte do término do evento de caso fortuito ou força maior e de suas consequências;
- V. respaldar todos os fatos e ações com documentação ou registro disponível.

CLÁUSULA 14 – DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O presente CONTRATO é celebrado em caráter irrevogável e irretratável pelo prazo de vigência definido na Cláusula 4^a, ressalvadas as disposições contidas na Cláusula 12.

14.2. O presente CONTRATO não poderá ser alterado, exceto por meio de aditamento escrito firmado pelas PARTES, observado o disposto na Lei nº 10.848, de 2004, no Decreto nº 5.163, de 2004, e nas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

14.3. Ficam autorizadas cessões de direitos e/ou obrigações decorrentes deste CONTRATO nos casos de reestruturação societária (cisão, fusão, incorporação, criação de subsidiária, etc) do VENDEDOR e/ou do COMPRADOR, respeitadas as condições pactuadas no presente CONTRATO, notadamente o PREÇO DE VENDA..

14.4. No caso da mudança de titularidade da concessão, autorização ou permissão do VENDEDOR, observado o disposto no Inciso II da subcláusula 14.7, e respeitadas as condições pactuadas no presente CONTRATO, fica prévia e expressamente assegurada a sub-rogação dos direitos e obrigações decorrentes deste CONTRATO.

14.5. O VENDEDOR poderá ceder os direitos creditórios decorrentes do CONTRATO em garantia de contrato de financiamento relacionado à USINA.

14.6. Nenhum atraso ou tolerância, por qualquer das PARTES, relativamente ao exercício de qualquer direito, poder, privilégio ou recurso contido neste CONTRATO, será tido como passível de prejudicar tal direito, poder, privilégio ou recurso, nem será interpretado como renúncia do(s) mesmo(s) ou novação da(s) obrigação(ões).

14.7. Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste CONTRATO, as PARTES obrigam-se a:

- I. observar e cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável aos seus negócios sociais e às atividades a serem desempenhadas nos termos do presente CONTRATO;
- II. obter e manter válidas e vigentes, durante o prazo de vigência do CCEAR, todas as licenças e autorizações atinentes aos seus negócios sociais e/ou ao cumprimento das obrigações, inclusive no que diz respeito ao contrato de concessão, autorização ou permissão, assumidas no presente CONTRATO, exceto se tal situação for modificada por AUTORIDADE COMPETENTE e, nesse caso, as PARTES obrigam-se a adotar uma alternativa contratual que preserve os efeitos econômico-financeiros do CONTRATO em conformidade com o originalmente pactuado; e
- III. informar a outra parte, no prazo máximo de 48 horas contado da data do conhecimento do evento, sobre quaisquer eventos, de qualquer natureza, que possam representar uma ameaça ao cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas neste CONTRATO.

14.8. O VENDEDOR obriga-se a não celebrar quaisquer contratos de venda de ENERGIA, nem aditar os ora existentes, com o intuito de assumir quaisquer compromissos de suprimento ou fornecimento de ENERGIA em montantes que impeçam ou inviabilizem a disponibilização e venda da ENERGIA CONTRATADA nos termos deste CONTRATO.

14.9. Qualquer aviso ou outra comunicação de uma parte a outra a respeito deste CONTRATO será feita por escrito, em língua portuguesa, e poderá ser entregue ou enviada por correio registrado, fac-símile ou meio eletrônico, em qualquer caso com prova formal do seu recebimento, ao endereço e em atenção dos representantes legais, a saber:

Se para o VENDEDOR:

A/C:

Tel.:

Fax.:

E-mail:

Se para o COMPRADOR:

A/C:

Tel.:

Fax:

E-mail:

14.10. Na hipótese de qualquer das disposições previstas neste CONTRATO vir a ser declarada ilegal, inválida ou inexecutável, as disposições remanescentes não serão afetadas, permanecendo em plena vigência e aplicação e, nessa hipótese, as PARTES se obrigam, desde já, a adotar uma disposição que a substitua e que atenda aos objetivos da disposição considerada ilegal, inválida ou inexecutável, e que mantenham, tanto quanto possível, em todas as circunstâncias, o equilíbrio dos interesses comerciais das PARTES.

14.11. O presente CONTRATO deverá ser registrado na ANEEL e na CCEE, e uma cópia autenticada ou o original do CCEAR deverá ser entregue pelo VENDEDOR à CCEE, no prazo a ser estabelecido pela CCEE, bem como dos eventuais aditamentos ou alterações.

14.12. Este CONTRATO é reconhecido pelas PARTES como título executivo, na forma dos Artigos 583 e 585, inciso II, do Código de Processo Civil Brasileiro, para efeito de cobrança dos valores devidos.

14.13. Este CONTRATO será regido e interpretado, em todos os seus aspectos, de acordo com as leis brasileiras.

14.14. Observado o disposto na Cláusula 12, fica eleito o Foro da Comarca do VENDEDOR, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para a finalidade específica de adoção de eventuais medidas coercitivas ou cautelares entendidas como necessárias pelas PARTES, bem como para a eventual execução de sentença arbitral ou o ingresso de pedido de decretação de nulidade de sentença arbitral.

E, por estarem assim justas e contratadas, as PARTES celebram o presente instrumento em duas vias de igual teor, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

_____, _____, de _____ de _____.
(Cidade) (Dia) (Mês) (Ano)

VENDEDOR:

Nome:

Cargo:

RG:

CPF/MF:

Nome:

Cargo:

RG:

CPF/MF:

COMPRADOR:

Nome:

Cargo:

RG:

CPF/MF:

Nome:

Cargo:

RG:

CPF/MF:

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

CPF/MF:

Nome:

RG:

CPF/MF:

**(Esta página é parte integrante do CCEAR – 1º LEILÃO DE ENERGIA NOVA, firmado entre o
VENDEDOR e o COMPRADOR)**

ANEXO I AO CCEAR – POR QUANTIDADE**LASTRO PARA A VENDA****REFERÊNCIAS DA USINA**

1. Nome da USINA:
2. Localidade:
3. Submercado:
4. Potência Instalada: MW
5. Unidades Geradoras:

Nº	POTÊNCIA INSTALADA (MW)	INÍCIO DE OPERAÇÃO COMERCIAL

6. Garantia Física: MWmedio
7. Percentual da Garantia Física destinada ao ACR:

REFERÊNCIAS DA USINA N

1. Nome da USINA:
2. Localidade:
3. Submercado:
4. Potência Instalada: MW
5. Unidades Geradoras:

Nº	POTÊNCIA INSTALADA (MW)	INÍCIO DE OPERAÇÃO COMERCIAL

6. Garantia Física: MWmedio
7. Percentual da Garantia Física destinada ao ACR:

ANEXO II AO CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO AMBIENTE REGULADO

NOMENCLATURA TÉCNICA

AGENTE DA CCEE ou AGENTE: concessionário, permissionário, autorizado de serviços e instalações de energia elétrica e consumidor integrantes da CCEE.

AGENTE DISTRIBUIDOR: titular de concessão, permissão ou autorização de serviços e instalações de distribuição para fornecer energia elétrica a consumidor final exclusivamente de forma regulada;

AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADA - ACR: segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre AGENTES VENDEDORES e AGENTES DE DISTRIBUIÇÃO, precedidas de licitação, ressalvados os casos previstos em lei, conforme REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO específicos;

ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica, órgão normativo e fiscalizador dos serviços de energia elétrica;

AUTORIDADE COMPETENTE: qualquer entidade governamental que tenha competência para interferir neste CONTRATO ou nas atividades das PARTES;

CÂMARA DE ARBITRAGEM: entidade eleita pelos AGENTES DA CCEE destinada a estruturar, organizar e administrar processo de solução de Conflitos, que, no exercício estrito dos direitos disponíveis, deverá dirimir Conflitos por meio de arbitragem, nos termos da Convenção de Comercialização e do Estatuto da CCEE.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE: pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atua sob autorização do Poder Concedente e regulação e fiscalização da ANEEL, segundo a CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO;

CENTRO DE GRAVIDADE: ponto virtual definido nas REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO para o SUBMERCADO onde está localizada cada USINA, no qual será efetuada a ENTREGA SIMBÓLICA da ENERGIA CONTRATADA;

COMPRADOR: AGENTE DISTRIBUIDOR de energia elétrica PARTICIPANTE do LEILÃO;

CONTRATO ou CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO AMBIENTE REGULADO – CCEAR: Contrato Bilateral celebrado, no âmbito do ACR, entre VENDEDOR e COMPRADOR;

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA VIA VINCULAÇÃO DE RECEITAS - CCG: contrato firmado entre as PARTES e instituição financeira (BANCO GESTOR), que estabelece a forma de cumprimento das obrigações relativas ao pagamento previsto no CONTRATO, constituindo o Anexo III ao presente;

CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO: instrumento jurídico instituído pela Resolução Normativa ANEEL n.º 109 de 26 de outubro de 2004, nos termos da Lei n.º 10.848, de 15 de março de 2004, do Decreto n.º 5.163, de 30 de julho de 2004, e do Decreto n.º 5.177, de 12 de agosto de 2004;

DATA DE INÍCIO DO SUPRIMENTO: data indicada na subcláusula 4.2.

ENERGIA: quantidade de energia elétrica ativa durante qualquer período de tempo, expressa em Watt-hora (Wh) ou seus múltiplos;

ENERGIA CONTRATADA: é o montante de energia elétrica, expresso em MWh, relativo à cada USINA e limitado à respectiva GARANTIA FÍSICA, comercializado no LEILÃO e objeto de CCEAR;

ENTREGA SIMBÓLICA: entrega de ENERGIA que se opera, ou se cumpre, pela entrega de quantidades que, figurativa ou simbolicamente, representam as quantidades de ENERGIA efetivamente adquiridas pelo COMPRADOR, no CENTRO DE GRAVIDADE;

GARANTIA FÍSICA: é o montante, em MW médio, que, para as Usinas Hidrelétricas que participam do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) é a respectiva energia assegurada, e para as Centrais Hidrelétricas não pertencentes ao MRE é a sua energia efetivamente gerada.

IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

LEILÃO: processo licitatório para contratação de concessões e autorizações de geração e para compra e venda de energia, regido pelo Edital de Leilão nº 002/2005-ANEEL e seus documentos correlatos;

MERCADO DE CURTO PRAZO: segmento da CCEE onde são comercializadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados e registrados pelos AGENTES DA CCEE e os montantes de geração ou consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos AGENTES DA CCEE.

MÊS CONTRATUAL: todo e qualquer mês do calendário civil durante o PERÍODO DE SUPRIMENTO;

MODULAÇÃO: cálculo de volumes de energia contratados em montantes horários.

NOTIFICAÇÃO DE CONTROVÉRSIA: documento formal destinado a comunicar as PARTES acerca de controvérsias que versem sobre as disposições deste CONTRATO e/ou a elas relacionadas;

ONS: Operador Nacional do Sistema Elétrico, responsável pela coordenação e controle da operação de geração e da transmissão de energia elétrica do SIN;

PERÍODO DE COMERCIALIZAÇÃO: é a menor unidade de tempo de comercialização de energia elétrica, considerada essa como uma hora;

PERÍODO DE SUPRIMENTO: corresponde ao intervalo de tempo entre a DATA DE INÍCIO DO SUPRIMENTO e a data de término do fornecimento da ENERGIA CONTRATADA com POTÊNCIA ASSOCIADA;

POTÊNCIA: é a quantidade de energia elétrica solicitada na unidade de tempo, expressa em MW;

POTÊNCIA ASSOCIADA: é a quantidade de POTÊNCIA que o VENDEDOR deverá disponibilizar ao COMPRADOR, observado um fator de capacidade igual a 0,66;

POTÊNCIA INSTALADA: a potência instalada de uma central geradora (em kW) é definida, em números inteiros, pelo somatório das potências elétricas ativas nominais das unidades geradoras da central;

PREÇO DE VENDA: preço da ENERGIA CONTRATADA e respectiva POTÊNCIA ASSOCIADA;

PLD: Preço de Liquidação de Diferenças;

PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO: conjunto de normas aprovadas pela ANEEL que definem condições, requisitos, eventos e prazos relativos à comercialização de energia elétrica no âmbito da CCEE;

PROCEDIMENTOS DE REDE: documentos elaborados pelo ONS com a participação dos agentes e aprovados pela ANEEL, que estabelecem os procedimentos e requisitos técnicos necessários ao planejamento, implantação, uso e operação do SIN, e definem as responsabilidades do ONS e dos agentes;

REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO: conjunto de regras operacionais e comerciais e suas formulações algébricas definidas pela ANEEL, e de cumprimento obrigatório pelos AGENTES DA CCEE, aplicáveis à comercialização de energia elétrica no âmbito da CCEE;

SAZONALIZAÇÃO: discretização mensal dos montantes anuais de energia;

SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL - SIN: conjunto de instalações e equipamentos responsáveis pelo suprimento de energia elétrica das regiões do país interligadas eletricamente;

SIMPLES-EPE: Sistema de Informações de Mercado para o Planejamento do Setor Elétrico, sob a responsabilidade da EPE;

SUBMERCADO: divisão do SIN para a qual é estabelecida PLD específico e cujas fronteiras são definidas em razão da presença e duração de restrições relevantes de transmissão aos fluxos de energia elétrica no SIN;

TRIBUTOS: são todos os impostos, taxas e contribuições, incidentes sobre o objeto deste CONTRATO, excluído qualquer outro existente ou que venha a ser criado sobre o lucro líquido ou resultado de qualquer das PARTES. Tal exclusão abrange, não estando limitada a, o imposto sobre a renda da pessoa jurídica, a contribuição social sobre o lucro e impostos ou contribuições sobre movimentações financeiras;

VENDEDOR: titular de concessão, permissão ou autorização de geração, de comercialização ou de importação de energia elétrica que tenha energia negociada no LEILÃO.

7. Relatório – Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Banco Bradesco S.A

*Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da
CESP - Companhia Energética de São Paulo
Análise de Contratos de Comercialização de
Energia Elétrica no Ambiente Regulado*

Março de 2007

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes



Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Alexandre Dumas, 1.981
04717-906 - São Paulo - SP
Brasil

Telefone: (11) 5186-1000
Fac-símile: (11) 5186-1333
www.deloitte.com.br

Sr. Odilon Correa Mirapalheta
Avenida Paulista 1450 3º Andar
Banco Bradesco S.A
São Paulo – SP

09 de março de 2007

Prezados Senhores:

Atendendo à solicitação de V.Sas. e em conformidade com nossa carta-proposta datada de 27 de dezembro de 2006, efetuamos certos procedimentos sobre contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado a determinados clientes da CESP - Companhia Energética de São Paulo (“CESP” ou “Companhia”), incluindo a descrição do fluxo operacional dessas contas a receber e a análise do comportamento dos recebíveis.

Esses procedimentos foram previamente acordados com V.Sas. e têm como objetivo auxiliá-los na constituição de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC. A suficiência dos procedimentos acordados é de responsabilidade de V.Sas. e não fornecemos nenhuma representação quanto à suficiência desses para os propósitos de V.Sas.

O resultado de nossos trabalhos encontra-se descrito nas páginas a seguir deste relatório.

Este relatório é fornecido a V.Sas. exclusivamente para fins da constituição do FIDC CESP IV. Não nos responsabilizamos pela atualização deste relatório por assuntos ou eventos que ocorram após a data de sua emissão.

Agradecemos a oportunidade de prestar a V.Sas. os serviços profissionais aqui mencionados e colocamo-nos ao seu dispor para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

Iara Pasian
Sócia

BANCO BRADESCO S.A.

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA

CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO

ANÁLISE DE CONTRATOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE

ENERGIA ELÉTRICA NO AMBIENTE REGULADO

ÍNDICE

1. OBJETIVO DO TRABALHO.....	1
2. ESCOPO DOS NOSSOS TRABALHOS	1
3. BREVE HISTÓRICO DA CESP.....	4
4. PERFIL DA CARTEIRA DE CLIENTES.....	5
5. MECANISMO DE SOBRAS E DÉFICITS.....	6
6. GARANTIAS CONTRATUAIS	8
7. FATURAMENTO DA CARTEIRA ANALISADA	8
8. ANÁLISE DO FATURAMENTO – DATAS DE RECEBIMENTO	163
9. TRABALHOS EFETUADOS E RESULTADOS.....	15
10. DESCRITIVOS DOS FLUXOS OPERACIONAIS DA COMPANHIA.....	15

1. OBJETIVO DO TRABALHO

O objetivo do nosso trabalho foi o de obter um entendimento abrangente das características dos recebíveis da CESP - Companhia Energética de São Paulo (“CESP” ou “Companhia”), relacionados a operações de venda de energia baseadas em contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado a determinadas distribuidoras de energia elétrica (“Distribuidoras” ou “Clientes”), particularmente quanto à performance de crédito, bem como entender os processos utilizados para registro e controle das informações relativas aos recebíveis. Dessa forma, apresentamos subsídios para auxiliar na constituição de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, o qual terá suas cotas lastreadas em contas a receber da Companhia.

2. ESCOPO DOS NOSSOS TRABALHOS

Nossos trabalhos consistiram na análise do comportamento das contas a receber de 30 contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado com as Distribuidoras. Os procedimentos aplicados em nossa análise foram:

- a) Análise da cobrança dos valores faturados e do “aging list” - títulos vencidos e a vencer, do período de janeiro de 2007 a março de 2007, conforme a seguir:
 - i) Por fatura e prazo de vencimento:

Demonstra por fatura e vencimento o período real médio de recebimento dos títulos.
 - ii) Data de recebimento:

Reflete o prazo de recebimento das vendas, independentemente do prazo de vencimento acordado com cada Distribuidora.
 - iii) Recebimento em dia e atrasado:

Demonstra o comportamento dos títulos recebidos em atraso, detalhados em relação à quantidade de dias atrasados.
 - iv) Com base no montante e no vencimento dos títulos:

Análise semelhante à realizada no item iii), porém sendo utilizados como base de parâmetro os montantes dos títulos analisados.
 - v) Entrada no caixa:

Demonstra como ocorreu o recebimento em cada mês, ou seja, se a entrada de valores na CESP reflete o esperado (no respectivo prazo de vencimento do título), se houve entrada antecipada ou se ocorreu recebimento de títulos vencidos em outros meses.

- b) Descrição dos fluxos operacionais relacionados à geração e cobrança das contas a receber, conforme a seguir:
 - i) Análise dos termos dos contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado.
 - ii) Revisão dos procedimentos de controle de medição, faturamento e arrecadação da energia comercializada no ambiente regulado.
 - iii) Registros contábil, fiscal e financeiro da receita advinda da comercialização de energia elétrica no ambiente regulado.
 - iv) Monitoramento de alterações subsequentes no faturamento.
 - v) Sistema de cobrança - bancária e de carteira.
 - vi) Registro contábil e financeiro dos recebimentos.
 - vii) Monitoramento dos clientes inadimplentes.
 - viii) Análise para constituição contábil de provisão para devedores duvidosos.

Os procedimentos foram aplicados nos contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado celebrados entre a CESP e as Distribuidoras relacionadas a seguir:

Contratos referente ao período de 2007 a 2014.

- 1) AES- Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S/A - “AES Sul”
- 2) Ampla Energia e Serviços S/A - “AMPLA”
- 3) Bandeirante Energia S/A - “BANDEIRANTE”
- 4) Caiuá - Serviços de Eletricidade S/A - “CAIUÁ”
- 5) Companhia Energética de Alagoas S/A - “CEAL”
- 6) Companhia Energética de Brasília S/A - “CEB”
- 7) Companhia Estadual de Energia Elétrica S/A - “CEEE”
- 8) Companhia Energética da Borborema S/A - “CELB”
- 9) Centrais Elétricas do Pará S/A - “CELPA”
- 10) Companhia Energética de Pernambuco S/A - “CELPE”
- 11) Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins S/A - “CELTINS”
- 12) Companhia Energética do Maranhão S/A - “CEMAR”
- 13) Centrais Elétricas Matogrossenses S/A - “CEMAT”

- 14) Companhia Energética do Piauí S/A - “CEPISA”
- 15) Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina S/A - “CFLCL”
- 16) Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia S/A - “COELBA”
- 17) Companhia Energética do Ceará S/A - “COELCE”
- 18) Companhia Energética do Rio Grande do Norte S/A - “COSERN”
- 19) Companhia Paulista de Força e Luz S/A - “CPFL PAULISTA”
- 20) Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A - “EEVP”
- 21) Elektro Eletricidade e Serviços S/A. - “ELEKTRO”
- 22) Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A. - “ELETROPAULO”
- 23) Empresa Energética de Sergipe S/A - “ENERGIPE”
- 24) Empresa Elétrica Bragantina S/A. - “EEB”
- 25) Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S/A. - “ENERSUL”
- 26) Espírito Santo Centrais Elétricas S/A. - “ESCELSA”
- 27) Light Serviços de Eletricidade S/A. - “LIGHT”
- 28) Companhia Nacional de Energia Elétrica S.A - “CNEE”
- 29) Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba S/A - “SAELPA”
- 30) Companhia Luz e Força Santa Cruz S/A - “CLFSC”

Os contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado foram firmados entre empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica em leilões para comercialização de energia elétrica de empreendimentos existentes (“Leilão”), previstos no artigo 25 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e na Resolução Normativa ANEEL nº 110, de 4 de novembro de 2004, tendo por objetivo a venda de energia elétrica para atendimento às necessidades de mercado das distribuidoras.

Participaram do Leilão 50 concessionárias de energia elétrica, sendo 34 compradoras e 16 vendedoras. O primeiro Leilão ocorreu em 7 de dezembro de 2004 e foram negociados produtos com início de suprimento em 2005, 2006 e 2007. O segundo Leilão, para produtos com início de suprimento em 2008 e 2009, foi realizado em 2 de abril de 2005.

Os contratos analisados têm por objeto estabelecer os termos e as condições da compra e venda de energia elétrica, realizadas entre a CESP e as Distribuidoras no Leilão de 7 de dezembro de 2004, conforme os montantes indicados no item 4 deste relatório.

Nossos trabalhos incluíram testes dos dados contábeis e de certos dados gerenciais utilizados para a preparação das análises mencionadas, assim como levantamento e testes dos fluxos operacionais.

Além disso, nossos trabalhos não representaram uma auditoria das demonstrações financeiras ou seus elementos; portanto, não expressamos opinião sobre eles. Embora nossos trabalhos tenham sido planejados para verificar as informações contidas neste relatório, identificando eventuais erros ou irregularidades, não devem ser tomados como garantia da inexistência de tais erros ou irregularidades.

3. BREVE HISTÓRICO DA CESP

A CESP - Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e comercialização de energia elétrica, mantém outras atividades operacionais, de caráter complementar, tais como florestamento, reflorestamento e piscicultura, como meio de proteger os ambientes modificados pela construção de seus reservatórios e instalações.

As ações da Companhia são negociadas principalmente na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA. Em 28 de julho de 2006, passaram a ser negociadas no Nível 1 das práticas diferenciadas de Governança Corporativa da Bovespa. Com a adesão ao novo nível, a Administração da Companhia compromete-se a melhorar ainda mais a prestação de informações ao mercado.

Em agosto de 2006, a Companhia concluiu o processo de capitalização, que resultou no aporte de recursos para aumento do capital social em R\$ 3,2 bilhões, através de Oferta Pública Primária de Ações de R\$ 2,0 bilhões, com a criação da classe B das ações preferenciais nominativas e o aporte pelo acionista controlador, o Governo do Estado de São Paulo, de R\$ 1,2 bilhões.

A CESP possui um parque gerador instalado de **7.456 MW**, totalmente de origem hidráulica, correspondente a 51% da potência instalada no Estado de São Paulo, composto pelas usinas de Ilha Solteira, Três Irmãos, Jupia, Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), Jaguari e Paraibuna.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a CESP tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, e opera suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, estando autorizada a comercializar 3.916 MW médios durante o ano, o que equivale a aproximadamente 34.000 GWh, ou seja, cerca de 9,5% da energia assegurada do país.

Da receita operacional da Companhia em 2006, 69% (66% em 2005) foram provenientes de suprimento de energia elétrica às Distribuidoras (contratos de compra de energia, agentes comercializadores e clientes contratados em leilões de energia) e 26% (24% em 2005) no segmento fornecimento de energia (consumidores livres), além de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

MODELO INSTITUCIONAL DO SETOR ELÉTRICO

As Medidas Provisórias nº 144 e nº 145, editadas em dezembro de 2003, que fundamentaram a base do Novo Modelo do Setor Elétrico, foram aprovadas sem emendas relevantes e foram convertidas nas Leis nº 10.847 e nº 10.848, em 16 de março de 2004.

Foi criada a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, que responde pelo planejamento determinativo da geração e transmissão de energia elétrica, com base nas previsões de mercado das distribuidoras de energia elétrica 5 anos à frente. As transações de energia elétrica são realizadas em dois ambientes: o Ambiente de Contratação Regulada - ACR, mediante leilões para o mercado cativo das Distribuidoras, e o Ambiente de Contratação Livre - ACL para a comercialização livre, particularmente com os consumidores livres optantes. Há importantes diferenças entre a alocação da energia existente e a energia proveniente de novos projetos, a própria diferenciação do tipo de energia, a discriminação dos leilões e os riscos assumidos pela geradora de energia elétrica provocam tratamento diferenciado.

Um conjunto adicional de Decretos foi promulgado, estabelecendo como princípio um maior controle estatal através de fiscalização e regulação pela ANEEL e pela governança corporativa do ONS e da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, sucedânea do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE. Foi também criado o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, com a função precípua de analisar as condições de atendimento de curto prazo.

O leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes, tipo monopólio, disciplinado pelo Decreto nº 5.163, caracteriza-se por prazos de suprimento de 5 a 15 anos, subdivididos em duas fases. Na primeira fase há a imposição de decremento no preço de partida até o alcance do preço de reserva e na segunda é efetuado lance único a partir do preço de fechamento da primeira fase. No Leilão realizado em 7 de dezembro de 2004, visando à recontração dos Contratos Iniciais e Aditivos vencidos em 2004 pelas Distribuidoras, foram negociados cerca de 17.000 MW médios, subdivididos em 3 produtos, com início em 2005, 2006 e 2007, por um prazo fixo de 8 anos cada um. O resultado do Leilão foi uma queda nos preços de energia negociada, sendo observados na média os valores de R\$57,50/MWh, R\$67,30/MWh e R\$75,50/MWh para 2005, 2006 e 2007, respectivamente.

4. PERFIL DA CARTEIRA DE CLIENTES

Nossa análise da carteira de recebíveis foi baseada em 30 contratos de comercialização de energia elétrica. Pelo fato de os contratos estarem no ambiente regulado possuem condições idênticas no que tange às obrigações e responsabilidades entre as partes; às condições gerais de compra e venda relativas à entrega da energia, aos procedimentos de comercialização, à sazonalização e à modulação; às condições de cessão e redução da energia contratada; às condições de atualização do preço com base no Índice de Preços do Consumidor Amplo - IPCA; às formas e aos prazos de faturamento e pagamento; à mora no pagamento e seus efeitos; às formas das garantias financeiras; às condições de rescisão, responsabilidade e indenização; e à solução de controvérsias. Além disso, os contratos entre a CESP e essas

Distribuidoras tiveram o preço de venda de R\$ 77,70, por megawatt-hora, referente a janeiro de 2007.

5. MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DE SOBRAS E DÉFICITS

Processo de realocação, entre Agentes Distribuidores, de sobras e déficits de montantes de energia contratados no ACR (Ambiente de Contratação Regulada – segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre Agentes Vendedores e Agentes Distribuidores, precedidas de licitação, ressalvados os casos previstos em lei, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos).

Neste caso de aplicação do MCSD, fica autorizado pelo Vendedor, com sua anuência prévia e expressa, ceder montantes de Energia Contratada a outros Agentes Distribuidores, nos seguintes termos:

- I. O comprador, como cedente, deverá informar ao Vendedor os montantes de Energia Contratada cedidos a outros Agentes Distribuidores, indicando os períodos de suprimento, os respectivos valores envolvidos na cessão e dados dos Compradores para fins de faturamentos;
- II. a cessão deverá ser efetuada mediante assinatura de termo de cessão de direitos e obrigações contratuais entre o Comprador cedente e os Agentes Distribuidores cessionários, que deverá conter, entre outras, cláusula de adesão integral e expressa ao disposto neste contrato;
- III. os montantes de Energia Contratada a serem reduzidos serão considerados individualmente, conforme cada CCEAR e Períodos de Suprimento contratados;
- IV. a cessão deverá ser irrevogável e irretirável, tendo validade por todo o período de vigência remanescente do respectivo CCEAR;
- V. os valores envolvidos na cessão deverão ser proporcionais aos montantes de Energia Contratada cedidos pelo comprador, observado o disposto neste contrato sobre o preço de venda e respectiva atualização monetária;
- VI. a partir do início do suprimento previsto no termo de cessão de direitos contratuais, o vendedor irá proceder ao faturamento dos valores devidos diretamente ao comprador e aos Agentes Distribuidores cessionárias, observada a proporcionalidade prevista;
- VII. o comprador cedente e os Agentes Distribuidores cessionários deverão registrar na ANEEL e no MAE ou na CCEE os termos de cessão de direitos e obrigações contratuais, os que equivalerão ao presente CCEAR, para todos os fins.

Durante a vigência dos contratos podem vir a ocorrer diferenças entre o valor faturado e o valor contratado devido a aplicação do MCSD.

Primeiro ROL de contratos (2007 – 2014): Há diferenças quanto às quantidades anuais de energia contratadas por Distribuidora, em virtude dos anos bissextos, conforme descrito a seguir:

<u>Distribuidora</u>	<u>Prazo de vigência</u>		<u>Montante anual em</u>			<u>Potência associada</u> <u>MWh/h</u>
	<u>Início</u>	<u>Fim</u>	<u>MWh (*)</u>	<u>MWh (**)</u>	<u>MWm</u>	
AES SUL	01/01/07	31/12/14	6.274,151	6.291,341	0,716	1,085
AMPLA	01/01/07	31/12/14	5.431,025	5.445,904	0,620	0,939
BANDEIRANTE	01/01/07	31/12/14	3.570,291	3.580,073	0,408	0,618
CAIUÁ	01/01/07	31/12/14	3.137,076	3.145,670	0,358	0,543
CEAL	01/01/07	31/12/14	13.145,841	13.181,857	1,501	2,274
CEB	01/01/07	31/12/14	2.741,207	2.748,717	0,313	0,474
CEEE	01/01/07	31/12/14	6.484,186	6.501,951	0,740	1,122
CELB	01/01/07	31/12/14	149,385	149,794	0,017	0,026
CELPA	01/01/07	31/12/14	11.353,226	11.384,331	1,296	1,964
CELPE	01/01/07	31/12/14	8.066,766	8.088,867	0,921	1,395
CELTINS	01/01/07	31/12/14	3.137,076	3.145,671	0,358	0,543
CEMAR	01/01/07	31/12/14	6.916,505	6.935,454	0,790	1,196
CEMAT	01/01/07	31/12/14	2.987,691	2.995,877	0,341	0,517
CEPISA	01/01/07	31/12/14	11.965,703	11.998,486	1,366	2,070
CFLCL	01/01/07	31/12/14	1.045,692	1.048,557	0,119	0,181
COELBA	01/01/07	31/12/14	9.560,612	9.586,805	1,091	1,654
COELCE	01/01/07	31/12/14	6.768,614	6.787,158	0,773	1,171
COSERN	01/01/07	31/12/14	2.987,691	2.995,877	0,341	0,517
CPFL PAULISTA	01/01/07	31/12/14	3.286,460	3.295,494	0,375	0,568

Banco Bradesco S.A.
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da CESP - Companhia Energética de São Paulo
Análise de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado

EEVP	01/01/07	31/12/14	1.643,230	1.647,732	0,188	0,284
ELEKTRO	01/01/07	31/12/14	5.676,613	5.692,165	0,648	0,982
ELETROPAULO	01/01/07	31/12/14	4.929,690	4.943,196	0,563	0,853
ENERGIPE	01/01/07	31/12/14	1.941,999	1.947,320	0,222	0,336
EEB	01/01/07	31/12/14	3.435,845	3.445,258	0,392	0,594
ENERSUL	01/01/07	31/12/14	3.114,668	3.123,201	0,356	0,539
ESCELSA	01/01/07	31/12/14	782,775	784,920	0,089	0,135
LIGHT	01/01/07	31/12/14	18.224,916	18.274,847	2,080	3,152
NACIONAL	01/01/07	31/12/14	1.344,461	1.348,144	0,153	0,233
SAELPA	01/01/07	31/12/14	2.390,153	2.396,701	0,273	0,413
SANTA CRUZ	01/01/07	31/12/14	298,769	299,588	0,034	0,052

(*) Para todos os anos de vigência do contrato, exceto os anos bissextos (2008 e 2012).

(**) Para os anos bissextos (2008 e 2012).

6. GARANTIAS CONTRATUAIS

Para garantir o cumprimento das obrigações previstas nos contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado, foram constituídas garantias na forma de fiança bancária, contrato de constituição de garantia ou cessão de Certificados de Depósito Bancário - CDB. Para as Distribuidoras relacionadas em nossos exames foram constituídas garantias no montante equivalente ao mencionado na cláusula 4.12 dos contratos de constituição de garantia.

7. FATURAMENTO DA CARTEIRA ANALISADA

7.1. FATURAMENTO

7.1.1. Total do faturamento dos contratos selecionados de janeiro de 2007:

Em R\$:

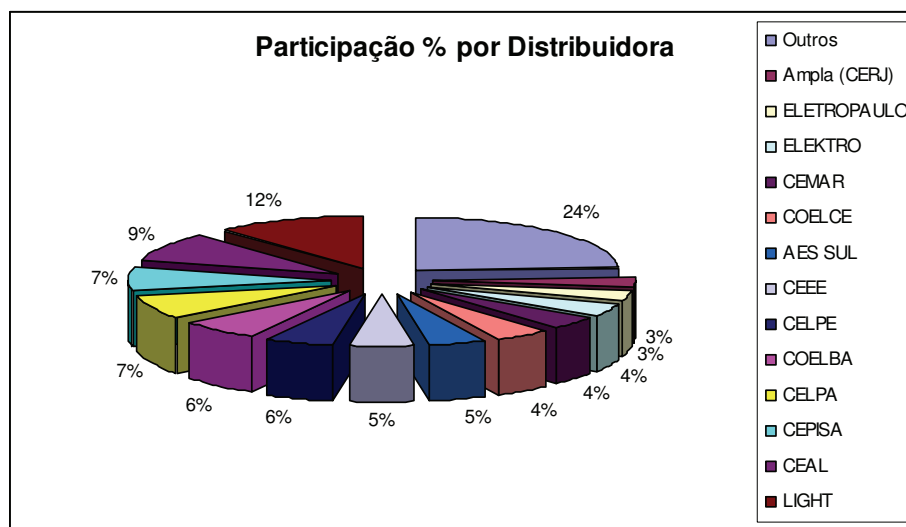
Distribuidora	<u>jan/07</u>
---------------	---------------

Banco Bradesco S.A.
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da CESP - Companhia Energética de São Paulo
Análise de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado

AES SUL	51.361,36
Ampla (CERJ)	32.720,74
Bandeirante	24.767,83
Caiuá	22.009,92
CEAL	96.906,40
CEB	17.294,03
CEEE	52.959,52
CELB	998,84
CELPA	76.989,21
CELPE	59.256,62
CELTINS	20.852,84
CEMAR	45.463,05
CEMAT	18.748,83
CEPISA	79.423,73
CFLCL	7.212,47
COELBA	67.286,32
COELCE	45.833,66
COSERN	21.018,04
CPFL P	19.870,66
EEVP	11.288,54
ELEKTRO	40.290,62
ELETROPAULO	34.014,09
ENERGIPE	13.278,35
EEB	23.516,90
ENERSUL	21.644,13
ESCELSA	5.300,89
LIGHT	125.723,18
NACIONAL	9.494,99
SAELPA	16.761,49
SANTA CRUZ	2.063,89

Fonte: Divisão de Contabilização e Faturamento (OCF).

7.1.2. Representatividade do faturamento de janeiro de 2007 por contrato:



Banco Bradesco S.A.
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da CESP - Companhia Energética de São Paulo
Análise de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado

FATURAMENTO PREVISTO 2007- MONTANTE EM R\$													
<u>Distribuidora</u>	<u>Janeiro</u>	<u>Fevereiro</u>	<u>Marco</u>	<u>Abril</u>	<u>Maio</u>	<u>Junho</u>	<u>Julho</u>	<u>Agosto</u>	<u>Setembro</u>	<u>Outubro</u>	<u>Novembro</u>	<u>Dezembro</u>	<u>Total</u>
AES Sul	51.361,364	46.139,787	51.008,672	44.872,781	43.004,377	50.192,299	38.342,134	38.342,134	37.105,763	38.291,567	42.880,799	47.384,314	528.925,99
Ampla	32.720,742	29.598,217	43.698,062	43.750,502	33.415,202	33.711,907	38.365,596	36.471,358	35.294,193	45.148,057	43.750,502	45.208,872	461.133,21
Bandeirante	24.767,83	24.174,98	22.251,18	21.150,57	23.464,53	21.036,58	21.229,81	26.127,26	22.519,80	27.945,61	25.411,53	27.793,81	287.873,48
Catuaú	22.009,92	20.881,52	23.880,54	22.185,39	21.469,95	20.800,11	21.030,66	21.819,73	21.514,30	23.061,27	22.404,59	23.262,51	264.320,49
CEAL	96.906,40	88.803,02	97.073,48	92.980,02	91.058,60	86.213,28	86.881,60	86.620,47	89.782,32	92.662,13	94.694,94	99.848,19	1.103.524,46
CEB	17.294,03	16.288,63	18.355,58	17.890,01	18.529,59	17.938,46	18.309,70	19.134,17	19.329,03	20.045,77	18.692,68	19.257,80	221.065,45
CEEE	52.959,52	47.947,66	53.459,90	46.608,42	44.210,45	49.990,06	42.814,34	42.333,98	38.505,90	40.534,42	41.731,08	47.940,71	549.036,44
CELB	998,84	1.012,68	1.066,55	1.031,99	1.101,44	1.036,73	1.016,40	990,82	1.065,70	1.195,97	1.069,68	1.071,04	12.657,83
CELPA	76.989,21	69.970,01	77.577,08	74.748,00	79.008,79	79.107,45	80.250,36	84.156,04	82.812,00	85.604,73	83.555,75	84.576,30	958.355,73
CELPE	59.256,62	54.063,03	61.436,42	57.978,15	58.123,21	48.325,67	49.835,46	51.149,33	54.585,45	60.771,20	62.001,30	66.549,45	684.075,29
CELTINS	20.852,84	19.413,03	21.284,66	21.082,47	22.351,59	22.384,58	22.436,69	23.602,59	24.038,62	22.531,13	21.858,44	22.177,76	264.014,39
CEMAR	45.463,05	41.193,32	45.484,69	44.576,44	48.778,67	47.735,93	49.229,29	50.986,23	51.171,52	53.205,51	51.135,95	51.775,94	580.736,54
CEMAT	18.748,83	18.579,15	21.972,54	21.514,54	21.082,58	21.054,29	22.331,57	22.940,74	22.923,54	23.194,59	21.308,99	21.717,50	257.368,86
CEPISA	79.423,73	71.286,60	75.949,89	74.110,26	80.406,50	80.740,66	83.778,84	89.472,73	93.369,55	93.955,42	91.969,88	90.375,22	1.004.839,28
CFCL	7.212,47	6.510,66	7.227,35	6.633,66	7.190,08	7.180,70	7.628,19	7.769,90	7.674,44	7.768,80	7.601,34	7.998,50	88.396,10

© 2007 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.
Draft para simples discussão

Banco Bradesco S.A.
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da CESP - Companhia Energética de São Paulo
Análise de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado

COELBA	67.286,32	62.388,62	68.832,96	65.713,17	67.095,60	62.897,18	65.059,15	66.279,17	66.991,50	71.163,76	68.000,88	71.540,93	803.249,23
COELCE	45.833,66	41.756,04	44.424,39	43.134,97	46.200,88	45.353,79	47.576,16	49.807,59	49.844,10	52.845,54	51.668,63	52.133,63	570.579,38
COSERN	21.018,04	19.208,76	20.919,50	19.489,87	19.719,08	19.025,98	19.587,79	21.450,69	22.082,89	23.824,25	23.709,31	24.067,61	254.103,76
CPFL P	19.870,66	17.974,41	26.883,81	19.477,42	20.204,58	19.552,81	20.204,58	27.000,09	26.453,85	27.298,91	26.453,85	27.335,60	278.710,58
EEVP	11.288,54	10.622,41	12.379,23	11.431,29	11.081,13	10.858,92	11.470,37	11.920,64	11.659,93	12.012,28	11.532,79	12.206,85	138.464,37
ELEKTRO	40.290,62	34.866,16	40.722,28	39.144,84	38.965,39	37.933,15	39.530,22	41.304,35	40.352,52	41.827,30	40.682,15	41.487,85	477.106,81
ELETROPAULO	34.014,09	30.883,96	36.500,75	33.857,25	35.328,30	33.222,11	34.493,40	36.170,78	34.199,55	36.687,96	34.430,78	34.486,68	414.275,61
ENERGIPE	13.278,35	12.796,20	13.685,77	13.479,41	13.737,64	13.453,21	13.053,60	13.446,52	13.601,86	13.951,50	14.274,55	14.409,65	163.168,26
EEB	23.516,90	22.051,91	23.800,15	23.183,23	24.166,87	23.722,78	24.998,11	24.574,69	24.402,92	25.619,98	24.347,78	25.175,73	289.561,04
ENERSUL	21.644,13	21.011,21	21.141,16	18.592,26	19.187,93	18.470,86	19.790,66	23.946,74	23.652,32	25.652,01	24.000,86	25.671,41	262.761,56
ESCELSA	5.300,89	5.692,45	5.409,75	4.678,26	4.912,59	4.857,20	5.250,43	5.750,46	5.666,88	6.470,94	6.103,00	5.786,90	65.879,75
LIGHT	125.723,18	157.686,72	172.155,09	125.879,82	118.087,05	106.997,91	110.564,45	110.564,45	114.520,50	132.983,67	114.008,99	144.215,66	1.533.387,49
NACIONAL	9.494,99	8.682,78	9.502,50	8.956,16	8.642,13	8.537,12	8.799,77	9.598,24	10.327,01	10.740,60	10.014,89	10.006,08	113.302,26
SAELPA	16.761,49	15.705,19	16.505,18	15.644,20	15.882,63	15.342,28	15.377,45	15.946,70	16.767,28	17.368,32	17.322,83	17.631,65	196.255,21
SANTA CRUZ	2.063,89	2.104,72	2.016,72	1.923,63	1.965,81	2.012,14	1.973,60	2.171,89	2.270,82	2.332,31	2.310,29	2.103,96	25.249,77
TOTAL	1.064.351,17	1.019.293,84	1.136.605,82	1.035.698,96	1.038.373,17	1.009.686,14	1.021.210,41	1.061.850,48	1.064.486,06	1.136.695,47	1.098.929,01	1.165.198,09	1.064.351,17

© 2007 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.
Draft para simples discussão

8. ANÁLISE DO FATURAMENTO - DATAS DE RECEBIMENTO

Destacamos na tabela a seguir os contratos selecionados por fatura e por vencimento, de janeiro de 2007 a março de 2007, identificando os montantes faturados e os valores recebidos por parcela e demonstrando o prazo de recebimento, antecipado ou em atraso, independentemente do prazo acordado com a Distribuidora:

Distribuidora	jan/07	Fatura	Até o vencimento
AES SUL	51.361,36	OC/0074/2007	100%
Ampla (CERJ)	32.720,74	OC/0075/2007	100%
Bandeirante	24.767,83	OC/0076/2007	100%
Caiuá	22.009,92	OC/0077/2007	100%
CEAL	96.906,40	OC/0079/2007	100%
CEB	17.294,03	OC/0080/2007	100%
CEEE	52.959,52	OC/0081/2007	100%
CELB	998,84	OC/0082/2007	100%
CELPA	76.989,21	OC/0084/2007	100%
CELPE	59.256,62	OC/0085/2007	100%
CELTINS	20.852,84	OC/0086/2007	100%
CEMAR	45.463,05	OC/0087/2007	100%
CEMAT	18.748,83	OC/0088/2007	100%
CEPISA	79.423,73	OC/0089/2007	100%
CFLCL	7.212,47	OC/0078/2007	100%
COELBA	67.286,32	OC/0090/2007	100%
COELCE	45.833,66	OC/0091/2007	100%
COSERN	21.018,04	OC/0095/2007	100%
CPFL P	19.870,66	OC/0096/2007	100%
EEVP	11.288,54	OC/0099/2007	100%
ELEKTRO	40.290,62	OC/0097/2007	100%
ELETROPAULO	34.014,09	OC/0098/2007	100%
ENERGIPE	13.278,35	OC/0101/2007	100%
EEB	23.516,90	OC/0100/2007	100%
ENERSUL	21.644,13	OC/0102/2007	100%
ESCELSA	5.300,89	OC/0103/2007	100%
LIGHT	125.723,18	OC/0104/2007	100%
NACIONAL	9.494,99	OC/0093/2007	100%
SAELPA	16.761,49	OC/0105/2007	100%
SANTA CRUZ	2.063,89	OC/0092/2007	100%

8.1 . ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA CARTEIRA DA CELESC

Apesar da distribuidora CELESC não estar incluída entre os 30 contratos vigentes em 2007, estaremos incluindo abaixo, apenas para conhecimento, o comportamento dos pagamentos desta distribuidora em 2006.

Mês	Fatura	Valor (Em R\$)	Até o Vencimento
Janeiro	FAT OC/0047/2006	741.561,80	100%
Fevereiro	FAT OC/0179/2006	710.599,29	100%
Março	FAT OC/0330/2006	792.566,51	100%
Abril	FAT OC/0478/2006	732.140,49	100%
Maio	FAT OC/0638/2006	731.387,39	100%
Junho	FAT OC/0784/2006	719.466,33	100%
Julho	FAT OC/0925/2006	725.721,64	100%
Agosto	FAT OC/1057/2006	772.999,24	100%
Setembro	FAT OC/1186/2006	773.385,77	100%
Outubro	FAT OC/1310/2006	788.773,25	100%
Novembro	FAT OC/1483/2006	774.279,21	100%
Dezembro	FAT OC/1568/2006	778.418,49	100%

9. TRABALHOS EFETUADOS E RESULTADOS

A seguir detalhamos os procedimentos de teste ou análise aplicados e os resultados obtidos sobre os contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado selecionados.

- Confrontamos o total da quantidade de energia sazonalizada de 2007 com a quantidade contratual e não identificamos divergências.
- Confrontamos as quantidades de energias sazonalizadas de janeiro de 2007 e aprovadas pela CCEE com as faturas emitidas e não identificamos divergências.
- Confrontamos as faturas emitidas com os registros contábeis do período de janeiro de 2007 e não identificamos divergências.
- Efetuamos a análise do “aging list”, títulos vencidos e a vencer, do período de janeiro de 2007, não tendo sido identificados recebimentos em prazos superiores a um dia em relação a sua data de vencimento.
- Verificamos o crédito dos valores de todas as parcelas das faturas emitidas de janeiro de 2007 nas contas bancárias da Companhia, atentando para possíveis recebimentos efetuados fora do prazo de vencimento, e não identificamos recebimento em prazos superiores a um dia em relação ao vencimento.

9.1 TRABALHOS EFETUADOS ADICIONAIS

Adicionalmente aos trabalhos realizados para os faturamentos de janeiro de 2007, realizamos os mesmos procedimentos descritos acima na nota 9 para as faturas emitidas às distribuidoras nos meses de janeiro e fevereiro de 2006, com o objetivo de fornecer um maior histórico dos recebimentos.

Segue abaixo os faturamentos analisados:

<u>Distribuidora</u>	<u>Montantes em R\$</u>			<u>Recebimento até o Vencimento</u>
	<u>Janeiro</u>	<u>Fevereiro</u>	<u>Total</u>	
AMPLA	3.735.171	3.555.538	7.290.709	100%
BANDEIRANTE	3.007.311	2.547.559	5.554.870	100%
CAIUÁ	372.363	358.854	731.217	100%
CELB	290.893	284.690	575.583	100%
CELESC	741.561	710.599	1.452.160	100%
CELPA	3.502.498	3.116.311	6.618.809	100%
CELPE	4.118.220	3.745.530	7.863.750	100%
CELTINS	226.928	211.676	438.604	100%
CEMAR	2.296.139	2.056.928	4.353.067	100%
CEMAT	863.409	798.626	1.662.035	100%
CEMIG	9.199.178	7.591.901	16.791.079	100%
COELBA	6.801.017	6.300.790	13.101.807	100%
COELCE	3.207.611	2.976.515	6.184.126	100%
COSERN	2.219.841	2.084.279	4.304.120	100%
CATAGUAZES	179.174	232.280	411.454	100%
CLFSC	302.193	314.779	616.972	100%

Banco Bradesco S.A.
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da CESP - Companhia Energética de São Paulo
Análise de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado

CNEE	160.349	147.657	308.006	100%
CPFL PAULISTA	1.901.652	1.421.162	3.322.814	100%
CPFL PIRATININGA	293.319	265.277	558.596	100%
COPEL	7.215.448	6.828.755	14.044.203	100%
ELEKTRO	4.842.878	5.125.780	9.968.658	100%
ELETROPAULO	8.905.260	8.285.568	17.190.828	100%
EEVP	244.457	227.261	471.718	100%
EEB	181.916	169.583	351.499	100%
ENERSUL	1.823.208	1.617.567	3.440.775	100%
ENERGIPE	1.043.519	938.433	1.981.952	100%
ESCELSA	2.242.972	2.064.492	4.307.464	100%
LIGHT	9.278.264	9.469.793	18.748.057	100%
SAELPA	<u>1.828.591</u>	<u>1.640.810</u>	<u>3.469.401</u>	100%
TOTAL	<u>81.025.340</u>	<u>75.088.993</u>	<u>156.114.333</u>	

Os resultados alcançados para estes faturamentos foram iguais aos obtidos e descritos na nota 9 acima.

10. DESCRITIVOS DOS FLUXOS OPERACIONAIS DA COMPANHIA

A confiança nos fluxos operacionais ajuda na compreensão e validação dos saldos a receber da Companhia. Assim, apuramos os procedimentos utilizados nos departamentos que estão ligados ao controle desses saldos.

Adicionalmente, efetuamos análises e testes nesse processo de geração e recebimento das transações de vendas.

As seguintes principais atividades formaram o escopo dos nossos trabalhos em relação aos procedimentos de controle:

- Entendimento, documentação e testes dos controles internos relacionados a gerenciamento e processamento dos contratos de comercialização da energia elétrica vendida através do Leilão.
- Entendimento, documentação e testes dos controles internos relacionados a gerenciamento e processamento do faturamento.
- Entendimento, documentação e testes dos controles internos relacionados a gerenciamento e processamento do recebimento.

10.1 GERENCIAMENTO E PROCESSAMENTO DOS CONTRATOS DE ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA ATRAVÉS DO LEILÃO

Os contratos do Leilão realizado em 7 de dezembro de 2004 entre a CESP e as Distribuidoras contêm cláusulas específicas para regular entre as partes a modulação e a sazonalização dos montantes anuais de energia contratada, nos quais são definidos os limites máximos e mínimos situados entre 85% e 115% da média anual da energia contratada, respeitados os limites de potência associada.

De acordo com os procedimentos de comercialização estabelecidos nos contratos, anualmente, a Distribuidora envia à CESP, através de e-mail, as informações com os montantes de energia modulada e sazonalizada e as submete à aprovação da CESP.

A Divisão de Gestão Comercial (OCC), em comum acordo com as Distribuidoras, verifica a sazonalização da energia contratada, aprovando ou ajustando a necessidade de cada Distribuidora.

Após a informação da aprovação e/ou dos ajustes da sazonalização da energia contratada anual pela CESP, a Distribuidora envia a confirmação por e-mail à CCEE, detalhando a quantidade de energia sazonalizada e aprovada pela CESP. A CCEE aprova a sazonalização e envia um e-mail de confirmação para a CESP.

Caso a Distribuidora não envie a confirmação da sazonalização da energia contratada para a CCEE, esta efetuará a sazonalização com base nas quantidades utilizadas no mesmo período do ano anterior e encaminhará a informação à CESP. No período analisado, todas as Distribuidoras encaminharam à CCEE a confirmação das sazonalizações da energia contratada.

Testes Realizados

Verificamos, através de testes, os procedimentos de definição da sazonalização estabelecidos nos contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado, celebrados entre a CESP e as Distribuidoras, conforme segue:

1. Análise e corroboração das condições previstas nos contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado.
2. Aprovações e/ou ajustes pela CESP na sazonalização da informação recebida pelas Distribuidoras, se aplicável.

Não encontramos não-conformidades em relação aos procedimentos anteriormente descritos.

10.2 GERENCIAMENTO E PROCESSAMENTO DO FATURAMENTO

Após a confirmação pela CCEE da sazonalização mensal dos montantes de energia contratada, observando-se a potência associada, a Divisão de Gestão Comercial (OCC) encaminha à Divisão de Contabilização e Faturamento (OCF) o relatório por contrato com o montante de energia sazonalizado. No início do mês seguinte ao suprimento, com base no prazo e preço contratual e na energia sazonalizada em MWh, as faturas são emitidas para as Distribuidoras, sendo cada fatura desdobrada em três vencimentos, cada qual equivalente a um terço do valor mensal a ser pago à CESP, conforme as seguintes datas:

- (i) Primeiro vencimento: até o dia 15 do mês seguinte ao mês de suprimento.
- (ii) Segundo vencimento: até o dia 25 do mês seguinte ao mês de suprimento.
- (iii) Terceiro vencimento: até o dia 5 do segundo mês seguinte ao mês de suprimento.

O faturamento é efetuado pela Divisão de Contabilização e Faturamento (OCF), que prepara quatro vias da fatura através do sistema informatizado FSE. Após a confecção das faturas, a Divisão envia a fatura através de fax no prazo máximo de até cinco dias úteis anteriormente à data do primeiro vencimento. Com a confirmação do recebimento da fatura pela Distribuidora através do fax, a Divisão de Contabilização e Faturamento (OCF) envia a fatura através do correio com protocolo de recebimento. No caso de atraso na apresentação, por motivo imputável à Distribuidora, as datas de vencimento serão automaticamente postergadas por prazo igual ao do atraso verificado.

Uma via da fatura é enviada para a Divisão de Tesouraria (FFT), uma é enviada para o Departamento de Contabilidade (FC) e outra é arquivada na Divisão de Contabilização e Faturamento (OCF). Os envios das faturas a outros Departamentos e Divisões são registrados através da “Guia de Remessa de Documentos”, discriminando as faturas que foram enviadas para a Divisão de Tesouraria (FFT) e para o Departamento de Contabilidade (FC).

O Departamento de Contabilidade (FC), de posse da fatura, efetua o registro da conta a receber no Sistema Oracle. A Divisão de Tesouraria (FFT), de posse da fatura, verifica se o Departamento de Contabilidade (FC) registrou a fatura no Sistema Oracle. Caso não ocorra o registro da fatura, a Divisão de Tesouraria (FFT) solicita ao Departamento de Contabilidade (FC) que verifique o registro.

Se a fatura for inferior a R\$10.000, o pagamento deverá ser feito de uma vez só, na data prevista para o segundo vencimento, ou seja, até o dia 25 do mês seguinte ao mês de suprimento. No período analisado não identificamos nenhuma fatura inferior a esse valor.

Todos os lançamentos contábeis são feitos manualmente, porém mensalmente é feita a conciliação dos lançamentos e da cobrança a fim de evitar cobranças indevidas e lançamentos divergentes.

Testes Realizados

Verificamos, através de testes, os procedimentos para emissão das faturas dos contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado, celebrados entre a CESP e as Distribuidoras, conforme a seguir:

1. Análise das faturas emitidas pela Divisão de Contabilização e Faturamento, confrontando com a sazonalização e as tarifas acordadas.
2. Protocolo de entrega das faturas referentes a janeiro de 2007 às Distribuidoras.
3. Protocolo de entrega das faturas referentes a janeiro de 2007 ao Departamento de Contabilidade (FC) e à Divisão de Tesouraria (FFT).
4. Análise do registro contábil das contas a receber.

Não encontramos não-conformidades em relação aos procedimentos anteriormente descritos.

10.3 GERENCIAMENTO E PROCESSAMENTO DE RECEBIMENTO

A Divisão de Tesouraria (FFT), no dia do vencimento de cada parcela, entra em contato com as Distribuidoras, solicitando a confirmação do depósito. Os pagamentos são efetuados via TED bancário. Na data seguinte ao vencimento da fatura, identificam-se os depósitos bancários efetuados na conta corrente da Companhia; caso seja identificado alguma divergência ou o não-recebimento da parcela da fatura na data do vencimento, entra-se em contato com a Distribuidora solicitando uma explicação e faz-se o acordo formalizando via e-mail a data em que será paga a fatura em atraso.

Caso o depósito tenha sido feito no dia do vencimento, a Divisão de Tesouraria (FFT) efetua a baixa do contas a receber contábil no Sistema Oracle e documenta o lançamento através de ficha de lançamento, que é enviada para o Departamento de Contabilidade (FC). Este, por sua vez, confere as baixas e aprova o lançamento. No início de cada mês, o Departamento de Contabilidade (FC) prepara a conciliação bancária e verifica se existem recebimentos de faturas não identificados.

Fica caracterizada a mora quando a Distribuidora deixar de liquidar qualquer dos pagamentos até a data de seu vencimento. No caso de mora, contratualmente incidirão sobre a parcela em atraso, corrigida monetariamente até a data do pagamento, os seguintes acréscimos:

- a) Multa de 2%.
- b) Juros de mora de 1% ao mês, calculados “pro rata die”.

No caso de inadimplência, a Divisão de Tesouraria (FFT) informa as Diretorias Financeira (F) e de Geração do Oeste (O) para que dêem início à negociação com as Distribuidoras.

Caso a negociação não resulte em sucesso, a CESP executa as garantias constituídas pelo contrato, entre as quais: (i) fiança bancária; (ii) Contrato de Constituição de Garantia; ou (iii) cessão de CDBs.

Até a data de nossos trabalhos, os valores a receber derivados dos contratos do Leilão com as Distribuidoras não estiveram pendentes por prazos superiores a um dia; por esse motivo, não foi constituída nenhuma provisão para devedores duvidosos. A análise da necessidade de constituição da provisão para devedores duvidosos é feita pelo Departamento de Contabilidade (FC).

Testes Realizados

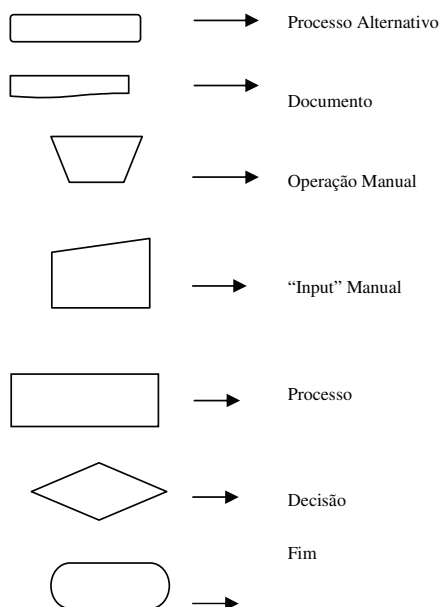
Verificamos, através de testes, os procedimentos para o processamento do recebimento das faturas dos contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado celebrados entre a CESP e as Distribuidoras, conforme a seguir:

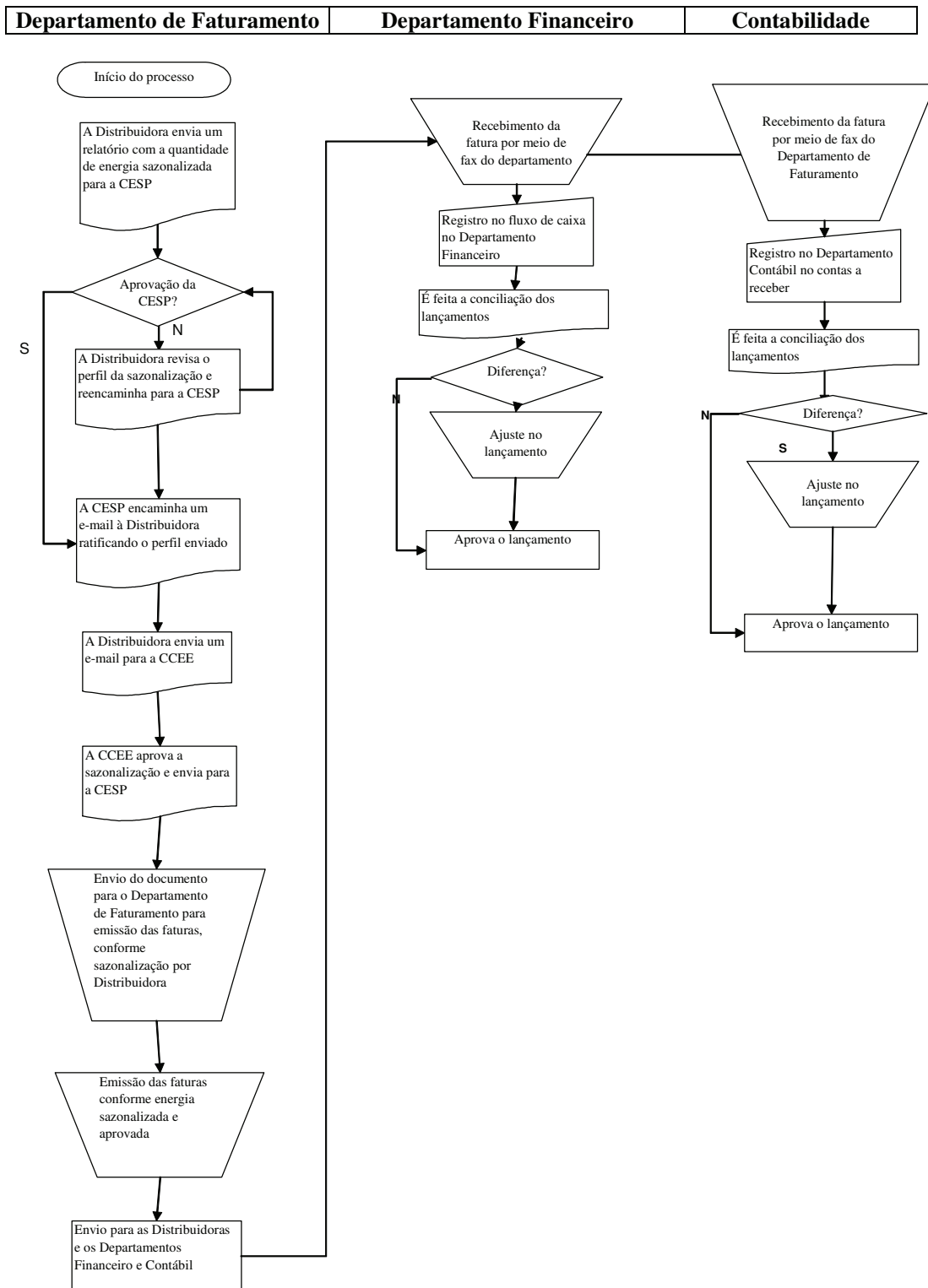
1. Conciliação bancária dos valores recebidos e identificação da fatura recebida, através do extrato bancário.
2. Monitoramento de inadimplência, através do fluxo de caixa previsto e real.

Não encontramos não-conformidades em relação aos procedimentos anteriormente descritos.

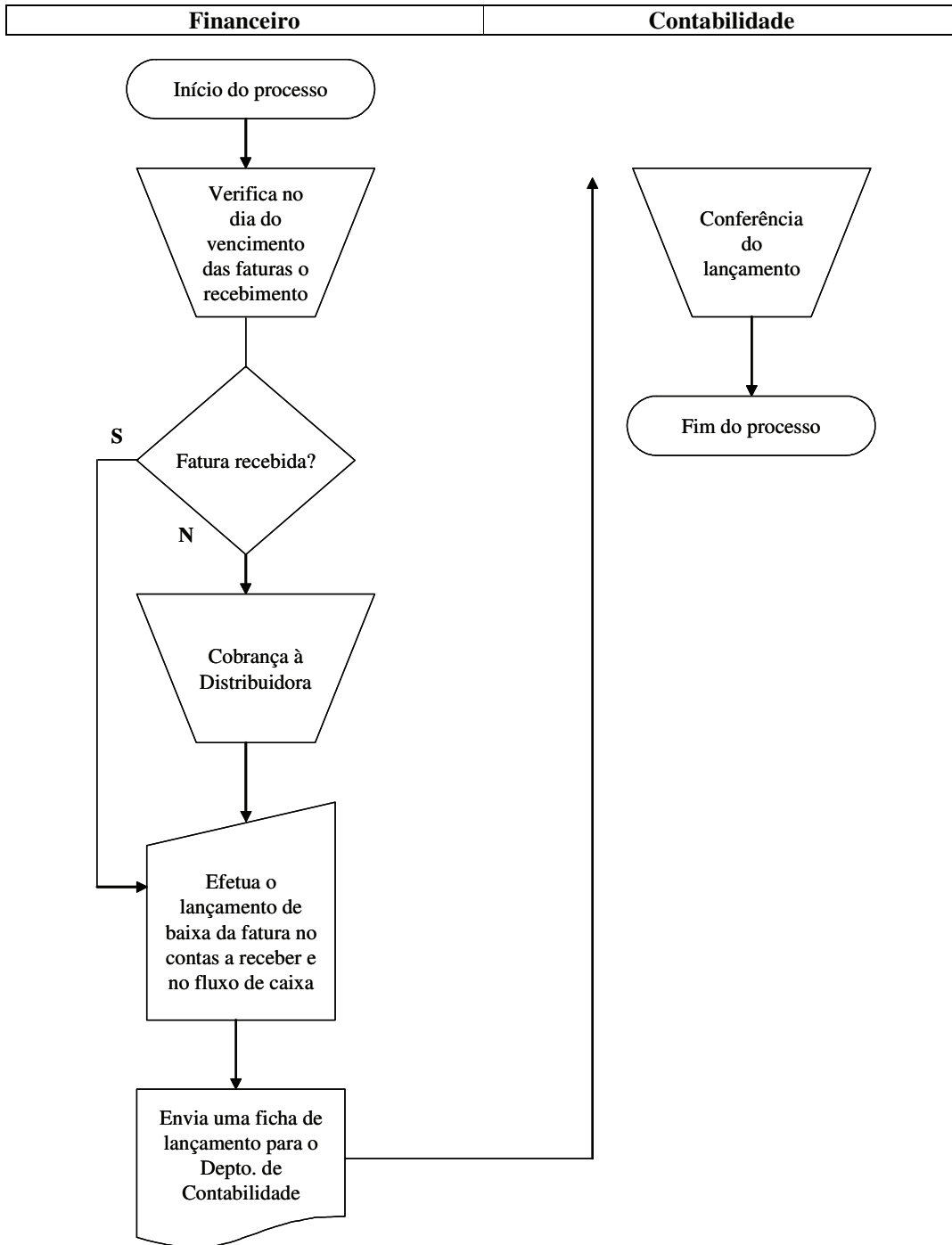
10.4 FLUXOGRAMA DOS PROCEDIMENTOS RELACIONADOS

A seguir está demonstrada a legenda do fluxograma do gerenciamento e processamento de Faturamento e Recebimento:





O fluxograma do gerenciamento e processamento de recebimento é como segue:



* * * * *

EMISSION

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP IV
CNPJ/MF n.º 08.731.079/0001-32

CEDENTE

CESP – COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO
CNPJ/MF n.º 60.933.603/0001-78
Avenida Nossa Senhora do Sabará, 5.312
São Paulo, SP

ADMINISTRADOR

**BEM Distribuidora de Títulos
e Valores Mobiliários Ltda.**
CNPJ/MF n.º 00.066.670/0001-00
Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar
Osasco, SP

GESTOR

**BRAM Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de
Títulos e Valores Mobiliários**
CNPJ/MF n.º 62.375.134/0001-44
Avenida Paulista, n.º 1.450, 6º andar
São Paulo, SP

CUSTODIANTE

Banco Itaú S.A.
CNPJ/MF n.º 60.701.190/0001-04
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100
São Paulo, SP

AUDITOR INDEPENDENTE

Deloitte Touche Tohmatsu
Alexandre Dumas, 1981
São Paulo, SP

ASSESSOR LEGAL

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados
Al. Joaquim Eugênio de Lima, 447
São Paulo, SP